



ELISA MARIA MAIA DA SILVA LESSA

OS MOSTEIROS BENEDITINOS PORTUGUESES
(SÉCULOS XVII A XIX):
CENTROS DE ENSINO E PRÁTICA MUSICAL

Volume I

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
LISBOA, 1998

ELISA MARIA MAIA DA SILVA LESSA

OS MOSTEIROS BENEDITINOS PORTUGUESES
(SÉCULOS XVII A XIX):
CENTROS DE ENSINO E PRÁTICA MUSICAL

Dissertação de doutoramento em
Ciências Musicais, ramo Ciências
Musicais Históricas, apresentada à
Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas, da Universidade Nova de
Lisboa, sob orientação do Professor
Doutor Gerhard Doderer.



49413

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
LISBOA, 1998

Os nossos agradecimentos vão para

Professor Doutor Gerhard Doderer, a quem devemos uma boa parte da nossa formação científica, pela orientação e ajuda sempre solícita, atempada e marcante na realização deste trabalho.

Professor Doutor Geraldo J. A. Coelho Dias, OSB, pela ajuda e conselhos dados.
Abade Dom Luís Aranha pelas facilidades concedidas na consulta de documentos do Arquivo do Mosteiro de Singeverga.

Dom Lourenço Moreira da Silva, pela disponibilidade e informações oportunas.
Abade Dom José Palmeira Mendes, Dom Matias Fonseca de Medeiros e Dom Mateus Ramalho Rocha, Arquivista-Mor do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro, pelo apoio e oportunidade concedida na consulta de documentos do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro.

Professor Doutor António da Costa Lopes, pela oportunidade concedida na consulta de manuscritos musicais do Instituto Monsenhor Airosa.

Responsáveis e funcionários dos diversos Arquivos e Bibliotecas onde tenho trabalhado, e, de modo particular, Arquivo Distrital de Braga e Centro de Estudos Musicológicos da Biblioteca Nacional de Lisboa, pelo bom acolhimento e colaboração prestada.

Ana Paula Barros Afonso, pela disponibilidade e ajuda na digitalização do texto.

Dedico este trabalho

aos meus pais, a quem devo a maior compreensão e apoio
aos meus filhos Miguel e Mariana, que me incentivaram a prosseguir, com a sua música e os seus beijos carinhosos
a Carolina Pimentel Castelo Branco, com quem fiz os primeiros estudos musicais e que recordarei sempre com muita gratidão.

*ut spiritus mens concordet voci
nostrae*

(que nosso spirito quadre com a nossa voz)

Regra de S. Bento, cap. XIX

ÍNDICE GERAL

Volume I

Preâmbulo	13
Abreviaturas e Normas de Transcrição Paleográfica	15
Introdução	18

I PARTE

Capítulo 1	
A Congregação Beneditina em Portugal	22
Capítulo 2	
A Regulamentação da Prática Musical Litúrgica	37
Capítulo 3	
A Formação Musical dos Monges Beneditinos	82

II PARTE

Capítulo 1	
A Casa Mãe dos Monges Beneditinos: O Mosteiro de Tibães.....	100
Introdução	101
1.1 Actividade musical	103
1.2 Cantores e instrumentistas	112
1.3 Património organológico	119
Fontes e Bibliografia	136
Capítulo 2	
Outros Mosteiros Masculinos	138
2.1 O Mosteiro de Ganfei (S. Salvador)	139
Introdução	139
2.1.1 Actividade musical	140
2.1.2 Cantores e instrumentistas	145
2.1.3 Património organológico	146
Fontes e Bibliografia	149

2.2 O Mosteiro de Cabanas (S. João)	150
Introdução	150
2.2.1 Cantores e instrumentistas	151
Fontes e Bibliografia	152
2.3 O Mosteiro de Miranda (Santa Maria)	153
Introdução	153
2.3.1 Actividade musical	153
2.3.2 Cantores e instrumentistas	155
2.3.3 Património organológico	156
Fontes e Bibliografia	158
2.4 O Mosteiro do Neiva (S. Romão)	159
Introdução	159
2.4.1 Actividade musical	160
2.4.2 Cantores e instrumentistas	164
2.4.3 Património organológico	167
Fontes e Bibliografia	168
2.5 O Mosteiro do Carvoeiro (Santa Maria)	169
Introdução	169
2.5.1 Actividade musical	169
2.5.2 Cantores e instrumentistas	173
2.5.3 Património organológico	174
Fontes e Bibliografia	177
2.6 O Mosteiro de Palme (S. Salvador)	178
Introdução	178
2.6.1 Actividade musical	178
2.6.2 Cantores e instrumentistas	180
2.6.3 Património organológico	180
Fontes e Bibliografia	183

2.7 O Mosteiro de Rendufe (Santo André)	184
Introdução	184
2.7.1 Actividade musical	186
2.7.2 Cantores e instrumentistas	191
2.7.3 Património organológico	194
Fontes e Bibliografia	198
2.8 O Mosteiro de Refoios de Basto (S. Miguel)	200
Introdução	200
2.8.1 Actividade musical	201
2.8.2 Cantores e instrumentistas	204
2.8.3 Património organológico	206
Fontes e Bibliografia	208
2.9 O Mosteiro de Arnóia (S. João Baptista)	209
Introdução	209
2.9.1 Actividade musical	209
2.9.2 Cantores e instrumentistas	212
2.9.3 Património organológico	213
Fontes e Bibliografia	215
2.10 O Mosteiro de Pombeiro (Santa Maria)	216
Introdução	216
2.10.1 Actividade musical	218
2.10.2 Cantores e instrumentistas	222
2.10.3 Património organológico	223
Fontes e Bibliografia	227
2.11 O Mosteiro de Santo Tirso	229
Introdução	229
2.11.1 Actividade musical	230
2.11.2 Cantores e instrumentistas	237
2.11.3 Património organológico	244
Fontes e Bibliografia	247

2.12 O Mosteiro de Travanca (S. Salvador)	248
Introdução	248
2.12.1 Actividade musical	249
2.12.2 Cantores e instrumentistas	251
2.12.3 Património organológico	252
Fontes e Bibliografia	254
2.13 O Mosteiro de Bustelo (S. Miguel)	255
Introdução	255
2.13.1 Actividade musical	256
2.13.2 Cantores e instrumentistas	259
2.13.3 Património organológico	260
Fontes e Bibliografia	264
2.14 O Mosteiro de Paço de Sousa (S. Salvador)	265
Introdução	265
2.14.1 Actividade musical	265
2.14.2 Cantores e instrumentistas	266
2.14.3 Património organológico	271
Fontes e Bibliografia	274
2.15 O Mosteiro de Pendorada (S. João)	275
Introdução	275
2.15.1 Actividade musical	276
2.15.2 Cantores e instrumentistas	278
2.15.3 Património organológico	279
Fontes e Bibliografia	281
2.16 O Mosteiro do Porto (S. Bento da Vitória)	282
Introdução	282
2.16.1 Actividade musical	285
2.16.2 Cantores e instrumentistas	288
2.16.3 Património organológico	291
Fontes e Bibliografia	301

2.17 O Mosteiro de Cucujães (S. Martinho do Couto)	302
Introdução	302
2.17.1 Actividade musical	303
2.17.2 Cantores e instrumentistas	304
2.17.3 Património organológico	304
Fontes e Bibliografia	306
2.18 O Colégio de Coimbra (S. Bento)	307
Introdução	307
2.18.1 Actividade musical	308
2.18.2 Cantores e instrumentistas	310
2.18.3 Património organológico	312
Fontes e Bibliografia	314
2.19 O Mosteiro de Santarém (S. Bento dos Apóstolos)	315
Introdução	315
2.19.1 Actividade musical	315
2.19.2 Património organológico	316
Fontes e Bibliografia	317
2.20 O Mosteiro de Lisboa (S. Bento da Saúde)	318
Introdução	318
2.20.1 Actividade musical	319
2.20.2 Cantores e instrumentistas	324
2.20.3 Património organológico	325
Fontes e Bibliografia	327
2.21 O Colégio de Lisboa (Nossa Senhora da Estrela)	328
Introdução	328
2.21.1 Actividade musical	329
2.21.2 Cantores e instrumentistas	329
2.21.3 Património organológico	330
Fontes e Bibliografia	331

Capítulo 3

Mosteiros Femininos	332
3.1 O Mosteiro de Bragança (S. Bento ou Santa Escolástica)	333
Introdução	333
3.1.1 Actividade musical	333
3.1.2 Cantoras e instrumentistas	336
3.1.3 Património organológico	336
Fontes e Bibliografia	338
3.2 O Mosteiro de Viana do Castelo (Santa Ana)	339
Introdução	339
3.2.1 Actividade musical	340
3.2.2 Cantoras e instrumentistas	350
3.2.3 Património organológico	354
Fontes e Bibliografia	357
3.3 O Mosteiro de Braga (S. Salvador)	358
Introdução	358
3.3.1 Actividade musical	359
3.3.2 Cantoras e instrumentistas	363
3.3.3 Património organológico	364
Fontes e Bibliografia	366
3.4 O Mosteiro do Porto (Ave Maria)	367
Introdução	367
3.4.1 Actividade musical	367
3.4.2 Cantoras e instrumentistas	369
3.4.3 Património organológico	371
Fontes e Bibliografia	372
3.5 O Mosteiro de Semide (Santa Maria)	374
Introdução	374
3.5.1 Actividade musical	375
3.5.2 Cantoras e instrumentistas	381
3.5.3 Património organológico	383
Fontes e Bibliografia	384

Capítulo 4	
Os Beneditinos Portugueses no Brasil	385
4.1 Os Monges Beneditinos Portugueses em "Terras de Além-Mar".	386
4.2 O florescimento da música religiosa no Brasil e seu desenvolvimento nos séculos XVI - XIX.....	393
4.3 Mosteiros do Brasil	414
4.3.1 Estado do Rio de Janeiro: Mosteiro de Nossa Senhora de Monserrate [Rio de Janeiro]	414
4.3.2 Estado da Baía: Mosteiros de S. Sebastião [S. Salvador], Nossa Senhora da Graça [Vila Velha] e Nossa Senhora das Brotas [Brotas]	426
4.3.3 Estado de São Paulo: Mosteiros de Nossa Senhora da Assunção [São Paulo], Nossa Senhora do Desterro [Santos], Nossa Senhora do Desterro [Parnaíba], Santa Ana [Jundiaí] e Santa Ana [Sorocaba]	433
4.3.4 Estado de Pernambuco: Mosteiro de Olinda	438
4.3.6 Estado da Paraíba: Mosteiro de Nossa Senhora de Monserrate [João Pessoa]	443
Fontes e Bibliografia	445

Volume II

III PARTE

Capítulo 1	
A Música nos Mosteiros Beneditinos no contexto da música Religiosa em Portugal (séculos XVII, XVIII e XIX)	452

IV PARTE

Capítulo 1	
Fundos Musicais Beneditinos (Séculos XVII, XVIII e XIX)	509
Capítulo 2	
Dicionário de Músicos Beneditinos	545
Conclusão	641

Apêndice Documental.....	650
Bibliografia Geral.....	674
Índice de Quadros.....	692
Índice Onomástico.....	701

Preâmbulo

Preâmbulo

A presente dissertação visa contribuir para o conhecimento da música praticada nos mosteiros portugueses. A escolha recaiu sobre a Congregação Beneditina pelo facto de não ter sido até agora objecto de estudo pormenorizado. O levantamento da historiografia musical portuguesa efectuado, permitiu observar a existência de estudos de grande valia sobre diversas Ordens religiosas, que permitiram um conhecimento aprofundado da música realizada pelos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, pelos Religiosos da Companhia de Jesus, e por outras Ordens, sendo praticamente desconhecida a actividade musical das casas conventuais beneditinas.

A natureza do trabalho, impôs-nos naturalmente as regras de metodologia a usar. Este estudo apresenta uma dimensão essencialmente informativa, que se pretendeu estruturada de modo a construir um saber histórico, fundamentado num diversificado conjunto de fontes devidamente compulsado e analisado. Sendo equiparada a bolseira, e apesar de nesse período continuar a leccionar algumas disciplinas, pude permanecer muitos meses nos Arquivos estudando documentos que nos permitissem enquadrar, compreender e conhecer a vivência musical então realizada nos mosteiros beneditinos. Lamentamos que não pudéssemos levar tão longe quanto desejaríamos este nosso trabalho, naturalmente por razões de tempo impostas pela carreira a que nos encontramos vinculada, que para além dos resultados obtidos, nos abriu perspectivas de futuros estudos no domínio da História da Música Religiosa em Portugal.

Abreviaturas e Normas de Transcrição Paleográfica

Abreviaturas e normas de transcrição paleográfica

1. A. Abreviaturas

ADB	Arquivo Distrital de Braga
ADP	Arquivo Distrital do Porto
AMSB / Baía	Arquivo Mosteiro de S. Bento / Baía
AMSB / RJ	Arquivo Mosteiro de S. Bento / Rio de Janeiro
AMVC	Arquivo Municipal Viana do Castelo
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
AS	Arquivo de Singeverga
BGUC	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BPMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
CEM	Centro de Estudos Musicológicos
CSB	Congregação de S. Bento
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
FMC	Fundo Monástico Conventual
Ms	Manuscrito(s)
MM	Manuscrito Musical
OSB	Ordem de S. Bento

1. B Répertoire International des Sources Musicales (RIMS, Série A)

D-MUs	Alemanha, Münster, Santini-Bibliothek
D-HVs	Alemanha, Hanover, Stadtbibliothek
E-Mn	Espanha, Madrid, Biblioteca Nacional
P-BRp	Portugal, Braga, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital
P-BRs	Portugal, Braga, Sé
P-Cug	Portugal, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade
P-EVc	Portugal, Évora, Arquivo da Catedral
P-EVp	Portugal, Évora, Biblioteca Pública e Distrital
P-La	Portugal, Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda

P-Lan	Portugal, Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo
P-Lf	Portugal, Lisboa, Arquivo da Fábrica da Sé Patriarcal
P-Ln	Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional
P-LA	Portugal, Lamego, Biblioteca Nacional
P-Mp	Portugal, Mafra, Palácio Nacional
P-Pm	Portugal, Porto, Biblioteca Pública Municipal
P-PO	Portugal, Portalegre, Arquivo da Sé
P-Vs	Portugal, Viseu, Arquivo da Sé
P-VV	Portugal, Vila Viçosa, Casa de Bragança, Museu-Biblioteca

2. Normas de transcrição paleográfica

- * substituíram-se os ditongos *ae* ou *oe* pela vogal *e*;
- * actualizou-se o *u* para *v*;
- * actualizou-se o *i* mesmo quando tinha valor de *j*;
- * actualizou-se o uso de maiúsculas em começo de períodos ou citações, em topónimos, títulos da Divindade e Santos e nas Horas do Ofício Divino,
- * actualizou-se a pontuação em situações confusas, procurando manter o sentido original;
- * separaram-se as palavras indevidamente unidas e reuniram-se os elementos dispersos da mesma palavra;
- * desdobraram-se as abreviaturas;
- * na transcrição dos textos, as partes ilegíveis estão entre parênteses rectos [...]. As frases ou palavras que suscitaram dúvidas estão seguidas de ponto de interrogação também entre parênteses rectos [?].

Introdução

A reflexão levada a cabo para a realização do presente trabalho conduziu-nos a uma tarefa que consideramos de primordial: enquadrar o ensino e prática musical existente no cotidiano monástico beneditino português nos séculos XVII a XIX, através de um levantamento mais exaustivo possível das fontes arquivísticas. Só a concretização de tal tarefa nos permitiria entender plenamente a vida musical religiosa dos mosteiros beneditinos, inserida num contexto musical mais vasto da música religiosa em Portugal.

O período de observação empírica do presente trabalho inicia-se em 1555 com a constituição da *Congregação dos monges negros de S. Bento dos reinos de Portugal*, terminando em 1834 com a extinção das Ordens monásticas no país.

A metodologia aplicada surge na tentativa de corresponder às características da informação histórica disponível, tentando conhecer o maior número possível de fontes manuscritas relacionadas com a prática musical e com o contexto em que ela se inseria. Procurou-se colmatar uma lacuna, que acreditamos existir nos conhecimentos da música e dos músicos beneditinos portugueses.

O corpo do trabalho é constituído por quatro partes: a primeira parte contém um capítulo de carácter geral em que se apresenta uma resenha histórica da Congregação Beneditina Portuguesa com ênfase nos aspectos culturais e artísticos. No segundo capítulo analisam-se os regulamentos da Congregação; reuniu-se, assim, um corpo de directrizes sobre a prática musical litúrgica. São objecto de estudo a *Regra de S. Bento* (Lisboa, 1586), as *Constituições da Ordem de S. Bento* (Lisboa, 1590) e o *Cerimonial* da Congregação (Coimbra, 1647), bem como outras fontes documentais relativas à prescrição de normas para a realização musical litúrgica. A importância dos documentos citados levou-nos a incluir, em apêndice, os respectivos índices. O terceiro capítulo relewa a preparação e ensino musical exigido a todos os que quisessem seguir a vida monacal. Destaca-se de forma particular a formação no Noviciado, a instrução dos Coristas e os *Estudos* ministrados nos *Colégios* da congregação. Apresentam-se as normas impostas pela congregação aos monges e monjas admitidos na congregação pela prenda de *cantar e tocar*.

A segunda parte do trabalho, dividido em quatro capítulos, apresenta o estudo das casas monásticas. O Mosteiro de Tibães por ser a casa-mãe da Congregação mereceu um capítulo à parte. Segue-se outro capítulo em que se estudam vinte e um mosteiros masculinos apresentados segundo a sua localização geográfica, começando com o Mosteiro de Ganfei no Alto Minho e terminando com as duas casas de Lisboa, o Mosteiro de S. Bento e o Colégio de Nossa Senhora da Estrela. Os dois capítulos mencionados abrangem todos os mosteiros

masculinos existentes no século XVIII em Portugal. A abordagem metodológica manteve-se para todos os mosteiros à semelhança do Mosteiro de Tibães, com excepção do Mosteiro de Cabanas (S. João) e Mosteiro de Santarém (S. Bento dos Apóstolos). Aqui, por escassez de fontes documentais, optou-se por apresentar apenas uma introdução e um item dedicado aos músicos e suas funções, (no caso de Cabanas) e uma introdução, a actividade musical e o património organológico do mosteiro (no caso de Santarém). Dos doze mosteiros femininos existentes em Portugal no século XVIII, foram objecto de estudo apenas cinco, devido a razões que se prendem essencialmente com um número reduzido de fontes relativas à época estudada.

Os Mosteiros pertencentes à Província Beneditina no Brasil são objecto de estudo em separado no capítulo quatro, em que se apresenta, além do estudo de onze, dos catorze mosteiros então existentes, uma síntese histórica da fundação da Província Beneditina no Brasil e dos primórdios da música religiosa no contexto da Missionarização no território, bem como o seu desenvolvimento nos séculos XVI a XIX. Dos actuais arquivos existentes nos Mosteiros Beneditinos Brasileiros foi apenas possível a consulta do Arquivo do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro. A trajectória direccionada deste trabalho impunha uma abordagem dos mosteiros beneditinos da então Província do Brasil, não sendo, no entanto, exequível o estudo pormenorizado da prática musical em terras brasileiras.

A terceira parte do trabalho contém uma exposição que tem por objectivo caracterizar a música nos mosteiros beneditinos portugueses, estabelecendo ligações com a música religiosa praticada nas catedrais do país e em mosteiros de outras congregações. O capítulo inclui um estudo sobre os compositores e o repertório que há notícia ter sido interpretado nos mosteiros beneditinos. Destacam-se neste capítulo os compositores beneditinos e respectivas obras musicais que chegaram até nós. Identificam-se obras e autores já conhecidos, cuja biografia era, no entanto, desconhecida. O valioso património organológico outrora existente nos mosteiros beneditinos, é também estudado neste capítulo, sendo abordados aspectos relacionados com o repertório musical e com a história dos instrumentos em Portugal.

Na quarta e última parte da presente dissertação de doutoramento apresenta-se uma inventariação e descrição das fontes musicais que se conservam nos escassos fundos musicais beneditinos ainda existentes (ou que deles há notícia), com obras de compositores beneditinos, obras de outros compositores, dedicadas à congregação ou compostas a pedido dos próprios monges e monjas, ou ainda obras que integravam o repertório musical executado nos mosteiros. O segundo capítulo consta de um *Dicionário de Músicos Beneditinos* onde se incluem monges beneditinos portugueses, monges músicos conventuais nos mosteiros da Província Beneditina no Brasil e monjas beneditinas que se dedicaram à música. Além dos compositores, cantores e instrumentistas são também mencionados organeiros beneditinos. Os dois capítulos mencionados foram elaborados com base nas

informações contidas em bases de dados sobre músicos e fundos musicais beneditinos. As informações recolhidas nas bases de dados que realizamos, foram complementadas com elementos de caracterização e contextualização.

Procuramos com o presente trabalho de investigação enriquecer a historiografia musical portuguesa através de um estudo descritivo e analítico da vida musical da Congregação Beneditina de Portugal que se revelou, de facto, como uma parte da sociedade portuguesa marcada por uma profícua e exímia actividade musical durante os séculos XVII, XVIII e princípios do século XIX.

I Parte — Capítulo 1
A Congregação Beditina em Portugal

Segundo D. Gabriel de Sousa,¹ a história da Ordem Beneditina, a mais antiga em território português, divide-se em quatro fases. A primeira é a da sua Implantação em Portugal. Não sendo possível fixar com exactidão a data da introdução da Regra Beneditina em Portugal, sabe-se, no entanto que foi mais de um século antes da fundação da nacionalidade. Segue-se um tempo de crise que vai cerca de 1230 até 1566. Esta fase divide-se em dois períodos. No primeiro, até 1400, os mosteiros dependem dos seus padroeiros, e no segundo, depois desta data até 1566, passam a ser governados por comendatários. A terceira fase, de reformação total surge no seguimento das grandes reformas eclesiásticas pós tridentinas então realizadas e graças à *Bula Regimini Universalis* do Papa Pio V é constituída em 1567 a *Congregação dos monges negros de S. Bento dos reinos de Portugal*² sendo escolhido o Mosteiro de S. Martinho de Tibães para Casa-Mãe da nova congregação. A liturgia e conseqüentemente o seu suporte musical torna-se um dos principais fundamentos da vida monástica, passando a ocupação principal como modo de expressão espiritual dos monges e o meio de identificação da sua existência interior. As comunidades monásticas unem-se, apresentam as *Constituições* da Ordem, concretizando os princípios da *Regra de S. Bento*. Estabelecem ainda uma hierarquia própria, com assembleias periódicas, denominados Capítulos Gerais, estudando em conjunto a vivência da congregação. Definem igualmente a eleição triannual dos Abades Gerais, Abades dos mosteiros e outros cargos hierárquicos. É neste período inicial que criam a Congregação Provincial no Brasil. Segue-se um período de grande crescimento e expansão. A partir de 1834 e até 1875, a ordem é extinta, tomando-se os seus monges egressos. A quarta fase, que até hoje perdura, dá-se com a restauração da Ordem em 1860.

Fr. Tomás de Aquino, Pregador Jubilado da Congregação, na obra que publicou em 1767, intitulada *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes da Congregação Benedictina do Reyno de Portugal*, apresenta um pequeno historial sobre a *Religião de S. Bento e seu Patriarca* em que diz o seguinte:

"[...] o Príncipe dos Patriarcas S. Bento nasceu no fim do V século da Igreja no anno de 480. Sua patria foi Nursia, cidade da Itália. [...] Sua familia tão illustre, como antiga [...] Consagrou-se a Deos na puericia, deixando com heroica resolução o mundo aos quatorze annos da sua idade.

¹ D. Gabriel de Sousa, "Um Monge Além-Mar na época da Restauração, Frei Bernardo de Braga", *Bracara Augusta*, vol. XXII, nº 51-54 (63-66), Actas do Congresso de Estudos da Comemoração do XIII Centenário da Morte de S. Frutuoso, Tomo II, Braga, 1968.

² A designação de *monges negros* advém da cor do hábito. Os monges de Cister adoptaram um hábito igual ao dos Beneditinos, mas de cor branca.

Fez aspera penitencia no deserto de Subláo, distante quatorze legoas da Corte de Roma. Aqui edificou doze Mosteiros desde o anno de 510 ate o de 529. Deixou este lugar por inspiração do Ceo, e subindo ao monte Cassino, que distava de Sublaco quarenta legoas, nelle começou a estabelecer a vida monastica, aos 49 annos [...] Edificou sobre as ruinas do Paganismo o famoso Mosteiro, que havia ser cabeça de sua Ordem em todo o Orbe Catholico; [...]"³

No Mosteiro de Monte Cassino escreveu S. Bento a sua Regra, que segundo Fr. Tomás de Aquino se expandiu pela Sicília, Península Ibérica e França, ainda em vida do Patriarca, que viria a falecer em 21 de Março do ano de 543. Segundo José Mattoso,⁴ a Península Ibérica tinha um sistema de observâncias baseado nas tradições locais onde estavam situados os mosteiros, adoptando um conjunto de normas pertencentes a várias regras, tendo sido foi provavelmente a última região da Europa a adoptar o sistema da regra única. A este conjunto de normas constituídas a partir da Regra de S. Bento, conhecida e utilizada como fonte literária pelas Regras de Santo Isidoro de Sevilha e S. Frutuoso de Braga, denominava-se *Regula communis*. Só no século XI, com a tentativa de uma maior unificação religiosa, a preferência demonstrada pelos reis da Península aos monges de Cluny e a quebra de isolamento cultural desta região se adopta a Regra de S. Bento. A primeira menção explícita à observância da Regra Beneditina em mosteiros da Arquidiocese de Braga, é de 1087 no mosteiro de S. Romão do Neiva.⁵

Entre os séculos XIII a XVI, os mosteiros beneditinos situados em zonas rurais de Ente Douro e Minho viveram em situação de degradação de observância monástica e carências económicas e culturais. Esta situação era fruto da exploração a que os mosteiros eram dotados por parte dos abades comendatários que mais não faziam que usufruir das rendas dos mosteiros. *Comenda* significava guarda e administração de algo, recebendo o comendatário como retribuição uma parte das respectivas receitas. Os monges viviam dependentes da *mesa conventual*, uma terça parte dos rendimentos do mosteiro, enquanto que para os comendatários ficava a *mesa abacial*, ou seja, duas terças partes. Apesar das *comendas eclesiásticas* terem surgido na necessidade de entregar a alguém a direcção dos mosteiros, a nomeação dos comendatários no século XV em nada melhorou a situação, passando estes a terem a posse e fruição dos bens eclesiásticos, dando origem à ruína quer

³ Fr. Tomás de Aquino, *Elogios dos Reverendissimos DD. Abades Geraes*, Porto, 1767.

⁴ José Mattoso, "A introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica", *Bracara Augusta*, vol XXX, Tomo I, nº 69 (81), Braga, Câmara Municipal, 1976, pp. 97-111.

⁵ A Regra de Santo Agostinho começou a sua penetração nos mosteiros da diocese bracarense, depois da adopção em 1132 da regra e estatutos dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, pelo mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. In José Marques, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 628.

material, quer moral e espiritual dos mosteiros. Nesta fase desapareceram alguns mosteiros beneditinos⁶ e outros, como é o caso do Mosteiro de Vilar de Frades, doado pelo Arcebispo D. Fernando Guerra à Congregação dos Cónegos Azuis (ou Lóios), em 1425, e Manhente, também situado no concelho de Barcelos, reduzido a Igreja secular e unida a Vilar de Frades.⁷ Com a Reforma da Igreja, levada a cabo após o Concílio de Trento, iniciado em 1545, pôs-se fim a esta situação, procedendo-se a uma transformação profunda da vida monástica. O Concílio de Trento tinha-se ocupando na sua última sessão, em Dezembro de 1563, da reforma da vida monástica, deliberando, nessa altura, um conjunto de medidas entre as quais se destacam a censura das *Comendas*, o voto de pobreza e vida em comum, o voto de *Profissão* para maiores de quinze anos, a duração de um ano de noviciado e o *espírito* de congregação monástica. A reforma dos mosteiros beneditinos portugueses dá-se a partir do Mosteiro de Santo Tirso. A Rainha D. Catarina, incumbida D. António Silva, que se encontrava na altura à frente do mosteiro, de iniciar a reforma. Uma vez que esta missão se havia iniciado em Espanha, D. António Silva manda vir deste país, em 1558, Fr. Pedro de Chaves e Fr. Plácido de Vilalobos, monges do Mosteiro de Monserrate, na Catalunha. Concretizada com êxito a reforma do Mosteiro de Santo Tirso, a Rainha D. Catarina e o Cardeal D. Henrique decidiram estender a reforma aos restantes mosteiros beneditinos, pedindo ao Papa Pio V a autorização para organizar em congregação os mosteiros existentes. O Cardeal D. Henrique, dando cumprimento às bulas de fundação da congregação de 1566 e 1567, nomeou Fr. Pedro de Chaves, Abade do Mosteiro de Tibães e Abade Geral da Ordem, por um período de dez anos.⁸ O primeiro Capítulo Geral da Congregação realizou-se no Mosteiro de Tibães em 10 de Setembro de 1570, tendo sido tomadas de imediato decisões tocantes à celebração do Ofício Divino. Na acta ficou anotado que:

"[...] estando todos os Religiosos Capitulares e conventuais juntos na capella maior da igreja postos de giolhos o cantor levantou o hymno, Veni Creator Spiritus[...]"⁹

Naturalmente os *comendatários* procuraram resistir, recusando-se muitos deles a renunciar à *comenda*. No período de transição que se seguiu, a congregação foi tomando posse dos mosteiros, sendo estes governados provisoriamente, por vezes, por Piores, eleitos em Capítulo Geral, até terem a eleição de Abades trienais.

6 Segundo José Marques, no século XV as comunidades beneditinas na Arquidiocese de Braga ficaram reduzidas de vinte e seis a treze, sendo apenas uma feminina. "Mosteiros Beneditinos da Arquidiocese de Braga", *Bracara Augusta*, vol. XXXV, nº 79-80 (92-93), Braga, Câmara Municipal, 1981, p.162.

7 *Idem*, p. 655.

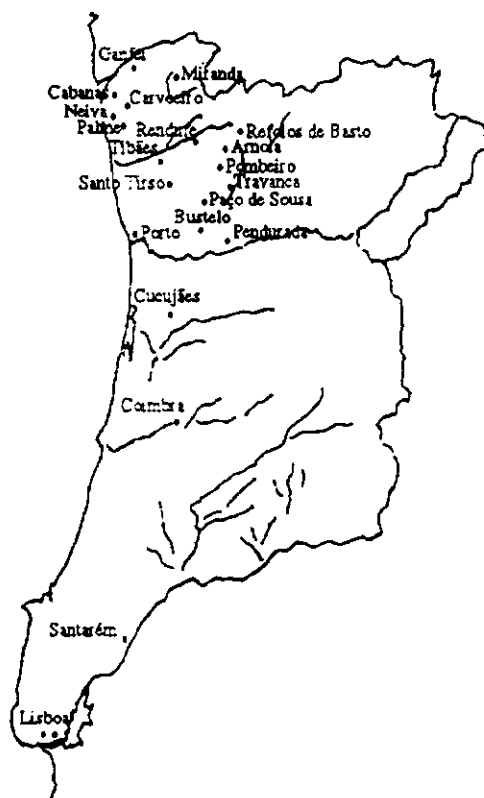
8 Gabriel de Sousa, "O Mosteiro de Rendufe na Congregação beneditina Portuguesa", *Bracara Augusta*, vol. XXXV, Braga, Câmara Municipal, 1981, pp. 171-219.

9 AS, *Livro dos Capítulos Gerais*, f. 2v. V. Capítulo 2.

Seguiu-se um período de grandes reformas na vida monacal e grandes empreendimentos, com a reconstrução com novas *traças* das casas beneditinas e a construção de dois grandes edifícios barrocos em Lisboa e no Porto. Exercendo grande actividade durante os séculos XVI e XVII, a congregação funda mosteiros no Brasil a partir de 1581, estabelece as suas Constituições e prática litúrgica, organiza os seus estudos. A partir da segunda metade do século XVII aparecem sinais de decadência no interior da Ordem, essencialmente atribuídos a privilégios de determinados monges, à falta de control da existência de uma verdadeira vocação à entrada para o estado religioso monacal, com um excessivo número de conventos e monges conventuais. Por outro lado assiste-se também nesta época a uma manifesta renovação intelectual, com figuras de proa como Fr. Francisco de S. Luís, futuro Cardeal Saraiva ou Fr. Joaquim de Santa Clara Gomes. No século XVIII, a congregação possuía além de um património arquitetónico extraordinário, um enorme património rural, com cerca de 220 monges sacerdotes. O número de monges a admitir na Congregação era decidido em Capítulo Geral, sendo os monges transferidos com frequência de um mosteiro para outro, de acordo com as necessidades da congregação. Em 1761, no triénio de Fr. Francisco de S. José, foi elaborada uma lista com os Mosteiros existentes e o número de religiosos e irmãos leigos pertencente a cada mosteiro. O documento apresenta os seguintes números: monges do coro, 397, leigos, 44, num total de 444 conventuais.¹⁰ A partir desta altura segue-se um decréscimo da população eclesiástica, na sequência das medidas do governo de D. José e do seu ministro Pombal que em 25 de Outubro de 1763 proíbe a admissão a ordens de mais candidatos. O mapa seguinte apresenta os mosteiros beneditinos masculinos existentes no século XVIII em Portugal.

10 BPMP, Ms n° 1257, n°3.

Mapa nº 1
Mosteiros de monges beneditinos em Portugal
[século XVIII]¹¹



No início do século XIX, a crise social, política e religiosa sentiu-se também no nosso país. Os ideais da Revolução Francesa trouxeram alguma perturbação aos mosteiros, que sofreram danos consideráveis com as Invasões Francesas, nomeadamente com a invasão de Soult, que entrando pela Galiza se dirigiu ao Porto, invadindo e pilhando os mosteiros por onde ia passando.

Instaurada a guerra civil, vários foram os mosteiros que viram as suas casas servirem de aquartelamento às tropas de D. Miguel. Quatro dias após a assinatura do acordo que pôs fim à guerra civil, foi publicado o Decreto assinado por Joaquim António de Aguiar a 30 de Maio de 1834, que extinguiu as Ordens religiosas em Portugal, sendo os seus bens alienados pelo Estado. A série de diplomas então publicados aboliram os alicerces da sociedade eclesiástica, alterando profundamente as relações do Estado com a Igreja. Antes

¹¹ Mosteiros beneditinos em 1763, segundo as listas de J. B. de Castro, Mapa de Portugal, II, pp. 60-61, *In Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, p. 327.

havia já sido posta em prática a Lei de 1832 de Mouzinho da Silveira, que extinguiu os dízimos, acabando com as bases económicas de sustentação do clero. No ano seguinte iria ser abolido através do Decreto de 29 de Julho de 1833 o foro eclesiástico, retirando à sociedade eclesiástica a sua autonomia e liberdade. Depois da extinção das Ordens os monges abandonaram os mosteiros, refugiando-se em casa de familiares ou amigos. Outros porém houve que antes da extinção, fugindo dos mosteiros, se incorporaram nas tropas de D. Pedro.

Passada a fase inicial que se seguiu à extinção das ordens religiosas, em que os monges *egressos* foram mantendo a sua actividade eclesiástica como párocos e pregadores, inicia-se por volta de 1860, a quarta fase da vida da congregação beneditina portuguesa, com a realização de encontros anuais dos monges sobreviventes no extinto Mosteiro de S. Bento da Vitória, para juntos celebrarem o dia do seu Santo Padroeiro.

O Mosteiro de Singeverga viria a ser fundado em 1892, na freguesia de S. Pedro de Roriz, concelho de Santo Tirso, usufruindo de uma casa doada pela família Gouveia Azevedo.¹² O grupo de monges fundadores, vindos do Mosteiro de Cucujães era constituído por dois padres, um irmão professo e cinco candidatos à profissão. Vivendo na dependência do Mosteiro de Cucujães, que contava com a ajuda da Congregação alemã de Beuron, o Mosteiro de Singeverga passou a priorado independente, em 1922. Antes da elevação a Abadia autorizada por Pio XI em 1938, o Mosteiro esteve ainda dependente da Congregação belga da Anunciação.

Pouco antes da expulsão dos monges portugueses das suas casas monásticas, tinha sido fundado por D. Guéranger o Mosteiro de Solesmes, em França, que viria a renovar profundamente o monaquismo beneditino, através dum retorno à tradição monástica e de uma renovada importância dada ao culto litúrgico.¹³ O mesmo sentido surgiu na Abadia, e depois Congregação de Beuron em 1868. A Congregação belga, fundada em 1920, a partir da Congregação alemã, contribuiu depois para a reforma da Congregação brasileira.

Os mosteiros de beneditinos passaram, a partir de 1893 e por iniciativa do Papa Leão XIII, a estar reunidos numa confederação de congregações, mantendo, todavia, a sua independência.

¹² D. Gabriel de Sousa, *Mosteiro de Singeverga. Cem anos de Vida Beneditina (1892-1992)*, Singeverga, Ora e Labora, 1992.

¹³ José Mattoso, "Beneditinos". *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo, 1965, p. 1054.

Os mosteiros femininos

Paralelamente aos mosteiros masculinos, existem em Portugal, desde o século XI mosteiros exclusivamente femininos que seguem a Regra de S. Bento. A Regra que S. Bento escreveu para os monges foi adaptada à vida monástica feminina. A sua adopção deu-se de forma progressiva, a partir da influência de Cluny, sendo possível constatar a existência de muitos mosteiros femininos na Península. Os Mosteiros mais antigos em território português são os Mosteiros de Vitorino das Donas (Viana do Castelo), Vairão (Vila do Conde), Rio Tinto (Porto), Arouca, Ferreira das Aves (Viseu), Lorzão e Semide. No século XIII os Mosteiros de Arouca e Lorzão passaram para a Ordem de Cister. Nos séculos XIV e XV, os mosteiros femininos entram também em decadência, sofrendo a exploração de patronos e comendatários. Neste período, alguns dos mosteiros passaram a igrejas paroquiais e outros, mais tarde congregados num só. A extensão dos mosteiros femininos deu-se paralelamente à propagação da Ordem de S. Bento pelo mundo ocidental, uma vez que existiam no passado mosteiros dúplices, com *frates* e *sorores*, vivendo em casa contíguas, separadas, sob a direcção de um único abade ou abadessa (mais raramente). Os mosteiros femininos não constituíram, no entanto, uma segunda Ordem, tal como acontece, por exemplo, com a Ordem Franciscana. A sua padroeira é Santa Escolástica, irmã do Patriarca S. Bento, que seguiu a vida monástica num mosteiro feminino próximo do Mosteiro de Montecassino.¹⁴ No Mosteiro de Rendufe existe uma imagem de Santa Escolástica com o hábito solene usado pelas monjas beneditinas portuguesas, datada do primeiro quartel do século XVIII. A partir do século XVI foram florescendo vários mosteiros: o Mosteiro de Santa Ana, em 1509, o Mosteiro de S. Bento da Avé Maria, fundado em 1536, o Mosteiro de Viana do Castelo (S. Bento) em 1545, o Mosteiro de Santa Escolástica de Bragança em 1590, o Mosteiro de Moimenta da Beira, em 1596, e outros. No seguimento da Reforma tridentina fecharam alguns mosteiros femininos, passando os que continuaram a sua existência a ter a obrigação de terem Abadessas trianuais, tal como se verificou nos mosteiros masculinos. Foram, no entanto, criados novos mosteiros, como é o caso do Mosteiro de Viseu (Bom Jesus), em 1592, e o Mosteiro de Braga (S. Salvador), em 1602. A vida monástica no Mosteiro do Bom Jesus de Viseu iniciou-se com seis monjas vindas do Mosteiro de Santa Eufémia de Ferreira das Aves. O grupo chefiado pela Abadessa D. Leonor das Chagas incluía a Cantora Mor, D. Filipa da Anunciação, que na Missa solene

¹⁴ Gabriel de Sousa, "Beneditinas", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Dir. de António Alberto Banha de Andrade, Lisboa, Ed. Resistência, 2º volume, 1983, pp. 319-340.

celebrada pelo Bispo, entoou no Coro um *Te Deum*.¹⁵ Um dos maiores mosteiros femininos de S. Bento foi o Mosteiro de Vairão, que seguindo a Regra desde o século XI, funcionou como mosteiro dúplice com *frates e sorores*. A partir de 1634, o mosteiro passou a ser governado por abadessas trienais, tendo no início de século XVII cerca de cem monjas conventuais. A igreja do mosteiro, reconstruída nos finais do século XVIII, serve actualmente de igreja paroquial. Segundo Geraldo Coelho Dias, este mosteiro desempenhou papel primordial na época posterior à reforma tridentina assistindo-se " a um certo arreganho do monaquismo beneditino feminino por obra e graça das monjas de Vairão."¹⁶

No século XVIII, foi fundado o Mosteiro de S. Bento na cidade de Barcelos, com monjas de Nossa Senhora da Conceição de Monção, que durante nove anos residiram em Braga. A decisão do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles de instalar definitivamente esta comunidade em Barcelos foi recebida com agrado pelas monjas. As celebrações realizadas aquando da tomada de posse do convento contaram com a colaboração dos músicos da capela arcebispal que alternando com o coro das monjas, solenizaram as primeiras Vésperas e Matinas realizadas no mosteiro.¹⁷

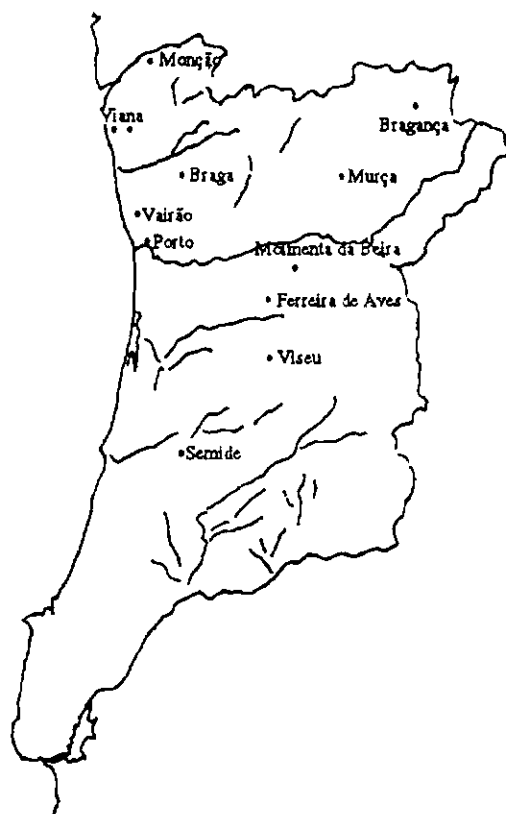
O mapa seguinte apresenta os mosteiros beneditinos femininos existentes no século XVIII em Portugal.

15 Gabriel de Sousa, "Beneditinas", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Dir. de António Alberto Banha de Andrade, Lisboa, Ed. Resistência, 2º volume, 1983, p. 339.

16 Geraldo J. A. Coelho Dias, *O Mosteiro das Beneditinas de Bragança e as Visitações do Bispo Diocesano, Actas do Congresso histórico, Páginas da História da Diocese de Bragança - Miranda*, Bragança, Comissão de Arte Sacra de Bragança - Miranda, 1997, p. 446.

17 AS, *Livro de eleições de abadessas dpo mosteiro de S. Bento de Monção, 1659. Hoje em Barcelos. 1715 anos*, f. 21. (*Relação encomiástica de solene trasladação que fez o Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Rodrigo de Moura Teles [...]*)

Mapa nº 2
Mosteiros de monjas beneditinas em Portugal
(século XVIII)¹⁸



Em 5 de Agosto de 1833 é publicado o Decreto que proíbe a admissão a Ordens Sacras a noviçadas monásticas, mandando despedir as noviças existentes. No ano seguinte, com a extinção das ordens em 1834, os mosteiros femininos foram fechando progressivamente, até ficarem despovoados, com a morte das últimas religiosas. Actualmente não existe nenhum dos antigos mosteiros, tendo sido criadas entretanto outras casas monásticas. Em 1935, a Congregação belga da Rainha dos Apóstolos abriu uma casa monástica perto do Mosteiro de Singeverga, sendo edificado o Mosteiro de Roriz (Santa Escolástica). Posteriormente foram fundados os Mosteiros de Santa Maria do Mar, Sassoeiros (Carcavelos), Baltar (Paredes), com o apoio da Congregação Alemã de Tutzing, em 1961 e Torrão (Évora), fundado em 1976, pelas Beneditinas da Rainha dos Apóstolos.

¹⁸ Segundo D. Gabriel de Sousa, *In "Beneditinas", Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Dir. de António Alberto Banha de Andrade. Lisboa, Ed. Resistência, 2º volume, 1983, p. 320.

Os monges beneditinos portugueses

Os beneditinos, foram ao longo dos tempos monges simples, monges dedicados à agricultura, monges de grande craveira intelectual, quer no ramo das Ciências Exactas quer Humanas, monges artistas, escultores, arquitetos, pintores, escritores e músicos. Numa sintonia perfeita com os habitantes à volta dos mosteiros, o papel e acção dos centros beneditinos, do ponto de vista cultural, social e económico foi de primordial importância para o desenvolvimento das populações. No exercício das Artes, das Ciências e no magistério, o apostolado dos monges beneditinos viria a reflectir-se ao longo dos tempos na vida do país.

Segundo José Mattoso "Entre as ordens religiosas portuguesas, os monges de S. Bento distinguem-se mais, talvez, por um certo espírito aristocrático que os aproximava das famílias nobres rurais do Norte, espécie de *gentry* que se podia entregar ao estudo, mas que cultivava com não menos interesse a administração das propriedades, a pregação, o culto divino, a arquitetura e a escultura barrocas e as relações sociais."¹⁹ O seu princípio era o da ocupação constante. As suas obrigações consistiam na celebração do Ofício Divino e sua preparação para que fosse celebrado com dignidade e esplendor, no estudo, no ensino, na pregação. Os monges cultivavam também as suas terras, desenvolvendo um trabalho incansável no campo da produção agrícola.

Os primeiros mestres da Congregação, imbuídos de uma vasta erudição, caracterizada pelo espírito pós-tridentino, tiveram a sua formação na Universidade de Coimbra, polo importantíssimo da formação dos intelectuais desta geração. Fr. Leão de S. Tomás foi um desses monges que se evidenciou, tendo sido Doutor, Mestre Universitário, Pregador, Abade Geral da Ordem por duas vezes, respectivamente em Novembro de 1627 e Maio de 1638. Foi também o autor da Crónica da sua Ordem, *Benedictina Lusitana*, representativa da cultura do seu tempo, tornando-se nas palavras de José Mattoso "um documento típico, muito rico e extraordinariamente variado, da cultura clerical portuguesa em meados do século XVII."²⁰ Fr. Leão de S. Tomás viria a falecer a 6 de Junho de 1651. Fr. Rafael de Jesus, nascido em 1614, foi também um célebre cronista beneditino. Em 1681, foi nomeado por D. Pedro II, Cronista-mor do Reino, escrevendo nessa altura a *Monarquia Lusitana*.

Outros exemplos de grande curiosidade intelectual, conhecimento e cultura, representantes das ideias iluministas no seio da igreja, foram os monges Fr. Joaquim de

¹⁹ Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, Tomo I, Notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974, Introdução, (XI).

²⁰ *Idem*, Introdução, (LV).

Santa Clara Brandão (1740-1818) e D. Fr. Francisco de S. Luís Saraiva (1766-1845). O primeiro, Cantor e Organista da congregação, foi Lente da Universidade de Coimbra, Director Geral dos Estudos da Congregação e Arcebispo de Évora e o segundo, Reitor e Cardeal Patriarca de Lisboa. Ambos deixaram várias obras publicadas. Fr. Francisco de S. Luís, que entrou para a congregação aos 14 anos de idade no Mosteiro de Tibães pela *prenda de organista*,²¹ ocupou vários cargos políticos, preparando o anteprojecto da Constituição e tomando parte activa nas Cortes de 1821. Esteve depois recolhido nos Mosteiros de Alcobaça e Serra de Ossa, após a viragem política de 1823-24. Com o triunfo do Liberalismo, viria a ser libertado, desempenhando de novo vida política activa. A sua nomeação para Patriarca de Lisboa foi confirmada pela Santa Sé em 1842. A sua numerosa obra histórica abrangendo dez volumes, foi publicada em Lisboa, sob a designação de "Obras Completas" entre os anos de 1856 a 1878.²² No decurso das suas leituras em Ponte de Lima em 1825 e depois em Lisboa, em 1839, publicou o Bispo Conde D. Francisco uma *Lista de alguns artistas portugueses*, nomeadamente arquitetos, construtores de navios, copistas, escultores, entalhadores, pintores, gravadores de medalhas e músicos. Entre estes, o autor refere o monge beneditino Fr. Domingos de S. José Varela como o "melhor que teve a Congregação beneditina de Portugal nestes nossos tempos."²³

Certamente guiados pelo exemplo dos monges mauristas da Congregação Francesa que no século XVIII grangearam a fama de estudiosos de grande profundidade e minúcia, os monges beneditinos portugueses, demonstraram também o enorme apreço que tinham aos livros. A hierarquia da congregação procurou dedicar uma atenção especial às bibliotecas dos mosteiros, cuidando em verificar o estado das instalações, as condições em que os livros e documentos se encontravam, a sua conservação e arrumação. Os mosteiros, dotados de uma verba própria procuravam actualizar as suas bibliotecas. A nota mais interessante a salientar, é, no entanto, o facto dos beneditinos terem aberto as suas bibliotecas aos sábados a todos os estudiosos que as quisessem frequentar. Isto aconteceu, por exemplo nos Colégios de Coimbra e Lisboa. A Livraria da Casa-mãe da Congregação possuía milhares de espécies devidamente catalogadas por Fr. Francisco de S. Luís no *Index da Livraria de Tibães*, elaborado entre 1797 e 1798. De acordo com a divisão apresentada por Fr. Francisco de S. Luís, a classe de Ciências e Artes tinha uma percentagem de 11,2 do total dos livros

21 Ver II Parte, capítulo 1, p. 112.

22 Luís A. de Oliveira Ramos, *O Cardeal Saraiva*, Vol I, II, Porto, Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras, 1972.

23 Fr. Francisco de S. Luís, *Lista de alguns Artistas Portuguezes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839, p. 46.

existentes na biblioteca.²⁴ Segundo Oliveira Ramos, a *Livraria de Tibães* "reflete o que então na Ordem se pensava das bibliotecas e dos livros, no quadro duma ambiciosa política de cultura moldada pelas "luzes do século"."²⁵

Os Beneditinos e a Arte Barroca em Portugal

Os Beneditinos tiveram um papel fundamental no Barroco português. A arte barroca foi uma arte nacional por excelência, que se impôs a partir dum plano local ou regional. Aurélio de Oliveira chama a atenção para o papel e a ação dos centros beneditinos "na dupla dimensão do seu enquadramento económico, como mental, social e religioso" na génese, difusão e irradiação do fenómeno artístico do barroco. Considerando os mosteiros de S. Bento "alforges e escolas" para as várias modalidades e manifestações do Barroco, o autor aponta a Ordem Beneditina como a que teve um maior entrosamento com as populações, exercendo a sua influência, podendo ser assim explicado o cariz popular desta arte.²⁶

Entre as figuras cimeiras da Ordem, está Fr. Cipriano da Cruz, o escultor do "Imaginário", como lhe chamou Fr. Marceliano da Ascensão na *Crónica de Tibães*.²⁷ Fr. Cipriano nasceu em Braga, entrando para a congregação pelo hábito de *Donato*, em 1676, quando tinha já considerável fama do seu ofício. Permaneceu noviço cerca de nove anos, professando no triénio de 1683 - 1685. A sua vida que durou até 1716, foi dedicada à escultura iniciando uma tradição escultórica que havia de perdurar até finais do século XVIII. Designado por Roberth Smith "escultor de Tibães", por ali ter vivido a sua vida monástica e ali ter deixado a maioria dos seus trabalhos, executou também para a Igreja de S. Bento de Coimbra um conjunto significativo de estátuas²⁸

Marceliano de Araújo, escultor bracarense, nascido por volta de 1690, foi segundo Roberth Smith, o herdeiro artístico de Fr. Cipriano da Cruz.²⁹ A primeira obra conhecida de Marceliano de Araújo são os 36 painéis que entalhou para os espaldares do cadeiral do Coro da Igreja de S. Bento da Vitória, no Porto. Os painéis em relevo que contêm cenas da vida

²⁴ A biblioteca possuía 3218 obras com predomínio de obras de Teologia e História. In Luís A. de Oliveira Ramos, "Os monges e os livros no século XVIII: o exemplo da biblioteca de Tibães", *Bracara Augusta*, vol XXXV, nº 79-80 (92-93), Braga, Câmara Municipal, 1981, p. 497.

²⁵ *Idem*, p. 499.

²⁶ Aurélio de Oliveira, "Os Beneditinos e os caminhos do Barroco", *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, pp. 161-162.

²⁷ AS, Fr. Marceliano da Ascensão, *Crónica de Tibães*.

²⁸ Robert C. Smith, *Frei Cipriano da Cruz- Escultor de Tibães*, Barcelos, Livraria Civilização, 1968, pp. 77-98.

²⁹ Robert C. Smith, *Marceliano de Araújo*, Porto, Nelita Editora, 1970, p. 12.

do Patriarca S. Bento integram-se na obra do entalhador de Landim, Gabriel Rodrigues Alves, que trabalhou intensamente no primeiro quartel de setecentos para a Congregação beneditina. São da sua autoria as duas caixas dos órgãos de S. Bento da Vitória, construídas no triénio de 1716 - 1719. Gabriel Rodrigues Alves é também o autor da magnífica talha da Capela Mor da Igreja de S. Salvador, em Braga e da Igreja do Mosteiro de Santo André de Rendufe.

As caixas dos órgãos da Sé de Braga, da autoria de Marceliano de Araújo, com seis alegorias representando a *Fé*, a *Caridade*, a *Esperança*, a *Religião*, a *Fortaleza* e a *Concórdia* são, segundo Roberth Smith, uma homenagem do autor a Fr. Cipriano da Cruz, seu antecessor na escultura bracarense, autor das oito imagens de *Virtudes* da sacristia da Igreja do Mosteiro de Tibães. As estátuas dos órgãos da Sé viriam depois a inspirar as alegorias das caixas dos órgãos dos Mosteiros de S. Miguel de Refóios de Basto e de Tibães, do famoso monge beneditino do século XVIII, Fr. José de Santo António Vilaça.³⁰ Sobre este monge escreveu Roberth Smith, baseado no seu diário manuscrito que hoje se conserva, denominado *Livro de Rezam*.³¹ Fr. José de Santo António Vilaça nasceu em Braga em 1731, entrando para a Congregação Beneditina em 1758 no Mosteiro de Tibães, permanecendo irmão donato tal como outros artistas beneditinos. É autor de um enorme conjunto de esculturas em madeira, pertencentes aos mosteiros da Ordem de Entre Douro e Minho. Inicialmente Fr. José de Santo António Vilaça foi executante das obras do arquiteto e escultor, André Soares que nas palavras de Roberth Smith introduziu em Braga " um verdadeiro estilo próprio, expressado na arquitetura, na escultura em pedra e na talha, que rapidamente se expandiu pelas cidades e vilas satélites"³² Este novo estilo inaugurado por André Soares e apreendido e continuado por Fr. José de Santo António Vilaça, viria a representar uma genuína expressão barroca regional. As obras de autoria de Fr. José de Santo António Vilaça constam de um catálogo elaborado por Roberth Smith³³ onde figuram trabalhos de arquitetura, escultura em madeira, retábulos, sanefas e caixilhos, grades e balaustradas, púlpitos, imagens, oratórios, portas, diversos tipos de mobiliário e caixas de órgão. São da sua autoria as caixas de órgão dos Mosteiros de Refóios de Basto, Pombeiro, Tibães, Vilar de Frades, Santo Tirso (*realejo*), da Igreja setecentista de S. Frutuoso em Real (Braga), e das Igrejas de Santa Marinha da Costa e Santa Casa da Misericórdia em Guimarães.

30 Robert C. Smith, *Marceliano de Araújo*, Porto, Nelita Editora, 1970. p. 46.

31 Robert C. Smith, *Frei José de Santo António Vilaça, Escultor beneditino do século XVIII*, vol. I, II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

32 *Idem*, vol. I, 1972, p. 178.

33 *Idem*, vol II, pp. 353-359.

Aos beneditinos coube também um papel de relevo na difusão do Barroco no Brasil, sendo disto exemplo o Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro, onde se "assinala a presença de formas e temas, quase directamente transplantados de Tibães".³⁴

Entre tantos outros monges artistas que se evidenciaram ao longo dos tempos, menciona-se ainda o pintor José Teixeira Barreto que ingressou no Mosteiro de Tibães em 1782, adoptando o nome de Fr. José da Apresentação.³⁵ Nos três anos que aí permaneceu o pintor deixou várias obras, nomeadamente dois quadros representando S. Bento e Santa Escolástica, bem como retratos de Papas, Abades Gerais da Congregação e figuras da realeza portuguesa. Depois de ter estado no Mosteiro de S. Bento em Lisboa, Barreto obtém a secularização, sendo bolseiro em Roma nos anos 90. Regressando a Portugal manifestou o desejo de ingressar de novo na Congregação. A resposta favorável da Ordem chega porém, tarde demais, morrendo o pintor no ano de 1810. Em documento escrito, deixou mais de 250 painéis atribuídos a pintores famosos, ao Mosteiro de Tibães, espólio que viria a constituir o Museu e Galeria de Pintura do Mosteiro de Tibães. Em 1834, além das 90 telas deixadas ao mosteiro por Teixeira Barreto, Tibães possuía uma colecção de cerca de três centenas de quadros.³⁶ Depois da extinção do mosteiro o acervo da pinacoteca teve idêntico destino ao espólio da biblioteca, dispersando-se por instituições do Estado e pessoas particulares.

A Congregação Beneditina em Portugal desempenhou, ao longo da sua existência, um papel proeminente quer do ponto de vista histórico, quer artístico, na sociedade portuguesa. Os seus templos, os seus edifícios conventuais, a sua talha e as suas alfaias, demonstraram a grandeza da sua Ordem. Os monges ilustres e estudiosos que teve ao longo da sua existência, fizeram-na uma Ordem de reconhecido mérito em Portugal.

34 In Aurélio de Oliveira, "Os Beneditinos e os caminhos do Barroco", *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, p. 162.

35 Pedro Vitorino, *José Teixeira Barreto, Artista Portuense (1763 - 1810)*, Coimbra, 1925.

36 *O Livro das Alfaias* do Mosteiro de Tibães, que hoje se conserva no Arquivo do Mosteiro de Singeverga, revela os quadros de Fr. José da Apresentação, bem como o lugar onde se encontravam no mosteiro. In Robert Smith, *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, Escultor beneditino do século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 298, nota 203.

I Parte — Capítulo 2
A Regulamentação da Prática Musical Litúrgica

Os Capítulos Gerais da Congregação Beneditina foram ao longo da sua história instrumentos de consolidação e restauração da observância da vida monástica. O primeiro Capítulo Geral da *Congregação dos Monges Negros de S. Bento* de Portugal fundada em 1566, realizou-se no Mosteiro de Tibães no ano de 1570, sendo presidido pelo Abade Geral Fr. Pedro de Chaves. Estiveram presentes dezanove representantes de oito mosteiros: Abades de Tibães, Rendufe e S. Romão do Neiva; Priores de Alpendurada, Pombeiro, Refoios de Basto e Santo Tirso, o *Curator* de Coimbra e sete Procuradores. Tinham por missão constituir um quadro constitucional da Congregação com base nas Constituições de Valladolid.¹ As actas desta reunião, conservadas no Arquivo do Mosteiro de Singeverga,² contêm várias directrizes no tocante ao Ofício Divino e constituem após a fundação da Congregação Beneditina em Portugal o primeiro conjunto de orientações referentes aos serviços litúrgicos realizados ao longo do dia e noite pelos monges conventuais. As orientações referem-se aos Ofícios das Horas, da Missa e aos Ofícios realizados em dias especiais. Da acta da reunião emana a determinação dos Capitulares no sentido de procurar estabelecer regras próprias e comuns a todos os mosteiros, indicando os ofícios a realizar e o modo de concretização de cada um. Relativamente à prática musical litúrgica os Capitulares mencionam os Ofícios ou partes dos Ofícios que deviam ser cantados. O texto diz o seguinte:

"[...] Procedendo para determinar a differença que avia de ver en fazer os officios divinos en as casas grandes, ou nas pequenas se diffinio, que en Tibães, Rendufe, pombeiro, refoios, Travanca, santo Thirso, São João dalpendorada se fação uniformitex, sendo que as matinas se digão a meya noite despertando o vonvento hum quarto de hora antes das doze o qual se hade gastar em vestirse, e enconsiderar para que se lavantão os religiosos que he para adorar, bendizer, e dar graças a nosso Senhor para o qual não he rezão que vão sonolentos, e sem consideração, e que nas festas de quatro capas principais, se diga o invitatório, e Himno cantados, e as laudes e isto tirando o Te Deum Laudamus, e o Evangelho que nas festas de doze lições para riba sempre se hade cantar. En as festas de Natal, da Ressurreição do Spiritu Sancto, Assumpção, e Natividade de Nossa Senhora, as festas de nosso Padre S. Bento dirseam todas as matinas e laudes cantadas em as casas donde ouver estes officios apontados, e onde os não ouver dirão, o que ouver apontado. Nas festas dos Apostolos que não tem officio proprio ou ainda que o tenhamo cantar se ha o invitatorio, Evangelho Te deum Laudamus, e da capitula por diante, o officio dos tres dias das trevas donde o ouver apontado cantar se ha todo com suas Lamentações, e donde o

¹ Geraldo J. A. Coelho Dias, "O Mosteiro de Tibães e a Reforma dos Beneditinos Portugueses no séc. XVI", *Revista de História*, vol. XII. Porto, Centro de História da UP, 1993, p. 113.

² AS, *Livro dos Capítulos Gerais*.

não ouver dirseha intuado; Aos domingos de duas capas digase o invitatório cantado e o hymno, e o *Te Deum Laudamus* com o evangelho[...] A prima nas festas de quatro capas, domingos, e festas de guardar dirse ha toda cantada. A terça sempre se dirá cantada, e nas festas de quatro capas também a sexta, e nona se dirão intoadas. As vespervas havendo seis monges sempre se dirão cantadas havendo orgão e não nos avendo dirão da capitula adiante cantadas. As completas nas festas de quatro capas dirse hão cantadas por oitavo tom, e depois de dizer o verso de *custodi nos domine* o Abade ou o mais Ancião do choro direito levantara o cântico *Nunc dimittis*. Os outros dias dirseão intoadas, e hum pouco altas com a *Salve no fim*".[...]³

Apresenta-se de seguida uma síntese dos princípios enunciados relativos à celebração dos Ofícios nos mosteiros de maiores dimensões, denominados "casas grandes". Nos Mosteiros de Tibães, Rendufe, Pombeiro, Refoios de Basto, Travanca, Santo Tirso e Alpendorada que constituíam os mosteiros de grande dimensão, devia haver os seguintes procedimentos:

- as Matinas deviam celebrar-se à meia noite;
- nas Festas de Quatro Capas Principais, o Hino e as Laudes deviam ser cantados;
- nas Festas de Doze Lições, o *Te Deum laudamus* e o Evangelho deviam ser sempre cantados;
- nas Festas de Natal, Ressurreição, Natividade de Nossa Senhora e S. Bento, as Matinas e Laudes deviam ser cantadas;
- nas Festas dos Apóstolos, o Invitatório, o Evangelho e *Te Deum laudamus* deviam ser cantados;
- o ofício das Trevas de três dias devia ser cantado com as suas Lamentações;
- nos Domingos de Duas Capas, o Invitatório, o Hino e o *Te Deum laudamos* com o Evangelho deviam ser cantados;
- a Prima nas Festas de Quatro Capas, Domingos e festas de Guarda devia ser toda cantada;
- a Terça devia ser cantada;
- nas festas de Quatro Capas a Sexta devia ser cantada;
- se houvesse seis monges e acompanhamento de órgão, as Vésperas deviam ser cantadas;
- nas Festas de Quatro Capas as Completas deviam ser cantadas em oitavo tom. Depois do verso de *Custodi nos Domine* o Abade ou o monge mais velho do coro do lado direito devia cantar o cântico *Nunc Dimittis* .

³ AS, *Livro dos Capitulos Gerais*, f. 3v. Na margem do documento, onde vem mencionado o cântico *Nunc Dimittis* está escrito o seguinte: "he de septimo tom".

Sempre que se fazia um ofício de maior solenidade, o Cantor colocava uma capa durante a sua celebração. As Festas Principais eram designadas por *Festas de Quatro Capas*, porquanto havia quatro ou mais monges que vestiam as suas capas para cantarem o Invitatório e o Salmo *Venit exultemus*. Nas Festas menos solenes, denominadas *Duplex* (de primeira ou segunda classe, conforme a solenidade), havia dois monges com suas capas.

Nos mosteiros de menores dimensões, de acordo com o texto que a seguir se transcreve, as Matinas deviam celebrar-se duas horas antes do amanhecer. Na Prima, o Hino podia ser cantado para que os monges se exercitassem nos tons e a Terça devia ser cantada com a missa, se estivessem quatro ou mais monges no coro. Os restantes ofícios diurno e nocturno deviam ser rezados, com excepção das Vésperas que podiam ser cantadas.

"[...] Nas casas piquenas as matinas dilas hão duas horas antes de dia de maneira que quando acabarem possão immediatamente dizer prima a hymno da qual poderão dizer cantado porque se exercitem nos tons dos hymnos, e da capitula adiante. Achando-se quatro ou mais no choro o dirão a terça cantada com a missa: todo o demais asi officio nocturno, como diurno dirão rezado e bem pausado salvo as vesperas que poderão cantar da capitula adiante.[...]"⁴

A acta do Capítulo Geral refere depois, em particular, as normas referentes ao ofício da Missa:

- a Missa de Nossa Senhora devia ser cantada depois da Prima, seguindo uma prática já realizada na Congregação de S. Bento de Castela;
- nos mosteiros com *Colégios de Artes*, a Missa Maior devia ser celebrada depois da Hora de Prima, com excepção dos dias sem Lição, que incluíam celebração obrigatória da Missa de Nossa Senhora;
- a Missa Maior devia ser sempre cantada em todos os mosteiros.

A mesma acta contém indicações sobre a configuração da Missa, no que diz respeito às partes cantadas e à intervenção do órgão:

"[...] No tempo que se ouver de dizer gloria na missa se for dia de quatro cappas principais dir-se-ha toda cantada começando-a os cantores. Os outros dias nas casas onde ouver órgão dir-se-ha a versos começando o órgão. Quando se ouver de dizer credo, nas paschoas, domingos, e dias de apostollos se dira cantado.

No que toca aos Kyrios, Sanctus e Agnus, faça-se como he costume [...]"⁵

4 *Idem*, f. 6.

5 *Idem*, f. 4v.

A particular devoção que os monges beneditinos sentiam por Nossa Senhora é realçada através da indicação de que diariamente no final da celebração das Horas do dia se deveria dizer a Antífona *Salve Regina* composta pelo Doutor Frei Hermano.⁶ Todas as semanas, no dia seguinte ao dia em que era celebrada a Missa de Nossa Senhora, devia ser cantada uma Missa de Requiem pelas almas dos fundadores e benfeitores dos mosteiros beneditinos, realizando-se no final uma procissão pelos claustros; em cada mês, devia ser celebrada uma missa em favor de suas Altezas Reais e no dia a seguir ao dia de S. Sebastião, devia ser celebrada uma missa solene cantada, em favor do Rei. Todos os Capítulos Gerais deviam terminar com uma missa cantada seguida de *Te Deum laudamus* cantado na Capela Mor da Igreja, por todos os capitulares.

O segundo Capítulo Geral da congregação beneditina viria a ter lugar no Mosteiro de Tibães em 1575, e nele foi colocada a questão de ser permitido ou não cantar-se no Coro o canto polifónico. A resposta foi afirmativa, embora os membros capitulares tivessem demonstrado algumas reservas. O texto que a seguir se transcreve, contém na margem direita a seguinte indicação: "*Por agora se permite o canto de órgão no coro, com quanto aja muita quietação*".

"[...] Item sendo proposto diante do Capítulo se os choros de nossas casas se cantaria canto dorguam no officio divino foi diffirido se concedese principalmente em Sam Bento de Lisboa por se fazer así nos outros Mosteiros ainda que ate aguora em nossa ordem não se permitia por alguma inquietação que foe aver no choro a qual se manda aos cantores maiores que evitem.[...]"⁷

O texto é revelador de alguma resistência relativa à existência de música polifónica nos Ofícios Divinos realizados nos mosteiros beneditinos, uma vez que em finais de quinhentos coexistiam nos mosteiros e catedrais em Portugal os dois princípios básicos de prática musical: o canto em unísono (cantochoão) e polifonia (canto d'órgão) vocal e instrumental, com intervenção do órgão e de instrumentos de sopro. No entanto, esta afirmação só é válida relativamente ao início desta prática, porquanto a partir desta data (1575) não mais deixou de se fazer ouvir música polifónica nos mosteiros da Ordem.

⁶ O texto refere-se a Hermannus Contractus (1013-1054), monge beneditino formado no Mosteiro de Reichenau, teórico musical e compositor. O seu Tratado *De Musica* encontra-se num manuscrito do século XII actualmente conservado na Universidade de Rochester. As suas melodias *Salve Regina*, *Alma Redemptoris Mater* e *Ave Regina Coelorum* foram, ao longo dos séculos, usadas em muitas composições polifónicas. In Lawrence Gushee, Hermannus Contractus", *The New Grove Dictionary of Music and Musicians*, vol. 8, London, Macmillan, 1980, pp. 508 - 509.

⁷ AS, *Livro dos Capítulos Gerais*, f. 37.

Neste capítulo foram ainda tomadas as seguintes decisões relativas ao Ofício Divino:

- as Vésperas e Ofício da Missa podiam ser celebradas nas capelas maiores, em dias de festas principais, desde que nelas houvesse coros;
- os ofícios das festas principais podiam ter um maior número de Salmos e Antífonas cantadas.

No Capítulo Geral realizado no ano de 1599 em Tibães, ficou determinado que os monges Cantores só estariam autorizados a cantar em Igrejas de mosteiros pertencentes à Ordem Beneditina ou a outras ordens.⁸

A Regra de S. Bento

Em 1586, sendo Abade Geral da Congregação Fr. Plácido de Vilalobos, é publicada em língua portuguesa a Regra de S. Bento. Foi impressa em Lisboa, com a autorização do Supremo Conselho da Santa Inquisição, por António Ribeiro, ficando as despesas a cargo da Congregação de S. Bento.⁹ As indicações contidas, no tocante à prática musical litúrgica a seguir em todos os mosteiros da congregação, constam de vários capítulos, e constituem uma fonte de informação relativa a esta matéria. Segundo José Mattoso,¹⁰ até à época carolíngia o conjunto de regras adoptado pelos mosteiros não estava consignado num texto único ou numa regra única, mas consistia num conjunto de costumes baseado em várias regras e nas tradições locais. A Península Ibérica terá sido a última região da Europa a adoptar o sistema de regra única. A influência europeia dá-se a partir do século XI, coincidindo com a adopção da Regra de S. Bento pela maioria dos mosteiros peninsulares. Isoladamente, alguns mosteiros observaram esta regra anteriormente a este período.¹¹

As Horas do Ofício Divino, segundo a Regra de S. Bento eram as seguintes: Matinas, Laudes, Prima, Terça, Sexta, Noa, Vésperas e Completas.

⁸ AS, *Livro dos Capítulos Gerais*, f. 191.

⁹ AS, *Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento, tirada de Latim em lingoagem Portuguesa. por industria do muito Reverendo Padre Fr. Placido Villalobos Geral nesta Congregação de Portugal*, 1586.

¹⁰ José Mattoso, "A Introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica", *Bracara Augusta*, vol. XXX, nº 69, Braga, Câmara Municipal, 1976, pp. 97-111.

¹¹ Ver Capítulo I, p. 24.

Os quadros seguintes apresentam um conjunto de regras relativas aos ofícios diurnos e nocturnos praticados nos mosteiros, constantes de vários capítulos da Regra.

Quadro nº 1
Ofício Divino Nocturno

Inverno (de 1 de Novembro até à Páscoa)	<ul style="list-style-type: none"> • Matinas (oitava hora noite)* • Estudo do Saltério e Lições: Meditação
Verão (da Páscoa até 1 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> • Matinas-pequeno intervalo • Laudes ao amanhecer

Regra de S. Bento, cap.VIII

* A oitava hora da noite correspondia, de acordo com as épocas do ano às duas ou três da madrugada.

Quadro nº 2
Ofício Divino Nocturno
Salmos e Lições

Inverno	<ul style="list-style-type: none"> • Terceiro Salmo com <i>Gloria Patri</i> • Salmo 94 com ou sem Antífona invitatória • Hino de Santo Ambrósio* • Seis Salmos com Antífonas • Verso. Bênção do Abade • Três Lições; três responsos cantados. [O último com Glória] • Seis Salmos com Aleluia • Lição do Apóstolo. Verso. Ladaíña, <i>Kyrie eleison</i>
Verão	<p>Uma Lição de cor do Velho Testamento. Responso breve.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Matinas com 12 Salmos. [Além do 3º e 94º Salmo]

Regra de S. Bento, cap. IX, X

* S. Bento chamou ao Hino *ambrosianum*, referindo-se a Santo Ambrósio, autor e introdutor dos Hinos na liturgia milanesa. Os Hinos, com texto poético não incluído nas Escrituras, não faziam parte do primitivo ofício monástico romano. 12

12 Ver David Hiley, *Western plainchant*, Oxford, Clarendon Press, 1993, p. 492. Este autor refere (na p. 611, da obra citada) que a Regra de S. Bento não usa o termo específico "Ambrosianum", no entanto, o capítulo IX, *Quantos psalmos se ham de dizer em as horas da noite*, da Regra de S. Bento diz o seguinte: "[...] Depois do qual se ha de dizer o terceiro Psalmo com Glori Patri, & depois deste, digasse o Psalmo 94, com Antífona invitatoria, ou cantese sem ella. Depois hum Hymno de Sancto Ambrosio [...]". (*Regra de S. Bento*, Lisboa, 1586, p. 16.)

Quadro nº 3
Ofício Divino Diurno

Prima	Três Salmos, Lição. Capítulo, Verso, <i>Kyrie eleison</i>
Terça, Sexta e Noa	A cada três Salmos e suas Antífonas, uma Capítulo; Verso, <i>Kyrie eleison</i> . [Nos Conventos de grandes dimensões as Horas deviam celebrar-se com Antífonas]
Vésperas	Quatro Salmos* e suas Antífonas, uma Capítulo; Responso, Hino de S. Ambrósio, Verso, Cântico do Evangelho**, Ladainha, Oração do <i>Pater Noster</i> ***
Completas	Três Salmos sem Antífonas. Hino, Capítulo, Verso, <i>Kyrie eleison</i>

Regra de S. Bento, cap.VII

* No ofício Romano, as Vésperas tinham cinco Salmos.

**Cântico de Nossa Senhora. *Magnificat*.

Quadro nº 4
Matinas de Domingo [Verão e Inverno]

• Seis Salmos com Antífona e Verso
• Quatro Lições e seus Resposos [o último com <i>Gloria Patri</i>]
• Três Cânticos dos Profetas com Aleluia. Verso. Bênção do Abade
• <i>Te Deum laudamus</i> pelo Abade e Lição do Evangelho
• Cântico <i>Te Decet laus</i> pelo Abade. Bênção.

Regra de S. Bento, cap.XI

Quadro nº 5
Laudes

Domingo	<ul style="list-style-type: none"> • Salmo 66 com Antífona • Salmo 50 com Aleluia. Salmo 117. Salmo 62. Bênçãos.* • Laudes. Lição do Apocalipse. Responso breve • Hino Santo Ambrósio. Cântico do Evangelho** • Ladainha. <i>Kyrie eleison</i>, <i>Pater Noster</i>***
Dias Ferais	<ul style="list-style-type: none"> • Salmo 66 sem Antífona [segunda a sexta feira - Cântico dos Profetas]**** • Salmo 50 com Antífona • segunda feira: Salmos 4 e 35 • terça feira: Salmos 42 e 56 • quarta feira: Salmos 73 e 64 • quinta feira: Salmos 87 e 89 • sexta feira: Salmos 75 e 91 • sábado. Salmo 142 e Cântico do Deuteronomio [Cântico de Moisés. <i>Audite caeli</i>] • Laudes. Lição do Apóstolo. Responso breve. • Hino de S. Ambrósio. Verso. Cântico do Evangelho.** • Ladainha. <i>Pater Noster</i>.

Regra de S. Bento, cap. XII, XIII

* As "Bênçãos" (Benedictiones) é o Cântico *Benedicite*. ** Cântico de Zacarias, *Benedictus*.

*** A oração do *Pater Noster* no fim das Vésperas e Laudes é uma particularidade introduzida por S. Bento no ofício monástico.

**** Estes Cânticos eram uma particularidade do ofício monástico, não fazendo parte do ofício romano.

Quadro nº 6
Prima, Terça, Sexta, Noa, Completas

Prima, Terça, Sexta, Noa	•Hino depois do Verso <i>Deus in adiutorium meum intende</i> Três salmos com Antífonas Lição ou Capítula Verso <i>Kyrie Eleison</i>
Completas	Salmos sem Antífonas Hino Capítula Verso <i>Kyrie Eleison</i> Benção

Regra de S. Bento, cap. XVII

O capítulo XIV trata da celebração das Vigílias nas Festas dos Santos. As Matinas deviam celebrar-se tal como se celebravam aos domingos. A única diferença dizia respeito aos Salmos, Antífonas e Lições, que correspondiam ao dia da Festa.

O capítulo XV dá indicações sobre os momentos em que se devia dizer o Aleluia. Os Salmos e Resposos, da Páscoa até o Pentecostes, deviam ser ditos com Aleluia. Do Pentecostes até o início da Quaresma devia dizer-se Aleluia depois dos últimos seis Salmos das Matinas e ainda aos domingos, nos cânticos das Matinas, Prima, Terça, e Sexta. As Vésperas deviam dizer-se com Antífona. No capítulo seguinte (Cap. XVI) a Regra aponta as Horas do Ofício Divino, cumprindo o princípio sagrado de prestar louvores a Deus sete vezes ao dia, distribuídas pelas seguintes Horas: Matinas, Prima, Terça, Sexta, Noa, Vésperas e Completas.

Além dos capítulos já referidos, o capítulo XVIII contém igualmente indicações sobre a prática musical litúrgica, mencionando a ordem a seguir na leitura dos Salmos com cânticos: deveria garantir-se que se ouvissem, em cada semana, os 150 Salmos que constituem o Saltério. O capítulo XIX intitula-se "*Da Disciplina que se ha de guardar, dizendo o officio divino*" e o seu texto é revelador das intenções e da forma como devia ser realizado o Ofício Divino:

"[...] Em todo lugar crémos que está Deos presente, e que os olhos do Senhor em toda a parte vem aos bons e maos. Porém sem dúvida alguma crémos que isto faz Deus particularmente, quando estamos em o officio divino, por tanto lembremonos sempre do que diz o Propheta, servi ao Senhor com temor. E em outro lugar cantay sabiamente. E em o acatamento dos Anjos cantarey louvandote. Pois que assi he, consideremos como avemos de estar em o acatamento dos Anjos cantarey louvandote. Pois que assi he, consideremos como avemos de estar em o acatamento de Deos e de seus Anjos, e de tal maneira estemos em a oração, que nosso spirito quadre com nossa voz. [...]"

Os capítulos XLV "Dos que erram em o choro" e XLVII "Da hora a que se ha de tanger ao officio divino" contêm igualmente algumas recomendações:

"[...] Se algum errar quando diz Psalmo, Responso, Antifona, ou Lição, e com satisfação se não humilhar diante de todos, desse the mayor castigo, pois não quis com humildade emendar o erro que com negligencia cometeo. Porém os mínimos por tal culpa como esta sejam açoutados".

"[...] E não presuma cantar ou ler senão o que pode bem fazer, de maneira que edifique os ouvintes, o que fará com humildade e gravidade aquelle a quem o Abbade o mandar. [...]"

Nas Actas Capitulares já citadas a existência de um cerimonial próprio da Congregação Beneditina é confirmada desde o início da existência da congregação. O Capítulo Geral reunido em 1578 em Rendufe, sob a presidência de Fr. Pedro de Chaves refere a necessidade de todos os mosteiros realizarem as Cerimónias da Missa de acordo com o Livro de Cerimónias da Congregação:

"[...] Item se diffinio, e ordenou por toda a congregação que todos, se conformassem com as ceremonias da missa, e com as mais por quanto as fazião huns differentemente dos outros, e se mandou aos ditos prelados polla obediencia que não dem licença a nenhum pera dizer missa nova sem o tal que a ouver de cantar saiba primeiro as ceremonias, e os momentos conforme temos ordenado no Livro das ceremonias[...]"¹³

Fr. Francisco de S. Luís (Cardeal Saraiva), nos seus *Apontamentos Beneditinos*, menciona Fr. António Barbosa como um dos monges escolhidos pela congregação para organizar as cerimónias litúrgicas, o que permite concluir, ser Fr. António Barbosa um dos autores do "Livro das Cerimónias" acima referido. O texto da bibliografia elaborado pelo Cardeal Saraiva diz o seguinte:

"[...] O Muito Reverendo Padre Fr. António Barbosa natural da Fos, e de honrados Pais tomou o hábito em Pendorada a 22 de Fevereiro de 1566 sendo commandatario do dito Mosteiro D. Manoel de Andrade. Religioso mui zeloso dos Officios Divinos- destro no cantochão- de excelente vos, e cheio de muitas virtudes- Foi hum dos dois a quem a religião nomeou para disporem em melhor ordem nossas cerimónias pela grande perícia que dellas tinha- Devotissimo da Santissima Virgem- Teve muitos cargos honrosos- Foi muitas vezes Mestre de Noviços que criou em grande observancia-. Foi Prior absoluto em Santo Tirso, quando o Cardeal Farnes era commendatario-. Depositario, consiliario, companheiro- e D. Abade de Bostello-. Faleceo

13 AS. *Actas Capitulares*, ff. 43-44.

estando conventual neste Mosteiro em 54 annos de idade e 35 de habito aos 3 de Dezembro de 1601 no Mosteiro do Porto onde jas (óbitos de Bostello)".¹⁴

Constituições da Ordem de S. Bento

Em 1590, foram impressas em Lisboa, por António Alvarez, as Constituições da Ordem de S. Bento.¹⁵ O rosto do livro indica que estas Constituições consistiam numa recompilação de definições anteriormente elaboradas e aprovadas nos Capítulos Gerais realizados a partir do ano de 1570, acrescentadas de novas declarações. Segundo José Mattoso¹⁶, em 1628 reuniu-se em Tibães um grupo de sete monges, presidido por Fr. Leão de S. Tomás para redigirem novas Constituições que viriam a ser redigidas em latim pelo próprio Fr. Leão de S. Tomás, e publicadas em Coimbra em 1629. Estas "*Constitutiones monachorum nigrorum ordinis S. P. Benedecti regnorum Portugalliae*", regeram a Congregação Beneditina Portuguesa até à sua extinção em 1834. No Arquivo Distrital de Braga existe um manuscrito proveniente da Livraria do Mosteiro do Pombeiro em 1803, com o seguinte título: "As primeiras Constituições da Congregação em Linguagem". (isto é, em português). Este manuscrito é uma cópia do documento saído da reunião de Tibães. No final do documento lê-se o seguinte:

" [...] Pedimos ao muito Padre Geral que procure o mais cedo que puder, mandar imprimir, estas Constituições, pausas e cerimónias, notas, e emendados por nos conforme a Comissão do Capítulo Geral [...] S. Martinho de Tibães aos dez de Setembro de 1628. Mestre Fr. Leão de Santo Thomas geral de S. Bento.[...]"¹⁷

As Constituições de 1590 foram dadas a conhecer a toda a Ordem no Capítulo Geral que se celebrou no Mosteiro de Tibães em 13 de Maio de 1590. No prólogo desta obra são apontadas várias razões para a sua existência apontando todas elas "[...] pera mais perfeita guarda da ley Evangelica, e de seus conselhos, e dos Sanctus, e pera maior observancia da mesma regra. [...]" Aos monges era exigido um conhecimento profundo da vida monástica. O texto refere que "[...] sabem os officiais as cousas que tocão a suas artes, e officios, e

¹⁴ AS, Ms de Fr. Francisco de S. Luís, Apontamentos Beneditinos, f.104.

¹⁵ AS, *Constituoens da Ordem de Sam Bento destes Reynos de Portugal*, 1590.

¹⁶ José Mattoso, "Introdução e notas críticas" *In Benedictina Lusitana* de Frei Leão de S. Tomás, Tomo I, nas Actas Capitulares já citadas. Lisboa, Imprensa Nacional, 1974.

¹⁷ ADB, Ms 159, f. 390.

poem todas as forças pollas aprender: quanto mais devem os religiosos procurar de saber o que pertenceà sua vocação, e as cousasa que por voto são obrigados [...]" O conjunto de capítulos¹⁸ que constituem as Constituições divide-se pelo seu conteúdo em duas grandes áreas: a primeira debruça-se sobre a organização da Ordem em geral, e das obrigações dos Mosteiros para com a hierarquia da Congregação. Os outros capítulos apontam obrigações de alguns oficiais e regras de vida monacal. São também apresentadas algumas normas de realização musical litúrgica no capítulo 37, *Do officio divino, assim do choro, como do Altar*" e no capítulo 38, intitulado *"Dos officios e missas que se há de dizer pollos monges defunctos de nossa ordem, e pollos benfeitores della, com o seguinte conteúdo:*

"Capítulo XXXVII, Do officio divino assi do choro como do altar"

A primeira parte deste capítulo descreve os fundamentos da realização do Ofício Divino, apelando aos monges para o sentido profundo das Cerimónias. Do texto, que em parte a seguir se transcreve, emanam directrizes sobre o modo de cantar:

"[...] que pera esta obra de Deos sejam solícitos e diligentes, e que formem suas intenções primeiro, que vão ao choro, segundo que vão por comprir sua obrigação, e peça a Deus que lhes dê graça pera o que cantarem, e rezarem com a boca, se conforme com o coração imitando os anjos que sempre fazem isto, cujo retrato os monges são, pois este he o principal officio, pera que Deos os elegeo [...]"

Encargamos a consciencia aos prelados, que não consintão que o officio divino vá apressado, se não que se entenda, porque se possa gostar das palavras divinas, e do que alli se trata, mas que va muito bem pausado, assi o que se rezar, como o que se cantar [...]"

Este capítulo estabelece ainda normas para a prática musical litúrgica apresentadas de forma sucinta nos quadros seguintes:

18 Ver Apêndice Documental nº 2. (Índice das Constituições)

Quadro nº 7
Ofício Divino - Partes cantadas
Casas com oito ou mais religiosos

Terça	cantada
Sexta e Noa	entoadas
Prima Hino	entoada cantado
Vésperas	cantadas
Completas Hino Cântico <i>Nunc dimittis</i>	entoadas cantado cantado no oitavo tom com órgão
Festas Principais, de Guarda e Domingos Salmos Hinos*	cantados no oitavo tom de acordo com o processonário

* Os Hinos das Horas de Prima, Terça e Completas aos Domingos, deviam ser cantados no tom do Hino do Espírito Santo. Nas Festas dos Santos, o Cantor Mor poderia indicar o tom em que se cantava o Hino.

Quadro nº 8
Ofício Divino - Partes cantadas em dias especiais

Dia da Ressurreição, Dia de Pentecostes, Dia de Epifania, Festa da Anunciação, Dia da Purificação de N. Senhora, Dia da Ascensão, Dia de Corpo de Cristo, Dia de Todos os Santos, Dia de S. Bento, S. Pedro, S. Paulo, Dia de Assunção de N. Senhora	Invitatório <i>Te Deum</i> Evangelho Responso do primeiro e segundo Nocturno Laudes
Festas de Quatro Capas	Invitatório <i>Te Deum</i> Evangelho <i>Benedictus</i>
Festas de Guarda	Invitatório <i>Te Deum</i> Evangelho

Nos dias de Festa e aos domingos, os ofícios deviam realizar-se com maior solenidade, tendo em conta a importância do dia, bem como a assistência de um maior número de pessoas. Nas Horas em que o órgão intervinha, o Cantor devia iniciar o primeiro Verso do Salmo e o Hino, prosseguindo o órgão com o segundo Verso. O *Gloria Patri* devia ser cantado pelo coro, sem órgão. Nas festas principais, domingos e festas de doze Apóstolos, o Credo devia ser cantado sem órgão.¹⁹ Nos outros dias, a intervenção do órgão ficava ao critério do Prelado. Embora a Missa de Nossa Senhora fosse cantada diariamente na Ordem de S. Bento em Castela e na Itália, nos mosteiros portugueses, devia ser cantada

¹⁹ Ver *Acta do Capítulo Geral de 1570*, f. 4v. Conferir p. 40 deste trabalho.

obrigatoriamente ao sábado²⁰, dado o número limitado de monges. No futuro, com o aumento de monges conventuais previa-se que passasse a ser cantada diariamente.²¹

O capítulo termina com a indicação de algumas funções do Cantor. A elaboração da tábua para as Festas de Natal e Semana Santa deveria ser feita com especial cuidado, de modo a serem escolhidos os monges que melhor realizassem as cerimónias. O texto refere também a necessidade de haver Mestres de Cerimónias em cada mosteiro afim de garantir o cumprimento das normas estabelecidas para a prática litúrgica:

"[...] e nenhum se atreva a mudar as seremonias, nem pausa de cantar, senão que se faça conforme o nosso costume como cada religião guarda o seu, e aja mestres das seremonias da missa em cada casa, pera que aja conformidade em tudo. [...]"

"Capítulo XXXVIII. Dos officios, e missas que se hão de dizer pollos monges defuntos de nossa ordem, e pollos benfeitores della"

Os officios de defuntos variavam conforme a importância dos monges falecidos. Falecendo o Abade Geral, deviam realizar-se as seguintes cerimónias cantadas:

- Offício de Nove Lições cantado solenemente, antes do Invitatório;
- Missa solene de Quatro Capas com ministros, no dia do falecimento, ou no dia seguinte;
- Responso cantado junto à sepultura, com as respectivas Orações, passados nove dias do falecimento;
- Missa de Requiem cantada, um mês após o falecimento;
- Missa de Requiem cantada, um ano após o falecimento.

O capítulo 58 "*Que se conformem todos os mosteiros nas cerimónias*", reforça a ideia já apresentada noutros capítulos do Cerimonial sobre o modo de realização das Cerimónias em todos os mosteiros. Reitera-se também a indicação ao Cantor que o critério de escolha dos monges para os officios em dias de grande solenidade, não deveria ser a antiguidade mas o desempenho de cada um. Exceptuava-se o caso dos monges com alguma deficiência física, que, ainda dotados de boa voz, não poderiam participar nas cerimónias do altar. O Abade Geral e os Visitadores, sempre que visitassem um mosteiro, deveriam certificar-se da existência dos Livros das Cerimónias. Transcreve-se de seguida parte do texto referente a este capítulo:

20 Na Ordem Franciscana a Missa da Imaculada Conceição era cantada solenemente aos sábados de manhã. In Maria Eugénia Matos Fernandes. *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XVIII (1730-80)*. Porto, Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1992, p. 73.

21 Esta determinação emanada nas Constituições de 1590, alterou a decisão tomada no Capítulo Geral de se cantar a Missa de Nossa Senhora diariamente depois da Hora de Prima.

"[...] As Cerimónias mandamos, que em todos os mosteiros se guardem sem que aja diferença alguma, assim do altar como do choro, senão que uniformi ter todos as fação bem feitas, e o prelado em cada casa eleja um religioso que melhor as faça, e saiba, pera que as ensine aos outros: e nenhum ministro use de seu officio, se as não souber primeiro, e sobpena de privação de suas ordens por meo anno, mandamos, que nenhum faça ceremonias, nem as invente, nem de outras ordens, nem da capella del Rey, nem de outra parte, porque cada religião tem suas ceremonias, e nos conformemos com as ceremonias de Valhadolid.

O mesmo mandamos, que se faça nas pausas dos Evangelhos, Epistolas, e outros cantos, e nenhum se atreva a imitar, por lhe parecer, que sam mais requebrados, porque nas nossas pausas, e cerimonias, procuramos evitar curiosidades, porque Deus não quer louvores com requebros de garganta, senão devação, e vontade de o louvar, mas com tudo se deve fazer de maneira, que os que cantarem, ou lerem, edifiquem os ouvintes.[...]"²²

O já mencionado documento elaborado pelo grupo de monges liderado por Fr. Leão de S. Tomás, em 1628, está dividido em várias *constituições*. A primeira constituição intitula-se *Das preces e suffragios divinos*, contendo as indicações da celebração do Ofício Divino. A segunda constituição, *Dos officios nas Cousas espirituaes*, refere-se no capítulo nove às obrigações do Cantor e Mestre de Cerimónias. O texto menciona a nomeação de quatro Cantores:

"[...] I. Mandamos que o Abbade nomee quatro Cantores o primeiro dos quaes se chamara o Cantor maior, e tera lugar do choro direito, o segundo, do esquerdo, e da mesma maneira dois substitutos delles.

2. O Cantor maior sera sacerdote que saiba bem o cantochão tena a vos sonora em sua ausencia farão os outros seu officio.

3. Ao officio do Cantor pertence governar os demaes monges em tudo o que se cantar ou rezar, e todos são obrigados a obedecerlhe [...] A seu cargo esta faser a tavao comua dos officios em todos os sabbados, e a tavao da somana santa [...]"²³

Nestas constituições ficou determinado que ao Cantor não competia decidir sobre as intervenções do órgão nos ofícios. Referindo-se ao privilégio concedido aos *mestres de música e compositores*, as constituições apontam para uma dispensa de três vezes por semana das orações das Matinas. O texto diz o seguinte:

²² *Constituições da Ordem de S. Bento*, Lisboa, António Alvarez, 1590, cap. 58.

²³ ADB, Ms 159. ff. 197-200.

"[...] 6. Determinamos que so o cantor possa alterar o tom que se levanta no coro, levantando ou baixando, fasendo que se cante mais depressa, ou mais devagar; não podera contudo, mandar rezar ou tanger ao órgão, aquellas cousas que o por Lei ou costume se cantão. Os cantores sera recreado algumas vezes com algum favor particular. Mas os mestres de música se forem compositores e ensinarem actualmente com curiosidade canto cham ou canto de orguão, ou contraponto, poderão faltar tres dias no choro com suas matinas, com tanto que não sejam duplices, ou de festa, tambem os Abbades farão particulares favores a outros mestres de outras artes se forem curiosos. [...]"²⁴

O Cerimonial da Congregação de S. Bento

Segundo Marceliano de Ascensão²⁵, Fr. Leão de S. Tomás foi encarregado pelo Capítulo Geral da Ordem de redigir o Cerimonial da Congregação, tarefa que não chegou a cumprir. O Cerimonial, redigido por Fr. Manuel da Ascensão e Fr. Pedro de Meneses, viria a ser publicado em 1647, nas Oficinas de Diogo Gomes Loureiro e Lourenço Craesbeeck, em Coimbra, com o seguinte título: "*Cerimonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento do Reyno de Portugal*".²⁶ Como razões da sua publicação, expostas no início da obra por Fr. António Carneiro apontam a perfeição da realização do Ofício Divino, segundo uma litúrgia própria da congregação.²⁷ O Cerimonial está dividido em três livros. Cada livro contém vários títulos, constituídos por vários capítulos.²⁸

As disposições apresentadas dizem respeito à organização e as regras a observar na realização dos serviços litúrgicos bem como à vida monacal e às obrigações dos membros do coro, que pelas suas funções específicas contribuíam para a imponência e significado de todo o cerimonial. O primeiro livro do Cerimonial contém as obrigações dos monges, conforme a função que desempenhavam, e a forma de realização dos ofícios divinos, bem como os procedimentos dos monges que neles participavam. Os capítulos que a seguir se apresentam dizem respeito às funções do Abade, Prior ou Subprior, Cantor Mor, Segundo Cantor, Coristas, Organista, dos dois coristas mais jovens e do Mestre das Cerimónias. Seguem-se

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ AS, Fr. Marceliano de Ascensão, *Crónica de Tibães*, pp. 402-403.

²⁶ AS, *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarcha S. Bento do Reyno de Portugal*, 1647. Os primeiros livros de cerimoniais da Congregação Beneditina surgiram em 1495, impressos em Montserrat que desde 1491 possuía uma imprensa instalada pelo Abade Cisneros.

²⁷ Fr. Francisco de S. Luís refere-se ao Cerimonial nos seus *Apontamentos*, mencionando que o manuscrito autógrafa se encontrava no Mosteiro de Tibães. Refere também que um exemplar do Cerimonial tinha sido entregue a João da Costa, francês e impressor, para ser impresso na cidade francesa de Lyon, mas que este o havia perdido. Ver AS, Ms de Fr. Francisco de S. Luís, *Apontamentos Beneditinos*, f. 115.

²⁸ Ver Apêndice Documental nº 3. (Índice do Cerimonial publicado em 1647).

depois as rubricas referentes às cerimónias do Ofício Divino, que contém referências à prática musical litúrgica. Os procedimentos indicados nos vários capítulos do Cerimonial são apresentados em síntese respeitando-se o texto original, nomeadamente nos termos "levantar", "começar" e "entoar".

"Livro Primeiro- Título Segundo- Capítulo Primeiro. Do Abbade, prior, ou Subprior em quanto presidem aos officios divinos

O Abade ou quem o substituíra tinha as seguintes obrigações:

- rezar ou cantar as Lições na íntegra;
- rezar o oitavo Responso e a Lição duodécima, caso os Nocturnos fossem cantados;
- levantar o *Te Deum laudamus* e e dizer o Evangelho;
- começar os cânticos *Benedictus, Magnificat* e *Nunc Dimittis*;
- nas festas *duplex* e nos officios solenes de defuntos, começar as antífonas cantadas do *Magnificat* e *Benedictus* no inicio e no final, mas não começar os cânticos.
- começar o Aleluia e Verso *Te Descet Laus* ou Tracto nas missas cantadas.

O Prior tinha a responsabilidade de mandar chamar os monges faltosos e mudá-los de um coro para o outro, constituindo os dois coros (ou seja as duas metades da comunidade monástica) equilibrados quanto ao número de monges e de vozes.

Livro Primeiro- Título Segundo- Capítulo II. Do Cantor Mor

As obrigações do Cantor Mor, eram de particular importância para a dignificação da prática musical em todas as cerimónias litúrgicas. O seu perfil deveria corresponder a um monge dedicado, com boa voz e domínio do cantochão conforme indica o texto deste capítulo:

"O officio do Cantor Mor he de muyta autoridade e como tal tem anexas maiores obrigações que os mais officios do choro; a principal he o concerto do officio divino[...] pello que deve o Prelado encommendar este officio a hum religioso devoto, e solícito, que tenha boa voz, e seja destro ao menos no cantochão [...]"

O Cantor Mor deveria permanecer no coro do lado direito, no lugar que lhe cabia em função da sua antiguidade, não participando na leitura das Epístolas nem dos Evangelhos. Tinha por incumbência realizar as seguintes tarefas:

- fazer a tábua dos ofícios todos os sábados antes da Hora da Terça, nos dias Santos antes da Hora da Prima e nos dias de Aniversário, antes da Missa da Terça. Fazer a tábua com os ofícios da Semana Santa das Festas de Natal, Páscoa e Espírito Santo.
- zelar pela conservação dos livros do coro e abrir os livros colocados na estante, depois da oração das Matinas;
- começar em todas as Horas, os Hinos e Salmos, quer eles fossem cantados, rezados ou entoados. Começar os Salmos das Laudes e Vésperas alternadamente com o Segundo Cantor, quando as Antífonas se iniciavam pelo seu coro (coro do lado direito);
- no caso da Antífona coincidir com o primeiro verso do Salmo, dar indicações para se continuar com o verso seguinte, não se repetindo o verso que se disse por Antífona. Se a Antífona fosse diferente, ainda que por ter um Aleluia, deveria começar-se o verso do Salmo do início;
- começar as Antífonas que se repetem cantadas depois dos Salmos.
- cantar ou rezar todas as Antífonas, nos dias simples antes e depois dos cânticos *Magnificat e Benedictus*;
- começar os cânticos nos dias duplex, cabendo ao Abade iniciar as Antífonas cantadas; na ausência do Abade competia ao monge mais antigo do coro do lado direito iniciar os cânticos;
- começar *Domine labia mea* nas Matinas cantadas;
- começar o Invitatório e dizê-lo na íntegra, juntamente com o Segundo Cantor, nas festas de primeira classe; nas festas restantes começar o Invitatório, dando indicações a quatro monges, para dois a dois dizerem o Salmo alternadamente;
- começar os Responsos grandes cantados; juntamente com o Segundo Cantor dizer os respectivos Versos, ou dar indicações a outro para o fazer;
- começar o Salmo *Deus Miseratur* nas Laudes cantadas;
- dizer juntamente com três monges, o Responso Breve e o *Benedicamus Domino*;
- começar com o Segundo Cantor o *Asperges* ou *vidi aquam*, nas Missas de Domingo;
- começar os Intróitos com o Segundo Cantor nos dias duplex, nos Domingos e dias de Infra-oitava;
- começar o Glória e Credo cantados, juntamente com o Segundo Cantor;
- fazer sinal ao Prelado e a dois monges mais antigos, para juntos dizerem o Aleluia na Missa das festas de primeira classe; nos dias duplex fazer sinal ao Prelado e a um monge mais antigo, para juntos dizerem o Aleluia;

- cantar sendo Tracto ou Sequência, de forma alternada entre o Prelado e o Cantor e outros dois monges;
- levantar os Intróitos e Graduais das Missas de Requiem e de dias semanais;
- começar em todas as Missas os *Kyrie, Sanctus, Agnus Dei, Communio* e todos os Responsos de Defuntos, quer sejam cantados ou rezados ;
- ler a Lição de meditação depois das Ave Marias e depois das Matinas; na ausência do Cantor Mor a responsabilidade era do Cantor Segundo, ou de alguém nomeado pelo Prelado;
- nomear os ministros necessários em situações de unção aos enfermos, sepultamento, ou ofício por algum religioso.

O Cantor Mor tinha, de acordo com as suas funções, as maiores responsabilidades no âmbito da realização das cerimónias e na direcção musical do canto litúrgico. Não lhe competia, no entanto, decidir quando e como o órgão deveria intervir. No texto do Cerimonial constam as seguintes indicações:

"[...] Pertence ao Cantor fazer o que o divino officio se reze com pausa[...] Pode também o Cantor abaxar, ou levantar mais o tom, e fazer que se cante com mais pressa, ou mais vagar, advertindo que a Terça e Vesperas se digão com mais vagar que as mais horas diurnas e nocturnas, conforme a solemnidade, porem nunca poderá sem licença de quem presidir, rezar, ou tomar com o orgão o que se ha de cantar. No levantar dos cantos o seguirão todos, ainda que na mudança de tom cometa alguma falta, porque em tal caso he maior concerto errar. entoando com os mais, que disco(r)dar por querer acertar[...]"²⁹

Livro Primeiro - Título segundo - Capítulo III. Do Cantor Segundo, e dos supridores

Cabia ao Segundo Cantor cumprir as obrigações do Cantor Mor, na ausência deste. O seu perfil era em tudo idêntico ao do Cantor Mor. O lugar que ocupava situava-se no coro do lado esquerdo, de acordo com a sua antiguidade. Além dos cânticos que iniciava juntamente com o Cantor Mor, devia levantar todos os Salmos e Hinos de todas as Horas, tanto rezados como cantados. Competia-lhe também fazer uma tábua das Lições todos os sábados, bem como, alternadamente com o Cantor, ler a lição espiritual, que se proferia depois do meio dia. Cada coro tinha um "Supridor". O Supridor do coro do lado direito substituíva quando necessário o Cantor Mor e o Cantor Segundo. Na ausência dos três, cabia ao supridor do

²⁹ Cerimonial da CSB, (Coimbra, 1647), " Livro Primeiro - Título Segundo - Capítulo II. Do Cantor Mor".

coro esquerdo assumir funções. Os quatro cantores (Cantor Mor, Segundo Cantor e dois Supridores) tinham as seguintes obrigações em conjunto:

- cantar o Verso do Duodécimo Responso (sendo cantado) das Matinas;
- cantar o Ofício ou Responso solene de defuntos;
- cantar *Requiescant in pace* no fim das Vésperas.

"Livro primeiro-Título Segundo-Capítulo V. Dos Archicoros

Os versos cantados de todas as Horas eram executados alternadamente pelos dois coros. Conjuntamente tinham por obrigação dizer o *Benedicamus* da Terça cantada, os Resposos breves, o *Benedicamus* das Vésperas dos dias simples e feriais, e ainda os Intróitos das Missas simples e semanais, se não tivessem acompanhamento de órgão. O coro do lado esquerdo tinha por obrigação dizer os Resposos do segundo Nocturno, quer fossem rezados ou entoados.

Livro Primeiro- Título Segundo-Capítulo VII. Do organista e Horas em que hade tanger

Este capítulo constitui, pelas determinações que contém, um contributo importante para o conhecimento da prática musical nos Mosteiros Beneditinos. A intervenção do órgão na música litúrgica portuguesa foi já objecto de estudo. Gerhard Doderer analisou comparativamente a intervenção do órgão nas cerimónias litúrgicas, partindo das indicações dadas ao organista, constantes em sete cerimoniais, regulamentos ou estatutos de instituições religiosas dos séculos XVI e XVII de Portugal e Espanha.³⁰ No seu estudo, Gerhard Doderer, transcreve o capítulo *Do organista e Horas em que hade tanger*" do Cerimonial Beneditino, publicado em Coimbra em 1647, apresentando também uma tabela sobre a intervenção do órgão nas Cerimónias beneditinas. Segundo este autor, num artigo sobre esta temática, publicado posteriormente, "deste regulamento de organistas beneditinos conclui-se, com muita clareza, que em todos os dias em que não se observava grande solenidade, o órgão tinha o seu lugar fixo em quase todos os ofícios e na missa".³¹

30 Gerhard Doderer, *Orgelmusik und Orgelbau im Portugal des 17. Jahrhunderts*, Tutzing, Hans Schneider, 1978, pp. 109-113.

31 Gerhard Doderer, "A função do órgão na liturgia portuguesa no séc. XVII", *Actas do V Encontro Nacional de Musicologia*, Lisboa, APEM, 1988, p. 51.

O capítulo referente ao ofício de organista do cerimonial beneditino menciona logo no início e de forma peremptória o tipo de repertório permitido: as obras a executar no órgão em nada poderiam ser semelhantes aos *cantos e musicas prophanas*. Seguem-se as regras de intervenção deste instrumento em todos os ofícios realizados pelo convento, que se apresentam de seguida sistematizadas em quadros.

Quadro nº 9

Ofícios Divinos - Intervenção do órgão
[Livro Primeiro - Título II - Capítulo VII]

Festas duplex	<ul style="list-style-type: none"> • Hino <i>Te Deum laudamus</i> todos os Hinos nas Horas diurnas e nocturnas Salmos e Cânticos Salmos e Cânticos dos Nocturnos das Matinas de Natal Primeiro Salmo das Matinas e Laudes Salmos e Cânticos dos Nocturnos Salmo cantado nas Matinas, Laudes e Vésperas Antífona antes do Salmo última Antífona de cada Nocturno Laudes e Vésperas depois do Salmo • Antífona depois dos cânticos do <i>Benedictus, Magnificat e Nunc Dimittis</i> • Antífona da Prima, Terça e Noa • Antífona <i>Ave Stella Matutina</i> do final das Laudes • Antífona de Nossa Senhora do final das Completas • nos Salmos com órgão na Prima, Terça e Completas, enquanto se rezava <i>Kyrie eleison</i> e <i>Pater Noster</i>, antes da oração • nas Laudes e Vesperas enquanto se rezava <i>Kyrie eleison</i> • <i>Deo Gratias</i> nas Laudes e Vesperas 	<ul style="list-style-type: none"> • alternadamente com órgão • sem órgão • com ou sem órgão • com órgão • sem órgão • sem órgão [mesmo que o Salmo fosse com órgão] • com órgão quando as Laudes eram cantadas no todo ou em parte.* • alternadamente com órgão, exceptuando os dias feriais • <i>clausula larga</i> com órgão • com órgão
Dias semiduplex, Infraoctava, simples e domingos da Páscoa à Septuagésima (com excepção dos domingos de Advento)	<ul style="list-style-type: none"> • Hino, Magnificat e <i>Deo Gratias</i> das Vesperas • Hino, <i>Nunc dimittis</i>, Antífona de Nossa Senhora nas Completas • Versos <i>Glori Patri, Benedicamus Patrem e Filium</i> e os últimos Ramos no final dos Hinos.** <i>Tantum ergo sacramentum, Salutaris Hostia. Cruz ave spes unica, Te ergo quaesumus</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • alternadamente com órgão • sem órgão

* Apenas nas Festas Duplex. Nos restantes dias o Cantor começava a Antífona *Ave Stella* cantada, prosseguindo depois o convento na forma rezada. (Ver Quadro nº11.)

**"Últimos Ramos no final dos Hinos" correspondem à "Doxologia", última estrofe de cada Hino dedicada à Santíssima Trindade. A Regra de S. Bento apela também à Doxologia no último Responsório de cada Nocturno. Esta é uma particularidade do ofício monástico, uma vez que apenas a primeira parte da Doxologia era cantada (*Glori patri et filio et spiritui sancto*), embora se encontre em algumas fontes a mesma música para o texto completo.³²

Durante os Versos do *Magnificat* e no *Kyrie* das Missas Solenes, o organista intervinha a solo para que houvesse música durante toda a cerimónia do incenso. Era-lhe igualmente pedido o mesmo procedimento nos Salmos, Hinos e Cânticos de maneira que se pudessem rezar os versos pausadamente.

Quadro nº 10
Ofícios Divinos - Intervenção do órgão

Missas das Festas semiduplex, Infra-oitava simples ou de domingo	• <i>Kyrie, Glória, Sanctus e Agnus Dei</i>	• com órgão
Missas votivas; Missas feriais, com Aleluia depois da Epistola	• depois do <i>Oremus</i> do Ofertorio até ao princípio do Prefácio; depois do Sanctus até ao levantar da hóstia e depois do <i>Agnus Dei</i> até o início do <i>Communio</i> • <i>ita missa est</i>	• com órgão
Missas das festas duplex, confrarias e Prima de Nossa Senhora	• <i>Glória in excelsis</i>	• sem órgão
Ofícios do Advento (dias que vão das vésperas de sábado da septuagésima até ao último sábado de Quaresma)	• Missas e Horas do Ofício Divino • Missa de Domingo, de Quarta feira de Quaresma e Quinta feira Maior	• sem órgão • com órgão
Durante todo o ano	• Missas e Horas do Ofício Divino em que houvesse jejum universal da Igreja*	• sem órgão
Vigília do Natal; Vigílias da Páscoa e Pentecostes	• Laudes • no início da Missa, quando se dizia <i>Accendite</i>	• com órgão

* O texto refere-se ao *Jejum eclesiástico*, diferente do *Jejum monástico* que se realizava entre 14 de Setembro até à Páscoa.

O órgão era ainda tocado nas Missas presididas pelo Abade do Convento, nas Vésperas em que havia Celebração Pontifical (Mitra e Báculo), durante o percurso dos Ministros para a capela, e no dia da Missa Nova, à entrada na Igreja. O capítulo dedicado ao monge organista termina atribuindo a responsabilidade de accionar os foles do órgão ao monge sineiro ou a algum irmão donato. Além deste capítulo encontram-se ao longo de todo o Cerimonial referências à intervenção do órgão. Os quadros seguintes apresentam essas indicações dispersas por vários capítulos.

Quadro nº 11
 Ofício Divino - Intervenção do órgão
 [Referências nos restantes títulos do Cerimonial]

Missas semanais	Intróitos cantados pelos dois coros se tivessem acompanhamento de órgão	Livro Primeiro- Título Segundo, capítulo V
Matinas	O órgão intervinha no final de cada salmo, enquanto se rezava a Antífona que no início havia sido cantada	Livro Primeiro-Título Quarto, capítulo I
Laudes	O órgão intervinha no final de cada salmo, enquanto se rezava a Antífona que no início havia sido cantada. O Cantor começava a Antífona Ave Stella cantada, prosseguindo depois o convento na forma rezada com órgão	Livro Primeiro-Título Quarto, capítulo II
Vésperas	O órgão intervinha no final de cada salmo, enquanto se rezava a Antífona que no início havia sido cantada. <i>kyrie eleison</i> rezado com <i>clausula</i> no órgão	Livro Primeiro-Título Quarto, capítulo VII
Dias duplex	<i>Te Deum</i> cantado com acompanhamento de órgão	Livro Primeiro- Título Quarto, capítulo IX
Dia de Quinta feira Maior	Missa solene com órgão	Livro Primeiro- título V
Dia de Ascensão	Cerimónia do Santíssimo Sacramento exposto, intervenção do órgão ou outros instrumentos	Livro Primeiro- título V
Procissões do Santíssimo Sacramento	intervenção do órgão no <i>Ita Missa est</i>	Livro Primeiro- Título VI
Missas cantadas semanais	Intróitos cantados pelo Cantor Mor, se não tivessem acompanhamento de órgão	Livro Primeiro- Título Quarto, capítulo X
<ul style="list-style-type: none"> • Missas cantadas • Missas das Confrarias, Missa de Prima aos sábados. Festas duplex • Dias duplex 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Kyrie</i> cantados alternadamente com órgão, cabendo ao órgão o primeiro e o último <i>Kyrie</i> • intervenção do órgão no final da Epístola, enquanto se rezava o Gradual • intervenção do órgão depois do Verso cantado do Aleluia • <i>Sanctus</i> cantado a versos alternadamente começando o órgão • <i>Glória in excelsis</i> cantado sem órgão • <i>Glória in excelsis</i> cantado a Versos com órgão 	Livro Primeiro- Título Quarto, capítulo X

Livro Primeiro-Título Segundo, Capítulo VIII, Dos dous Monges mais Juniores que no choro assistem"

Os dois monges mais jovens eram designados folheiros, por terem como tarefa virar as folhas dos livros de grandes dimensões colocados no coro. Para poderem encontrar com facilidade os Hinos, Salmos e Cânticos das Horas, os dois monges deviam ter um índice com a numeração das folhas do Saltério. Tinham ainda as seguintes tarefas:

- colocar na estante grande do coro os livros necessários indicados pelo Cantor;
- ao virarem as folhas, colocarem-se numa posição cuidada, de modo a não taparem os cânticos aos monges coristas;
- apontar o que se devia cantar, se coexistissem na mesma folha vários Salmos, hinos ou Antífonas, ou quando algum monge chegasse atrasado;
- levar e recolher os livros nas Vésperas, Terça cantadas no coro de baixo;
- entregar os processionários respectivamente aos monges do coro direito e esquerdo, quando fosse necessário. Recolhê-los e entregá-los ao Cantor no final do acto litúrgico.
- abrir e fechar as cortinas das grades do coro de baixo.

O não cumprimento destas tarefas, ou de um engano no decorrer das cerimónias implicava aos monges folheiros colocarem-se de joelhos no meio do coro, beijando o chão, segundo uma indicação do Prelado.

"Livro Segundo- Título Primeiro- Capítulo X, Do Mestre de Cerimónias"

O ofício de Mestre de Cerimónias era de grande responsabilidade. O seu perfil correspondia a um sacerdote já com alguma idade, conhecedor e cumpridor das cerimónias do Culto Divino. O texto diz o seguinte:

"[...] O Nome de Mestre de Cerimonias esta declarando quando authorizado, e grave officio he este, pello que o Prelado ha de escolher, e nomear pera elle hum religioso dos mais vistos nas cerimonias, e zeloso do Divino Culto, que seja sacerdote, ancião, grave, pera que com maior authoridade possa zelar a guarda dellas, e os religiosos lhe defirão, e obedeção com mayor respeyto, e ainda o mesmo Prelado (conforme nossas constituições) ha de fazer o que elle, no tocante às cerimonias, lhe admoestar[...]"³³

³³ Cerimonial da CSB, (Coimbra. 1647), "Livro Segundo - Título primeiro - Capítulo X. Do mestre de Cerimónias".

O Mestre de Cerimónias, contava com a ajuda de um *Corrector* que tinha por obrigação emendar as faltas que se cometiam, em relação às pausas, à pronúncia latina e à linguagem geral, em todos os actos conventuais.³⁴ Na celebração de Missa Nova, o Mestre de Cerimónias tinha de estar presente, zelando para que o monge que pela primeira vez celebrava missa não cometesse erros.³⁵

Livro Primeiro- Título Terceiro. Das cerimónias que o convento faz no Officio Divino - Capítulos I-VII

Os procedimentos dos monges em todas as cerimónias estavam definidos com rigôr. Se algum monge chegasse tarde ao coro, não podia dirigir-se ao seu lugar sem primeiro apresentar desculpas. Era proibido falar, sair do coro sem pedir licença. (com excepção do monge sineiro) mudar de um coro para o outro, passar pelo meio dos coros quando os monges estivessem inclinados. cumprimentar qualquer pessoa de fora sem ordem do prelado. Sobre os erros cometidos involuntariamente pelos monges nas cerimónias cantadas ou rezadas, o Cerimonial diz o seguinte:

"[...] 3. O Monge que rezando, ou cantando juntamente com os mais trocar hum verso por outro, ou desentoar, por se ha de joelhos no seu próprio lugar e depois de beijar em terra sobre a manga da cogulla, se levantará fazendo inclinação pera o Altar; mas se dizendo alguma couza sô, ou com outro companheiro, trocar Antiphona, Psalmo, verso responsorial, Hymno, Capitula, lição ou oração, por se ha de joelhos, à venia no meyo do choro, e como o Prelado lhe fizer sinal beijará em terra, e logo se levantará. O mesmo farão os folheiros quando pozerem alguma coisa errada, como se diz no seu capítulo nº 3 [...]"

"Livro Primeiro- Título IV- Das Cerimónias que specialmente se fazem em cada huma das Horas dos Divinos Officios que no choro, ou no capitulo se dizem"

" Capítulo I - Das Matinas do Officio divino"

- Se as Matinas fossem cantadas, o Cantor Mor e o Segundo Cantor, deviam começar o Verso *Domine labie mea aperies*;
- o Cantor Mor devia começar o Invitatório nas festas em que era cantado. Os monges que cantavam o Salmo Venite Adoremus, ao pronunciarem estas palavras deviam colocar-se de joelhos;

³⁴ Cerimonial da CSB, (Coimbra, 1647), "Livro Terceiro - Título IV - Capítulo III".

³⁵ *Idem*, "Livro Segundo, Título Primeiro, Cap. VI - ponto 7".

- o Cantor Mor devia iniciar o Hino quer fosse rezado ou cantado;
- depois do Hino, o primeiro coro devia começar a primeira Antífona, iniciando o respectivo Cantor o Salmo. As restantes Antífonas deviam ser repetidas pelos dois coros alternadamente, enquanto os restantes Salmos deviam ser iniciados pelo Cantor de cada coro.
- se as Antífonas fossem cantadas, o primeiro coro devia iniciar a primeira Antífona de cada Noturno, seguindo-se as outras pelos monges mais antigos;
- enquanto o órgão tocava, no final de cada Salmo devia dizer-se rezada a Antífona cantada no princípio do Salmo. A última Antífona de cada Noturno que o Cantor levantava no fim do último Salmo, devia repetir-se cantada;
- depois do Convento responder ao Verso, o monge que presidia às Matinas devia dizer *Pater noster*. Se as Lições fossem cantadas, o *Pater noster* devia também ser cantado;
- se a Lição fosse cantada o Prelado devia dizer *Et ne nos inducasse* as absolvições e bênçãos cantadas;
- os responsos cantados deviam ser iniciados pelos Cantores. O Cantor Mor devia dizer o duodécimo Responso. Se houvesse só um Responso depois da Lição, este devia ser cantado pelos dois coros;
- competia ao Abade dizer a duodécima Lição, se os Nocturnos fossem cantados
- depois do último Responso, o monge que presidia às Matinas começava o *Te Deum*;
- nas matinas solenes, depois do *Te Deum*, devia cantar-se o Evangelho.

Livro Primeiro - Título IV - cap.II . Das Laudes

- Se as laudes fossem cantadas os Cantores deviam começar o Salmo *Deus Misereatur nostri* o coro do lado direito iniciava a primeira Antífona. As Antífonas seguintes deviam ser começadas pelos monges respeitando a sua antiguidade;
- os Salmos deviam ser levantados pelos cantores;
- o órgão era tocado, enquanto se rezava a Antífona, que se havia cantado no início de cada Salmo. A última Antífona repetia-se cantada, começando o Cantor;
- o Responso breve e o *Benedicamus*, nas festas de Primeira Classe, era dito por quatro monges;
- se o Abade assistisse às Laudes iniciava a Antífona do *Benedictus* e o Cantor o Cântico. Não assistindo o Abade, a responsabilidade era do Cantor e do monge mais velho do coro do lado direito;

- o cantor começava a Antífona *Ave Stella* cantada, prosseguindo depois o convento na forma rezada enquanto se tocava o órgão.

Livro Primeiro- Título IV-cap.V. Da Terça, Sexta do officio divino de Nossa Senhora e da Noa quando se reza antes do jantar

Os officios das Horas menores, deviam celebrar-se de forma idêntica ao officio da Prima; depois da Hora de Terça de Nossa Senhora devia cantar-se a Missa; nas festas de Primeira classe (excepto nas duas *oitavas* da Páscoa e Pentecostes,³⁶ Dias Santos, Festas de Segunda classe, Dias de Conceição de Nossa Senhora e Santa Escolástica com procissão), enquanto os Ministros e Acólitos se vestiam na sacristia, o Convento devia reunir-se à porta da Igreja, tocando-se nessa altura os instrumentos.³⁷ Se não houvesse procissão, a Terça devia ser cantada no coro.

Livro Primeiro. Título IV-cap. VII . Das vespervas do officio divino

- Nas Vésperas cantadas, não sendo festa duplex, os coros deviam iniciar alternadamente as Antífonas começando o coro do lado direito;
- os cantores deviam iniciar os Salmos, e no fim de cada Salmo o Cantor Mor devia iniciar a Antífona quando se repetia cantada;
- o Cantor devia levantar o Hino;
- o Cantor Mor levantava a Antífona do *Magnificat*
- o *Pater noster* devia ser todo cantado pelo monge que presidia às cerimónias
- nas festas duplex, o coro do lado direito devia iniciar a primeira Antífona, e no fim de cada Salmo o órgão era tocado enquanto se repetia a Antífona na forma rezada. A última Antífona era repetida cantada;
- se o Abade assistisse às Vésperas devia iniciar a Antífona do *Benedictus* e o Cantor o Cântico. Não assistindo o Abade a responsabilidade era do Cantor e do monge mais velho do coro do lado direito;
- o *Kyrie eleison* devia ser rezado, enquanto o órgão tocava;

³⁶ O texto menciona 1ª, 2ª, 8ª da Páscoa, referindo-se à semana da Páscoa e à semana de Pentecostes.

³⁷ O texto diz apenas "[...] enquanto tangerem entrando depois todos para os seus lugares para a terça [...]".

Livro Primeiro- Título IV-cap.VIII Das completas do officio Divino e Matinas de Nossa Senhora

- As Completas deviam ser cantadas solenemente sempre que o Santíssimo estivesse exposto;
- a Antífona *Nunc Dimittis* devia ser iniciada pelo Cantor Mor;
- o Abade ou na ausência deste, o monge mais velho do coro do lado direito, devia começar o Cântico;
- o Hebdomadário devia começar o *Benedicamus Domine*;
- o Cantor devia começar a Antífona de Nossa Senhora.

Livro Primeiro-Título IV-cap.IX Que Horas do Officio divino hão de ser cantadas, rezadas ou entoadas

Neste capítulo apontam-se todas as partes cantadas da liturgia celebrada nos Mosteiros. Remetendo os monges para a Regra de S. Bento, o Cerimonial apresenta também algumas indicações sobre a maneira de cantar e rezar:

"[...] 7. Tudo o que no choro se cantar, ou rezar seja com a pausa, e gravidade monastica, que na nossa religião sagrada sempre se costumou, e no que toca ao rezar, na demediação dos versos fação os Monges pausa, de modo que não prossigão o meyo do verso sem todos descançarem, nem comecem verso de novo, sem primeyro ouvirem toda a pronunciação do verso que se acabou; e não seião os juniores, os que comecem as demediações ou os versos de novo, sob pena de serem gravemente castigados.

Lembrem-se todos da reverência que se deve ao lugar que assistem, trazendo na memoria a doutrina que neste particular ensina Nosso Patriarcha nos Capítulos 19 e 20 da sua Regra. [...]"

O quadro seguinte apresenta as partes cantadas nos Ofícios Divinos, conforme as diferentes celebrações.

Quadro nº 12
Partes cantadas nos Offícios Divinos

Dia de Natal	Matinas. Laudes	Todas cantadas
Dia de Ressurreição, Espírito Santo, Assumpção de Nossa Senhora, Trânsito e Transladação de S. Bento, Todos os Santos	Matinas. Laudes	Todas cantadas, com excepção dos Cânticos do 3º Nocturno que eram rezados e as Lições e Resposos que eram entoados
Dia de Epifania, Ascensão, Corpo de Cristo, Natividade de S. João Baptista, S. Pedro, S. Paulo, S. Bento, Dedicção da Igreja e Conceição de Nossa Senhora	Invitatório Hino <i>Te Deum</i> Evangelho com todas as Laudes • Lições e Resposos	• cantado • cantado • cantado • cantado • entoados
Dia da Circuncisão, Santíssima Trindade, Dias de Nossa Senhora, (excepto Assumpção e Conceição) S. Mauro, S. Plácido, S. Escolástica	Invitatório Hino <i>Te Deum</i> com Evangelho Laudes da Capítula para a frente • Lições e Resposos	• cantado • cantado • cantado • cantado • entoados
Dia da Invenção de S. Cruz, Apóstolos, S. Barnabé, Dedicção de S. Miguel, S. Gregório Magno, S. Bernardo, Festas de N. Senhora (além das mencionadas)	Invitatório Hino <i>Te Deum</i> com Evangelho Laudes, da Antífona do <i>Benedictus</i> para a frente* • Lições e Resposos	• cantado • cantado • cantado • cantado • cantado • entoados
Dias de Santos, duplex ou semiduplex • Dias sem 12 Lições	• Salmo <i>Venite exultemos</i> • Lições • Resposos • <i>Te Deum</i> • Salmo <i>Venite exultemos</i> • Lições • Resposos • Antífona <i>Ave Stella</i> • Matinas com uma Lição	• entoados • entoados • entoados • cantado com órgão nos dias duplex • entoado • entoados • entoados • cantada • Lição entoada e Responso cantado pelos dois coros
Domingos, dias duplex	• Prima • Terça • Sexta e Noa • Noa	• toda cantada (nos restantes dias os Salmos são entoados) • cantada • entoadas • cantada
Dia de Ascensão		
Todos os dias	• Vésperas Salmos feriais	• cantadas • entoados
Advento e Quaresma	• Vésperas Salmos feriais	• cantadas • cantados
Domingos, dias duplex Restantes dias	• Completas • Completas Salmos	• todas cantadas • cantadas • entoados

*Se o *Benedictus* nas Laudes fosse cantado, o organista devia tocar a Antífona *Ave Stella*, que o Cantor havia levantado.

** A terminologia usada no Cerimonial distingue a forma cantada da forma entoada *recto tono*.

Livro Primeiro- Título IV, cap. X Das cerimônias que no choro se guardão em quanto se diz a Missa cantada

Nas Missas cantadas deviam observar-se as seguintes regras:

- Nas Missas com órgão em Festas de Santos ou em dias de semana, o Intróito devia ser cantado pelos dois coros. (No caso de não haver vozes em número suficiente, devia ser cantado pelos supridores;
- nas Missas sem órgão realizadas em dias de semana e ainda nas Missas de *Requiem*, o Intróito devia ser cantado pelo Cantor Mor;
- os *Kírios* deviam ser cantados alternadamente com o órgão, cabendo a este instrumento o primeiro e último *kírio*. Os monges deviam cantar junto à estante. Não havendo acompanhamento do órgão, os *Kírios* deviam ser cantados alternadamente pelos dois coros, começando pelo coro direito;
- o *Gloria in excelsis* devia ser cantado sem órgão, em todas as festas duplex, nas Missas das Confrarias, e na Missa da Prima aos sábados. Os cantores deviam começar a cantar até às palavras *bonae voluntatis*. Nos dias duplex, o Glória devia ser cantado alternadamente com o órgão;
- no final da Epístola, os monges deviam rezar o Gradual junto à estante, enquanto o órgão tocava;
- depois do verso cantado do Aleluia, o órgão devia tocar, seguindo-se um Aleluia rezado; quando havia Tracto, o órgão não se tocava;
- nas Missas em dias de semana sem órgão, o Cantor Mor devia começar o Gradual;
- nos Domingos, em que o órgão não intervinha, o Credo devia ser dito a Versos, começando o primeiro coro;
- o Cantor devia começar o Ofertório, se este fosse cantado;
- o Prefácio devia ser cantado, "ainda que à offerenda se cante verso ao órgão" e só não se cantava se o Prelado que presidisse à cerimónia o autorizasse;
- o *Sanctus* devia ser cantado a versos alternadamente, começando o órgão. Nas Missas de *Requiem* o *Sanctus* devia ser cantado com os monges em pé;
- o *Agnus Dei* devia ser cantado com os monges de joelhos.

O capítulo X contém ainda uma advertência aos cantores sobre o repertório musical usado na liturgia:

"[...] Advirtase que nunca em lugar de Alleluia ou Tracto se cantem chasonetas ou outras couzas, senão o Alleluia com seu verso, ou o tracto.[...]."

"Livro Primeiro - Título V - Das Cerimónias que em particulares dias do anno se fazem nos divinos officios, e outros actos spirituaes que nos taes dias se exercitão"

O quadro seguinte apresenta as partes que especialmente se cantavam em dias de festa ou dias de significado particular do calendário litúrgico mencionados ao longo dos dez capítulos.

Quadro nº 13
Dias de Festa

Vigília e Festa de Natal	Laudes realizadas solenemente Matinas todas cantadas	"Capítulo I Da vigília, e de Festa de Natal"
Dia de Circuncisão de Cristo	Responso cantado Gratias tibi Domineno fim da Missa Maior	"Capítulo II Das graças que se dão em dia de circuncisão de Cristo"
Dia de Quinta feira Maior	Missa solene com órgão Compleatas cantadas	"Capítulo VI Da Quinta feyra Mayor"
Dia de Páscoa	Matinas cantadas Procissão pela claustra. em que se devia cantar os Hinos da Páscoa e o Cântico <i>Benedictus</i>	"Capítulo VIII Do Dia de Paschoa"
Dia de Ascensão*	Noa cantada solenemente com duração de uma hora	"Capítulo IX Do Dia de Ascensão"
Dia dos Fieis Defuntos	Antífonas repetidas depois dos Salmos, iniciadas pelo Cantor Mor Antífona <i>Magnificat</i> iniciada pelo Abade Resposos cantados depois das Vésperas	"Capítulo X Do Dia dos Fieis defuntos"

A exposição do Santíssimo iniciava-se com a colocação da hóstia na Custódia a colocar no altar coberto com um véu. Esta cerimónia devia ser acompanhada de música:

"[...] Em quanto o Senhor se tira do sacrario tangerão o órgão ou alguns instrumentos, e depois ao encerrar se guardará o que se costuma no fim das Procissões do Sanctissimo Sacramento [...]".³⁸

³⁸ Cerimonial da CSB, (Coimbra, 1647), "Livro primeiro- Título Sexto- Das Procissões que se fazem pello discurso do anno".

"Livro primeiro - Título Sexto - Das Procissões que se fazem pello discurso do anno"

O quadro seguinte apresenta as partes cantadas nas Procissões e Ladaínhas de Maio.

Quadro nº 14
Procissões

Procissões Solenes antes da Missa da Terça (nas festas e Domingos)	Antífonas e responsos cantados	"Capítulo I Das Procissões solennes que se fazem antes da Missa da Terça"
Procissões do Santíssimo Sacramento	A procissão devia realizar-se depois da Missa cantada. Acabada a Antífona de Nossa Senhora. o órgão devia tocar enquanto se dizia <i>Ita Missa est</i> e o Convento descia do coro alto. Podiam cantar-se os Hinos do Sacramento, o Cântico do <i>Benedictus</i> e alguns Salmos	"Capítulo II Das Procissões do Santíssimo Sacramento"
Ladaínhas de Maio	Realizavam-se três dias antes da Festa de Ascensão de Cristo. Deviam cantar-se pelo "solfa" constante do Processionário	"Capítulo IV das Procissões das Ladaínhas, assim de S. Marcos, como de Mayo, e de outras que por devoção se podem fazer"

Livro Primeiro - Título sétimo como se administração os sacramentos aos enfermos, como se sepultão os mortos, dos sufrágios que se fazem pelos defunctos

Os capítulos IV e V contêm indicações sobre as partes cantadas nos Ofícios. Nos Ofícios de Defuntos deviam observar-se as seguintes práticas:

- o *Kyrie eleison* devia ser cantado;
- as Antífonas e Versos deviam ser cantados devagar e pausadamente;
- devia realizar-se um ofício solene de nove Lições com Laudes;
- a Missa devia ser cantada;
- as Antífonas e algumas Orações e Responsos deviam ser cantados;
- o ofício de Vésperas devia ser cantado;
- deviam realizar-se três ofícios, no dia, mês e ano de falecimento do monge;
- deviam realizar-se Missas no Mosteiro onde o monge faleceu e nos outros mosteiros da congregação;
- devia realizar-se durante nove dias, junto à sepultura, um Responso cantado depois da Missa de Terça, e outro depois das Vésperas;
- devia realizar-se uma Missa Matutina pelos Irmãos benfeitores e uma Missa cantada todas as segundas feiras (excepto se fosse dia Santo duplex) depois da Prima.

O Cerimonial refere-se em particular ao ofício da Missa e às cerimónias particularmente solenes realizadas na Páscoa. Apresentam-se de seguida, em forma sucinta, alguns capítulos que constam do segundo livro do Cerimonial e que contêm indicações relativas à prática musical

Livro Segundo- Título Primeiro Do officio e Ceremonias da Missa assim rezada, como cantada

O capítulo segundo intitulado *De todas as partes do officio da Missa em especial* apresenta o modo de realização de algumas partes da missa que variavam conforme se tratasse de Missas diárias, dominicais ou de ofícios particulares. O quadro seguinte contém alguns desses procedimentos:

Quadro nº 15
Ofício da Missa

Domingos do Pentecostes ao Advento; Dia da Epifania até à Septuagésima, Quinta feira de Ceia, Sábado Santo	<ul style="list-style-type: none"> • Missas • Missas de Requiem 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Gloria in Excelsis</i> • sem Glória
Dias duplex e semiduplex, Infra-oitava, Domingos	<ul style="list-style-type: none"> • Missa Maior, Missa de Terça, Sábado Santo, Vigília de Pentecostes, Natal Epifania, Páscoa, Pentecostes, Missas Votivas • Missas de Requiem, Vigílias 	<ul style="list-style-type: none"> • Prefácio cantado em canto solene • Prefácio cantado em canto ferial

Nas Missas cantadas, as partes cantadas pelo celebrante eram as seguintes:

- *Gloria in Excelso Deo*;
- Todos os *Dominus Vobiscum* depois dos *Kyrie*;
- *Oremus* (antes das Orações);
- Orações com sua conclusão;
- Evangelho (quando não havia diácono);
- *Oremus* (antes do Ofertório);
- *Credo, Prefácio, Pater Noster, Orações Post Comunionem, Benedicamus Domine* (ou *Ita Missa est*);

O capítulo quarto intitulado *"Das três Missas conventuais, que cada dia se dizem nos nossos Mosteiros"* refere-se em particular às Missas da Terça, Prima e Matinal. Nos Mosteiros de grandes dimensões, e portanto com um maior número de monges celebravam-se obrigatoriamente três Missas diárias conventuais: a Missa de Terça, assim chamada por se

realizar nesta Hora ou também designada por Missa Maior, por ser a principal; a Missa de Prima e a Missa Matinal, celebrada ao nascer do dia. Nos Mosteiros menores, com apenas 5 ou 6 religiosos, realizavam-se diariamente a Missa de Terça e de Prima, e naqueles em que havia somente 2 ou 3 monges apenas a Missa de Terça.

A Missa Maior ou de Terça era cantada ou rezada de acordo com os dias em que se celebrava e com a dimensão dos próprios mosteiros, conforme se observa no seguinte quadro:

Quadro nº 16
Missa Maior

Mosteiros grandes	Dias Santos, Domingos, Festas de 1ª e 2ª classe, Festas duplex maiores, Vigílias de Natal, Epifania, Pentecostes, 8º Dia de Corpo de Cristo, Festas de Nossa Senhora. Dias de S. Bernardo e Corpo de Cristo, Dia dos Quatro Doutores da Igreja, Terça e Quarta feira de Semana santa, Dia de Assumpção de Nossas Senhora	Missa cantada com Ministros (excepto em dia de officio solene de Defuntos ou Festa Votiva)
Mosteiros das cidades	Diariamente	Missa cantada
Mosteiros pequenos	Domingos, Festas de Santos, dias em que estivessem no coro pelo menos cinco religiosos	Missa cantada
Mosteiros com menos de cinco religiosos	Diariamente	Missa rezada

Para a Missa Maior, nos dias especiais de festa, e em particular nos Mosteiros situados nas vilas e cidades, o Cantor devia fazer uma tábua, com a indicação dos monges para a celebrações, consultando para tal o Prelado. O Cerimonial aponta como razões deste cuidado do Cantor na designação dos monges a escolha de "[...] pessoas que não desdifiquem ou movão a rizo por falta de voz, ou por não saber entoar, ou por notavel deformidade [...]".

A Missa de Prima, nos mosteiros de grandes dimensões, devia ser cantada aos sábados, com excepção do Sábado Santo, em que a Missa de Prima não se realizava. Se houvesse um número suficiente de coristas e noviços, devia ser cantada diariamente.

Livro Segundo- Título Segundo Dos officios e Benções que se fazem no altar

As cerimónias da Páscoa eram de especial solenidade para os beneditinos. A Missa Maior de Quinta-feira Santa, por exemplo, celebrava-se com a solenidade de uma Festa de Primeira Classe. Os quadros seguintes mostram algumas características particulares dessas cerimónias.

Quadro nº 17
"Da Bênção, Procissão e Missa do Domingo de Ramos"

<ul style="list-style-type: none"> • Bênção dos Ramos • Adoração da Cruz • Bênção • Evangelho da Festa • Sermão (cerca de 30 minutos) • Procissão dos Ramos 	<ul style="list-style-type: none"> • Antífonas pelo Cantor e pelo convento indicadas no processionário • cantado pelo Abade • Antífonas cantadas pela claustra. De volta à igreja, o Cantor e os monges do coro deviam cantar os Versos, repetidos no exterior pelos restantes monges. Entrada da procissão na Capela Maior com Responso cantado. Versos pelo celebrante • Paixão com Missa cantada
---	---

Ceremonial, Cap. III

Sobre a Paixão, o texto do Cerimonial diz o seguinte:

"[...] Enquanto os religiosos dizem a Paixão, no coro canta-se o tracto. A Paixão cantará como he costume, dizendo o religioso da Parte do Evangelho o texto do Evangelista, o do meyo os ditos de Christo, o da parte da Epistola os ditos das pessoas singulares como he de S. Pedro, da Ancilla, de Pilatos, e os ditos das turbas dirão os musicos do choro. poreim faltando estes, o mesmo religioso dos bradados os dirá todos. Depois de cantada nesta forma toda a Paixão até aquellas palavras Sedentes contra sepulchrum. se os religiosos quando a cantarão, não são os que celebrão a Missa, se irão para a sacristia [...]"

Quadro nº 18
"Da Sexta feira da Somana Sancta"

<ul style="list-style-type: none"> • Bênção do fogo • Officio do <i>Parasceve</i>* • Paixão • Evangelho • Orações • Adoração da Cruz • Officio (em substituição da Missa) • Comunhão • Procissão (<i>buscando e levando o Senhor ao Túmulo</i>**) • colocação do Senhor no Túmulo* 	<ul style="list-style-type: none"> • Profecias e tracto cantados • cantada (última parte da paixão) • Antífonas e Hinos cantados • Resposos cantados
--	--

Ceremonial, Cap.V

*Officio da sexta - feira santa

** Sacrário

Quadro nº 19
 "Do officio e Missa de sabbado Sancto"

<ul style="list-style-type: none"> • Bênção do fogo • Bênção do círio • Profecias, Tractos e orações • Ladaíinha • <i>Accendite</i> • Missa • Vésperas 	<ul style="list-style-type: none"> • cantado • cantada pelo coro • o órgão devia tocar e os sinos deviam soar depois de se acenderem as velas e o coro dizer <i>accendite</i> • <i>Kyries</i> cantados solenemente pelo coro. Sem Intróito e sem Credo mas com <i>Gloria in Excelsis</i>. Aleluia cantado depois da Epístola pelo Abade e pelo Cantor Mor. Aleluia cantado pelo Diácono em vez de <i>Ita Missa est</i> • <i>Magnificat</i> cantado pelo coro
---	---

Cerimonial, Cap. VI

O Capítulo VII *Do officio e Missa de Vigilia de Pentecoste* indica que as profecias e Tractos deveriam ser cantados por Ministros, enquanto a Ladaíinha deveria ser cantada pelo coro, depois da última oração antes da missa.

O terceiro e último livro do Cerimonial, aponta o conjunto de regras a ser observado pelos noviços, pelo que será objecto de estudo no capítulo seguinte dedicado à Formação Musical Litúrgica dos monges beneditinos.

O Cerimonial da Congregação Beneditina foi ao longo dos tempos sofrendo algumas modificações. No Capítulo Geral da congregação que se realizou no dia 3 de Maio de 1789, presidido pelo Doutor Fr. José Joaquim de Santa Teresa,³⁹ decidiu-se prosseguir com a reforma do Cerimonial e nomear pessoas que continuassem a trabalhar no mesmo assunto, uma vez que os padres anteriormente nomeados se achavam impossibilitados de o fazer. Passados nove anos, o Capítulo Geral reunido em Tibães dava conta de que muitas das *Cerimónias* estavam desactualizadas, determinando novamente uma nova reforma. Na acta do capítulo realizado em 22 de Maio de 1798 ficou exarado o seguinte:

"[...] Atendendo Capítulo Geral a que muitas das cerimoniaes do nosso ceremonial se não podem hoje praticar, e outras se não observão à muitos annos: determina se fação nellas huma piquena reforma afim de serem oniformex em todos os Mosteiros, nomeando o nosso Reverendíssimo Monges zelozos e observantes que bein dezempenhem a piquena emenda de que se necessita, e que atantos, capitulos esta determinado e enquanto esta sessão fasdevera continuar a observar o actual ceremonial no que se votou e venceo. [...]"

³⁹ ADB, CSB, *Actas Capitulares* nº 315.

O Cerimonial viria a ser novamente reformulado no século XIX, sendo responsável por este trabalho Fr. António de Nossa Senhora, citado na acta do capítulo realizado em 21 de Maio de 1819:

"[...] Confirmou-se a Acta, que auctoriza o Nosso Reverendíssimo para nomear Revizores do Ceramonial, cuja reforma foi encommenda em Capítulo Geral passado ao M. R. P. Mestre Fr. António de Nossa Senhora, e que se acha completo, e pronto para este fim. No que se votou, e venceu nemine dis crepante.[...]"⁴⁰

Nesta mesma reunião, Fr. António de Nossa Senhora apresentou uma petição em que pedia a sua jubilação, atendendo aos serviços prestados, o que lhe foi concedido. Fr. António de Nossa Senhora, foi ainda eleito Abade do Mosteiro de Santo Tirso em 1822, e nomeado em 1825, Definidor-mor. Viria a falecer em fins de 1830 ou princípios de 1831.⁴¹

O Ceremonial da Congregação, de sua autoria, foi publicado em 1820, fruto das determinações do Capítulo Geral de 1786 e posteriormente, de 1816. No entanto, nunca viria a ser posto em prática, devido ao facto de ter sido alvo de contestação. Os destinos posteriores da congregação também não permitiram o seu uso.

No Arquivo Distrital de Braga conserva-se um manuscrito do século XVIII intitulado: "*Cerimonias da Congregação de nosso muy glorioso P. s. Bento de Portugal, e do maes que esta neste Livro*".⁴² Na margem do manuscrito pode ler-se o nome de *P. Fr. Thomas do Socorro*. É provável que Fr. Tomás tenha copiado com o seu próprio punho este manuscrito. O livro das cerimónias apresenta algumas diferenças, quer na organização, quer no conteúdo do Cerimonial publicado em Coimbra em 1647, mantendo-se semelhante no seu todo.⁴³ No que diz respeito aos oficiais directamente ligados à prática musical litúrgica, o manuscrito das cerimónias da congregação contém capítulos dedicados ao *Cantor Maior*, ao *Cantor Segundo* e ao ofício dos "*Archichoros*", não tendo nenhum capítulo sobre o ofício do organista. Apresentam-se de seguida estes capítulos, estabelecendo-se comparações entre os dois cerimoniais citados.

O capítulo 19 dedicado ao ofício do Cantor Mor é muito semelhante ao do Cerimonial de 1647. A diferença mais relevante é relativa à intervenção do órgão, em que o Cantor Mor passa a ter responsabilidades. O texto diz a propósito:

40 ADB, CSB, *Actas Capitulares* nº 317.

41 D. Gabriel de Sousa, *Escritores beneditinos naturais da cidade do Porto*, Porto, Arquivo Distrital do Porto, 1997, p.32.

42 ADB, CSB, Ms 122.

43 Ver Apêndice Documental nº 3 e nº4 .

" [...] não consentirá que no órgão se cante cantiga em linguagem ainda que seja honesta, mas em latim poder se ha cantar alguma antífona, ou cousa devota. Na casa onde ouver boas falas, e quem cante dextro canto d'orgão o Cantor podera ordenar que se cante o que quizer em canto d'orgão, ou nas vespervas ou na missa, mas não avendo boas falas não se cante senão cantochão. [...]"⁴⁴

O reconhecimento das funções exercidas pelo Cantor Mor são expressas neste cerimonial do modo seguinte:

"[...] O Prelado deve dar ao Cantor alguma recreação maes que aos outros officiaes porque he seu officio trabalhoso, e traz consigo muytos enfadamentos. [...]"⁴⁵

O capítulo 20 dedicado ao ofício do Segundo Cantor é em tudo idêntico ao do Cerimonial de 1647. No capítulo dedicado ao ofício dos "Archichoros" (capítulo 12) há uma referência à prática *alternatim* nas Antífonas das Matinas. O texto menciona que anteriormente as Antífonas se diziam pelo convento, mas que "[...] agora se diz em alternatim pellos archichoros [...]" Nos mosteiros pequenos, com poucos monges, os responsos das Matinas eram também da responsabilidade dos "archichoros", cabendo a um coro os Responsos do primeiro Nocturno e ao outro os do segundo Nocturno. O capítulo 13 intitulado *De algumas coisas pertencentes ao decoro do officio divino* estabelece regras de conduta no decorrer das cerimónias. Trancreve-se de seguida parte do texto referente a partes cantadas dos ofícios:

"[...] Quando se canta o credo no choro quando nelle se disser Descendit de coelis o Convento se ponha de joelhos, e quando se disser et homo factus est. digasse pello cantor e outro dous religiosos, e maes devagar ate dizere passus et sepultus est. e quando se disser et refurrexit todo o convento se levante, e cante algum tanto maes depressa. Quando o Cantor ou ambos cantarem alguma cousa não entre o Convento ate terem dito dez ou doze pontos, e pera saber quando ha de entrar os cantores ambos se inclinem. Quando se cantar o invitatorio nas matinas, nas festas de 4 capas principaes digão de tres em tres os versos d'elle começando a primeiro o Abbe com o Cantor, e outro anção, ou em sua ausencia o prior, ou presidente. [...] Quando na missa cantada se dizem muitas orações a prestamos inclinados, e as outras em pee nas cadeiras. A oração da 3ª quando for cantada em todos os dias se dira do tom e pausas da das vespervas. As de sexta, e noa como he costume. Ao benedicamus que se diz em o fim de cada hora todos se

⁴⁴ ADB, Congregação de S. Bento, Ms nº122, f.47v.

⁴⁵ *Idem*, f.48- 48v.

inclinem igualmente tendo as caras para o altar mor dizendo Deo gratias, e quando se diz em fim de missa que se responde com órgão [...]"⁴⁶

O capítulo 14 intitulado *Das Cerimonias do choro* apresenta algumas normas de intervenção do órgão nos ofícios. O texto do manuscrito do século XVIII diz o seguinte:

"[...] O órgão se tange em as festas principaes, ainda que seja quaresma, ou advento, mas nos domingos destes tempos não se tange salvo se for festa que se celebre nelles. Nas festas de 2 capas, 12 Lições, octavario as vespervas e missa se tanja orgão, e tambem nas festas de tres lições, quando se diz a missa de 12, como agora se ordenou.[...]"⁴⁷

O capítulo 6 referente à missa matutina, afirma não se poder cantar nos conventos mais que duas missas por dia. Em ocasiões especiais, em que havia necessidade de celebração de um maior número de ofícios de missa, era permitido alterar a prática comum rezando-se a missa que normalmente se cantava, de modo a não fatigar os monges. Estas decisões ficavam ao critério do Prelado.

O manuscrito do Cerimonial apresenta no final, depois dos 66 capítulos que o constituem, um conjunto de regras a serem observadas, onde se incluem a *Regra de como se mete os hymnos por todo o anno* e *Pausas, e modo de cantar todas as cousas conforme ao costume da ordem de nosso mais glorioso Padre S. Bento*.

As actas dos Capítulos Gerais realizados ao longo do séculos XVII, XVIII e XIX evidenciam o zelo dos beneditinos pela música litúrgica e a constante preocupação em manterem normas fieis aos seus princípios. Estas actas, que hoje se conservam no Arquivo Distrital de Braga e no Arquivo de Singeverga, constituem também um acervo documental importante relativo à formação musical litúrgica pelo que serão novamente citadas no capítulo referente a este assunto. Os Padres Capitulares, reunidos em capítulo cantavam a Hora Terça, realizando em seguida a procissão. Assistiam depois à Missa do Espírito Santo, cantando todos o cântico *Te Deum laudamus*. Prolongando-se a sessão pela tarde, os capitulares de acordo com o texto das actas, reuniam-se na Igreja e cantavam o Hino *Veni Creator Spiritus*, e Versos com órgão.

As *Actas Capitulares* da congregação relativas aos anos de 1635 a 1822⁴⁸ contêm várias orientações da hierarquia da Ordem sobre a música litúrgica e de um modo geral sobre

46 *Idem*, f. 37.

47 *Idem*, f. 41.

48 ADB, CSB, *Actas Capitulares* n° 314- 320.

a actividade musical realizada nos mosteiros. Transcrevem-se de seguida extractos dessas actas particularmente elucidativos sobre este assunto.

Aos 7 dias de Agosto de 1752 :

"[...]confirmou-se a definição que manda se não dispense a leitura do Matirologio, e se cante Stella Coeli, no que se votou . Confirmou-se a definição que manda que em nenhum tempo se dispensem Matinas, nem nas cazas grandes em tempo de Inverno, e cantem à noute. No que se votou, e venceu.[...]"

Nesta reunião foi também lida uma petição dos Cantores da congregação, em que estes pediam para não serem obrigados a levar a estante para o meio do coro e virar as folhas dos livros. A Junta respondeu favoravelmente ficando registado em acta o seguinte:

"[...] Leuse huma petição dos irmãos cantores desta Congregação em que pedião que o monge que fizesse a obrigação de Cantor Mor. e inda segundo na sua aozencia, se declarasse não hera obrigado a levar a estante ao meyo do coro; nem estar virando a folha à estante. mas sem que tenha esta obrigação o monge, que lhe ficar immediato: o que se não entende quando se levar. Despachou a Junta: que como a obrigação de folheyro he incompativel com a de cantor, ha a este por desobrigado daquella obrigação. [...]"⁴⁹

Na *Junta Geral* reunida a 1 de Setembro de 1761,

"[...]confirmou-se a difinição que manda, se não dispensem dous versos ou Ramos tomando-se a orgam, quando se canta o officio Divino, no que se votou e venceo. [...]"⁵⁰.

Esta decisão viria a ser confirmada no *Capítulo Geral* realizado em 1767. A partir desta data e durante vários anos, vem mencionada a ordem contrária mandando que

"[...] não se tomem dous ramos a orgão quando se canta ou reza o officio divino[...]"

O *Capítulo Geral* de 1767, terminou com uma recomendação lembrando a obediência ao *Cerimonial*:

"[...] Manda Capítulo geral que as Epistolas, Evangelhos, Lições, orações e capitolas se cantem na forma que determina o nosso cerimonial, e pello que respeita aos Introitos, Glorias,

⁴⁹ ADB, FMC, CSB, *Actas Capitulares* nº 314.

⁵⁰ *Ibidem*.

credos, chirios, antifonas, e salmos se cantem pellas solfas que commodamente ouverem, e os cantores julgarem são mais conducentes para a solemnidade, com aprovação dos Prelados locais, e dito o verso costumado se deu fim à sessão. [...]"⁵¹

Esta recomendação é feita novamente no *Capítulo* realizado em 1770. A *Acta Capitular* de 1780 menciona particularidades de celebração na Festa de Santa Escolástica e Dia da Conceição de Nossa Senhora:

"[...] Confirmou-se a Acta. que manda, que na festividade de Nossa Santa Escolástica haja Laudes cantadas, e atendendo ao dia, e trabalho se dê hum extraordinário; como tambem se confirmou a dterminação de se cantar a Ladainha dia da Conceição de Nossa Senhora: no que se votou, e venceo. [...]"

O Capítulo Geral reunido a 3 de Maio de 1764, constatando que alguns monges tocavam flautas e rebecas nos mosteiros proibiu o uso de tais instrumentos. A acta diz o seguinte:

"[...] Advertiu-se, que se hia introduzindo em alguns monges o costumem de tocarem nos Mosteiros rebecas e flautas. rezolve capitulo geral que proíbe o toque destes instrumentos, e os monges que os tiverem se desfação logo delles no que se votou e venceo. [...]"⁵²

Em 1773 a acta refere novamente a proibição destes instrumentos, bem como a representações teatrais com música:

"[...] Confirmou-se a Acta que prohibe a representação de Entremezes, Operas. ou Comedias dentro dos Mosteiros assim pelos religiosos, como pelos familiares, ou outras quaisquer pessoas, e que prohibe tocar dentro dos mesmos Mosteiros instrumentos alterozos / ainda que sejam moços / como são rebecas. e flautas, que inquietão o socego da comunidade, e o mesmo se observará nas sahidas, e brevias conventuaes, no que se votou. e venceo. [...]"⁵³

O *Capítulo* reunido em 1777 aborda novamente este assunto, abrindo desta vez uma excepção, ao permitir a representação de Intermezes pelos familiares dos monges no Dia de Reis:

"[...] Confirmou-se a Acta que prohibe nos Mosteiroz em observancia das nossas Constituições toda a representação de Operas, Comedias, e entremezes, e juntamente prohibe tocar dentro nos

51 ADB, FMC, CSB, *Actas Capitulares* nº 314.

52 *Ibidem*.

53 ADB, FMC, CSB, *Actas Capitulares*, nº 315.

Mosteiros, instrumentos alterozos, como são Rabeca, flauta ainda que seja por familiares, ou pessoas de fora, excepto em dia de Reys, que poderão os familiares representar os seus entremezes, sendo honestoz e serioz; o mesmo se observará nas brevias, e recreaçõens conventuaes, no que se votou. e venceo. [...]"

A *Acta Capitular* de 1780 repete integralmente esta decisão. Em 1783, o *Capítulo* confirma a decisão de se proibir a realização de bailes e outros festejos nos adros das igrejas ou no interior dos mosteiros:

"[...] Confirmou-se a Definição que manda com suspensão aos Prelados não consintão nas Igrejas Adros Sacristias, ou dentro do Mosteiro bailes ou festejo algum nas posses actuais dos prelados nem outra qualquer ocasião com preteisto algum que escotavel for, só nas posses dos Prelados se porão Luminarias, e sedarão repiques na feira do costume no que se votou e venceo por todos os votos. [...]"⁵⁴

A 12 de Março de 1786, o Abade Geral da Congregação, Doutor Frei José Joaquim de Santa Tereza, enviou uma carta aos Abades dos Mosteiros dando orientações quanto à prática litúrgica. O teor da carta, respeitante a este assunto, é o seguinte:

"[...] Permittimoz aos Reverendos Padres Presidentes que possão com as suas communitades rezar a hora de Noa mais tarde, e dispensar o canto das vespervas, e completa nas terças e quintas feiras não sendo classicas, e nos mesmos dias rezará noite Matinas o que tudo se deve entender desde o primeiro de Mayo ate quinze do mesmo inclusive; e nos collegios permittimos a dispensa de huma tarde tão somente dentro do referido tempo e no mais mandamos aos Reverendos Padres Presidentes fação continuar o choro, e aula de mesma sorte que se estivessem os Prellados nos Mosteiros. Para evitar algumas dezordens mandamos aos Reverendos Padres Prezidentes, que chegandohe noticia das novas eleiçoens assignada pello relator de capítulo depois de dar a Deos as devidas graças não concintão se fação em obzequio dos novos eleitos outras alguaz demonstraçoens, mais do que repicarem os sinos; em todo o tempo da vacante não permitião Muzicas, ou outeiros, nem roguem pessoas para estes e outros festejos. [...]"⁵⁵

Frei Manuel Caetano do Loreto, em carta enviada a todos os Abades, no dia 2 de Setembro de 1792, chama a atenção dos Prelados para a dignificação de todos os actos

54 *Ibidem*.

55 ADB, FMC, CSB. *Visitas dos Visitadores* nº 191, f. 1- 3v.

conventuais a realizar pela Congregação. Apelando para o espírito da Regra de S. Bento, Frei Manuel Caetano do Loreto procurava travar determinadas condutas dos monges que contrariavam a profissão de fé assumida. A carta diz o seguinte:

"[...] Penetrados assim os Prelados, como os subditos destes importantes sentimentos e das verdades sublimes que o Santíssimo Patriarcha inspira aos que tem a felicidade de serem seus filhos, e de professar a Regra Santa de que elle foi o orgão, e o espirito Santo o Autor, nos darão a consolação, e teremos nós o prazer de prezidir a huma congregação, na qual os louvores Divinos, e todas as funções da Igreja, se façam com a gravidade pureza e decoro prescristas pelos concílios, e herdados dos Nossos passados, digo antepassados. As psalmodias se cantão e rezão sem tropesso e syncopes, exprimindo-se as sillabas e palavras com distinção e com piedade, capaz de mover a compreensão os ouvintes, e delles conhecerem que io entendimento dos que cantão e rezão, medita o mesmo que proferem com as vozes. (o que não condiz com a presença, dos que deixando as cousas terrenas, se dedica ao serviço do coro e altar, nos Teatros, assembleias, assistindo a danças, banquetes etc.) [...] Assim como os Prellados devem promover a observancia Regular, também se não devem esquecer de permitir aos Monges as vereações que a nossa Constituição determina e são compatíveis com o nosso estado, tendo consideração ao tempo e a quais pessoas e a quem se devem conceder: não dispensarãõ couza nem darão licença para os Monges sahirem fora ou seja conventualmente, ou a fazer visita, nem ainda a negocios em que não houver perjuizo na (de)mora [...]. Nestes dias devem os officiaes do Mosteiro desocuparem-se e não faltar a hora alguma Nocturna, ou diurna: os vigarios quando não cantão a Missa da terça, digo a Missa Conventual, que he a da terça, devem dezembaraçar-se para aestir a ella: [...]"⁵⁶

Em 1801 os capitulares, sob a presidência de Frei José de Santa Rosa Vasconcelos, voltaram a proibir o uso de determinados instrumentos e qualquer representação pelos religiosos. Em acta ficou exarado o seguinte:

"[...] Confirmou-se a Acta, que prohibe Musicas, e Instrumentos alterosos dentro dos Mosteiros assim como toda, e qualquer representação em qualquer dia, ou tempo do anno, ou seja festa pelos religiosos ou pelos Tumulos. Declara-se porem que por cauza desta prohibição nem os Prelados devem faltar com os alivios, que se costumão na vespera, e dia de Reys: nem os religiosos devem deixar de os cantar como se pratica: e só nos Mosteiros das cidades em consideração da visinhança deixarão de os cantar, hindo tão sómente a cella do Prelado fazer-lhes

56 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 191, f. 28-29v.

o obsequio, que a decencia pede, e permite. No que se votou e venceu nemine discrepante. [...]".⁵⁷

O Capítulo Geral reunido em 1822 aborda novamente este assunto, o que pressupõe que esta ordem não terá sido acatada pelos monges ao longo de vários anos. Desta vez os Capitulares referem-se à utilização abusiva das guitarras. A acta diz o seguinte:

"[...]Outro sim se manda evitar os abuzos a respeito das Guitarras, não permitindo que ella se toquem em lugares publicos, assim dentro como fora dos Mosteiros[...]".⁵⁸

Nos *Capítulos* realizados entre os anos de 1810 e 1822 registam-se várias recomendações aos monges coristas. Verifica-se uma certa preocupação dos *capitulares* em manter a realização dos ofícios divinos como sempre se praticaram no mosteiros, apesar da existência de um número cada vez menor de monges conventuais. No capítulo realizado em 5 de maio de 1810, foi confirmada a realização dos ofícios segundo as normas seguintes: as Matinas deviam realizar-se às duas horas da manhã sendo apenas dispensados os monges com quarenta anos de hábito, quando se executavam na véspera as Laudes em forma cantada. A Prima celebrava-se às cinco horas da manhã, da Páscoa até Setembro e às seis da manhã, nos restantes meses do ano. Aos Domingos e Dias Santos devia ser sempre cantada. Depois da Terça seguia-se a Missa cantada. As Horas seguintes diziam-se rezadas. O ofício das Completas tinha lugar por volta das cinco horas da tarde. A Junta Geral reunida nos dias 24, 25 e 26 de Maio de 1813 tomou as seguintes decisões:

" [...] Declara a prezente Junta que os M. R. Padres DD. Abbades não são obrigados, nem devem descer das suas cadeiras, para cantar couza alguma no meio do coro que o verso do Gradual nas Missas, e invitorios classicos nas matinas de encomendarem a Monges que possão ajudar a edificar com o seu canto; que os Tractos sejam cantados hum verso pelos cantores, e outro pelo choro e pelo respeito às Antifonas manda a prezente Junta que subsista a pratica de as encomendar aos mais anciões nos dias estabelecidos, mas que estes não as levantem senão entoadas na corda coral para que os cantores possão mais facilmente prosseguir nellas segundo se achão nos Antifonarios.[...].⁵⁹

[...] Per occasião desta Acta declara a prezente Junta que os cantores não são izentos de coro algum diurno rezado ou cantado, excepto da hora noa, e attendendo ao seu trabalho se lhe

57 ADB, FMC, CSB, *Actas Capitulares* nº 319.

58 ADB, FMC, CSB, *Actas Capitulares* nº 317.

59 Este parágrafo consta da acta da Junta Geral reunida a 21 de Maio de 1813. ADB, FMC, CSB, *Actas Capitulares* nº 319.

dispensão todas as matinas as duas horas da noute, não havendo Laudes, Benedictus e capitula cantada, a que são obrigados ahir.

E se os ditos cantores, ou algum outro nomeado sobpretexto de poucos privilegios, ou por algum motivo que não seja justificado recuzar aceitar algum officio, se manda ao M.R. Padres D. Abbades lhe neguem a licença de sahirem da clauzura [...]"⁶⁰

Algumas das cerimónias litúrgicas dos mosteiros femininos tinham características próprias. Na Biblioteca Nacional de Lisboa conserva-se um texto manuscrito que contém indicações sobre a realização das cerimónias cantadas no *Dia de Cinzas* e nos dias de *Lausperene*, em que o Santíssimo Sacramento estava exposto nas Igrejas dos mosteiros. O manuscrito é uma cópia dos finais do século XVIII. O conteúdo dos textos, bem como a escrita reveladora da pronúncia do norte do país permite concluir que o documento refere-se a decretos emanados pelo arcebispado do Porto para os mosteiros de S. Bento.

As cerimónias do *Lausperene* incluíam o Hino *Pange lingua*, o Hino *Tantum Ergo*, as *Ladainhas* cantadas e a intervenção do órgão a solo. O manuscrito diz o seguinte:

"De quando bem para ca o laus Plene

Em se acabando a Missa cantada sebai a porção, hade saversse se os clerigos cantão la o pange lingua. Senão he de ca a orgão que sendo deles não. E estando a costodia na tribuna, cantasse de ca logo o Tanto Ergo Sacramento e logo tambem o genitor acabado isto se canta a ladainha pelo tão das persiçoens das religiosas. Em o ultimo dia acabada a Missa cantada toca o orgão athe o capelão tomar a capa, e estando de joelhos cantase logo de ca a Ladainha com o Salmo, e não se dizem aqui as oraçoins, porque se bai buscar o Santissimo asima, e o orgão sempre esta tocando athe o Capelão chegar o altar a por a costodia e aqui emsenda, e bai pegar no Senhor para sahir a porsição calace intão o orgão e cantão de la os Padres o pange Lingoa não sendo de la de ca, como asima se dis, chegando o senhor asima quando o Capelão o poem em o Altar cantace de la Tanto Ergo Sacramento e genitor, e Logo acabado isto se dis o verço Panem delecto (?) Responde o Coro. Dis o Capelão a 1º oração do Santissimo Sacramento e dipois dis todas as que ficaram da Ladainha, acabadas de dizer toca o orgão athe meter o Senhor em o sacrario."⁶¹

⁶⁰ ADB, FMC, CSB, *Actas Capitulares* nº 317.

⁶¹ BNL, CEM, Ms s/c.

I Parte — Capítulo 3

A Formação Musical dos Monges Beneditinos

A existência de normas para a prática musical litúrgica nos Mosteiros, não garantia por si só que tal prática se efectivasse. A importância que os beneditinos atribuíam à música reflectia-se também na formação exigida a todos os que quisessem seguir a vida monacal. O papel da música não se confinava ao serviço religioso, era também um meio de desenvolvimento cultural, de educação, de formação estética e humanista do monge. O cuidado permanente dos responsáveis da Ordem, para que nos mosteiros houvesse ensino musical de qualidade e as observações sobre os benefícios de tal formação, registadas nas Actas das Visitações o papel relevante que a música assumia na formação do monge beneditino. No primeiro Capítulo Geral, reunido em 1570 em Tibães, ficou decidido aceitar-se a entrada de noviços apenas para os Mosteiros de Tibães, Refoios e Rendufe.¹ Ficou então registado em acta que os noviços deviam começar logo de início a aprender os hinos, o cântico do *Magnificat*, o cântico do *Benediculus* e o salmo *Miserere*. A expressão usada é de que o noviço "[...] Logo comesse a cantar e não está mudo [...]."² Passados oito anos, os membros capitulares verificaram a falta de monges preparados para responder a uma prática musical de relevo, levando o Capítulo Geral reunido no Mosteiro de Rendufe, no ano de 1578, sob a presidência de Fr. Pedro de Chaves, tomar as seguintes decisões:

"[...] Item por quanto ha grande falta de quem saiba cantar nesta congregação e que a causa he porque os mestres de noviços os não ensinão a cantar, e também porque os prelados não mandão em suas casas que aja lição de canto como esta ordenado, pollo qual se lhe manda em virtude de santa obediência que nas casas grandes ordenem como aja cada dia lição de canto, mandando ao cantor que ensine aos que tem necessidade e os mestres de noviços os fação exercitar nos tons dos hymnos, e nos responsos dos defuntos que estão nos processionários e nas antífonas e responsos dos comuns dos sanctos[...]"³

As determinações apontam para a existência de uma aula de canto diária em todos os mosteiros sob a responsabilidade do Cantor e ainda a prática de canto litúrgico no noviciado sob a responsabilidade do Mestre de Noviços. Os Mestres de Noviços, nomeados pelo Abade Geral e com pelo menos dez anos de hábito, tinham por obrigação ministrar a instrução religiosa que consistia no ensino da liturgia e no ensino da disciplina monástica. Os capítulos 33, 39 e 54 das Constituições da Ordem de S. Bento, publicadas em 1590 contêm

1 Em 1590 o noviciado passou a realizar-se nos Mosteiros de S. Bento de Lisboa e Santo Tirso [Constituições da Ordem de S. Bento, Lisboa, 1590. Cap. XXXIII, p. 105].

2 AS. *Actas Capitulares*, f. 7v.

3 *Idem*, f. 47.

determinações relativas à formação dos monges. No capítulo XXXIII, intitulado "*Do Mestre dos noviços, e das qualidades que ham de ter elle, e os noviços*" é traçado o perfil do Mestre de Noviços, apontando-o como um Padre espiritual, observante e zeloso da religião. O Mestre não podia ser nem prelado nem prior, ocupando-se apenas neste ofício ou nos ofícios do coro ou altar, de modo a prestar assistência, e estar presente nas lições dadas aos noviços. A sua cela situava-se junto às celas do noviciado e nenhum religioso podia falar com os noviços sem autorização do Mestre, com excepção do Prior, que poderia ajudá-los em caso de necessidade. O Prior assumia uma espécie de tutoria dos noviços animando-os, resolvendo os seus problemas pontuais. Ao Mestre de Noviços cabia em particular a responsabilidade do ensino da doutrina cristã. No início do noviciado, os noviços deveriam aprender as orações principais, os fundamentos da religião e ainda os sinais respeitantes aos momentos de silêncio no coro, refeitório, igreja e altar. Seguia-se a aprendizagem de todas as cerimónias que se realizavam de cor no coro e fora dele. O texto diz o seguinte:

"[...] Depois de confessados lhes ensineo mestre as cousas, que dizem no choro sem livro, convém saber, as completas, as commemorações, o salmo miserere mei, porque não este mudo no choro, e também a benção da mesa, e em que lugares de casa se ha de inclinar, e depois ensineos a rezar de nossa Senhora, e de defuntos, e o demais, que o convento rezar fora do coro [...] Ensineos a rezar o officio mayor, e que saibão reger o breviario, e as cerimonias, dando de cor em summa cada capítulo dellas [...]"⁴

A formação do noviço era encarada como a formação de um novo homem. A tarefa do Mestre de Noviços exigia paciência, esperando do noviço uma aprendizagem e desenvolvimento progressivos. O calendário semanal das lições espirituais no noviciado, de acordo com as Constituições de 1590 era o seguinte:

Quadro nº1
Formação no Noviciado

Domingo	Estudo da Regra de S. Bento
Segunda-feira	Exercícios de Oração
Terça-feira	Estudo do modo de rezar segundo a Regra de S. Bento
Quarta-feira	Estudo dos sinais da guarda do silêncio
Quinta- feira	Estudo das Cerimónias da congregação
Sexta-feira	Estudo do modo de Confessar
Sábado	Revisão das aprendizagens realizadas ao longo da semana

Constituições (Lisboa, 1590) capítulo 33

4 Constituições da Ordem de S. Bento (Lisboa, 1590). Capítulo XXXIII, p. 102.

Diariamente, no fim de cada lição, o mestre deveria interrogar os noviços sobre os ofícios do dia seguinte. Para os beneditinos a ociosidade era inimiga da alma, sendo castigados os religiosos que não aproveitassem devidamente o tempo. O capítulo 39 das Constituições ordena ao Prelado a necessidade de fazerem ocupar os monges, noviços ou não, nos momentos livres do quotidiano. O texto diz o seguinte:

"[...] e o prelado tenha cuidado de por a cada hum em o exercício, que seja conforme a sua habilidade, porque huns são pera letras, outros pera devação, e outros são activos, e afeiçãoados a musica, o que tudo he necessario pera a religião[...]"⁵

O noviciado tinha a duração de um ano. Ao longo desse primeiro ano de formação, o noviço era confrontado três vezes com a decisão de prosseguir a sua opção pela vida monacal. Ao Mestre de Noviços competia a avaliação da sua formação. Os noviços, depois de conhecerem a Regra de S. Bento na íntegra e passados dois meses de noviciado, declaravam a sua intenção de perseverarem no convento, reiterando esta afirmação no sexto e décimo primeiro mês do noviciado. Nestes momentos, o conselho dos padres do mosteiro, depois de ouvir a informação dada pelo mestre de noviços votava por voto secreto a continuação ou não do noviço no noviciado. Acabado o primeiro ano de formação, e de acordo com as normas do Concílio Tridentino, os noviços eram admitidos à profissão de fé, depois do parecer favorável do Mestre de Noviços, e voto favorável do conselho de Padres. Podiam então tomar o hábito de S. Bento. À profissão de fé só podiam ser admitidos jovens com a idade mínima de 16 anos.

O *Cerimonial* da Congregação publicado em Coimbra em 1647, contém igualmente um conjunto de normas relativas à formação do noviço. O "*Livro terceiro - Título Primeiro - Das cerimónias pertencentes aos Noviços e novamente professos- capítulo II - Do exercício dos Noviços no anno do noviciado*" refere em pormenor o conjunto de aprendizagens necessárias às obrigações dos Religiosos. O quadro seguinte contem as lições ministradas diariamente, apresentando algumas diferenças relativamente ao calendário semanal do século XVI.

5 *Idem*, Capítulo XXXIX, p. 128.

Quadro nº2
Formação no Noviciado

Domingo	Estudo da Regra de S. Bento
Segunda-feira	Exercícios de Oração
Terça-feira	Estudo do Breviário
Quarta-feira	Exercícios de Oração
Quinta-feira	Estudo das Cerimónias da Congregação
Sexta-feira	Estudo do Breviário
Sábado	Estudo do modo de confessar. Estudo das Cerimónias da Congregação

Cerimonial da Congregação de S. Bento (Coimbra, 1647)

A Regra de S. Bento era lida todos os dias, embora o seu estudo se realizasse apenas aos Domingos. No fim do ano de noviciado, o noviço deveria saber de cor os capítulos da Regra, com excepção de dez capítulos, que se deveriam saber pelo Breviário, quando aprendiam a rezar. Do mesmo modo, o Mestre de Noviços deveria exigir aos noviços que soubessem de cor o Ofício de Nossa Senhora. Antes porém de saberem este Ofício em particular e a Regra de S. Bento, os noviços tinham de saber também de cor o seguinte:

"2. Primeiramente fará o Mestre que os Noviços estudem de cor a Completa do Officio Divino, os Hymnos da Prima, Terça, Sexta e Noa, os Psalmos Domine quid multiplicati sunt, do princípio das Matinas, e Deus Miseratur nostri do princípio das Laudes, e o Miserere mei Deus com todos os versos que se dizem nas Graças assim ao jantar como a cea."⁶

Durante o noviciado, os noviços deveriam participar em todos os actos conventuais realizados fora do coro, cumprindo semanalmente obrigações de Leitores, Hebdomadários e funções nos Archicoros. Relativamente à prática de cantochão, desde 1578, com estudo diário obrigatório, o Cerimonial apresenta um horário semanal distribuído do seguinte modo:

Quadro nº 3
Formação no Noviciado - Prática de cantochão

Domingo	Estudo dos tons. Início dos Salmos em cada tom
Segunda-feira	Estudo das pausas
Terça-feira	Estudo dos Inrólitos, Glórias, Credos
Quarta-feira	Estudo dos Hinos e Antífonas
Quinta-feira	Estudo dos Resposos breves e dos Versos
Sexta-feira	Estudo das pausas
Sábado	Estudo dos finais

Cerimonial da Congregação de S. Bento (Coimbra, 1647)

6 *Cerimonial da Congregação de S. Bento*, Coimbra, 1647. Livro Terceiro - Título Primeiro - Capítulo II.

A prática do cantochão deveria realizar-se diariamente depois da Meditação. A Meditação tinha a duração de um quarto de hora após a celebração das Vésperas. Nos dias de jejum, durante a Quaresma, a meditação tinha lugar antes das Vésperas de Nossa Senhora. O texto refere-se também à prática de canto de órgão, que deveria ser usado na Quaresma depois de se rezarem as Vésperas. Depois de concluído o estudo diário do cantochão, os noviços deveriam aplicar-se nas lições próprias das Matinas. O desejo de manter os monges devidamente ocupados, quer no noviciado, quer ao longo de toda a vida monacal, vem também expresso no *Cerimonial* Beneditino. O texto diz a este propósito o seguinte:

"[...] Depois das Matinas não consinta o mestre que os noviços se lancem a dormir, se não for por pura necessidade; no qual tempo os obrigará a que leão livros espirituais que os incitem a devoção e amor a Deos: ou que trasladem o Exercitatorio, e estudem de memoria o que lhes for necessário. Pellas manhãs depois do exercício matutinal se ocuparão os noviços em ajudaràs missas pella ordem que o Mestre lhes der, e nas segundas, quartas e sextas feiras os ocupará em algum trabalho de mãos que se offerecer, o mesmo farão acabado o exercício que se tem depois das Vésperas, nas terças, quintas e sabbados, quando haja tempo para isso[...]"⁷

O capítulo IV do mesmo Livro do *Cerimonial*, intitulado "*Quando, e como se varre conventualmente, e do trabalho de mãos*" refere-se também à ocupação dos monges. No espaço de tempo entre as Horas de Prima e Terça deveriam os monges ocupar-se, entre outras coisas, no estudo dos instrumentos de tecla, ou outros, utilizados no serviço do coro. O texto diz o seguinte:

"[...] O trabalho de mãos, suposto que por indultos dos summos Pontifices se não guarda com o rigor que Nosso Santo Padre em sua Regra ordena: com tudo isso, a nossa congregação, pera que de todo não falte à vontade de sei glorioso Patriarcha, tem determinado que depois da prima até à Terça se ocupem os Monges em alguns exercícios proveytosos pera a casa, como são escrever livros pera o choro, aprender a escrever letra grossa, e tanger tecla, ou algum instrumento, que sirva pera o coro, e fazer algumas outras obras que sejam necessárias.[...]"⁸

A entrada para o noviciado estava sujeita a regras, competindo ao Abade Geral verificar as seguintes condições dos candidatos:

"[...] Que tenha o noviço muito desejo de servir a Deos, que tenha o entendimento claro, pello menos seja latino, que seja são, e veja bem, não seja manco, finalmente que seja tal, que

7 *Ibidem.*

8 *Idem*, capítulo IV.

despois que morrerem os religiosos velhos, fiquem em seu lugar como colunas da religião, e quanto for possível não tomem religiosos pequenos, nem mal encarados, nem que tenham outros defeitos notáveis. Quanto à examinação de linhagem, mandamos, e ordenamos, que o Padre Geral não tome nenhum pera religioso ate saber muito notoriamente quem he seu pai e sua mai, e quem forão seus avôs, e esta informação seja feita por nosso Padre Geral, ou por quem elle mandar dando-lhe juramento, que o faça com fidelidade, e não pello que quer tomar o abbito porque achamos aver muita falsidade, e engano. Não se admita a profissão, sem se saber, que não tem parte de christão novo, nem de muro, nem de ser de paes, nem de avós, que pello sancto officio forão castigados, ainda que sejam christãos velhos, nem mulatos, porque assi convem pera honra, e autoridade, e limpeza de nossa congregação. o qual se ha de declarar ao que vier tomar o habito, declarando-lhe que se o encubrir, e se souber a profissão sera nulla, e elles serão lançados fora. [...]"⁹

No século XVII foram novamente confirmadas as regras sobre as condições necessárias à entrada de noviços. Na Junta Geral que se celebrou no Mosteiro de Tibães, em 9 de Agosto de 1758, ficou declarado, em acta, o seguinte:

"[...] Como em capítulo geral se confirmou a Acta que manda que os noviços que se aceitarem tenham as condições nos cappitulos gerais ante actos estabelecidos, para a sua melhor observancia declara a junta que as condições que devem ter são as seguintes: os que se aceitarem para o coro serão filhos legitimos de pessoas nobres, honradas, e estimação conhecida nas suas terras, e vezinhanças, e os que se aceitarem por prendas de solfa, orgão, nem tenham em algum tempo servido a religião, de escada abayxo, e fora della de qualquer sorte, ou maneira que tenham servido não serão admitidos. e que tambem sejam filhos legitimos, e confirmou-se a Acta passada, pois manda ao Reverendissimo em virtude de Santa obediencia não aceite Noviço algum, o qual tenha as sobreditas condições no que se votou, e venceo.[...]"¹⁰

A entrada na congregação nunca foi fácil. Muitas famílias, não sendo de origem nobre, e desejando muito que os seus filhos seguissem o estado eclesiástico, procuravam educar os seus filhos, dando-lhes instrução em Latim e Música, de modo a que quando chegassem à idade de poderem ingressar no convento, apresentassem algumas vantagens. Demonstrado o *dom* da música, ou *prenda* como também lhe chamavam, estava praticamente garantida a entrada na Congregação Beneditina. A proposta de admissão era

9 *Constituições da Congregação de S. Bento* (Lisboa, 1590), Capítulo XXXIII, p. 105.

10 ADB, FMC,CSB, *Actas Capitulares*, nº 314.

sempre precedida de uma *inquirição de genere*, utilizando-se todos os meios judiciais, apurando-se a não existência de impedimentos à vida monástica.

O Capítulo Geral reunido no Mosteiro de S. Bento de Lisboa em 1776, viria a confirmar as condições de entrada dos noviços, acrescentando porém uma condição àqueles que entrassem pelas *prendas de órgão e solfa*:

"[...]Declarace, que aquelles noviços, que entrarem por prendas de organ, solfa, ou para Boticarios nunca serem admittidos aos Collegios, e cazas de coro se exercitaram nas Aulas de Escripura, e depois nas Conferencias de Moral: no que se votou, e venceo [...]"¹¹

Os monges admitidos na religião pelos ofícios de Cantor e Organista eram impedidos de frequentar os Cursos ministrados nos Colégios da Congregação. Esta norma justificava-se pelo facto destes monges serem necessários no desempenho das funções pelas quais tinham sido admitidos, devendo-se ocupar exclusivamente na actividade musical e no ensino dos noviços e coristas. O documento que a seguir se transcreve, é o registo de admissão à congregação de Fr. José de S. Bento, em que este se compromete a perseverar nos ofícios pelos quais tinha sido admitido.

"Certifico eu o padre Frei Bento da Encarnação, Notario do Mosteiro de São Bento da Saude de Lisboa que em presença do Nosso Muito Reverendo Padre pregador Frei Antonio da Conceição Dom Abbade do mesmo Mosteiro appareceu Joze Gomes Filho Legitimo de Joze Gomes e de sua mulher Maria Pinta, natural da villa de ponte de Lima. comarca de Vianna, arcebisado de Braga e apresentou a Ordem do nosso Reverendissimo padre Mestre Jubillado o Doutor Frei Sebastião de S. Placido, Dom Abbade Geral da Ordem de S. Bento neste reyno de portugal, Provincia do Brazil para que neste Mosteiro se lhe Lançasse o nosso santo habito, e Logo o Nosso Muito Reverendo padre Dom Abbade disse que nem elle, nem este seu convento, nem toda a mais religião consentia na aceitação que o dito Joze Gomes pertendia do nosso santo habito, nem na profissão, que chegasse a fazer se constasse em algum tempo, que elle sobredito tem alguma raça de judeu, Mouro, Mulato, ou Hereje porque em qualquer tempo que constar, a tera, querem que a profissão que chegar a fazer, seja nulla desde agora, e como a não professo o possão lançar da nossa religião, ao que tudo elle sobredito Joze Gomes respondeu, que não sabia, tivesse alguma das sobreditasraças. ou maculas [...] Mais certifico que o referido Joze Gomes declarou que o Nosso Reverendo no Mosteiro de Tibães lhe dissera, antes de lhe prometter o santo habito, que não havia de ir ao collegio, se não que havia de perseverar na vida para que foi asseito. ocupando-se no exercicio do canto, e órgão, e ensinar aos mais assim

11 *Ibidem.*

coristas, como noviços, a qual condição elle asseitou, e o Reverendissimo lho fez. Não porque nesta congregação os coristas tenham algum direito rigoroso para serem admitidos ao collegio todos, ou os Reverendissimos tenham essa obrigação, senão sim para que em nenhum tempo se podesse queixar, se com effeito os Reverendissimos futuros o não mandasse ao tal collegio do que tudo se fez: este termo, que assignou com o Muito Reverendo Padre Dom Abbade, e mais Padres que o escrevi e no Mosteiro de S. Bento da Saude de Lisboa aos 27 de Abril de 1746."¹²

Em 1780, sendo Abade Geral o Doutor Frei Manuel dos Serafins, os capitulares tomaram uma decisão contrária, permitindo que os noviços que entrassem por aquelas prendas, fossem admitidos aos colégios. No entanto além dos requisitos necessários, deviam também submeter-se a um rigoroso exame do seu talento, sendo obrigados depois de saírem do colégio a exercer o ofício pelo qual haviam sido admitidos na congregação. Em acta ficou declarado o seguinte:

"[...] Declarase, que aquelles noviços, que entrarem pela prenda de solfa, orgão, e para Boticarioz, serão admitidoz ao colégio tendo os requezitos necessarioz, e precedendo o rigoroso exame da sua mesma prenda: no que se votou e venceo por mais de duas partes dos votoz. Declara Capitulo geral, que os Monges que entrarem pela prenda de orgão, solfa, ou Boticarioz ainda depois de sahirem dos Colegios, não sejam occupados em emprego incompativel com o exercicio da prenda, ate não terem vinte annoz de habito: no que se votou, e venceo. [...]"¹³

A situação exposta verificava-se em casos de excepção. Em 1752, por exemplo, os Cantores e Organistas Fr. Francisco de S. José, Fr. Francisco de Santa Gertrudes e Fr. Luís de S. José, apresentaram por escrito um pedido à Junta Geral que se celebrou no Mosteiro de Tibães, para frequentarem o Colégio comprometendo-se a continuar o exercício dos ofícios pelos quais haviam entrado na congregação. Conforme se lê na *Acta Capitular* então exarada, o pedido foi deferido:

12 SPMP, Ms 913, f. 129.

13 ADB, FMC, CSB, *Actas capitulares*, nº 315.

" Petições "

"[...] Lerãose duas peticoens dos Padres Frei Francisco de S. Jozé, e do Padre Frei Francisco de Santa Gertrudes, e de Frei Luiz de S. Joze, em que pedião dispensassem com elles, em hum termo que fizerão na sua profição, pello qualestavão inhabilitados para hirem ao Collegio, pello fim de exercitarem a prenda de órgão e cantores, pellas quaes lhe derão o santo habito, e estavam promptos indaadmitidos aos estudos, a exercitalla, e para o tempo futuro servirem a Rellegião. despachou a junta que estando em termos da Acta Capitular; requeyrão ao Nosso Reverendissimo para lhes definir. [...]"¹⁴

Foram muitos os monges, que apesar de terem assinado o termo em que se comprometiam a não prosseguir estudos eclesiásticos, o fizeram. Estes Cantores e Organistas da congregação, foram também Pregadores eloquentes, tendo sido alguns deles eleitos Abades dos mosteiros. Fr. Gonçalo de Santa Maria foi um destes casos. De origem pobre, foi educado nos meninos Orfãos do Porto, servindo depois humildemente os monges do Mosteiro do Pombeiro. Posteriormente tomou o hábito no Mosteiro de Tibães e, apesar de ter entrado pela "prenda de órgão", obteve autorização para frequentar o Curso de Artes e de Teologia. Durante toda a sua vida exerceu o ofício de Organista, ensinando, tocando e compondo.¹⁵ O mesmo aconteceu com Fr. José da Cruz, Padre Pregador, Cantor e Organista em vários mosteiros. Tendo-lhe sido autorizada a frequência no Colégio de Artes, foi obrigado a declarar que se comprometia a continuar os seus estudos de música, nomeadamente de prática de instrumento de tecla, sob pena de ter de abandonar o Colégio caso não o fizesse. A certidão por ele assinada no Porto, em 13 de Novembro de 1745, diz o seguinte:

" Eu Frei José da Cruz reconheço ser verdade tudo o que o Nosso Reverendissimo na ordem prezente refere, e que não tenho direito algum quanto ao presente Collegio e portanto faço termo de ser delle lançado fora todas as vezes que o Nosso Reverendissimo padre Colegial ordenar; e outro si faço termo, e prometto debaixo de juramento dos Santos Evangelhos de ter e conservar Manichorde até acabar os collegios e me exercitar nos dias feriados, e nas ferias mayores, assim no dito manichorde como no canto chão; Arbitrio porem do mesmo Reverendissimo de sorte que esta promessa, termo, e juramento, so obrigue dependente da sua Ordem; e determinação; e do mesmo juramento me possa o mesmo Reverendissimo aliviar todas as vezes que quiser."¹⁶

14 *Idem*, nº 314.

15 AS, Ms de Fr. Francisco de S. Luís, f. 103.

16 ADB, FMC, Ms 323.

A *Acta Capitular* de 1822 contém ainda uma decisão relativa às condições de entrada para o Noviciado: os noviços teriam de possuir o seu próprio instrumento de tecla para poderem ser admitidos. Na acta ficou exarado o seguinte:

"[...] He Lei confirmada, que os Noviços sejam obrigados a trazer hum Manicordio[...]"¹⁷

Depois do Noviciado, a formação do monge beneditino prosseguia durante mais sete anos. A nenhum religioso se podia dar Ordens Sacras, sem este ter pelo menos quatro anos de hábito. No decorrer deste tempo, os monges professos recebiam orientação espiritual de um religioso mais velho, denominado Mestre de Professos. Durante os sete anos de formação, os monges não podiam ser mudados de um mosteiro para outro. No entanto, se o requeressem e mostrassem qualidade para tal, poderiam frequentar o Colégio de Artes, passados quatro anos de hábito. O texto das Constituições refere este período como a continuação da formação espiritual do religioso e do desenvolvimento das capacidades particulares de cada um :

"[...] e estando no collegio, estarão debaixo de mestre até os sete annos de habito, porque a rezão o pede, que primeiro saibão ser muito bem religiosos, que ser letrados, porque letras sem religião, e mortificação, e sem spiritu não servem, se não pera ensoberbecer a quem as aprende, e no tempo dos sete annos os ensinem a cantar, e tanger, e escrever, e apontar, segundo a abilidade de cada hum [...]"¹⁸

Os colégios haviam sido criados em 1575. O Capítulo Geral reunido nesse ano, sendo Abade Geral Frei Pedro de Chaves, tinha decidido criar Colégios para o estudo de Latinidades, Artes (Humanidades) e Teologia. Da acta consta o seguinte:

"[...] Aos dezaseis do mes de fevereiro nosso Reverendo Padre Geral propos diante de toda a congregação se ordenassem collegios para ouvir Latinidade, Artes e teologia pois não se poderia dizer verdadeira relligião aonde não ouvesse exercicio de letras e de oração e exercicios espirituais e porque tambem nosso glorioso Padre São Bento fallando das caridades do diz que convem ser no Abbade docto na ley divina para se saiba dar pasto espiritual a seus subditos [...] e parecendo isto bem a toda a Congregação de difinio por toda ella que ouvese taes Collegios, hum donde se desse latinidade, e este fose em São Miguel de Refoios de Basto e outro de Artes em São João d'Alpendorada em que ouvesse doze collegeaes [...] e que a Teologia, se ouvisse em Coimbra no Collegio que se ade edificar na quinta, que esta aporta do Castelo de que ja esta feita traça por

17 ADB, FMC, CSB, Ms 317, *Actas Capitulares*.

18 *Constituições*, (Lisboa, 1590), capítulo XXXIII, pág. 108.

mandado do serenissimo Cardeal Infante asi de casa para collegio como para casa conventual em que se tomem e criem noviços para toda a ordem pois naquella universidade, avera melhores abillidades que em outra parte..[...]"¹⁹

Passados vinte e seis anos, o *Capítulo Geral* iniciado a 5 de Maio de 1596, determinou que só poderiam ser admitidos ao Colégio de Artes os Monges que soubessem cantar cantochão e canto polifónico, exigindo-se o mesmo aos que pretendiam tomar Ordens Sacras. Esta decisão ficou exarada em acta do seguinte modo:

"[...] Na mesma sessão se determinou que todos os Irmãos primeiro que vão ao Collégio de Artes, todos saibão cantar canto d'orgão e cantochão, e o mesmo queremos que não sejam ordenados de ordens sacras ate não saberem muito o sobredito e todas asentoações dos hymnos e os prelados dos Mosteiros pellas somanas lhes encomendarão as cantorias para os fazerem mais espertos[...]"²⁰

Estas determinações foram-se mantendo ao longo dos anos e não se sabe até que ponto foram sempre cumpridas.

No século XVIII, o Abade Geral Frei José Joaquim de Santa Teresa viu-se na necessidade de enviar uma carta pastoral ao Abade do Colégio de Rendufe, exigindo o cumprimento do que estava determinado quanto à *sciencia do cantochão*. Aos colegiais, como já se afirmou, era exigido o conhecimento do cantochão, sem o qual não poderiam ser admitidos a Ordens Sacras. Na pastoral, Frei José Joaquim de Santa Teresa determinou a nomeação de um professor para o estudo do cantochão que deveria realizar-se todos os Domingos e dias Santos, depois das Vésperas. A carta datada do ano de 1783, diz o seguinte:

"[...] Dr. Frei Joze Joaquim de Santa Thereza graduado na Sagrada Theologica pella Universidade de Coimbra, Dom Abbade Geral da Congregação de S. Bento neste Reino de Portugal e Provincia do Brazil ao Muito Reverendo Padre Dom Abbade e mais Monges do nosso collegio de Renduffe saude, e paz em Jezus Christo. [...] Para que melhor se observe o que determina a Constituição Livro 2º, capítulo 1º, numero 23 e o que novamente se manda nas actas capitulares a respeito da sciencia do cantochão que se requer nos que hão de ser admitidos a Ordens, e não haja occasião alguma de desculpar mandamos a todos os collegiais tenham huma hora de exercicio no cantochão todos os Domingos e dias santos imediatamente dipois de

19 AS, *Actas Capitulares*, f. 28v.

20 *Idem*, f. 158.

vesporas para o qual o Muito Reverendo Padre Dom Abbade lhes nomeara algum que instrua os mais, e lhes dará frequentemente cerca castigando aos negligentes. [...]"²¹

A Congregação tinha nesta altura, de acordo com o *Plano dos Estudos para a Congregação de São Bento de Portugal* ²² dois Colégios nas cidades de Coimbra e de Lisboa, onde funcionavam os Cursos de Filosofia e Teologia. Apesar destes cursos terem tido um conjunto variado de cadeiras, os colegiais participavam em todos os ofícios próprios da vida monacal, intercalando o serviço no Coro com as aulas e o tempo de estudo. O ano lectivo, com início no dia 1 de Outubro, começava sempre com Missa Cantada. Durante o ano, que decorria até ao dia 10 de Julho, os Colegiais participavam em todos os dias festivos na Missa Conventual cantada.

O *Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal, Primeira Parte*, da autoria de Fr. Joaquim de Santa Clara, viria a ser publicado em Lisboa em 1789²³, ficando claramente expresso que nos Colégios a realização do Ofício Divino deveria ser semelhante ao das casas conventuais. No entanto, o tempo dedicado à solenização do culto, era menor, de modo a permitir que os colegiais se aplicassem no estudo das *Ciências Eclesiásticas*. O capítulo IV intitulado *Da Disciplina interior dos Collegios*, apresenta as normas respeitantes à realização do Ofício Divino. O texto diz o seguinte:

" As casas destinadas para os estudos Religiosos não cessão por isso de serem, como os outros Mosteiros, escolas de virtude: [...] Considerando porém que a essencia do Estado Monastico não consiste na solemnidade dos Officios Divinos; e que do tempo, que santamente se emprega na pompa exterior do Culto, se póde subtrahir alguma parte para consagralla, não menos utilmente, ao estudo das Sciencias Ecclesiasticas: determinamos, que as Horas Canonicas, excepto em alguns dias mais solemnes abaixo declarados, sejam sempre rezados nos dous Collegios, conforme a distribuição seguinte [...]"²⁴

O quadro seguinte apresenta de forma sucinta as normas de realização dos Ofícios, constantes do capítulo IV do *Plano e Regulamento de Estudos* de Fr. Joaquim de Santa Clara.

21 BPMP, Ms 1257, doc. nº 25.

22 ADB, FMC, CSB, Ms 324.

23 A segunda parte deste plano não chegou a ser publicada.

24 *Plano e Regulamento dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal*. Primeira Parte, Lisboa, 1789.

Quadro nº 4
Estudos da Congregação

Ofício Divino	Tempo	Celebração
Matinas e Laudes do Ofício de Nossa Senhora	Todos os dias às 17h	rezado
Prima, Terça, Sexta e Noa do Ofício Divino e de Nossa Senhora	Todos os dias às 13h	rezado
Vésperas e Completas do Ofício Divino e de Nossa Senhora	Dias feriados depois da prima. Sexta e Noa.	rezado
Calenda de Natal e Vésperas Missa matutinal Terça do Ofício Divino Missa Matinas e Laudes	Véspera de Natal às 9h às 22h	solenemente cantado
Vésperas, Matinas e Laudes Terça e Missa	Festividades da Pascoa, Ressurreição, Pentecostes, Festa da Trasladação de S. Bento Dia seguinte à Festa da T. de S. Bento, às 9h	solenemente cantado
Missa da Terça	Domingos, Festas da Igreja, Dias de S. Mauro, S. Plácido, Santa Escolástica, S. Sebastião, Santos da Ordem	solenemente cantado

Plano e Regulamento dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal. Primeira Parte, Lisboa, 1789, p. 101-103

Os Ofícios da Semana Santa, os dois Ofícios anuais dos Defuntos da Igreja. Aniversários e Sufrágios pelos religiosos falecidos, deveriam realizar-se de acordo com as *Constituições* beneditinas. O Quadro nº 5 apresenta a distribuição das ocupações quotidianas dos colegiais.

Quadro nº 5
Ocupações quotidianas

Horas	Actividades	Observações
5h	Coro	Depois do Coro regresso às celas para estudo
9h às 10.30h	Aula	
10.30h às 11h	Conferência	Diálogo entre alunos e professor substituto para esclarecimento de dúvidas
11h	Almoço	
12h	silêncio nas celas	Outubro a Abril - 15m Abril a Outubro - 60m
13h	Coro	Depois do Coro regresso às celas para estudo
14.30h às 15.30h	Aula	
15.30h às 16.00h	Conferência	Diálogo entre alunos e professor substituto para esclarecimento de dúvidas
17.00h	Coro	Depois do Coro regresso às celas para estudo
21.00h	Jantar	
22.00h	recolhimento às celas	<i>summo silencio</i>

Plano e Regulamento dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal. Primeira Parte, Lisboa, 1789, p. 114 - 121.

Este horário era ligeiramente diferente de acordo com as épocas do ano e os dias feriados. Aos Domingos durante todo o ano e nos dias feriados de Outubro a Abril, os colegiais iniciavam a Hora de Prima às 6h da madrugada.

A instrução dos Coristas

Sobre a instrução dos coristas conservam-se dois documentos muito semelhantes, redigidos provavelmente no final do século XVIII. O documento intitulado "*Regulamento que se deve observar para a instrução dos choristas*"²⁵, está incompleto e menciona a existência de uma lição de Latim diária, exceptuando os Domingos, dias Santos e quartas feiras em que não houvesse dia Santo. Nos dias em que houvesse duas missas cantadas, os coristas tinham dispensa da missa rezada, mas teriam de ocupar esse tempo no estudo. O outro documento intitula-se "*Para a instrução dos choristas*" e diz o seguinte sobre a aprendizagem do cantochão:

"[...] Serão ultimamente todos os choristas nos Domingos dias Santos dias de sueto [?]e nas folgas da Constituição a ter huma hora de exercicio de cantochão com assistencia do Mestre que lhe nomearmos para os ensinar especulativa, e praticamente cujo exercicio principiara depois da oração das vesporas.

Advertimos que o silencio no Advento e Quaresma não deve empedir a lição de latim nem ainda de cantochão assim como não empede a lição de Moral [...]"²⁶

O reconhecimento do trabalho e empenhamento dos monges músicos, quer no desempenho dos seus ofícios, quer no ensino musical dos restantes monges manifestava-se na Ordem de um modo particular através da existência de alguns privilégios. Da *Acta Capitular* da Junta Geral, reunida no Mosteiro de Tibães em 9 de Agosto de 1758, constam as seguintes deliberações:

"[...] Confirmou-se a Defenição, que concede izenção da hora Noa aos Cantores Primeiros para dezempnharem, e bem satisfazerem a sua obrigação, e que os Padres D. Abbades lhes possam dar mais humas matinas na semana não sendo classicos alem das da Taboa. E esta dispença da hora Noa se entende quando esta se reza a sua hora: E determina a Junta para os Prelados ahonde ouverem coristas permitão mais ao cantor mor huma Prima, e ao organista que será o aquem o Reverendíssimo lhe parecer, mais humas matinas, e doas Noas alem das de Taboa com a

25 BPMP, Ms 1257, doc. n° 29.

26 *Idem*, doc. n° 30.

condição de ensinarem aos coristas, o cantor mor huma hora de cantochão, e o organista outra de órgão no tempo que o Reverendissimo lhes detreminar, e estes poderão castigar aquelles decipulos que forem remissos nas suas Lições, e deste modo se defere a petição que fizeram a Capitulo Geral em que requerião tais izenções, e se obrigão ao sobredito para que nunca faltassem na religião cantores e organistas, conforme capitulo Geral e o meteo a junta para se despachar; no que se votou, e venceo."²⁷

Em 3 de Maio de 1767, os Monges reunidos em *Capítulo* debruçaram-se novamente sobre os Ofícios de Cantor e Organista. A preocupação da hierarquia da congregação em assegurar uma efectiva formação vocal e instrumental aos seus monges de modo a manter uma prática musical de qualidade na celebração do Ofício Divino, é demonstrada nas determinações que dirigiam a todos os mosteiros. Transcrevem-se, de seguida, extractos da *Acta Capitular* referentes a este assunto:

"[...] Confirmou-se a Definição que manda em virtude de Santa obediencia aos Cantores metão por turno nas taboas dos officios, a todos os organistas, ahinda que estejam em empregos, e quando alguns dos que entraram por esta prenda os quais declara a Santa sao os que no Noviciado a executarão, rezista a hir tocar, o Prelado lhe não deixará pagar provimentos, nem sahir fora e dara parte ao Nosso Reverendissimo para que lhe conceda licença e psara que esra determinação melhor se observe, se declara nas modanças asprendas porque os Monges entrarão, e se recomenda aos que por corozidade aprenderão a tocar orgão se exercitem nelle, em serviço da Religião, no que se votou e venceo. [...] Confirmou-se a defenição que concedeinzenção da hora da Noa aos cantores primeiros para bem desempenharem e satisfazerem a sua obrigação e que os Prelados lhes possuão dar mais huas Matinas na Somana alem das da Taboa, não sendo em dias classicos: e determina a junta que os Prelados adonde ouvetrem coristas, nomeem com beneplacito do Nosso Reverendissimo hum monge que a todos ensine cantochão uma hora cada dia e outro que ensine e aprofieoe no orgão os que entrarão por esta prenda pello mesmo espasso de hua hora em todos os dias [...] tenham grande vigilancia em que os coristas se apliquem porque da omição que ha nesta materia, se experimenta notavel decadencia no officio Divino no que se votou e venceo. [...]"²⁸

Além da dispensa da Hora Noa e de algumas Matinas, o Cantor Mor tinha, como já foi dito, direito a um tempo maior de lazer que os restantes monges.²⁹

27 ADB, FMC, CSB, *Actas Capitulares* n° 314.

28 *Idem*, n° 318.

29 Ver I Parte, Capítulo 2, pp. 51-52.

Fr. Domingos de S. José Varela³⁰, autor do *Compêndio de Música Theorica e Prática*, publicado no Porto, em 1806, resumiu na introdução da sua obra, as características dos monges músicos, do seguinte modo:

"[...] Finalmente depois que o Discipulo tiver adquirido habito de tirar Musica com todo o gosto, e expressão, e de acompanhar qualquer papel, será justo que o Mestre lhe ensine todas aquellas cousas, que vão no *Appendiz* deste *compendio*, para que saiba dar theoricamente alguma razão d'aquillo, que até alli sabia só *praticamente*: além disso ficará instruido em muitas curiosidades dignas d'hum Musico Philosopho e d'hum bom Artista.[...]"³¹

A formação musical das monjas beneditinas

A formação musical das monjas beneditinas era também objecto de cuidada atenção pelos responsáveis da Ordem. A entrada no convento sem dote era permitida às religiosas com conhecimentos musicais, cujas funções ao longo da vida monacal se deveriam restringir ao ensino e prática musical. As *lições de solfa* destinavam-se às freiras que revelassem aptidões vocais e eram realizadas diariamente durante duas horas. Os bons resultados revelados na aprendizagem e o empenhamento demonstrado, davam direito a mais um tostão além da propina a que cada religiosa tinha direito. Estas normas eram válidas no Mosteiro de S. Bento de Bragança, de acordo com o relatório da Visita que o Visitador Fr. Pedro de Melo fez a este mosteiro em 1698. Estas normas aplicavam-se também aos restantes mosteiros femininos. Da acta citada, lê-se o seguinte:

"[...] Também ordeno que as muzicas examinem as freiras que tiverem melhores vozes e as ensinem, e que lhe dem lição de solfa todos os dias, a qual basta, que seja de duas horas: e que as freiras com mais temor e cuidado aprendão, e se exercitem em a solfa, mando se lhe dê de propina, mais que as outras hum tostão, para que não percão o tempo em que podião grangar pello seu trabalho alguma cousa para a sua passagem [...]

[...]Tambem me parece conveniente que as muzicas que na religião estão, e entrarão sem dote e as tomou o convento para o ministerio de ensinar a cantar, as Preladas, as não ocupem em nenhum officio da religião. excepto aquelles que pertecem ao choro, cujo exercicio he necessario para com mais decencia se celebrar o culto divino [...]"³²

30 Ver Dicionário de Músicos Beneditinos.

31 O exemplar consultado desta obra encontra-se na Biblioteca da Faculdade de Teologia de Braga, (sala de Manuel Faria).

32 ANTT, Bragança, S. Bento. Caixa 1.

No mosteiro do Bom Jesus da cidade de Viseu havia também aulas diárias de Canto. O mosteiro, fundado em 1592, com religiosas vindas do Mosteiro de Ferreira das Aves, contou desde logo com D. Filipa da Anunciação, nomeada pelo Bispo de Viseu D. Nuno, para os Offícios de Cantora Mor e Mestra de Noviças. Fr. Leão de S. Tomás descreveu do seguinte modo o quotidiano das primeiras noviças deste mosteiro:

" [...] Ao outro dia, tomou a madre Abbadeça a sobrinha do Bispo Paula de Jesus por discipula pera a ensinar, e às mais repartio por as mais Religiosas, as quais com muyto cuydado, e diligencia ensinavão às suas discipulas, e as instruirão em todas as cousas da Religião, e particularmente o fasia Phelippa da Anunciação, que era nomeada por mestra continuando com seus capitulos, que lhes fasia lendolhe a santa Regra. e amoestandoas com palavras muy santas, e devotas, que a guardassem, mandandoas servir em officios humildes, e dandolhe suas penitencias quando por algumas faltas as merecião [...]”³³

No tempo que lhes restava, de acordo com a descrição de Fr. Leão de S. Tomás, aprendiam canto diariamente com o Mestre Capela da Sé de Viseu³⁴, que, seguindo ordens do Bispo D. Nuno, se deslocava ao mosteiro para as ensinar.

33 Fr. Leão de S. Tomás. *Benedictina Lusitana*, Tomo II, notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 399.

34 Ambrósio de Pinho, antigo Cantor da Sé de Évora, terá sido contratado, em 1566, Mestre de Capela da Sé de Viseu, sucedendo-lhe em 1583, João de Escalante. No século XVII, a Capela teve a direcção de Estevão Lopes Morago (Ver Rui Vieira Nery e Paulo Ferreira de Castro, *História da Música, Sínteses da cultura portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 37.).

II Parte — Capítulo 1

A Casa Mãe dos Monges Beneditinos: O Mosteiro de Tibães

Introdução

A fundação do Mosteiro de Tibães remonta ao século VI, ao tempo de S. Martinho de Dume. Destruído e despovoado durante o domínio árabe, teve como seu reedificador, no século XI, D. Paio Guterres da Silva. O período seguinte foi de grande expansão, através de sucessivas doações. Gerida por Abades Perpétuos até ao século XV e depois por Abades Comendatários, a Abadia de Tibães veio a sofrer as consequências de tal governo, com a desagregação geral comum às restantes comunidades religiosas, vivendo um período de decadência espiritual. A partir das grandes reformas eclesiásticas, pós tridentinas, surgiu no mosteiro uma nova etapa da sua existência, iniciada em 1569, com a entrega pelo Cardeal D. Henrique do título de D. Abade a Fr. Pedro de Chaves.

Fr. Tomás de Aquino, no seu *Elogio* a Fr. Paulo da Assunção, eleito Abade Geral da Ordem em 1725, descreveu assim as obras realizadas no mosteiro:

"[...] No Mosteiro de Tibaens perfeiçou o Claustro da Igreja, e varias officinas. Na cerca fez a admiravel, e cultuozza obra dos jardins, e fontes, com que se adorna; collocando nestas, repartidas por cada huma dellas, as figuras das virtudes. Fé, Esperança, Caridade, Temperança, Fortaleza, Justiça, Prudencia, e outras mais, que enobrecem as mesmas fontes, e jardins com vistosa, e agradável formosura. Rematou toda esta obra com huma primorosa, e rica Capella de S. Bento, que mandou edificar a sua custa; sendo o lugar eminente, em que se acha colocada, hum dos mais deliciosos aos olhos, porque a vista se emprega, não so em hum bom jardim, que a acompanha, senão em a Cidade de Braga, em alguns Mosteiros, solares, povoaçoens, rios, e campos, que estão na circumferencia. [...]"¹

Aurélio de Oliveira,² na síntese que apresenta sobre o conjunto arquitectónico que constitui o Mosteiro de Tibães, enumera quatro fases distintas. A primeira fase é constituída pelo conjunto arquitetónico e decorativo seiscentista. A segunda, é uma fase de transição que decorre na primeira metade do século XVIII, em que o mosteiro sofre alterações decorativas e ornamentais. Segue-se um período de grandes remodelações estilísticas e realizações arquitetónicas. A fase final compreende o período a partir de 1815, com pequenas alterações ornamentais.

A Igreja de S. Martinho de Tibães, construída nos anos de 1628 a 1661, sob o risco de Manuel Álvares, foi enriquecida com a sua primeira talha, a partir de 1662 com Fr.

1 Fr. Tomás de Aquino, *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abades Geraes*, Porto, 1767, pp. 320-321.

2 Aurélio de Oliveira, "Tibães e os caminhos do Barroco, Breve Perspectiva Histórica", *Forum*, nº 3, Braga, Universidade do Minho, 1988, pp. 3-21.

Gregório de Magalhães, continuando depois com o empenhamento do Abade Fr. Bento da Glória (1665-1668). Nos anos seguintes o escultor Fr. Cipriano da Cruz, viria a executar diversas imagens e relevos espalhados pela igreja e mosteiro, levando o cronista da Ordem Fr. Marceliano da Ascensão a declarar ter sido Fr. Cipriano da Cruz o melhor escultor do seu tempo.³ Estava assim terminado o ciclo das obras de seiscentos, que na sua fase final se caracteriza como uma fase de transição para o denominado "estilo Nacional". A igreja e o seu conjunto arquitectónico tomam a sua forma acabada e quase definitiva neste período. Na fase seguinte, para além da substituição da talha, com a intervenção de Gabriel Rodrigues Álvares, entre outros artistas, os monges de Tibães ocupar-se-ão do embelezamento dos espaços exteriores. Datam dessa altura os jardins, a arborização no interior da cerca do mosteiro, as fontes e o Escadório também chamado "Rua das Fontes", constituído por uma série de sete pequenas fontes colocadas em escadório, terminando com a capelinha de S. Bento. Sucedem-se ainda outras construções como o Claustro da Igreja e a nova sala do Capítulo na ala Sul do mosteiro. As grandes remodelações, com a implementação do "Rocaille nacional" nos interiores da Igreja, constituem a terceira etapa do conjunto arquitectónico do mosteiro, marcada, segundo Aurélio de Oliveira⁴, pelas intervenções do grande Mestre bracarense André Soares, que teve a seu lado executando os trabalhos Fr. José de Santo António Vilaça e José Álvares de Araújo. Nesta fase a Capela-Mor foi ampliada e substituído o retábulo seiscentista que viria a ser transportado para o Mosteiro de S. Romão do Neiva. Fr. José de Santo António Vilaça, continuaria depois como autor e executante a enriquecer quer no domínio da talha, quer na imaginária, o património artístico religioso do mosteiro.

No período final, remontando aos anos 20 do século XIX, os monges construíram uma oficina de pintura e uma sala, onde colocaram as pinturas e quadros que ao longo dos anos foram adquirindo e a que se juntaram as obras do pintor José Teixeira Barreto. (O monge Fr. José da Apresentação). Nos *Estados* do mosteiro ficou a descrição da *majestosa e esbelta casa para Pinturas*, bem como de *um copioso Museu de raras e antigas medalhas*⁵

O mosteiro, extinto em 1834 pelo Decreto de 30 de Maio de Joaquim António de Aguiar e depois de vendido em hasta pública em 1864, com excepção da Igreja, Sacristia e Claustro, chegou a um estado de degradação deplorável,⁶ sendo alvo constante de

³ AS, Fr. Marceliano da Ascensão, *Crónica de Tibães*, In Roberth C. Smith, *Frei Cipriano da Cruz, Escultor de Tibães*, Barcelos, Livraria Civilização, 1968, p. 21.

⁴ Aurélio de Oliveira, "Tibães e os Caminhos do Barroco", *Forum*, nº 3, Braga, Universidade do Minho, 1988, p. 16.

⁵ ADB, CSB, *Estados* nº 113. In Ademar Ferreira dos Santos, "Mosteiro de Tibães (1834-1864). Trinta anos para perder o rasto de uma memória de séculos", *Mínia*, 2ª Série, nº 8, 1986, pp. 43-44.

⁶ Ademar Ferreira Santos, "Mosteiro de Tibães (1834-1864). Trinta anos para perder o rasto de uma memória de séculos", *Mínia*, 2ª série, nº 8, ASPA, Braga, 1986, p. 7.

destruição, só interrompida em 1986/1987 com a aquisição pelo Estado do antigo edifício conventual. A sua recuperação tem vindo a ser realizada através do Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães.

1.1 Actividade musical

O serviço musical no Mosteiro assumia um papel de relevo na vida diária da comunidade. A música, entendida como instrumento de expressão humana de louvor a Deus, integrava o cerimonial da Igreja do Mosteiro quer na Missa quer no Ofício Divino. O esplendor da liturgia celebrada no Mosteiro de Tibães, nos séculos XVII e XVIII em nada se diferenciava das cerimónias realizadas na catedral bracarense, na mesma época. As principais festas religiosas celebradas no Mosteiro tinham também uma programação musical de relevo, valorizada pela presença de músicos convidados. O Natal e a Páscoa, momentos altos do calendário litúrgico, bem como os dias dedicados a S. Bento, padroeiro da congregação, e a Santa Isabel, contavam com cantores e instrumentistas vindos de fora e pagos especialmente para o efeito, conforme provam as despesas registadas nos *Livros dos Gastos da Casa*. A maior parte das despesas anotadas referem-se, ao reforço de cantores com voz de Tiple vindos para as cerimónias do Natal e da Páscoa.

Quadro nº1
Cantores e instrumentistas para o Natal e Semana Santa

	Referência	Despesa	Data	Fonte
<i>Muzicos</i>	"[...] Dei para dous muzicos que vieram para o Natal mil e oitocentos reis [...]"	01800	1667	Gasto da Casa nº 657, f. 123
<i>Tiple</i>	"[...] Dei seis tostois a hu tiple que veio para o Natal cantar [...]"	00600	1677	Gasto da Casa nº 657, f. 62
<i>Muzico</i>	"[...] Dei dous mil reis, a dous muzicos que vierão para a festa do Natal cantar [...]"	02000	1679	Gasto da Casa nº 657, f. 91
<i>Muzicos</i>	"[...] Dei para hum Tiple que veyo cantar o Natal dous mil, e coatro centos reis [...]"	02400	1700	Gasto da Casa nº 658, f. 18
<i>Tiple</i>	"[...] Dei a hum Tiple por cantar a Somana Santa dous mil, e coatro centos rez [...]"	02400	1701	Gasto da Casa nº 658, f. 18
<i>Musicos</i>	"[...] Dei para quatro musicos que vierão à festa de Natal quatro mil e oytenta reis [...]"	04080	1710	Gasto da Casa nº 659
<i>Muzico</i>	"[...] Dei a um Tiple que cantou toda a semana santa mil e duzentos reis [...]"	01200	1718	Gasto da Casa nº 662
<i>Musicos</i>	"[...] Dei para dous Tiples que vierão cantar na somana Santa mil quatrocentos e quarenta [...]"	01440	1723	Gasto da Casa nº 662
<i>Musicos</i>	"[...] Dei para dous Tiples que vierão a festa de Natal cantar dous mil quatrocentos [...]"	02400	1723	Gasto da Casa nº 662
<i>Musica</i>	"[...] Dei a um Tiple que cantou na festa de Natal setecentos, e vinte reis [...]"	00720	1724	Gasto da Casa nº 665
<i>Muzico</i>	"[...] Dei ao Muzico que veio na Semana Santa aluguer de besta quando veio, e foi, e salario do moço [...]"	1800	1815	Gasto da Casa nº 690, f. 43v

ADB, FMC, Tibães, *Livros do Gasto da Casa*

Quadro nº2
Festas de S. Bento e Santa Isabel

	Referência	Despesa	Data	Fonte
corneta	"[...] Corneta que veo tanger na festa de nosso Padre Bento [...]"	00400	1656	Gasto da Casa nº 655, f. 3
Arpa	"[...] Dei a hum arpista que veyo tanger dia de Nosso Padre S. Bento quinhentos reis [...]"	00500	1656	Gasto da Casa nº 655, f. 144v
Tiple	"[...] De aluguel de huma Mulla que de Braga trouxe o mesmo cantor para Santa Isabel seys vinteis [...]"	00120	1656	Gasto da Casa nº 655, f. 155
Muzicos	"[...] Dei dous mil e quinhentos reis a hu corneta que veyo tanger nas indoeças [...]"	02500	1678	Gasto da Casa nº 657, f. 66v
Tiple	"[...] Dei mil reis para hu tiple para dia do Nosso Padre S. Bento [...]"	1000	1679	Gasto da Casa nº 657, f. 80v
Comedia	"[...] Dei para hua comedia para dia de Santa Izabel sete mil reis [...]"	07000	1697	Gasto da Casa nº 658, f. 18
Clarim	"[...] Dei para o mesmo dia para hu clarim coatosentos e oitenta reis [...]"	00480	1697	Gasto da Casa nº 658, f. 18
	"[...] Dei para hua gaita de foles trezentos reis [...]"	00300	1697	Gasto da Casa nº 658, f. 18
Gaita	"[...] Dei para hua gaita de fole, doze vinteis [...]"	00240	1703	Gasto da Casa nº 658, f. 18
Comédia	"[...] Dei para a comedia de Santa Izabel, sete mil reis [...]"	07000	1703	Gasto da Casa nº 658, f. 18
Dança	"[...] Dei para a dança que veyo para a Santa Izabel quatro mil res [...]"	04000	1703	Gasto da Casa nº 658, f. 18
Trombetas	"[...] Dei para os Trombetas e atabales que vierão a festa de Nosso Padre S. Bento coatro centos e oitenta reis [...]"	00480	1704	Gasto da Casa nº 658, f. 18
Musico	"[...] Dei a hum musico que veo cantar a Festa de Nosso Padre S. Bento somente a Missa seiscentos reys [...]"	00600	1718	Gasto da Casa nº 662
Musico	"[...] Dei a hum Tiple que veo cantar a Festa de Nosso Padre S. Bento tresentos e sessenta reis [...]"	00360	1718	Gasto da Casa nº 662
Musico	"[...] Dei a hum arpista que veo a festa do Nosso Padre S. Bento seiscentos reis [...]"	00660	1718	Gasto da Casa nº 662
Aluguel	"[...] Dei para aluguel da Besta em que veyo o arpista para o S. Bento trezentos reis [...]"	00300	1719	Gasto da Casa nº 662
Muzico	"[...] Dei para o Arpista que tangeo na festa da tresladação de nosso Padre S. Bento settecentos e vinte [...]"	00720	1721	Gasto da Casa nº 662
Muzico	"[...] Dei ao Tiple que cantou na festa de Nosso Padre S. Bento sette centos e vinte [...]"	00720	1722	Gasto da Casa nº 662
Musicos	"[...] Dei para Musicos que vierão a festa de Nosso Padre S. Bento mil, e oitocentos reis [...]"	01800	1723	Gasto da Casa nº 662
Musicos	"[...] Dei para huns Musicos que vierão a festa de Nosso Padre S. Bento mil seiscentos e oitenta [...]"	01680	1724	Gasto da Casa nº 662
	"[...] Dei mais para hum musico hum cruzado novo [...]"	00480		
Muzico	"[...] Dei para hum Tiple que cantou na festa de Nosso Padre S. Bento duzentos e quarenta reis [...]"	00720	1725	Gasto da Casa nº 663
Musicos	"[...] Dei para musicos que cantarão da festa de Nosso Padre S. Bento dous mil, e quatrocentos [...]"	02400	1725	Gasto da Casa nº 663
Muzicos	"[...] Dei para hum tiple e hum que tocou Rabeca na festa de Nosso padre S. Bento setecentos e vinte [...]"	00720	1728	Gasto da Casa nº 663
Atabales	"[...] Dey para atabales novecentos e sessenta reis [...]"	0960	1734	Gasto da Casa nº 664, f. 141
charamelas	"[...] Dey para charamellas mil e seiscentos reis [...]"	01600		
gayteyro	"[...] Dey a hum gayteyro quatrocentos e oitenta [...]"	00480		
clarim e caixa	"[...] Dey para hum clarim e hum caixa [...]"	00960		
	"[...] Dey para hum clarim e hum caixa por assistir quando sai o Reverendissimo e a noyte ao fogo mil quatrocentos e quarenta [...]"	01440		
Pifaro	"[...] Dey a hum pifaro pella mesma assistencia settecentos e vinte reis [...]"	0720		

Quadro nº2
Festas de S. Bento e Santa Isabel (cont.)

	Referência	Despesa	Data	Fonte
<i>charamella e ataballes</i>	"[...] Dei em dia de Sam Bento aos das vacas tambores e clarins e charamellas, mil e seiscentos reis [...]"	01600	1746	Gasto da Casa nº 668
<i>atabalos e clarins</i>	"[...] Dei para huns clarins e atabalos que vierão dia de S. Bento mil e duzentos reis [...]"	01200	1758	Gasto da Casa nº 671
<i>caridade</i>	"[...] Dei para tres tambores, tres clarins, e dous charameleiros de caridade e cento e vinte cada hum, nove centos e sessenta [...]"	00960	1770	Gasto da Casa nº 676. f. 5v
<i>Muzica</i>	"[...] Para os muzicos de Braga Regimento oitocentos reis [...]"	800	1816	Gasto da Casa nº 691. f. 8

ADB, FMC, Tibães, *Livros do Gasto da Casa*

Sobre estas manifestações religiosas-musicais que foram palco das maiores ligações entre o religioso e o profano, refere-se a Visitação feita pelo Doutor Frei José de Santa Maria, Abades Geral da Congregação, realizada em Tibães, em Janeiro de 1721:

"[...] Por nos constar que em alguns Mosteiros da nossa congregação novamente suscitão alguns abuzos introduzidos em algu tempo com o pretesto de divertimentos licitos, e festejos religiosos, rezados mais frequentemente nos collegios, como Louvaveis e antigos costumes, para cujas representações e cellebridades se despem os Religiozos dos habitos Monarchaes, e se vestem de galas seculares, e ainda de mulheres, representando Loas. Comedias, e bayles profanos e danças indecentes ao estado Religiozo, [...] mandamos a todos os Prelados, Presidentes, e subprioses da nossa congregação em vertude de santa obediencia, e sob pena de excomunhão mayor isso facto incurrenda, não permitão, que dentro da clauzura se representem Loas, comedias, Bayles e Entremezes profanos, nem danças indecorozas. e indecentes [...]"⁷

Apesar das admoestações, o relatório da Visita termina dizendo que não seriam no entanto proibidas as manifestações musicais realizadas em certos dias do ano, como as da "Festa dos Reis". De facto, o dia de Reis foi, ao longo dos anos, um dia especial para o Mosteiro de Tibães, que contava regularmente com a presença de *Moços* vindos até ao Mosteiro para *cantar os Reis*. A primeira referência deste pagamento simbólico aos *Moços dos Reis* aparece no primeiro domingo de Janeiro de 1719. Nos anos de 1671, 1680, estão anotadas despesas com *charamelas, trombetas e atabales*, mas não trazem a indicação da festa a que se destinavam. O quadro seguinte apresenta as despesas efectuadas com a festa do Dia de Reis, realizada ao longo dos anos no Mosteiro de Tibães:

7

ADB, FMC, Tibães, *Livro das Visitas e dos Conselhos* nº 494.

Quadro nº3
Festa do Dia de Reis

Referência	Despesa	Data	Fonte	
<i>Moços que cantarão os Reis</i>	"[...] Dei aos Moços que cantarão os Reis novecentos e sessenta [...]"	00960	1719	Gasto da Casa nº 662
<i>Moços que cantarão os Reis</i>	"[...] Dei aos Moços que cantarão os Reis novecentos e sessenta [...]"	00960	1720	Gasto da Casa nº 662
<i>Aos que cantarão os Reys</i>	"[...] Dei aos Moços que cantarão os Reis novecentos e sessenta [...]"	00960	1722	Gasto da Casa nº 662
<i>charidade</i>	"[...] Dei aos Moços que cantarão os Reis novecentos e sessenta [...]"	00960	1723	Gasto da Casa nº 662
<i>charidade</i>	"[...] Dei aos Moços que cantarão os Reis novecentos e sessenta [...]"	00960	1724	Gasto da Casa nº 662
<i>charidade</i>	"[...] Dei aos Moços que cantarão os Reis mil e duzentos reis [...]"	01200	1745	Gasto da Casa nº 668
<i>Mossos dos Reis</i>	"[...] Dei aos Mossos que cantarão os Reis mil e duzentos reis [...]"	01200	1751	Gasto da Casa nº 669
<i>Moços dos Reis</i>	"[...] Dei aos Moços que cantarão os Reis mil e duzentos reis [...]"	01200	1752	Gasto da Casa nº 669
<i>Mossos dos Reis</i>	"[...] Dei aos Moços que cantarão os Reis mil e duzentos reis [...]"	01200	1752	Gasto da Casa nº 672
<i>Reys</i>	"[...] Dei aos Moços que cantarão os Reis mil e duzentos reis [...]"	01200	Entre 1765 e 1779	Gasto da Casa nº 674, nº 675, nº 676, nº 677, nº 678
<i>Reys</i>	"[...] Dei aos Moços que cantarão os Reis novecentos e sessenta reys [...]"	00960	1781	Gasto da Casa nº 679, f. 17
<i>Reys</i>	"[...] Dei para 4 charameleiro a 6 reis= duzentos e quarenta [...]"	00240	1782	Gasto da Casa nº 679, f. 43
<i>Reys dos Mossos</i>	"[...] Dei aos Mossos de caridade os Reys: novecentos e sessenta [...]"	960	1797	Gasto da Casa nº 684
<i>Reis dos Moços</i>	"[...] para os Cantores dos Reis, novecentos e sessenta [...]"	960	1800 a 1806, 1810, 1817, 1821, 1824	Gasto da Casa nº 685 a nº 693

ADB, FMC, Tibães, *Livros do Gasto da Casa*

Passados mais de 50 anos após a Visitação de Frei José de Santa Maria, continuou a haver necessidade de ser confirmada por diversas vezes em *Acta Capitular* a proibição de música profana nos Mosteiros, com excepção do Dia de Reis em que os familiares podiam representar entremezes, desde que fossem *sérios e honestos*.⁸

O Mosteiro de Tibães recebia também a Visita dos Visitadores Gerais da Congregação, que zelosos da qualidade da música presente no Culto Divino, deixavam recomendações específicas sobre este domínio. Em 1638, os Visitadores recomendaram ao

⁸ *Capítulo Geral* realizado em Tibães a 21 de Julho de 1777. ADB, FMC, *Actas Capitulares* nº 315. Ver I Parte, Capítulo 2, p. 77.

Abade Geral do mosteiro, Fr. António Carneiro, que mandasse realizar aulas de "Música e Tecla". No relatório da Visita ficou escrito o seguinte:

"E porque nossas Leis ordenão que nas casas onde ouver muitos irmãos aja exercicio de Musica e tecla tres dias na semana muito encomendamos ao nosso Reverendo de toda a boa ordem com que este exercicio se tenha e ao padre Mestre de noviços mandamos que asista a elle com os irmãos obrigando-os a virem todos e inda a alguns noviços que tiverem ja principio de canto de orgão no que muito lhe encarregamos a consciencia"⁹

Passados dois anos, em 1640, os Visitadores constataram que não havia no mosteiro lições de Latim e Canto. Deixaram então a seguinte ordem:

"E porque achamos não Aver nesta caza entre os irmãos della exercicio de latim, e canto. como mandão as nossas Leis, e nós advirtimos já na vizitação passada mandamos ao Reverendo Padre Prior que logo nomee hum religioso que mais idoneo lhe parecer para que ensine aos irmãos choristas Latim e Canto, o que o dito Religioso fará não por cerimonia, mas com muito zelo e cuidado mandando chamar a todos os irmãos que faltarem no tal exercicio, e castigando com rigor os que a elle lhe parecer que o merecem no que muito lhe encarregamos a consciencia."¹⁰

No princípio do século XVIII, os Visitadores deixaram no seu relatório comentários pouco elogiosos aos monges coristas de Tibães, dizendo que estes nem sequer sabiam *levantar uma Antífona*. O texto diz o seguinte:

" E como he tão notoria a queixa que ha dos Irmãos choristas que sabindo dos Noviciados, não satisfazem as suas obrigações assim da reza do Officio Divino, como o canto cham. pois não sabem levantar, huma Antifona, nem ainda dos Comuns. Recomendamos, ao Nosso Reverendo Padre Mestre dos Noviços, com o zello que custuma, ponha os olhos nestas faltas, para que de algum modo, de evitar essa queixa."¹¹

Os *Estados* do mosteiro e os *Livros do Gasto da Casa*, contêm várias referências aos livros usados nas cerimónias litúrgicas. No arquivo de Singeverga conserva-se um *Antifonário*, datado de 1627, proveniente do Mosteiro de Tibães.

⁹ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 182.

¹⁰ *Idem*, n° 183, f. 52.

¹¹ *Idem*, n° 185.

Fr. José de S. Domingos, eleito Abade Geral da Congregação, em 1752, mandou que se fizessem vários livros de coro para as solenidades especiais. Este facto ficou assim descrito por Fr. Tomás de Aquino:

"[...] Mandou acrescentar a Capella mór do Mosteiro de Tibaens para mayor comodidade dos officios divinos, e para melhor perfeição delles mandou compôr varios livros com as solfas competentes às solemnidades especiaes, para que não as havia.[...]"¹²

Os quadros seguintes apresentam as referências anotadas ao longo dos anos relativas à compra e conserto dos Livros do Coro do mosteiro.

Quadro nº4
Livros do Coro

	Referências	Data	Fonte
	"[...] De hu breviario duzentos e quarenta rs [...]"	1614	Gasto da Casa nº 655, f. 97
	"[...] mandou o nosso Reverendissimo encadernar hu breviario para o padre Frei Inacio custou 100 rs [...]"	1614	Gasto da Casa nº 655, f. 124
	"[...] De encadernação hu Breviario ao padre fr Agostinho por ordem do nosso Reverendissimo Duzentos e quarenta rs [...]"	1623	Gasto da Casa nº 655
<i>psalteiro</i>	"[...] Dei de hú Breviario para o choro de ouro para a la folha de lebras graixa pedra pomes, pennas desasete mil duzentos e noventa [...]"	1644	Gasto da Casa nº 655
<i>psalteiro</i>	"[...] Dei para o mesmo psalteiro para pergaminho e outra fabrica dele vinte oito mil duzentos e setenta [...]"	1644	Gasto da Casa nº 655
<i>Breviario</i>	"[...] Paguei ao Livreiro de Encadernar hu Breviario do Choro trezentos e cinquenta reis [...]"	1656	Gasto da Casa nº 655, f. 103v
<i>Breviario</i>	"[...] Dei para hu Breviario para o Choro quatro mil e quatrocentos reis [...]"	1682	Gasto da Casa nº 655, f. 132
	"[...] Dei para Arte de Cantochão para o Coristado, mil e seiscentos reis [...]"	1789	Gasto da Casa nº 682, f. 4v
<i>Miudezas</i>	"[...] Dei para concerto de hum Breviario 360 reis mais para a Encadernação de outro 850 reis o que tudo soma mil duzentos e des reis [...]"	1805	Gasto da Casa nº 686, f. 24
<i>Gastos dos Livros do Coro</i>	"[...] Dei para quatro pergaminhos a 300 reis, 1200 reis mais tudo isto para consertar os livros do coro mais ao dito Livreiro por cobrir os cadernos dos folheiros com papel pintado 120 reis o que tudo soma dous mil a quinhentos reis [...]"	1805	Gasto da Casa nº 686, f. 32
<i>Miudezas</i>	"[...] Dei para hum pergaminho para consertar os Livros do coro 480 reis [...]"	1806	Gasto da Casa nº 686, f. 58v

ADB, FMC, Tibães, *Livros do Gasto da Casa*

¹² Fr. Tomás de Aquino, *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abades Geraes*, Porto, 1767, p. 355.

Quadro nº5
Livros do Coro

Referência	Triénio	Fonte
"[...] Deu para hu gradual para o choro, seys mil, novecentos e cincoenta reis [...]" "[...] Deu para dous Missaes quatro mil e quauro centos reis [...]" "[...] Deu para hu Psalterio do qual hua parte esta ia feita, e as outras ficão ia pagas. Cento dezassete mil, settecentos e quarenta reis [...]" "[...] Sachristia# hu gradual [...]" "[...] # hu Psalterio grande de pergaminho [...]"	1648-1650	Estados nº 112, f. 6
"[...] Fizeram-se duas partes do psalterio em dous volumes, huã dos comuns, e próprio, outra das horas diurnas [...]"	1651-1653	<i>Idem</i> f. 11v
"[...] Dei para dous Breviarios para o Choro dous mil e trezentos reis [...]" "[...] Poserão se no Choro dois breviarios grandes [...]"	1651-1653	<i>Idem</i> f. 9
"[...] Concertarão se todos os Psalterios do Coro de tudo o necessario que ficarão como novos [...]"	1711-1713	<i>Idem</i> f. 13
"[...] Fes-se hum livro de chirios, glorias, e alguãs antiphonas particulares para o Mosteiro do Porto [...]"	1741-1743	<i>Idem</i> f. 10

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 112

Quadro nº6
Livros do Coro

Referência	Data	Observações
"[...] Duas artes de canto cham quatro livros de canto de Orgam Hum antiphonario maiz outro antiphonario grande ja velho [...]" hum livro de Introitos das missas muito velho [...]"	1750	Noviciado e cella do Padre mestre de Noviços. Capítulo

AS, *Livro das Alfayas de Tibães*, códice nº 9, f. 11 e 11v

Na *Livraria* do mosteiro, cujo espólio foi estipulado entre 10 mil a 12 mil volumes,¹³ havia também obras teóricas do domínio da música. Fr. Marceliano da Ascensão, afirmou na sua *Crónica de Tibães* ter sido esta livraria " *a melhor que se encontrava em todas as comunidades religiosas da província do Minho.*" Na Idade Média, os livros do mosteiro guardavam-se num armário colocado na sacristia ou na própria igreja. O Primeiro Cantor, denominado *Praecentor* era também o Bibliotecário (*Armarius*), responsabilizando-se pelo *Scriptorium*. As leituras comunitárias realizadas no Capítulo ou refeitório eram por si escolhidas. O catálogo dos livros da biblioteca do mosteiro, elaborado por Fr. Francisco de S. Luís, (futuro Cardeal Saraiva) entre os anos de 1797/1798 denominado "*Index Da Bibliotheca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães (1798) Principiado no Triennio e por mandado do Reverendíssimo Padre Geral Fr. Bernardo da Esperança Telles, Concluido governando o Reverendissimo Padre Geral Fr. Sebastião de S. Jose por Fr. Francisco de S. Luiz*" menciona os seguintes livros de música:

¹³ Ademar Ferreira Santos, "Mosteiro de Tibães (1834-1864). Trinta anos para perder o rasto de uma memória de séculos", *Mínia*, 2ª série, nº 8, Braga. 1987.

Quadro nº 7

"Index da Livraria de Tibães, Classe III - Sciencias e Artes: Art. VII - Artes Liberais e mecanicas"

Autor	Obra
<i>Barradas / João Vaz Muito Pão e Morato</i>	<i>Flores Musicaes. Arte pratica de canto de órgão.</i> Lisboa. 1735, 4º
<i>Bonani (P. Filippo)</i>	<i>Gabinetto armonico pieno dínstrumenti sonori.</i> Roma, 1722
<i>Croesser (Luiz da Maia)</i>	<i>Resumo das Regras Geraes do canto-chão.</i> Coimbra, 1741
<i>Fernandes (António)</i>	<i>Arte de Muzica de Canto de órgão, e cantochão e Proporçoens.</i> Lisboa. Craesbeck, 1626
<i>Martins (João)</i>	<i>Arte de Canto chão revista e emendada pelo Padre Antonio Cordeiro.</i> Coimbra, 1612
<i>Tapia (Martin de)¹⁴</i>	<i>Vergel de Musica Spirituel speculativa y activa.</i> Burgo de Osmá, 1570
<i>Villa-Lobos (Mathias de Souza)</i>	<i>Arte de Cantochão.</i> Coimbra, 1688
<i>Varella</i>	<i>Compendio de Musica Theorica e Pratica de Fr. Domingos de S. Joze Varella.</i> Porto, 1806

ADB, FMC, Mosteiro de Tibães Ms. 1028

A existência destas obras teóricas na Biblioteca do Mosteiro de Tibães demonstram , que o ensino musical ministrado aos monges era semelhante ao que se fazia na época nas principais catedrais do país e na Universidade de Coimbra. João Vaz Barradas Muito Pão e Morato nasceu na cidade de Portalegre em 1689. Foi colegial em Vila Viçosa e Mestre de Coro em Lisboa. Além da obra mencionada, publicada em 1735 e 1738, publicou também "Preceitos Eclesiásticos do Canto Firme [...]" (1733), "Breve resumo de Cantochão [...]" (1727) e (1738), "Domingas da Madre de Deos [...]" (1733)¹⁵. Em 1747, António da Silva fez publicar em Lisboa "Liçoens Commuas de Canto de Orgão por M.R.P.M. Joam Vaz Barradas Muito Pam, e Morato Lente na Cadeyra de Musica da Real Basilica de Santa Maria¹⁶ João Vaz Barradas compôs também algumas obras musicais que se encontram conservadas no arquivo da Sé de Évora.¹⁷ António Fernandes, outro dos autores referenciados no *Index da Livraria* nasceu no Alentejo, em Souzel e foi Mestre de Coro da Igreja de Santa Catarina, em Lisboa. João Franco Barreto e Diogo Barbosa Machado mencionam as várias obras teóricas que António Fernandes escreveu. ¹⁸ Sobre a *Arte de cantochão* da autoria de João Martins escreveram João Franco Barreto, Francisco da Cruz e Diogo Barbosa Machado. Segundo estes autores a primeira edição data de 1603, seguindo-

14 Fr. Francisco de S. Luís escreveu no *Index Sapia* , referindo-se a Martín de Tapia.

15 Rui Vieira Nery, *A Música no ciclo da "Bibliotheca Lusitana"* , Lisboa, FCG, 1984, pp. 180-181.

16 João M. B. de Azevedo, *Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, Catálogo dos Fundos Musicais.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. p. 30.

17 P-EVc, Ms nº2, nº4, nº13. In José Augusto Alegria, *Arquivo das Músicas da Sé de Évora, Catálogo.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973, pp. 40, 55, 63, 69.

18 Rui Vieira Nery, *A Música no ciclo da "Bibliotheca Lusitana"*, Lisboa, FCG, 1984, pp. 93-94.

se outras em 1612, 1625 e 1648. ¹⁹ Ernesto Vieira ²⁰identifica João Martins como sendo o Mestre de Capela da Catedral de Sevilha, Juan Martinez, cujo tratado foi usado na Universidade de Coimbra e Seminário de Évora, justificando assim as várias edições da obra em português. Vieira indica que a 1ª edição em Portugal data de 1597. Matias de Sousa Vilalobos foi Mestre de Capela na Catedral de Coimbra na segunda metade do século XVII. Diogo Barbosa Machado refere por lapso ter sido Vilalobos Mestre Capela em Évora, cidade onde nasceu.²¹ Na Biblioteca Nacional conservam-se vários exemplares da sua *Arte de Cantochão*.²² Luís da Maia Croesse era o pseudónimo que D. Carlos de Jesus, Cónego Regrante de Santo Agostinho usou no *Compêndio de Cantochão*, publicado em Coimbra em 1741. D. Carlos de Jesus Maria nasceu em 1713 [?] em Lisboa, entrando para o noviciado no Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra em 1734. Foi Cantor Mor neste mosteiro e também no Mosteiro de S. Vicente de Fora em Lisboa. Faleceu em 1747, com 34 anos de idade ²³. Além do compêndio do monge Fr. Domingos de S. José Varela, a biblioteca tinha um dos principais estudos organológicos do século XVIII, da autoria do Jesuíta [?] italiano Filippo Bonani (1638-1725) intitulado *Gabinetto armonico pieno d'istromenti sonori indicati e spiegati*, publicado em Roma em 1772 e 1776, numa edição revista por Ceruti ²⁴. O tratado *Vergel de música spiritual, speculativa y activa, del qual muchas, diversas y suaves flores se pueden coger*, publicado em Burgo de Osma em 1570, da autoria do teórico espanhol Martín de Tapia é um plágio do *Libro primero de la declaración de instrumentos* de Juan Bermudo, publicado em 1549²⁵. O *Catálogo dos manuscritos que pertencem a esta Livraria de Tibaens* faz referência a uma obra intitulada: "*Triumpho Eucaristico De [?] cantado Por D. Ignacia Mauricia Lobato religiosa em S. Bento de Viana. Contem 64 8as*". O *Index Geral dos Ms que se conservão na Livraria do Mosteiro de Tibaens com a synopsis do que contem Anno de MDCCXCVI* ²⁶ dá igualmente conta da existência de vários breviários.

¹⁹ *Idem*, pp. 163- 164.

²⁰ *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes*, vol. II, Lisboa, 1900, pp. 66 - 67.

²¹ In Rui Vieira Nery, *A Música no ciclo da "Bibliotheca Lusitana"*, Lisboa, FCG, 1984, pp. 232-233.

²² P-Ln, B.A. 1468 P.; B.A. 415 P.; B.A. 149 P.; Além da *Arte de cantochão*, existe na Biblioteca Nacional a seguinte obra de Matias Vilalobos: *Enchiridion de missas solennes e votivas e vesporas[...]*, Coimbra, *Officina de Manoel Rodrigues de Almeyda, 1691*. [P-Ln, RES. 2412 A.] Sobre Matias Vilalobos ver também Mário de Sampaio Ribeiro, "A Música em Coimbra", sep. *Biblos*, vol. XV, Coimbra, 1936, pp. 29.

²³ Ernesto Vieira, *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes*, vol. II, Lisboa, 1900, pp. 62-63. Por lapso vem mencionado o ano de 1813 como data de nascimento de D. Carlos de Jesus Maria.

²⁴ *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*, vol. 3, Londres, Macmillan, 1995, p. 14.

²⁵ *Idem*, p. 572.

²⁶ ADB, FMC. Mosteiro de Tibães, Ms 1209.

nomeadamente um breviário beneditino antigo, impresso no ano de 1500, pertencente à congregação de Valladolid.

1.2 Cantores e instrumentistas

Estando a música sempre presente em todas as cerimónias de culto diário, tanto na Missa e Ofício Divino como nas festas e solenidades especiais, ou ainda nos actos comuns próprios da vida conventual, impunha-se, como afirma José Augusto Alegria: "recrutar e preparar convenientemente os elementos humanos válidos para a realização da liturgia"²⁷. A natureza do repertório usado reforçava ainda mais esta necessidade. Os *Livros do Noviciado* da Congregação de S. Bento referem-se à entrada de noviços por prenda de cantor e/ou por prenda de órgão²⁸, o que significava que estes noviços eram admitidos nos Mosteiros com uma tarefa especial: servirem como músicos no canto, no órgão e noutros instrumentos também usados nas cerimónias religiosas. Entre os anos de 1779 e 1806, conforme consta no *Livro do Noviciado* n.º 30 da Congregação Beneditina, foram admitidos 13 noviços no Mosteiro de Tibães para servirem como cantores e/ou organistas.

Quadro n.º 8
Entrada de Noviços. [1779-1803]

Nome	Data de admissão	Motivo da admissão
Bernardo José	13 de Setembro de 1779	Organista
Francisco Justiniano Saraiva ²⁹	6 de Abril de 1780	veio por organista
Luís Estanislau Saraiva ³⁰	23 de Abril de 1781	entrou por órgão
Feliciano Simão da Cruz	20 de Abril de 1782	veio por organista
Manuel António Elias	20 de Abril de 1782	veio por organista
Mateus da Silva Cerqueira	15 de Agosto de 1796	organista
Custódio Ferreira de Lima	2 de Outubro de 1799	cantor
Joaquim da Conceição de Jesus	2 de Maio de 1801	organista
Francisco José de Lima	30 de Outubro de 1802	aceito pela prenda de órgão
José Luís Pinheiro	3 de Janeiro de 1803	aceito por prenda de cantor
Francisco José Gonçalves	4 de Fevereiro de 1803	aceito pela prenda de organista
Francisco António de Carvalho	4 de Abril de 1803	entrou por organista
Francisco António de Azevedo	29 de Novembro de 1803	entrou por organista

ADB, FMC - Congregação de S. Bento. Livro do Noviciado n.º 30

- 27 José Augusto Alegria. *O Ensino e a prática da música nas Sés de Portugal*. Col. Biblioteca Breve. Lisboa, Ministério da Cultura, 1985, p. 11. A afirmação era válida para todos os Mosteiros da Congregação.
- 28 Ou "prenda de Solfa e órgão", conforme aparece nas *Actas Capitulares*. Ver capítulo dedicado à formação musical dos monges beneditinos.
- 29 Francisco Justiniano Saraiva viria a ser o já mencionado Fr. Francisco de S. Luís / Cardeal Saraiva. No capítulo 1, da I parte do presente trabalho, este ilustre monge da congregação é também mencionado. Fr. Francisco de S. Luís foi professor de Gramática Latina e Retórica no Mosteiro de Tibães.
- 30 Luís Estanislau Saraiva era irmão de Francisco Justiniano Saraiva.

A utilização do órgão na prática musical diária implicava a existência de organistas devidamente preparados. Numa Visitação feita ao Mosteiro de Tibães, em Abril de 1651, os monges chegaram à conclusão de que deveria haver mais organistas em todos os mosteiros da congregação. Os *padres visitantes*, em conjunto com o Abade Geral de Tibães, Reverendo Padre Fr. Francisco dos Reis, tomaram a seguinte decisão:

"[...] Necessita muito nossa Congregação de tangedores de orgão em seus Mosteiros, razão porque nossas leis ordenarão que não serão admitidos, nem promovidos a ordens, os Irmãos que não sabem tanger o sobredito instrumento, tirado, quando constar claramente, que Fizerão toda a moral deligencia por aprender, e Lei mandamos ao Padre Prior, e ao Subprior em sua ausencia, e ao Padre Mestre dos Irmãos, que os obriguem a tomar Lição de orgão com o Irmão Fr Francisco que os pode ensinar, castigando aos negligentes, sem lhes admitir escuça alguma, sob pena de lhes ser estranhado nas vizitas seguintes, quando não tenha muito cuidado neste particular. O mesmo farão nos outros exercicios de canto e Latim como nossos antecessores o deixarão encomendado em sua vizitação [...]"³¹.

Os quadros seguintes apresentam o nome do monges que exerceram os ofícios de Cantor, e Organista no mosteiro e que vêm mencionados nos dois livros dos *Estados* do Mosteiro de Tibães, conservados no Arquivo Distrital de Braga, e nos *Estados*, conservado no Arquivo de Singeverga.

Quadro nº 9
Monges músicos
[1780-1822]

Nome	Função	Data
Fr. Francisco de S. José	Cantor e organista	1780
Fr. Manuel Bruno da Natividade	Cantor mor	1780
Fr. Manuel de Santo Elias	Organista	1º de Maio de 1816
Fr. José de S. Luís	Segundo Cantor	<i>Ibidem</i>
Fr. Francisco das Dores	Organista	<i>Ibidem</i>
Fr. Luís da Lapa	Organista	<i>Ibidem</i>
Fr. Bento da Soledade	Organista	<i>Ibidem</i>
Fr. Domingos de S. José Varela	Organista	1822
Fr. António de Santo Atanásio	Organista	1822
Fr. José de S. Luís	Cantor mor	1822
Fr. Luís de Nossa Senhora da Lapa	Organista	1822

ADB, FMC. Congregação de S. Bento, *Estados* nº 112 [1780] nº 113

Quadro nº10
Monges músicos
[1825-1828]

Nome	Função	Data
Fr. António de Santo Atanásio	Organista	1825,1828*
Fr. Luís da Lapa	Organista	1825
Fr. Joaquim de S. Plácido	Cantor Mor	1825
Fr. Luís dos Serafins	Segundo Cantor	1825
Fr. Bento da Soledade	Organista	1825
Fr. José de Santa Escolástica	Organista	1828
Fr. José de Nossa Senhora do Vale	Cantor Mor	1828
Fr. João da Graça	Organista	1828
Ir. Fr. Joaquim da Soledade	Organista	1828

AS. *Estados* de Tibães, códice nº 5

* Fr. António de Santo Atanásio exerceu também, nestes anos, as funções de Porteiro e Estadista.

Os Livros das *Visitas e Conselhos* do Mosteiro de Tibães contêm nomeações de Cantores entre os anos de 1758 e 1813. O quadro seguinte apresenta o nomes dos monges que exerceram os ofícios de Cantor Mor, Primeiro Cantor e Segundo Cantor ao longo destes anos.

Quadro nº 11
Nomeações de Cantores
[1713 e 1813]

Data da reunião do Conselho	Nomeação	Função	Fonte	Observações
3 de Junho de 1713	Padre Pregador Fr. Manuel da Ascensão	Cantor Mor	Nº 498, f. 18v	Foi também nomeado subprior e notário
19 de Fevereiro de 1714	Padre Fr. Manuel de Macedo	Cantor Mor	nº 498, f. 20	
18 de Maio de 1722 19 de Maio de 1725 19 de Julho de 1731	Padre Fr. Manuel de Santa Maria	Cantor Mor Cantor Cantor	nº 498, f. 30 nº 498, f. 51 nº 498, f. 72v	
19 de Maio de 1725 2 de Junho de 1728 16 de Maio de 1731	Padre Fr. Manuel do Espírito Santo	Segundo Cantor Cantor Mor Primeiro Cantor	nº 498, f. 51 nº 498, f. 62v nº 498, f. 71v	Foi também nomeado confessor do convento e da Grade
2 de Junho de 1728	Padre Fr. Francisco Xavier da Conceição	Segundo Cantor	nº 498, f. 62v	
16 de Maio de 1731	Ir. Fr. Fernando	Segundo Cantor	nº 498, f. 71v	
12 de Junho de 1758	Fr. António de S. José	Primeiro Cantor	nº 499, f. 18v, f. 19	Foi também nomeado para Depositário da Casa
12 de Junho de 1758 28 de Junho de 1761	Fr. Manuel de Santa Maria de Oliveira	Segundo Cantor Primeiro Cantor	nº 499, f. 18v, f. 19 nº 499, f. 32, 32v	

Quadro nº 11
Nomeações de Cantores
[1713 e 1813] (cont.)

Data da reunião do Conselho	Nomeação	Função	Fonte	Observações
28 de Junho de 1761	Fr. Francisco de S. José	Segundo Cantor	nº499, f.32.32v	
1 de Junho de 1764		Cantor Mor	nº499, f.43,43v	
9 de Março de 1767		Cantor Mor	nº499, f.52v	
9 de Abril de 1767		Cantor Mor	nº499, f.53	
31 de Julho de 1767		Cantor Mor	nº499, f. 53v, 54	
1 de Junho de 1764	Ir. Corista Fr. Francisco de S. Bento	Segundo Cantor	nº 499, f.43. 43v	
23 de Novembro de 1765	P.P. Fr. António de S. Bernardo	Segundo Cantor	nº 499, f. 48v	
28 de Junho de 1766	P.P. Fr. Manuel da Natividade ³²	Segundo Cantor	nº 499, f. 50, 50 V	
31 de Julho de 1767		Cantor	nº499, f.53v,54	
2 de Junho de 1770		Cantor Mor	nº499, f.62	
28 de Junho de 1773		Cantor Mor	nº499, f.72v	
16 de Abril de 1777		Cantor Mor	nº 499, f. 95v	
19 de Maio de 1786		Cantor Mor	nº500, f.10	
12 de Junho de 1789		Cantor Mor	nº500, f.18	
2 de Junho de 1770	P.P. Fr. Manuel de S. José	Segundo Cantor	nº 499, f. 62	
21 de Fevereiro de 1774	P. Fr. João do Espírito Santo	Cantor Mor	nº 499, f. 74v	
16 de Abril de 1777	P.P. Fr. Joaquim de S. Tomas	Segundo Cantor	nº 499, f. 95v	
23 de Fevereiro de 1795	Fr. Francisco de Paula	Cantor	nº 500, f. 36	
7 de Junho de 1795	P.P. Fr. Manuel do Rosário	Cantor Mor	nº 500, f. 37	
19 de Junho de 1795	R.P. Fr. Nicolau	Segundo Cantor	nº 500, f. 37	
12 de Agosto de 1796	Fr. Antonio da Conceição	Segundo Cantor	nº 500, f. 40 e 40v	
24 de Setembro de 1798	P.P. Fr. João da Estrela P.P. Fr. António do Carmo	Cantores	nº 500, f. 48	
31 de Março de 1799	P. Fr. Manuel de Santo António	Segundo Cantor	nº 501	Foi também nomeado enfermeiro
5 de Junho de 1801		Cantor Mor	nº 501, f.16	
5 de Junho de 1801	R.P. Fr. Custódio de Santa Cristina	Segundo Cantor	nº 501, f.16	
16 de Junho de 1810		Cantor Mor	nº 501, f.72	
2 de Junho de 1813		Cantor Mor	nº 501, f. 89v	
26 de Junho de 1807	P.P. Fr. António de S. Joaquim	Segundo Cantor	nº 501, f. 54 e 54v	
2 de Junho de 1813	P.P. Fr. José de S. Luis	Segundo Cantor	nº 501, f. 89v	

ADB, FMC, Mosteiro de Tibães, *Livro dos Conselhos*

A partir de 1737 até 1752 as nomeações não referem os cargos de Cantor mor e Segundo Cantor.

Os Livros do *Gasto da Casa* referem os *provimentos* de alguns monges músicos.³³ Alguns desses monges vêm já mencionados nos *Estados* e no *Livro de Conselhos* do

32 Trata-se de Fr. Manuel Bruno da Natividade.

33 A cogula era uma veste exterior, espécie de manto amplo com grande capuz. A túnica era uma veste comprida, ampla e com mangas. O escapulário, era uma espécie de faixa que enrolada em volta do pescoço, se cruzava no peito e nas costas e se atava à cinta. Meias, podiam ser também polainas ou

mosteiro, como é o caso dos Cantores Fr. Manuel Bruno da Natividade, Fr. Manuel de Santo António, Fr. Francisco de Paula e Fr. Francisco de S. José. O Organeiro Fr. Manuel de S. Bento é mencionado no ano de 1719, com a função de Organista. As referências permitem também identificar um monge Harpista, chamado Fr. Francisco e vários Cantores, nomeadamente, Fr. António, Fr. Plácido, Fr. Bento de Santo António e Fr. José de Sales. O quadro seguinte apresenta as referências encontradas.

Quadro nº12
Provimentos a Cantores e Instrumentistas
(1699-1801)

	Referência	Data	Fonte
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão Fr Jozeph organista, de calções e meyas o mesmo [...]"	1699 (Setembro)	nº 658, f. 18
calções	"[...] Dei ao Irmão Fr Francisco Arpista de calções, e meyas quinze tostoiz [...]"	1701	nº 658, f. 18
calções e meyas	"[...] Dei paraos calções do Padre Prior e meyas, e para os calções e meyas de Fr Jozeph organista tres mil rez [...]"	1701 (Outubro)	nº 658, f. 18
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão Fr Francisco Arpista de pano de linho de Natal, e Pascoa escapulario e tunica de estamenta sete mil duzentos e sessenta [...]"	1702 (Abril)	nº 658, f. 18
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão Fr António Tiple por Tunica de pano, meyas e pano de linho doze Varas sete mil, sete centos [...]"	1702 (Novembro)	nº 658, f. 18
escapulario	"[...] Dei ao Irmão fr Francisco Arpista pello escapulario do 2o anno doze tostois [...]"	1703	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão fr Francisco Arpista de sete varas de pano de linho e sapatos da Paschoa mil, oitocentos, e oitenta [...]"	1703	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Arpista por calções, meyas e sapatos do S. Miguel mil novecentos e oitenta [...]"	1703	nº 659
	"[...] Dei ao Arpista de seis varas de pano de linho do Natal do 3º anno, doze tostois [...]"	1703 (Dezembro)	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão fr Jozeph organista, de sapatos dos Santos calções, meyas e pano de linho do Natal, tres mil cento e oitenta [...]"	1703	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão fr Jozeph de escapulario, seis varas de linho e os sapatos da Paschoa, dous mil oitocentos, e oitenta [...]"	1704	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão fr Francisco Arpista de seis varas de pano de linho, e sapatos da Paschoa, mil, e seis centos e vinte [...]"	1704 (Abril)	nº 659
Linho	"[...] Dei ao Irmão fr António organista de seus varas de pano de linho, doze tostois [...]"	1704	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão fr Manuel Tiple, meyas, ssapatos, seis varas de pano e cogulla, seis mil novecentos e oitenta [...]"	1705 (Janeiro)	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão fr Francisco Arpista de escapulario doze tostois [...]"	1705 (Janeiro)	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão fr António organista per escapulario, e seis varas de pano de linho, dous mil, e quatro centos [...]"	1705 (Fevereiro)	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão fr António organista de seis varas de pano de linho, mil e duzentos [...]"	1703 (Fevereiro)	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Arpista, pella Tunica de estamenta, cinco mil rs [...]"	1705	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão fr Manuel organista, por tunica e seis varas de linho, seis mil duzentos [...]"	1705	nº 659
Provimentos	"[...] Dei ao Irmão fr Francisco Arpista por sapatos da Paschoa, Tunica branca, calções e meyas, tres mil quatrocentos, e oitenta [...]"	1705	nº 659
Provimentos	"[...] Dei para o Irmão fr Manuel organista de doze varas de linho, Escapulario, e dous pares de sapatos quatro mil quinhentos e sessenta [...]"	1707	nº 659
Provimento	"[...] Dei ao Sr fr Manuel organista pella funda de estamenta, cogulla, escapulario, pano de linho de Natal e Paschoa, e sapatos da Paschoa, quatorze mil e oitenta reis [...]"	1708 (Mayo)	nº 659

sandálias, enquanto os sapatos eram um calçado mais sólido. *In Regra de S. Bento*, Mosteiro de Singeverga, Ora et Labora, 1992, p. 158, nota 118.

Quadro nº12
 Provimientos a Cantores e Instrumentistas
 (1699-1801) (cont.)

	Referência	Data	Fonte
Provimiento	"[...] Dei ao Padre cantor Fr Placido per sapatos da Paschoa do 2º anno, escapulario, meyas, calções e sapatos do 3º, tres mil seiscentos e sesenta [...]"	1709 (Dezembro)	nº 659
Provimientos	"[...] Dei ao padre cantor Fr Manuel de Santa Bonventura pela tunica branca [...]"	1718 (Maio)	nº 662
Provimiento	"[...] Dei ao Irmão Fr Manoel de S. Bento organista dos sapatos dos Santos e Abril mil e oitenta das meyas quatrocentos rs do linho do Natal e Paschoa dous mil, oitocentos e oitenta reis do escapulario e garbão tres mil reis tudo do 3º anno que soma sette mil, tezentos e sessenta [...]"	1719 (Domingo 23 de Abril)	nº 662
Provimientos	"[...] Dei ao Padre Fr Manuel Cantor segundo por seis varas de panno e sapatos de Abril do terceiro anno mil novecentos e oitenta [...]"	1722	nº 662
Provimiento	"[...] Dei ao Nosso Padre Fr Jozeph de cinco pares de sapatos dous mil e setecentos, de dous pares de meyas oito testois da tunica branca mil e quinhentos, de dous escapularios tres mil reis de doze varas de pano de linho dous mil oitocentos e oitenta que tudo soma dez mil oitocentos e oitenta reis [...]"	1725	nº 663
Provimiento	"[...] Dei ao padre Cantor 2º Fr Manuel de doze varas de pano de Linho dous mil oito centos, e oitenta de escapulario quinze tostoes dos sapatos de Abril e seis tostões tudo do 3º anno e soma quatro mil novecentos e oitenta rs [...]"	1728 (Março)	nº 663
Provimiento	"[...] Dei ao Padre Cantor Mor Fr Antonio de S. José, os provimientos do 2º anno que são pelas meyas 400 reis, pelos calções 1440 reis pela tunica branca 1200 reis pela tunica de panno 6000 reis por dous pares de çapatos 1200 reis por catorze varas de pano de Linho 3360 Reis pelo Escapulario 1440 Reis e pelo gibão 1500 rs e soma tudo dezasseis mil quinhentos e quarenta reis [...]"	1760 (Abril)	nº 672, f. 50
Provimientos	"[...] Dei ao padre Cantor Fr Antonio de S. José, os provimientos vencidos do 3º anno, que são pelas meyas 400 reis por um par de çapatos 600 reis por doze varas de panno de Linho 2880 reis e pelo escapulario 1440 reis o que tudo soma cinco mil trescentos e vinte reis [...]"	1761 (Abril)	nº 672, f. 68
Provimientos	"[...] Dei ao padre Cantor mor Fr Francisco de S. Joze pelos provimientos do primeiro anno, a saber, meyas 2 pares de çapatos, cugula, 12 varas de pano escapulario e capelo tunica de Estamenta, pelos preços acima, dezassete mil, cento, e vinte [...]"	1765 (Abril)	nº 674, f. 31
Provimientos	"[...] Dey ao Padre Cantor mor Fr Francisco de S. Joze pelos Provimientos primeiro anno a saber meyas, calções, dous pares de çapatos, cugula, 12 varas de pano, Escapulario e tunica pelos preços a nos declarados dezoyto mil, e oytenta reis [...]"	1768 (Abril)	nº 675, f. 24
Caridade	"[...] Dei ao padre Fr Francisco de S. Jose Cantor Mor, Gastador e Depositário por Caridade que foy para Santo Thyrso seis mil, e quatrocentos [...]"	1769	nº 675, f. 38
Provimiento	"[...] Dey ao padre Cantor Fr Manuel Bruno da Natividade pelas meyas, e calções huns sapatos e 12 varas de pano de linho, cinco mil trezentos e vinte reys [...]"	1780 (Abril)	nº 678, f. 3225v
Provimientos	"[...] Dei ao Padre cantor mor Fr Manuel Bruno da Natividade pelas Meyas, çapatos, dous pares: 6 varas de linho, tunica sete mil, e quarenta reys [...]"	1781 (Maio)	nº 679, f. 26
Provimientos	"[...] Dei ao padre Cantor Mor Manoel Bruno da Natividade pellos seus provimientos menos huns çapatos, cogula e escapulario que tomou em ser. Nove mil, e trezentos e vinte rs [...]"	1784 (Maio)	nº 680, f. 29
Provimientos	"[...] Dei ao Padre Cantor Fr Manoel Bruno da Natividade pellos mesmos provimientos já declarados do segundo anno treze mil, e novecentos reis [...]"	1785	nº 680, f. 53
Çapatos	"[...] Dei para des pares de çapatos do Padre Cantor Mor, Fr Bento de Santo António, Fr Francisco de Paula, Fr Placido de Santa Anna, Egastador, Fr Custodio de S. Jose, Fr Jose da Conceição, Fr Alexandre de Santa Rita, Fr João da Graça, e Fr Manoel da Piedade, a 720 reis sette mil e dozentos rs [...]"	1791 (Novembro)	nº 682, f. 60
Provimientos	"[...] Dei para os sapatos de Outubro do Padre cantor Fr Jose de Sales, P Fr Luiz de S. Mauro, e Fr Chronista Fr Bernardino a 720 dous Mil oitocentos e oitenta [...]"	1794 (Fevereiro)	nº 683, f. 51v
Provimiento	Dei ao Reverendo Padre cantor Fr Francisco de Paula os seus provimientos que são Meias e Chapeu para festas Mil e seicentos [...]"	1795 (Abril)	nº 683, f. 59v
Provimientos	"[...] Dei ao Reverendo Padre Cantor Mor Fr Manoel de Santo Antonio por calções e meias no dia de S. Miguel [...]"	1801 (Abril)	nº 686, f. 12

Os *Livros do Gasto da Casa* referem-se também a monges músicos, nas notas de despesas de instrumentos. O quadro seguinte apresenta os nomes dos músicos que não são mencionados nos documentos já citados, bem como as suas funções e data em que são referidos.³⁴

Quadro nº13
Monges músicos

Nome	Função	Data	Fonte
Fr. Manuel	Corneta	1656	nº 655, f. 143
	Baixão	1696	nº 658, f. 18
Fr. António	Tiple	1702	nº 658, f. 18
Fr. Sebastião	Harpista	1710, 1718	nº 659
Fr. Bernardino	organista (manicórdio)	1794	nº 683, f. 44

ADB, FMC, Mosteiro de Tibães, *Livros do Gasto da Casa*

Pelo Mosteiro de Tibães passaram grandes organistas e compositores da congregação. Um dos monges-músicos de maior fama no seu tempo foi Fr. Domingos de S. José Varela,³⁵ que esteve alguns anos neste mosteiro desenvolvendo a sua actividade, contribuindo para a formação dos mais jovens. José Baptista da Silva (1784-1870), organista e compositor, estudou no Mosteiro de Tibães,³⁶ desempenhando depois funções de primeiro organista na Sé de Braga entre os anos de 1835 a 1857. No Arquivo da Catedral bracarense encontram-se duas Missas de cantochão com acompanhamento de órgão (baixo figurado), da sua autoria.³⁷ Jerónimo Xavier Varela, que nasceu em Guimarães no ano de 1808, sobrinho de Fr. Domingos Varela, entrou muito novo para o Mosteiro de Tibães para estudar latim e música com o seu tio. Aos 17 anos, deixou o mosteiro, indo para Ponte de Lima, exercer funções de organista no Mosteiro de Refoios, da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Mais tarde foi estudar para Lisboa com João Domingos Bomtempo. Regressando a Ponte de Lima, ali criou uma capela musical, dedicando-se também ao ensino até 1879, ano em que faleceu.³⁸ Jerónimo Xavier Varela é autor de uma extensa obra de música religiosa.³⁹

34 As referências encontram-se nos quadros relativos aos instrumentos.

35 Ver Dicionário Biográfico de Músicos Beneditinos.

36 Eugénio Amorim, *Dicionário Biográfico de Músicos*. Porto, Maranus, 1941.

37 Manuel Lopes Simões, *A capela Musical da Sé de Braga no Arcebispado de D. Gaspar de Bragança (1758-1789)*. Dissertação de Mestrado, Coimbra, 1992.

38 Gonçalo Sampaio, Subsídios para a História dos Músicos Portugueses, *Boletim da Biblioteca Pública de Braga*, Braga, Biblioteca Pública, 1934, pp. 36-38.

39 Sobre as obras de Jerónimo Xavier Varela ver os Capítulos 1 da III e IV Partes deste trabalho.

O Capítulo Geral reunido a 11 de Maio de 1816, segundo proposta do Abade Geral da congregação, viria a aprovar a jubilação de Fr. Domingos de S. José Varela, pelos serviços prestados à Ordem.⁴⁰

Fr. Afonso dos Prazeres (1690- 1759), professou no mosteiro de Tibães. Depois de estudar Artes em Coimbra foi monge franciscano do Convento de Varatojo, onde se dedicou à poesia e música.⁴¹

1.3 Património organológico

O património organológico do Mosteiro de Tibães era constituído nos séculos XVII e XVIII e princípios do século XIX por um conjunto variado de instrumentos musicais fruto de uma actividade musical intensa então vivida no mosteiro. O levantamento efectuado de todas as referências a despesas havidas com os instrumentos musicais, e em particular as referências relativas aos órgãos, nos *Livros de Obras*, nos *Livros de Gasto da Casa*, e ainda nos *Estados* do Mosteiro, existentes no Arquivo Distrital de Braga, mostram o inegável valor, quer do ponto de vista organológico, quer artístico destes instrumentos. As referências a instrumentos musicais nos *Livros de Obras* e nos *Livros de Gasto da Casa*, permitem afirmar ter havido nos Séculos XVII e XVIII, no Mosteiro de Tibães, os seguintes instrumentos:

Quadro nº14
Instrumentos musicais
[1614-1818]

Instrumentos	Data das referências	Fonte
Órgãos	1614, 1656, 1667, 1670	Livro de Gasto da Casa nº 655, nº 656, nº 657
Grande Órgão ⁴²	entre 1645 a 1777	Livro de Obras nº 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 466
	1656	Livro de Gasto da Casa nº 655
	1667	Livro de Gasto da Casa nº 656
Grande Órgão ⁴³	entre 1781 e 1818	Livro de Obras nº 466, 467, 468, 469
Realejo	entre 1728 a 1806	Livro de Obras nº 460, 462, 463, 468
Manicórdios	1703	Livro de Gasto da Casa nº 659
	1721	Livro de Gasto da Casa nº 662
	1725 a 1728	Livro de Gasto da Casa nº 663
	1739	Livro de Gasto da Casa nº 666
	1743	Livro das Obras nº 462, f.47
	1795	Livro de Gasto da Casa nº 682
Cravo	1722, 1723	Livro de Gasto da Casa nº 662
	1727	Livro de Gasto da Casa nº 663

40 ADB, FMC, CSB, *Actas Capitulares* nº 317.

41 Manuel Valença, *A Arte Musical e os Franciscanos no Espaço Português (1643-1910)*, Braga, Editorial Franciscana, 1997, p. 34.

42 Órgão construído provavelmente no início do Séc. XVII.

43 Órgão construído em 1785.

Quadro nº14
Instrumentos musicais
[1614-1818] (cont.)

Instrumentos	Data das referências	Fonte
	1745	Livro de Gasto da Casa nº 668
Viola	1708	Livro de Gasto da Casa nº 659
	1719. 1720. 1721	Livro de Gasto da Casa nº 662
	1722. 1725	Livro de Gasto da Casa nº 663
Rabecão	1708	Livro de Gasto da Casa nº 659
Harpa	entre 1656 a 1724	Livro de Gasto da Casa nº 656, 657, 658, 659, 662, 663
Corneta	1656	Livro de Gasto da Casa nº 656
	1723	Livro de Gasto da Casa nº 662
Baixão	1656	Livro de Gasto da Casa nº 656
	1664	Livro de Gasto da Casa nº 657
	1695	Livro de Gasto da Casa nº 658
	1709	Livro de Gasto da Casa nº 659
Fagote	1656	Livro de Gasto da Casa nº 656
	1664	Livro de Gasto da Casa nº 657

ADB, FMC, Mosteiro de Tibães, *Livros do Gasto da Casa*

As anotações nos *Livros de Gasto da Casa* de Tibães referem-se a despesas havidas com os instrumentos, nomeadamente na compra de cordas, palhetas ou pequenos concertos. Por vezes, vem mencionado o instrumento e o seu instrumentista. Os quadros seguintes apresentam as referências relativas aos instrumentos inseridas nos livros citados com excepção dos órgãos, que serão objecto de estudo em separado.

Quadro nº15
Referências a Cravos e manicórdios

Referência		Data	Fonte
Cordas	"[...] Dei a Fr Antonio Tiple para cordas de manicorde trezentos rez [...]"	1702 (Março)	Gasto da Casa nº 658, f. 28
cordas	"[...] Dei para cordas de manicorde do irmão fr Manuel de S. Boaventura seis tostois [...]"	1703 (Mayo)	Gasto da Casa nº 659
cordas	"[...] Dei para cordas de viola tres tostois [...]"	1719 (Dezembro)	Gasto da Casa nº 662
cordas	"[...] Dei para cordas do cravo dusentos e quarenta [...]"	1722 (junho)	Gasto da Casa nº 662
cordas	"[...] Dei para cordas do cravo dusentos e quarenta reis [...]"	1723	Gasto da Casa nº 662
cordas	"[...] Dei para cordas para o cravo cento e vinte [...]"	1723 (Dezembro)	Gasto da Casa nº 662
Cordas	"[...] Dei para cordas de manicordio cento e vinte reis [...]"	1725 (Julho)	Gasto da Casa nº 663
Cordas	"[...] Dei para cordas de manicorde para o cravo cento, e vinte reis [...]"	1727 (Dezembro)	Gasto da Casa nº 663
Cordas	"[...] Dei para cordas de manicorde seis vinteis [...]"	1728 (Março)	Gasto da Casa nº 663
Cordas	"[...] Dei para cordas de manicorde doze vinteis [...]"	1728 (Março)	Gasto da Casa nº 663
Cordas	"[...] Dei para cordas de manicorde cento e vinte reis [...]"	1728 (Junho)	Gasto da Casa nº 663
cordas de manicordio	"[...] Dei para cordas dos manicordios da caza cento e vinte reis [...]"	1739 (Junho)	Gasto da Casa nº 666, f. 195
cordas de manicordio	"[...] Dei para cordas de Manicordio duzentos e quarenta reis [...]"	1739 (Agosto)	Gasto da Casa nº 666, f. 195
cordas de manicordio	"[...] Dei para cordas do Manicordio de Fr Jozé de Christo cem reis [...]"	1739 (Novembro)	Gasto da Casa nº 666, f. 196
Cordas para o cravo	"[...] Dei para cordas para o cravo mil e duzentos reis [...]"	1745 (Abril)	Gasto da Casa nº 668
concerto	"[...] Dei para concertar o Manicordio do Padre Fr. Bernardino por ordem do Nosso reverendissimo mil e duzentos [...]"	1794 (Agosto)	Gasto da Casa nº 683, f. 44

ADB, FMC, Tibães, *Livros do Gasto da Casa*

Os Estados do mosteiro, referem no relatório do triénio de 1725-1728 a compra de um *manocordio* por cinco mil e quinhentos reis.⁴⁴

Em 1743, o mosteiro possuía pelo menos quatro *manicordios*. No *Livro de Obras* ficou registado o concerto destes instrumentos do seguinte modo:

"[...] Dei para concertos de quatro Manicordios, mil quatrocentos, e quarenta reis [...]"⁴⁵

No triénio de 1792-1795 construiu-se um *manicordio* para o estudo dos noviços alunos de órgão.

"Fez-se Hum Monicordio para se instruirem no órgão os Noviços"⁴⁶

Quadro nº16
Referências a Harpas, Violas e Rabecão

	Referência	Data	
	"[...] De hua viola que mandou vir nosso Reverendo quinhentos reis [...]"	1623	Gasto da Casa, nº 655, f. 19v
Arpa	"[...] Dei hu cruzado para cordas da Arpa [...]"	1670 (Janeiro)	Gasto da Casa nº 657
Cordas para a arpa	"[...] Dei quinhentos, e sincoenta reis para cordas da arpa [...]"	1670	Gasto da Casa nº 657
Cordas da arpa	"[...] Dei dozentos reis para meyo carteirão de cordas para a arpa [...]"	1677 (Julho)	Gasto da Casa nº 657, f. 54v
Arpa	"[...] Dei dozentos reis para cordas da arpa [...]"	1677 (Setembro)	Gasto da Casa nº 657, f. 57
Cordas para arpa	"[...] Dei para cordas da arpa e cordam para o rabequam cento e noventa [...]"	1678 (Dezembro)	Gasto da Casa nº 657, f. 76v
Cordas para arpa	"[...] Paguei setecentos e sincoenta reis de cordas para arpa [...]"	1680 (Abril)	Gasto da Casa nº 657, f. 96
Cordas	"[...] Dei para huns bordãos para a arpa doze vinteis [...]"	1699 (Outubro)	Gasto da Casa nº 658
Cordas	"[...] Dei para dous carteirões de cordas para o Arpista sete centos e vinte rez [...]"	1700	Gasto da Casa nº 658
Cordas	"[...] Dei para hum carteirão de cordas para a Arpa Trezentos e oitenta rez [...]"	1700 (Setembro)	Gasto da Casa nº 658
Cordas	"[...] Dei para dous carteiros de cordas para o Arpista a dezoito vinteis setencentos, e vinte [...]"	1701	Gasto da Casa nº 658
Cordas	"[...] Dei para dous carteirões de cordas para o arpista setecentos e setenta [...]"	1701 (Setembro)	Gasto da Casa nº 658
Cordas	"[...] Dei para hum maço de cordas para o Arpista quatorze tostoiz [...]"	1702 (Janeiro)	Gasto da Casa nº 658
Cordas	"[...] Dei para hum masso de cordas para o Arpista doze tostois [...]"	1702	Gasto da Casa nº 658
Cordas	"[...] Dei para dous massos de cordas para o Arpista, cinco tostois [...]"	1703	Gasto da Casa nº 659
Cordas	"[...] Dei para hum quarteirão de cordas, e seis trastes de bordões para o Arpista, quinze tostois [...]"	1704	Gasto da Casa nº 659
Cordas	"[...] Dei para hum quarteirão de cordas para o Arpista duzentos e oitenta [...]"	1705 (Janeiro)	Gasto da Casa nº 663
Cordas	"[...] Dei para hu masso de cordas para o Arpista doze tostois [...]"	1703 (Fevereiro)	Gasto da Casa nº 659

44 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 112, f. 8v.

45 ADB, FMC, Tibães, *Livro de Obras* nº 466, f. 47.

46 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 113, f. 16

Quadro nº16
Referências a *Harpas, Violas e Rabecão* (cont.)

Referência	Data	
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para cordas da Arpa, cento e sincoenta [...]"	1705 (Setembro) Gasto da Casa nº 659
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para carteirão, e meyo de cordas para o Arpista, hua moeda nova [...]"	1705 (Dezembro) Gasto da Casa nº 659
<i>Palheta</i>	"[...] Dei para hua palheta para o padre subPrior - meyo tostão [...]"	1706 (Janeiro) Gasto da Casa nº 659
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para cordas para o Arpista, seis tostões [...]"	1706 (Janeiro) Gasto da Casa nº 659
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para cordas para os arpistas, oitocentos, e noventa [...]"	1706 (Setembro) Gasto da Casa nº 659
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para dous carteirões de cordas para os instrumentos, seis tostões [...]"	1707 Gasto da Casa nº 659
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para cordas para a Harpa e milas setecentos e oitenta reis [...]"	1707 (Outubro) Gasto da Casa nº 663
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para cordas para a viola, e Harpa seiscentos reis [...]"	1708 (Março) Gasto da Casa nº 659
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para tres nastos de cordas para hu Rabecão trezentos reis [...]"	1708 (Abril) Gasto da Casa nº 659
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para dous quarteirões de cordas para a Harpa, e viola seiscentos reis [...]"	1708 (Agosto) Gasto da Casa nº 659
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para hu quarteirão de cordas para a Harpa quatrocentos e oitenta reis [...]"	1710 (Fevereiro) Gasto da Casa nº 659
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para cordas para a Arpa do padre Collegial fr Sebastião duas moedas novas [...]"	1710 (Junho) Gasto da Casa nº 659
<i>cordas para a Arpa</i>	"[...] Dei ao padre Pregador Fr Sebastião trezentos reis para cordas para a Arpa q ue dice se gastarão na Somana [...]"	1718 (Abril) Gasto da Casa nº 662
<i>Arpistas</i>	"[...] Dei para as cordas da Arpa ao arpista que tangeo no Natal e para hu mosso que trouxe a arpa de santo Thyrso quatrocentos e oitenta reis [...]"	1719 (Domingo 1º Janeiro) Gasto da Casa nº 662
	"[...] Dei para as cordas da Arpa pella Paschoa trezentos reis [...]"	1719 (Domingo 9 de Abril) Gasto da Casa nº 662
<i>Cordas da Arpa</i>	"[...] Dei para hum quarteirão de cordas de arpa mil e quinhentos e sessenta [...]"	1719 (Julho) Gasto da Casa nº 662
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para cordas de viola tres tostois [...]"	1719 (Dezembro) Gasto da Casa nº 662
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para cordas de viola quatrocentos e oitenta reis [...]"	1722 Gasto da Casa nº 663
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para cordas para a Harpa quatrocentos e oitenta reis [...]"	1724 Gasto da Casa nº 663
<i>Cordas</i>	"[...] Dei para cordas de viola hum tostão [...]"	1726 (Julho) Gasto da Casa nº 663

ADB. FMC, Tibães, *Livros do Gasto da Casa*

Quadro nº17
Referências a *Fagotes, Cometas e Baixão*

Referência	Data	Fonte
<i>Palhetas</i> "[...] Paguei dose Palhetas que vierão de Lisboa para o baixão que custarão quatrocentos e oitenta [...]"	1656 (Setembro)	Gasto da Casa, nº 655, f. 67
"[...] Dei sessenta reis para Palhetas do Fagote [...]"	1656	Gasto da Casa, nº 655, f. 87
<i>Cometa</i> "[...] Dei sincoenta reis para hum Bochim da Corneta do Ir fr Manoel [...]"	1656	Gasto da Casa, nº 655, f. 143
<i>Palhetas</i> "[...] Dei quinhentos reis para Palhetas de Bayxão e fagote [...]"	1664	Gasto da Casa, nº 657,
<i>Cometa</i> "[...] Dei cento e vinte reis de concerto de hua corneta [...]"	1670 (Setembro)	Gasto da Casa, nº 657, f. 180v
<i>Palhetas</i> "[...] Dei cem reis para palhetas para o fagote [...]"	1670 (Dezembro)	Gasto da Casa, nº 657, f. 184v
<i>Palhetas</i> "[...] Dei ao Padre Frei Manoel para Palhetas do seu Baixão trezentos reis [...]"	1695	Gasto da Casa, nº 658, f. 28
<i>Palhetas</i> "[...] Dei para hua duzia de palhetas para o Padre Prior seis tostoiz [...]"	1702	Gasto da Casa, nº 658,
<i>Palhetas</i> "[...] Dei para meya duzia de palhetas para o padre Subprior doze vinteis [...]"	1704 (Março)	Gasto da Casa, nº 658,
<i>Palhetas</i> "[...] Dei para duas palhetas para o padre Subprior, hun tostão [...]"	1704 (Novembro)	Gasto da Casa, nº 658,
<i>Palheta</i> "[...] Dei para hua palheta para o Padre Subprior, meyo tostão [...]"	1703 (Mayo)	Gasto da Casa, nº 658,
<i>Palheta</i> "[...] Dei para hua palheta para o padre subPrior - meyo tostão [...]"	1706 (Janeiro)	Gasto da Casa, nº 658,
<i>Palheta</i> "[...] Dei para hua palheta, meyo tostão [...]"	1706 (Novembro)	Gasto da Casa, nº 658,
<i>Palhetas</i> "[...] Dei para duas palhetas cem reis [...]"	1707 (Dezembro)	Gasto da Casa, nº 658,
<i>Palhetas</i> "[...] Dei para duas palhetas para o baixão hu tostão [...]"	1709 (Mayo)	Gasto da Casa, nº 658,
<i>Boquim</i> "[...] Dei para o Boquim de hua corneta sesenta reis [...]"	1723	Gasto da Casa, nº 662,

ADB, FMC, Tibães, *Livros do Gasto da Casa*

Os Órgãos do Mosteiro

A referência mais antiga sobre os órgãos do Mosteiro (relativa às fontes documentais citadas) data de 1614. Trata-se de um registo de despesa, do *Livro do Gasto da Casa*, relativo ao concerto dos órgãos. Foram dispendidos, nessa altura em pele de camurça, cola e arame, cento e noventa reis.⁴⁷

Não sendo possível determinar com exactidão o número total de órgãos existentes no Mosteiro de Tibães ao longo dos séculos XVII e XVIII, bem como as datas de construção e características pormenorizadas de todos eles, pode-se no entanto afirmar que o Mosteiro teve um ou mais órgãos pequenos, um grande órgão construído no séc. XVII, e o órgão ainda

47

ADB, FMC, Tibães, *Livro do Gasto da Casa*, nº 655, f. 21 v.

existente, que se sabe ter sido construído em 1785 pelo organeiro Francisco António Solha. Segundo Álvaro Carneiro,⁴⁸ o órgão construído por Manuel de Sá Couto,⁴⁹ que se encontra actualmente na Igreja do Hospital de S. Marcos, em Braga, pertencia ao Mosteiro de Tibães, estando localizado no coreto da Capela Mor. Sobre os órgãos pequenos, denominados nas fontes documentais por realejos, existem os seguintes dados:

Em 1728 há notícia que o realejo do Mosteiro foi consertado pelo Irmão Fr. Manuel (de S. Bento) que veio do Mosteiro de S. Tirso para o efeito. Nessa altura foram também concertados os foles do órgão grande:

"Dei ao Irmão Fr. Manoel que veio de Santo Thirso para concertar os foles do organ, e realejo, e para sete pelles de carneira oitocentos reis, para cola, e arame duzentos e oitenta reis, para aluguel de besta, trezentos e vinte, e de charidade que lhe mandou dar o bispo Reverendíssimo Padre Geral - 01880"⁵⁰

O relatório contido nos *Estados* do Mosteiro, relativo ao triénio de 1744-1746, refere o concerto do realejo. O texto diz o seguinte:

"Deu para concerto do Realejo, e outros varios concertos trinta mil quatro centos oitenta e cinco reis." e mais à frente : "Fesse de novo o realejo "⁵¹.

De facto, no mesmo ano, o *Livro de Obras* apresenta as seguintes despesas efectuadas com a construção do realejo:

"Dey para pregos para o realejo duzentos e vinte cinco reis
 Dey para hum ferro para o realejo setenta reis
 Dey para hua duzia taboas para o realejo novecentos reis
 Dey dous ferros para os registos do realejo e hum eixo, e dous engouços tudo dois mil e oitocentos e quarenta reis"⁵²

Alguns anos mais tarde, em 1755, o realejo foi de novo consertado.⁵³ Os *Estados* do Mosteiro relativos ao triénio de 1765-1767 mencionam que se pôs um realejo na Igreja.⁵⁴

48 Álvaro Carneiro: "Música em Braga". *Theologica*. vol. 2, Braga, 1959, p. 111.

49 Manuel de Sá Couto, organeiro, conhecido por Lagoncinha, por ser natural deste lugar, foi aluno de Fr. Domingos de S. José Varela.

50 ADB, FMC, Tibães, *Livro de Obras* nº 460.

51 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 112, f. 16v e f. 18v.

52 ADB, FMC, Tibães, *Livro de Obras* nº 462 f. 80 e 81v.

53 *Idem*, nº 463 f. 33.

54 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 112.

No triénio de 1789-1792 o realejo foi pintado de novo.⁵⁵ O *Livro de Obras* nº 467, f. 31, tem anotado que em 1792 o realejo também foi afinado. A última referência encontrada nos *Estados* é relativa ao triénio de 1803-1806, e refere-se novamente a um conserto efectuado pelo Mestre Organeiro.⁵⁶ Este conserto está também registado no *Livro de Obras* nº 468.

O mosteiro tinha um grande órgão de tubos, que foi reconstruído no séc. XVII, e princípios do século XVIII a partir do já existente, como era costume fazer-se. Das referências encontradas entre os anos de 1645 e 1818, nos *Livros das Obras* do mosteiro, pode-se afirmar que apenas dizem respeito a estes órgãos as que se situam entre os anos de 1645 e 1777. A partir desta data são-nos dadas indicações da compra de materiais novos, que tudo leva a crer viriam a ser utilizados no órgão construído em 1785.

Existem várias referências relativas a concertos afinações e gastos em materiais nos já mencionados nos *Estados, Livros das Obras e Livros de Gasto*.⁵⁷ Ao longo destes trinta e dois anos, de acordo com as anotações encontradas, o órgão foi alvo de manutenção regular, sujeito a concertos diversos, na sua maior parte, respeitantes aos foles. Nos anos de 1645, 1656, 1667, e 1670 o órgão sofreu pequenos arranjos. Em 1672, e nos dois anos seguintes, foi consertado e afinado por um organista / organeiro estrangeiro que recebeu pelo serviço efectuado 26 mil reis. O seu nome não é, no entanto, mencionado. Em 1713, os *Estados* referem que "Fesse o órgão de novo, acrescentando no que estava sete registos."⁵⁸ Passados dez anos, o órgão foi consertado durante doze dias por Francisco da Costa, tendo sido dispendidos gastos em ferros, buxas, arame e verrumas. Mais tarde o mesmo organeiro foi pago por mais quatro dias e depois mais seis dias de trabalho. Ganhou então cem reis diários. Francisco da Costa é provavelmente o organeiro Francisco Esteves Costa que Manuel Valença⁵⁹ menciona como sendo natural de Melgaço.

Em 1724, o irmão donato beneditino Fr. Manuel de S. Bento, organeiro, construtor, entre outros, dos órgãos do Mosteiro de S. Bento da Vitória, deslocou-se a Tibães, vindo do Porto, para afinar os órgãos.⁶⁰ Em 1728 deslocou-se de novo a Tibães, mas desta vez vindo do Mosteiro de S. Tirso, para consertar os foles, e afinar o órgão. Em 1735, Fr. Manuel de S. Bento conserta de novo os foles do órgão. Depois de ter tido pequenos arranjos efectuados ao longo de vários anos, o instrumento foi de novo consertado em 1763 mas,

55 *Idem*, nº 113, f. 12.

56 *Idem*, nº 463, f. 33.

57 ADB. FMC, Tibães. *Estados* nº112. *Livro das Obras* nº458 a 466 (o livro nº 465 não tem referências). *Livros do Gasto da Casa* nº 655 e 657.

58 ADB. FMC, CSB, *Estados* nº 112, f. 14.

59 Manuel Valença, *A Arte organística em Portugal (c.1326-1750)*, Braga, Editorial Franciscana, 1990, p. 256.

60 W. D. Jordan, "Dom Francisco António Solha, Organeiro de Guimarães", *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXV, Guimarães, 1984, p. 19.

desta vez, o interveniente é João Baptista que recebeu pelo seu trabalho em 48 mil reis. Pela quantia paga, pode-se concluir que se trata de uma intervenção importante. No relatório dos *Estados* relativo aos anos de 1762-1764, ficou registado o seguinte: "Apeou-se o órgão grande e se afinou pondo lhe um rezisto de clarim na mão direita"⁶¹ Em 1765 o órgão levou uma caixa nova que custou 18 mil reis.⁶²

Os quadros seguintes apresentam as referências constantes nos *Livros das Obras* entre os anos de 1645 e 1777 e nos *Livros do Gasto*, relativas aos órgãos do mosteiro.

Quadro nº18
Órgãos [1645-1777]

	Referência	Data	Fonte
<i>Concerto de foles</i>	"[...] Ao official que concertou os foles cento vinte reis [...]"	1645	Livro das Obras nº 458
<i>Pinatar o órgão</i>	"[...] Dei ao Piutor de dourar os órgãos seis mil reis [...]"	1665	Livro das Obras nº 459
<i>Órgão ferrage</i>	"[...] Dei mais para ferragés dos orgaos mil e novecentos [...]"	1665	Livro das Obras nº 459
<i>Pelles</i>	"[...] Dei para duas Pelles para concertar o orgao tres testois [...]"	1672	Livro das Obras nº 459
<i>Concerto do órgão</i>	"[...] Dei a hum estrangeiro que concertou o órgão, vinte mil reis [...]"	1672	Livro das Obras nº 459
<i>Órgãos</i>	"[...] Dei a hum estrangeiro que afinou os órgãos, quatro mil reis [...]"	1673	Livro das Obras nº 459
<i>Órgão</i>	"[...] Dei ao organista estrangeiro por afinar os órgãos dous mil [...]"	1674	Livro das Obras nº 459
<i>Foles</i>	"[...] Dei para quatro dobradissas pelos foles do órgão trezentos e sessenta reis	1722	Livro das Obras nº 460
<i>Órgão</i>	"[...] Dei para desanove ferros para o órgão vinte e sete testonis [...]"	1723	Livro das Obras nº 460
<i>Jornais</i>	"[...] Dei a Francisco da Costa, de doze dias que andou no concerto do órgão e de suas buxas que fes para o mesmo orgao mil e coatrocentos [...]"	1723	Livro das Obras nº 460
<i>Ferreiro</i>	"[...] Dei para hu ferro que foi tambem para o órgão oitenta reis [...]"	1723	Livro das Obras nº 460
<i>Barrumas</i>	"[...] Dei para coatro Barrumas que forão para o órgão duzentos reis [...]"	1723	Livro das Obras nº 460
<i>Arame</i>	"[...] Dei para hu arratel de Arame para o órgão cento e sessenta reis [...]"	1723	Livro das Obras nº 460
<i>Órgão</i>	"[...] Dei para hu rol que deu o Irmão fr. Manuel para gasto coatro centos e oitenta reis para carvão e pregos cento e oitenta reis para jornais e carneiras des tostones que tudo soma mil e seis centos e sessenta reis [...]"	1723	Livro das Obras nº 460
<i>Órgão</i>	"[...] Dei para huns ferros para o órgão duzentos reis [...]"	1723	Livro das Obras nº 460
<i>Órgão</i>	"[...] Dei para huns ferros para o órgão duzentos e trinta [...]"	1723	Livro das Obras nº 460
<i>Órgão</i>	"[...] Dei para hum ferro para o órgão hum tostão [...]"	1723	Livro das Obras nº 460
<i>Jornais</i>	"[...] Dei a Francisco da Costa de quatro dias de jornais quatro centos reis [...]"	1723	Livro das Obras nº 460
<i>Jornais</i>	"[...] Dei a Francisco da Costa de seis dias seiscentos [...]"	1723	Livro das Obras nº 460

61 ADB, FMC, CSB. *Estados* nº 113, f. 14.

62 ADB, FMC, Tibães. *Livro das Obras* nº 464, f. 54.

Quadro nº18
Órgãos [1645-1777] (cont.)

Referência	Data	Fonte	
<i>Concerto dos foles do organ</i>	"[...] Dei ao Irmão Fr. Manoel, organista, que veyo do Porto para concertar os foles, e Afinar o orgão a saber pera seis peles de carneira, setecentos reis, para cola duzentos e quarenta reis para gastos pessoaes, seis tostoens, para alugueis de bestas, de ida, e vinda, mil e quatro centos e quarenta. soma tudo, dous mil e novecentos e oitenta reis [...]" ⁶³	1729	Livro das Obras nº 460
<i>Concertos dos foles do organ, realejo</i>	"[...] Dei ao Irmão Fr. Manoel que veyo de Santo Thirso para concertar os foles do organ, e realejo, e para sete pelles de carneira oitocentos reis, para cola, e arame duzentos e oitenta reis, para aluguel de besta, trezentos e vinte, e de charidade que lhe mandou dar o bispo Reverendissimo Padre Geral [...]"	1729	Livro das Obras nº 460
<i>Concertos dos folles do orgão</i>	"[...] Dey pera sinco duzias e meya de carneyras a mil e quinhentos a duzia oyto mil duzentos e sincuenta reis Dey pera dezaseis arates de colla a cem reis, mil e seiscentos reis Dey pera quinze pergaminhos a cento, e oytenta dous mil, e sete centos Dey de carroto das carneyras do Porto the Braga duzentos e quarenta Dey de aluguel de huma mula em que veyo Irmão Fr. manuel de Braga [...]"	1735	Livro das Obras nº 461
	"[...] Dei para huma pelle de carneira para o orgão duzentos reis [...]"	1739	Livro das Obras nº 462, f. 17
	"[...] Dei ao mesmo de consertar hum ferro do orgão trinta reis [...]"	1739	Livro das Obras nº 462, f. 20
	"[...] Dey de calsar hum sacho, e consertar huns ferros para o organ cento e vinte reis [...]"	1744	Livro das Obras nº 462, f. 64
	"[...] Dey a concerto do orgão mil e duzentos reis [...]"	1746	Livro das Obras nº 462, f. 80v
<i>Orgão</i>	"[...] Dey ao Mestre Organeiro por concertar o orgão grande e o realejo trinta e oyto mil e quatrocentos [...]"	1755	Livro das Obras nº 463, f. 33
<i>Couro</i>	"[...] Dei para quatro carneiras brancas para concertar os foles do orgão sete centos reis [...]"	1762	Livro das Obras nº 464, f. 13
<i>Jornal do orgão</i>	"[...] Dei para o preto João Baptista pelo trabalho de concertar o orgão quarenta e oito mil reis [...]"	1763	Livro das Obras nº 464, f. 27v
	"[...] Dei para huns ferros para o orgão quatrocentos e oitenta reis [...]"	1764	Livro de Obras nº 464, f. 29v
<i>Caixa</i>	"[...] Dei para a caixa do organ oito mil e quatro centos Dei para complemento da caixa do organ nove mil e seiscentos [...]"	1765	Livro das Obras nº 464, f. 54
<i>Conserto dos foles do orgão</i>	"[...] Dei para sinco pelicas para se consertarem os foles do orgão. Setecentos e sessenta reis Dei para a ratel e meio de colla para os mesmos concertos duzentos e quarenta reis [...]"	1777	Livro das Obras nº 466

ADB, FMC, Tibães, *Livros das Obras*

⁶³ Fr. Manuel vem citado por Domingos Pinho Brandão, *Orgãos da Sé do Porto e Actividade de Organeiros quem nesta cidade viveram*, Porto, Ed. Coro da Sé Catedral do Porto, 1985, p. 103 e por W. D. Jordan, "Dom Francisco Solha, Organeiro de Guimarães", Guimarães, *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXV, 1984, p. 19.

Quadro nº19
Órgãos [1614-1721]

Referência	Data	Fonte
<i>Concerto dos órgãos</i>	1614	Gasto da Casa nº 655, f. 21v
<i>Pelles</i>	1656 Abril	Gasto da Casa nº 655, f. 189
<i>Pelles</i>	1656 Dezembro	Gasto da Casa nº 655, f. 217
<i>Pelles para o órgão</i>	1667	Gasto da Casa nº 657
<i>Tanoeiro</i>	1721	Gasto da Casa nº 662

ADB, FMC, Tibães. *Livros do Gasto da Casa*

Sobre o grande órgão de tubos, existente na Igreja do Mosteiro, situado no coro alto, do lado do Evangelho, debruçaram-se já diversos autores, entre os quais Roberth Smith,⁶⁴ no seu livro sobre Fr. José de Santo António Vilaça e W. D. Jordan, no artigo dedicado ao seu construtor D. Francisco António Solha.⁶⁵

Os *Estados* do triénio relativo aos anos de 1780-1783 contêm informações sobre a construção do novo órgão. O relatório sobre a Igreja e Mosteiro diz o seguinte:

"Fesse hum novo órgão de 24 com optimos rezistos. e se assentou em hua nova caixa de talha, e para melhor acomodação do mesmo se desceo o andar do coro, para o que formou-se na capela de santo Amaro hum arco de esteira. e sobre este por detrás do teclado se assentou o órgão dos Ecos. Fesse a varanda e bacia, e tudo se dourou. e pintou de marmores. Fizerão-se também os foles, e se solhou a caza dos mesmos, e na janela se pôz hua vidraça"⁶⁶

Nos *Livros de Obras* do mosteiro, estão registadas sessenta e duas referências sobre a construção deste órgão, entre os anos de 1781 e 1786. O quadro seguinte apresenta todas as referências encontradas relativas a este instrumento.

⁶⁴ Roberth C. Smith, *Frei José de Santo António Vilaça, Escultor beneditino do século XVIII*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

⁶⁵ W. D. Jordan, "Dom Francisco António Solha, Organeiro de Guimarães". *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXV, Guimarães, 1984, pp. 3-23.

⁶⁶ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 113, f. 14 -14v.

Quadro nº 20
Construção do órgão
[1781-1786]

	Referência	Despesa	Data	Fonte
<i>Orgam</i>	"[...] Dei por hum castinheiro que se comprou em S. Romão [...]" "[...] Dei por um castinheiro que se comprou na Lama [...]" "[...] Dei para gastos de o procurar [...]" "[...] Dei por um castinheiro que se comprou a Teodora de Paiva em Francelos de Geras (?) e pelo arrancar [...]" "[...] Dei por hum Castinheiro que se comprou em Martim dous mil e quatro centos reis [...]" "[...] Dei ao carpinteiro de Rendufe por dous dias em que andou a procurar paos para o dito órgão, e gastos do Barco [...]"	5500 5000 290 7360 00240 02400	1781	nº 466. f. 44
<i>Organeiro</i>	"[...] Dei a D. Francisco por 3 dias de aluguel de hua besta a duzentos reis e ao mosso pelos mesmos a cem reis novecentos reis [...]"	000900	1781	nº 466. f. 44v
<i>Orgam e canos de água</i>	"[...] Dei pelo estanho e chumbo em Londres posto a bordo trezentos, dous mil trezentos e sete reis, por dous vilhetes ao Feitor da Alfandega do Porto 40 reis: pelo salario dos Guardas de dentro de 3 despachos [...] por salario ao Porteiro [...] ao Pezador [...] aos Mariolas [...] pelo termo de Lealdamento e descarga na meza grande (...) pelos carretos ao Armazem [...], por salarios aos Galegos de os porem nos carros, e pela guia [...] pelo frete do Navio [...] ao carreteiro Domingos Ferreira por trazer para este Mosteiro [...] a Manuel Alvarez Ferreira [...] a João Correia e seu companheiro [...] e a seu companheiro [...] a Joaquim da Costa [...] e a seu companheiro [...] o que tudo soma [...]"	322195	1781	nº 466. f. 45
<i>Taboas de castanho</i>	"[...] Dei po taboas de castanho para o órgão que se comprarão ao Abbade de S. Romão da Vela [...]"	17000	1783	nº 466. f. 77v
	"[...] Dei a Manuel Antonio de gastos que fez quando foi comprar hum castinheiro para o órgão a Chorence, e mais partes cento e sinco reis [...]" "[...] Dei para hum castinheiro que se comprou em Carvalheira para o orgam tres mil e seiscentos reis [...]" "[...] Dei para des dias de jornais a quem ajudou a sarrar o dito castinheiro a 160 reis mil e seiscentos reis [...]"	000105 03600	1783	nº 466. f. 79 f. 79v
<i>Carvão</i>	"[...] Dei para hua carga de carvão para dereter o estanho para o órgão [...]"	000950	1783	nº 466. f. 79v
<i>Cola</i>	"[...] Dei para hum aratel de cola para o orgam cento e vinte reis [...]"	00120		
<i>Madeira</i>	"[...] Dei a Pedro Gomes da Graça per dous castanheiros para o órgão [...]"	005480	1783	nº 466. f. 80v
	"[...] Dei para taboa de pechia para as teclas do órgão trezentos e sessenta reis [...]" "[...] Dei para carroto do sobre dicto cento e vinte reis [...]" "[...] Dei para duas Leaças de arame para o órgão nul reis [...]"	00360 00120 01000	1783	nº 466. f. 81
<i>Estanho</i>	"[...] Dei para oitocentos e sessenta arateis de estanho para o órgão [...]"	137600	1783	nº 466. f. 82v
<i>Chumbo</i>	"[...] Dei para seis quintais de chumbo para o órgão [...]"	28200	1783	nº 466. f. 83v
<i>Carreto</i>	"[...] Dei para carroto de estanho, ou candor, digo canudos e mais couzas que vierão de Guimarães por ordem do organeiro D. Francisco [...] a hum carreiro [...] e a outro [...]"	018080	1783	nº 466. f. 83v
<i>Carreto</i>	"[...] Dei para carroto de seis quintais de chumbo que veyo do Porto para o orgam [...]"	01020	1783	nº 466. f. 83v
<i>Saragoça</i>	"[...] Dei para tres covados e meio de Saragoça para se fundir os canos do órgão [...]"	02590	1783	nº 466. f. 83v
<i>Olanda crua</i>	"[...] Dei para quatro covados de olanda crua para se fundirem os canos do órgão [...]"	00560	1783	nº 466. f. 83v
<i>Taboado</i>	"[...] Dei para trinta taboas de castanho para o órgão que se comprarão a Antonio da Cunha da Graça [...]"	11520	1783	nº 466. f. 83v
<i>Concoeira</i>	"[...] Dei para tres concoeiras que se comprarão em Adais para órgão [...]"	04400	1784	nº 466. f. 85v
<i>Laudeana</i>	"[...] Dei para quatro covados de laude crua para se fundirem os canos do órgão [...]"	00560	1784	nº 466. f. 86v
<i>Peles para o órgão</i>	"[...] Dei para dezassete duzias de peles para o órgão novo [...] e mais dez duzias de pelles maiores [...]"	52900	1784	nº 466. f. 88

Quadro nº 20
Construção do órgão
[1781-1786] (Cont.)

	Referência	Despesa	Data	Fonte
<i>Taboado</i>	"[...] Dei para quinze taboas que se comprarão em Cabanelas para o órgão [...]"	04800	1784	nº 466, f. 88v
<i>Carreto</i>	"[...] Dei para condução das peles que vierão do Porto para o órgão [...]"	01560	1784	nº 466, f. 88v
	"[...] Dei para os fardos ou linhage em que vierão as pelles para o órgão seis centos e sessenta reis [...]"	00660	1784	nº 466, f. 90v
	"[...] Dei a Manoel dos reis por hir levar os modellos da vazia do órgão a Santo Tirso duzentos e quarenta reis [...]"	00320	1784	nº 466, f. 91v
	"[...] Dei para sete chumbadouros para a cayxa do órgão que pezavão cincoenta e hum arrateis [...]"	03060	1784	nº 466, f. 92
	"[...] Dei para oitenta pregos de cabeça para as dobradiças dos foles do órgão a des reis cada hum oitocentos reis [...]"	00800	1784	nº 466, f. 93
<i>Peles</i>	"[...] Dei para oito duzias de peles para o órgão [...] e para o gallego que a levou a S. Bento [?] [...] e para hua saca em que ellas vierão [...]"	23830	1784	nº 466, f. 93
	"[...] Dei a hum portador que foi ao Porto buscar peles para o órgão em que gastou quatro dias e meio por esperar por ellas [...]"	00540		
	"[...] Dei ao mesmo sarralheiro de Braga por des dobradiças para os mesmos foles do órgão [...]"	01200	1784	nº 466, f. 93
	"[...] Dei para dez duzias de Peles para o órgão a dous mil e quinhentos cada duzia abatendo mil e seiscentos dezoito peles que forão para Renduffe das primeiras que vierão: vinte e tre mil e quatrocentos reis de carro para o Mosteiro do Porto quarenta reis de carreto do Porto para este Mosteiro [...]"	00660	1784	nº 466, f. 94
<i>Carreto</i>	"[...] Dei para a condução da vacia do órgão que veyo Santo Tirso em quatro carros [...]"	04000	1784	nº 466, f. 94v
<i>Serralheiro</i>	"[...] Dei ao sarralheiro de Braga por varios ferros para o órgão que pezavão quarenta e oito arateis e tres quartos [...]"	04400	1784	nº 466, f. 95
<i>O mesmo</i>	"[...] Dei ao mesmo sarralheiro por oito caravelhas e quatorze pregos de cabeça para o órgão [...]"	00400	1784	nº 466, f. 95
<i>Vacia</i>	"[...] Dei ao Mestre Enxambrador Luis Joze de Souza Neves de Santo Tirso pela vacia do órgão que tomou de empreitada [...]"	72000	1784	nº 466, f. 95
<i>Carvão</i>	"[...] Dei para hua carga de carvão para soldar os canos do órgão [...]"	01250	1784	nº 466, f. 95
	"[...] Dei a Pedro Dias que trouxe a baranda do órgão de Santo Tirso para este Mosteiro mil reis [...]"	01000	1784	nº 466, f. 96v
<i>Grades</i>	"[...] Dei ao Mestre entalhador Luis de Souza Neves de Santo Tirso pelas grades da varanda do órgão que fez de empreitada [...]"	36000	1784	nº 466, f. 97v
<i>Arame</i>	"[...] Dei para dezanove arateis e quarta de arame grosso para o órgão [...]"	03510	1784	nº 466, f. 98v
<i>Arestas</i>	"[...] Dei para duzentas arestas para o órgão [...]"	00040	1784	nº 466, f. 98v
<i>Pintura da caixa</i>	"[...] Dei para a pintura e douramento de maior da cayxa do órgão. Vacia e baranda que se fez a jornal por varios preços [...]"	46100	1784	nº 466, f. 98v
<i>Caixa do órgão</i>	"[...] Dei a o Mestre Entalhador João Bernardo da Silva assistente em braga pela cayxa do órgão novo que fez de empreitada [...]"	162500	1784	nº 466, f. 99
<i>O mesmo</i>	"[...] Dei ao mesmo por hum acrescimo que fez na mesma cayxa do órgão: par emendar dos castellos dos lados [...]"	006550	1784	nº 466, f. 99
<i>O mesmo</i>	"[...] Dei ao mesmo por condução de algumas peças que não podião vir no carro [...]"	000870	1784	nº 466, f. 99
<i>Veludo</i>	"[...] Dei para hua terça de veludo do Cramezim de Italia para arteclar do órgão [...]"	000850	1784	nº 466, f. 99
<i>Trossal de ouro</i>	"[...] Dei para duas oitavas de trossal de ouro para guarneecer o veludo das tellas do órgão [...]"	000480	1784	nº 466, f. 99
<i>Carvão</i>	"[...] Dei para hua carga de carvão para o órgão [...]"	001250	1784	nº 466, f. 99
<i>Lauda crua</i>	"[...] Dei para tres covados de olanda crua para a fundição dos canos do órgão [...]"	00420	1784	nº 466, f. 99v
	"[...] Dei para duas varas e meia de estopa para lavar o estanho do órgão [...]"	00325	1784	nº 466, f. 99v

Quadro nº 20
 Construção do órgão
 [1781-1786] (Cont.)

	Referência	Despesa	Data	Fonte
	"[...] Dei para dous arrateis de estopa sedeira para o someiro do órgão digo para duas livras de estopa sedeira em forra para o órgão [...]"	00320	1784	nº 466, f. 96v
	"[...] Dei para quem foi buscar a dita estopa a Braga trinta reis [...]"	00030		
<i>Arame</i>	"[...] Dei para hum aratel de arame delgado para o organo [...]"	00400	1784	nº 466, f. 99v
	"[...] Dei para hua carga de carvão para soldar o estanho do órgão mil e duzentos reis [...]"	001200	1785	nº 466, f. 87v
	"[...] Dei para hua carga de carvão para o organeiro mil e duzentos reis [...]"	001200	1785	nº 466, f. 93
	"[...] Dei ao official do Sarralheiro por hum dia a compor os arames do órgão cento e vinte reis [...]"	00400	1785	nº 466, f. 101
	"[...] Dei para duas livras de estopa sedeira para o sumeiro do órgão a cento e quarenta reis a livra [...]"	00280	1785	nº 466, f. 101
	"[...] Dei para quatro arrateis de colla para o órgão a cento e trinta reis o arratel quinhentos e vinte reis [...]"	00520	1785	nº 466, f. 101
	"[...] Dei para tres livras de linho a ser dado para os condutor do vento do órgão [...]"	00450	1785	nº 466, f. 102
	"[...] Dei para milheiros e seis livros e meo de ouro para a cayxa, vacia e baranda do órgão novo, e para alguns cayxilhos [...]"	77550	1785	nº 466, f. 102
<i>Estanho</i>	"[...] Dei para cinco arobas de estanho em verguinha para o órgão novo [...] e para carroto [...]"	25000	1785	nº 466, f. 102v
	"[...] Dei para duas rodas de arame grosso para trombetas do órgão alem de huma roda de arame mais delgado que dei em troco, que se abateo, e paguei o escasso que forão [...]"	25900	1785	nº 466, f. 102v
<i>Tintas</i>	"[...] Dei para varias receitas de varias tintas retalho e pinzeis, e mais couzas necessarias para a pintura da cayxa, vacia e baranda do órgão, e Livraria, quadros e mais couzas que se pintarão; as receitas tenho em meu poder que emportarão [...]"	57888	1785	nº 466, f. 102v
<i>Sarralheiro</i>	"[...] Dei para quatro sarilhos de ferro para o órgão que pezavão [...]"	03815	1785	nº 466, f. 103
	"[...] Dei ao mesmo sarralheiro de Braga per onze andilhas para o órgão que pezavão trinta e nove arateis, e tres quartos [...]"	03180		
	"[...] Dei ao mesmo sarralheiro por sessenta azilhas [...]"	00300		
	"[...] Dei ao mesmo para huma fechadura e chave e fecho com seus parafusos para a grade do órgão [...]"	01200		
	"[...] Dei para duas tranquinhas com seus cachimboos para a estada de afinar o órgão para o que lhe dei o ferro [...]"	00200		
	"[...] Dei o mesmo por feitio de quatro sarilhos grandes de ferro para o órgão para o que dese o Mosteiro o ferro que pezavão [...]"	02095		
	"[...] Dei ao Pintor Felis Antonio por tres dias de jornal a duzentos reis por dia de dourar as bocas das trombetas do órgão seis centos reis [...]"	00600	1785	nº 466, f. 103v
<i>Sarralheiro</i>	"[...] Dei ao mesmo sarralheiro por cinco cadeyas para os foles do órgão [...]"	009000	1785	nº 466, f. 103v
	"[...] Dei ao mesmo por dous ferros para os varais dos mesmos foles que pezavão onze arateis e meio [...]"	01035		
	"[...] Dei ao mesmo sarralheiro por oito galdras para o órgão [...]"	00480		
	"[...] Dei ao mesmo sarralheiro por duzentas azilhas para o órgão [...]"	00720		
	"[...] Dei ao mesmo por duas chapas largas para um órgão [...]"	00400		
	"[...] Dei por duas dobradiças para o órgão [...]"	0200		
	"[...] Dei ao mesmo Ferreiro por sincoenta arateis que pezavão os ferros de segurar as grades da baranda do órgão a sessenta e sinco reis o aratel [...]"	03250	1785	nº 466, f. 104
	"[...] Dei para trinta e sinco arateis de ferro e feitio para segurar as trombetas do órgão [...]"	02450		
	"[...] Dei ao mesmo Ferreiro por feitio de hum ferro que fes de arame para as trombetas do órgão [...]"	00300	1785	nº 466, f. 104v

Quadro nº 20
 Construção do órgão
 [1781-1786] (Cont.)

	Referência	Despesa	Data	Fonte
<i>Puxadores do órgão de pao preto</i>	"[...] Dei para sincoenta puxadores para rezistar o órgão a sincoenta reis cada hum, dois mil e quinhentos reis de pao preto [...]"	02500	1785	nº 466, f. 104v
<i>Carvão</i>	"[...] Dei para hua carga de carvão para soldar os canos do órgão [...]"	001200	1785	nº 466, f. 105
<i>Estopa</i>	"[...] Dei para Livra e meya de Estopa para o órgão [...]"	00210	1785	nº 466, f. 105
<i>Sarralheiro</i>	"[...] Dei para feitto de quatrocentos e quarenta arateis e meyo de ferro para os rezistos de novo órgão [...] e para cento setenta e quatro arateis e quarta e neia a quarenta reis o aratel de festio para o mesmo órgão [...]"	31400	1785	nº 466, f. 108
<i>Ferro</i>	"[...] Dei para quarenta e douz arrateis de ferro vergalhas para os rezistos do orgao [...]"	01495	1785	nº 466, f. 108
	"[...] Dei para D. Francisco Mestre organeiro por dous arrobas de estanho, a sico mil cento e vinte reis a aroba e para oito arrobas e meia de chumbo a mil duzentos e sincoenta reis que trouxe feito em canos para o órgão, e por sete arateis de latão [...]"	073720	1785	nº 466, f. 108
	"[...] Dei para sinco arrobas de estanho em verguinho para o órgão novo a cento e sessenta reis, o arratel, e para carreto trezentos reis [...]"	25900	1785	nº 466, f. 102v
	"[...] Dei para D. Francisco Mestre organeiro doze arrobas de estanho [...] e para oito arrobas e meia de chumbo [...] que trouxe feito em canos para o órgão, e por sete arateis de Latão [...]"	73720	1785	nº 466, f. 112
	"[...] Dei ao organeiro Francisco Antonio Solha a conta do ajuste do órgão novo que fez quatrocentos vinte seis mil duzentos e oitenta reis [...]"	426280	1785	nº 466, f. 112v
<i>Órgão</i>	"[...] Dei a Dom Francisco Antonio Solha Mestre organeiro de Guimarães duzentos setenta e trez mil setecentos e vinte reis com que lhe completei a quantia do ajuste de setecentos mil reis que he o preço pelo qual se obrigou a fazer de maos. Dei lhe mais de caridade que mandou dar o Nosso Reverendissimo quarenta e oito mil reis o que tudo soma trezentos vinte e hum mil setecentos e vinte reis [...]"	321 720	1786	nº 466, f. 115 v.
	"[...] Dei a Luis moço do organeiro de caridade que mandou dar o Nosso reverendissimo mil e duzentos reis [...]"	001200	1786	nº 466, f. 116

ADB, FMC, Tibães, *Livros de Obras*⁶⁷

As despesas anotadas com a compra de madeira chegam a um total de cinquenta e sete mil duzentos e noventa reis. Verificando as despesas relativas a outros materiais utilizados na construção do órgão, salienta-se o facto do estanho e chumbo para os tubos do órgão terem vindo de Londres conforme o registo de 1781. As referências nos *Livros de Obras* apresentam são bastante pormenorizadas indicando inclusive as quantidades de barras de chumbo e estanho adquiridas. O total desta despesa importou em trezentos e vinte e dois mil, cento e noventa e cinco reis. Dois anos mais tarde, no ano de 1783, foi mandado vir de Guimarães por ordem do organeiro Francisco António Solha, mais chumbo e estanho para o órgão e outros materiais não mencionados. Em 1785 o próprio organeiro trouxe vários tubos que levaram duas arrobas de estanho e oito arrobas de chumbo, e ainda sete arrateis de latão. Os pormenores das despesas anotadas relativas à construção do órgão vão ao ponto de virem

67

A maior parte destas referências encontram-se transcritas por Roberth Smith no seu livro sobre Fr. José de Santo António Vilaça.

mencionadas as quantias gastas em saragoça, carvão e olanda crua para se fundirem os canos do órgão.

A bacia do órgão foi construída em 1784 pelo mestre *enxambrador e entalhador* Luís José de Sousa Neves, de S. Tirso. A nota de despesa diz que o mestre "tomou de empreitada"⁶⁸ a obra que custou setenta e dois mil reis. Luís de Sousa Neves fez também, no mesmo ano, as grades da varanda do órgão que custaram trinta e seis mil reis.

A caixa do órgão foi desenhada pelo monge beneditino Fr. José António Vilaça, autor de grandes projectos da Congregação Beneditina. No seu Livro de Rezam,⁶⁹ Fr. José Vilaça apontou algumas das obras por si realizadas, incluindo nelas o pé e a caixa do órgão de Tibães. Teve como assistente o mestre entalhador João Bernardo da Silva.

Alguns materiais de serralharia foram comprados em 1785 num serralheiro de Braga. As despesas feitas com os ferros para as varas dos foles, pregos, cravelhas, dobradiças e outros materiais foram também registadas. Os cinquenta puxadores do órgão foram feitos em pau preto e custaram cinquenta reis cada um. O órgão gastou ainda em veludo de carmesim de Itália oitocentos e cinquenta reis. O veludo das telas foi guarnecido com um trossal de ouro que custou quatrocentos e oitenta reis.

Em 1786 Dom Francisco António Solha recebeu o último pagamento referente à construção deste órgão. Este famoso organeiro, natural de Ponte Vedra, viveu em Amarante onde casou pela primeira vez, vindo, depois de ficar viúvo, para Guimarães, tendo permanecido nesta cidade até morrer.⁷⁰ Foi Vice cônsul de Espanha, tendo exercido uma notável actividade de organeiro em diversas localidades do país. É-lhe atribuída a construção dos seguintes órgãos: órgãos da Catedral de Lamego (1755-1757), órgão da Igreja de S. Domingos, em Guimarães (1758), de S. João de Tarouca (1767); de Nossa Senhora da Esperança de Ladário, Sátão, Viseu (1768), do Mosteiro de Refoios (1770) de Santa Marinha da Costa, Guimarães (1780), do mosteiro de freiras dominicanas de Guimarães, (por volta de 1775), do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde (cerca de 1775), da Igreja de Santa Cruz, em Braga e do órgão da Igreja de S. Francisco, no Porto. Jordan, no seu artigo dedicado ao organeiro, põe ainda a hipótese de mais alguns órgãos serem da autoria de Solha⁷¹ D. Francisco António Solha, seguindo o costume que lhe era habitual, deixou a seguinte inscrição no órgão de Tibães:

68 ADB, FMC, Tibães, *Livro de Obras* n.º 466, f. 95.

69 ADB, FMC, Tibães, *Livros de Monges Particulares* n.º 728, f. 51.

70 Alberto Vieira Braga, *Curiosidades de Guimarães*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1993, p. 200.

71 W. D. Jordan, "Dom Francisco António Solha, Organeiro de Guimarães", *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXV, Guimarães, 1984, pp. 3-23.

"Sendo D. Abbade Geral da Congregação o Reverendissimo Padre Mestre Dr. F. José Joaquim de Santa Teresa. Fes este Órgão no anno de 1785.

D. Francisco Antonio Solha, Vice Consul de Hosp. por S. Mag. Cath."⁷².

Não é possível determinar com exactidão o total de custos do órgão do Mosteiro de Tibães por várias razões: em primeiro lugar é possível ter havido despesas que não foram registadas; em segundo, os trezentos e vinte e dois mil, cento e noventa e cinco reis gastos em 1781 em estanho e chumbo dizem respeito não só ao órgão mas também à canalização de água do Mosteiro. Finalmente é possível ter havido erros de contas, como no caso das peles para os foles do órgão. Não restam dúvidas, no entanto, de que se tratou de uma obra grandiosa e caríssima naquele tempo.

Entre 1792 e 1818 estão ainda anotadas nos *Livros de Obras* as despesas relativas a afinações e concertos dos foles do órgão. Em 1798, os *Estados* referem que "[...] Bordou-se o pano da Porta do Coro; e o orgão se desmontou, e afinou de novo.[...]"⁷³ O quadro seguinte apresenta as referências acima mencionadas.

Quadro nº 21
Órgão [1792-1818]

	Referência	Despesa	Data	Fonte
<i>Organeiro</i>	"[...] Dei ao padre gastador tres mil e dozentos que me pedio para o homem que em hum dia afinou o realejo e a palheta do orgão [...]"	95200	1792	nº 467, f. 31
	"[...] Dei para concerto de duas trombetas do orgão [...]"	60080	1794	nº 467, f. 70
	"[...] Dei para pellicas, dobradiças, chapas d'oiro, e outras miudezas, tudo para concerto do orgão segundo hum rol que me apprezentou o Nosso Reverendo Padre Prior, mil e cento [...]"	1100	1796	nº 467, f. 103v
	"[...] Dei ao Organeiro, de mando do Nosso Reverendissimo, quarenta e oito mil reis [...]"	48000	1796	nº 467, f. 105v
<i>Órgão</i>	"[...] Dei para concerto dos foles do orgão=seis mil e quatrocentos [...]"	6400	1803	nº 468, f. 55
<i>Órgão</i>	"[...] Dei ao Mestre Organeiro para concertar o realeixo, e Afinar o orgão sete mil e duzentos reis [...]"	7200	1806	nº 468, f. 68v
	"[...] Dei para concertar os foles do orgão e afinar o mesmo doze mil e oitocentos reis [...]"	12500	1811	nº 468, f. 97
<i>Organeiro</i>	"[...] Dei ao organeiro, que andou a arremendar os folles, e afinar o orgão seis dias a 600 reis, tres mil e seiscentos reis [...]"	3600	1814	nº 469, f. 16
<i>Organeiro</i>	"[...] Dei mais ao organeiro por dous dias, que esteve a afinar e compor hum rezisto do orgão novecentos, e sessenta; e mais cincoenta reis de arame, tudo mil e dez reis [...]"	11010	1815	nº 469, f. 27v
<i>Órgão</i>	"[...] Dei para preparar o novo registo do orgão carneira colla arestas, arame- trezentos e cincoenta e cinco [...]"	355	1818	nº 469, f. 61

ADB, FMC, Tibães, *Livro de Obras*

72 *Idem*, p. 3.

73 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 113, f. 12.

Conforme se observa no quadro anterior, em 1818 foi colocado um novo registo no órgão. Esta é a última intervenção no órgão que há notícia. Passaram entretanto quase duzentos anos, sem que o órgão voltasse a ser tocado. O estado actual em que se encontra actualmente este instrumento é incompatível com aquilo que se conhece sobre a sua utilização no passado. Só o restauro do instrumento e a sua utilização no quotidiano se coadunam com o espírito dos monges beneditinos que souberam, ao longo dos anos, fazer ouvir os sons que dele emanavam.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Estados* n° 112 e n° 113

FMC, Tibães, *Livro das Visitas e dos Conselhos* n° 494

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 182, n° 183, n° 185

FMC, Mosteiro de Tibães, Ms. n° 1209

FMC, Tibães, *Livro das Visitas* n° 493

FMC, Tibães, *Livro de Obras*

FMC, Tibães, *Livro do Gasto da Casa*

II. Arquivo de Singeverga

Livro das Alfayas de Tibães, códice n° 9

Marcelino Ascensão, *Crónica do Antigo Real e Palatino Mosteiro de S. Martinho de Tibaens desde a sua primeira fundação até ao presente, 1746.*

B. Bibliografia

Alves, Natália Marinho Ferreira, "Igreja de Tibães", *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 481-482.

Amorim, Eugénio, *Dicionário Biográfico de Musicos.*, Porto, Maranus, 1941.

Braga, Alberto Vieira, *Curiosidades de Guimarães*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1993.

Brandão, Domingos Pinho, *Orgãos da Sé do Porto e Actividade de Organeiros que nesta cidade viveram.*, Porto, Ed. Coro da Sé Catedral do Porto, 1985.

- Carneiro, Álvaro, "Música em Braga", *Revista Theologica*, vol. 2, Braga, 1959, p. 7-462.
- Costa, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Tomo I, Braga, Tipografia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1869, 2ª edição.
- Dias, Geraldo J. A. Coelho, "O Mosteiro de Tibães e a Reforma dos Beneditinos Portugueses no séc. XVI", *Revista de História*, vol XII, Porto, Centro de História Faculdade de Letras, 1993, pp. 95-133.
- Jordan, W. D., "Dom Francisco António Solha, Organeiro de Guimarães", *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXV, Guimarães, 1984, pp. 3-23.
- Lessa, Elisa, "A Música no Mosteiro de Tibães (sécs. XVII e XVIII)", *Mínia*, 3ª Série, nº 2, Braga, Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, 1994, pp. 83-102.
- Mata, Aida, "Ao Encontro dos Monges de Tibães", *Forum* 15/16, Jan-Jul., Braga, Universidade do Minho, 1994, pp. 55-92.
- Oliveira, Aurélio, "António de Andrade e a primeira Escola de Talha em Tibães. *Bracara Augusta*, 28 (64), Braga, Câmara Municipal, 1974.
- Oliveira, Aurélio: "Tibães e os caminhos do Barroco. Breve perspectiva Histórica". *Forum*, nº 3, Braga, Universidade do Minho, 1988, pp. 3-21.
- Sampaio, Gonçalo, "Subsídios para a História dos Músicos Portugueses", *Boletim da Biblioteca Pública de Braga*, Braga, 1934, pp.36-38.
- Sampaio Ribeiro, Mário de, "A Música em Coimbra", *Biblos*, vol. XV, Coimbra, 1939, pp. 5-32.
- Santos, Ademar Ferreira dos, "Mosteiro de Tibães (1834-1864)", *Mínia*, 2ª Série, 8, Braga, 1986, pp. 7-129.
- Simões, Manuel Lopes, *A Capela Musical da Sé de Braga no Arcebispado de D. Gaspar de Bragança (1758-1789)*. Dissertação de Mestrado, Coimbra, 1992.
- Smith, Roberth C., *Frei Cipriano da Cruz, Escultor de Tibães*. Porto, Livraria Civilização, 1968.
- Smith, Roberth C., *Frei José de Santo António Vilaça, Escultor beneditino do século XVIII*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- Valença, Manuel, *A Arte organística em Portugal (c.1326-1750)*, Braga, Editorial Franciscana, 1990.

II Parte — Capítulo 2
Outros Mosteiros Masculinos

2.1 O Mosteiro de Ganfei (S. Salvador)

Introdução

O Mosteiro de S. Salvador de Ganfei fica situado a 5 km de Valença na margem esquerda do Rio Minho, tendo sido a principal casa que os beneditinos ergueram no Alto Minho.

A sua fundação é remota. Segundo a tradição, o Mosteiro de Ganfei teria sido edificado no tempo de S. Martinho de Dume de S. Frutuoso, sendo reedificado no século XI por D. Ganfrido (Ganfei), um cavaleiro e monge que deixou fama de santo por toda a Galiza. Esta é a ideia veiculada por vários autores do século XVII e XVIII.¹ A origem da fundação do Mosteiro é justificada pela existência de uma pedra com a indicação da data de 1018, encontrada no edifício antigo. No entanto, esta prova não parece plausível,² porquanto se representasse o marco histórico da fundação do Mosteiro, teria sido guardada juntamente com as relíquias do Santo, cujo corpo foi sepultado no interior da Igreja, trasladado em 1603 para o local junto às grades do cruzeiro e mais tarde para a Capela Mor.

Governado por Abades Comendatários desde 1499, ano em que D. Manuel doou o padroado da Vila de Valença ao Marquês de Vila Real, viria a sofrer os efeitos de tal governo com usurpação de bens por parte das famílias dos sucessivos Abades. O último Abade Comendatário foi D. André de Noronha que muito contribuiu para esta situação.

Com a Reforma monástica e a formação de congregação portuguesa em 1566, o mosteiro iniciaria um novo período da sua existência, embora congregação só tomasse posse do mosteiro em definitivo a 5 de Maio de 1588³ após uma luta atribulada e recorrendo a justiça com a Casa de Vila Real que, teimava em não desistir do padroado.

O futuro do Mosteiro não estava, no entanto, destinado à paz. A sua localização ligou-o por duas vezes às lutas pela independência nacional. Durante as guerras da Restauração, os monges de Ganfei, prestaram um auxílio precioso à sociedade civil. Apoiando espiritualmente e materialmente a população e ajudando os feridos, fruto dos confrontos

1 Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, tomo I, 1644, pp. 419-421. P. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, Tomo I, Lisboa, 1706, pp. 274-275. Fr. António de Assunção Meireles, *Memórias para a História Geral da Congregação de S. Bento de Portugal (...) Memórias para a História particular do Mosteiro de Ganfei*, (1796), [BPMP, Ms 364].

2 Célia Maria Taborda da Silva, *O Mosteiro de Ganfei*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1994, pp. 16-22.

3 Frei António de Assunção Meireles, BPMP, Ms 364.

entre portugueses e espanhóis, o Mosteiro chegou a servir de aquartelamento a várias companhias de soldados. Estas acções viriam a ser enaltecidas por Frei Leão de S. Tomás na sua *Benedictina Lusitana*⁴ e por Fr. António da Assunção Meireles.⁵

Passado este período o Mosteiro é restaurado, prolongando-se as obras por todo o século XVIII. A vida monacal tinha regressado à normalidade quando foi novamente interrompida com a passagem das tropas francesas. Os efeitos desta invasão deixaram marcas profundas no Mosteiro, que depois de roubado e destruído, sofreu um violento incêndio a 17 de Abril de 1809, ardendo todo em menos de duas horas.⁶ Os monges ainda intentaram a sua reconstrução, que viria a ser interrompida com a extinção em 1834. A Igreja, cujo templo é constituído por três naves, apresenta afinidades com alguns templos da Galiza, particularmente com a Sé de Tui.⁷ Actualmente serve de igreja paroquial, tendo sido o mosteiro vendido a particulares.

2.1.1 Actividade musical

A prática musical no mosteiro de Ganfei está de algum modo documentada, ao longo dos séculos XVII e XVIII, nas actas das Visitações do Mosteiro. As observações e recomendações deixadas quer pelo Abade Geral quer pelos Visitadores permitem identificar na generalidade a vivência do Mosteiro no tocante ao Ofício Divino.

Em 1636, os Visitadores Fr. António Carneiro e Fr. Gregório da Cruz verificaram que não se cantava no mosteiro a Missa de Defuntos. Observaram ainda que o coro não tinha estante própria, e o *Saltério* e o *Livro de Kirios, Glórias e Antífonas* estavam num estado lastimável. A advertência ficou assim registada:

“[...] E porque nos foi advertido que nesta casa senão cantava a Missa pellos religiosos defuntos como despoem nossas leis ... mandamos ao muito reverendo Padre Dom Abade a faça cantar daqui por diante infalivelmente precedendo sempre num nothorno de defunctis resado [...] vimos por custa de olhos que o livro dos chirios, glorias e Antífonas estava muito roto, esbaratado e pouquo capas e por elle se poder cantar, e que o psalterio estava todo desencadernado, e tinha algus folhas rotas e da mesma sorte estava o passionario e santorial das missas [...] tambem vimos por vista de olhos que não avia estante no choro [...]”⁸.

4 Fr. Leão de S. Tomás. *Benedictina Lusitana*. Tomo I, 1644, pp. 419-421.

5 BPMP, Ms 364, Fr. António de Assunção Meireles.

6 ADB, FMC., Mosteiro Ganfei, Ms 59, pp. 75v.

7 *História de Arte Portuguesa*, vol. I, Dir. de Paulo Pereira, Lisboa. Círculo de Leitores e Autores, 1995.

8 ADB, FMC, CSB, *Visita dos Visitadores* nº 182.

No ano anterior o mosteiro tinha adquirido um livro para o coro, conforme o relatório inserido nos *Estados*:

“[...] Fesse num livro de pergaminho para o choro encadernado em bezeno, apontado do ponto grande que tem a solta concerne para as missas ordinarias, e outras cousas para intentos particulares [...]”⁹.

O Saltério e os Breviários viriam a ser encadernados no triénio de 1639 e 1641. Nessa altura o mosteiro colocou também a estante e um candeeiro no coro. No triénio seguinte os livros grandes do coro foram encadernados.¹⁰

Na visita realizada pelos comissários do Abade Geral em 1636, é focada a importância da realização do Ofício Divino de acordo com as regras da congregação. O Visitador deixa exarado em acta as seguintes instruções:

“[...] He o officio Divino obra particular de Deus como lhe chama nosso Patriarcha. Padre Bento e o mayor e mais principal emprego dos que profissão vida monastica pelo que muito encomendamos ao Reverendo padre D. Abbade faça gordar o que nossas leys fil. 202 dispõe sobre o modo como que se hade cantar e rezar no choro em que casas onde ouver sinco ou seis religiosos conventuais dando ordem com que estando todos em casa assi se execute regularmente resandosse com pausa e a Antifona da ave estela canatda digo entoada no fim das matinas com os versos e orações costumados e a salve no fim das completas a qual se cantara nos sabbados antes de matinas no inverso e depois de completas ou a noite antes da meditação. E as missas pellos Irmãos se cantarão todos os meses com os de mais sufragios sendo por sinal cantados ou quando não assistirem todos os monges no Convento rezados [...]”¹¹

A prática recomendada é semelhante à dos outros mosteiros com dimensões idênticas ao Mosteiro de Ganfei. Nesta Visita, o Visitador chamou também a atenção para o estado de conservação dos livros do coro, referindo-se desta vez ao livro de Intróitos e Antifonário:

“[...] Vimos por vista de olhos que livro dos Introitos das missas e o antifonário estavam mui desbaratados e de maneira que cada dia se lhes tirão digo hirá faltando as folhas se se não reformasse [...]”¹²

9 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 89.

10 *Ibidem*.

11 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral*, nº 146.

12 *Ibidem*.

No ano seguinte em 1646, os Comissários do Abade Geral verificaram que os livros continuavam no mesmo estado, o que revela o pouco zelo demonstrado pelos monges nesta época.

De acordo com o elogio manifestado em 1652, por Fr. Francisco dos Reis, Abade Geral da Congregação, ao Abade do mosteiro Fr. João da Esperança, e demais religiosos, a situação tinha-se alterado. No relatório da Visita ficou registado o seguinte:

“[...] E por nos constar por visita de olhos o muito zello e vigilancia com que o muito Reverendo Padre Dom Abbade e mais Religiosos deste Mosteiro acodem a todas as obrigações monasticas, a saber o culto divino. clauzura. e temporalidades da Caza pello que muito pedimos ao Muito Reverendo Padre Dom Abbade futuro continue, e faça continuar a todas estas obrigações [...]”¹³

No triénio de 1653 a 1656 o mosteiro adquiriu um Breviário novo.¹⁴ Passados vinte anos, o relatório das *Contas do Gastador das Obras do Estado* elaborado em 1672, menciona despesas no valor de cinco mil, quinhentos e seis reis em Música, e treze mil, setecentos e sessenta reis nos livros do coro que foram mandados vir do Mosteiro de Miranda.¹⁵

Durante o século XVIII, a situação não se alterou significativamente. Em 1729 os Visitadores deram um prazo de quatro meses ao Abade para que se comprasse um Antifonário para o Coro:

“[...] vimos a falta, que ha de Livros no Coro, e assim mandamos, que dentro do termo de coatro vezes se compre num Antifonário para o Coro, e tambem se concerte o relógio e Torre [...]”¹⁶.

No ano seguinte, o Abade Geral da Congregação, Fr. José de Santa Maria autorizou o Mosteiro de Ganfei a celebrar a Festa de Santo António com Missa cantada no coro com acompanhamento de órgão:

“[...] Porem advertimos que isto senão entende [?] com a nossa devoção que ha poucos annos se introduzio com o glorioso Santo Antonio, fazendo-lhe a sua festa com os treze dias antecedentes, porque havendo juiz, e Mordomos, que queirão fazer-lhe a sobredita festa, e dando

13 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral*, nº 148.

14 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 89.

15 *Ibidem*.

16 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 186.

a cinco Padres que cantarem a Missa do choro, e a hum que tocar o orgão de esmola hum tostão, ou ao menos meyo cada dia, poderão fazer a dita festa [...]"¹⁷.

A falta de observância na realização dos ofícios de acordo com as regras da congregação e a existência de conflitos no relacionamento dos monges levou o Abade Geral, em Visita ao mosteiro a 23 de Junho de 1736, fazer as seguintes recomendações:

[...] E haecerto, que se executei bem o que dispoem as nossas leys, he necessario haver nas comunidades muito amor em Santa pax, assim entre os Monges, como estes com o Prelado; e do prelado para estes assim lho encomendamos, e pedimos pellas entranhas de Jezu christo e encomendamos, que condus muito para a boa obsrevancia não alterar o que mandão as nossas Leys, por isso advertimos ao muito Reverendo Padre D. Abbade haja nesse Mosteiro meditações, disciplinas, missas cantadas, e lição no refeitório por nos constar ha muito falta nestas observancias[...]"¹⁸.

Passados dez anos os Comissários do Abade Geral, concluíram após Visita ao Mosteiro, que os monges celebravam o ofício da Missa «com escandalosa pressa», e sem observância do Cerimonial beneditino. A situação deu origem a que fossem tomadas as seguintes medidas:

"[...] Como isto he materia gravissima, para obliar nella os mayores erroz, mandamos ao Padre sacristão, ponha na sacristia dois papeis, em que estejam escritas as orações, e hymeno, que se disem a revestir, e passado o mes sejião todos examinados das cerimoniais, pelo Padre Prior, principiando pelos mais novoz [...]"¹⁹.

Em 1756, os Visitadores chamaram mais uma vez a atenção para o cumprimento das Missas cantadas. Em acta ficou exarado o seguinte:

"[...] Revalidamos os capítulos das vezitas passadas em que se manda cantar a missa de Nossa Senhora nos sabados, e dos aniversarios, a hora da Prima, não havendo impedimento justo [...]"²⁰.

17 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 156, f.80.

18 *Idem*, n° 157, f. 90.

19 *Idem*, n° 159, f. 103.

20 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 188, f.11.

A situação vivida no Mosteiro de Ganfei era comum à maioria dos mosteiros. O desconhecimento do Cerimonial Beneditino, das obrigações dos oficiais dos Mosteiros, e alguma falta de zelo no cumprimento do Ofício Divino deu origem a que todos os monges com funções específicas no mosteiro fossem obrigados a ter um caderno com todas as "obrigações, preceitos e determinações pertencentes ao seu ofício" contidas nas Constituições, Cerimonial, Actas Capitulares, Pastorais e Visitas.²¹ Esta medida foi extensiva a todos os mosteiros.

Apesar do Mosteiro de Ganfei, ser um mosteiro pequeno,²² o Abade Geral da Congregação Fr. Fernando de Jesus Maria José, entendeu na Visita realizada a 26 de Abril de 1765 que o Mosteiro tinha condições de cumprir com rigor todas as determinações.

As ordens que deixou no Mosteiro referiam-se ao ofício das Matinas que se deveria realizar às duas horas da madrugada nos Domingos e Dias Santos, às Missas cantadas, e a outras celebrações:

"[...] Por acharmos que senão observa exatamente o que determinamos na nossa Pastoral conforme a nossa lei com que se observa em todos os Mosteiros piquenos na Religião, e talvez com menos Monges, e menos possibilidades que este não tem mandamos que se hirá a matinas às 2 horas da noita nos Domingos e dias santos e que indispensavelmente se cantara todos os dias a Missa da Terça e todos os sabados, e segundas feiras sen(do) dupla alem da Missa de terça se cantara a Missa de Nossa Senhora dos Defuntos e que haja frequencia do lavapes nos sabatinos e que da mesma sorte frequentem a lição espiritual a numa hora usando depois della as vespervas de Nossa Senhora de Defunto, sendo esta hora separada das vespervas do officio divino [...]"²³.

A presença de monges cantores e organistas documentada a partir de 1767²⁴ deverá ter contribuído para a valorização da música na celebração dos ofícios. O mesmo contributo terá sido dado pelo organeiro Fr. Felipe de S. Bento, conventual em Ganfei, que além de ter construído um novo órgão, copiou um dos livros do coro em pergaminho.²⁵

Os Livros do Gasto do Mosteiro de Ganfei contém uma série de referências entre os anos de 1776 e 1834, relativas a despesas com tocadores de tambores que vinham de Valença tocar nas festas do Dia de S. Bento e no Dia dos Reis.

21 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral*, nº 165 f. 130 e 131v.

22 Segundo o Mapa dos Monges Conventuais, em 1761, o Mosteiro de Ganfei tinha além do Abade, nove monges conventuais e um irmão leigo. BPMP, Ms 1257, documento nº 3.

23 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral*, nº 166, f 52v.

24 Ver página seguinte.

25 AS, Ms de Fr Francisco de S. Luís, *Apontamentos Beneditinos*, f. 100.

Em 1791, além de “2 tambores” veio também “um pífaru”, recebendo de oferta duzentos e quarenta reis.²⁶ Em 1807, os Tambores de Valença vieram acompanhados de Músicos para cantarem as Boas Festas.²⁷ Em 1816, o dia da tomada de posse do Abade Geral contou também com a presença dos Tambores.²⁸

Os criados do Mosteiro e os jovens das redondezas cantavam anualmente os Reis, recebendo sempre uma pequena oferta do mosteiro.

2.1.2 Cantores e instrumentistas

Os catálogos dos monges conventuais inseridos nos *Estados*, bem como as actas das reuniões de Conselho do Mosteiro permitiram identificar alguns dos monges que ali exerceram funções ligadas à música:

Quadro nº 1
Cantores e Organistas

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. José de Cristo	1767, 1770	Organista	Prior
Fr Tomás de Santo António	1767.1773. 1783	Cantor	Recebedor
Ir. Fr. Felipe	1767.1770. 1773	Organeiro	-
Fr. António de Santo Atanásio	1792	Cantor	Sacristão, Gastador
Fr. José Joaquim de Santa Escolástica	1801	Cantor	Mestre de obras, Enfermeiro, Hospedeiro, Notário e Vigário dos Moços
Fr. Manuel de Santo Elias	1801.1804	Organista	Gastador, Cartorário, Prior

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 90

No catálogo de 1767, Fr. José de Cristo tem à frente do seu nome a indicação de *prenda de órgão*, e Fr. Tomás de Santo António a de *prenda de solfa*. Nos restantes anos vêm expressas as funções de organista e cantor.

O organeiro Fr. Felipe de S. Bento, no ano da sua morte, em 1773, estava já entravado,²⁹ segundo indicação do catálogo dos monges conventuais.

26 ADB, FMC, Mosteiro de Ganfei, *Livro do Gasto* nº 7, f. 28v.

27 *Idem*, f. 284.

28 ADB, FMC, Mosteiro de Ganfei, *Livro do Gasto* nº 9, f. 4.

29 Ver Dicionário Músicos Beneditinos.

Entre 1786 e 1801 há registo das seguintes nomeações para as funções de Cantor, Cantor Mor e Segundo Cantor:

Quadro nº 2
Cantores

Nome	Data da Nomeação	Função	Outras Funções
Fr. Bernardo de Santa Maria	31 de Maio de 1786	Cantor	Prior, Vigário, Roupeiro
Fr. António de Santo Atanásio	25 de Julho de 1789 30 de Junho de 1792	Cantor Mor Cantor Mor	Sacristão, Gastador, Notário
Fr. Francisco de Assunção	25 de Julho de 1789	Segundo Cantor	
Fr. Manuel Bruno da Natividade	19 de Junho de 1795 4 de Junho de 1798	Cantor Mor Cantor Mor	

ADB, FMC. Mosteiro de Ganfei, *Livro dos Conselhos* nº 55

Fr. José Joaquim de Santa Escolástica que, em 1810, viria a ser Abade do Mosteiro, foi nomeado em 1798, substituto do Cantor Mor, sempre que este estivesse impossibilitado de cumprir funções.

As actas dos Conselhos do Mosteiro mencionam em 1799 e 1801, a nomeação de Fr. Manuel de Santo Elias para diversas funções no Mosteiro. Não referem, no entanto, a função de organista. Sabe-se que ele assumiu este cargo, pelo menos em 1801, de acordo com o Catálogo já mencionado.

No "*Livro dos Monges que se mudão, e vêm conventuais, para este Mosteiro de S. Romão [...]*" há notícia que Fr. Bento de S. José foi Cantor no Mosteiro de S. Romão sendo mudado a 3 de Junho de 1763 para o Mosteiro de Ganfei.³⁰

2.1.3 Património organológico

O Mosteiro de Ganfei possuía no século XVII um órgão de pequenas dimensões. O registo das obras efectuadas no Mosteiro em 1656 menciona a afinação do órgão e o concerto dos foles.³¹

Em 1672, o Mosteiro recebeu um órgão vindo de Lisboa. Nas contas do *Gastador* das Obras ficou registado o seguinte:

"[...] Deu para gastos e concertos de num órgão. que deu a nossa caza de Lisboa treze mil setecentos e sessenta reis [...]"³²

30 ADB, FMC, S. Romão do Neiva, Ms 167.

31 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 89.

32 *Ibidem*.

Nos princípios do século XVIII, o órgão viria a ser várias vezes afinado e consertado. Em 1740, foram feitos de novo os folles do instrumento e em 1746 o órgão sofreu uma intervenção maior. O restauro então efectuado ficou assim registado:

“[...] Fizerão-se huas Alçapremas, para com mais alivio levantar os folles do Orgão: que se afinou, e concertou pondo lhe alguns canudoz de novo [...]”³³

Em 1759, sendo Abade do Mosteiro, Fr. Francisco de Jesus Maria José, o Organeiro Fr. Felipe de S. Bento construiu um órgão novo para o Mosteiro de Ganfei.³⁴ O *Costumeiro* do mosteiro contém a seguinte informação:

“Notícias do Mosteiro do Salvador de Ganfey sendo D. Abbade o Muito Reverendo Padre Pregador Fr Francisco de Jezus Maria Jozé (1758-1760).

[...] Fes tambem o mesmo Prellado num orgão novo, que pos em o ARCO proxime orgão des Registos e 122 voces de cannos doces e palheta. Feslhe sua cayxa proporcionada com muita falha, que logo mandou dourar e pintar. Fes mais grades novas no choro e o nicho tambem novo para a Imagem do Senhor [...]”³⁵

A Capela Mor da Igreja viria a ser também reedificada neste triénio. A construção do novo órgão ficou registada nos *Estados* do mosteiro elaborados em 1761:

“[...] Fez num orgão grande e collocou entre os arcos proximos ao choro, de dez registos, e vinte, e numa voces, e a caixa, que fez tambem com o seu remate de talha pintada e dourada, fez tambem grade por diante, e por traz do orgão, que tudo mandou pintar [...]”³⁶

A descrição da construção do novo órgão no *Costumeiro*, contém provavelmente por lapso, uma imprecisão relativamente ao número de vozes do órgão, sendo muito mais credível a existência de 21 vozes, tal como vem referido nos *Estados*.

Em 1777, o Mosteiro pagou a um organeiro de Braga pelo concerto do órgão, dois mil quatrocentos reis.³⁷

33 *Ibidem*.

34 Ver Dicionário de Músicos Beneditinos.

35 ADB, FMC, Mosteiro de Ganfei, Ms 58, f. 96.

36 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 90.

37 ADB, FMC, Mosteiro de Ganfei. *Livro do Gasto* nº 6 f.25v.

Passados dois anos, foram gastos quatrocentos e oitenta reis em “[...] três peles para o órgão [...]”.³⁸

Em 1780, o órgão foi completamente restaurado permanecendo apenas a caixa do instrumento construído por Fr. Felipe.

A relação das obras do triénio 1780 a 1783, em que foi Abade do Convento Fr. Francisco da Assunção, refere algumas das obras efectuadas na Igreja, coro e órgão. O texto diz o seguinte:

“[...] de alvarão-se as paredes, e estuques de toda a Igreja, e coro, e se pintarão a cola os forros do coro, e órgão, que servem de pavilhão à Igreja [...]”³⁹

Passados dez anos do lamentável incêndio que o mosteiro foi alvo, o relatório dos *Estados* de 1819 refere as obras de reconstrução então efectuadas.

“[...] Fez-se o choro em que pozerão bancos, e estantes, tudo pintado a oleo, assim como o anteparo d’este e do órgão, cujo assento se fez também [...]”⁴⁰

38 *Idem*, f. 79.

39 ADB, FMC, Mosteiro de Ganfei, Ms 58 f. 105v. O texto do *Costumeiro* é igual ao relatório dos *Estados* de 1783 (*Estados* do Mosteiro nº 90).

40 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 90.

Fontes e Bibliografia

I. Fontes manuscritas

A. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146, n° 148, n° 156, n° 157, n° 165, n° 166.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 182, n° 188.

FMC, CSB, *Estados* n° 89, n° 90.

FMC, Mosteiro de Ganfei, *Livro do Gasto*, n° 6, n° 9.

FMC, Mosteiro Ganfei, Ms 58, 59.

FMC, S. Romão do Neiva, Ms 167.

B. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Fr. António de Assunção Meireles, Ms 364.

C. Arquivo de Singeverga

Ms de Fr. Francisco de S. Luís, Apontamentos Beneditinos.

D. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 1257, documento n° 3.

II. Bibliografia

S. Tomás, Fr. Leão de, *Benedictina Lusitana*, Tomo I, II, notas críticas de José Mattoso. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974.

Silva, Célia Maria Tabora da, *O Mosteiro de Ganfei*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1994.

História de Arte Portuguesa, vol. I, Dir. de Paulo Pereira, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 1995.

2.2 O Mosteiro de Cabanas (S. João)

Introdução

O mapa dos mosteiros elaborado no final do século XVIII descreve o Mosteiro de S. João de Cabanas do seguinte modo:

"O Mosteyro de S. João de Cabanas está situado na Freguesia de Santa Cristina de Afife, comarca de valença do Minho, Arcebispado de Braga para cima de Vianna do Lima Legua e meya. perto da Estrada Real que vai para a Villa de caminha. Tem este dito mosteiro, ainda que piqueno, capacidade bastante no seo tanto: pois ha 50 annos que se reedificou de novo a fundamentis. As cellas ou cubiculos que tem são cinco. Com as rendas com que se acha pode sustentar dous religiosos. Tem só este Mosteiro dous religiosos, e ate o anno de 1760 tinha tres¹

De facto, o mapa dos Monges Conventuais elaborado em 1761, indica que o Mosteiro de Cabanas tinha apenas três monges conventuais: o Abade Fr. Luís de S. José e dois companheiros. Em situação idêntica estava o mosteiro de Miranda, sendo estes dois mosteiros os mais pequenos da congregação. A fundação do mosteiro de Cabanas data do século XI. Apesar de D. Manuel ter obtido autorização do Papa para que S. João de Cabanas pertencesse à Ordem de Cristo, tal situação não chegou a verificar-se. Com a reforma da congregação beneditina, e apesar da existência de litúgios durante anos, foi finalmente eleito Abade do mosteiro, Fr. Leão de S. Bento, natural de Braga, exercendo funções no triénio de 1653 a 1656.

No século XVIII, o mosteiro foi reedificado por Fr. Paulo da Assunção, Abade Geral da Congregação entre os anos de 1725 a 1728.²

Os relatórios dos *Estados*³ entre os anos de 1629 a 1822 não fazem menção a qualquer assunto relacionado com a prática musical litúrgica.

1 BPMP, Ms 1257, documento nº 18.

2 Fr. Tomás de Aquino, *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes*, Porto, 1767, p. 320.

3 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 126.

2.2.1 Cantores e instrumentistas

Em 1795, o mosteiro tinha apenas dois monges conventuais, sendo Abade Fr. Manuel Bruno da Natividade. Não é, no entanto, possível determinar se Fr. Manuel Bruno da Natividade é o monge músico Cantor e Organista, que foi nomeado neste mesmo ano de 1795, Cantor Mor do Mosteiro de Ganfei.⁴ Provavelmente trata-se de um monge homónimo, porquanto não vem mencionado à frente do seu nome qualquer observação. Em 1798, foi Abade do Mosteiro de Cabanas Fr. Feliciano da Conceição, monge Cantor e Organista que viria a falecer nesse ano, quando se encontrava na cidade de Braga, ficando por isso sepultado no Mosteiro de Tibães.

⁴ Ver Dicionário de Músicos Beneditinos.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Estados* n° 126.

II. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 1257, documento n° 18.

B. Bibliografia

Aquino, Fr. Tomás de. *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes*,
Porto, 1767.

2.3 O Mosteiro de Miranda (Santa Maria)

Introdução

O Mosteiro de Santa Maria de Miranda, de acordo com o Mapa dos Monges Conventuais elaborado em Maio de 1761,¹ tinha apenas três monges conventuais: o Abade Fr. Domingos de S. José e dois companheiros.

Situado no concelho de Arcos de Valdevez, o mosteiro foi edificado por volta do século XII. Governado por comendatários durante muitos anos, só viria a ter o seu primeiro Abade trienal em 1599. No último quartel do séc. XVII, o Mosteiro viria a ser transformado, datando a Igreja de 1679 e o dormitório e refeitório de 1700. Na segunda metade do século XVIII a casa conventual e a igreja foram alvo de remodelações. Depois da expulsão dos monges em 1832, a Igreja do Mosteiro passou a Igreja paroquial sofrendo diversas alterações. O último Abade Geral da Congregação Portuguesa antes da extinção da Ordem, Fr. Bento do Pilar foi sepultado em 1846 na Capela Mor do Mosteiro.²

Tendo sido um dos mosteiros mais pequenos e modestos da congregação, contribuiu, no entanto, para o desenvolvimento material e cultural da comunidade circundante.

2.3.1 Actividade musical

Existem muito poucas referências à prática musical do Mosteiro de Miranda. Em 1722, sendo Abade Fr. Anselmo de S. Gonçalo, o Mosteiro recebe a Visita do Abade Geral da Congregação. Nesta Visita fica registada uma observação relativa à assistência dos monges a manifestações musicais profanas. O relatório diz o seguinte:

"[...] E porque não he licito antes prohibido aos Monges assistir a Representações de comedias e entremeses profanos mandamos se observe as Pastoraes de nossos antecessores sobre este particular como nellas se convem [...]"³

1 BPMP, Ms 1257, nº 3.

2 Gabriel de Sousa, "Beneditinos", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 377-378.

3 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral*, nº 155, f. 75.

Esta advertência voltaria a ser feita em 1724. O *Livro de Visitações* relativo ao Mosteiro de Miranda, conservado no Arquivo Nacional Torre do Tombo, contém uma carta do Abade Geral Fr. Fernando de Jesus Maria datada de 1761. Esta carta que deveria ser lida em todos os Mosteiros na presença de todos os monges conventuais, apresenta diversas recomendações sobre a prática musical litúrgica. O teor da carta, nesta matéria, é o seguinte:

"[...]Advertimos tambem os Prelados, e cantores o cuydado, que deven ter para que os officios Divinos se fassão com devoção e de modo que edifiquem, lembrando-se da recomendação, que nos faz o nosso Santo Patriarcha no capítulo 29 da sua santa regra e a Constituição no livro3, capitulo2, como também, porque he justo, que em os Mosteiros, que se compoem de limitado numero de Monges, se observe, quanto he possivel o que a ley lhes determina. mandamos se não falte a cantar, o que ella ordena: nem tambem à Leitura de moral e exercicio matutinal no coro; [...] Fassão tambem os capitulos das culpas, e os actos de disciplina, e lava p°es, e nos sabbados se cante a Missa de Nossa senhora a hora de prima, e a mesma hora nas segundas feiras se cante a missa pelos Irmãos, e benfeitores, e não havendo possibilidade para cantar-se a missa da Terça a oução conventualmente[...] E porque muitas vezes acontece fazerem-se os actos do coro com pouca ou nenhuma edificação dos ouvintes por causa dos Prelados licenciarem com frequencia aos monges, principalmente os mais precizos, paraos ditos actos, com pretextos de sermoens, e outros motivos: Advertimos aos Muito reverendos Padres Dom Abbades, ou Prezidentes não sejam faceis em conceder licenças sem que haja quem supra, e perfeitamente satisfaça ao Coro[...]"⁴

A partir de meados do século XVIII, encontram-se várias referências nos *Estados* com a indicação de compra de livros para o serviço do Coro. Em 1748 comprou-se um Breviário para o Coro, sendo substituído por um novo, passados quatro anos. Em 1795, o relatório das obras que se fizeram no mosteiro menciona o seguinte:

"[...] Puzerão-se no Coro sinco cadeiras, e hum Antifonario, hum Missal Romano para se cantarem os Introitos, e hum Breviario[...]"⁵

Em 1798 colocaram no coro dois Breviários, que viriam a ser encadernados de novo em 1813⁶ e 1816⁷.

4 ANTT, Convento de Miranda, Santa Maria, Maço 13.

5 ADB, FMC, CSB, *Estados* n° 125.

6 ADB, FMC, Mosteiro de Miranda, Livros vários n° 2, f. 57 e f. 60.

7 ADB, FMC, CSB, *Estados* n° 125.

2.3.2 Cantores e instrumentistas

Fr. Manuel Bravo, cantor e instrumentista, músico da Capela de Música do Mosteiro de S. Bento da Vitória no Porto, teve a seu cargo a abadia de Miranda entre os anos de 1707 a 1710.⁸ No triénio de 1758 a 1761, o Mosteiro de Miranda teve por abade Fr. Domingos de S. José, monge dotado de conhecimentos musicais, entendido em cantochão e canto polifónico.⁹

Em 1792, o mosteiro de Miranda tinha 5 monges conventuais. De acordo com o catálogo dos monges inserido nos *Estados*, o Abade do Mosteiro Fr. Feliciano da Conceição, exercia também o cargo de organista. No triénio seguinte, Fr. Feliciano deixou o Mosteiro de Miranda, ficando o mosteiro sem organista. O Abade do Mosteiro era então Fr. Francisco de S. José.

Durante os anos de 1796 a 1798 Fr. António de Santo Atanásio exerceu funções de notário, assinando o *Livro dos Conselhos*. Nos *Estados* de 1798 vem mencionado como organista. Os *Estados* dos anos seguintes, até ao ano de 1831 inclusivé, não referem Cantores ou Organistas, havendo no Mosteiro nessa altura 3 a 5 monges. A lista dos monges conventuais de 1828, contem o nome de Fr. Manuel de Santo Elias¹⁰, mas não tem indicação de qualquer função.

Quadro nº 3
Organistas

Nome	Data	Função	Outras funções
Fr. Feliciano da Conceição	1792	Organista	Abade
Fr. António de Santo Atanásio	1798	Organista	Notário

ADB, FMC,CSB, *Estados* nº125

8 AS, Ms de Fr. Francisco de S. Luís, f. 10. Ver D. Gabriel de Sousa e Carlos Aguiar Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria de Miranda e os seus Abades*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 1984, p. 31.

9 *Idem*, pp. 38-39.

10 Ver Dicionário de Músicos Beneditinos.

2.3.3 Património organológico

A referência mais antiga, relativa aos órgãos do mosteiro data de 1632. O *Estado*, mencionando *as obras que se fizeram na casa* relata o seguinte:

"[...] fizeram-se huns órgãos, fundio hum sino em que acrescentou 44 arrates de metal novo. fes o coro[...]"¹¹

Passados treze anos, os Padres Comissários do Abade Geral da Congregação, em Visita ao Mosteiro, a 7 de Janeiro de 1645 lamentaram o mau estado de conservação de um órgão pequeno colocado no coro. No relatório da Visita ficou exarado o seguinte:

"[...] Constounos que estava o Realejo deste Mosteiro mui desbaratado. e falta de algumas frautas por rezão de estar no choro onde se pode entrar sem nenhum impedimento por estar aberto e porque este instrumento custou dinheiro consideravel e he peça que se deve conservar com todo o resguardo mandamos ao muito Reverendo Padre Dom Abbade que com a mayor brevidade possível lhe mande fazer humas portas dobradiças, com seu ferrolho e chame pera seu resguardo, ou em quanto se não faça se ponha huma porta no choro com chave pera que não entre nelle que lhe possa fazer dano[...]"¹²

Passado um ano, os Visitadores verificaram que o realejo se mantinha nas mesmas condições, chamando a atenção do Abade do Mosteiro Fr. Roberto dos Reis, para que fossem colocadas umas dobradiças no instrumento:

"[...] Revalidamos o capitulo de nossa vizitação passada em que pediamos ao muito Reverendo Padre Dom Abade que pusesse humas dobradiças no realejo pera com isso ficar mais resguardado e se obviar a lhe faltarem mais frautas [...]"¹³

Dos relatórios das Visitas transparece a ideia de que o realejo estava abandonado e assim terá permanecido durante anos. Os órgãos do Mosteiro e o realejo viriam a ser restaurados respectivamente em 1650 e 1668, conforme os relatórios dos *Estados* desses anos:

11 ADB, FMC, *Estados* nº 125.

12 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 146.

13 *Ibidem*.

"[...] Reformarãose os orgãos de trinta frautas, folles e muitas teclas que ha muitos anos não serviam [...]"

"[...] Posse o realejo reformado de todo e afinado[...]"¹⁴

Em 1728, o Padre *Gastador* apresentou uma despesa no valor de três mil e duzentos reis no concerto de um órgão. Nesse mesmo ano foi colocado no coro um realejo.¹⁵

O Livro das Obras do Mosteiro menciona o concerto do órgão efectuado em 1728. Em 1784, o mesmo livro apresenta uma despesa no valor de dez mil e trezentos e vinte reis paga ao organeiro pela sua intervenção no órgão.¹⁶

14 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 125.

15 *Ibidem*.

16 ANTT, Convento de Miranda, Santa Maria, Livro 15.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas do Geral*, nº 146, nº 155.

FMC, CSB, *Estados* nº 125.

FMC, Mosteiro de Miranda, Livros vários nº 2.

II. Arquivo Nacional Torre do Tombo

Convento de Miranda, Santa Maria, Maço 13.

III. Arquivo de Singeverga

Ms de Fr. Francisco de S. Luís

Livro das Vidas dos Monges que falecerão neste Mosteyro de Santo Tyrso

B. Bibliografia

Sousa, D. Gabriel e Gomes, Carlos Aguiar, *O Mosteiro de Santa Maria de Miranda e os seus Abades*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 1984.

Sousa, Gabriel de, "Beneditinos", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 377-378.

2.4 O Mosteiro do Neiva (S. Romão)

Introdução

Situado na margem direita do Rio Neiva, o Mosteiro de S. Romão foi fundado na segunda metade do séc. XI. A pequena comunidade, então existente, juntamente com o seu fundador, o sacerdote Quendano, seguia a Regra de S. Bento.

Nos finais do século XV, o Mosteiro passou a ser governado por comandatários. Com a reforma monástica, a congregação beneditina, em 1569, tomou posse do Mosteiro. Nessa altura, além do Prior, viviam no Mosteiro mais três monges.

O primeiro Abade trienal foi Fr. João de Tavilla. Em 1769, o Mosteiro tinha oito monges do coro e três irmãos leigos, sendo D. Abade Fr. Joaquim de Santa Ana¹.

O Mapa do Mosteiro de S. Romão do Neiva, elaborado no século XVIII, descreve o Mosteiro do seguinte modo:

“[...] Esta situado este Mosteiro em numa planicee fertil entre os does Rios Lima e Neiva. Junto da estrada a Rial (?) que vem da Cidade do Porto para Vianna do Lima e dista desta villa numa legoa da de Espozende e duas legoas, e finalmente de de barcellos, e Ponte de Lima tres legoas. No anno de 1100 se deu principio e fundação deste Mosteiro por ordem, e mando de D. Paio Soares Caninhão varam illustre, e Senhor de muitas terras do Neiva. que com algumas delas o dotou. [...]”²

No documento vem ainda mencionado que o mosteiro tinha sete monges conventuais, apesar das Constituições Beneditinas indicarem que o número de monges deveria ser, no mínimo, treze.

Foi no século XVIII que o mosteiro viveu o seu período de maior prosperidade, tendo a igreja e o edifício conventual sido reconstruídos nessa época. A tribuna da Igreja veio de Tibães em 1750. No *Livro de Obras* ficou registado o seguinte:

“[...] foram precisos 18 carros para levar a Tribuna e os seus anjos de Tibães para este convento [...]”³

1 BPMP, Ms 1257, documento nº 3.

2 *Idem*, documento nº 12.

3 ADB, FMC, Mosteiro de S. Romão do Neiva. *Livro das Obras* nº 158 f.21.

Nos princípios do século XIX, o mosteiro estava já em decadência. Com a extinção das Ordens monásticas, a Igreja passou a paroquial, e o edifício conventual, foi vendido a particulares, ficando a Igreja ao serviço paróquia.

2.4.1 Actividade musical

A leitura dos relatórios das *Visitas* efectuadas ao Mosteiro, ao longo dos séculos XVII e XVIII, quer pelo Abade Geral da Congregação, quer pelos Padres Visitadores, permite afirmar ter sido o Mosteiro de S. Romão do Neiva, um mosteiro zeloso no ofício Divino.

Em 1611, sendo Abade do Mosteiro Fr. Filipe da Graça, os Visitadores Fr. António dos Reis e Fr. Golias Martinho, deixaram algumas instruções relativas ao ofício das Matinas e ao estudo das lições e ofícios particulares de Nossa Senhora. O texto diz o seguinte:

"[...] E porque com a ocupação dos ofisiais não podem os Religiosos todos hir a matinas rezandose ellas pella manhã no Inverno, o padre dom Abbade presente e futuro fechadas as portas como devem as Ave Marias despensados os religiosos ofisiais dos ofisios que tem, farão hir a matinas nas que se rezarão com o saltério posto na estante e candieiro azezo, e depois das matinas avera oração mental com lisão na forma que se costuma na nossa ordem, isto do primeiro de Outubro, ate dia de Pascoa e de dia de pascoa por diante, em amanhecendo se irão as matinas rezar antes de se abrirem as portas e os ofisiais se ocuparem em seus oficios os quais se dirão com a oração e lição na forma sobredita, e as mais oras do dia em todo o tempo se irão rezar a seu tempo como e costume nas outras casas, e se tangera depois do gentar pera lição e pera rezar como costumamos, de nossa senhora, rezarão de does em does acabadas as matinas e depois da lição e nos sabados salve Rainha se canatar o que tudo mandamos em virtude de Santa obediência [...] Outro si porque em todas as cazas inda que pequenas se fazem as prossissões de nossa senhora nos primeiros domingos com missa cantada, o padre dom Abbade presente e futuro [...]"⁴

O Abade Geral da Congregação na *Visita* efectuada em 23 de Setembro de 1644, deixa também algumas recomendações sobre o Ofício Divino. O conteúdo do relatório, comum ao deixado a todos os Mosteiros pequenos, chama atenção para o facto do Ofício Divino ser a ocupação mais importante da vida monacal. Das indicações deixadas salientam-se as seguintes obrigações: cantar ou entoar a Antífona *Ave Stela* depois das Matinas, cantar ou entoar a Antífona *Salve Regina* depois das Completas; participação de todo o Convento na

⁴ ADB, FMC,CSB, *Visita dos Visitadores* nº 181.

Missa da Terça nos Domingos e dias de semana; Missa mensal de *Defunctis*, cantada⁵; Nesta visita o Abade verificou também o estado de conservação dos livros da Missa e do Coro:

“[...] Vimos por visita de olhos que o Livro das Missas estava todo desencadernado, e desbaratado e os breviarios e que não avia cadernos em a forma em que estivessem apontados os chirios, glórias e credos e que as grades do coro não tinham cortinas [...]”⁶

A Missa da Terça, de acordo com as regras da Congregação para os Mosteiros pequenos, devia ser sempre cantada aos Domingos, Festas da Igreja e Dias Santos. Esta determinação nem sempre era cumprida em todos os Mosteiros. Os comissários do Abade Geral em *Visita* ao Mosteiro no ano de 1649 foram confrontados com esta situação, deixando instruções para que se cantasse a Missa da Terça nos dias apontados.⁷ A partir da Provisão enviada a todos os Mosteiros, pelo Abade Geral Fr. Vicente dos Santos em 1686 a Missa da Terça deveria ser cantada diariamente desde que houvesse nos mosteiros cinco ou seis monges conventuais. A *Provisão*, confirmada durante vários anos⁸ mencionava também a obrigatoriedade do Canto das Vésperas nos Dias Santos. Os monges do Mosteiro de S. Romão nem sempre cumpriram esta normas, sendo advertidos novamente em 1717 pelos *Visitadores* quanto à obrigatoriedade de cantarem a Missa de Terça. A advertência ficou assim registada:

“[...] Contudo, como nos foi advertido, e nos consta, que senão cantão as Missas da Terça, todos os dias neste Mosteiro, o que he contra a constituição, que manda cantar a dita missa todos os dias aonde houver ao menos sinco monges, recomendamos ao Muito Reverendo Padre Dom Abbade e a quem prezeder fação cantar todos os dias a missa da Terça, e observar tudo maes, que a constituição manda observar nas cazas pequenas, no que lhe encarregamos a consciencia [...]”⁹

Apesar destas admoestações, o Mosteiro foi diversas vezes elogiado pelo seu cuidado na realização das cerimónias litúrgicas, conforme provam os relatórios da *Visita dos Visitadores* em 1657 e das *Visitas do Geral* em 1666 e 1718:

⁵ Ladaíña cantada aos domingos na Capela Mor, depois da *Missa de Terça*.

⁶ ADB, FMC, CSB, *Visitasdo Geral*, nº 146.

⁷ *Idem*, nº148.

⁸ A Provisão aparece nas actas das *Visitas* realizadas em 1689, 1695, 1698 e 1707. ADB, FMC, S. Romão do Neiva, *Livro das Visitas* nº171.

⁹ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores*, nº 185.

“[...] Fomos informados e viemos por vista de olhos que o officio divino se rezava as suas Oras pauzadamente, e as missas da terça nos Domingos e dias Santos se cantavão, fazendosse tudo com grande perfeição na forma que nossas leis dispoem se faça nas cazas piquenas acudindo o muito Padre Dom Abbade e maes Religiosas a suas obrigacoins com toda a pontualidade [...]”¹⁰

Nesta Visita ficou registado que havia, no entanto, a necessidade do mosteiro adquirir um “Livro de Canto dos Domingos do Advento e Quaresma”.

Em 29 de Maio de 1966, o Abade Geral da congregação deixou exarado em acta o seu apreço pelo Mosteiro de S. Romão :

“[...] Rendemos a Deus nosso senhor as grassas, e ao Nosso Santo Patriarcha pelo amor e claridade que achamos em todos os Religiosos deste Santo Concerto, e pelo concerto em que achamos esta caza assim no tocante ao espirital como no temporal, ao muito Reverendo Padre Dom Abbade, e a todos os Religiosos tambem os damos, encomendendo-lhe muito continuem com seu bom zelo e exercicios santos, assim do coro, como dos mais actos publicos pera que em tudo seia Deua muito honrado, e aos que os virem sirva de maior edificação e exemplo [...]”¹¹

A 3 de Junho de 1718, o Abade Geral Fr. Pedro dos Mártires escreveu no seu relatório:

“[...] Achamos nesta caza muita pas e concordia entre o Prellado e os subditos e entre estes muita amizade e que todos acodião as obrigações monasticas sem falta e no choro se fazião os officios Divinos com a perfeição possível pello que damos muitos louvores ao Muito Reverendo Padre Dom Abbade e a todos os Relligiosos e lhe pedimos muito encarecimento continuem no mesmo exercicios com o mesmo favor para que neste Mosteiro va sempre em argumento o louvor de Deus e a gloria de N. Santo Patriarcha[...]”¹²

Na Visita efectuada em 1739, o Abade Geral verificou que não havia condições para se realizarem os officios nocturnos, recomendando porém o zelo nos restantes officios:

10 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral*, nº184.

11 *Idem*, nº150.

12 *Ibidem*.

“[...] Como nesta caza, prezentemente não há Igreja e comodidade da boa asistencia do coro para as horas da morte, mandamos ao Muito Reverendo Padre Dom Abbade ou a quem prezedir, que os mais horas do Officio Divino satisfação com aquela pontoalidade e zello, que fiamos da sua boa observância. [...]”¹³

A partir de 1789, os monges do mosteiro de S. Romão passaram a estar dispensados em determinados dias do Canto das Vésperas e Completas. A ordem dada pelo Abade Geral Fr. José Joaquim de Santa Teresa era extensiva a todos os Mosteiros, com uma determinação específica para os Colégios. No *Livro das Visitas* ficou exposto o seguinte:

“[...] Permitimos aos Reverendos Padres Prezidentes que possuão com as suas comunidades dispensar o canto de vesporas e completa nas 3ª e 5ª feiras não sendo classicos, e nos mesmos dias dizer à noite Matinas, o que tudo se deve entender desde o primeiro de Mayo até 15 do mesmo inclusive; e nos collegios permitimos a dispensa de numa tarde tão somente dentro do referido tempo, e no mais mandamos ao Reverendo Padres Prezidentes fação continuar o coro, e Aula da mesma sorte que se estivessem os Prelados nos Mosteiros [...]”¹⁴

Os *Livros das Obras* do Mosteiro de S. Romão do Neiva têm anotadas várias despesas com os *Livros de Coro*, entre os anos de 1742 e 1766. Em 1742 o *Livro dos Cânticos* foi consertado tendo sido gastos setecentos e vinte reis. Em 1753, o Mosteiro adquiriu um Saltério novo. A sua compra ficou assim registada:

“[...] Dei para num Psalterio para o choro em papel e para a condução, e para papel imperial, que veyo com o mesmo Psalterio cinco mil, e nove centos.[...]
 [...] Dei para a condução do Psalterio da caza do recobeiro no Porto para o Convento num tostão, e do Convento para casa dezoito pur tudo setecentos, e sessenta [...]”¹⁵

Em 1766, há também um registo de compra de um *Livro de Cânticos e Hinos*:

“[...] Dei para quem fes o livro novo do choro de varias solfas, e Hinos, e de comprar alguns aparelhos, dons mil e oitocentos, e oitenta [...]”¹⁶

13 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral*, nº 158, f.73.

14 ADB, FMC, Mosteiro de S. Romão do Neiva, *Livro das Visitas* nº 172.

15 ADB, FMC, Mosteiro de S. Romão do Neiva, *Livro das Obras* nº 158, f.11.

16 *Idem*, f. 65V.

A prática musical no Mosteiro assegurada pelos monges músicos (Cantor Mor, cantores e organistas) era por vezes enriquecida com a vinda de pessoas de fora. Foi o que aconteceu em Abril de 1755, de acordo com a despesa anotada no *Livro do Gasto da Casa*:

“[...] Dei para missa e quem a cantou em acção de graças, quatrocentos e oitenta reis [...]”¹⁷

O Mosteiro de S. Romão do Neiva, tal como quase todos os mosteiros da congregação, comemorava o Dia de Reis com grande festa e muita música. Nesse dia, ao longo de muitos anos, vinham até o mosteiro moços jovens e criados das quintas para cantarem os *Reis*. O *Livro de Gasto da Casa* tem anotadas, entre 1695 e 1755, as ofertas dadas em Dia de Reis. Há também registo de uma oferta de Reis aos monges coristas do Mosteiro de Tibães no ano de 1703:

“[...] De que Deu o Nosso Padre Dom Abbade de Reys aos coristas em Tybaens mil coatro centos e corenta rs [...]”¹⁸

2.4.2 Cantores e instrumentistas

Em 1764, o Abade Geral da Congregação, Fr. Fernando de Jesus Maria José, exigiu na sua Visita ao Mosteiro de S. Romão do Neiva, que os monges a quem tinham sido atribuídas funções específicas elaborassem um caderno contendo as suas obrigações. As determinações ficaram assim exaradas:

“[...] Revalidamos o Capítulo com que se manda, atendendo a que de culpavel da missão para muitos Monges tem na averiguação de examinarem o que devem obrar no total desempenho dos officios que ocupão nos Mosteiros provem ignorancia, muitas couzas essencialmente necessarias para a satisfação dos seus empregos, se ordena a todos os monges que tiverem neste Mosteiro algum emprego, ou officio fação um caderno em que tenham tresladadas todas as obrigaçoens, preceitos, e determinaçoens que pertencem ao seu cargo, e officios assumem pellas Constitioçoens, ceremonias, Actas Capitulares, Pastoraes e vezitas: e no mesmo caderno ajuntarão alguns costumes que justamente estejam introduzidos nos Mosteiros e todos na hora da cerca das vezitas o terão sobre a banqua. [...]”¹⁹

17 ADB, FMC, Mosteiro de S. Romão do Neiva, *Livro do Gasto da Casa* nº 116.

18 *Ibidem*.

19 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 165.

Não há notícia destes cadernos onde estariam anotadas as obrigações do ofício de Cantor Mor, Segundo Cantor e Organista, bem como outras anotações particulares de cada Mosteiro. É no entanto possível identificar alguns dos monges nomeados em Conselho para exercerem funções de Cantor Mor ou Cantor entre os anos de 1761 e 1831. As reuniões de Conselho eram convocadas e presididas pelo Abade do Mosteiro. Os assuntos tratados diziam respeito à vida monacal, quer do foro espiritual quer aspectos de ordem prática e financeira. Embora a periodicidade destas reuniões fosse anual, os oficiais do convento eram nomeados de três em três anos, após a eleição do Abade.

O quadro seguinte apresenta as nomeações dos ofícios de Cantor Mor e Cantor:

Quadro nº 4
Cantores

Nome	Data da Nomeação	Função	Outras Funções
Fr. Bento de S. José	5 de Agosto de 1761	Cantor	
Fr. António de Santa Maria	20 de Junho de 1770	Cantor mor	Recebedor
Fr. Bento de S. José		Segundo Cantor	Enfermeiro Mestre de Cerimónias
Fr. Bento de S. José	7 de Junho de 1773	Cantor	Gastador do Convento Enfermeiro; Notário, Procurador das Demandas; e Mestre de Cerimónias
Fr. Bento de S. José	15 de Outubro de 1777	Cantor	
		Cantor	
Fr. Bento de S. José	30 de Maio de 1780	Cantor mor	Enfermeiro
Fr. Bento de S. José	28 de Maio de 1783	Cantor mor	Carturário
Fr. Bento de S. José	30 de Setembro de 1789	Cantor	Notário
Fr. António de S. José	29 de Maio de 1792	Cantor	Sacristão, Gastador, Notário do Convento e Conselho.
Fr. Bento de S. José	5 de Agosto de 1761	Cantor	
Fr. António de Sta Maria	20 de Junho de 1770	Cantor mor	Recebedor
Fr. Bento de S. José		Segundo Cantor	Enfermeiro, Mestre de cerimonias
Fr. Bento de S. José	7 de Junho de 1773	Cantor	Gastador do Convento, Enfermeiro, Notario, Procurador das Demandas e Mestre de Cerimónias
Fr. Bento de S. José	15 de Outubro de 1777	Cantor	
Fr. Bento de S. José	30 de Maio de 1780	Cantor mor	Enfermeiro
Fr. Bento de S. José	28 de Maio de 1783	Cantor mor	Carturário
Fr. António de S. José	30 de Setembro de 1789	Cantor	Notário
Fr. António de S. José	29 de Maio de 1792	Cantor	Sacristão, Gastador, Notário do Convento e Conselho
Fr. António de S. José	31 de Maio de 1795	Cantor	Sacristão, Gastador, Notário do Concílio e Convento e Depositário

Quadro nº 4
Cantores (Cont.)

Nome	Data da Nomeação	Função	Outras Funções
Fr. João Baptista do Desterro	22 de Junho de 1798	Cantor	Sacristão, Gastador, Notário do Convento e Concelho
Fr. António de S. José	28 de Maio de 1802	Cantor	Notário do concelho e do Convento e Dietário
Fr. António de S. José	30 de Maio de 1804	Cantor	Notário, Celeireiro
Fr. António de S. José	28 de Maio de 1807	Cantor	Notário e Celeireiro
Fr. Diogo de S. Bento	31 de Maio de 1819	Cantor	Procurador do Tombo
Fr. João de Santa Margarida	11 de Julho de 1831	Cantor	Gastador, Celeireiro, Mordomo

ADB, FMC, Mosteiro S. Romão do Neiva, *Livro dos Conselhos* nº 176

Através do "*Livro dos Monges Conventuaes que se mudão e vem conventuaes, para este Mosteiro de S. Romão*" é também possível identificar outros monges músicos conventuais do Mosteiro de S. Romão.

Quadro nº 5
Cantores e Organistas

Nome	Função	Data da chegada ao mosteiro
Fr. Francisco de S. José	Cantor	Julho de 1761
Fr. Bento de S. José ²⁰	Cantor	3 de Junho de 1763 5 de Junho de 1786
Fr. Manuel Bruno da Natividade	Cantor e Organista	6 de Julho de 1798
Fr. Manuel de Santo Elias	Organista	Julho de 1810 12 de Maio de 1813
Fr. José de Santa Escolástica	Cantor e Organista	21 de Maio de 1822
Fr. José de S. Luís	Cantor	27 de Julho de 1825

ADB, FMC, Mosteiro de S. Romão, Livro nº 167

O *Livro de Óbitos* do Mosteiro de S. Romão, intitulado "*Livro das Vidas e mortes dos Monges que tem falecido neste Mosteiro de S. Romão do Neiva*",²¹ relativo aos anos de 1713 a 1791, contém a biografia de alguns monges Cantores e Organistas. Fr José de Santa Maria foi organista em diversos mosteiros da congregação, tendo tomado o hábito no Mosteiro de Tibães em 1656. Fr. António da Trindade faleceu neste mosteiro no ano de 1728, tendo dedicado a sua vida monástica às funções de Cantor e Pregador. Fr. Manoel da Conceição, além de ter sido Abade deste Mosteiro, no ano da sua morte, em 1795, foi

²⁰ Frei Bento de S. José tinha sido nomeado cantor em 1761.

²¹ BPMP, Ms 1339, *Óbitos de S. Romão*.

também Cantor e Organista em diversos mosteiros. Fr. António de S. José exerceu a sua actividade de Organista em muitos mosteiros, vindo a falecer neste mosteiro de S. Romão em 1813.

2.4.3 Património organológico

O Mosteiro tinha pelo menos um órgão de tubos. A sua caixa foi pintada em 1712 pelo pintor David Alvarez. Nessa altura foram também pintadas as grades do coro, as estantes pequenas, um relógio, o Altar da Sacristia, os dormitórios, portas e janelas e outras pequenas coisas que precisavam de ser pintadas. O registo da despesa da afinação do órgão, realizada em 1767, ficou assim assinalado:

“[...] Dei para num Negro que afinou o órgão, quatrocentos, e oitenta res [...]”²²

Passados cerca de 15 anos, o Mosteiro iniciou a construção de um novo órgão. Os registos de despesas que se seguem dizem respeito ao seu transporte, à compra da madeira para a construção do someiro e ao conserto dos foles:

1783 "Gastos da condução do organ"

“[...] Dei para aluguer de does carroz, tres mulheres hum rapas, passagem de barco, e mais gastos que se fizerão com seis carroz = quatro mil e oito centos e vinte reis [...]”

1785 "Madeira castanha"

“[...] Dei para does castanheiros para o someiro do Organ treze mil, e quinhentos; de os arrancar trassar cento, e sessenta; e de serrar = does mil e sete centos e quarenta ... o que tudo soma = dezaseis mil, e quatrocentos reis [...]”

1786 "Pelica"

“[...] Dei para meya pelica para consertar os foles do Organ cento, e vinte reis [...]”

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC,CSB,*Visita dos Visitadores* , nº 181, nº 185.

FMC, CSB,*Visitas do Geral*, nº 146, nº 148, nº 150, nº 158, nº 165, nº 184.

FMC, S. Romão do Neiva, *Livro das Visitas* , nº 171, nº 172.

FMC, Mosteiro de S. Romão do Neiva. *Livro das Obras* , nº 158.

FMC, Mosteiro de S. Romão do Neiva. *Livro do Gasto da Casa* , nº 116.

FMC, Mosteiro de S. Romão, Livro nº 167.

FMC, Mosteiro S. Romão do Neiva. *Livro dos Conselhos* , nº 176

II. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 1257, documento nº 3, nº 12.

Ms 1339, *Óbitos de S. Romão*.

B. Bibliografia

Sousa, Gabriel, "Benedictinos". *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983. pp. 340-407.

2.5 O Mosteiro do Carvoeiro (Santa Maria)

Introdução

O Mapa de Monges Conventuais da Congregação elaborado em Maio de 1761, indica que o Mosteiro de Carvoeiro tinha, nessa altura, dez monges incluindo o Abade, Fr. Francisco de Santa Ana e um irmão leigo.¹

Situado no Vale do Neiva, na margem direita do rio, concelho de Viana do Castelo, o Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro remonta ao final do século IX ou princípio do século X. A vida monástica segundo os princípios da congregação, viria a ser estabelecida depois da morte do último comendatário Pero da Grã, em 19 de Fevereiro de 1602. O primeiro Abade trienal a assumir funções foi Fr. Prudêncio de S. Tomé. Tratando-se de um mosteiro pequeno, tinha, no entanto, um bom número de rendas e diversas quintas anexas, contribuindo deste modo para o erário da congregação.²

Fr. Francisco de S. Luís (Cardeal Saraiva), natural de Ponte de Lima, foi monge conventual no Mosteiro de Carvoeiro a partir de 1807. Em 1817, foi nomeado professor no Colégio das Artes em Coimbra e Lente substituto na Universidade de Coimbra. A sua ligação ao Minho manter-se-á, encontrando-se na vila que o viu nascer, em 1820, quando assume a vida política.³

2.5.1 Actividade musical

Em 19 de Setembro de 1644, Fr. Francisco de Coimbra, Abade do Mosteiro de Carvoeiro, recebeu a *Visita* do Abade Geral da Congregação Fr. António Carneiro. Do relatório dessas visitas emanam um conjunto de directrizes relativas ao Ofício Divino, com indicações precisas no tocante à música. O documento diz o seguinte:

¹ BPMP, Ms 1257, documento nº 3.

² Gabriel de Sousa, "Benedictinos", *Dicionário de História em Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 360-362.

³ Luís A. de Oliveira Ramos, "Frei Francisco de S. Luís no Minho". *Bracara Augusta*, vol. XX, Braga, Câmara Municipal, 1966, pp. 274-282.

"[...] He o officio Divino obra particular de Deus, como lhe chama Nosso Padre São bento, e o mayor e mais principal emprego dos que professão vida monastica: Pello que muito encomendamos ao Reverendo Padre Dom Abbade faça guardar o que Nossas Leys dispoem sobre o como se ha de cantar, e rezar no choro nas cazas onde ouver sinco ou seis monges, dando ordem com que regularmente assi se execute de modo que estando seis Monges Conventuais, em caza se faça pontualmente o que a Ley neste particular ordena, rezandose o officio divino nas horas que ella aponta com Ave Stella. ou salve cantada no fim das Matinas assistindo todos à Missa da terça a qual se rezará à sua hora, e dizendose a da prima no tempoque se dis nas demais cazas. E cantandose a de defunctis todos os Mezes com os demais sufragios, sendo possivel cantados, ou rezados quando não assistirem todos os Monges no Convento. [...] mandamos ao Reverendo Dom Abbade ou a quem em sua auzencia prezidir que dous dias na semana vindo todos os religiosos em o choro antes da Meditação faça rezar a Ladainha, e nos Domingos se dirá cantada na Capella mor depois da Missa da terça.[...]"⁴

Em 1649, a 17 de Dezembro os Commissarios do Abade Geral da congregação, na visita que realizaram ao Mosteiro, recomendaram que se cantasse mensalmente uma Missa pelos monges falecidos e a Missa de Nossa Senhora todos os sábados. À noite os monges deviam cantar as Antífonas *Salve Regina* e *Alma Redemptoris Mater*.

"[...] Encomendamos muito ao muito Reverendo Padre Dom Abbade presente e futuro e a seus Piores [...] como he costume nas cazas pequenas[...], que todos os Mezes se cante a Missa costumada por nossos Irmãos Defunctos. E ao sabbado a de nossa Senhora não faltando nos ditos sabbados a noute em se cantar sempre a salve, ou Alma Redemptoris Mater, conforme a obrigação. [...]"⁵

O Mosteiro do Carvoeiro tinha particular cuidado na realização do Ofício Divino. O relatório da Visita pelo Abade Geral realizada em 4 de Fevereiro de 1680 contém alguns elogios ao Abade do Mosteiro Fr. Domingos da Conceição. O Visitador recomendou que se cantasse a missa da Hora Terça aos Domingos, dias santos e dias dúplices que ocorressem durante a semana e a missa de defuntos às segundas feiras.

O texto diz o seguinte:

4 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº145.

5 *Idem*, nº.148, f. 108v.

"[...] Particularmente nos encomenda nosso patriarcha S. Bento em sua Santa Regra o cuidado do officio divino, e esta he a obrigação mais especial a que devem os monges e mais especialmente os Prelados e assim encomendamos ao muito Reverendo Padre Dom Abbade e presente e futuro zelem e tenham grande cuidado. que não aja descuido neste particular, e sem embargo de nos constar do zelo com que o muito Reverendo Padre Dom Abbade acode as obrigações do choro, e Altar, lhe pedimos e encomendamos muito o mesmo também em fazer cantar as missas da terça todos os domingos e dias santos, e tambem nos duplices, que vierem no discurso da semana, o que lhe não mandamos com preceito por foarmos de seu zelo que o fara com toda a perfeição[...] Fomos advertidos que neste mosteiro se não dizia nas segundas feiras a missa palos nossos irmãos defuntos e como este sufragio he de santa utilidade para as almas e os religiosos desta casa não estavam muito carregados de missas, pedimos ao muito Reverendo Dom Abbade mande reparir estas missas, e fazer se cantem nas segundas feiras ou rezem [...]"⁶

Em 1687, o Abade Geral Fr. João Osório verificou que no Mosteiro de Carvoeiro os monges não cantavam a Missa de Aniversário mensal. A advertência ficou registada nos seguintes termos:

"[...] Todos sabemos as obrigações, que temos as almas dos nossos irmãos e bemfeitores, por a virtude de huns nos grangeamos o que a devoção de outros nos deram para nos sustentarmos tam honradamente pelo que fomos advertidos, que nesta casa senão cantaria o Anniversario do mes, mandamos, e encomendamos muito ao muito Reverendo Padre Dom Abbade mande esta falta, e não dispense com tam justo obsequio com que devemos mostrar nos agradecidos as sobredittas almas cantandolhe daqui por diante todos os meses o Anniversario, como ordenam nossas constituições, e somente poderam entoar os quatro responsos, que nos mosteiros maiores se cantava.[...]"⁷

Os Visitadores Fr. João de S. Bento e Fr. José de S. Jerónimo verificaram na Visita efectuada ao mosteiro, em 23 de Novembro de 1717, que os monges nem sempre realizavam a Missa da Terça cantada, pelo que deixaram a seguinte advertência:

"[...] Tãobem se nos advertio, que muitos dias se não cantava a Missa da Terça, nem havia disciplina se não na quaresma, e Advento, nem havia Meditações e recolhimento no tempo do silencio [...]"⁸

6 *Idem*, nº 152.

7 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 153.

8 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 185.

Os monges de Carvoeiro foram também advertidos quanto à participação em manifestações musicais profanas. O Visitador, deu em 1722 indicações ao Abade do mosteiro que não autorizasse os monges a assistirem a representações de Comédias e *Intermezes* profanos, nem participassem em Romarias e Oragos.⁹

A leitura dos *Estados* elaborados no século XVIII, permite realçar o cuidado dos monges do Mosteiro de Carvoeiro palos Livros do Coro, evidenciado o seu uso nas cerimónias litúrgicas. O coro da Igreja foi construído em 1713. O relatório das obras efectuadas diz o seguinte:

"[...] Fesse hum coro de castanho com seu banco, frizo, quartelhas, e remates, tudo de talha. Fesse huma estante grande para os Livros do mesmo coro, pintado de preto com todos os seus filletes, quartellas douradas.[...] Fesse huma mesa com sua gaveta para estar a Capa para o Te Deum. Fesse hum Livro para o Te Deum, e mais couzas pertencentes ao coro. Fesse a porta que vai do coro para a caza dos orgãos, e se consertou a caixa delles. [...]"¹⁰

Em 1725, os monges compraram um Missal novo "*com o caderno moderno da Ordem*" e um Breviário. Reformaram o Pontifical, dois Saltérios e respectivos Processionários. O relatório das contas da sacristia do ano de 1725 apresenta uma despesa no valor de três mil e setecentos e dez reis na compra de um Missal e de "[...] hum Livro de solfa para o choro [...] ". No relatório das obras que se fizeram na Igreja vem mencionado que "[...] Puseram-se dous breviarios novos no choro e hum Livro de Solfa da Semana Santa[...]"¹¹ A partir de 1734, o Mosteiro passou a ter um Livro de Hinos e Cânticos e um Saltério que foram trazidos de Lisboa. O *Livro das Contas da Sacristia*, apresenta no ano de 1764, uma despesa no valor de doze mil trezentos e quarenta reis na compra de Missais e cadernos. O relatório das obras realizadas nesse ano registou as novas aquisições.

"[...] Três Missais, e quatro cadernos para as Missas de Requiem[...]"¹²

Em 1798, foram encadernados quatro Breviários do coro. A última referência encontrada relativa aos Livros Corais, data de 1807. Nesse triénio, de acordo com o relatório das obras realizadas, o coro foi revestido a talha e a estante remodelada. O autor do *Estado* registou que a estante coral era a peça mais brilhante existente no mosteiro.

⁹ *Idem*, nº 155.

¹⁰ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 123.

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Ibidem*.

2.5.2 Cantores e instrumentistas

Em 1761, o mosteiro contava com dez monges conventuais e um Irmão donato. Fr. João Marcos acumulava as funções de Organista e Cantor, exercendo também funções de subprior, enfermeiro e notário. Nos anos seguintes desde 1767 até 1780, as funções de Organista e Cantor foram desempenhadas por Fr. Francisco de Jesus Maria José. Em 1780, Fr. Francisco de Jesus Maria José foi eleito Abade do Convento, sendo a função de organista assumida por Fr. António de S. José. Em 1786, o mosteiro que ao longo dos anos não teve mais que doze monges conventuais, contava com três organistas, todos Padres Colegiais e um Cantor, ainda na condição de Irmão Colegial. Os *Estados* relativos aos triénios entre 1801 e 1807 não mencionam o nome de qualquer monge Organista ou Cantor. Só a partir do ano de 1810 são de novo referidas estas funções.

Quadro nº 6
Cantores e Organistas
[1761-1798]

Nome	Data	Função	Outras funções
Fr. João Marcos	1761	Organista	Subprior
Fr. Francisco de Jesus Maria José	1767	Organista, Cantor	Sacristão
	1769		-
	1773		-
	1776		-
Fr. António de S. José	1780	Organista	Celeireiro
	1783		-
Fr. Tomás do Sacramento	1783	Organista, Cantor	-
Padre Colegial Fr. Domingos de S. José	1786	Organista	-
Padre Colegial Fr. Bernardo de Maria Santíssima	1786	Organista	-
Padre Colegial Fr. António de Santo Atanásio	1786	Organista	-
Fr. António de Santo Atanásio	1795		Prior
Irmão Colegial Fr. José da Soledade	1786	Cantor	-
Fr. Bernardo de Jesus Maria	1798	Organista, Cantor	Prior, Vigário

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº123 e nº124 [a partir do ano de 1769]

Quadro nº 7
Músicos Conventuais
[1810-1822]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Mestre Jubilado Fr. João do Coração de Jesus	1810	Cantor Mor	Bibliotecário, Cartorário, Depositário, Dietarista
Fr. Bernardo de Maria Santíssima	1810	Organista	-
Fr. Feliciano de S. Bento	1813	Organista	Recebedor
Fr. Diogo de S. Bento	1813	Cantor Mor	-
Fr. Manuel de S. Victorino	1816 1819	Organista	- Notário, Dietarista, Bibliotecário
Fr. Manuel Xavier da Conceição	1816	Cantor Mor	-
Fr. José de S. Bernardo	1819	Cantor Mor	Depositário
Fr. João de S. Bento	1822	Primeiro Cantor	Celeireiro

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº124

2.5.3 Património organológico

A referência mais antiga que se encontrou relativa aos órgãos do Mosteiro de Carvoeiro data de 1632. O *Estadista*, referindo-se às obras efectuadas na Igreja, diz o seguinte:

"[...] Renovarão-se os órgãos tirado o someiro e canos, e tudo o mais se fes de novo [...]".¹³

Em 17 de Novembro de 1639 os *Visitadores* do mosteiro, Fr. Cipriano Mendonça e Fr. Simão Borges deixaram a seguinte recomendação ao Abade Fr. Gregório da Cruz:

"[...] e outro sy lhe encomendamos que mande a limpar e concertar os órgãos, e cobrilos com alguns pannos de estopa por respeito do po [...]".¹⁴

Em 19 de Setembro de 1644, o Abade Geral da Congregação, Fr. António Carneiro, na *Visita* ao Mosteiro, mandou afinar o órgão:

¹³ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 123.

¹⁴ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 183.

"[...] Vimos outro si por vista de olhos que o Psalterio do choro estava todo deencadernado, e o missal por onde dizião as Epistolas, e que as quartinas das grades estão rotas, e não sirvião, e que o órgão estava desafinado. Pello muito encomendamos ao Reverendo Dom Abbade acuda com todo o cuidado ao reparo de todas estas couzas, per ser muito contra a perfeição de huma religião reformada haver estes desconcertos nos pertencentes ao culto divino e nos Mosteiros della [...]"¹⁵

Passados quatro anos, o Abade Geral verificou que o órgão não funcionava, dando, desta vez, um prazo de dois meses para se efectuar o seu restauro:

"[...] E porque outro si nos foi advertido que era necessario concertaremse os orgãos, lhe mandamos que dentro de dous mezes os mande reparar, e fechar as portas d'elles [...]"¹⁶

Não se sabe se esta ordem terá sido cumprida. A notícia posterior encontrada sobre a afinação do órgão é de 1650, constando no *Estado* desse mesmo ano:

"[...] O órgão se afinou e lhe puzerão muitos canos novos que lhe faltavão e folhas de novo [...]"¹⁷

Na primeira metade do século XVIII há notícia de várias intervenções no órgão. Em 1713, a sua caixa foi restaurada e em 1728 fez-se uma tribuna para o colocar. O relatório das contas do *Padre Gastador* apresenta despesas no valor de sete mil seiscentos e oitenta reis no conserto do órgão. O relatório das obras realizadas em 1734, menciona o seguinte:

"[...] Puzeramsse vidraças nas frestas da torre, e na caza dos folles, e se reformaram as mais da casa. Forrouse a caza dos folles, e se telhou de argamasso [...]"¹⁸

O mosteiro adquiriu um órgão novo em 1813. No relatório do *Estado* ficou anotado o seguinte:

15 ADB, FMC, CSB. *Visitas do Geral*, n.º 146.

16 *Idem*, n.º 147, f. 61.

17 ADB, FMC, CSB. *Estados* n.º 123.

18 *Ibidem*.

"[...] Fesse hum órgão de doze novo por estar o velho incapas de servir, e de que nada se pode aproveitar. à excepção da caixa, e por isso não ademetia conserto algum: cuja obra era da ultima necessidade afim de se poderem cantar as Missas [...]"¹⁹

O novo órgão viria a ser limpo e afinado em 1819.

¹⁹ ADB, FMC, CSB, *Estados* n° 124.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Estados* n° 123, n° 124.

FMC, CSB, *Visitas do Geral*, n° 145, n° 146, n° 147, n° 148, n° 152, n° 153.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 183, n° 185, n° 155.

II. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 1257, documento n° 3.

B. Bibliografia

Sousa, Gabriel, "Benedictinos", *Dicionário de História em Portugal*, vol II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 360-362.

2.6 O Mosteiro de Palme (S. Salvador)

Introdução

A fundação do Mosteiro Beneditino de Salvador de Palme¹ remonta ao séc. XI. Situado entre os rios Cávado e Neiva, este pequeno Mosteiro esteve para ser extinto no séc. XVI, prosseguindo, no entanto, a sua vocação graças ao parecer favorável do Arcebispo de Braga D. Frei Bartolomeu dos Mártires. No séc. XVII, de acordo com o *Mapa dos Monges Conventuais dos Mosteiros da Congregação*, elaborado em 1761, o Mosteiro de Palme contava com dez monges e dois Irmãos leigos.² Em 1787, Fr. Manuel Joaquim de Santa Ana e Fr. Pedro da Conceição descreveram assim o Mosteiro:

"[...] Está o Mosteiro do Salvador de Palme situado no termo da villa de Barcellos donde dista duas Legoas; em citio Planio, e a meno junto da Estrada Real, que corre da dita villa para a de Vianna esta muito bem reedificado na mayor parte, e na parte que falta se vay continuando a por-se nos mesmos termos: tem doze selas ou cobiculos para abitação dos Monges[...]"³

Com a extinção da Congregação de S. Bento e a consequente expulsão dos monges no ano de 1834, o mosteiro viria a ser vendido pondo-se termo à vocação para a qual havia sido criado.

2.6.1 Actividade musical

Em 27 de Setembro de 1644, Fr. Bento da Glória, Abade do Mosteiro de Palme, recebeu a Visita do Abade Geral da Congregação Fr. António Carneiro. Do relatório dessa visita emanam algumas directrizes relativas ao Offício Divino, com indicações precisas no tocante à música. O documento diz o seguinte:

¹ A freguesia de S. Salvador de Palme, a que o mosteiro pertencia, foi extinta em 1833, unindo-se à de Santo André de Paivães. Nessa altura o mosteiro passou, então, a designar-se por Santo André de Palme.

² BPMP, Ms 1257, nº 3. Os Mosteiros de S. Romão do Neiva, Ganfei, Carvoeiro e Arnoia, tinham um número semelhante de monges conventuais. Os Mosteiros de Miranda e Cabanas eram ainda mais pequenos. Tibães, Santo Tirso, Basto, Rendufe e Pombeiro eram considerados *Casas grandes*.

³ BPMP, Ms 1257, nº 14.

"[...] He o officio Divino obra particular de Deus, com lhe chama Nosso Padre S. Bento, e o mayor e mais principal emprego dos que profissão vida monastica: Pello que muito encomendamos ao reverendo Padre D. Abbade faça guardar o que Nossas Leys dispoem sobre o com se Ha de cantar, e rezar no choro nas cazas onde ouver sinco ou seis Monges, dando ordem com que regularmente assi se execute de modo que estando seis Monges Conventuais, em caza se faça pontualmente o que a Ley neste particular ordena, rezandose o officio divino nas horas que ella aponta com Ave stella, ou salve cantada no fim das Matinas assistindo todos à Missa da 3ª a qual se rezara à sua hora, e dizendose a da prima no tempo que se dis nas demais cazas. E cantandose a de defunctis todos os Mezes com os demais sufragios, sendo possível cantados, ou rezados quando não assistire quem em sua auzensia prezidir que dous dias na semana vindo todos os religiosos em o choro antes da Meditação faça rezar a ladainha, e nos Domingos se dirá cantada na Capella mor depois da Missa da 3ª [...]"⁴

Apesar de haver indicações claras quanto ao cumprimento do conjunto de serviços litúrgicos do Ofício Divino realizados ao longo do dia e da noite, verifica-se que ao longo dos séculos XVII e XVIII houve alguma negligência no seu cumprimento, sobretudo nos mosteiros em que havia um número reduzido de monges conventuais. Disso nos dá conta a Pastoral de Fr. José Joaquim de Santa Teresa, Abade Geral da Congregação, lida em todos os conventos no ano de 1783:

"[...] Para que não aja queixa mais bem fundada de que os Mosteiros pequenos são o azilo da siozidade[...] e não haver nellas observancia mandamos que havendo nellas o numero que a Constituição prescreve se observe inhellizementemente tudo que ella determina Livro 3º constituição 1º capítulo terceiro[...] e castigaremos irrevisivelmente aos que deixarem de cantar a missa de prima no sabbado, na segunda feira a dos Bemfeitores e todos os dias da 3ª [...]"⁵

No entanto, o Mosteiro de Palme, pese embora o número reduzido de monges conventuais, revelou ao longo dos tempos um cuidado especial relativamente à prática musical nele desenvolvida.

⁴ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral*, nº 146.

⁵ BPMP, Ms 1257, nº 25.

2.5.2 Cantores e instrumentistas

O quadro seguinte apresenta um conjunto de Cantores e Organistas do século XVIII e princípios do século XIX que exerceram funções no Mosteiro de Palme. Os seus nomes constam do Catálogo de Monges Conventuais inseridos no final dos relatórios trianuais denominados *Estados do Mosteiro*.

Quadro nº 8
Cantores e Organistas

Nome	Data	Função	Outras funções
Fr. António de Jesus Maria	1761	Cantor	
Fr. Antonio Coroa de Nossa Senhora	1761 1764	Organista	
Fr. José de S. Bento	1767	Organista	Prior e Vigário.
Fr. Félix dos Mártires	1767	Cantor	Sacristão
Fr. Manuel dos Serafins	1770	Organista	
Fr. António de Monserrate	1792	Cantor	Enfermeiro e Notário.
Fr. Bernardo de Nossa Senhora	1795	Cantor Mor	Notário.
Fr. Manuel de Conceição	1798	Cantor	
Fr. António de S. Atanásio	1810 1813	Organista	Prior, Vigário, Sacristão e Mestre de Obras.
Fr. António de S. José	1810	Organista	
Fr. Feliciano de S. Bento	1816 1819	Organista	

ADB, FMC, Congregação de S. Bento, *Estados* nº 119, nº 120

2.6.3 Património organológico

O estudo dos documentos relativos ao Mosteiro de Palme permite afirmar ter tido este Mosteiro, ao longo da sua existência, vários órgãos de tubos. A primeira referência encontrada sobre este instrumento encontra-se no relatório da Visita efectuada pelos Visitadores Padres Pregadores Fr. António dos Reis e Fr. Golias Martinho, ao Mosteiro de Palme, em 4 de Fevereiro de 1611. Este relatório dá conta do mau estado de conservação dos órgãos existentes neste Mosteiro. A recomendação dos Visitadores ao Abade do Mosteiro, Fr. Rogério dos Mártires, foi a seguinte:

"[...] e porque os órgãos desta casa tem necessidade de muito concerto ou desstroquarem com outros o padre dom Abbade sob pena de não ter voto em Capitulo Geral mandará concertar

feito (?) os ditos orgão antes que acabe seu tempo ou pello menos deixarão no deposito os dez cruzados que o padre dom Abbade passado tinha deixado e elle herdou [...]"⁶

Em 1653, o relatório dos *Estados* do Mosteiro dá conta que "mandousse concertar o Orgão[...]"⁷, não sendo possível identificar, no entanto, se este instrumento seria um dos órgãos mencionados anteriormente. Nos anos seguintes não há qualquer referência ao órgão do Mosteiro. Em 1671, os *Estados* referem que "Fesse huma mesa para se asentar o orgão [...]".⁸ Tratava-se de um órgão de pequenas dimensões, denominado *realejo*. Em 1728, o Coro da igreja foi pintando e revestido a azulejos, tendo nessa ocasião, sido também pintadas as estantes e a caixa do órgão ali colocado.

Em 1746, os monges mandaram construir um órgão novo. O relatório das contas do *Padre Gastador* menciona uma despesa no valor de "noventa e quatro mil novecentos e cincoenta e cinco reis". A descrição das obras realizadas no Mosteiro refere-se ao novo órgão do seguinte modo:

"[...] Fes-se hum orgão de seis com fundamento de doze, com rezisto de trombetas cuja caixa se pintou de verde com frizos de cor de ouro, obra que se julgou necessária para bem se fazerem as funções do coro pois hera realejo que havia alem de ser muy pequeno e ter seus desconcertos era diminuto no jogo, e se não podião tocar nelle as solfas modernas[...]"⁹

O relatório, inserido nos *Estados*, descreve ainda a nova estante de música. A reforma levada a cabo neste triénio, viria a ficar completa, no que diz respeito à música, com a colocação no Coro das seguintes obras:

"[...] Puzerão-se nos Livros do Coro em papel Imperial com Letra e solfa de estampilha Ladainha de N. Senhora Te Deu Laudamus, Kyrios por tons Glorias e Credos, canticos da dedicação da Igreja, os Hymnos do Tramito e Trasladação de Nosso Padre S. bento, os de S. António de Padua de S. Juliana de Falconoris, da comoração das Reliquias dos Sanctos; da Festa de Todos os santos da nossa ordem e de Nossa madre S. Gertrudes, e se encadernou o livro onde se achão estas obras em pasta [...]"

⁶ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 181.

⁷ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 119.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*.

Em 1755, o órgão foi afinado e os livros do Coro foram concertados. Nos anos de 1761 e 1795 o órgão foi novamente afinado e colocaram-se foles novos. O concerto efectuado em 1761, importou em seis mil e quatrocentos reis.¹⁰ Em 1816, o Mosteiro de Palme adquiriu um novo órgão. O estadista descreveu a sua construção do seguinte modo:

"[...] Fesse o novo orgão de doze, com perspectiva da talha moderna, pintada, e dourada ao gosto do tempo. [...] Formou-se Huma Escada nova de traves, e madeira de alto abaixo na torre dos sinos, em cujo vaco, se fizerão duas cazas de madeira de castanho; huma em que se assentarão os folles do òrgão resguardados de guardapô, e telhado; e a outra que serve para resguardo do relógio da mesma torre [...]"¹¹

A estante do Coro foi também pintada e nela foi colocado um livro novo de Missas cantadas:

"[...] Pintou-se a Estante grande do coro, com filetes dourados; e se encadernou o Missal grande da mesma estante; e se estampilhou de novo hum Livro, para por elle se cantarem as Missas dos dias Duplexes e classicus, muito principalmente nas festas do Santissimo Patriarca [...]"¹²

10 ADB, FMC, CSB, *Estados*, nº120.

11 *Ibidem.*

12 *Ibidem.*

Fontes e Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

I.Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146.

FMC, CSB, *Actas Capitulares* n° 314.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 181.

FMC, CSB, *Estados* n° 119, n° 120.

II. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 1257, n° 3, n° 14, n° 25.

B. Bibliografia

Lessa, Elisa, "A Música no Mosteiro de Palme nos séculos XVII, XVIII e XIX",
Barcelos Património, Barcelos, Câmara Municipal, 1995, pp. 81-88.

Sousa, Gabriel, "Benedictinos", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II.
Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 83-84.

2.7 O Mosteiro de Rendufe (Santo André)

Introdução

A fundação do Mosteiro de Santo André de Rendufe remonta ao século XI. O Patrono do mosteiro parece ter sido Egas Pais de Penegate, que lhe garantiu a prosperidade suficiente para os monges começarem a construir a sua igreja.¹

No século XIV, o mosteiro teve por Abade Mestre André Dias.² Este monge beneditino que nasceu em 1348, foi Mestre em Teologia, Canonista, professor universitário, e Bispo de Ajácio e de Mégara. Homem de grande erudição e cultura, escreveu diversas obras literárias. Em 1435, já no final da sua vida, Mestre André Dias escreveu um livro de *Laudes e Cantigas Espirituais*, (códice 61 da Biblioteca Nacional de Lisboa). Num convite à prática musical, o Bispo de Mégara escreveu:

"[...] viinde ora e viinde todos vos outros confrades e servos da confrarya do boo Jhesu, e commygo estes melodyosos cantares. hymnos, prosas e laudes, que aquy em este livro conpiley e escrevy aa honrra do boom Jhesu, [com] altas vozes cantade, baylade, dançade, orade, tangede, em orgoons, em atabaques, com trombas, com anafiis, com guytarras, com alaudes, e com arrabiis, ante o seu altar [...]

[...] orar, dizer e cantar, e com altas vozes braadar, estas prosas, estas canticas, estes laudes e hymnos e orações escriptas, feytas e conpostas per mym pobre bisp^o. meestre Andre Dias de Lisbõa. E fazede vos outros musicos e cantares devotos de Jhesu, e seus confrades sobre estas cantigas e orações, cantos musicos, contrapontos e chaãos, melodyosos e dolçes, por que muyto plaz ao senhor Deus Jhesu de o louvardes per vossos cantos [...]"³

O testemunho do Mestre André sobre a sua obra é segundo Mário Martins, uma das mais ardentes apologias da música religiosa daquele tempo.⁴

1 José Mattoso. "O Mosteiro de Rendufe (1090-1570)". *Bracara Augusta*, vol. XXIII. Braga, Câmara Municipal, 1969, pp. 45- 106.

2 Mestre André Dias foi Abade do Mosteiro entre 1401 a 1409 e depois Abade comendatário de 1409 a 1414. José Mattoso, *op. cit.*, p. 74.

3 *Laudes & Cantigas Espirituais de Mestre André Dias*, coligidas, anotadas & comentadas por Mário Martins S. J., Lisboa, Oficinas de Ramos, Afonso & Moita, ed. Mosteiro de Singeverga, 1951, p. 17.

4 *Ibidem*.

O Mosteiro de Rendufe sofreu também a decadência que se fez sentir de um modo geral nas ordens monásticas a partir de meados do século XIV. Com a morte do último comendatário e a tomada de posse do mosteiro por Fr. Pedro de Basto, o Mosteiro de Rendufe deu início à reforma monástica, restaurando a vida conventual e realização dos Ofícios Divinos. No campo da administração económica, começou também uma nova era, que haveria de prosperar ao longo dos tempos. O Mosteiro seria mais tarde considerado "casa grande", assumindo papel de relevo no conjunto vasto de mosteiros da congregação, devido aos seus avultados bens, que lhe advinham das terras e igrejas anexas que possuía.

O "Mapa" do Mosteiro de Rendufe, elaborado depois do ano de 1761, descreve este mosteiro do seguinte modo:

"[...] No Arcebispado de Braga, distante desta cidade Legoa e meia para a parte do norte, no concelho de entre Homem e cavado, que he da correição de Vianna. e entre aquelles dous Ryos, está o Mosteiro de Santo André de Rendufe, que hé da Ordem do Principe dos patriarcas S. Bento.[...] Tem dous dormitorios principais, noz quaes ha quarenta cellas, [...] sustenta commodamente trinta Monges, que actualmente tem, recolhe os hóspedes e peregrinos e dá as esmolas costumadas.

Antes das Ordens geraes prohibitivas de acceitar tinha este Mosteiro quarenta Monges conventuaes [...]"⁵

Outra descrição da Congregação de S. Bento de Portugal relativa aos anos de 1551 a 1784, que se conserva no Arquivo da Torre do Tombo, diz o seguinte sobre o mosteiro:

"[...] Acerca do mosteiro he o melhor da Religião tanto em quantidade como em qualidade regado e favorecido de fontes entre ellas huma que se fas estimavel pela experimentada bondade das suas agoas [...]"⁶

O actual templo da Igreja de Santo André de Rendufe foi construído nos anos de 1716 a 1719. No seu interior, existem ainda obras de talha associadas a Gabriel Rodrigues Álvares, bem como diversas imagens, o cadeiral, caixilhos das janelas e sanefas aplicadas nas paredes da Capela-Mor, da autoria de Fr. José de Santo António Vilaça, apesar da abóboda do Coro ter caído, danificando o cadeiral construído entre os anos de 1719 e 1725 e

5 BPMP, Ms 1257, documento nº 4. Parte deste documento foi transcrito por D. Gabriel de Sousa, "O Mosteiro de Rendufe na Congregação Beneditina Portuguesa". Braga, *Bracara Augusta*, vol. XXXV, nº 79-80, 1981, p. 216.

6 ANTT, Convento de Miranda-Santa Maria, Maço 2.

os claustros, bem como partes do restante edifício terem sofrido um incêndio em 1877.⁷ Apesar dos estragos sofridos, a Igreja do Mosteiro de Rendufe possui um importante conjunto de talha setecentista, representativa do primeiro estilo barroco e do estilo *rococó*. Sobre o mosteiro, Roberth Smith afirmou: "De todos os mosteiros do Minho o de Rendufe destaca-se, pela nobreza da fachada da sua igreja e pelo belo quadro que esta forma com o chafariz e as casas setecentistas do terreiro que domina."⁸

No Mosteiro de Rendufe houve grande actividade intelectual, conforme prova a existência do seguinte manuscrito do século XVIII, conservado na Biblioteca Pública Municipal do Porto: "*Poezias Lyricas que em Testamento de Gratidão ao Reverendíssimo Padre Mestre Doutor o Senhor Joze Joaquim de Santa Thereza, Preclarissimo Exgeral da Congregação Benedictinaofferecem Os Pastores d'Arcadia Tibanense, Rendufe, 1790*"⁹. Este grupo literário era formado por oito monges conventuais de Rendufe. Já nos finais do século XVII, havia no mosteiro um número considerável de monges letrados. A existência no mosteiro de um Colégio de Filosofia, trouxe a Rendufe monges de prestígio que aqui fizeram os seus estudos tornando-se, depois, grandes Mestres da congregação.¹⁰

2.7.1 Actividade musical

Em 1761 o Mosteiro de Rendufe tinha 34 monges do coro e 3 irmãos leigos.¹¹ Tratando-se de um mosteiro de grande actividade rural, com um património constituído por avultados bens, a sua influência social estendia-se às populações circundantes. Acrescentando a este facto o funcionamento do Colégio de Filosofia, com jovens colegiais participando na vida da comunidade, pode-se afirmar da importância e riqueza da vida musical no mosteiro. O "colégio" era uma instituição relativamente independente da comunidade monástica uma vez que possuía estudos e regulamento próprio, sendo, no entanto, dirigido pelo Abade Geral do mosteiro. A sete de Agosto de 1783 foram lidas no convento algumas pastorais do Doutor Fr. José Joaquim de Santa Teresa, Abade Geral da Congregação. Uma dessas pastorais era dirigida em particular ao Abade Geral e monges do

7 Roberth C. Smith, *Fr. José de Santo António Vilaça. Escultor beneditino*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 748.

8 Roberth C. Smith, "Santo André de Rendufe-Subsídios para a História da sua Igreja durante o século XVIII", *Bracara Augusta*, vol. XXIII, 1969, p. 44.

9 BPMP, Ms 391.

10 D. Gabriel de Sousa, "O Mosteiro de Rendufe na Congregação Beneditina Portuguesa", Braga, *Bracara Augusta*, vol. XXXV, n° 79-80, 1981, p. 211.

11 ADB, FMC, CSB, *Estados* n° 116.

colégio de Rendufe, contendo indicações precisas sobre o conhecimento e prática de cantochão exigidos aos colegiais.¹²

A existência no mosteiro de um grande número de músicos conventuais pode também ser comprovada no século XVII. O relatório da Visita, efectuada ao Mosteiro de Rendufe pelos Visitadores Fr. Bento da Esperança e Fr. Francisco dos Reis em 27 de Agosto de 1633, dá conta desse facto. As recomendações dos Visitadores apontaram para a necessidade de um maior empenhamento dos Padres Colegiais na participação do canto litúrgico, nomeadamente nas Matinas e Vésperas. Os Visitadores estranharam ainda o facto de não se cantar em polifonia. Por último sugeriram ao Abade do Mosteiro Fr. Feliciano da Graça, que nos dias de festas solenes e outros que julgasse necessário, mandasse vir de fora um Cantor Tiple. O texto diz o seguinte:

"[...] Porque nos foi zelado que nos dias das festas em que os Padres Collegiaes são obrigados por lei a cantar vesporas e ir a Matinas não se cantava nem hia a ellas nem se repicavão os sinos nos mesmos dias como he costume no collegio, e outro si por falta de Tiple avendo tantos Musicos em casa não se cantava canto de orgão nos taes dias, pelo que mandamos ao Reverendo padre Dom Abbade ordem que se escreva em hum papel que esteja perto do cohoros os dias em que os padres collegiais tem obrigação de cantar nele o officio divino e missas e pera que se cante com mais perfeição mande vir hum tiple todas as festas soleniaes em que os dittos Padres collegiaes tem obrigação cantar vesporas no choro, e mesmo fora nas festas do sanctissimo sacramento e na de nossa Senhora do Rozario, ordenando que nos taes dias aja sermão [...]"¹³

O costume de mandar vir músicos de fora era frequente nos mosteiros. As contas da sacristia do mosteiro de Rendufe apresentam várias despesas com músicos. O quadro seguinte contém as referências relativas ao século XVII.

Quadro nº 9
Despesas com Músicos
[1632 a 1671]

Referência	Data
"[...] Em Algumas cousasa pertencentes a sachristia que o Padre sacristão não pagou como forão Musicos, armações, e alqua cera oitenta e dous mil e setecentos e dezaseis reis [...]"	1632
"[...] Gastaram-se em Musicos, e charamelas nas festas trinta e sete mil e oitenta reis [...]"	1653
"[...] Deu para Musycos sincoenta e sinco mil novecentos e oitenta reis [...]"	1656
"[...] Deu pera musicos onze mil, e quinhentos e sessenta reis [...]"	1662
"[...] De muzicos que vierão em o primeiro anno mil e çem reis [...]"	1668
"[...] Deu para musicos, sette mil, e quatrocentos [...]"	1671

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº116

12 Ver I Parte, capítulo 3.

13 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 182.

Em 1644 o Abade Geral da Congregação Fr. António Carneiro recomendou a Fr. Anselmo da Purificação que zelasse pelo cumprimento das aulas semanais de canto e instrumento de tecla, fundamentais para a qualidade musical do serviço litúrgico realizado diariamente no mosteiro. As observações ficaram assim registadas:

"[...] Muito encomendamos aos Reverendos Padres Dom Abbade e Prior execute com particular cuidado a Ley que ordena que os Irmãos tenham tantos dias na semana exercicio de Canto, Tecla, e latim designando lhe Mestres pera todas estas couzas, zellando se não fação per functoriamente senão mui de proposito as ensine castigando assi aos que aprenderem como aos que ensinarem achando são remissos e descuidados, no que muito lhe encarregamos a consciencia [...]"¹⁴

Fr. António Carneiro não deixou de manifestar seu agrado pela forma como os monges realizavam os Ofícios Divinos:

"[...]Vimos por vista de olhos a Pontualidade com que os Religiosos deste Convento acodem ao choro, e mais obrigações da Religião a perfeição e pausa com que cantam e rezão os officios divinos [...]"¹⁵

Em 1649, a falta de lições de instrumento de tecla voltou a ser apontado pelos comissários do Visitador Geral, que recomendaram a compra de um instrumento para os monges puderem praticar. Nessa *Visita* observou também a inexistência de um Livro de Coro com as Antifonas que se cantavam na Festa de S. Bento. No relatório da *Visita* lê-se o seguinte:

"[...] E por aver falta no ensinar os irmãos a tanger Tecla, encomendamos muito ao Muito Reverendo padre Dom abbade dê ordem pera que alguns religiosos lhes dê lição pera o qual mandara comprar hum manichordio sendo necessario[...] E por haver falta no choro das Antiphonas das festas de nosso glorioso Patriarcha S. bento em cantochão, as mandara fazer o maes breve que puder [...]"¹⁶

No relatório das obras que se fizeram nos anos de 1647 a 50, vem mencionado a reforma de vários livros do coro. Na acta ficou exarado o seguinte:

"[...] Reformarao se todos os missaes encadernandolhes o canon, e missas de requiem e comprarãose dous missaes hum que se encadernou em bezerro novo dourado para as missas

14 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146.

15 *Ibidem*.

16 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral*, n° 147, f. 72v e f. 74.

mais solennes outro em bezerro atamarado ambos com seus registos e assi mesmo dous cadernos encadernados com a mesma perfeição[...] Puzerão se dous tapetes na sancristia huma estante para os livros que se fazem os officios divinos no coro baixo; e outro no coro [...]"¹⁷

No entanto, no ano seguinte, o Visitador Geral deu conta que o Mosteiro não tinha um Antifonário no coro, mandando que se tomassem as medidas necessárias com a maior brevidade possível:

"[...] Falta no choro hum antiphonario para as festas principaes que ou se devia gastar, ou desaparecer, rezão porque sera forçado entoarse o que se avia de cantar, pello que muito encomendamos ao muito Reverendo padre Dom abbade que com toda e brevidade o mande fazer para que não haja falta em huma couza que he tam essencial [...]"¹⁸

Na segunda metade do século XVII, os Visitadores do Mosteiro deixaram mais duas observações relativas à prática musical. Em 1660, foi novamente recomendado que se nomeasse um mestre para o exercício do canto. Os Visitadores lamentaram "[...] a falta que ha dos irmãos saberem levantar alguma antiphona [...]".¹⁹ Passados alguns anos, em 1667, sendo Abade do Mosteiro Fr. Matias de Santa Maria, os Visitadores verificaram que não se cantava a Missa de Terça, nas Festas de Primeira e Segunda Classes o que contrariava os costumes da Ordem.

"[...] Fomos advertidos que nas festas de primeira e segunda classe, em que ocorre domingo, primeiro, ou terceiro senão cantava a Missa da Terça como era costume de nossa religião sagrada. mandamos ao padre prior em virtude da santa obediência faça cantar nos tais dias a Missa de 3ª, e se não dispense [...] Fomos advertidos que se desião missas rezadas nos primeiros, e 3º domingos do mes, antes de se cantarem as da Senhora e do Senhor, o que era ocasião de se hir a gente e não assistir as missas cantadas, e prosissões. muito encomendamos ao padre prior zelle com todo cuidado senão digão missas antes das que naquelles dias se cantão pra que a gente assista a ellas [...]"²⁰

Em 1746, os Comissários do Abade Geral congratularam-se com a espiritualidade da vida monacal e o cumprimento zeloso de todas as obrigações monásticas. Do texto da Visita consta o seguinte:

17 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 116.

18 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 148, f. 71.

19 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 184.

20 *Ibidem*.

"[...] Vimos a grande observância, que há neste Mosteiro; e a puntualidade, com que os Monges delle acodem as suas obrigações assim do choro, como da aula, e mais exercícios religiosos, tudo procedido do grande cuydado, exemplo, com que o Muito Reverendo Padre Dom Abbade os move [...]"²¹

Nos anos de 1750 e 1753 os Visitadores chamaram a atenção para a necessidade do cumprimento do *Cerimonial* Beneditino quer nas Missas rezadas quer nas cantadas, responsabilizando o Mestre de Cerimónias sobre as faltas cometidas. Na acta referente a 1750, ficou registado o seguinte:

"[...] Revalidamos o cappitulo das Vizitas passadas em que se manda em virtude de Sancta obediência ao Monge que servir de Mestre de Cerimónias que nos cappitulos clamem as faltas e de feitos que vir ou souber se cometem nas missas assim rezadas como cantadas, contra a cerimonia na forma que ella manda e que ao terceyro clamo nomeye os defectuosos por seus nomes e quando nomoe assim se emmendem. O Nosso Presidente Dom Abbade ou [quem] presidir no Mosteiro os mandará examinar das ditas ceremonias [...]"²²

Esta mesma advertência voltaria a ser feita na Visita de 1763, em que os Visitadores chamam a atenção em particular para as faltas cometidas nas Missas cantadas.²³

Nos séculos XVIII e XIX há vários registos relativos a concertos e aquisições de Livros do Coro. O quadro seguinte contém essas referências relativas aos anos de 1719 a 1816.

21 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 159, f. 98.

22 ADB, FMC, *Visitas dos Visitadores* nº 187. Robert C. Smith, "Santo André de Rendufe-Subsídios para a História da sua Igreja durante o século XVIII", *Bracara Augusta*, vol. XXIII, 1969, p. 25.

23 ADB, FMC, *Visitas dos Visitadores* nº 187, nº 188.

Quadro nº 10
Livros do Coro

Referência	Data	Observações
"[...] Deu para concerto dos Livros, e salteyros do Coro dezasseis mil, e trezentos reis [...]"	1719	"[...] Contas do gastado das obras da caza [...]"
"[...] Fesse hum Livro de pergaminho com a Missa de defuntos. Fesse hum Livro das oras divinas, para quando se reza ou canta na capela mor. Fesse outro Livro de Hynos. Fesse outro Livro das festas partivullares que não avia que passou de cincoenta mil reis. Fesse outro Livro de canticos, e invitorios, chirios, glorias, e credos, que se esta emcademando [...]"	1731	"[...] Obras que se fizerão neste triênio. Coro [...]"
"[...] Para o coro se fozerão dous Livros com as solfaz que não havia para varias festas hum gradual para as Missas da mesma solenidade e se incadernou o missal e alguns breviarios e se pos hum de novo, e outro uzado e o caderno da ordem, e se reformou a taboa dos officios [...]"	1761	"[...] Obras que se fizerão no prezente triênio [...]"
"[...] Estampilhou-se hum novo Livro para o coro, que contem os officios da semana Santa , as duas Festas do Nosso santíssimo patriarcha, e varias outras cantorias que não havia, e de que se precisava; fica bem encadernado em bezerro, chapas e balmazias de latão [...]"	1810	"[...] Obras que se fizerão na Igreja. Mosteiro e cerca de Rendufe [...]"
"[...] se concertarão os livros do coro, Breviarios e Missaes [...]"	1813	"[...] Obras que se fizerão [...]"
"[...] Pozerão-se na mesma Capella mor, e choro capachos novos de esparto (?) hum Breviário, e Hum Livro de estampilha com Hymnos e canticos [...]"	1816	"[...] Obras que se fizerão no prezente triênio [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 117 [séc.XVIII], nº 118 [séc. XIX]

2.7.2 Cantores e instrumentistas

Pelo Mosteiro de Rendufe grandes Organistas e Cantores da congregação. Em 1673, foi Abade do mosteiro Fr. Rafael de Jesus, músico e professor de contraponto de Fr. Manuel da Piedade, que mais tarde viria também a estudar com Fr. Diogo da Conceição no Mosteiro de S. Bento da Vitória. Em 1784, Fr. Francisco de S. Luís (Cardeal Saraiva) iniciou no Colégio deste mosteiro o Curso de Filosofia, onde provavelmente exerceu também o cargo de organista.²⁴

Os quadros seguintes apresentam os músicos que foram conventuais no Mosteiro de Rendufe entre os anos de 1761 a 1795 e entre 1807 e 1822 mencionados nos catálogos dos *Estados*.

²⁴

Luís A. de Oliveira Ramos, "Frei Francisco de S. Luís no Minho", *Bracara Augusta*, vol. XX, Fasc. 45-46 (57-58), pp. 3-4.

Quadro nº 11
Cantores e Organistas
[1761-1795]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Padre Colegial Fr. Boaventura de S. José	1761	Cantor, Organista	
Padre colegial Fr. José de S. Francisco	1761	Organista	
Padre Colegial Fr. Francisco da Anunciação	1761	Segundo cantor	
Fr. João do Espírito Santo	1764	Organista	
Fr. Libório da Graça	1764	Primeiro Cantor, Organista	
Fr. José de Santa Escolástica	1764	Segundo Cantor, Organista	
Fr. Joaquim de Santa Clara	1764	Organista	
Fr. Marcelino de S. José	1764	Organista	
Fr. Manuel de Santa Gertrudes	1767, 1770 1773 1783, 1786	Organista Organista, Cantor Mor Organista, Cantor Mor Organista	"Recebedor, Recebedor e Subprior Primeiro Procurador, Vigário dos Moços Recebedor"
Fr. Gilberto da Trindade	1770, 1773	Organista	
Fr. João Marcos de S. José	1773	Organista	
Fr. Tomás do Sacramento	1773	Primeiro Cantor	
Fr. José Joaquim de Santa Ana	1780	Organista	
Padre Colegial Fr. Manuel do Rosário	1786	Cantor	
Padre Colegial Fr. António da Soledade	1789	Organista	
Padre Colegial Fr. Manuel dos Prazeres	1789	Organista	
Padre Colegial Fr. Manuel de S. Vitorino	1789	Organista	
Fr. António Joaquim de Nossa Senhora	1795, 1798	Organista	
Fr. Manuel de S. Vicente	1795	Organista	

ADB, FMC, CSB, *Estados* 117.118

Quadro nº 12
Cantores e Organistas
[1807-1822]

Nome	Data	Função	Outras funções
Fr. António de Santo Atanásio	1807	Cantor Mor, Organista	"Subprior"
Padre colegial Fr. Francisco de S. Bento	1807, 1810	Organista	
Fr. Feliciano de S. Bento	1810	Organista	
Fr. Manuel de Santo António	1810	Cantor, Organista	
Fr. António de S. José	1813	Organista	
Fr. José de Santa Escolástica	1813	Organista	
Padre Colegial Fr. João das Neves	1813, 1816	Cantor, Primeiro Cantor	
Padre Colegial Joaquim de S. Plácido	1816	Segundo Cantor	
Padre Colegial Fr. Bento da Soledade	1819	Organista	
Padre Colegial Fr. Manuel do Patrocínio	1822	Organista	

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 118

Os quadros seguintes referem-se a colegiais do Mosteiro de Rendufe que não tinham obtido Ordens Sacras e que vêm também mencionados como cantores e organistas nos catálogos dos monges conventuais.

Quadro nº 13
Colegiais Cantores e Organistas
[1767-1792]

Nome	Data	Função
Fr. Feliciano da Conceição	1767	Organista
Fr. Francisco de Paula	1783	Organista
Fr. Bernardo de Maria Santíssima	1783	Organista
Fr. Francisco de S. Luís	1783	Organista
Fr. Manuel do Rosário	1783	Cantor
Fr. Luís dos Serafins	1783	Organista
Fr. Feliciano de S. Bento	1786	Organista
Fr. Manuel de S. Vitorino	1786	Organista
Fr. Manuel José da Conceição	1786	Organista
Fr. Diogo de S. Bento	1786	Cantor
Fr. António dos Anjos	1786, 1789	Cantor
Fr. Custódio de S. José	1789	Organista
Fr. Manuel de Santo Elias	1789	Organista
Fr. Manuel de Santo António	1789, 1792	Organista
Fr. Bernardino de Santa Cecília	1792	Organista

ADB, FMC, CSB., *Estados* nº 117

Quadro nº 14
Colegiais Organistas e Cantores
[1810-1822]

Nome	Data	Função
Fr. Joaquim do Coração de Jesus	1810	Organista
Fr. Luís dos Serafins	1819	Primeiro Cantor
Fr. Joaquim de Santa Ana	1819	Segundo Cantor
Fr. José de S. Bento	1819	Organista
Fr. João da Graça	1819	Organista
Fr. João de Maria Santíssima	1822	Primeiro Cantor
Fr. João de Santa Margarida	1822	Segundo Cantor
Fr. Francisco do Rosário	1822	Organista

ADB, FMC, CSB., *Estados* nº118

2.7.3 Património organológico

O Mosteiro de Rendufe teve ao longo da sua existência diversos órgãos de diferentes dimensões. A notícia mais antiga que se conhece relativamente a este instrumento data de 1628. O Abade Geral Fr. Roberto de Jesus mandou no triénio de 1626 a 1629 forrar o tecto da nave central da igreja, restaurar as duas naves laterais e reconstruir os órgãos.²⁵ No relatório das obras efectuadas nesse triénio consta o seguinte:

"[...] consertaram-se as vidraças que estavam quebradas e os órgãos que todos foram desfeitos[...]"²⁶

Passados cinco anos Fr. Bento da Esperança e Fr. Francisco dos Reis na Visita realizada a 27 de Agosto de 1633, constataram o mau estado de conservação do órgão do mosteiro deixando ordens para que este fosse resguardado e afinado:

"[...] E porque nos foi zellado que o órgão desta caza se perdia por não estar cuberto como convinha, não se afinar como he necessario mandamos ao padre Dom abbade que dentro em dous mezes manda vir Hum mestre perito que o afine, reformando as portas de sorte que posa estar fechado; [...]"²⁷

No período entre os anos de 1633 a 1652 não foi encontrada nenhuma referência sobre os órgãos do Mosteiro de Rendufe. Em 1653, o Abade Geral da Congregação, Fr. Manuel dos Reis, na Visita realizada ao mosteiro referiu-se ao órgão de Rendufe como o melhor de toda a Ordem. O seu estado de conservação não se coadunava, porém, com a sua importância. O Visitador Geral deixou expresso que, com toda a brevidade possível, a situação fosse alterada:

"[...] e outro si corria perigo o órgão desta caza sendo o melhor da ordem, por não estar seguro na parede, e lhe faltarem galhos de ferro que o prendao, e o maior cano delle estar arriscado a cair, pello que não somente pedimos, mas também mandamos ao muito Reverendo Padre Dom Abbade presente que logo com toda a brevidade acuda a remedear estas couzas no que lhe for possível [...]"²⁸

25 D. Gabriel de Sousa, "O Mosteiro de Rendufe na Congregação Beneditina Portuguesa", *Bracara Augusta*, nº 79-80, Braga, Câmara Municipal. 1981, p. 186.

26 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 116.

27 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 182.

28 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 148.

Além do órgão, o mosteiro possuía também, no século XVII, um *Manicordio* para estudo dos monges organistas.

No início do século XVIII, o órgão vinia a ser consertado e afinado. As contas do Gastador das obras da casa, apresentam em 1719, despesas no valor de "sinco mil e trezentos reis" para restauro do órgão. Neste triénio (1719 - 1722) os foles do instrumento foram consertados e o órgão foi afinado de novo.²⁹

A Igreja "nova" do mosteiro havia sido construída no triénio governado pelo Abade Fr. Manuel das Neves. No triénio seguinte, Fr. João de S. Bento completou a obra do seu antecessor, mandando fazer, entre outras coisas, sete novos retábulos. Nos anos de 1722 a 1725, as obras ornamentais da Igreja nova continuaram, decidindo o Abade Fr. Manuel de S. José mandar fazer um novo órgão. As contas das *Obras da Caza* constantes dos *Estados* elaborados em 1725, contêm a seguinte anotação:

"[...] Deu para o organ e talha para outro seiscentos e vinte [...]"³⁰

O Estadista fez a seguinte descrição das obras de construção do novo órgão:

"[...] Fizeramsse duas caixas correspondentes para os organs de talha. Fesse hum organ de doze que corresponde a vinte e quatro todo novo. Fica comesado o acrescentamento ao segundo organ para o que fuiqua o necessario para se acabar. Acrescentoussse e lacantoussse, forroussse, e madeiroussse e solhoussse e revocoussse a caza dos foles [...]"³¹

Em 1728, "[...] puzeram-se bases novas ou bacias por baixo dos orgaons de talha obrada ao moderno, e primorosamente dourados[...]"³²

Nos anos seguintes, há referências a diversas intervenções de manutenção nos órgãos do mosteiro. Em 1734,

"[...] consertarãosse e affinarãosse os órgãos, e tão bem se separarão humas aberturas da abobeda sobre o choro [...]"

29 ADB, FMC, CSB. *Estados* nº 116.

30 *Ibidem*.

31 *Ibidem*

32 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 117.

Os foles do instrumento viriam a ser reformados em 1740. Em 1752, o relatório das obras menciona que os órgãos e respectivos foles foram consertados várias vezes.³³ No triénio seguinte o Mosteiro gastou quarenta e nove mil seiscentos e noventa reis em concertos e afinação do órgão. Nessa ocasião foram colocados quatro foles novos.³⁴ A obra de talha dos retábulos da igreja, coro e instrumentos era de tal modo imponente que os commissários do Abade Geral da congregação, em Visita ao mosteiro em 24 de Janeiro de 1758, deixaram a seguinte ordem:

"[...] E porque o douramento dos retabulos desta igreja dos espaldares do coro, e das caixas, e tribunas dos órgãos, se conserve com luzimento e limpeza mandamos em virtude de santa obediência ao muito reverendo padre Dom Abbade que ao menos huma vez cada triénio o faça limpar com brochas por official, ou pessoa inteligente [...]"³⁵

No final do século XVIII, o órgão foi reconstruído e aumentado, ficando com vinte e quatro registos. Este restauro, de acordo com o *Estadista*, foi bastante apreciado:

"[...] Fez-se hum novo órgão de vinte e quatro, augmentando se lhe o número dos rezistos, o qual pulla melodia das vozes, e propriedade de seos respectivos rezistos tem merecido a approvação dos intelligentes. Não desaproveitando os restos do antigo [...]"³⁶

Em 1798, "[...] apeou-se o órgão para o qual se fizerão quatro foles novos, alguns conductores, e se concertarão outros [...]"³⁷

Além deste instrumento havia no mosteiro, pelo menos, mais um órgão pequeno e provavelmente um ou dois *manicordios* para estudo dos monges. Os *Estados* elaborados em 1764 e 1767 mencionam o concerto do órgão de pequenas dimensões. A despesa do *concerto do orgão piqueno* em 1764, foi de cento e dez mil e seiscentos reis.³⁸

O último órgão a ser construído no Mosteiro de Rendufe, antes da sua extinção, obedeceu a um plano de construção desenhado por Fr. Domingos de S. José Varela, em

33 *Idem*, nº 116.

34 *Idem*, nº 117.

35 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 163, f. 104.

36 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 118.

37 *Ibidem*.

38 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 117.

1810. O seu construtor foi o organeiro Manuel de Sá Couto, natural do lugar da Ponte de Lagoncinha.³⁹ Fr. Domingos de S. José Varela, aproveitando a tubagem, os foles e a caixa do órgão construído em 1795, desenhou onovo órgão, que só viria a ser concluído no triénio seguinte.⁴⁰ As obras que então se fizeram foram descritas do seguinte modo:

"[...] Fica encomendado, quazi feito, e pago hum novo órgão, servindo paraelle parte da canaria do velho, folles e caiza conforme hum plano que fez o Padre Frei Domingos de S. José Varella: o Mestre hé Manoel de Sá Couto da Ponte da Lagoncinha, e não fica assente pelas circunstâncias do tempo o não terem permitido [...]"⁴¹

Actualmente restam alguns fragmentos da caixa do órgão do lado do evangelho. Segundo Roberth Smith as caixas dos órgãos são da autoria de Gabriel Rodrigues Álvares, entalhador beneditino da 1ª metade do século XVIII que construiu também as caixas dos dois órgãos da Igreja do Mosteiro de S. Bento da Vitória.⁴²

Na Capela do Santíssimo da Igreja do mosteiro, existe um órgão pequeno de armário do século XIX⁴³, com um teclado manual de 54 notas ladeado de 6 manípulos do lado esquerdo e 7 do lado direito, correspondentes aos seguintes registos:

"Dolsaina tapada	Boê
Cheio a 4	Cheio a 4
Desanovena	Dozena
Flautado	8º Real
Violam	Flautado
	Flauta"

39 Manuel de Sá Couto construiu diversos órgãos da região do Minho. Segundo Ernesto Vieira, este organeiro morreu por volta do ano de 1846, tendo aprendido a arte de organaria com Fr. Domingos de S. José Varela. *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, p. 11.

40 Manuel Valença tinha apontado a hipótese de Fr. Domingos de S. José Varela ter tido uma intervenção no órgão de Rendufe, comparando-o em semelhança ao órgão do Mosteiro de S. Bento da Vitória. Ver *A Arte Organística em Portugal (c.1326-1750)*, Braga, Editorial Franciscana, 1990, pp. 273-274.

41 ADB, FMC, CSB., *Estados* nº 118.

42 Robert C. Smith, "Santo André de Rendufe - Subsídios para a História da sua Igreja durante o século XVIII", *Bracara Augusta*, vol. XXIII, Braga, 1969, p. 20.

43 O órgão, embora funcione, necessita de restauro.



Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Estados* nº 116, nº 117, nº 118.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 182, nº 184, nº 187.

FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 159, nº 146, nº 148, nº 163.

II Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 1257, documento nº 4.

Ms 391.

III. Arquivo Nacional Torre do Tombo

Convento de Miranda-Santa Maria, Maço 2.

IV. Arquivo de Singeverga

Livro do Noviciado do Mosteiro de Rendufe.

B. Bibliografia

Castelo Branco, Camilo, *Mosaico e Sylva de curiosidades históricas, litterarias e Biographicas*, Porto, 1868.

Mattoso, José, "O Mosteiro de Rendufe (1090-1570)", *Bracara Augusta*, vol. XXIII, Braga, 1969, pp. 45-106.

Smith, Robert C., "Santo André de Rendufe - Subsídios para a História da sua Igreja durante o século XVIII", *Bracara Augusta*, vol. XXIII, Braga, 1969, pp. 7-44.

Sousa, D. Gabriel de, "O Mosteiro de Rendufe na Congregação Beneditina Portuguesa", *Bracara Augusta*, vol. XXXV, Braga, 1981, pp. 171-219.

Sousa, José João Rigaud de . "Mosteiros do Concelho de Amares", *Mínia*, nº 3, Braga, ASPA, 1979, p.27-43.

Valença, Manuel, *O Órgão na História e na Arte*, Braga, Editorial Franciscana, 1987.

Valença, Manuel, *A Arte Organística em Portugal (c.1326-1750)*, Braga, Editorial Franciscana, 1990.

Vieira, Ernesto, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900.

2.8 O Mosteiro de Refoios de Basto (S. Miguel)

Introdução

O Mosteiro de S. Miguel de Refoios (ou Refojos) pertence ao concelho de Cabeceiras de Basto. A sua origem remonta a finais do século XI. Debaixo do governo dos abades perpétuos, o mosteiro adquiriu grandes rendimentos. Por volta do ano de 1403, viviam no mosteiro sessenta e sete religiosos.¹ Com a entrada dos comendatários no século XV, o mosteiro sofreu as consequências naturais de tal governo. Em 1549, o Papa deu ordem para a sua extinção, mandando aplicar as suas rendas na fundação de um colégio beneditino em Coimbra. O mosteiro tinha nessa altura como comendatário Fr. Diogo de Murça, que perante a resistência dos monges pediu ao papa Paulo IV que revogasse a bula do seu antecessor, permitindo a continuação do mosteiro. O seu último comendatário foi D. João Pinto, cónego regrante de Santa Cruz de Coimbra e sobrinho de Fr. Diogo de Murça. Em 1569, a congregação beneditina tomou posse do mosteiro, na condição de dotar de uma pensão o excomendatário. Parte das suas rendas foram depois aplicadas no Colégio de Coimbra.²

O Mosteiro de Refoios foi desde logo considerado "Casa Grande". Nele funcionou um Colégio de Humanidades com seus cursos de Latim e Artes.

No século XVII, o mosteiro, e a sua igreja, em particular, foi alvo de remodelação. Frei Leão de S. Tomás, referindo-se ao mosteiro afirmou na sua *Benedictina Lusitana* :

"[...] Neste tempo presente tudo quanto vemos no Mosteyro de Refoyos (tirando os Dormitorios, Claustro, e outras officinas, que são de tempo mais antigo) tudo he renovado, ou feito de novo por industria dos Abbades triennaes. Vemos sua Igreja nova fermosa, e clara, capaz de recolher em si a grande freguesia que tem. Vemos seus altares muy ornados com retabolos dourados, com imagens, e pinturas muy excelentes: A Sancristia nova com muitas peças de prata, e ornamentos ricos pera perfeição do culto divino [...]"³

¹ António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, Tomo I, Braga, Tipografia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1869, 2ª edição, p. 135.

² Gabriel de Sousa, "Benedictinos", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, pp. 91-94.

³ Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, introdução e notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, Tomo I, p. 501.

Em 1726, segundo Francisco Craesbeeck, o mosteiro tinha capacidade para albergar trinta religiosos, estando previstas condições para albergar mais vinte monges. Sobre os *Actos Divinos* realizados na Igreja do mosteiro, este autor escreveu o seguinte:

"[...] neste templo se celebrão, com devoção, magnificencia e aseio [...]"⁴

A Igreja actual, de grande esplendor, foi construída na segunda metade do século XVIII. Considerada um exemplo de exuberância barroca, foi enriquecida por um conjunto magnífico de trabalhos de Frei José de Santo António Vilaça, constituídos pelo coro, caixas dos órgãos,⁵ cadeiral, sanefas, portas, imagens que, segundo Robert Smith, com os seus ornatos de estilo *rocaille*, constituem um exemplo significativo da expressão artística deste grande entalhador beneditino.⁶

Com a extinção da ordem, a igreja passou a igreja matriz, servindo o edifício conventual, depois de ter sido vendido em hasta pública, de sede a várias instituições públicas.

2.8.1 Actividade musical

Os relatórios das Visitas do Abade Geral ao Mosteiro de Refoios, em meados do século XVII contêm indicações reveladoras da prática musical que naquele tempo se realizava. Em 1646, o Abade Geral Fr. António Carneiro deixou as seguintes recomendações:

"[...] E porque nests caza daqui por diante hade haver convento lembramos ao Reverendo padre Dom Abbade e lhe encomendamos muito se celebrem nella os officios divinos com toda a perfeição que convem e dispoem nossas Leys fazendo com que no choro se reze pausada e devotamente, e o que se cante se cante tambem com pausa e vagar nas festas Principaes, Domingos e dias Santos e que se leam. exercitem as cerimoniaes velhas em quanto não vem as reformadas[...] e havendo Irmãos da disciplina lhes nomeará Mestre, que os ensine, e traga disciplinados, como convem, e tendo necessidade de se lhes ensinar latim, tecla, ou canto dara toda a boa ordem com que se goarde neste particular o que dispoem, e mandão nossas constituições. [...] E porque se não tem cumprido o capitulo da visitação dos Reverendos Padres

⁴ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck. *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*, vol.II, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1992, pp. 267-270.

⁵ Ver páginas 206-207.

⁶ Robert C. Smith, *Frei José de Santo António Vilaça, Escultor Beneditino do Século XVIII*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 541.

vizitadores em que se manda ao Reverendo padre Dom Abbade compre um psalteiro pera o choro porque estar o de quando se reza mui desbaratado e não presta para se rezar por elle, o que he desformidade, e desconcerto em huma caza tão grave e tão rica como esta [...]”⁷.

Não se sabe se as indicações do Abade Geral foram postas em prática. Passados apenas dois anos (no ano de 1648), o Abade Geral Fr. Miguel de S. Boaventura, deparou com o pouco interesse revelado face à prática litúrgica. O Ofício Divino era celebrado no coro por poucos monges; as cerimónias dos Ofícios das Horas não se faziam de acordo com o Cerimonial; havia falta de Breviários e não se realizavam as lições de Canto e Latim.⁸ E para que esta situação não continuasse, o próprio Visitador Geral nomeou para Mestre de Cantochão e Canto de Órgão, o Padre Cantor Mor e para Mestre de Latim, Fr. Bento da Vitória. No relatório deixado a Fr. Mateus de S. Miguel, Abade do mosteiro, ficou registado o seguinte:

“[...] E porque nos foi advertido que os Irmãos não tinham exercício de Canto, nem tomavam lição de Latim tendo os demaes delles tanta necessidade, como he notoreo: nomeamos ao padre cantor mor por Mestre de cantochão, e de órgão para lhes dar lição: e ao Irmão frei Bento da Victoria por Mestre de latim: e o Padre cantor mor, e o dito irmão, em virtude de Santa obediência, dirão ao padre Dom Abbade ou quem suas vezes tiver os que forem preguiçosos e faltarem nestes exercícos, aos quaes o dito Padre dom Abbade ou quem suas vezes tiver, os mandara comer em terra sem dispensação alguma em virtude de santa obediência [...]”⁹

O relatório dos *Estados* elaborados em 1650¹⁰ refere a compra de um *Saltério* novo, de um *Missal* e cadernos para o coro, cumprindo o mosteiro com as determinações do Visitador. Os *Estados* revelam também, no relatório das obrigações da sacristia, o nome do monge que exercia funções de Cantor Mor. Tratava-se de Fr. Bernardo das Neves, nomeado pelo Visitador Geral para ensinar aos monges coristas, cantochão e canto polifónico.

Em 1649, o Visitador voltou a insistir na necessidade dos monges cumprirem com as suas obrigações no coro, deixando escrito o seguinte:

“[...] Revalidamos o capitulo da nossa vizitação passada em que mandamos ao Prellado, ou a quem suas vezes tiver, ora seja Prior, Subprior, ou maes ancião, quando prezidir no choro, em

⁷ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 146.

⁸ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 147, f. 35v e f. 36v.

⁹ *Idem*, nº 147, f. 37v.

¹⁰ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 136.

virtude de santa obediência, não dispensem nas horas diurnas, senão que se cantem, ou entoem na forma que a Constituição ordena [...]"¹¹

O Mosteiro de Refoios tinha nesta época todas as condições para realizar um serviço musical de grande esplendor, contando com cantores e instrumentistas no rol dos seus monges conventuais. A presença destes músicos no mosteiro deveria ser aproveitada, de acordo com as regras gerais da Ordem, para o ensino a outros monges, de modo a formar novos músicos que pudessem exercer a sua actividade noutros mosteiros. No entanto, não se verificava tal situação, sendo por isso advertidos mais uma vez por Fr. Francisco dos Reis na *Visita* que efectuou ao mosteiro em 15 de Junho de 1651. As recomendações do Visitador ficaram assim registadas:

"[...] E porque achamos que ouve falta no que dispõem nossas leis, e mandão as vizitações passadas aserca do Exercicio dos Irmãos no Latim, cantar, e tanger assi orgão como rabeção sendo que de presente tem a caza mui sufficientes Mestres que os possão ensinar: pello que muito encomendamos, e encarregamos a consciencia ao muito Reverendo Padre Dom Abbade e a quem em seu lugar prezidir fação que nos dias assinalados pella religião haja infallivelmente exercicio, e logo, logo nomee o Muito Reverendo Padre Dom Abbade Mestres destinados para esta ocupação que se desocupem de toda outra qualquer, visto ser isto huma couza tam essencial; e que de a não aver resulta faltarem na Religião sojeitos que a sirvão em todos os Ministerios, e para isto avera Manicordio em que os irmãos possão aprender e exercitarse: e a senão fazer assi o estranharemos muito ao prelado, e relligiozos que nomear por Mestres [...]"¹²

No relatório dos *Estados* elaborados em 1668, vêm mencionadas várias despesas com a compra de Missais, Breviários e pagamentos a músicos. Nas contas do *Borrador do Convento* ficou anotado o seguinte:

"[...] Deu para Musicos desaseis mil novecentos e vinte reis. Deu para dous Missaes e hum Breviario des mil reis.

Puserã -se dous Missaes noves e dous cadernos. Pintou-se a oleo o Arco da cappella Mor, e puser-ao-se no frontespicio tres paineis da Paixão

Psse no choro hum Breviario novo, e hum candieiro [...]"¹³

11 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 147, f. 81.

12 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 148, f. 68.

13 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 132.

Em 1683, o *Saltério* do Coro foi consertado, ficando o conserto por mil e duzentos reis.¹⁴

No século XVIII, a situação parece ter-se modificado, sendo o mosteiro elogiado pela boa observância nas obrigações monásticas dos colegiais, quer na assistência às aulas quer no serviço do coro.¹⁵ O Visitador Geral, na Visita realizada em 1722, depois de elogiar os monges, chamou mais uma vez a atenção para a proibição comum a todos os mosteiros, de se assistir a representações de Comédias e *Entremezi* profanos.

O quadro seguinte apresenta as referências encontradas, relativas a concertos e compras de Livros de Coro e despesas com música, ao longo do século XVIII e princípio do século XIX.

Quadro nº 16
Livros do Coro e despesas com música

Referências	Data
"[...] Puzerão-se dois Brebiarios novos, e bem encadernados com todos os cadernos [...]"	1725
"[...] Posse hum psalterio novo no Coro, e hum Breviario em bom uzo [...]"	1743
"[...] Puzerão-se quatro Missaes; e quatro cadernos novos. Posse hum Martirilogio novo no Coro [...]"	1746
"[...] Concertarão-se os Brebiarios e Livros do mesmo Coro e se pos de novo, hum caderno Romano dos Santos novos, e se encadernarão [...]"	1752
"[...] Deu para muzicas e sermoens. quarente e sette mil, cento e sinco reis [...]"	1776
"[...] Deu para Muzica e sermoens vinte e sete mil reis [...]"	1780
"[...] Pos-se hum martirologio, e se encadernarão o Missal e antiphonario do cantochoão [...]"	1795
"[...] Comprarão-se tres Brebiarios para o Coro, copiarão-se as solfas da somana santa e se encadernarão [...]"	1816

ADB, FM., CSB, *Estados* nº 132 [1725-1752] e nº 133 [1776-1816]

14 *Ibidem.*

15 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 155 f. 75v. (*Visita* realizada em 1722) e *Visitas dos Visitadores* nº 185 (*Visita* realizada em 1725).

2.8.2 Cantores e instrumentistas

O catálogo dos monges conventuais do mosteiro permite identificar os seguintes Cantores e Organistas, que passaram por Refoios nos finais do século XVIII e princípios do século XIX:

Quadro nº 17
Cantores e Organistas
[1761-1798]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. Inácio de S. Paulo	1761, 1763	Organista	Subprior
Fr. António de S. José	1770	Organista	
Fr. Agostinho do Rosário	1773	Organista	Notário
Fr. Rodrigo de S. José Baptista	1773	Cantor	Boticário
Fr. José de Santa Teresa	1780, 1783	Organista	Procurador
F. João de S. Jerónimo	1786	Cantor	Vigário
Fr. José Joaquim de Santa Ana	1786	Organista	Prior, Procurador, Prior
	1789	Organista	
Fr. Bernardo de Jesus Maria	1792	Cantor, Organista	Vigário
	1795	Cantor Mor, Organista	
Fr. António Joaquim da Assunção	1792	Organista	
Fr. Matias da Purificação	1795	Segundo Cantor	
Fr. João da Estrela	1798	Cantor Mor	
Fr. António do Carmo	1798	Segundo Cantor	
Fr. Bernardino de Santa Cecília	1798	Organista	Irmão Colegial

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 132 [1650 a 1761] e nº 133 [1770 a 1798]

Quadro nº 18
Cantores e Organistas
[1801-1822]

Nome	Data	Função	Outras funções
Fr. José Xavier da Conceição	1801	Cantor	
Fr. António de Jesus	1807	Cantor	
	1813	Cantor Mor	
Fr. Francisco Emiliano das Dores	1813	Organista	Celeireiro
	1819	Organista	
Fr. José de S. Jerónimo	1813	Segundo Cantor	
Fr. João de Deus	1819	Cantor	Prior, Vigário, Depositário, Sacristão Mor
Fr. António de Santo Atanásio	1819	Organista	Depositário
Fr. António de Santa Maria	1819	Segundo Cantor	
Fr. Luis dos Serafins	1822	Cantor Mor	(Padre Colegial)
Fr. Bento da Soledade	1822	Organista	
Fr. António do Desterro	1822	Segundo Cantor	(Padre Colegial)
Fr. João da Graça	1822	Organista	(Padre Colegial)

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 133

O Padre Colegial Fr. António de Jesus, Cantor Mor no mosteiro, elaborou em 1813, um caderno com a indicação dos Hinos e Cânticos que se deviam cantar em cada dia do ano. O caderno designado *Chorus Sinister* diz o seguinte:

"[...] Caderno que mandou fazer o Muito Reverendo padre Fr. António das Neves, D. Abbade deste Mosteiro; acabado de fazer, sendo D. Abbade o Muito Reverendo Padre Pregador Fr. Estevão do Carmo. Feito pelo Padre Collegial Fr. António de Jesus Cantor Mor deste Mosteiro de Refoios no anno de 1813.

Advertencia:

Os Hymnos e Canticos que vão numerados com algarismos vermelhos estão em o Psalterio [...] "¹⁶

2.8.3 Património organológico

O mosteiro teve ao longo da sua existência um património instrumental considerável. Os Estados do mosteiro referem-se a instrumentos existentes no mosteiro, nomeadamente vários *manicórdios*, um *baixão*, *realejos* e os grande órgãos de tubos. Em 1656 o mosteiro comprou um *manicórdio* e em 1671 o relatório do *Estado em que fica a caza* dá conta da existência de dois *manicórdios*.¹⁷ Em 1683, no relatório das *Contas do Padre Gastador* ficou anotado a compra de palhetas para o *Baixão*.¹⁸

No século XVIII, o mosteiro possuía um pequeno realejo no coro. O relatório dos *Estados* de 1725 menciona o conserto e afinação deste instrumento. Além deste realejo o mosteiro teve dois órgãos. O primeiro foi restaurado no triénio de 1745 a 1748, e o segundo foi construído nos anos de 1767 a 1773. O relatório das obras do mosteiro, dos *Estados* de 1748, diz o seguinte:

"[...] Concertouce o órgão para o qual se fez huma caixa nova de madeira Lavrada, acrescentoucelhe algumas teclas, e alguns canudos de novo. e oz mais se reformarão tudo feito com perfeição [...] "¹⁹

Os *Estados* seguintes (1752) referem-se também ao órgão dizendo que foi pintado, bem como as grades do coro, as cadeiras, os bancos, a estante coral. O mosteiro adquiriu

16 ADB, Ms 314.

17 ADB, FMC, CSB, *Estados* n° 132.

18 *Ibidem*.

19 *Ibidem*.

um novo órgão em 1773, construído por Fr. José de Santo António Vilaça e provavelmente por Francisco António Solha, organeiro galego residente em Guimarães²⁰, que viria também a ser o construtor dos órgãos do Mosteiro de Tibães. Sobre as caixas do órgão e do órgão de fachada, referiu-se Roberth C. Smith no seu livro sobre o arquitecto beneditino.²¹ De acordo com este autor, as caixas hoje existentes na igreja do mosteiro, pertencentes ao órgão e órgão de fachada, são as caixas da autoria de Fr. José de Santo António Vilaça. O órgão de fachada tem inscrito no falso teclado a data de 1770. As imagens utilizadas nas caixas do instrumento são muito semelhantes às dos órgãos da Sé de Braga.

O quadro seguinte apresenta as referências contidas nos *Estados* do mosteiros relativas a estes órgãos:

Quadro nº 19
Órgão [1770- 1819]

Referências	Data
"[...] Deo para a caixa do órgão cento e onze mil seiscientos e quinze [...]"	1770
"[...] Solhou-se o Coro, e se pozerão as cadeiras do mesmo e deuse a obra de talha dos Espaldarez sanefas das frestas e portas do mesmo coro a manuel Carneiro e Luis Soares de Braga por 440000 mil reis [...]"*	1770
"[...] Andase fazendo a caixa do orgão a qual esta em bons trabalhoz para se principiar a acentar. esta o orgão quazi pronto em Guimarães, para se conduzir para o que fica aplicado algum dinheiro para a conta do ajuste [...]"*	1770
"[...] Deo para as caixas e bacias dos organz quatrocentos reis. Deo para ouro e Pintor quarenta e quatro mil oitocentos e quarenta e cinco reis. Deo para o orgão hum conto duzentos oito mil novecentos e vinte e cinco reis [...]"	1773
"[...] Acabou-se a caixa do orgão. Fes-se o que lhe corresponde e fizerão-se ambas as bacias e as estatuas de huma e outra caixa*. Puzerão-se as gradez do Coro e orgaoz, Estante grande, e as duas piquenas e estante das epistulas. [...] fes-se o orgão [...]"	1773

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº133

* Estas referências foram já transcritas por Roberth C. Smith. (*Op. cit.*)

Em 1789, a talha das bacias dos órgãos foi novamente dourada. No início do século XIX, os órgãos foram alvo de duas intervenções, respectivamente em 1807 e 1819, conforme o relatório dos *Estados* que a seguir se transcreve:

"[...] Pintarão-se, e dourarão-se as caixas dos órgãos, e se pozerão canos prateados, e dourados no órgão de perspectiva; desmontou-se o órgão. e se afinou duas vezes"

"Desmontou-se o órgão, concertou-se, alimpou-se, afinou-se [...]"²²

²⁰ W. D. Jordan, "Dom Francisco António Solha, Organeiro de Guimarães", *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXV, 1984, pp. 3-23.

²¹ Roberth C. Smith, *Frei José de Santo António Vilaça, Escultor beneditino do século XVIII*, Vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 540-542.

²² ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 133.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146, n° 147, n° 148, n° 155.

FMC, CSB, *Estados* n° 136.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 185.

FMC, CSB, Ms 314.

B. Bibliografia

Costa, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Tomo I, Braga. Tipografia de Domingos Gonçalves Gouvea. 1869, 2ª edição.

Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra. *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. vol. II. Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1992.

Cunha, Victor, *Monografia de Cabeceiras de Basto*, 1958.

Jordan, W. D., "Dom Francisco António Solha. Organeiro de Guimarães", *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XXXV, 1984.

Smith, Roberth C., *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, Escultor beneditino do século XVIII*, vols. I e II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 1972.

Sousa, Gabriel de "Beneditinos". *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, pp. 91-94.

2.9 O Mosteiro de Arnóia (S. João Baptista)

Introdução

O mosteiro de S. João Baptista de Arnóia outrora também designado po S. João do Ermo, fica situado "no mesmo Arcebispado de Braga, duas pera tres legoas de Amarante, perto do castello de Celorico de Basto. [...]".¹ A sua fundação remonta aos finais do século X ou princípios do século XI. Ao longo da sua história foi sendo governado por abades p rpetuos e depois durante cerca de setenta anos por comendatários. A congrega o beneditina de Portugal, tomou posse do mosteiro depois da morte do último comendatário em 1580. As Constitui es de 1590 determinaram que o mosteiro tivesse 12 monges conventuais. De acordo com o *Mapa dos Monges Conventuais* relativo ao tri nio que finalizou em 1761, ano em que foi proibida a entrada a novos monges, o mosteiro de Arnóia era governado pelo Abade Fr. António da Soledade e tinha nove monges do coro e três irmãos leigos.² Governado em determinados períodos por presidentes nomeados pelo capítulos gerais, as suas rendas foram durante anos aplicadas ao mosteiro de Santarém, ao Colégio da Estrela, em Lisboa e também ao Colégio de Coimbra.

A Igreja primitiva era rom nica, sendo depois reconstruída nos séculos XVII e XVIII. Em 1834, a igreja ficou ao serviço da paróquia, e o edifício monástico foi transformado em hospital com a designa o de "Hospital de S. Bento". Actualmente, funciona como lar de terceira idade.

2.9.1 Actividade musical

Em meados do século XVII existia uma orienta o clara, dada a todos os mosteiros pelo Visitador Geral, no que diz respeito ao Ofício Divino. Os mosteiros, incluindo o de Arnóia, são alertados para a importância da realiza o dos ofícios e o modo como deviam ser realizados. O monge devia entender a liturgia como a actividade principal, dedicando-se ao culto, assumindo a música um papel primordial, como parte integrante do serviço litúrgico. Este princípio consta do relatório da Visita de Fr. António Carneiro realizada ao mosteiro de

1 Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, Tomo II. Notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 237.
BPMP, Ms 1257, documento n  3.

Arnóia, em 20 de Outubro de 1644. Nesta visita, o Visitador Geral verificou o mau estado de conservação do *Saltério* e a falta de condições no coro, onde não existia um candeeiro. Sobre a *Ladainha* deixou a seguinte ordem:

"[...] mandamos ao Reverendo padre Dom Abbade, ou a quem em sua auzencia prezidir que dous dias da somana junte todos os religiosos em o choro antes da meditação fação rezar a ladainha, e nos domingos se dira cantada depois da missa da 3ª na capela mayor. [...]"³

Passados dois anos o Visitador Geral voltou a fazer um reparo sobre o mau estado de conservação dos livros do coro, deixando escrito o seguinte:

"[...] Vimos por vista de olhos que os cadernos dos chirios e glorias estavam muito rotos e desbaratados, e que no psalterio estavam algumas folhas em branquo [...]"⁴

Em 1664, os Visitadores Fr. Dâmaso da Silva e Fr. Constantino do Amparo verificaram que os *Processionários* estavam danificados, não continham os *Ofícios de Defuntos* e faltavam muitos *Resposos*, deixando a seguinte indicação ao Abade Geral Fr. João de Azevedo:

"[...] pedimos ao muito Reverendo Padre Dom Abade fasa diligencia se os ha em Tibães, e avendo os os mande vir e consertar, visto serem tão necessários [...]"⁵

Esta ordem foi certamente cumprida, conforme os *Estados* elaborados no ano seguinte em que vem mencionada a aquisição de seis novos *Processionários*. No quadro seguinte encontram-se várias referências a concertos e aquisições de Livros do Coro, fruto das recomendações dos Visitadores.

3 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146.

4 *Ibidem*.

5 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 184.

Quadro nº 19
Livros do Coro
[1629-1816]

Referências	Data
"[...] #dous cadernos se acharam para cantarem as missas de gloria e credos e chirios [...]"	1629
"[...] Posse hum Breviario no Coro [...]"	1656
"[...] Encadernou-se de novo hum missal e se lhe pos num caderno da ordem [...]"	1659
"[...] Encadernaram-se dous breviarios do coro [...]"	1662
"[...] Poserão-se no coro seis pressionários novos [...]"	1665
"[...] Posse hum Breviario no coro [...]"	1728
"[...] Pose hum salteryo, e hum antiphonario novos [...]"	1746
"[...] Alem do psalteryo e Antifonario que se tinha posto no coro, sepos mais hum Martirologico moderno, e hum breviario de letra grande em dous volumes, com todos os santos novos, e cadernos [...]"	1748
"[...] posce hum Livro de chirios, glorias, credos, hymnos, e canticos, muito bem encadernados [...]"	1755
"[...] Mandou-se encadernar o Psalterio do coro [...]"	1783
"[...] Encadernou-se o Gradual, e dous Brebiarios [...]"	1786
"[...] Pos-se hum livro novo dos Kyrios e Glorias [...]"	1816

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº93 [1629 a 1748] e nº94 [1755 a 1816]

Os monges tinham a obrigação de celebrar mensalmente, os aniversários dos irmãos já falecidos, com missa cantada seguida de procissão conventual. Esta prática nem sempre foi cumprida, vendo-se o Visitador Geral, Fr. Miguel de S. Boaventura, na obrigação de advertir, em 1657, o Mosteiro da Arnóia sobre esta falha.⁶

Em 1750, os Visitadores reafirmaram as normas sobre a realização da Missa de Prima aos sábados. Do relatório consta o seguinte:

"[...] Revalidamos o capitulo das Vizitas passadas em que se manda cantar a missa de prima todos os sábados de Nossa Senhora, e se deve aplicar na forma, e pella tença que dis a serimonia [...]"⁷

⁶ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 150.

⁷ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 187.

2.9.2 Cantores e instrumentistas

No princípio do século XVIII o mosteiro tinha cerca de 16 monges. Apesar de ser uma "casa pequena", o mosteiro contou em determinados momentos da sua existência com alguns monges músicos, servindo no mosteiro como Cantores e Organistas. Os quadros seguintes indicam os nomes desses músicos, constantes dos catálogos dos monges conventuais inseridos nos *Estados* do mosteiro.

Quadro nº 20
Cantores e Organistas
[1761-1822]

Nome	Data	Função	Outras funções
Fr. Jerónimo dos Serafins	1761	Cantor	
Fr. Libório da Graça	1764	Cantor, Organista	Padre Colegial
Fr. João do Espírito Santo	1764	Cantor, Organista	Padre Colegial
Fr. António de Santa Quitéria	1764	Cantor	Padre Colegial
Fr. Tomás do Sacramento	1764	Segundo Cantor	Padre Colegial
Fr. José do Nascimento	1770	Segundo Cantor, Organista	Padre Colegial, Notário do Concelho
Fr. Francisco de S. Bento	1770	Primeiro Cantor	Padre Colegial, Gastador, Notário
Fr. Feliciano da Conceição	1770 1780	Organista <i>idem</i>	Depositário, Supridor
Fr. António de S. José	1773 1776	Cantor Cantor, Organista	Gastador
Fr. José Joaquim de Santa Ana	1783	Organista	Padre Colegial, Notário
Fr. João de S. Jerónimo	1783	Cantor Mor	Padre Colegial
Fr. António de Nossa Senhora da Estrela	1783	Segundo Cantor	Padre Colegial
Fr. António da Coroa de Nossa Senhora	1786	Organista	
Fr. Bernardo José de Nossa Senhora	1786	Cantor	Notário
Fr. José de Santa Teresa	1786	Organista	Recebedor
Fr. Francisco de S. Bento	1822	Organista	Estadista

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº4

Há notícia ainda de outros monges que não figurando nos catálogos dos *Estados* com funções de Organista, Cantor ou Cantor Mor, vêm referidos com observações relativas aos seus conhecimentos musicais.

Quadro nº 21
Monges Conventuais

Nome	Data	Observações
Fr. Tomás de Santo António	1761	"sabe canto cham, e alguma couza de organ"
Fr. José da Cruz	1761	"sabe canto cham, e toca organ"
Fr. Custódio da Conceição	1761	"toca alguma couza de organ"
Fr. Sebastião do Pilar	1761	"sabe canto cham"
Fr. Faustino de S. José	1770	"prenda de solfa"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 94

2.9.3 Património organológico

Há notícia, pelo menos, da existência de dois órgãos no Mosteiro de Arnóia. Um, é anterior a 1636 e outro, foi construído em 1783. Relativamente ao órgão existente no mosteiro no século XVII, os Visitadores, em 1636, chamaram a atenção do Abade para a necessidade de mandar consertar o órgão que estava muito desafinado e em mau estado de conservação. No relatório da Visita ficou escrito o seguinte:

"[...] Foi-nos advertido, e o vimos por vista de olhos que o órgão estava muito desafinado e desconcertado pello que mandamos ao muito Reverendo Padre Dom Abbade que acabada a obra da Igreja o mande logo concertar [...]"⁸

Em 1657, o Visitador Geral chamou também a atenção para o estado de conservação do órgão deixando as seguintes recomendações:

"[...] E outro si mande concertar o Relogio, e órgão, porque estão muito necessitados de se lhes acodir, antes que se percão, no que lhe não pomos preceito, por ficarmos de seu cuidado que com brevidade o fará [...]"⁹

Durante vários anos não foi encontrada qualquer referência relativa a este instrumento. Em 1731, o relatório das obras, inserido no *Estado* desse triénio, dá conta da seguinte intervenção no órgão:

"[...] Concertou-se o Orgão, e se fizerão os folles de novo, e alguns canos piquenos [...]"¹⁰

8 *Idem*, nº 182.

9 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 150.

10 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 93.

O mosteiro possuía também um órgão de dimensões mais pequenas, de acordo com o relatório das obras que se fizeram (no coro) em 1761. No *Estado* ficou registado o seguinte:

"[...] huma meza para o realejo [...]"¹¹ .

No triénio de 1781-1783 foi colocado um órgão novo no coro.¹² A última intervenção neste instrumento, antes da extinção do mosteiro, foi realizada já no século XIX, nos anos de 1814 a 1816. O *Estadista* deixou escrito o seguinte:

"[...] Apeou-se o orgão, por estar cheio de repasse foi empelicado e concertado todo com algum acrescimo de registos, e fica suficiente para a Igreja. [...]"¹³

11 *Idem*, nº 94.

12 *Ibidem*.

13 *Ibidem*.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

I Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Estados* n° 93, n° 94.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 182, n° 184, n° 187.

FMC, CSB, *Visitas do Geral*, n° 146, n° 150.

II. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 1257, documento n° 3.

II. Bibliografia

S.Tomás, Fr. Leão de, *Benedictina Lusitana*, Tomo II, notas críticas de José Mattoso. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 237.

2.10 O Mosteiro do Pombeiro (Santa Maria)

Introdução

O Mosteiro de Pombeiro fica situado na freguesia de Santa Maria de Pombeiro, concelho de Felgueiras, outrora designado Território de Sousa. Foi fundado antes da criação da nacionalidade, tendo sido construído durante os séculos XI e XII, com traça românico/gótica, sofrendo depois alterações ao longo da sua história. Segundo Coelho Dias¹, o primeiro documento autêntico relativamente a Pombeiro data de 1102. Passados dez anos, em 1112, a rainha D. Teresa concedeu ao mosteiro carta de couto, tornando-o terra privilegiada. A família dos Sousas foi, desde a sua origem, padroeira do mosteiro. Pombeiro, foi um dos mosteiros mais ricos da congregação com propriedades e casais espalhados por toda a região da "Terra de Sousa", chegando até Vila Real. Testemunha da sua riqueza é a igreja monumental que Fr. Leão de S. Tomás afirmou representar a majestade de uma Sé Catedral.² O *Costumeiro do Pombeiro*, datado do século XIII, é, segundo Joana Lencart "uma fonte riquíssima para o estudo dos costumes beneditinos em geral, e dos portugueses em particular"³ O seu conteúdo, de acordo com a autora, está dividido em três partes, apresentando a primeira parte a organização interna do mosteiro, a sua comunidade, os seus oficiais e respectivas atribuições; a segunda parte a vida quotidiana, com a descrição do Ofício Divino, as reuniões capitulares, o tempo de estudo, a biblioteca e o *scriptorium* e ainda a educação das crianças e jovens; e uma terceira parte com o calendário litúrgico anual, com as festas celebradas ao longo do ano pela comunidade monástica.

Cerca de 1427, Pombeiro passou a ser governado por comendatários, sofrendo as consequências da exploração de que foi alvo, chegando a um estado latimoso, a ponto de o seu último comendatário, D. António, Prior do Crato, aceitar de imediato a reforma monástica, vindo o mosteiro a ser agregado à Congregação dos Monges Negros de S. Bento dos Reinos de Portugal, em 1569. Contava, nessa altura, com sete monges conventuais. O mosteiro foi então declarado "casa grande", acolhendo o quinto *Capítulo Geral* da

1 Geraldo J. A. Coelho Dias, "O Mosteiro de Pombeiro e os Beneditinos nas Origens de Felgueiras". *Revista Felgueiras-Cidade*, nº 1, Julho. Felgueiras, Câmara Municipal. 1993, p. 46.

2 *Ibidem*.

3 Joana Lencart, *O Costumeiro de Pombeiro. Uma Comunidade Beneditina no Século XIII.*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 17.

Congregação em 1584. O seu primeiro Abade trienal foi Fr. Bernardo de Braga, eleito em 1590.⁴

Em 1647, o Mosteiro tinha trinta monges, sendo uma boa parte deles jovens coristas que frequentavam o colégio então existente.⁵ De acordo com o mapa dos Monges Conventuais elaborado em 1761,⁶ o mosteiro do Pombeiro contava, nesse ano, com 23 monges do coro e 3 irmãos leigos, sendo governado pelo Abade Geral Fr. Pedro da Nazaré. Nesta altura foi feita uma descrição dos mosteiros da congregação entre os anos de 1551 a 1784. O seu autor deixou registado sobre o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, o seguinte:

"O Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro que sucedeu ao de sobrado se fundou, e dura hoje pouco distante do dito mosteiro de sobrado perto do Rio avizella na Topografia em que o descreve o Padre Mestre Frei Leão de S. Thomas. 2º parte da beneditina, Parte 1ª, capítulo 7 folio 48. Conserva a Igreja antiga em que mette respeito a antiguidade e a forma; tem hoje de menos a celebre galile e tem de mais a grandeza e forma hu soberbo chafariz, cuja clurada fabrica a poem na linha dos mais encarecidos, cujo fim enobrece hum dos mais ferverosos claustros que se bem em Portugal [...]"⁷

A reedificação da Igreja do Mosteiro de Pombeiro deu-se por volta de 1761. Sendo uma das igrejas mais imponentes entre os mosteiros beneditinos portugueses, foi muitíssimo valorizada pelas obras artísticas de Fr. José de Santo António Vilaça. Este Mestre de escultura e arquitecto beneditino, viveu durante 25 anos no mosteiro. Roberth Smith,⁸ no seu valioso estudo sobre Fr. José de Santo António, documentado no "Livro de Rezam" do artista, descreve as intervenções realizadas, nomeadamente o Retábulo da Capela-mor, os dois Retábulos laterais, os caixilhos das janelas da Capela-mor, as grades e balaustradas do coro, os púlpitos, as caixas dos órgãos, várias imagens, mobiliário diverso e ainda esculturas em pedra.

O Mosteiro do Pombeiro, monumento de natureza histórica e de grande valor artístico, encontra-se actualmente em estado de degradação, fruto das invasões francesas na

⁴ António da Assunção Meireles, *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, pp. 65-67.

⁵ Geraldo J.A. Coelho Dias. "O órgão do Mosteiro Beneditino de Pombeiro - (Felgueiras)", *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, Vol. XIII, 1995, p. 123.

⁶ BPMP, Ms 1257, documento nº 3.

⁷ ANTT, Convento de Miranda-Santa Maria, Maço 2.

⁸ Roberth C. Smith, *Frei José de António Ferreira Vilaça, Escultor beneditino do século XVIII*, vol. I e II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

primeira década do século XIX, em que as tropas incendiaram o mosteiro e do abandono a que foi dotado, depois de vendido em hasta pública, após a extinção das ordens monásticas.

2.10.1 A actividade musical

O cumprimento do *Cerimonial* Beneditino e da Regra de S. Bento assumia especial importância no viver monástico. O mosteiro, no ano de 1636, foi advertido pelos Visitadores sobre esta questão, tendo ficada registada a seguinte recomendação:

"[...]Achamos que nesta casa senão fazia o mandato cerimonia tão santa e antiga na nossa religião tirada de nossa santa regra, e encomendada particularmente em nossas Leis. Mandamos ao prior a quem pertence a observância della, que em hum dos sabbados de todos os mezes a faça pôr em execução, o que comprira pella santa obediencia [...]"⁹

Em 1642, os Visitadores verificaram que não se realizavam no mosteiro com a frequência desejada, as lições de Casos, Latim e Canto, o que certamente se reflectia negativamente nos actos litúrgicos conventuais.¹⁰ Passados dois anos, os monges do mosteiro voltariam a ser advertidos sobre este assunto, desta vez, pelo Abade Geral Fr. António Carneiro. O Visitador desejando dar cumprimento às normas estabelecidas para os mosteiros de grandes dimensões mandou que se ministrassem aulas de Canto, Instrumento de Tecla e Latim, três vezes por semana. Nessa ocasião, foi nomeado provisóriamente para professor de órgão, o Irmão Baltasar. Fr. Inácio ficou responsável pelas aulas de Canto. O texto da Visita diz o seguinte:

" [...] E porque nossas leis ordenão que nos conventos grandes os irmãos tenham exercício de canto, tecla e latim encomendamos muito ao Reverendo Padre Dom abbade de toda a boa ordem para que assi se execute de modo que em tres dias da semana que serão segundas, quartas e sexta aja exercício de canto e tecla e os outros tres de latim nomeamos ao Padre pregador fr. bonifácio de sam Paulo digo de latim, e para a lição de tecla nomeará o irmão Baltazar enquanto não mandamos outro que seja mais perito no órgão, e para a de canto ao Irmão fr. Inacio e para a de latim nomeamos ao padre pregador fr. Bonofacio de S. Paulo [...] E ao prior e mestre mandamos zellem com todo o cuidado, que aja estas lições infalivelmente avizando-nos depois

9 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 182.

10 *Idem*, n° 183, f. 58.

de dada conta ao prelado quando se não remeder [?], o que comprirão sob pena de se lhes estranhar muito e castigar com rigor na nossa segunda vizita e dos padres vizitadores.[...]"¹¹

Na mesma Visita, Fr. António Carneiro foi informado do mau estado de conservação de alguns livros do Coro. Recomendou então ao Abade Fr. Frutuoso Ferreira que mandasse consertar os livros e incubisse o Irmão Baltasar para copiar os Hinos do Breviário para um caderno em pergaminho. Nos *Estados* do mosteiro encontram-se várias referências a concertos e aquisições de Livros do Coro, transcritas no quadro seguinte:

Quadro nº 22
Livros do Coro
[1629-1801]

Referências	Data
[...] No choro se pozerão rellozias [?], cinco breviarios, hun antiphonario de todo o anno, hum livro de Himnos, e canticos, e antiphonas, e outro de canto de orgão [...]"	1629
[...] hum Breviario dourado com as brocas de prata. (...) pose no coro hum livro para cantar as missas e outro de canto de orgão, dous livros das meditaçoens [...]"	1632
[...] Comprou-se hum salterio novo e hum breviario grande para as Lições. Mandaram-se encadernar os pequenos [...]"	1647
[...] Deu para hum psalterio do Coro dezasette mil e settecentos e oitenta reis Nelle [no Coro] se pos hum Psalterio encadrenado em taboa e cuberta de moscavia com florões, e cantoneyras, e pregaria groça de bronze.[...]"	1725
[...] Posse no Coro hum Psalterio, Antifonario, e gradual novos. e hum Breviário [...]"	1743
[...] Deo para Breviario, e estampas=dous mil. trezentos, e vinte reis [...]"	1748
[...] Posse no Coro hum Livro com todos os Himnos do tempo. e mais festividades no anno [...]"	1770
[...] Pos-se o Livro dos chirios [...]"	1801

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 121 [1609 a 1755] e nº 122 [1770 a 1801]

Na Biblioteca do Seminário Maior do Porto conserva-se um Livro Coral, outrora pertencente ao Mosteiro do Pombeiro. O manuscrito contém melodias do *Ordinário da Missa*, Ofício e Missa da Festa do Trânsito de S. Bento e da Transladação e ainda *Invitatórios* para várias Festas.¹²

A prática musical nos serviços litúrgicos do mosteiro parece ter sido um pouco descurada em meados do século XVII. O Visitador Geral em 1646, dá conta que

"[...] no choro quando se cantava não havia diferença entre os dias Duplices e simplices [...]"¹³

11 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 146.

12 Biblioteca do Seminário Maior do Porto, Ms 157. Ver IV Parte, capítulo 1.

13 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 146.

O órgão estava também impraticável. Em 1649, o Visitador deixou anotado que os monges faltavam às cerimónias do coro e ali permaneciam apenas quando intervinham directamente. O texto, que testemunha a prática de música de cantochão e polifónica diz o seguinte:

"[...] E porque nos foi advertido, que havia falta em se acodir ao choro, e à meditação e se não faz a pausa costumada não só no officio Divino, mas ainda no altar e graças do refectoreo, tendo nos encomendado ao muito Reverendo Padre Dom Abbade, ou a quem suas vezes tivesse na vizita passada sem de presente acharmos melhoramento, mandamos ao Padre prior em virtude da Santa obediência, mande chamar os que faltarem ao choro e meditação, e os castigue, debaixo do mesmo preceito na forma de nossas constituições, e ceremonias com as penitencias, que ellas apontão, o que tudo fará tão bem o Padre Suprior quando o Padre Prior estiver auzente fazendo outros si rezar com a pausa costumada, assi o rezado, como o cantado, no que muito lhes encargamos a consciencia, como tão bem em não consintirem, que quando se canta canto d'orgão, os que o não cantão se não saião do choro: nem quando se canta cantochão, os que cantão canto de orgão:[...]"¹⁴

Fr. Leão de S. Tomás tinha uma opinião bem mais favorável sobre a realização do canto litúrgico, elogiando em 1650, os monges do mosteiro, do seguinte modo:

"[...] se chamamos pois aos nossos Monges de Pombeiro Pombas cazeiras pello grande recolhimento que, guardavão dentro daquella sua casa, chamemos lhe também Rouxinoes de Deos, pos em todo tempo lhe cantavão, em todo o tempo louvavão, engrandecião, & glorificavão a Magestade Divina *Ore & corde*. [...]"¹⁵

O quotidiano do mosteiro, referente aos officios divinos, foi também descrito por Fr. Leão que disse a propósito:

"[...] porque a mayor parte da noite e dia gastavão nos louvores divinos, fasendo na terra o officio, que continuamente fasem os anjos no Céu. [...]"¹⁶

O quadro seguinte, apresenta o quotidiano dos monges, de acordo com a descrição de Fr. Leão de S. Tomás.

14 *Idem*, nº 147.

15 Fr. Leão de S. Tomás: *Benedictina Lusitana, Tomo II*. Notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1974, p. 66.

16 *Ibidem*.

Quadro nº 23
Ofício Divino

Ofícios	
Matinas	Orações Salmos Graduais Matinas cantadas ou rezadas conforme a solenidade do dia Matinas e Laudes de Nossa Senhora
Ofício de Defuntos [tempo de Inverno]	Salmos familiares (nunca menos de dois)
Procissão ao altar de Cristo	Cântico da Antífona da Cruz [aos domingos] Cântico da Antífona com seu verso e oração [restantes dias]
Prima	Prima do Ofício Divino Prima do Ofício menor de Nossa Senhora Salmos familiares Salmos Penitenciais com Ladaínha e orações
[Reunião capitular] Missa matutinal	Cantada
Terça	Terça do Ofício Divino cantada Terça de Nossa Senhora Salmos familiares, versos e orações
Sexta Noa	Salmos familiares, versos e orações Salmos familiares, versos e orações
Vésperas	Dezanove salmos, versos e orações pelos defuntos Cânticos das Vésperas Vésperas de Nossa Senhora, com salmos <i>familiares</i>
Ofício de Defuntos [tempo de Verão]	Salmos familiares (nunca menos de dois)
Completas	Completas do ofício cantadas Completas de Nossa Senhora cantadas

Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, pp. 57 a 59.

Ainda segundo Fr. Leão de S. Tomás, o próprio Rei D. Afonso VI apreciava a perfeição com que se celebravam os Ofícios no mosteiro:

" [...] Finalmente era tal o concerto, e perfeição, com que os officios Divinos se fasião no Mosteyro de Pombeiro, que he tradição antiga, que vindo el Rey Dom Afonso VI a Portugal, assistia algumas vezes no dito Mosteyro pello grande gosto, que tinha de ver celebrar oa officios Divinos tão perfeitamente.[...]"¹⁷

No século XIII, de acordo com o *Costumeiro*, o Mosteiro contava com a presença de meninos, entregues pelos pais ao mosteiro e designados por *pueri, infantes e iuvenes*, que participavam nos ofícios mais solenes, entoando os Cânticos e Salmos nas festas principais. Os meninos, sempre acompanhados pelos seus Mestres, que os educavam, instruíam e preparavam para o Ofício Divino, participavam activamente na vida da comunidade.¹⁸

¹⁷ *Idem*, pp. 60-61.

¹⁸ In Joana Lencart, *O Costumeiro de Pombeiro Uma Comunidade Beneditina no séc. XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 77-78.

Do século XVIII há também notícias sobre a celebração do Ofício Divino no mosteiro. *O Estado* relativo ao triénio de 1723-1725, contém um relatório das realizações do Coro. *O Estadista* deixou o seguinte testemunho:

"[...] Em todo o triennio se selebrarão as principaes festas do natal, e semana Santa, do nosso padre S. Bento no seu tranzito, e tresladação do Espirito Santo, e festa da Soberana padroeira no dia da Sua Assumpção com musica de canto de órgão. [...]"¹⁹

Nesta época, não se encontraram referências relativas à prática musical nos relatórios das Visitas, com excepção de uma Visita realizada em 1760, em que os Visitadores recomendaram ao Mestre de Cerimónias que assistisse às Missas cantadas aos Domingos e Dias Santos. Foi feita uma chamada de atenção aos monges para que cumprissem as cerimónias de acordo com o *Ceremonial* beneditino.²⁰

2.10.2 Cantores e instrumentistas

No século XIII, o mosteiro tinha um *Praencentor*, Mestre do coro que presidia ao coro nos dias de festas com capas e pelo menos seis cantores, responsáveis pelo canto litúrgico.²¹

Em 1610, os órgãos da Capela de S. Miguel da Universidade de Coimbra foram reparados e afinados por Fr. Manuel da Guerra, monge Organista no Mosteiro do Pombeiro.²² Passados cinco anos foi a vez de um monge conventual deste mosteiro, cujo nome se desconhece, fazer um registo inteiro de 40 cornetas para o órgão principal do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A obra custou aos monges crúzios 40.000 reis, quantia imposta pelo próprio organeiro beneditino.²³

O quadro seguinte apresenta alguns dos monges Cantores e Organistas que foram conventuais no Mosteiro do Pombeiro, nos finais do século XVIII e princípios do século XIX.

19 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 121.

20 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 188.

21 In Joana Lencart, *O Costumeyro de Pombeiro Uma Comunidade Beneditina no séc. XIII*. Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 88, 95, 96.

22 AUC, Fazenda, vol 3, Livro I, fol. 97v. e seguintes. In A. R. Vasconcelos, *Real Capela da Universidade*. Coimbra, 1908 e Manuel Valença, *A Arte Organística em Portugal (c.1326-1750)*. Braga, Ed. Franciscana, 1990, p. 255.

23 In Ernesto Gonçalves de Pinho, *Santa Cruz de Coimbra Centro de Actividade Musical nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, pp. 133-134.

Quadro nº 24
Cantores e Organistas
[1761-1807]

Nome	Data	Função	Outras funções
Fr. João de Santa Gertrudes	1761	Organista	Subprior
Fr. João da Conceição	1761	Organista	
Fr. José do Nascimento	1767,1773, 1780,1783	Cantor Segundo Cantor, Organista	Hospedeiro Mor Vigário
	1786	Cantor, Organista	Prior, Vigário, Recebedor, Gastador
	1789	Cantor, Organista	Prior, Vigário
Fr. João de S. Plácido	1770,1773 1776,1780	Cantor, Organista	Prior
Fr. Manuel de Santa Gertrudes	1783	Organista	Procurador
Fr. Gilberto da Trindade	1786, 1789, 1792	Organista	
Fr. Manuel António de S. José	1792	Cantor, Organista	Subprior Prior, Vigário da Freguesia
	1798		
	1801	Organista	Vigário, Sacristão Celeireiro, Enfermeiro
	1804		
1807	Organista	Recebedor	

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 121 [1761] e nº 122

2.10.3 Património organológico

O Mosteiro do Pombeiro teve ao longo da sua existência, diversos órgãos de tubos, construídos aumentados e restaurados quase sempre a partir dos existentes, como era costume fazer-se. Os documentos conservados permitem identificar e conhecer as características de, pelo menos, três órgãos do mosteiro: um órgão anterior a 1632; outro construído em 1743 e finalmente um terceiro que começou a ser construído em 1767 e viria a ficar concluído no triénio de 1780-1783. Este último está hoje em ruínas, esperando vez para um possível restauro.

A referência mais antiga que se encontrou, relativa aos órgãos do mosteiro de Pombeiro, consta do *Estado* elaborado em 1632 em que ficou registada a afinação destes instrumentos nos três anos desse triénio.²⁴ Em 1646 o relatório da Visita do Abade Geral Fr. António Carneiro, dá conta do mau estado de conservação do órgão. O texto diz o seguinte:

24

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 121.

"[...] Vimos por vista de olhos estavam os folles do órgão muito rotos e desbaratados, e em forma que se não podia tanger nella sem muitas faltas e desconcertos pello que mandamos ao Reverendo padre Dom Abbade que em termo de um mes de ordem pera que se reformem e acrescentem, ou com effeito mande vir outros de novo pera que não continue huma desformidade tão grande em hum convento tão grande, tão authorizado, e observante como sempre foi este [...]"²⁵

Esta ordem viria a ser cumprida conforme o relatório dos *Estados* elaborado no ano seguinte:

"[...] Fizeram-se os foles dos órgãos novos e se afinarão [...]"²⁶

De acordo com os *Estados*, este órgão foi consertado no triénio de 1657 a 1659 e afinado no triénio de 1714 a 1716.²⁷ O *Gastador* das obras da casa apresentou despesas no valor de cinco mil e duzentos e setenta reis relativos a esta afinação.

O mosteiro possuía certamente outros instrumentos além do órgão que acompanhavam o serviço musical litúrgico. A única referência encontrada refere-se a um *rabecão* adquirido pelo mosteiro, em 1662. Os relatórios das contas e das obras da sacristia mencionam o seguinte:

"[...] em hum rabecão que se comprou dous mil reis 002000 [...]"

"[...] comprouse hum rabecão para o choro [...]"²⁸

Em 1743, foi construído um órgão novo situado no meio do Coro, que em 1748 foi mudado para o lado do evangelho, acrescentando-se-lhe alguns registos e um realejo acoplado, permitindo ao organista tocar nos dois instrumentos. O quadro seguinte apresenta as referências contidas nos *Estados* relativas a este instrumento:

25 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146.

26 ADB, FMC, CSB, *Estados* n° 121. Coelho Dias, José Amadeu [Fr. Geraldo], "O Órgão do Mosteiro Beneditino de Santa Maria de Pombeiro", *Revista Felgueiras-Cidade*, n° 6, Dezembro Felgueiras, Câmara Municipal, 1994, p. 34.

27 ADB, FMC, CSB, *Estados* n° 121.

28 *Ibidem*.

Quadro nº 25
Órgão [1743-1755]

Referências	Data	Observações
"[...] Deu para o órgão quinhentos, e trinta mil e setecentos, e sessenta reis. [...] Fesse hum órgão novo de doze com correspondencia a vinte e quatro, com sua caixa de talha. [...] Soalhouse de novo quasi todo o coro, e todo o post coro. com taburno para os folles do órgão e se forrou por sima toda esta casa. e o tecto da Igreja correspondente ao órgão com forro mourisco [...]"	1743	" Contas do gastador das Obras da casa Obras que se fizerão "
"[...] Mudou se o orgam do meyo do choro, onde assombrava a Igreja e dezcumpunha o mesmo choro, para o lado do Evangelho para o que se fabricou hum forte arco de pedra, acrescentandose a orgam mais alguns castellos, que se remataram com suas figuras, e outras fabricas de talha; de sorte que a caixa se pos quazi toda de novo: o que deo lugar a crescentar a orgam mais alguns resistos, e a juntar se lhe hum realejo, ficando de fora de toda a fabrica do orgam, por lhe fazer fronteyra junto ao azeno do organista, está per tal arte. e engenbo, que alem de afermozear toda a machina do dito orgam. pode o Organista tocar hum e outro com as mesmas posturas: rematandose o dito orgam pela parte inferior com huns Atelantes, eoutras fabricas a muderna, que constituem toda a obra na Mayor primor [...]"	1748	"Obras que se fizerão "
"[...] Deu para afinar e concertar o órgão seis mil e quatro centos reis. Concertouse todo o órgão, e rialejo, afinandoce, e se lhe puzerão alguns canudos que lhe faltavão [...]"	1755	" Descargo Obras que se fizerão."

ADB. FM., CSB, *Estados* nº 121

O famoso escultor beneditino Fr. José de Santo António Vilaça²⁹ foi o autor das caixas do órgão que se começou a construir em 1767. As caixas, construídas entre os anos de 1770 a 1777, são segundo Roberth Smith "de feitio diferente da maior parte das outras feitas sob riscos de Fr. José de Santo António, pois faltam-lhes o elemento tão característico do "pé" ou "bacia" ricamente esculpido."³⁰ No entanto, este autor encontra semelhanças entre este trabalho e outros de Fr. José de Santo António, nomeadamente as caixas dos órgãos da Sé de Braga e de Refoios de Basto. O organeiro construtor deste órgão foi D. Francisco António Solha,³¹ conforme inscrição no próprio órgão datada de 1766:

²⁹ Fr. José de Santo António Vilaça nasceu em Braga em 1731, vindo a falecer em 1809. Entrou para a Congregação em Tibães na condição de irmão leigo. Foi Mestre de Escultura e Arquitetuta, conforme vem designado no catálogo dos monges conventuais de Pombeiro em 1773, onde foi conventual entre os anos de 1770 - 1795, deixando obras artísticas de grande valor nos Mosteiros de Pombeiro, Refoios de Basto, Tibães, entre outros.

³⁰ Roberth C. Smith, *Frei José de António Ferreira Vilaça. Escultor beneditino do século XVIII*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 542.

³¹ Sobre D. Francisco António Solha Ver II Parte, cap.I, página 133.

"Organum hoc ad maiorem Dei gloria (m) constructu(m) et Virgini Matri ac Parenti (Patri?)
Benedicto confectum(consecratum?) Artificis D. Francisci Antonii Solha, imperante R.P. D.
Fr. Pedro da Nazaré, 2.^a vice D. Abbate. Anno Do(mi)ni 1766"³²

Roberth Smith chama a atenção para o facto da data mencionada não coincidir com o nome do Abade do mosteiro referido na inscrição, que só viria a ser eleito alguns anos mais tarde.³³ No entanto, segundo Coelho Dias³⁴, trata-se de um equívoco de Robert Smith, dado que Fr. Pedro da Nazaré foi Abade do Mosteiro, nos seguintes triénios: 1758-1761, 1764-1767, 1770-1773.

O quadro seguinte apresenta as referências relativas à construção e manutenção deste órgão.³⁵

Quadro nº 26
Órgão [1767- 1801]

Referências	Data	Observações
"[...] Deu para o órgão com sua fabrica toda: nove centos mil reis [...] Fezse hum organ com eccos que contem quarenta, e oito rezistos, todos diferentes, obra em tudo completa, dourou-se a sua caixa. e se pos outra de frente para outro órgão correspondente [...]"	1767	"Contas do Livro de Obras Obras que se fizerão "
"[...] Alimpouse a figura da Justiça e reparase dous meninos que ornam o órgão mudo; fizeramse canudos, e trobetas de pao parao mesmo, e hum banco junto a elle [...] Dourousse o órgão mudo e estufaram-se as fiuguras do mesmo [...]"	1773	"Obras que se fizerão"
"[...] Deo por apear, e afinar o órgão dezasseis mil reis. [...]" " [...] Desmontouse e afinouse o órgão [...]"	1776	"Contas do Livro de Obras Obras que se fizerão"
"[...] Para o órgão com a sua fabrica toda. Nove centos mil reis [...]" " [...] Para as suas caixas sem a pintura. Cento, e trinta, e sinco mil reis [...]"	1776	"Contas do livro de Obras "
"[...] Deu para concerto do órgão vinte e seis mil e quatrocentos reis [...]" " [...] Desmontouse todo o órgão, e se alimpou [...]"	1786	"Contas do Livro de Obras Obras que se fizerão"
" [...] Desmontou-se, e afinou-se o órgão; e se concertou de tudo o precizo [...]"	1801	"Obras que se fizerão "

ADB, FMC, C.SB, *Estados* nº 121

- 32 Geraldo J. A. Coelho Dias, "O órgão do Mosteiro Beneditino de Pombeiro - (Felgueiras)", *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, vol. XIII, 1995, p. 122, nota 1.
- 33 Roberth C. Smith, *Frei José de António Ferreira Vilaça. Escultor beneditino do século XVIII*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, II Volume. p. 542.
- 34 Geraldo J. A. Coelho Dias, "O órgão do Mosteiro Beneditino de Pombeiro - (Felgueiras)", *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, Vol. XIII, 1995, p. 122, nota 1.
- 35 Roberth Smith, *op cit.* transcreve algumas destas referências. Geraldo Coelho Dias, nos dois artigos citados sobre o Órgão do Mosteiro, apresenta igualmente as referências dos *Estados* relativas a este órgão. Por lapso refere que o *Estado* de 1770 menciona que "o órgão está quazi feito em Guimarães para se conduzir". No entanto, esta referência é relativa ao órgão de Refoios de Basto. [ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 133].

Fontes e Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 182, n° 183 e n° 188.

FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146 e n° 147.

FMC, CSB, *Estados* n° 121.

II Arquivo Nacional Torre do Tombo

Convento de Miranda-Santa Maria, Maço 2.

III. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 1257, documento n° 3.

IV. Arquivo da Universidade de Coimbra

Fazenda, vol. 3, Livro I.

B. Bibliografia

Alves, Natália Marinho Ferreira, *Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça*, "Dicionário da Arte Barroca em Portugal", Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 527-530.

Brandão, D. Domingos de Pinho, *Obra de Talha Dourada. Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto*. vol. 1-4, Porto, 1984-87.

Craesbeeck, Francisco Xavier de Sena, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. 2 vols., Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, 1992.

Dias, Geraldo J. A. Coelho, "O Mosteiro de Pombeiro e os Beneditinos nas Origens de Felgueiras", *Revista Felgueiras-Cidade*, n° 1, Julho, Felgueiras, Câmara Municipal, 1993, pp. 41-52.

- Dias, Geraldo J. A. Coelho, "O Órgão do Mosteiro Beneditino de Santa Maria de Pombeiro", *Revista Felgueiras-Cidade*, nº 6, Dezembro, Felgueiras, Câmara Municipal, 1994, pp. 33-36.
- Dias, Geraldo J. A. Coelho, "O Órgão do Mosteiro Beneditino de Pombeiro - (Felgueiras)", *Revista de História*, vol XIII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1995, pp. 119-130.
- Fernandes, M. Antonino, *Pombeiro e o seu Fundador D. Gomes Aciegas*. Felgueiras, Câmara Municipal, 1991.
- Fernandes, M. Antonino, "O Mosteiro de Pombeiro e a sua Evolução Histórica", *Gil Vicente*, nº 26, Guimarães, 1992, pp. 25-30.
- Lencart, Joana, *O Costumeiro do Pombeiro, uma Comunidade Beneditina no séc. XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.
- Meireles, Fr. António Assunção, *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942.
- S. Tomás, Fr. Leão de, *Benedictina Lusitana*, Tomo II, notas críticas de José Matoso, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1974.
- Smith, Robert C., *Frei José de António Ferreira Vilaça, Escultor beneditino do século XVIII*, vols. I-II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- Valença, Manuel, *A Arte Organística em Portugal (c.1326-1750)*, Braga, Ed. Franciscana, 1990.
- Vasconcelos, A. R., *Real Capela da Universidade*, Coimbra, 1908.

2.11 O Mosteiro de Santo Tirso

Introdução

O Mosteiro de Santo Tirso está situado nas margens do Rio Ave. A sua fundação, atribuída a Ramires, filho do Rei Ramiro II de Leão, remonta ao século VIII. Provavelmente tratava-se de um mosteiro dúplice, semelhante aos mosteiros de então, em que monges e monjas, vivendo em casas contíguas e separadas, tinham um superior comum. Afirmando-se como um dos mosteiros mais importantes da Congregação, coube ao Mosteiro de Santo Tirso implementar em Portugal a reforma beneditina do século XVI, levada a cabo por Fr. Pedro de Chaves e Fr. Plácido de Vilalobos, sendo também o primeiro mosteiro português a pôr em prática as novas directrizes saídas do Concílio de Trento no tocante à vida monástica. O primeiro Capítulo Geral reunido em 10 de Setembro de 1570, sob a direcção do Abade Geral Fr. Pedro de Chaves, referindo-se à solenidade dos Ofícios Divinos do Mosteiro de Santo Tirso, classificou-o como um "grande" mosteiro.¹ Durante os séculos XVII e XVIII, o mosteiro manteve a sua prosperidade, chegando a ter, de acordo com o Mapa dos Monges Conventuais² datado de 1765, 6 leigos e 44 monges do coro, apenas menos um que o Mosteiro de Tibães, "Casa-Mãe" da Congregação. Segundo Pires de Lima,³ a primazia caberia ao Mosteiro de Santo Tirso se o critério de escolha da casa principal tivesse sido a importância e riqueza dos mosteiros.

O *Mapa do Mosteiro*, elaborado nos finais do século XVIII, descreve o mosteiro de seguinte modo:

"[...] O Mosteiro de Santo Tyrso esta situado nas margens do Rio Ave na Comarca da maia do Bispado do Porto. Dista de villa nova de famalicão huma Legua, da cidade do Porto para aparte do meio dia quatro Leguas, da de Braga para o Norte quatro leguas de Guimarães, para o nascente tres Leguas, e de villa do Conde para o Poente quatro leguas.

Da fundação e fundador deste Mosteiro não há monumento consta sim d'uma Doação que se conserva no Archivo delle que pellos annos de Christo de sette centos e setenta já havia nelle

1 AS, *Livro dos Capítulos Gerais*, ff. 1-25.

2 BPMP, Ms 1257, doc. 3.

3 António Augusto Pires de Lima, "Subsídios para a História de Santo Tirso," *O concelho de Santo Tirso*, vol. I, nº 2, Santo Tirso, Câmara Municipal, 1952, p. 142.

Abbade e Monges, e sua antiguidade bem se da a conhecer pella structura do claustro emmediato a Igreja ou este fosse da primeira fundação ou d'algua edificação.

He Mosteiro grande e magnifico; tem tres claustros em linha recta com suas varandas, acompanhados pelos lados ao comprido de dois Dormitorios d'extraordinario Longitude aos quais feixa outro mais pequeno, que corre a parte do Nascente [...] Tem huma caza de capitolo com sua sachristia e Altar, o que tudo occupa o comprimento da largura dos claustros [...] Tem o Mosteiro huma Livraria muito elevada, e magnifica que se julga a melhor desta provincia. [...] Tem este Mosteiro quarenta e nove cellas de Monges, e des mais para os hospedes. Tem 43 monges conventuais. [...] Tem seiscentas e oitenta e seis Missas rezadas cada anno de legados: Tem de Legados doze Aniversarios cantados com as suas doze Missas: tem mais Huma Missa cantada, e hum terno de Missas de Natal [...]”⁴

Na Foz do Porto, o Mosteiro de Santo Tirso tinha uma pequena casa, consagrada a S. João Baptista. A igreja, actualmente igreja paroquial da Foz do Douro, está ornamentada com talha da primeira metade do século XVIII.

A Igreja actual do Mosteiro de Santo Tirso data da segunda metade do século XVII, tendo sido desenhada por Fr. João Turriano, monge beneditino, Engenheiro e Lente de Matemática na Universidade de Coimbra. Fr. José de Santo António Vilaça enriqueceu a Igreja com talha em estilo barroco, na segunda metade do século XVIII. Mantem-se ainda o claustro em estilo gótico do século XIV, que juntamente com a Igreja serve hoje de paróquia. O restante edifício serve uma Escola Agrícola e os Passos do Concelho.

2.11.1 Actividade musical

A actividade musical, decorrente do cerimonial litúrgico do Mosteiro, era de grande esplendor. Em ocasiões especiais, a música assumia ainda um papel de maior relevo. Foi o que aconteceu por ocasião da celebração solene em honra do nascimento, em Março de 1795, do Príncipe D. António, filho da princesa do Brasil, D. Carlota Joaquina. Este festejo, presidido pelo Abade Fr. José de Santa Rosa Vasconcelos, incluiu também o lançamento da primeira pedra da ponte que viria a ser construída sobre o Rio Ave, junto ao Mosteiro.

O escrivão do *Livro de Assentos relativos a Santo Tyrso*⁵ entendeu *fazer memória* de tudo quanto se passou nesta dupla celebração, referindo-se assim ao serviço musical:

⁴ BPMP, Ms nº 1257, documento nº 2

⁵ BPMP, Ms I, ff. 7- 10 v.

"[...] Sendo sempre admiravel e digno de mais elevado louvor o ardente, vigilante e discreto zelo, e generosa magnificencia com que este incomparavel Prelado⁶ se empenha sempre na solemne celebração do Culto Divino, que em todo o tempo do seu governo elle tem feito executar com tanta devoção Magestade, e perfeição assim de Ritos e Ceremonias as mais decentes e brilhantes, e de ornato sagrado, como de hera bem ajustada Capella de Monges seos subditos, que com sonoras vozes animados pello zelo e generosa gratificação do mesmo Prelado executão as solfas do melhor gosto e proprias para os Officios Divinos. [...]"

O elogio continua, afirmando o autor que alguns eclesiásticos e seculares teriam dito serem estas celebrações, e em particular as da Semana Santa, melhores que as praticadas nas Igrejas do Porto, ou na Corte. No dia 8 de Setembro do mesmo ano de 1795, as comemorações atingiram o seu auge, com a descida do Prelado ao terreiro, acompanhado por

"[...] hua bem composta e armonioza Musica Belica de flautas trompas boés clarinetes e zabumba que do regimento do Porto tinha vindo para esta occasião [...]. "Tendo depois entrado na Igreja entoaram o Te Deum Laudamus acompanhado ao órgão, seguindo-se a Missa Pontifical, com a assistência de pessoas eclesiásticas e seculares disúntas e muito povo". [...] A Terça e Missa foi cantada na varanda do órgão pellos Monges curiosos deste Mosteiro que escolherão para esta occasião solfas de tão delicada composição e gosto, e as executarão com tanta perfeição que foi notada e aplaudida de todos [...]"

As cerimónias continuaram com o lançamento da primeira pedra da ponte. O percurso efectuado em procissão, com louvores entoados a Deus e à Virgem, terminou novamente na Igreja, onde se cantou um *Te Deum*. O autor desta descrição, refere ainda, que durante alguns dias se realizaram perto do Mosteiro outros festejos com fogos de artifício, danças e touradas.

Uma prática musical de tanto nível pressupunha uma preparação e atenção especiais no domínio da música.⁷ De facto, revela-se nos Beneditinos uma preocupação constante relativa à instrução musical, quer na admissão de noviços, quer na sua formação.⁸

⁶ Fr. José de Santa Rosa Vasconcelos nasceu em Viseu, tendo tomado o hábito em Tibães em 29 de Janeiro de 1767. Foi também Abade do Mosteiro de S. Bento de Saúde de Lisboa e em 1801 foi eleito Abade Geral da Congregação. *O Livro das Vidas dos Monges que falecerão neste Mosteyro de Santo Thirso* (ff. 122-124), conservado no Arquivo de Singeverga, refere-se do seguinte modo a este monge que viria a falecer em 27 de Outubro de 1829: "[...] Foi o Nosso Reverendíssimo Santa Rosa muito zeloso do Culto Divino [...] sempre procurou ter Monges prendados e curiosos na Muzica, que Elle promovia muito e premiava ainda mais. Elle mesmo, em quanto pôde sempre prestou mui voluntariamente para as funções do Culto Divino, sendo dotado de humna voz mui sonora, e tendo hum conhecimento não vulgar de Muzica. Sendo Dom Abbade deste Mosteiro mandou pintar, e dourar as cadeiras, e retabulos do choro alto e fazer de novo o órgão que hoje existe [...]"

⁷ Segundo Pires de Lima, "O amor pelo canto liturgico, tradicional nos beneditinos, era de tal modo arreigado e produzia tais frutos que ao exercício do coro se chamava "o officio dos anjos". A

A leitura das Actas das Visitações realizadas no Mosteiro pelo Abade Geral, e pelos visitantes corroboram igualmente tal afirmação.⁹ Em 1636, os Visitadores Fr. Bento da Esperança e Fr. Francisco dos Reis verificaram não haver, neste Mosteiro, coristas com "exercício de canto diário", nem mestre de canto que os ensinasse, pelo que recomendaram ao Abade Geral a nomeação de um religioso habilitado para tais funções, bem como a aprendizagem de instrumentos de tecla, "avendo em casa quem soubesse tanger órgão"¹⁰. A conservação dos instrumentos musicais era também uma preocupação constante dos Beneditinos. Os órgãos eram inspeccionados em todas as visitas, sendo logo recomendado, em caso de necessidade, a sua afinação e concerto.¹¹ Por vezes, os monges tinham dificuldades em cumprir o determinado, repetindo-se ao longo dos anos as anteriores recomendações.

Em 1644, o Abade Geral da Congregação, Mestre Fr. António Carneiro, e seu companheiro, Pregador Geral, Fr. Gaspar Pessoa, visitaram o Mosteiro de Santo Tirso. O registo desta Visita aponta, entre outras, três questões essenciais para a prática musical litúrgica: fidelidade ao *Cerimonial* da Congregação,¹² ensino de canto e música de tecla, existência de *manicórdios* e órgão(s) em bom estado. Na acta consta o seguinte:

"[...] He o officio diuino obra particular de Deos como lhe chama nosso glorioso patriarcha S. Bento, e o maior, e mais principal emprego dos que profeção vida Monastica, pello que muito encomendamos ao Reverendo padre Dom Abbade que como achamos ate agora se fazia do que muito nos edificamos, zele daqui por diante a continuação delle fazendo com que se reze deusta e pauzadamente e o que se cantar se cante com pausa, e vagar, assim no choro como no altar, nas festas principaes, e duplices, de modo que aja diferença dos dias feriaes, votivos, e semiduplex e não dispençara no officio diuino, quanto a suas oras: [...] E porque nossas leis ordenão que nos conuentos grandes os irmãos tenham exercicio de canto, tecla, e latim, muito encomendamos ao muito Reverendo padre Dom Abbade a boa ordem para que quando for possivel assim se execute, de modo que em tres dias da somana, que serão segundas, quartas e sextas, aja exercicio de canto e

referência ao "officio dos anjos" encontra-se no *Livro das Vidas dos Monges que falecerão neste Mosteyro de Santo Tirso*, f. 18 v., conservado no Arquivo de Singeverga. In António Augusto Pires de Lima, "Subsídios para a História de Santo Tirso." *O concelho de Santo Tirso*, vol. I, nº 2, Santo Tirso, Câmara Municipal, 1952, p. 283.

8 Ver Elisa Lessa, "A Música no Mosteiro de Tibães (séculos XVII e XVIII)," *Revista Mínia*, nº 2, Braga, ASPA, 1994, pp. 83-102.

9 Os relatórios das *Visitas do Geral* ao Mosteiro de St. Tirso existentes no ADB, relativas aos anos de 1644 a 1807, contêm 22 recomendações sobre a prática musical.

10 ADB, FMC, Congregação de S. Bento, *Visitas dos Visitadores*, nº 182.

11 *Idem*, nº 183. *Visita* efectuada em Janeiro de 1643.

12 O *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros Da ordem do Patriarcha S. Bento do Reyno de Portugal* viria a ser impresso em 1647 em Coimbra, nas oficinas de Diogo Gomez de Loureyro e de Lourenço Craesbeeck, sendo ainda Abade Geral da Congregação Fr. António Carneiro.

tecla, e nos outros tres de latim, nomeando para todas estas couzas mestres que com toda a coriozidade e não perfuntoriamente os ensine, mandando para o exercicio de tecla se comprar hu ou dous manicordios, e ao padre Prior e mestre encomendamos muito zelo com todo o cuidado que aia estas licoes infalivelmente auizandonos avendo falta dipoes de dada conta ao prelado quando senão remedee o que cumprirão sob pena de se lhes estanhar muito e castigar com rigor na nossa segunda vizita e nas dos próprios vizitadores [...] e prouera no choro de Alguns Breviarios e cadernos de Reza por nos ser chamado que auia falta delles por razão da qual auia embarços no choro, e outro si mandara afinar os ergãos [...] que em tres dias cada somana aja prosição conventual a qual acudirão todos os monges deste convento com a ladainha cantada pella claustra, e se fara nos domingos e dias sanctos que nella ocorrerem, e quando os não aja em dias ordinarios [...]”¹³

Para que se cumprissem as determinações respeitantes ao ensino da Música, o Abade Geral, na Visitação de Junho de 1648, nomeia o Irmão frei Diogo para Mestre de Cantochão e de Órgão.¹⁴ No ano seguinte, em 1649, o Abade Geral solicitou a Fr. Bento da Madre de Deus que mandasse erigir o coro¹⁵ e nele colocasse um Antifonário, para que se cantasse com perfeição. Mandou ainda consertar os *manicordios* da casa para as lições de instrumentos de tecla. Tendo verificado que os Mestres de Canto e instrumento se tinham mudado para outros Mosteiros, nomeou, nessa ocasião, o Padre Pregador Fr. Tomé para "professor de tecla" e o Irmão Frei Baltasar para "Mestre de Cantochão."¹⁶ As aulas destinavam-se aos monges que demonstrassem capacidades e conhecimentos na área musical. A disciplina era rígida, com castigos para os faltosos e negligentes no estudo. Em contrapartida, tanto os mestres como os aprendizes poderiam ser dispensados de alguns serviços rezados no coro. No entanto, só com autorização especial poderiam prosseguir estudos nos Colégios da Ordem. Fr. José da Cruz, que viria a ser organista no Mosteiro de Santo Tirso foi autorizado a frequentar o Colégio, sendo, no entanto, obrigado a declarar por escrito não ter qualquer direito de frequência nos cursos superiores ministrados nos Colégios Conventuais e comprometer-se a prosseguir paralelamente os seus estudos de música. O não cumprimento desta norma implicava a interrupção dos estudos no Colégio.

13 ADB, FMC, Congregação de S. Bento, *Visitas do Geral*, n.º 146.

14 *Idem*, n.º 147.

15 Na *Visita* efectuada em 1652, o Abade Geral verifica não ter sido possível a construção do coro. Recomenda que prossigam, no entanto, a ornamentação da igreja e sacristia e a reforma dos foles do órgão. *Idem* n.º 148, ff. 107-108.

16 *Idem*, n.º 148, ff. 101- 103.

A missão destes monges-músicos, a quem a Ordem facultava um instrumento de tecla para poderem estudar¹⁷, consistia no exercício da função pela qual tinham sido aceites, ocupando-se no exercício do canto e órgão, ou ensinando os outros coristas e noviços.¹⁸

Durante o séc. XVIII, o Visitador mandou o Padre Mestre de Cerimónias assistir às Missas Cantadas nos dias festivos para advertir e emendar as faltas e defeitos encontrados. A partir de 1765, ficou determinado que os Oficiais do Mosteiro, incluindo os *Mestres de Música*, deveriam ter um caderno com todas as obrigações respeitantes ao seu cargo, de modo a cumprirem com eficácia o seu desempenho.¹⁹ Deste caderno poderia constar o "*Regulamento que se deve observar para a instrução dos coristas*". Uma cópia deste *Regulamento*, existente na Biblioteca Municipal do Porto,²⁰ confirma a dispensa dos coristas nas missas rezadas, nos dias em que houvesse duas missas cantadas no coro. Este tempo teria de ser obrigatoriamente ocupado no estudo de latim. O regulamento refere ainda que não havia dispensa de uma hora de exercício de cantochão com assistência do Mestre para ensinar, *especulativa e praticamente*, aos domingos, dias santos e outras folgas constantes das *Constituições*. O silêncio no Advento e Quaresma não impedia a realização das lições de Cantochão, Latim e Moral.²¹ No coro alto, onde se situa o órgão, existe ainda uma estante coral, com quatro faces, onde antigamente se colocavam os Livros de Música. Os *Estados* do Mosteiro mostram o cuidado que os monges tinham com estes livros de grandes dimensões, contendo quer o Cantochão quer música polifónica. O quadro seguinte apresenta as referências contidas nos *Estados* relativas aos *Livros do Coro*.

17 Pouco antes da extinção das Ordens Monásticas, a congregação, certamente por dificuldades económicas, viu-se na obrigação de exigir aos noviços a aquisição de um *manicórdio*. Ver p. 92.

18 BPMP, Ms 913, f. 129. O Manuscrito é um livro de registo de entrada de noviços para o Mosteiro de S. Bento de Lisboa. A afirmação era válida para todos os Mosteiros da Congregação.

19 *Idem*, nº 166, ff. 54-63. Não se sabe se esta ordem chegou a ser cumprida, ou se estes livros se perderam. As obrigações dos Oficiais constam do *Cerimonial* da Congregação, capítulos II (Do Cantor Mor), III (Do Cantor Segundo, e dos Supridores), VI (Do organista).

20 BPMP, Ms 1257, pastas nºs 29- 30.

21 Ver I Parte, Capítulo 2, sobre a Formação Musical dos Monges Beneditinos.

Quadro nº 27
Livros do Coro

Referência	Data	Observações
"[...] Fizeramse pera o choro sinco liuros de pergaminho que contem todo o ferial, comum e proprio dos Santos Canticos E himnos todos mui perfeitos E acabados e hua estante no choro pera elles [...]"	1638	"[...] Obras que se fizerão [...]"
"[...] No choro se pos hu'm antifoniaro, Dous Breviarios, e dous Cadernos encadernaraose os Prosessionarios e se puserão alguns de novo [...]"	1650	<i>Ibidem</i>
"[...] Encadernaraosse os Liuros de musica [...]"	1653	<i>Ibidem</i>
"[...] Poserãose no Coro dous breviarios novos [...]"	1734	"[...] Obras que se fizerão [...]"
"[...] Concertarão-se, e forrarão-se alguns livros do coro [...]"	1740	"[...] Obras que se fizerão [...]"
"[...] Encadernouse hun Missal em Marroquim para os Pontificaes, e se encadernarão de novo três missais para o uso; posse hun Breviario para os responsos solemnes, e mais funções da Igreja [...]"	1755	"[...] Obras que se fizerão [...]"
"[...] se puzerão dous livros bem encadernados com novos missaz e solfaz [...]"	1764	"[...] Obras que se fizerão neste Mosteiro. Coro [...]"
"[...] No Côro se pôs hum livro grande que contem os officios da Semana Santa, festas do Natal, e do Nosso Santíssimo Patriarca com suas Antiphonas. e Responsorios de Cantochoão o que tudo se fez de novo, e o dito Livro se encadernou com seus bronzes. e o mais que foi preciso [...]"	1783	"[...] Obras que se fizerão [...]"
"[...] No Côro pos-se de novo hum breviario, concertarao-se, e encadernarao-se sette de oito; concertarao-se, encadernarao-se todos os liuros, e que se fez consideravel despesa [...]"	1789	"[...] Obras que se fizerão [...]"

ADB, FMC, Congregação de S. Bento. *Estados* nº 109 [1645-1743];
Estados nº 110 [1755-1783]; *Estados* nº 111 [1789-1822]

No Seminário Maior do Porto existe um Livro de Coro que pertenceu ao Mosteiro de Santo Tirso.²² O manuscrito, datado de 1755, contém melodias do *Ordinário da Missa* e vários Hinos para as Festas de Santa Juliana, Festa da Virgindade de Nossa Senhora, Festa da Maternidade de Nossa Senhora e Festa do Corpo de Deus.²³

No século XV havia na sacristia do mosteiro, entre outros livros, *cinco saltérios galegos bons*. Segundo José Mattoso, os livros litúrgicos deviam ser anteriores ao século XIII, por constituírem livros separados para o Canto, os Salmos, as leituras e as orações.²⁴

A livraria do Mosteiro incluía no seu espólio obras de música. O quadro seguinte apresenta o conjunto de livros mencionados no *Index da Livraria*, datado de 1741.

²² Biblioteca do Seminário Maior do Porto, Ms 158.

²³ Ver IV Parte, Capítulo 1.

²⁴ José Mattoso, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 488.

Quadro nº 28
Livros de Música
Livraria do Mosteiro

Nome	Autor	Observações
"Flores de Música - 1 tomo"	Coelho	Trata-se da obra <i>Flores de Música para o instrumento de Tecla e Harpa</i> do Padre Manuel Rodrigues Coelho, publicada em Lisboa em 1620. ²⁵
"Hymni Ecclesiastici - 1 tomo"		[?]
"Porque de La Musica - 1 tomo"		O tratado <i>El Porqué de la Música</i> é da autoria do teórico espanhol Andrés Lorente, publicado em Alcalá de Henares em 1672. ²⁶
"Resumo das Regras Geraes do Canto Cham - 1 tomo"		[?]
"Theatrum musicum - 1 tomo"		Eventualmente poderá tratar-se do <i>Theatro Ecclesiastico</i> de Fr. Domingos do Rosário, (monge do Convento da Arrábida e Primeiro Vigário do Coro do Convento de Mafra), publicado em Lisboa em (?), 1779, (6ª ed.). Esta obra contém o modelo de canto e cerimonial litúrgico praticado no séc. XVIII.

BPMP, Ms. 401

Na descrição que um viajante fez sobre uma viagem que realizou pelo Minho no ano de 1785, intitulada *Lembrança Do Que Vi E Passei Na Jornada Que Fiz Ao Minho No Anno de 1785*, ficou anotado o seguinte sobre a *Livraria* do mosteiro:

" [...]A livraria tem bastantes livros portuguezes raros e muito boas obras modernas. A casa é optima e muito aceiada, porem tem o grande defeito de alta.{...}"²⁷

O viajante mencionou, porém, que a biblioteca não tinha qualquer *index* elaborado, e que os livros não estavam colocados em ordem nas estantes. Provavelmente o monge bibliotecário de então, desconhecia o *index* de 1741. O viajante assistiu também à celebração das Matinas, que não foram, no entanto, do seu agrado, de acordo com as impressões que deixou escritas:

- ²⁵ A edição moderna desta obra é de Santiago Kastner. *Portugaliae Musica*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, 2ª edição. Existe ainda uma edição em *fac simile* da obra *Manuel Rodrigues Coelho, Flores de musica para o instrumento de Tecla & Harpa*, Editions Minkoff, Genève, 1986.
- ²⁶ *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*, vol. XI. London, MacMillan, 1980, p. 231. O tratado de Andrés Lorente *El porqué de la música. em que se contiene los quatro artes de ella. canto llano, canto de órgano, contrapunto, y composición* [...] apresenta um enorme conjunto de exemplos musicais, o que prova ter sido o seu autor não só um teórico da música mas também compositor. Segundo José López-Caló, esta obra vale sobretudo pelas observações pessoais do autor sobre a prática musical do seu tempo. In José López-Caló, *História de la música española*, vol. 3, Madrid, Alianza Editorial, 1983, p. 240.
- ²⁷ Camilo Castelo Branco, *Mosaico e Sylva de Curiosidades históricas, Litterarias e Biographicas*. Porto, Anselmo de Moraes - Editor, 1868, p. 193.

" Neste dia fui às matinas dos santos, que se cantaram muito desengraçadamente, porque o abbade que tem grandes presumpções de cantor, atrapalha tudo."²⁸

Na Biblioteca Pública Municipal do Porto conserva-se um manuscrito musical proveniente do mosteiro que contém a voz de Baixo de *Dominica Palmarum* da Paixão segundo S. Mateus para se cantar no Domingo de Ramos e *Feria Sexta in Parasceve*, da Paixão segundo S. João, para a Sexta feira Santa.²⁹

2.11.2 Cantores e instrumentistas

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e princípios do séc. XIX, passaram pelo Mosteiro de Santo Tirso muitos cantores e organistas. Os quadros seguintes apresentam um conjunto de monges, que ao longo do tempo exerceram funções neste Mosteiro, no domínio da música litúrgica. Os seus nomes constam do catálogo de Monges Conventuais inseridos no final dos relatórios trianuais denominados *Estados* do mosteiro. Na sua maioria estes Mestres, Cantores e Organistas foram aceites no *noviciado* pelos seus conhecimentos e capacidades musicais.

Em toda a documentação estudada sobre outros Mosteiros Beneditinos do norte do País, não há referência a um tão grande número de Monges Organistas exercendo funções no mesmo Mosteiro, como acontece, por exemplo, em 1765 no Mosteiro de Santo Tirso. Num total de cinquenta monges conventuais, dez exerciam funções de organista, podendo-se afirmar, neste caso, existir no mosteiro de Santo Tirso uma verdadeira escola de órgão. Neste mosteiro esteve, pelo menos entre os anos de 1810 a 1813 o notável organeiro e organista, Fr. Domingos de S. José Varela. O quadro seguinte apresenta os monges que exerceram os ofícios de Cantor e Organista entre os anos de 1761 a 1789, constantes nos *Estados* do mosteiro.

²⁸ *Ibidem.*

²⁹ BPMP, MM14. Ver o capítulo dedicado aos fundos musicais beneditinos.

Quadro nº 29
Cantores e Organistas [1761 -1789]
Catálogo dos Monges Conventuais

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. Manuel do Rosário	1761	Cantor, organista	
Fr. Luís Caetano de S. José	1761	Cantor, organista	Subprior
Fr. José de S. Bento	1761	Cantor, organista	Prior
Fr. Agostinho de Jesus	1761	Organista	
Fr. Joaquim de Santo Tomás	1761	Cantor, organista	
Ir. Corista Fr. Manuel da Ressurreição	1761, 1770, 1773	Organista	
Ir. Corista Fr. Libório de Nossa Senhora da Graça	1761	Organista	
Ir. Corista Fr. José de Santa Escolástica	1761, 1786	Organista	
Ir. Corista Fr. Manuel da Natividade	1761	Cantor, organista	
Ir. Corista Fr. Marcelino de S. José	1761	Organista	
Fr. José da Cruz	1764, 1770, 1773	Organista	
Fr. Alexandre de Santo António	1764, 1767	Organista	Recebedor
Fr. João de Santa Gertrudes	1764, 1767, 1773	Organista Idem	Subprior, Notário Prior
Fr. Francisco da Anunciação	1764	Cantor Mor.	Mestre dos Coristas
Ir. Corista Fr. Bernardo de Jesus Maria	1764, 1798	Organista	Gastador
Ir. Corista Fr. Bernardo da Conceição	1764, 1783	Organista	
Ir. Corista Fr. Feliciano da Coroação	1764	Organista	
Ir. Corista Fr. José Joaquim de Santa Teresa	1764	Organista	
Fr. Bento de S. José	1767	Segundo Cantor, Organista	
Fr. António da Coroa	1767, 1770	Organista	
Fr. Agostinho do Rosário	1767, 1770	Organista Cantor, Organista	
Fr. Joaquim de Santa Teresa	1767	Organista	
Fr. Francisco de Jesus	1770	Cantor Mor	
Fr. Francisco de S. José	1770, 1773	Cantor, Organista Cantor Mor, Organista	
Fr. Manuel da Conceição	1773	Cantor, Organista	
Fr. José de Santa Rosa	1783	Cantor	
Fr. Francisco de S. Bento	1783	Cantor, Organista	
Ir. Corista Fr. Manuel dos Prazeres	1783	Organista	
Ir. Fr. António de Nossa Senhora da Assunção	1786, 1798	Organista	
Fr. António do Rosário Baptista	1789	Cantor	Gastador, Mestre de Obras
Fr. Bernardo da Maria Santíssima	1789	Organista	
Fr. António de Santo Atanásio	1789	Cantor, Organista	
Fr. José Joaquim de Santa Ana	1792	Organista	Prior, Vigário
Fr. António da Soledade	1792, 1795, 1798	Organista Idem	Subprior, Mestre dos Irmãos

Quadro nº 29
Cantores e Organistas [1761 -1789]
Catálogo dos Monges Conventuais (cont.)

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. José de Santa Maria	1792	Cantor Mor	
Fr. Joaquim de Santa Ana	1795	Organista	
Fr. Manuel de Santa Maria	1795	Cantor Mor	
Fr. Joaquim de Santa Rosa	1795	Segundo Cantor	
Fr. José de Santo Hipólito	1798	Organista	Prior
Fr. Luís dos Serafins	1798	Organista	Recebedor
Fr. Bernardo de Jesus Maria	1798	Cantor Mor	
Ir. Corista Fr. José de Santa Gertrudes	1798	Organista	
Ir. Corista Fr. Custódio de Santa Genoveva	1798	Organista	

ADB, FMC. *Estados* do Mosteiro nº 110 [1755-1783] e nº 111 [1789-1798]

Além destes monges músicos, foram já mencionados Fr. Diogo, nomeado Mestre de Cantochão e Órgão em 1648, Fr. Tomé, nomeado Professor de Instrumentos de Tecla em 1649 e Fr. Baltasar, nomeado Mestre de Cantochão no mesmo ano. Fr. Leão de S. Tomás refere-se a Fr. Gregório da Cruz, como sendo discípulo de Pero da Gamboa, compositor, Mestre da Capela da Sé de Braga aproximadamente entre os anos de 1585 a 1597.³⁰

O quadro seguinte apresenta os monges que exerceram os ofícios de Cantor e Organista entre os anos de 1801 e 1822, constantes nos *Estados* do mosteiro.

Quadro nº 30
Cantores e Organistas [1801-1822]

Nome	Data	Função	Outras funções
Fr. António Joaquim de Assunção	1801, 1804	Organista	
Fr. António de S. José.	1809	Organista	
Fr. António José dos Reis	1801, 1804	Cantor Mor	
Fr. Bernardo de Maria Santíssima	1804	Organista	
Fr. Manuel de Santo Elias	1807, 1810	Cantor, Organista Cantor Mor, Organista	Hospedeiro, Enfermeiro
Fr. José da Esperança	1807, 1810, 1813	Organista	
Fr. Domingos de S. José Varela	1810	Organista	
Fr. João de S. Bento	1810	Segundo Cantor	
Fr. Manuel de S. Vitorino	1810	Organista	
Irmão Fr. Manuel da Ascensão	1813, 1816	Organista	Em 1819 era já Padre Prior
Irmão Fr. António dos Serafins	1813, 1816, 1819	Organista	
Fr. Custódio de Santa Genoveva	1804, 1822	Organista	

ADB, FMC. *Estados* do Mosteiro nº 111 [1801-1822]

³⁰

Fr. Leão de S. Tomás, *Beneditina Lusitana*. Notas críticas de José Matoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 42.

Os ofícios de Mestres de Noviços e de Coristas, bem como de Mestres de Cerimónias são também mencionados no catálogo dos monges conventuais. Qualquer uma destas funções exigia conhecimentos musicais relevantes. O quadro seguinte contém o nome dos monges que exerceram estas funções entre os anos de 1789 a 1822.

Quadro nº 31
Mestres dos Coristas, dos Noviços e de Cerimónias
[1789-1822]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. José da Assunção	1761	Mestre dos Coristas	Em 1767, Fr. José da Assunção foi eleito Mestre de Noviços no Mosteiro de S. Bento da Vitória.[A.S., <i>Livro de Matrícula dos Religiosos de Santo Tirso</i> , f.2]
Fr. Francisco da Anunciação**	1764	Mestre dos Coristas	Cantor Mor e Gastador
Fr. José de S. Bernardo**	1786	Mestre de Irmãos	Cantor
Fr. António de Santa Maria	1789	Mestre dos Coristas	
Fr. José de Santo António	1795	Mestre de Irmãos	
Fr. Manuel de Santa Clara	1795, 1798, 1807, 1810	Mestre de Cerimónias Mestre de Cerimónias Mestre de Cerimónias Mestre de Cerimónias	Hospedeiro Cartorário
Fr. Manuel de S. José*	1801	Mestre dos Coristas	
Fr. Rodrigo de Santo Inácio de Loyola	1804	Mestre de Cerimónias	Mestre de Obras, Bibliotecário
Fr. Custódio do Pilar	1804	Mestre dos Coristas	
Fr. Francisco do Coração de Jesus	1807	Mestre dos Coristas	
Fr. António dos Prazeres	1810	Mestre dos Noviços	
Fr. Manuel de S. José Barros*	1813	Mestre de Noviços	
Fr. Manuel dos Prazeres	1819	Mestre de Noviços	
Fr. Manuel de Santa Ana	1822	Mestre de Noviços	

ADB, FMC, *Estados do Mosteiro nº 110 e nº 111*

* Trata-se provavelmente do mesmo monge.

** Estes monges constam do Quadro referente a Cantores e Organistas.

O *Livro dos Concelhos do Mosteiro de Santo Tirso*, elaborado a partir do ano de 1724, contém nomeações de vários oficiais do mosteiro. O quadro seguinte apresenta as nomeações de Cantores, Mestre de Coristas e Mestre de Cerimónias entre os anos de 1730 e 1785.

Quadro nº 32
Nomeações de Oficiais Músicos
[1730-1785]

Nome	Data da Nomeação	Função	Fonte manuscrita
Fr. Francisco dos Santos	27 de Fevereiro de 1730	cantor	Livro dos Concelhos, f. 20
Fr. Miguel dos Serafins	8 de Dezembro de 1748	Cantor Mor Mestre de Cerimónias	Livro dos Concelhos, f. 65
Irmão Corista Fr. João de Santa Gertrudes	8 de Dezembro de 1748	Segundo Cantor	Livro dos Concelhos, f. 65
Fr. Matias de Santa Teresa	16 de Junho de 1761	Mestre dos Coristas	Livro dos Concelhos, f. 91
Fr. Alexandre de S. Tomás	13 de Setembro de 1761	Mestre de Cerimónias	Livro dos Concelhos, f. 91 v.
Fr. Francisco de Jesus Maria	17 de Fevereiro de 1766	Primeiro Cantor	Livro dos Concelhos, f. 102,102v
Fr. Bento de S. José	17 de Fevereiro de 1766	Segundo Cantor	Livro dos Concelhos, f. 102,102v
Fr. Francisco de S. José	14 de Maio de 1770 23 de Julho de 1773	Primeiro Cantor Cantor Mor	Livro dos Concelhos, f. 110v Livro dos Concelhos, f. 119
Fr. Agostinho do Rosário	14 de Maio de 1770 23 de Julho de 1773 17 de Fevereiro de 1777	Segundo Cantor Segundo Cantor Primeiro Cantor	Livro dos Concelhos, f. 110v f. 119 f. 126
Fr. José de S. Francisco	17 de Fevereiro de 1777	Segundo Cantor	Livro dos Concelhos, f. 126
Fr. Tomás do Sacramento	9 de Junho de 1779 16 de Agosto de 1780 31 de Maio de 1783	Pedagogo dos Coristas Segundo Cantor Mestre dos Noviços	Livro dos Concelhos, f. 132v f. 135v f. 142
Fr. José de Santa Rosa	16 de Agosto de 1780	Cantor Mor	Livro dos Concelhos, f. 135v
Fr. Francisco de S. Bento	31 de Maio de 1783	Cantor Mor	Livro dos Concelhos, f. 142
Fr. António de S. Bernardo	31 de Maio de 1783	Segundo Cantor	Livro dos Concelhos, f. 142
Fr. José de S. Bernardo	22 de Fevereiro de 1785	Mestre dos Coristas	Livro dos Concelhos, f. 145

BPMP, Ms. 424

Há também notícia de outros músicos que, não constando do Catálogo de Monges Conventuais, exerceram funções neste Mosteiro.

Fr. Custódio do Salvador foi durante quase trinta anos Cantor Mor no Mosteiro do Porto. Quando já era cego e de avançada idade, mudou-se para o Mosteiro de Santo Tirso, onde viria a falecer em 6 de Dezembro de 1746.³¹

³¹ AS, *Livro das Vidas dos Monges que falecerão neste Mosteiro de Santo Tirso*, Vida e Morte do Padre Pregador Fr. Custódio do Salvador, ff. 20v-21v.

O Padre Pregador Fr. João da Soledade nasceu na Rua de S. Marcos, em Braga, tendo sido baptizado em 1681. Foi Cantor durante alguns anos no Mosteiro de S. Bento da Vitória. Depois de ter tido alguns problemas com a voz, já recuperado, mudou-se para o Mosteiro de Santo Tirso onde também se dedicou ao Serviço do Coro.³²

Fr. António de Santa Escolástica foi baptizado na Sé de Braga em 21 de Junho de 1682. Com 21 anos entrou para Noviço em Tibães. Possuía uma bela voz e era um bom executante de órgão. Tirou o curso de Filosofia no Colégio de Rendufe e o de Teologia em Cabeceiras de Basto. Esteve no Brasil alguns anos, sendo depois Abade do Mosteiro da Estrela. Faleceu no Mosteiro de Santo Tirso em 28 de Abril de 1753.³³

O Padre Pregador Fr. Miguel dos Serafins nasceu em Lisboa em 1688 e morreu no Mosteiro de Santo Tirso em 28 de Agosto de 1762. Tendo uma boa formação em Latim, Cantochão e órgão, tomou o hábito no Mosteiro do Porto. A sua biografia aponta-o como autor de diversos livros corais:³⁴

Fr. António de Santa Rita nasceu nos Arcos de Valdevez em 1734. Possuindo uma voz muito afinada, exerceu durante anos o cargo de Segundo Cantor. Coursou Filosofia e Teologia. Foi conventual durante 20 anos no Mosteiro do Porto, vindo a falecer em Santo Tirso em 1782.³⁵

O Padre Fr. José de S. Bernardo era natural de Barcelos. Tomou o hábito no Mosteiro de S. Bento de Saúde em Lisboa em 1744. Exerceu funções de Cantor, Mestre dos Coristas e Subprior ao longo da sua vida. Foi Mestre de Noviços no Mosteiro de Santo Tirso. Morreu em 27 de Janeiro de 1796.³⁶

O Padre Fr. José de S. Francisco era natural de Guimarães e pertencia a uma família de músicos. Foi noviço em Tibães onde "deu provas concludentes da pericia que tinha para o toque de órgão e de solfa para o canto e da sua docilidade, bom genio e educação". Traduziu vários livros em Francês para Português e exerceu também funções de Prior e Vigário no Mosteiro de Santo Tirso, onde morreu em 1783.³⁷

32 BPMP, Ms nº 73 *Livro dos Óbitos dos Monges que faleceram no Mosteiro de São Salvador de Passo de Sousa*, Memória do Padre Fr. José da Soledade, f. 144.

33 AS, *Livro das Vidas dos Monges que falecerão neste Mosteiro de Santo Tirso*, Vida e morte do Padre Pregador Fr. António de S. Escolástica, ff. 37- 38.

34 AS, *Livro das Vidas dos Monges que falecerão neste Mosteiro de Santo Tirso*, Vida e Morte do Padre Pregador Fr. Miguel dos Serafins, ff. 54- 55.

35 AS, *Livro das Vidas dos Monges que falecerão neste Mosteiro de Santo Tirso*, Memória do Padre Fr. António de Santa Rita, f. 92.

36 AS, *Livro das Vidas dos Monges que falecerão neste Mosteiro de Santo Tirso*, Memória do Padre Fr. José de S. Bernardo, ff. 92v- 93.

37 AS, *Livro das Vidas dos Monges que falecerão neste Mosteiro de Santo Tirso*, ff. 69v-70. Fr. José de S. Francisco tinha já residido em S. Tirso mas, em 1777, foi mudado para o Mosteiro de Rendufe, para exercer as funções de Organista. Este Monge foi um dos casos em que, só depois de grande insistência, conseguiu prosseguir os estudos de Filosofia e Teologia, por ser muito necessário à Congregação como Organista.

O Padre Pregador Fr. António de Jesus era natural do Porto. Iniciou cedo os estudos de *solfa e latim*, sendo admitido na Ordem de S. Bento no Mosteiro de Tibães quando já era *um consumado gramatico e admiravel muzico*. Foi depois estudar para o Mosteiro de Santo Tirso, Basto e Pombeiro. Morreu no Mosteiro de Paço de Sousa em 1720.³⁸

O *Livro de Matrícula dos Religiosos conventuais no Mosteiro de Santo Tirso*" permite-nos ainda identificar os seguintes músicos:

Quadro nº 33
Monges Músicos

Nome	Data	Observações
Padre Pregador Fr. Manuel da Conceição	1761	Veio do Mosteiro do Porto para Santo Tirso. exercer funções de Cantor Mor. Foi mudado para o Mosteiro de Arnoia em 1762.
Padre Pregador Fr. Agostinho do Rosário	1773	Veio do Mosteiro de Basto para Santo Tirso exercer funções de Cantor Segundo.
Padre Fr. José de Santa Teresa	1777	Veio do Mosteiro de Rendufe para Santo Tirso exercer funções de Organista.
Padre Fr. Custódio de S. José	1791	Veio do Mosteiro de Rendufe para Santo Tirso exercer funções de Organista. Era natural do Porto.
Irmão Fr. Bernardino de Santa Cecília	1795	Veio do Mosteiro de Tibães. Era natural de Vairão. Exerceu funções de corista e organista.

AS, Livro da Matrícula dos Religiosos de Santo Tirso, ff. 5, 21v, 24, 36, 42.

Apesar do Mosteiro ter tido um grande número de Coristas, Cantores, Organistas e outros instrumentistas, havia por vezes necessidade de contratar músicos de fora para participarem em ocasiões especiais. O levantamento das despesas efectuadas pela sacristia nos relatórios dos *Estados do Mosteiro* dão-nos indicações de pagamentos efectuados a músicos entre os anos de 1713 e 1743. Estão registadas referências com despesas variadas, de acordo com o número de músicos requisitados. A maior quantia registada diz respeito ao ano de 1713, apresentando gastos no valor de cento e trinta e oito mil quatrocentos e oitenta reis.³⁹

38 BMP, Ms 173, *Livro dos óbitos dos Monges que faleceram neste Mosteiro de S. Salvador de Passo de Sousa*, ano 1728, f.87, "Vida e Morte do Muito Reverendo Padre Pregador Fr. António de Jesus".

39 ADB, FMC, Congregação S. Bento. *Estados* nºs109, 110 e 111, *Contas da Sacristia*.

2. 11.3 Património organológico

A vida musical no Mosteiro de Santo Tirso, comprovada pela existência de um tão grande número de músicos, permite concluir que o Mosteiro possuía um património organológico de relevo. No triénio de 1795-1798, o Abade José de Santa Rosa Vasconcelos mandou construir o grande órgão que se encontra actualmente no coro da Igreja.

De acordo com o relatório dos *Estados* no triénio de 1764-1767, foi construído um pequeno órgão que viria a ser restaurado no triénio de 1789-1792. Segundo Robert Smith⁴⁰, a caixa deste realejo foi construída provavelmente por Fr. José de Santo António Vilaça, pelo facto da ornamentação lembrar outros trabalhos do autor, nomeadamente, as tampas das caixas angulares dos grandes cadeirais do próprio Mosteiro.

O *Estado* elaborado em 1822 dá conta da construção de um realejo novo para o mosteiro. O pequeno órgão, que se encontra actualmente junto à capela do Santíssimo, no Cruzeiro da Igreja, foi restaurado em 1994 pela "Oficina e Escola de Organaria Lda" de Pedro Guimarães von Rohden. O órgão tem os seguintes registos:

<i>Dolsaina</i>	<i>Clarim</i>
<i>Cheso</i>	<i>Cheio</i>
<i>Desanovena</i>	<i>Dozena</i>
<i>Quinzena</i>	<i>8º Real</i>
<i>Flautado de 6</i>	<i>Flautado de 12</i>
<i>Violam</i>	<i>Flauta doce</i>

O quadro seguinte contém as referências relativas aos órgãos pequenos do mosteiro.

Quadro nº 34
Realejos

Referência	Data	Observações
"[...] Acabou-se o Rialejo para o Coro [...]"	1767	"[...] Obras que se fizeram [...]"
"[...] Pintou-se, envernizou-se, e afinou-se o Realejo para estar na mesma capella Mor para servir nas funções mais solennes [...]"	1792	"[...] Igreja do Mosteiro [...]"
"[...] Hum Realejo novo, que se ascentou no Cruzeiro da Igreja pelo qual se deo o velho em desconto do seu preço [...]"	1822	"[...] Obras que se fizeram no prezente Trienio [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 110 e nº 111

⁴⁰ Robert C. Smith, *Frei José de Santo António Vilaça*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 566.

Em 1740, o mosteiro adquiriu um *manicórdio* para os monges puderem estudar. O relatório das contas da sacristia no triénio de 1740-1743 tem anotado a compra deste instrumento.⁴¹

Em meados do século XVII, o mosteiro tinha um grande Órgão. Em 1650, esse órgão foi restaurado, levando folles novos e também alguns tubos. No triénio seguinte, os monges mandaram fazer um passadiço do coro para a varanda do órgão e no triénio de 1663 a 1665, o órgão foi novamente restaurado e afinado. Na primeira metade do século XVIII, o órgão foi alvo de intervenções, pelo menos, quatro vezes. O quadro seguinte apresenta as referências a este instrumento, contidas nos *Estados* do Mosteiro.

Quadro nº 35
Grande Órgão
[1650-1734]

Referência	Data	Observações
"[...] Fizerãose os folles do órgão de novo e se puserão nelle algus canos novos, que lhe faltavão [...]"	1650	"[...] Obras que se fizerão [...]"
"[...] Fesse hu passadiço do choro para o órgão [...]"	1653	"[...] Obras que se fizerão [...]"
"[...] Fizeram-se huns folles novos para o Orgão de grande custo. E feitio extraordinario, e se concertou todo o Orgão, e se lhe puzerão mtos canos novos, e remendarão outros, que estavam furados, concertandosse juntante o pandeiro, E cobrindosse com hua empanada de panno por rezão da humide, e porisso ficou o Orgão muito bem afinado [...]"	1665	"[...] Obras que se fizerão [...]"
"[...] fesse hua Tribuna de esquadra fina para estarem os órgãos com sua abobada de pedra per sima[...]"	1683	"[...] Obras que se fizerão [...]"
"[...] Dourousse a caixa do órgão, e bojo que fica debaixo della, a columna do cirio pascoal. [...]"	1713	"[...] Obras que se fizerão [...]"
"[...] Deu para o concerto [do órgão], e acrescentamento delle treze mil quatrocentos e des Reis [...]. Acrescentarao-se ao Orgão sinco registros [...]"	1716	"[...] Contas da Sanchristia [...]"
"[...] Deu para o concerto do órgão quatro mil cento, e oitenta reis [...]"	1734	"[...] Contas do Padre Mestre das Obras [...]"
"[...] se concertou o órgão, acrescentandose lhe novos rezistos [...]"	1764	"[...] Obras que se fizerão neste Mosteiro Coro [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 109 [1645-1743]; *Estados* nº 110 [1755-1783]

Sobre o grande órgão do mosteiro, construído no triénio de 1795-1798, referiram-se já Bertino Daciano⁴² e Carlos de Passos⁴³. De acordo com estes autores, as semelhanças deste órgão com os da Igreja de Santa Clara, de Vila do Conde e do Mosteiro de S. Bento da

⁴¹ ADB, Congregação S. Bento, FMC, *Estados* nº 109.

⁴² Bertino Daciano, "Órgãos, Organistas e Organeiros", *O Conselho de Santo Tirso*, vol. I, nº 1, Santo Tirso, Câmara Municipal, 1951, p. 87-92.

⁴³ Carlos Passos, "O Mosteiro e a Igreja de Santo Tirso", *O Conselho de Santo Tirso*, vol. IV, nº 2, Santo Tirso, Câmara Municipal, 1956, p. 87-156.

Vitória, fazem supôr ser o seu autor Fr. Domingos de S. José Varela, ou o seu discípulo Manuel de Sá Couto (Lagoncinha).⁴⁴ O quadro seguinte apresenta as referências a este instrumento, contidas nos *Estados* do mosteiro.

Quadro nº 36
Grande órgão

Referências	Data	Observações
"[...] Reduziose a melhor forma a caixa do Orgão, e sua Bacia, metendoselhe varias peças de talha moderna, e grades novas o que tudo se pintou e doirou [...] Fese hum excelente Orgão de belissimas e suavissimas vozes com eccos e varios rezistos de bom gosto, para o qual se aproveitarão os Canudos do velho, que se acharão capazes de servir; E na fresta que lhe fica fronteira formou-se uma Tribuna de rotula guarnecida de talha nova com seu remate que se pintou e doirou [...]"	1798	"Obras e Reparos"
"[...] Posse hum cano de chumbo ao redor da Torre, que fica ao Lado do orgão para terminar a homidade que lhe cauzava [...]"	1804	"Obras e Reparos" "Igreja do Mosteiro"
"[...] Reformou-se o Orgão acrescentando-lhe registos e sumeiros novos [...]"	1807	"Obras e Reparos"
"[...] Desmontou-se, e afinou-se o Orgão [...]"	1816	"[...] Relação das Obras novas, e concertos q se fizerão este trienio [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 111

O órgão tem no meio da sua base uma "carranca", cuja boca lançava uma língua comprida acompanhada de um som áspero, cada vez que eram accionados os foles do instrumento. António José dos Santos, o organeiro natural de Mangualde, rectificou este órgão em 1874, conforme a inscrição nele contida. Em 1927, foi de novo restaurado pelo organeiro do Porto, António Vieira.⁴⁵

⁴⁴ Note-se, no entanto, que o órgão do Mosteiro de S. Bento da Vitória foi apenas restaurado por Fr. Domingos de S. José Varela, tendo sido construído por Fr. Manuel de S. Bento.

⁴⁵ Domingos Pinho Brandão, *Órgãos da Sé do Porto e Actividade de organeiros que nesta cidade viveram*, Porto, Coro da Sé Catedral do Porto, 1985, pp. 163-164.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 182; *Visitas do Geral* n° 146.

FMC, CSB, Ms 323.

FMC, CSB, *Estados* n° 109, n° 110, n° 111.

II. Arquivo de Singeverga

AS, *Livro das Vidas dos Monges que falecerão neste Mosteiro de Santo Tirso*.

AS, *Livro dos Capítulos Gerais*, ff.1-25.

III. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 1257, documento n° 2, n° 3; Ms 1; Ms 73; Ms 424; Ms 913.

B. Bibliografia

- Brandão, Domingos Pinho, *Órgãos da Sé do Porto e Actividade de organeiros que nesta cidade viveram*, Porto, Coro da Sé Catedral do Porto, 1985.
- Cabral, Carlos, Catálogo do Fundo de Manuscritos Musicais, *Bibliotheca Portucalensis*. II Série - n° 1, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1982.
- Castelo Branco, Camilo, *Mosaico e Sylva de Curiosidades históricas, Litterarias e Biographicas*, Porto, Anselmo de Moraes - Editor, 1868.
- Correia, Francisco Carvalho, *A Igreja matriz e o Antigo Mosteiro Beneditino de Santo Tirso*, Câmara Municipal, 1994.
- Daciano, Bertino, "Orgãos, Organistas e Organeiros", *O Conselho de Santo Tirso*, vol. I, n° 1, Santo Tirso, Câmara Municipal, 1951, pp. 87-92.
- Kastner, Santiago, *Portugaliae Musica*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, 2ª edição.
- Lessa, Elisa, "Apontamentos sobre a prática musical no Mosteiro de Santo Tirso: mestres, cantores e organistas (séculos XVII-XIX)", *Revista Portuguesa de Musicologia*, n°s 4-5, Lisboa, Associação Portuguesa de Ciências Musicais, 1995, pp. 95-114.
- Mattoso, José, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- Passos, Carlos, "O Mosteiro e a Igreja de Santo Tirso", *O Conselho de Santo Tirso*, vol. IV, n° 2, Santo Tirso, Câmara Municipal, 1956, pp. 87-156.
- Pires de Lima, António Augusto, "Subsídios para a História de Santo Tirso", *O Concelho de Santo Tirso*, vol. I, n° 2, Santo Tirso, Câmara Municipal, 1952, pp. 111-301.

2. 12 O Mosteiro de Travanca (S. Salvador)

Introdução

O Mosteiro de Travanca foi fundado no século XI. A sua fundação é atribuída a D. Garcia Munios.¹ O seu último comendatário, renunciou à comenda a favor da Ordem em 1572, ficando ainda a usufruir de uma pensão de mil cruzados. O Mosteiro só viria a ter o seu 1º Abade trienal em 1578, tendo sido eleito Fr. Domingos Teixeira. O Mosteiro era então considerado uma “casa grande”. A sua importância advinha de nele terem funcionado diversos *Colégios*. A partir de 1578, começou a funcionar o curso de Latinidades, que anteriormente funcionava em Refoios de Basto. Em 1592, iniciou-se o curso de Filosofia, seguindo-se depois outros cursos de «Artes». No século XVII, entre 1604-1608 o Mosteiro de Travanca contou com a direcção de Fr. Leão de S. Tomás no Colégio das Artes. A Igreja do Mosteiro mantém a traça de origem Românica do século XII. O edifício monástico é da autoria do arquitecto beneditino Fr. João Turriano e foi construído entre os anos de 1673 a 1678.² Fr. Alexandre da Paixão, músico e pregador, foi Abade do Mosteiro de Travanca, onde viria a falecer cerca de 1700/1. Diogo Barbosa Machado na sua *Bibliotheca Lusitana* menciona que Fr. Alexandre da Paixão escreveu uma obra intitulada *História particular do Convento de Travanca*.³ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, descrevendo o Mosteiro de Travanca no ano de 1725, deixou o seguinte testemunho:

"[...] He este mosteiro magnifico, com dous dormitorios para a parte do Sul [...] Tem um claustro quadrado, com 7 arcos, sobre columnas de pedra [...] e o claustro de 120 palmos, em quadra: no meio delle, grande chafaris correndo agoa por varias bicas delle. [...] Tem este mosteiro huma boa caza de livraria e dentro della o cartorio, em hum guarda roupa de pao santo, metido na parede, devidida toda en gavetas e almarios, com muito aseio; e alem dos muitos livros que tem impressos, tem os livros seguintes manuscriptos, copiados pello Padre Frei Alexandre da Paixão, relligioso desta casa, que foi natural da villa de Amarante, dos originaes escriptos de Manuel de Faria de Sousa, que são 6 tomos, todos em quarto [...]"⁴

¹ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho No Ano de 1726*, vol. II, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1992, p. 288.

² Gabriel de Sousa, "Benedictinos", *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 406-407.

³ Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1759, Tomo I, p. 97 e Tomo IV, p. 9. Sobre este músico ver Mosteiro do Bustelo, pp. 256, 261, 262 e Dicionário de Músicos Benedictinos.

⁴ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho No Ano de 1726*, vol. II, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1992, pp. 290-294.

2.12.1 Actividade musical

Em 1644, o Abade Geral Fr. António Carneiro deixou no relatório da sua Visita ao Mosteiro, algumas recomendações relativas ao Ofício Divino. A sua preocupação, já demonstrada em Visitas a outros Mosteiros, sobre o modo de cantar e rezar no coro, ficou registada, tendo Fr. António Carneiro incentivado os monges a cumprirem zelosamente as obrigações monásticas. O Capítulo Geral havia decidido reformar o Cerimonial beneditino, sendo incumbido dessa tarefa Fr. Leão de S. Tomás. Os monges aguardando a reforma das cerimónias, não as praticavam na íntegra levando o Abade Geral a afirmar:

“[...] e há muito tempo que com a esperança de cerimoniaes novas senão tem feito cazo das velhas [...]”⁵

Apesar destas observações, as impressões de Fr. António Carneiro foram positivas conforme provam as suas palavras:

“[...] E vimos por vista de olhos, a muita observancia e concerto deste Convento, e a pontualidade com que os Religiosos delle acodem ao choro, e mais obrigações da Religião, e devoção, e puza com que cantão, e rezão os Offícios Divinos, do que muito nos edificamos: [...]”⁶

Nos Mosteiros com as dimensões e a importância do Mosteiro de Travanca os monges tinham obrigatoriamente lições de Canto, Instrumento de Tecla e Latim. O *Visitador Geral*, recomendou nesta visita a organização destas aulas, deixando instruções claras para o seu funcionamento:

“[...] E porque ellas [nossas leis] também dispoem que aos conventos grandes os irmãos tenham exercício de canto, tecla, e latim muito recomendamos ao reverendo Padre Dom Abbade de toda a boua ordem, para que quando for possivel assi se execute de modo que em três dias da somana que serão 2ª, 4ª e 6ª haja exercício de canto, e tecla, e nos outros três de Latim, nomeando para todas estas couzas mestres que com toda a curiozidade os onside dando ordem com que haja hu manicordio que possa servir, ao Padre Prior, e mesmo mandamos zelem com todo o cuidado que haja estas lições infalivelmente [...]”⁷

⁵ ADB. FMC. CSB, *Visitas do Geral* nº 146, p. 2.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

Em 1646, Fr. António Sanhudo, Abade do Convento recebeu ordens do Visitador para que se realizassem no mosteiro as lições de canto e de instrumentos de tecla. Na acta ficou registado o seguinte:

“[...] E porque outro si nos foi zellado se não continuava com a lição de tecla e Musica há muitos dias dara toda a ordem com que haja estas lições daqui por diante com toda a curiozidade no que muito lhe encarregamos a consciencia [...]”⁸

No Mosteiro de Travanca havia também uma “escola de meninos”. De acordo com o relatório da visita do Geral, realizada em 6 de Junho de 1652, a presença dos meninos no convento, para terem lições de “artes” causava algum distúrbio, levando o Abade Geral Fr. Francisco dos Reis a afirmar:

“[...] E porquanto nos consta que a este Mosteiro vem tomar lição de varias artes alguns meninos da obrigação delle encomendamos ao muito Reverendo Padre Dom Abbade lemitte aos Mestres hora, em que lha dem, porque a não ser assy poderá cauzar inquietação aos Religiosos, e perturbação ao nosso Modo e recolhimento [...]”⁹

A qualidade da prática musical no mosteiro de Travanca foi diminuindo ao longo do século XVII. Provavelmente, as lições de Canto e Instrumento de Tecla nunca se realizaram de acordo com as normas e ordens deixadas pelo Abade Geral. Em 1660, os *Visitadores* Fr. Luis de Moura e Fr. Bernardo de Santiago encontraram a seguinte situação no mosteiro:

“[...] Grande he a falta que há em alguns irmãos assim no cantar, como no Latim, pello que pedimos muito ao Meretíssimo Pregador Padre Dom Abbade que logo trate de nomear Mestre de Latim, e canto pois tem em caza quem pode dar estas lições [...]”¹⁰

Apesar da existência de Mestres dotados para o ensino do latim e do canto litúrgico, a situação não se deve ter alterado nos anos seguintes. A resistência dos monges do Mosteiro de Travanca, em participarem nestas aulas, ficou registada em 1664, na Visita de Fr. Dâmaso de Silva e Fr. Constantino do Amparo:

“[...] Foi nos zelado que os Irmãos desta Casa não querião tomar lição de Canto e Latim, sendo que em estas duas cousas se fundam todo o conserto do choro, mandamos aos Mestres que forem destas duas cousas, em virtude de Santa obediência, os penetensee senão vierem tomar a dita lição no dia asinado pera o estudo e canto: e pedimos muito encaresidamente ao

⁸ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146. Visita realizada em 6 de Julho de 1646.

⁹ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 148, f. 91.

¹⁰ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores*, n° 184.

muito reverendo Padre D. Abbade não lhe levante as penitencias, visto serem elles tão negligentes em cousa tão emportante [...]"

2.12.2 Cantores e instrumentistas

Através do catálogo dos monges conventuais é possível identificar alguns dos monges músicos que passaram pelo Mosteiro de Travanca.

Quadro nº 37
Cantores e Organistas [1761]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. Jacinto de S. Paulo	1761	Organista Cantor	
Fr. Gilberto da Trindade	1761	Organista	
Fr. Valentim do Rosário	1761	Cantor	Subprior
Fr. Tomás do Sacramento	1761	Cantor	
Fr. João da Guadalupe	1761	Cantor Mor	

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 97

Quadro nº 38
Cantores e Organistas, [1767- 1789]

Nome	Data	Função	Outras funções
Fr. João Marcos de S. José	1767	Organista	Prior
Fr. João de S. Plácido ¹²	1767	Organista, Cantor	Depositário, Bibliotecário
Fr. Gilberto da Trindade	1767, 1780	Organista	
Fr. Jacinto de S. Paulo	1770	Organista	Prior
Fr. Manuel António de S. José	1786	Organista, Cantor	
Fr. Manuel do Rosário	1789	Cantor	
Fr. Feliciano de S. Bento	1789	Organista	
Fr. António de Assunção	1789, 1795, 1810, 1813, 1816	Organista	Prior e Vigário
Fr. António de Santo Atanásio	1801	Organista	Depositário
Fr. Manuel da Conceição	1801	Cantor	Celeireiro, Mestre de obras
Fr. Manuel de S. Vitorino	1804, 1807	Organista	
Fr. António de S. Joaquim	1804	Cantor	
Fr. Custódio de Santa Cristina	1807	Cantor	
Fr. João de S. Bento	1816	Cantor	
Fr. Francisco de S. Bento	1819	Organista	Prior, Revisor, Depositário

ADB, FMC, CBS *Estados* nº 98

11 *Ibidem.*

12 Fr. João de S. Plácido devia ser já de avançada idade. O seu nome contem a seguinte indicação: "*Organista cansado*".

Há notícia ainda de outros monges que não figurando nos catálogos dos *Estados* com funções de Organista, Cantor ou Cantor Mor, vêm referidos com observações relativas aos seus conhecimentos musicais.

Quadro nº 39
Monges Conventuais [1767-1786]

Nome	Data	Observações
Fr. António da Ressurreição	1767	"pouco de organ e cantocham"
Fr. José Baptista	1767	"Sabe cantocham sofrivelmente"
Fr. Manuel de Santa Gertrudes	1767	"Sabe cantocham"
Fr. António de Santo Agostinho	1786	"Sabe alguma couza cantochão"
Fr. António da Estrela	1786	"Sabe alguma couza cantochão"
Fr. José da Natividade	1786	"Sabe alguma couza cantochão"
Fr. Francisco da Madre de Deus	1786	"Sabe melhor que estes"
Fr. Rodrigo de Santo Inácio de Loiola	1786	"boa vós"
Fr. Plácido de Santa Ana	1786	"Sabe cantochão"
Fr. Francisco do Monte Carmelo	1786	"o mesmo"
Fr. Bernardo de Jesus Maria	1786	"sabe bem cantochão"
Fr. Tadeu António de Santa Ana	1786	"tem boa vós"
Fr. José de S. Simão	1786	voz sofrível
Fr. Vicente de S. Luís	1786	"Sabe bem cantochão"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 98

Alguns dos catálogos dos monges conventuais do Mosteiro de Travanca não trazem a indicação das funções exercidas pelos monges. Esta situação verificou-se pelo menos nos anos de 1783, 1792 e 1822. No catálogo de 1783, vem mencionado o nome do organista Fr. António de Santo Atanásio. A presença em simultâneo de um número tão significativo de organistas e cantores no Mosteiro de Travanca confirma uma actividade musical de relevo, então existente.

No triénio de 1759 a 1761, por exemplo, exerceram funções no Mosteiro dois Organistas, sendo um deles também Cantor, além de dois Cantores e um Cantor Mor. No triénio de 1765 a 1767, havia pelo menos quatro monges Organistas na realização do serviço musical no Mosteiro.

2.12.3 O património organológico

A referência mais antiga aos órgãos do Mosteiro de Travanca, data de 1633. Os Visitadores Fr. Bento da Esperança e Fr. Francisco dos Reis, no relatório da Visita ao Mosteiro em 16 de Setembro deixaram escrito o seguinte:

"[...] fomos advertidos chousa muita sobre o órgão [...]"¹³

Esta observação, demonstrava que o órgão não se encontrava no melhor estado de conservação. Passados mais de vinte anos os órgãos do Mosteiro estavam dotados ao abandono. O Abade Geral Fr. Miguel de S. Boaventura, em Visita realizada a 7 de Março de 1657, deixou um prazo para que se procedesse ao conserto dos órgãos, chamando a atenção para a sua utilidade na realização dos ofícios Divinos. A ordem ficou assim exarada:

"[...] E porque nos foi advertido, e vimos por vista de olhos que os Orgãos estão desmanchados e chove nelles, e esta falta en huma Caza das principaes da Religião he digna de se nos estranhar muito, porque se não pode cantar Missa, nem fazersse o officio divino como convem sem elles, mandamos ao muito Reverendo Padre D. Abbade que ate vespera do nosso Padre São Bento deste Mez de Março, dê ordem a que os dittos orgãos se concertem, o que tudo, o que neste paragrafo se contem guardem em virtude da Santa obediencia [...]"¹⁴

Ao longo do século XVIII há notícia de várias intervenções no órgão do Mosteiro. Os relatórios das obras realizadas inseridos nos *Estados* mencionam os sucessivos concertos que o instrumento foi tendo. Em 1722, os foles foram concertados. Passados nove anos, o órgão foi reparado e construíram-se foles novos.¹⁵ Já no final do século, em 1798, o órgão foi limpo, afinado, e os foles forão novamente concertados. No *Estado* ficou registado o seguinte:

"[...] Alimpouce o órgão e se afinou e se lhe concertarão os foles [...]"¹⁶

Em 1801, o órgão voltou a ser restaurado.¹⁷ Em 1644, como já foi dito, o Abade Geral da congregação, mandou comprar um *manicórdio*, para o mosteiro.¹⁸

13 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 182.

14 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 150.

15 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 97.

16 *Idem*, nº 98.

17 *Ibidem*.

18 Ver pp. 249-250 deste trabalho.

Fontes e Bibliografia

I. Fontes manuscritas

A. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146, n° 148, n° 150

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 184

FMC, CSB, *Estados* n° 97, n° 98

II. Bibliografia

Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho No Ano de 1726*, vol. II, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1992.

Sousa, Gabriel de, "Benedictinos", *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 406-407.

2.13 O Mosteiro de Bustelo (S. Miguel)

Introdução

O Mosteiro de S. Miguel de Bustelo fica situado no concelho de Penafiel. Os seus domínios abarcavam o vale do rio Sousa, possuindo oito igrejas anexas pertencentes à diocese do Porto.

Segundo Fr. António da Assunção Meireles, o mosteiro foi fundado antes de 1065, ano a que se refere o documento mais antigo referente a Bustelo, cujo conteúdo é uma doação feita no mosteiro por Mendo Pelaiz.¹ Fr. Leão de S. Tomás atribui, no entanto, a fundação do mosteiro a Nuno Pais, bisavô de D. Afonso Henriques.² Governado primeiro, por abades perpétuos e depois por comendatários, passou no século XVI a ser governado por abades trienais. O Cardeal Rei D. Henrique por ocasião da reforma dos mosteiros pensou doá-lo à Ordem Dominicana, mas tal não chegou a verificar-se.³ No século XVII, durante o triénio do Abade Fr. Tomás do Salvador, entre os anos de 1632 a 1635, o mosteiro começou a ser reconstruído. As obras da "Igreja nova" prolongaram-se por vários anos sendo a capela- mor construída apenas no triénio de Fr. João Baptista nos anos de 1740 a 1743.

Com a extinção das ordens religiosas, Fr. José de S. Joaquim de Castro Meireles, abandonou o mosteiro que o tinha tido por último abade, recolhendo-se a casa de familiares, levando consigo o recheio do cartório conventual, conservado hoje, no Arquivo do Mosteiro de Singeverga. O edifício do mosteiro é actualmente propriedade particular, servindo a igreja a paróquia onde está inserido.

¹ Meireles, Fr. António de Assunção, *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo. 1800-1801*. [Ms conservado no Arquivo do Mosteiro de Singeverga].

² S. Tomás, Fr. Leão de, *Benedictina Lusitana*. Notas críticas de José Mattoso. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Tomo II, 1974. , p.249.

³ Gabriel de Sousa, "Benedictinos", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II. Lisboa, Editorial Resistência, 1983, p. 358.

2. 13.1 Actividade musical

O Mosteiro do Bustelo teve, pelo menos, quatro monges Abades, dedicados à música. Em 1680 foi eleito Abade do mosteiro Fr. Alexandre da Paixão, mencionado no *Livro de Óbitos*⁴ como *excelente músico*. Em 1764 o "*Catalogo dos Monges Conventuaes no Collegio e suas prendas e occupaens*" indica que o Abade do mosteiro, Fr. Luís de S. Caetano, era também Organista e Cantor. No triénio de 1783 a 1786, foi Abade do mosteiro o Cantor Fr. António de Santa Quitéria. Finalmente no *Capítulo Geral* realizado em 1831 foi eleito Abade o Organista Fr. Domingos de S. José Varela .

Em 1644 o *Visitador Geral*, Fr. António Carneiro, na *Visita* realizada ao mosteiro deixou as recomendações gerais emanadas a todos os mosteiros sobre o modo de cantar e rezar o Ofício Divino. Acrescentou porém, algumas indicações, relativas a esta "casa":

"E porque tendo esta caza dezasseis religiosos se deve reputar por caza grande, e se pode continuar nella o choro regularmente [...] e no refeitório se dirão regularmente as graças cantadas antes e depois de gentar, e cea e depois de gentar se hira com miserere mei Deus à Igreja cantado; [...]"⁵

O relatório da *Visita* de 1 de Junho de 1648 dá conta da falta de empenho dos monges em aprenderem cantochão e instrumento de tecla, apesar de haver no mosteiro um *manicordio* para os monges estudarem.

Em 1649 não havia ainda neste mosteiro aulas de cantochão ou de órgão. Esta situação não se coadunava com as indicações dadas a todos os mosteiros no que diz respeito à formação musical dos monges. Tanto mais que o mosteiro, como já foi dito, tinha as condições necessárias para ministrar ensino musical, contando também com um monge habilitado para exercer tais funções. O Abade Geral deixou instruções claras, no relatório da sua *Visita*, em 30 de Outubro desse ano, para que fosse nomeado professor de cantochão e de órgão o monge Fr. Leandro, não deixando de lembrar que este teria autoridade para repreender os negligentes no estudo. O texto diz o seguinte:

"[...] Revalidamos o capitulo da nossa vizita passada em que mandamos. e encomendamos muito, ao muito Reverendo Padre Dom Abbade desse toda a boa ordem para os irmãos choristas aprendessem a tanger, e tivessem exercicio de cantochão, e de orgão avendo alguns que tenham geito para aprender. E de novo encargamos muito a consciencia ao Padre prior

⁴ Domingos Leite de Castro, "Memórias do Bustello", *Revista de Guimarães*, vol. XIII, n.º 3. Jul. 1896, p.133.

⁵ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* n.º 146.

neste particular que lhes dee lição de tanger órgão, e tenham elles exercicio de cantochão, que lhes ensinará o Padre Fr. Leandro, e também de órgão, nos dias que nossas leis ordenão [...]"

Na margem do documento lê-se ainda o seguinte:

"[...] e o dito padre frei Leandro, repreheenderá aos Negligentes e quando se não emendarem o dirá ao muito Reverendo Padre Dom abbade ou aquem em seu lugar presidir para que os castiguem [...]"⁶

Passados dois anos o Visitador Geral voltou a salientar a importância da aprendizagem no domínio das artes, recomendando o estudo e aplicação dos mais novos. As palavras de Fr. António Carneiro ficaram assim registadas:

"[...] E porque he couza tam importante, aprenderem os Irmãos em quanto são novos as artes, e couzas ao que podem servir a Religião, sem embargo de conhecermos o particular zello que nisto tem o muito Reverendo padre Dom Abbade, lhe pedimos, e encomendamos muito aprendão Elles, e os obrigue a que se apliquem e aprendão o de que necessitão [...]"⁷

Nesta altura o mosteiro tinha cerca de quinze religiosos. Ao longo do século XVIII os Visitadores deixaram várias recomendações relativas à prática musical litúrgica. Em 1722, os monges foram proibidos de assistirem a representações de música profana.⁸ Nesta época os monges beneditinos costumavam assistir e participar em *comédias e entremezos*, pelo que o Visitador Geral entendeu deixar nas Visitas que realizou a cada mosteiro, a indicação que esta situação teria de ser alterada, pelo facto de de tal prática musical não se coadunar com as funções conventuais.

Passados alguns anos, em Maio de 1752, os Visitadores nomeados pela congregação abordaram um assunto que iria ser objecto de recomendação a todos os mosteiros na segunda metade do séc. XVIII. Os responsáveis da Congregação não toleravam o desleixo no cumprimento das cerimónias litúrgicas, o desconhecimento das mesmas e a ausência do Mestre de Cerimónias no seu decorrer, pelo que durante vários anos quer o Visitador Geral, quer os Visitadores nomeados, recomendaram um maior zêlo na realização do cerimonial. No relatório da Visita citada ficou registado o seguinte:

6 *Idem*, nº 148, f. 99 e 99v.

7 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 148, 94v.

8 *Idem*, nº 155, f. 89.

"[...] Revalidamos o Capitolo, em que se ordena haja huma ves cada mes exercicio de Serimonias do qual não sera izento Monge algum, para, que todos se esmerem na perfeição com que devem celebrar o altissimo sacrificio da Missa para que não seja pezado, se fara na hora, e dia da conferencia de moral, e para esse, efeito tambem se pudera despensar o canto das Vesperas [...]"⁹

Dois anos depois, os Visitadores Fr. José de Santa Maria da Vitória e Fr. Manuel de Santo António Visitando o mosteiro, em Fevereiro de 1754¹⁰, referiram-se à obrigação de se cantar a Missa de *Prima* todos os sábados, de acordo com as Constituições e Cerimonial beneditino. Em 1757 os Visitadores relembrou a obrigação de se cantar a Missa de Nossa Senhora todos os sábados, desde que não coincidissem com a festa de Natal, S. Bento, ou outra festa especial. Referindo-se ao cumprimento do cerimonial deixou a seguinte recomendação:

"[...] para que o Santo Sacrificio da missa se celebre com toda a perfeição mandamos em virtude de santa obediência ao Mestre de Cerimónias, podendo ser comodamente, que assista nas missas cantadas nos Domingos e dias santos e vendo que se cometem alguns erros nas cerimoniaes advertirá logo particularmente a quem os commettem [...]"¹¹

Estas recomendações foram feitas novamente nos anos de 1760 e 1779.¹²

O relatório das *Contas da Sacristia*, inseridos nos *Estados* entre os anos de 1722 e 1731, apresentam despesas com música, referindo-se certamente a pagamentos de músicos vindos de fora do mosteiro:

Quadro nº 40
Contas da Sacristia
[1722-1731]

Referência	Data
Deu para Musica oitenta e coatro mil tresentos e secenta reis	1722
Deu para Musica oitenta e cinco mil e oitocentos reis	1725
Deu para musicos mil e oitocentos reis	1726
Deu para muzicas, setenta e tres mil e quinhentos e vinte reis	1728
Deu para muzicas, oitenta e quatro mil reis	1731

ADB, FMC, CSB. *Estados* nº 127

⁹ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 193.

¹⁰ *Idem*, nº 187.

¹¹ *Idem*, nº 188, f. 52.

¹² *Idem*, nº 188 e nº 189.

2.13.2 Cantores e instrumentistas

A partir do ano de 1761 é possível identificar alguns dos Cantores e Organistas que passaram pelo mosteiro do Bustelo. Os quadros seguintes indicam os nomes desses músicos, constantes dos catálogos dos monges conventuais inseridos nos *Estados* do mosteiro.

Quadro nº 41
Cantores e Organistas
[1761-1798]

Nome	Data	Função	Outras funções
Fr. João Crisóstomo de S. Bárbara	1761	Cantor, Organista	
Fr. Luís de S. Caetano	1764	Cantor, Organista	Abade
Fr. Manuel da Ressurreição	1764	Organista	
Fr. Manuel da Natividade	1764	Cantor, Organista	
Fr. Bento de S. Joana	1767	Cantor, Organista	
Fr. Libório da Graça	1770, 1773	Cantor, Organista	Bibliotecário
Fr. Manuel dos Serafins ¹³	1773	Organista	
Fr. António da Coroa de Nossa Senhora ¹⁴	1773, 1780 1783 1789	Organista <i>Idem</i> <i>Idem</i>	Enfermeiro
Fr. José da Cruz	1780 1783	Organista Cantor, Organista	Vigário
Fr. António da Santa Quitéria	1783, 1786 1789	Cantor <i>Idem</i> <i>Idem</i>	Abade Gastador
Fr. António de S. José	1786	Cantor	Definidor, Vigário
Fr. José de Santa Teresa	1789 1792, 1795, 1798	Organista <i>Idem</i> ¹⁵ <i>Idem</i>	Recebedor
Fr. Matias da Purificação	1792	Primeiro Cantor	
Fr. José de S. Plácido	1792	Segundo Cantor	
Fr. Manuel de Santo Elias	1792	Organista	
Fr. João de Santa Teresa	1798	Cantor	

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 127 [1761 a 1764] e nº 128 [1767 a 1798]

O catálogo dos monges conventuais elaborado em 1764, menciona ainda outros monges que não constando como Cantores ou Organistas, trazem uma referência aos seus conhecimentos musicais. Fr. Feliciano da Boa Memória e Fr. Bento do Pilar eram Leitores no Colégio do Bustelo e ambos "*sabiam cantochão de curiosidade*." Fr. Guilherme de S.

13 No *Estado* elaborado em 1776, vem mencionado o nome de Fr. Manuel dos Serafins mas sem indicação de qualquer função.

14 O mesmo acontece com Fr. António da Coroa de Nossa Senhora.

15 Nos anos de 1795 e 1798, o catálogo indica o cargo de organista, acrescentando à frente "*e muitos outros*", sem no entanto especificar quais.

José Baptista e o Padre Colegial Fr. Teotónio de S. José "*sabiam cantochão e órgão de curiosidade*".

Alguns dos monges citados exerciam diferentes funções, de acordo com as necessidades do mosteiro. Por vezes os catálogos indicavam que os monges, além dos cargos de Cantor ou Organista, tinham "*muitos outros cargos*".

Quadro nº 42
Cantores e Organistas
[1801-1822]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. José de Santo Hipólito	1801	Organista	
Fr. João de Santa Teresa	1801	Cantor	Depositário
Fr. Diogo de S. Bento	1804	Cantor Mor	Recebedor, Procurador das Demandas
Fr. António Joaquim d'Assunção	1807	Organista	
Fr. Custódio de S. José	1810	Organista	
Fr. Joaquim de Santa Rosa	1810	Cantor	
Fr. Francisco de S. Bento	1813	Organista	Subprior, Enfermeiro, Vigário Prior, <i>Estadista</i> , Vigário, Depositário
	1816	<i>Idem</i>	
Fr. António Joaquim de S. José	1813	Cantor Mor	
Fr. Manuel Xavier da Conceição ¹⁶	1813	Segundo Cantor	
Fr. Fernando de Jesus	1816	Cantor	Celeireiro, Depositário, Notário, Vigário
Fr. José de S. Luís	1819	Cantor	Prior, Vigário, Depositário, Mestre de Obras
Fr. Manuel d'Ascensão	1822	Organista	Subprior
Fr. Manuel de S. Bárbara	1822	Cantor	Vigário, Mestre de obras

ADB, FMC. CSB. *Estados* nº128

2.13.3 Património organológico

Em 1646 os Comissários do Abade Geral da Congregação deixaram a seguinte ordem ao Abade do mosteiro Fr. José dos Reis:

¹⁶ O catálogo indica que o Irmão Colegial Fr. Manuel Xavier da Conceição "*sabe tocar órgão*".

"[...] Mandamos ao Reverendo padre Dom Abbade mande por no orgão da parte dianteira huma porta na forma que tem da parte dos foles pera reparo do póo que vira a prejudicar as frautas [...]"¹⁷

No ano seguinte os órgãos do mosteiro foram concertados. O relatório das obras que se fizeram na casa diz o seguinte:

"[...] Mais se fizerão huns foles e concertarãose os horgãos, e hum Livro de couro [...]"¹⁸

Em 1662, o órgão viria a ser afinado de novo. O relatório do *Estado* desse ano refere o seguinte:

"[...] Afinouisse o orgão e posse natural com os instrumentos [...]"¹⁹

Em 1680, sob o governo do Abade Fr. Alexandre da Paixão o mosteiro adquiriu um novo órgão.²⁰ Fr. António d'Assunção Meireles, baseando-se no *Livro de Óbitos* do mosteiro, deixou anotado no seu livro de memórias sobre Bustelo o seguinte:

"[...] 31. O Padre pregador Geral Fr. Alexandre da Paixão [...] foi muito zeloso da perfeição no Culto Divino, e Muzico excelente; proveu de moveis preciosos a Sacristia do Mosteiro, fes o belo terreiro da Igreja, e o cruzeiro, alem do Orgão, acabou o seu trienio no ano de 1683 [...]"²¹

Diogo Barbosa Machado apresentou a biografia deste monge na sua *Bibliotheca Lusitana* não mencionando o facto de Fr. Alexandre da Paixão ter sido também, além de Pregador, um bom músico.²² Sousa Viterbo refere-se a Fr. Alexandre da Paixão, atribuindo-lhe a autoria do livro *Monstruosidades do tempo e da fortuna*,²³ publicado

17 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146.

18 ADB, FMC, CSB, *Estados* n° 127.

19 *Ibidem*.

20 Domingos Leite de Castro, "Memorias do Bustello", *Revista de Guimarães*, vol XIII, n° 3, Jul. 1896, p.133.

21 AS, *Memorias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo (...) pelo Mestre Jubilado Fr. António d'Assunção Meireles. Nos anos de 1800 a 1801*, f. 183.

22 Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1759, Tomo I, p. 97, Tomo IV, p. 9.

23 Segundo Diogo Barbosa Machado esta obra é o "Diário desde o anno de 1662 até o de 1680", *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1759, Tomo IV, p.9.

em 1888.²⁴ No entanto, Francisco Xavier de Sena Craesbeeck, refere que havia uma cópia desta obra feita por Fr. Alexandre da Paixão, no Mosteiro de Travanca, da autoria de Manuel Faria de Sousa.²⁵

Em meados do século XVIII viria ser construído um novo órgão. Fr. Manuel dos Santos foi eleito Abade em 1755, mas não viria a findar o seu triénio, falecendo no último ano. No relatório do *Estado* que então se elaborou ficou registado o seguinte:

"[...] Obras que ficão dadas e senão fizerão por não haver tempo [...]"

"[...] Fica dado o Orgão por quatrocentos, e cincoenta mil reis, que há de ser de doze aberto, e com tudo o mais que declara o apontamento que fica, e tem ja o Mestre da Obra à conta della vinte, e quatro mil reis [...]"²⁶

O Abade eleito em Junta Geral para completar o triénio, foi Fr. Manuel de S. Jacinto, natural de Braga, que segundo Domingos Leite de Castro,

"[...] governou pouco esta casa, mas nelle se deu a obra do organ; e tambem o muro de toda a cerca, e o choro com tudo o que nelle vemos em madeira; animando-o a estas obras tão uteis para o culto divino, e clausura monastica o espolio rendoso do Padre mestre Fr. Manoel dos Santos acima dito. [...]"²⁷

Fr. António de Assunção Meireles, nas "Memorias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo", refere-se também a Fr. Manuel de S. Jacinto, baseando-se no Livro dos Óbitos.²⁸ No triénio seguinte, nos anos de 1758 a 1761, a obra continuou com a colocação do órgão, das cadeiras do coro, das sanefas, de um nicho e de uma estante grande e duas pequenas. O *Estado* menciona ainda a construção da varanda do órgão:

²⁴ Sousa Viterbo, *Subsídios para a História da Música em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, pp. 421 - 422.

²⁵ Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano De 1726*, vol. II, Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto. Lda. 1992, p. 294. Ver também pp. 248-249.

²⁶ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 127.

²⁷ Domingos Leite de Castro, "Memorias do Bustello", *Revista de Guimarães*, vol XIII, nº 3, Jul. 1896, p. 143.

²⁸ AS, *Memorias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo (...) pelo Mestre Jubilado Fr. António d'Assunção Meireles. Nos anos de 1800 a 1801*, f. 196 v.

"[...] huma varanda para se acentar o órgão com suas grades á moderna, primorozamente lavradas e se fes mais outra da outra parte da mesma sorte, em correspondência desta, e as grades do choro se computarão com seus filetes de entalha. [...]"²⁹

Entre os anos de 1761 e 1764 dourou-se toda a talha do coro, incluindo o órgão.³⁰ Domingos Leite de Castro, baseando-se no *Livro dos óbitos* [cuja localização se desconhece actualmente] também mencionou este trabalho:

"[...] Em 1761 foi elleito para este mosteiro o Padre Pregador Fr. Luís de S. Caetano, natural de Cossourado do Arcebispado de Braga. Fizerão-se muitas obras=dourouse o choro e organ [...]"³¹

Do mesmo modo se refere Fr. António d'Assunção Meireles deixando registado o seguinte:

"[...] O Padre Fr. Luís de S. Caetano [...] eleito no capítulo de 1761. apesar das calamidades da guerra, e do número excessivo de Monges, ocasionado pelo Colegio de Teologia, aberto neste Mosteiro no último ano do seu Trienio, dourou 4 retabulos dos Altares da Igreja, o coro e Orgão [...]"³²

29 ADB, FMC, CSB, *Estado* n°127, Maia, Fernanda Paula Sousa. "O Mosteiro de S. Miguel de Bustelo à Luz dos "Estados" de Tibães", Penafiel. *Boletim Municipal de Cultura*, 3° série, n° 2/3, 1985/86, p. 68.

30 *Ibidem*.

31 Domingos Leite de Castro, "Memorias do Bustello", *Revista de Guimarães*, vol XIII, n°3, Jul. 1896, p. 143.

32 AS, *Memorias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo (...) pelo Mestre Jubilado Fr. António d'Assunção Meireles. Nos anos de 1800 a 1801*, f.197 v.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

I Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 146, nº 148.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 187, nº 193.

FMC, CSB, *Estados* nº 127, nº 128.

II Arquivo de Singeverga

Meireles, Fr. António de Assunção, *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo*, 1800-1801.

B. Bibliografia

Castro, Domingos Leite de. "Memórias do Bustello". *Revista de Guimarães*, vol. XIII, nº 3, Julho, Guimarães, 1896.

Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*, vol. II. Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, Lda, 1992.

Maia, Fernanda Paula Sousa, "O Mosteiro de S. Miguel de Bustelo à luz dos "Estados" de Tibães", *Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série nº 2-3, Penafiel, 1985/1986.

Maia, Fernanda Paula Sousa, "Bustelo e a Reforma Beneditina". *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Universidade Portucalense, nº 2, 1987.

Maia, Fernanda Paula Sousa, *O Mosteiro de Bustelo: Propriedade e Produção Agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*., Porto, Universidade Portucalense, 1991.

Sousa, Gabriel, "Beneditinos", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 2 vol., Lisboa, Editorial Resistência, 1983, p. 358.

Tomás, Fr. Leão de, *Benedictina Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Tomo II, 1974. Notas críticas de José Mattoso, p. 249.

Viterbo, Sousa, *Subsídios para a História da Música em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

2.14 O Mosteiro de Paço de Sousa (S. Salvador)

Introdução

O Mosteiro de Paço de Sousa fica situado no concelho de Penafiel, junto ao rio com o mesmo nome. Foi um dos mosteiros da congregação de grande prosperidade e esplendor. A sua fundação remonta ao séc. X, conforme inscrição na portada da Igreja.¹ Passando por um período de decadência, comum ao vivido por todos os mosteiros antes e depois de serem governados por abades comendatários, o Mosteiro de Paço de Sousa pode contar, no entanto, com a tentativa de reforma da vida monacal, levada a cabo em 1641 pelo seu primeiro Abade comendatário Fr. João Álvares. Fr. Leão de S. Tomás, citando um livro de memórias de Fr. João do Apocalipse, registou as seguintes palavras deste monge sobre a boa observância do mosteiro naqueles tempos:

"[...] e vimos com nossos olhos, que este costume santo, em que os religiosos sustentarão esta santa casa ficou nella tão arreigado, que ainda no tempo, que a governavão commendatários (como forão Dom Paulo Pereyra, e outros) se celebrava tão perfeytamente o Officio Divino de noute e de dia, que nem em canto chão, nem em canto dorgão lhe levava a Sé do Porto a ventagem [...]"²

A comunidade chegou a ser formada no início do séc. XVIII, por 30 monges conventuais, sendo depois cada vez menor, devido em parte às restrições do Marquês de Pombal.

2.14.1 Actividade musical

Em 1636, os Visitadores Fr. António Carneiro e Fr. Gregório de Cruz foram informados que no Mosteiro de Paço de Sousa não se cantava quer a Missa de Nossa Senhora, quer a Missa pelos monges já falecidos, como era costume em todos os mosteiros da congregação. Deixaram então expressa a recomendação ao Padre Prior para que estas

¹ Gabriel de Sousa, "Benedictinos", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, p. 379.

² Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, Tomo II, Notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 264.

Missas se cantassem, desde que houvesse religiosos em número suficiente, conforme ficou registado:

“[...] havendo neste Convento ha estante numero de Religiosos [...]”³

Em 1644, o Visitador Geral Fr. António Carneiro acompanhado do Padre Pregador Geral Fr. Gaspar Pessoa realizou uma série de Visitações a vários mosteiros da Ordem. A todos eles, incluindo o de Paço de Sousa, a 8 de Novembro, deixou orientações sobre a realização do Ofício Divino. Chamando a atenção para o facto do Ofício Divino ser a ocupação mais importante dos monges, de acordo com o espírito do Patriarca da congregação, Fr. António Carneiro apelou para a dignidade da prática do canto, e a fidelidade ao *Cerimonial*.⁴ Fr. António Carneiro tinha consciência da importância da formação dos monges coristas para a concretização dos ideais beneditinos, deixando instruções a todos os mosteiros que nomeassem mestres de Canto, Tecla e Latim. A ordem deixada ao Mosteiro de Paço de Sousa, não fugiu à regra, sendo o Abade do mosteiro, Fr. Bernardo de S. Tiago, incumbido de proceder a diligências necessárias para que houvesse neste mosteiro aulas de Canto e de Instrumento de Tecla às segundas, quartas e sextas-feiras de cada semana. Os mosteiros tinham também a obrigação de realizarem três dias por semana uma procissão conventual com uma *Ladainha* cantada pelos claustros.⁵

Passados dois anos, a 12 de Julho de 1646, o Visitador Geral dá conta do mau estado de conservação dos Livros do Coro, referindo-se quer a livros de cantochão quer de polifonia. As instruções deixadas mostram a preocupação pela existência de condições para uma prática musical que se pretendia de qualidade. No relatório da Visita ficou exarado o seguinte:

“[...] Achamos, o que tambem nos foi advertido que no choro havia falta de Breviarios, e hum dos que havia estava dezencadernado, como tambem does livros de canto d’orgão, e o psalteiro tinha algumas folhas rotas em estado que se lhe não acudirem hirão de mal em peor. Pello que mandamos ao Reverendo Dom Abbade ponha todo o cuidado no reparo destas couzas mandando comprar hum Breviario, encadernar o outro, e os dous livros de canto de orgão, e reformar as folhas do psalteiro; e outro si dará ordem com que haia no choro hum caderno dos modernos per não haver mais que hum o que tudo cumprira dentro em três mezes em virtude de santa obediência [...]”⁶

³ ADB, FMC, CSB, *Visita dos Visitadores*, nº 186.

⁴ Os monges sabendo da reforma do Cerimonial em curso naquela época, descuidaram-se na sua prática, levando o Abade Geral a recomendar a todos os mosteiros que enquanto não tivessem conhecimento das «cerimónias novas» deviam cumprir na íntegra o Cerimonial existente. O Cerimonial da CSB viria a ser publicado em 1647. [Ver cap. 2 p. 52].

⁵ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 146.

⁶ *Ibidem*.

Nos anos de 1648 e 1649, o Visitador Geral voltou a chamar atenção do Abade do mosteiro para a realização de aulas de Canto e Instrumento de Tecla. O Visitador, apontando as razões do não cumprimento desta ordem, nomeadamente a pouca curiosidade dos monges e a falta de exigência dos Mestres, recomendou ao Abade que castigasse os alunos que não aprendessem e repreendesse os Mestres que não davam as suas lições. Esta situação era comum à de outros mosteiros, verificando-se alguma resistência por parte dos monges em terem lições regularmente. O Abade foi ainda alertado que uma vez por mês, deveria reunir todo o convento a fim de se praticar o *Cerimonial* beneditino.⁷

Os *Estados* de 1650 mencionam a compra de um livro novo para o coro. O *Estadista* deixou registado o seguinte:

"[...] Pos em o choro hum livro novo que contem os hynos reformados e officios do nosso Santo patriarcha, cantorias, e outras obras [...]"⁸

O Mosteiro de Paço de Sousa era um grande mosteiro. Aos domingos a Igreja ficava repleta de povo, trazendo grandes responsabilidades aos seus monges que deveriam realizar as cerimónias com todo o rigor. Em 1657, o Visitador Geral deixou registado o seu apreço pela forma como era realizado o Ofício Divino, fazendo apenas a seguinte observação:

"[...] Achamos que o Officio Divino se faz neste Mosteiro sufficientemente, asi no choro, como no altar, e com bastante pausa, e que o Prelado lhes assiste com muito zello, e só mente nos advertirão que muitas vezes na Missa cantada dos domingos se dispensaria com o asperges, o que não convem, nem que o prefacio da Missa se tome, senão que tudo se cante assi per esta caza ser huma das grandes da religião, como tambem porque o povo que concorre à Igreja he muito pello que encomendamos ao muito Reverendo Padre Dom Abbade não aja neste particular semelhante falta [...]"⁹

Em 1660 e 1664, de acordo com o relatório dos Visitadores, o Mosteiro de Paço de Sousa tinha falta de monges devidamente preparados em latim e canto litúrgico. Tal como já tinha sido recomendado pelo Abade Geral da Congregação em anos anteriores, os Visitadores apelaram mais uma vez ao Abade do Mosteiro para que se concretizassem as aulas de Canto e Latim. No relatório da Visita de 1664 reafirmaram a importância do cântico litúrgico na vida da comunidade:

Nesta Visita, o Visitador deu também ordens para se consertarem os instrumentos do mosteiro. Ver páginas 270-271.

7 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 147, f. 72 e f.91.

8 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 99.

9 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 150.

“[...] Revalidamos o Capitulo da Visitação de nossos Antecessores que dis, se de mestre aos Irmãos assim de Latim como de canto, pois nestas duas coisas se funda todo o concerto do choro pera que nosso Senhor seja louvado e servido, pedimos muito ao Reverendo padre Dom Abbade lhe nomee mestres, e que os posa penetensiar senão vierem tomar a dita lição no dia asinado para o Estudo e Canto, visto serem eles tão negligentes em cousa tão importante [...]”.¹⁰

Em 1672 o Abade Visitador voltou a insistir no mesmo assunto, escrevendo no seu relatório:

“[...] Revalidamos o Capitulo da vizita passada, em que manda que neste mosteiro aia exercicio de cantocham, e que o Muito Reverendo Padre Dom Abbade nomee hum religioso que lhe assista, obrigando a todos os religiosos, que costumão hir ao choro, vão neste exercicio [...]”¹¹

Ao longo do século XVIII, não se encontraram nas actas das Visitações ao mosteiro referências particulares, relativas à prática musical.

Sabe-se através dos *Estados* elaborados respectivamente nos anos de 1770 e 1804 que o Mosteiro restaurou e adquiriu livros novos para o coro. No relatório das *obras que se fizeram* ficou registado o seguinte:

“[...] Encadernarão-se onze Missaes e em alguns pozerão-se cadernos novos. Tambem se encadernarão o nosso Cerimonial Encadernarão-se tres Breviarios. Poz-se hum missal para cantar as Epistolas. Escreverão-se por estampilha no Psalterio varias Solfas e canticos [...]”¹²

“[...] Fizerão-se dois grandes livros para o coro, que contem a cantoria das principais festas do ano [...]”.¹³

2.14.2 Cantores e instrumentistas

Em 1786, Fr. Manuel Caetano do Loreto, Abade Geral da Congregação de S. Bento em Portugal, enviou uma carta a todos os mosteiros com a indicação de que a partir daquela data os *Estados* deveriam incluir um catálogo com o nome dos Monges conventuais e respectiva ocupação.¹⁴

¹⁰ ADB, FMC, CSB, *Visita dos Visitadores* nº 184.

¹¹ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 151.

¹² ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 100, Triénio 1767-1770.

¹³ *Idem*, Triénio de 1801-1804.

¹⁴ ADB, FMC, CSB, *Visita dos Visitadores* nº 191, f. 14.

Em 1789, Fr. Manuel Caetano deo Loreto, enviou outra carta com conteúdo idêntico à de 1786 [*Idem*, f. 50].

Graças a esta determinação é possível hoje identificar alguns dos monges músicos que passaram pelo Mosteiro de Paço de Sousa.

Quadro nº 43
Catálogo dos Monges Conventuais Músicos, [1761-1798]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. António de Jesus Maria	1761	Organista	
Fr. Caetano de Santo Agostinho	1761	Cantor ("toca órgão")	
Fr. Jerónimo de Santa Teresa de Jesus	1770	Cantor	Gastador
Fr. João Marcos de S. José	1770	Segundo Cantor	
Fr. José Joaquim de Santa Teresa	1773	Organista	
Fr. Caetano de Santo Agostinho	1780	Organista	
Fr. Manuel da Conceição	1783, 1792, 1795	Organista, Solfista	
Fr. Bernardo de Nossa Senhora	1792	Organista	
Fr. José de Santa Rita	1792	Cantor Mor	
Fr. Domingos do Resgate	1792	Segundo Cantor	
Fr. Custódio S. José	1795	Organista	
Fr. Manuel dos Prazeres	1795	Organista Segundo Cantor	
Fr. José de Santo Hipólito	1795	Cantor Mor	
Fr. Nicolau de Jesus Maria	1798	Cantor Mor	
Fr. Manuel de Santo Ilídio	1798	Segundo Cantor	
Fr. José Joaquim de Santa Ana	1798	Organista	

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 99 e nº 100

Fr. Caetano de Santo Agostinho, Mestre e Doutor, vem também referido nos catálogos de 1764, 1767 e 1770, com a indicação seguinte: *Sabe órgão e cantochão*.

Fr. Manuel da Conceição vem referido nos catálogos de 1767, 1770 e 1789 com a mesma indicação.

Quadro nº 44
Monges Conventuais Músicos
[1801-1822]

Nome	data	Função	Outras Funções
Fr. Joaquim de Santa Rosa	1801	Cantor Mor	
Fr. António de S. José	1804	Organista	Superior e Depositário
	1816	Organista	
	1822	Cantor	
Fr. Simão de Jesus Maria	1807	Cantor	Estadista
Fr. Manuel dos Prazeres	1810		Mestre de Novícios
Fr. Luís de S. Mauro	1810	Primeiro Cantor	
	1813	Cantor	
Fr. João da Anunciação	1810	Segundo Cantor	
Fr. Manuel d'Assunção	1810	Organista	
Fr. Custódio de Santa Genoveva	1816	Cantor e Organista	
Fr. Manuel de S. Vitorino	1822	Organista	

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 100

Há notícia ainda de outros monges que não figurando nos Catálogos dos *Estados* com funções de Organista, Cantor ou Cantor Mor, vêm referidos com observações relativas aos seus conhecimentos musicais.

Quadro nº 45
Monges Conventuais
[1761-1798]

Nome	Data	Observações
Fr. João do Pilar	1761	"sabe cantochão"
Fr. António do Rosário	1761	"sabe cantochão"
Fr. Bernardo das Neves	1761, 1764 1767, 1770, 1773, 1776, 1780, 1783, 1786	"toca órgão e sabe cantochão (Sexagenário)"
Fr. Manuel dos Serafins	1764	"sabe órgão"
Fr. José da Cruz ¹⁵	1767, 1786	"sabe órgão e cantochão"
Fr. Joaquim de S. Tomás	1767	"sabe órgão e cantochão"
Fr. Francisco de Santa Maria	1767, 1783	"sabe cantochão"
Fr. Custódio da Conceição	1770, 1773, 1776	"sabe cantochão"
Fr. Francisco da Assunção	1770 1773 1776	"sabe solfa" "sabe solfa e cantochão" "sabe órgão e cantochão"
Fr. José Baptista de S. Bento	1770 1773, 1776	"sabe cantochão (Fugitivo)" "sabe cantochão"
Fr. Guilherme Baptista de S. José	1770	"Leitor de Moral - sabe solfa e órgão"
Fr. Francisco de Santa Maria	1773 1776, 1783	"Recebedor. Sabe cantochão"
Fr. Guilherme de S. José	1773	"Sabe solfa e órgão"
Fr. Gilberto da Trindade	1776	"sabe órgão"
Fr. João de S. Plácido	1786	"Definidor. Cantochão e órgão"
Fr. Joaquim da Assunção	1798	"Cantochão e órgão"

ADB, FMC, CSB. *Estados* nº 100

O *Livro de Óbitos* dos Monges que faleceram no Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa, datado de 1728, contém a biografia de monges que se evidenciaram na música. O quadro seguinte apresenta os seus nomes e funções:

Quadro nº 46
Monges Músicos

Nome	Função	Data da Morte
Fr. Feliciano da Purificação	Cantor	1638
Fr. Gabriel	Canto e órgão	1642
Fr. Manuel da Esperança	Cantor	1659
Fr. Domingos de S. José	Baixão	1665
Fr. Manuel da Cruz	Organista. Baixão	1684
Fr. João Baptista	Cantor	1715
Fr. António de Jesus	Cantor	1720
Fr. Lois da Madre de Deus	Canto e órgão	?
Fr. Manuel de S. Bento	Organeiro	1757
Fr. João da Soledade	Cantor, Viola	1767
Fr. José da Cruz	Cantor, Organista	1791
Fr. António Coroa	Organista	1793
Fr. José Joaquim de Santa Ana	Organista	1798
Fr. Custódio de S. José	Organista	1820

BPMP, Ms 1173

Neste mosteiro, faleceu também o famoso organeiro Fr. Manuel de S. Bento, no ano de 1757. Fr. António Assunção Meireles, nas *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa* refere-se a Fr. Manuel do seguinte modo:

"[...] Pela perfeição, em que possuiu a Arte de Organeiro o Irmão Donado Fr. Manoel de S. Bento, merece ser contado entre os filhos benemeritos da Congregação; por ela foi muito conhecido, e estimado no Reino, e faleceu em 15 de Márso de 1757 [...]"¹⁶

2.14.3 Património organológico

Em 1633, os Visitadores Fr. Bento da Esperança e Fr. Francisco dos Reis, deram ordens para se

"[...] mandar solhar o antechoro junto ao Órgão [...]"¹⁷

Em 1646, o Mosteiro tinha além do órgão de tubos, dois *manicórdios*, para o estudo e lições de tecla dos seus monges. Um desses *manicórdios* estava desconcertado, encontrando-se em situação idêntica ao órgão. O Visitador Geral, na Visita realizada em 12

¹⁶ Fr. António da Assunção Meireles, *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, p. 72. Ver Dicionário de Músicos Beneditinos.

¹⁷ ADB, FMC, CSB, *Visita dos Visitadores*, nº 182.

de Julho desse ano, deixou as seguintes recomendações a Fr. Bernardo de S. Tiago, Abade do mosteiro:

“[...] e de baixo do mesmo preceito dentro do mesmo tempo [três meses] mandará afinar e consertar os órgãos e reformar os folles [...]. Muito encomendamos ao Reverendo Padre Dom Abbade zele com todo cuidado com que os Irmãos da disciplina tenham exercício de canto, tecla e latim e mandara concertar hum dos Manicordios que há em caza e esta desconcertado, pera que per falta destes instrumentos senão deixe de tomar a lição o que cumprira pella Santa obediencia [...]”¹⁸

Passados três anos, 1649, a Visitador Geral mandou que se fizessem obras na Igreja, porque o tecto da Igreja ameaçava ruir, o que caso se viesse a verificar, causaria danos ao órgão.¹⁹

O relatório dos *Estados* elaborado em 1653 dá conta do concerto deste órgão. O restauro incluiu a construção de folles novos:

“[...] Concertouse e afinou-se o órgão que estava todo desconcertado; e fizeram-se huns folles novos poequanto os velhos não retinhão o vento [...]”²⁰

No triénio de 1665 a 1668, o Mosteiro mandou construir um órgão novo. Nos *Estados* ficou registado o seguinte:

“[...] Fesse o órgão, folles e caixa delle, tudo de novo, e se forrou a nave dos folles para segurança delles [...]”²¹

Este órgão viria a ser afinado no ano seguinte, de acordo com as recomendações do Visitador Geral, Fr. Dâmaso da Silva.

“[...] Foi nos advertido fazião falta ao organ humas cortinas, e que por isso estavam alguns canos menos afinados, e tão bem era necessario, fazeremce as duas vidraças da igreja que estão de frente do organ, de vidros, assi para reparo do organ como para mais claridade da igreja [...]”²²

18 ADB, FMC, *Estados* nº 99.

19 *Ibidem.*

20 *Ibidem.*

21 *Ibidem.*

22 *Ibidem.*

Os *Estados* do século XVIII mencionam as diversas intervenções e arranjos que os órgãos foram tendo. Os folles constituíam a parte mais melindrosa, sendo necessária a sua manutenção constante de modo a que o fornecimento do ar se verificasse nas melhores condições. O quadro seguinte apresenta os sucessivos relatórios dos concertos dos órgãos do Mosteiro de Paço de Sousa entre os anos de 1755 a 1783.

Quadro nº 47
Órgão

Referências	Data
Fundiram-se os canudos do órgão, e se puzeram alguns que faltavam e se concertou o sumeiro e jogo	Triénio 1753 - 1755
Concertarão-se os folles do órgão por varias vezes.	Triénio 1768 - 1770
Concertarão-se os folles do órgão por duas vezes	Triénio 1771 - 1773
Concertarão-se os folles do órgão por varias vezes.	Triénio 1774 - 1776
Fizerão-se dois arcos para baixo do órgão e coro para sustentar o pezo que estava para arruinar-se. Concertou-se o órgão, limpou-se, e afinou-se, e mudarão-se os registos para a frente.	Triénio 1781 - 1783

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 99 [1753-1755] e nº 100

No *Estado* elaborado em 1792, o *Estadista* mencionou a existência de 124 mil reis para a reforma dos cálices da sacristia e do órgão. No triénio seguinte o órgão viria a sofrer restauro considerável, construindo-se nessa altura novos folles que foram colocados no antecoro. Neste restauro trabalharam pelo menos 2 organeiros e um pintor, que pintou de novo a respectiva caixa. O *Estadista* do triénio de 1792 a 1795, descreveu do seguinte modo a intervenção no instrumento:

“[...] Concertou-se o Órgão de novo à excepção da caixa, e se fizerão tambem folles novos, e se tirarão da Igreja acomodando-se no Antecoro, fazendo-se hum repartimento de tabique para resguardo delles. Para estas tres obras ficarão applicados no Triennio passado quinhentos, vinte e quatro mil, quinhentos e cinco reis. Mas para complemento destas obras se gastou mais setenta e sete mil novecentos e cincoenta reis, alem do sustento dos organeiros e Pintor [...]”²³

Fontes e Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visita dos Visitadores*, nº 184, nº 186, nº 191.

FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 146, nº 147, nº 150, nº 151.

FMC, *Estados* nº 99, nº 100.

II. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 173.

B. Bibliografia

Meireles, Fr. António da Assunção, *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942.

S. Tomás, Fr. Leão de, *Benedictina Lusitana*, Tomo II. Notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

Sousa, Gabriel de; "Benedictinos", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 379-382.

2.15 O Mosteiro de Pendorada (S. João)

Introdução

O Mosteiro da Pendorada fica situado na freguesia de Alpendurada, junto ao rio Douro, Concelho de Marco de Canaveses. Sobre a origem deste mosteiro escreveu José Mattoso, atribuindo a sua fundação ao século XI.¹

Tendo sido dirigido por Abades perpétuos até princípios do século XV, passou depois a ser governado por comendatários. A Congregação de S. Bento viria a tomar posse do mosteiro em 1569, sendo então governado por priores até à morte do último comendatário, D. Manuel, que viria a falecer em 1588. Em 1590, o mosteiro passou a ter abades trienais, assumindo estas funções Fr. Gregório de Cristo, que assinou as Constituições da Ordem de S. Bento, então aprovadas. Nestas Constituições foram mencionados o número de monges de cada "casa", tendo ficado estabelecida uma lotação de doze monges para o Mosteiro da Pendorada.² No princípio do século XVII o mosteiro não teve mais que sete religiosos,³ aumentando depois este número consideravelmente conforme se pode observar no rol de religiosos do mosteiro inseridos nos *Estados* da segunda metade de setecentos.

O primeiro Abade do mosteiro eleito em *Capítulo* foi Fr. Álvaro dos Reis. Fr. Leão de S. Tomás, enaltecendo as qualidades deste monge, escreveu na sua *Benedictina Lusitana* o seguinte:

" [...] Foi religioso tão observante, tão zeloso da perfeição do officio divino, que achando-se huma noiute só nas Matinas com o sobredito P. Fr. Thomás do Touro, no Mosteiro de Pendorada, por estarem muitos monjes doentes, e outros serem fora, não deixou de cantar o Te Deum Laudamus, cantando elle só de hum choro, e o P. Fr. Thomas do outro [...] "⁴

Com a Reforma da Congregação, o Mosteiro da Pendorada foi reedificado. As obras mencionadas nos *Estados* iniciaram-se no edifício conventual, seguindo-se as obras da

1 José Mattoso, *L'Abbaye de Pendorada, Des Origines à 1160*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1962.

2 *Constituições da Ordem de S. Bento*, Lisboa, António Alvarez, 1590. Cap. 61, p. 184.

3 ANTT, *Livro que trata da série dos prelados, e Ditos Dons Abades deste Mosteiro.*[...] *Convento de S. João da Alpendurada*, Livro I.

4 Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, Tomo I. Notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 499.

Igreja nos finais de seiscentos, efectuadas no triénio do Abade Fr. Manuel das Neves entre 1698 a 1701. No século XVIII, viria a ser edificada a Igreja que actualmente existe. Construída com um desenho comum às Igrejas beneditinas desta época, com uma só nave e grande capela-mor, viria a ser enriquecida ao longo dos anos de setecentos com admirável ornamentação em talha. A partir de 1780, exerceu actividade no mosteiro da Pendorada, o escultor Fr. José de Santo António Vilaça, deixando uma obra magnífica em toda a Igreja.⁵

Em 1785, o mosteiro recebeu a visita de um viajante desconhecido que anotou na sua *Lembrança* o mau estado de conservação da antiga livraria do mosteiro que juntamente com os livros conservava também frutos e outros alimentos. Uma nova "casa da livraria" tinha sido entretanto construída. O mesmo viajante, descrevendo o Mosteiro de Pendorada registou o seguinte:

" [...] Todo este mosteiro é hoje bom e nada lhe falta para estarem n'elle até dezenove religiosos, para o que tem todas as officinas necessarias.[...]"⁶

O espólio artístico do mosteiro da Pendorada era de tal modo valioso que em 1813, António Pinto de Araújo na *Vizitação da Comarca de Sobre-Tâmega* do Bispado do Porto, afirmou: "*tudo neste Mosteiro Beneditino he magestoso*"⁷

Em 1834 a Igreja do mosteiro passou a paroquial sendo o mosteiro comprado, em hasta pública, por António Vieira de Magalhães.⁸

2.15.1 Actividade musical

Em 1644, Fr. António Carneiro Visitou o mosteiro da Pendorada, na qualidade de Visitador Geral. A sua mensagem, comum à deixada aos restantes mosteiros naquela época, foi clara no tocante ao Ofício Divino: as orações deveriam ser feitas pausadamente, tal como o canto quer no coro como no altar; nos dias festivos, deveria haver um maior esplendor nas cerimónias realizadas.⁹ Em 1648, o Visitador Geral voltou a chamar a atenção para a

⁵ Robert C. Smith, *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, Escultor Beneditino do século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

⁶ Camilo Castelo Branco, *Mosaico e Sylva de curiosidades históricas, Literarias e Biographicas*, Porto, Anselmo de Moraes, 1868, pp.185-186.

⁷ BPMP, Ms 518. In Natália Marinho e Joaquim J. B. Ferreira Alves, *Subsídios para o estudo histórico-artístico do Mosteiro de São João de Pendorada*, Porto, Instituto Italiano de Cultura, 1978, p. 18.

⁸ Natália Marinho e J. B. Ferreira Alves, *Subsídios para o estudo histórico-artístico do Mosteiro de São João de Pendorada*, Porto, Instituto Italiano de Cultura, 1978, p. 5.

⁹ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº146.

importância do Ofício Divino, relembrando que nas "Casas" com cinco ou seis monges conventuais, a Antífona *Ave Stella* deveria ser entoada no fim das Matinas com os respectivos versos e orações. A *Salve Regina* deveria ser cantada no fim das Completas.¹⁰ Passados dez anos o Mosteiro da Pendorada foi advertido pelos Visitadores, Doutor Fr. Luís de Moura e Padre Pregador Fr. Bernardo Santiago sobre a ausência dos monges nas aulas de música. A advertência ficou assim registada:

"[...] Foi nos zelado, e vimos por vista de olhos que os Irmãos e outros religiosos são remissos em acudir nos dias que nossas Leis dispoem ao exercício de muzica pello que mandamos ao padre prior que com toda a vigilancia trate de que não aja falta em obra tão necessária, util para a religião como he este exercício, castigando com mandar comer em terra, e outras penitencias a quem não assistir a elle dos que são obrigados a acharse presentes, e quando o padre cantor Mor por ser ocupado com muitas demandas, e negocios que esta caza tem, não possa assistir, em seu lugar assistira o cantor segundo.[...]"¹¹

Nos anos de 1722 e 1724, os Visitadores Gerais fizeram referência à proibição de os monges assistirem ou representarem *comédias e entremezes profanos*.¹²

Em 1743 de acordo com o relatório dos *Estados*, o mosteiro comprou um *Saltério* novo para o coro. Nessa altura foi também feita uma estante nova.¹³

No Capítulo Geral realizado a 3 de Maio de 1786 sob a presidência do Abade Geral da Congregação, Fr. José Joaquim de Santa Teresa, Fr. Bernardo da Conceição, monge conventual no mosteiro da Pendorada, apresentou um pedido de compra, por parte da congregação, de uma *Arte de Cantochão* da sua autoria. Na acta da reunião ficou registado o parecer favorável à sua petição:

"[...] Leose huma petição do Padre Fr. Bernardo da Conceição do mosteiro de Pendurada em que offrece a congregação a compra de huma Arte de Cantochão novamente composta pelo suplicante= despachou Capítulo Geral. que o não queria privar dos lucrux que lhe poderião rezultar, e lhe dava todas as facultades a este respeito[...]"¹⁴

10 *Idem*, nº 147, f. 68v.

11 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 184.

12 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 155, f. 85 e f. 125.

13 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 101.

14 ADB, FMC, CSB, *Actas Capitulares* nº 314. Ver Dicionário de Músicos Beneditinos.

2.15.2 Cantores e instrumentistas

Em 1753, morreu no Mosteiro da Pendorada Fr. Gonçalo de Santa Maria, Compositor e Organista da congregação. O mosteiro contava com uma média de treze a quinze monges conventuais na segunda metade do século XVII. Os quadros seguintes apresentam alguns desses monges que ao longo dos anos desempenharam funções ligadas à música.

Quadro nº 48
Cantores e Organistas
[1761-1795]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. Gabriel da Encarnação	1761	Cantor	-
Fr. António de S. José	1764	Cantor, Organista	Vigário
Fr. Miguel dos Serafins	1767	Cantor, Organista	
Fr. António de Jesus Maria	1770	Cantor	
Fr. José de S. Raimundo	1780	Cantor	
Fr. António Rosário Baptista	1792	Cantor Mor	
Fr. Luís dos Serafins	1792, 1795	Organista	Cartorário
Fr. Francisco de S. Bento	1795	cantor	Definidor

ADB, FMC, *Estados* nº 102

No catálogo dos monges conventuais vêm mencionados alguns monges que não exercendo funções de Cantor ou Organista, possuíam conhecimentos musicais. Em 1761, o catálogo refere que o Prior Fr. Manuel da Graça tocava órgão e Fr. Luís de S. Caetano, recebedor, sabia solfa e tocava também este instrumento. Nos triénios de 1770 e 1773, Fr. Joaquim de S. Tomás exercia funções de Recebedor, indicando o *Estadista* que este monge sabia órgão e cantochão. Fr. António de Jesus Maria que em 1770 exercia funções de organista vem mencionado nos *Estados* elaborados em 1773 e 1776 com a indicação de que "*sabe cantochão e toqua órgão*".

Quadro nº 49
Cantores e Organistas
[1801-1822]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. Feliciano de S. Bento	1801, 1804, 1807	Organista	- Recebedor
Fr. António dos Prazeres	1801	Cantor	Enfermeiro
Fr. Manoel de S. José	1804	Cantor	Enfermeiro
Fr. Jozé de Santo Hipólito	1807, 1810, 1813	Cantor Mor Organista	Em 1813 exerceu funções de Vigário e Bibliotecário
Fr. Jozé do Patrocínio Malafaia	1816	Cantor Mor	Mestre de Obras, Depositário, Enfermeiro
Fr. Manuel de Santo Elias	1819	Organista	
Fr. Jozé de S. Jerónimo	1819	Cantor	Enfermeiro
Fr. José de Santa Escolástica	1822	Cantor	Enfermeiro, Prazista

ADB, FMC, *Estados* nº 103

2.15.3 Património organológico

Em 1599, o Mosteiro da Pendorada possuía um órgão, que foi levado, por decisão da hierarquia da congregação, para o Mosteiro de S. Bento da Vitória. Os monges conventuais no mosteiro tudo fizeram para adquirir um novo órgão. Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*., escreveu o seguinte sobre o estado em que ficou a igreja:

"[...] assim continuou [o mosteiro] até o de 1599 em que applicarão aquellas rendas ao Mosteiro novo de Frades de S. bento do porto, para onde levarão retabolos, órgãos, e sinos, deixando a nao daquella antiga Igreja arvore seca [...]"¹⁵

Em 1644, o mosteiro tinha já outro órgão que estava desafinado e com os foles desconcertados. O Visitador Geral, Mestre Fr. António Carneiro dando conta desta situação, deixou a seguinte recomendação:

"[...] e afinar o órgão, concertando-lhe os foles, por estarem muito rotos [...]"¹⁶

Fr. Francisco dos Reis, Abade Geral da Ordem em 1651, voltou a fazer a mesma recomendação, dando também indicações para que o órgão fosse fechado à chave de modo a permitir o seu uso apenas pelo monge organista. O relatório da Visita diz o seguinte:

"[...] Vimos estar o órgão desafinado por estar desfechado, e os moços o irem descompor quando os não sentem: pello que muito encomendamos ao padre Dom Abade o faça afinar, e por nelle huma fechadura da qual tera a chave de relligioso que for tangedor para que não haja ocazião de o desmancharem [...]"¹⁷

Em 1660, coube aos Visitadores Doutor Fr. Luís de Moura e Fr. Bernardo Santiago mandarem afinar o órgão. Para a concretização desta tarefa foi sugerido o nome do Padre Fr. Simão:

¹⁵ António Carvalho da Costa. *Corografia Portuguesa*, Tomo I, Braga, Tipografia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1869, 2ª edição, p. 353. Ver também p. 282.

¹⁶ ADB, FMC, *Visitas do Geral* nº 146.

¹⁷ *Idem*, nº 148, f. 61.

"[...] outro si lhe mandamos mande logo afinar o órgão, o que pode fazer com grande facilidade, pois tem em casa o padre frei Simão que o fara com bellissima vontade[...]"¹⁸

Os livros de *Estados* mencionam o concerto do órgão em 1716. O *Estadista* registou o seguinte:

"[...] Concertouse o órgão de novo, acrescentandolhe registos, e fizerão-se os folles de novo, e pintouse a caixa do mesmo órgão [...]"¹⁹

No triénio do Abade Fr. Apolinário de S. Boaventura concluíram-se algumas das obras da igreja do mosteiro. O *Estadista*, descrevendo as obras efectuadas em 1734, refere-se às varandas dos órgãos e ao compartimento onde estavam colocados os folles do instrumento. Na descrição consta o seguinte:

"[...] Fesse o choro com sua abobada e as barandas para os órgãos. Madeirousse a capella mor e caza dos órgãos [...] Fesse huma caza para os órgãos [...]"²⁰

O mosteiro viria a adquirir um novo órgão nos anos de 1780 a 1783. O *Estadista* deixou no seu relatório o seguinte:

"[...] Fese hum órgão grande com sua caixa de talha com bons registos sendo hum dos melhores que tem a ordem. Solhou-se de novo a caza dos folles de castanho [...]"²¹

Neste triénio, o escultor beneditino Fr. José de Santo António Vilaça substituiu quase toda a talha existente, realizando um trabalho precioso na capela mor da igreja do mosteiro. Em 1822, sendo organista no mosteiro Fr. José de Santa Escolástica,

"[...] apeou-se o órgão, mettendo se lhe de novo varios registos[...]"²²

18 ADB, FMC, *Visitas dos Visitadores* n° 183.

19 ADB, FMC, CSB, *Estados* n°101.

20 *Ibidem*, In Natália Marinho e Joaquim J. B. Ferreira Alves, *Subsídios para o estudo histórico-artístico do Mosteiro de São João de Pendorada*. Porto, Instituto Italiano de Cultura, 1978, p. 15.

21 ADB, FMC, CSB, *Estados* n° 102.

22 *Idem*, n° 103.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146, n° 147, n° 155.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 183, n° 184.

FMC, CSB, *Estados* n° 101, n° 102, n° 103.

FMC, CSB, *Actas Capitulares* n° 314.

II. Arquivo Nacional Torre do Tombo

Livro que trata da série dos prelados, e Dittos Dons Abades deste Mosteiro.(...)
Convento de S. João da Alpendurada, Livro I.

III. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 518.

B. Bibliografia

Castelo Branco, Camilo, *Mosaico e Sylva de curiosidades históricas, Literarias e Biographicas*, Porto, Anselmo de Moraes - Editor, 1868.

Costa, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Tomo I, Braga, Tipografia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1869, 2ª edição.

Constituições da Ordem de S. Bento, Lisboa, António Alvarez, impressor, 1590.
Cap. 61, p. 184.

Marinho, Natália e Ferreira Alves, Joaquim J. B., *Subsídios para o estudo histórico-artístico do Mosteiro de São João de Pendorada*, Porto, Instituto Italiano de Cultura, 1978.

Mattoso, José, *L'Abbaye de Pendorada, Des Origines à 1160*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1962.

Smith, Robert C., *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, Escultor Beneditino do século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

S. Tomás, Fr. Leão de, *Benedictina Lusitana*. Tomo I, Notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

2. 16 O Mosteiro do Porto (S. Bento da Vitória)

Introdução

O Mosteiro de S. Bento da Vitória começou a ser construído em 1596. A decisão da edificação do mosteiro, situado na Rua de S. Miguel, ocupando parte da antiga judiaria, foi tomada em *Capítulo Geral*, que decidiu aplicar-lhe a renda do Mosteiro da Pendorada. Fr. Leão de S. Tomás escreveu a propósito na sua *Benedictina Lusitana*:

"[...] No anno de 1599, ordenou a religião que as rendas de pendorada se applicassem ao Mosteyro de São Bento do Porto que se hía edificando, pella commodidade que avia de se trazerem as cousas necessarias pellio Douro abayxo, e de Pendorada vierão sinos, orgãos, retabolos, e outras peças, que naquelle principio servirão na casa do Porto.[...]"¹

O architecto escolhido pela congregação foi Diogo Marques Lucas. A construção começou pela Igreja, embora tivesse sido interrompida, tendo-se construído os dormitórios capazes de acolher cerca de trinta religiosos. O culto realizava-se na *Sala do Capítulo* adjacente ao mosteiro, passando depois, em meados do século XVIII, a ter lugar na actual Igreja. A construção da Igreja demorou muitos anos a completar-se devido aos seus elevados custos. Segundo Geraldo Coelho Dias² o mosteiro foi construído em três fases: na primeira, entre os anos de 1596-1630, ergueu-se a ala nascente, parte da ala sul e o claustro; na segunda fase entre 1680-1708, construiu-se a igreja nova e anexos e na terceira fase, nos anos de 1742 a 1780, construíram-se novos dormitórios, a ala poente e claustro dos carros. Roberth Smith³, refere-se em pormenor à construção quer da igreja, quer do mosteiro, com base nas descrições contidas nos *Estados* do mosteiro.

A capela mor da Igreja tem um grandioso retábulo de talha dourada, da autoria de Gabriel de Sousa Rodrigues, entalhador de Landim, construído nos anos de 1716-1719 e dourado posteriormente entre os anos de 1722-1725. O cadeiral do coro alto foi executado na mesma época, por Marceliano de Araújo, com madeira de jacarandá vinda do Brasil. Em

¹ Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, Tomo II. Notas críticas de José Mattoso, Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 231.

² *In O Mosteiro de S. Bento da Vitória*, Porto, Arquivo Distrital do Porto e Mosteiro de S. Bento da Vitória, 1997, p. 46.

³ Roberth C. Smith, *S. Bento da Vitória, do Porto à luz dos "Estados" de Tibães*, Porto. Livraria Fernando Machado, s/d.

1759, Manuel Homem Soares revestiu com folha de ouro os órgãos, varandas e coro da Igreja.

A 29 de Abril de 1793, nasceu D. Maria Teresa, primeira filha dos Príncipes do Brasil, tendo nessa altura sido realizados grandes festejos quer no reino quer no Brasil. No Porto, as celebrações sucederam-se. Na Igreja de S. Bento da Vitória tiveram lugar as seguintes cerimónias religiosas:

"[...] No dia 13 [Maio] fez a Relação da mesma cidade entoar o Te Deum no Real Mosteiro Benedictino a dous Córos, com toda a pompa, a que assistio o Corpon da Relação com o seu Chefe Dezembargador Chancellor Governador"

"No dia 16 [Maio] pela manhã concorreo a Cathedral o Dezembargador Corregedor, e Provedor com o Senado da Camera vestidos de gala para assistir à Missa, e Exposição do Santissimo, a que tambem assistio o Excellentissimo Bispo daquela Diocese, o Clero. as Corporações Religiosas, a Nobreza, e Povo de todas as Classes, achando-se a mesma Cathedral forrada toda de preciosas sedas. No fim da Missa recitou huma eloquentissima O>ração o R. P. M. Fr. José da Transfiguração. De tarde se entoou o Te Deum a dous Córos de numerosos, e escolhidos musicos: no fim do quaql sahio a Procissão com todas as Confrarias, Irmandades, Corporações Religiosas, e Cavalleiros pelas ruas do costume que se chavão adornadas; e ao recolher derão tres descargas os dous Regimentos de Infantaria, que tambem acompanháão, terminando desta fórma as funções devotas[...]"⁴

O Mosteiro de S. Bento da Vitória contou ao longo da sua história com várias espoliações. Em consequência das invasões francesas, serviu de Hospital Militar nos anos de 1809 a 1816. O *Estadista* escolhido para elaborar o *Estado* do mosteiro em 1822, descreveu assim as obras então efectuadas:

"[...] Restaurou-se o Mosteiro do Vexame que soffria à dez annos pela occupação do Hospital Militar [...] cujas obras se fizerão à custa da Arca da Congregação.[...]"⁵

Em 1820, a Igreja havia sido escolhida pelo Corpo do Comércio para a realização de uma Missa Solene em celebração da vitória do regime liberal, tendo nessa ocasião sido cantado o *Te Deum* do então Mestre da Capela da Sé, António da Silva Leite.⁶

⁴ Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, "A Festa da Vida, a Festa da Morte e a Festa da Glória: Três exemplos em 1793", *Poligrafia*, nº 2, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1993, pp. 103 - 142.

⁵ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 105.

⁶ BMPP, MM 12, *Te Deum a fá bordom, e acompanhado a grande Orchestra, e alternando com o Coro. Cantado pella primeira vez na Cidade do Porto, na grande função Nacional, que pella sempre*

Em 1832-33, durante o Cerco do Porto, a Igreja foi danificada pelos miguelistas. Nessa altura viviam no Mosteiro apenas três monges e o abade. Ocupado o mosteiro, os monges não puderam regressar, passando a igreja do mosteiro a servir de paróquia a partir de 1835. Em 1838, a Junta da paróquia elaborou um inventário da igreja, onde se refere que:

"[...] O Côro, cujas paredes são todas cobertas com ricas molduras de entalho douradas, e com diferentes ornatos em forma de quadros, representando em meio-relevo os primeiros actos na vida do patriarcha S. bento; bem como é todo cercado de bellos assentos de páo preto, e huma boa estante do mesmo páo com Cinco grandes livros de canto-chão. Hum magnifico Orgão completo, e em bom estado, com diferentes registos [...]"⁷

A partir de 1853 a Igreja ficou sob a responsabilidade da Arquiconfraria do *Santíssimo e Imaculado Coração de Maria para a conversão dos Pecadores*. Com a nomeação do monge egresso Fr. Baltasar Braga para director da Confraria, iniciou-se a celebração anual da Festa do Patriarca S. Bento.

A 15 de Julho de 1855, realizou-se na Igreja uma grande festa religiosa em que se cantou uma Missa denominada *Missa da Victoria* da autoria do compositor Francisco Eduardo da Costa. A Missa com acompanhamento de orquestra, foi também executada ao órgão pelo próprio compositor.⁸

Em 1865, Henrique Duarte de Sousa Reis descreveu o mosteiro como

"[...] hum dos mais formozos edificios Religiosos desta Cidade. que sempre respeitou nos seus moradores os Monges mais studiozos e ilustrados do Porto [...]"⁹

Em 1942, a Igreja de S. Bento da Vitória, por determinação do Bispo do Porto, D. Agostinho de Jesus foi entregue ao Mosteiro de Singeverga. Com a extinção da Arquiconfraria o Estado devolveu aos monges uma parte do edifício claustral, restabelecendo

famosa Regeneração Lusitana celebrarão os magnanimos Comerciantes Portugueses na Igreja dos Monges Benedictinos daquela cidade no dia 22 de Outubro de 1820. Composto e offrecideo ao mesmo illustre Corpo do Commercio pelo Patrota António da Silva Leite Mestre da Capella da Sé e Examinador de Canto-chão do Bispado. In Notas ao programa da Orquestra Clássica do Porto no âmbito das Comemorações dos 400 Anos do Mosteiro. de Geraldo J.A. Coelho Dias, OSB/FLUP. Porto, Mosteiro de S. bento da Vitória, 1997.

7 Roberth C. Smith. *S. Bento da Vitória, do Porto à luz dos "Estados" de Tibães*, Porto, Livraria Fernando Machado, s/d, pp. 69-73.

8 Ernesto Vieira, *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes*, vol.I, Lisboa, Lambertini, 1900, p. 321.

9 BPMP, Ms 1272, ("Apontamentos para a verdadeira História Antiga e Moderna da Cidade do Porto" de Henrique Duarte Sousa Reis). In Roberth C. Smith. *S. Bento da Vitória, do Porto à luz dos "Estados" de Tibães*, Porto, Livraria Fernando Machado, s/d, pp. 67-68.

se assim a vida monástica. As obras de restauro no mosteiro iniciadas em 1984, permitiram que este recebesse na década de 90 a Orquestra Clássica do Porto, e em 1995 o Arquivo Distrital do Porto.

2.16.1 Actividade musical

Em 1633, os Visitadores da congregação verificaram que apesar de haver vários músicos no mosteiro, não havia aulas de instrumentos de tecla e outros instrumentos pelo que deixaram a seguinte recomendação:

"[...] E porque nesta Casa ha irmãos que podem aprender pera servir a religião e mestres que os possuem ensinar isto mandamos muito e encargamos a consciencia ao Padre dom Abbade os mande todos aprender tecla e os maes instrumentos e juntamente a cantar e mandamos ao Padre Prior pela santa obediencia castigue com vigor aos que em aprender forem remissos. [...]"¹⁰

Passados três anos os Visitadores deixaram registado na acta da Visita que os noviços do mosteiro não sabiam cantar e que o Padre Prior Fr. André Carneiro se dedicava nas horas do Coro, à jardinagem nos canteiros do claustro. Sobre a aprendizagem do canto, os Visitadores deixaram a seguinte ordem:

"[...] foi nos advertido que os noviços que ha nesta casa não sabião cantar; pello que encommendamos ao muito Reverendo padre Dom Abbade de ordem em que elles aprendam e depois de saberem os principios poderão ir com seu mestre ao exercicio de canto que tem os professos [...]"¹¹

Fr. António Carneiro, na Visita ao mosteiro em 1645, na qualidade de Abade Geral da Congregação, abordou algumas questões relativas à prática musical. Salientou o Ofício Divino como a ocupação mais importante dos monges, recomendando ao Abade que quer as cerimónias rezadas quer as cantadas, fossem realizadas devagar e pausadamente; deu orientações para que se seguissem as cerimónias antigas enquanto não chegassem ao mosteiro as cerimónias reformadas; determinou que se realizassem em três dias da semana aulas de canto, instrumento de tecla e latim, mandando nomear mestres para o efeito e comprar um ou dois instrumentos para os monges estudarem; finalmente proibiu que os

¹⁰ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 182.

¹¹ *Ibidem*.

monges levassem instrumentos quando fossem em passeio à quinta. No ano seguinte estas ordens voltaram a ser dadas pelo *Visitador Geral*, tendo sido dado o prazo de um mês para a sua execução. Às segundas, quartas e sextas feiras deveria haver aulas de canto e instrumento de tecla dadas por Fr. Diogo. O Visitador referia-se provavelmente a Fr. Diogo da Conceição, organista e compositor, conventual no mosteiro.¹² Passados dois anos, o Visitador Geral deu conta da inexistência de aulas de Canto e Latim, voltando a ser feita a mesma recomendação.¹³

Em 1650, o Visitador Geral e seu companheiro foram informados que o cerimonial beneditino não estava a ser respeitado, havendo discrepâncias, nomeadamente na realização das missas rezadas e cantadas. No relatório da Visita ficou exarado o seguinte:

"[...] E porque nos foi zellado que era grande a confusão que avia no altar no fazer das ceremonias da missa, e que cada hum fasia o que lhe parecia e que os seculares os ouvião (?) sobre isso mandamos ao muito Reverendo Padre D. Abbade presente e futuro, ou quem suas vezes tiver em virtude de santa obediencia que de quinze, em quinze dias se ajunte os monges, ou na samcristia, ou igreja na tarde mais acomodada lhe o parecer, e ahi pratique e fação as cerimónias conforme nosso Ceremonial, começando pellas da missa assi cantada como rezada [...]"¹⁴

O Visitador referiu-se ainda às aulas de Canto dos *Cantores Típles* e dos *moços*, deixando as seguintes instruções:

"[...] Revalidamos o capitulo de nossa visitação que os Típles ou moços que tomão Lição, parecendo bem ao muito Reverendo Padre Dom Abbade que se lhes dê, sera na cappelinha, em virtude de santa obediencia o religioso que a der não consentira que estes moços subão assim aos dormitorios, excepto quando for cantar ao choro nos dias que se cantar canto de orgão. [...]"¹⁵

Nas Visitas realizadas nos anos de 1657, 1667 e 1682, os monges do Mosteiro da Vitória foram advertidos sobre o costume de cantar e tocar nas recreações no rio.¹⁶

12 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146.

13 *Idem*, n° 147.

14 *Ibidem*.

15 *Ibidem*.

16 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 184 (Visita realizada em 1657); e *Visitas do Geral* n° 151 (Visita realizada em 1667) e n° 153 (Visita realizada em 1682)

Em 1657, o Visitador, referindo-se ao repertório profano utilizado pelos monges utilizou a seguinte expressão: "[...] e ainda nas cazas cantavão alguns tons pouco para os religiosos [...]". Em 7 de Janeiro de 1682, o Abade Visitador Fr. João Osório deixou a seguinte ordem:

"[...] Mandamos ao Padre Prior, ou quem presidir, quando forem com os religiosos as recreaçoes em viortude de santa obediência, e sob pena de excomunhão mayor, e pelo facto incurrenda, não consintam que aja galhofas de musica e instrmentos, de Monchique para sima, nem inda de frente do mesmo mosteiro e debaixo do mesmo preceito, e censura, não consintirá, que os religiosos se apartem de sua vista [...]"¹⁷

Nos anos de 1737, 1747 e 1752, os monges do Mosteiro da Vitória foram novamente advertidos sobre o costume de se cantar e tocar nas recreações no rio.¹⁸ Os Visitadores Gerais também reprovaram o costume de se cantar e falar às janelas do mosteiro. Outra das recomendações deixada pelos Visitadores dizia respeito à proibição dos monges irem cantar fora do mosteiro.¹⁹ Verficava-se com frequência que pelo facto de os monges cantarem fora do mosteiro, não havia por vezes quem realizasse os Offícios Divinos no próprio mosteiro, sendo esta situação condenável para a congregação. A acta da Visitação de 1772 diz o seguinte sobre este assunto:

"[...] Revalidamos o capitulo em que se manda em virtude de santa obediência ao Prelado deste Mosteiro não dê licença aos monges para cantarem Missas, fazerem procissões ou outras funções de coro, e altar fora da Igreja deste mosteiro para que por ocasião de assistencias externas senão falte a celebrar neste Mosteiro os officios divinos: [...]"²⁰

Na Biblioteca Nacional de Lisboa conserva-se um documento de finais século XVIII, com indicações relativas às cerimónias a realizar nos dias de *Lausperene*. O documento indica que nesses dias se deveria realizar a Missa cantada própria do *Lausperene*, mas se este dia coincidissem com um domingo, a Missa deveria ser *festiva com órgão e paramentos brancos de ouro ou de cor* de acordo com o calendário litúrgico, sem atenção ao *Lausperene*.²¹ O quadro seguinte apresenta as referências contidas nos *Estados* relativas à compra e concerto de Livros de Coro do mosteiro.

17 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 153.

18 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 158 (Visita realizada em 1737), nº 160 (Visita realizada em 1747) e nº 162 (Visita realizada em 1752).

19 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 155 (Visitas realizadas em 1721 e 1722), nº 166 (Visita realizada em 1767), nº 168 (Visita realizada em 1772).

20 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 168.

21 P-Ln, Ms s/c.

Quadro nº 50
Livros do Coro

Referência	Data
"[...] Posse no choro hu Psalteiro e hu Dominical, e Santoral, e hu Livro de Canticos, hu Breviario, e caderno [...]"	1653
"[...] Enquadernarão-se os Cadernos da Ladaynha de Nossa Senhora que custarão oito centos reis [...]"	1662
"[...] Comprouse hum Antiphonario novo, por não ser deprestimo o que avia na Casa [...]"	1665
"[...] Encadernarão-se de bezerro o pontifical e o Livro dos chirios do choro e hum breviario [...]"	1668
"[...] Mandou-se concertar hum Breviario grande para o coro: e comprouse hum Martyrologio para o Noviciado. Encadernouse hum Livro de Musica, autor Duarte Lobo [...]"	1671
"[...] Fesse hum Psalteiro para o choro, para cuja obra ficarão alguns materiais do trienio passado, e neste se acabou, e se mandou encadernar com targes e pregos de bronze, e tem este psalterio Hymnos, psalmos, e Laudes da Dominga e Segunda-feira [...]"	1728
"[...] Fesse outro psalterio, que esta quazi acabado e tem os hymnos, psalmos e Laudes das ferias, terças, quarta e quinta feira e toda esta obra esta com toda a perfeiçam feita [...]"	1728
"[...] Deu para Pergaminhos, Tintas e mais miudezas para os Psalteiros do choro vinte e nove mil duzentos e quarenta reis. [...]" Deu para a encadernaçam de dous psalteiros sette mil seis centos e oitenta reis [...]" Deu para carneiras, collas, papel e outras miudezas para o concerto do orgam Trinta e seis mil e trezentos e quarenta reis. [...]"	1731
"[...] Fesse hum Livro de Antiphonas em pergaminho. muito bem encadernado para o choro [...]"	1734
"[...] Deu para encadernar hum Livro de Antiphonas que se fes para o choro dous mil oitocentos e noventa reis [...]"	1734
"[...] Puzeramce dous Breviarios novos em o Coro [...]"	1737
"[...] No coro se pôs hum Psalteiro novo, e se fica trabalhando na factura de hum Livro de chyrios, glorias, credos, santos, Agnus Dei, com outras couzas maiz necessarias para a perfeição do mesmo Coro, e se concertarão os Breviarios do mesmo coro e os missaez da Igreja [...]"	1740
"[...] Fez-se hum Livro de todos os hymnos e canticos para o choro [...]"	1752
"[...] Deu para um livro do Coro, cento e sinco mil e trezentos reis. [...]"	1761
"[...] Deu para a sua encadernação, quatro mil, trezentos e setenta reis [...]"	
"[...] Pozeram-se de novo tres missaes encadernados em bezerro, e dous de fingida pedra, e juntamente quatro cadernos para as Missas de Requem com pasta preta [...]"	1780

ADB, FMC,CSB, *Estados* nº 104 [1629-1761] , nº 105 [1764-1822]

2.16.2 Cantores e instrumentistas

O Mosteiro de S. Bento da Vitória teve à frente da sua Capela Musical, durante cerca de vinte anos, o organista e compositor Fr. Diogo da Conceição, que faleceu neste mosteiro em 1696. Foi um dos maiores compositores do seu tempo, tendo sido convidado por D. João IV para integrar a sua Capela Musical, o que rejeitou, dedicando-se ao ensino e composição no Mosteiro de S. Bento da Vitória. Homem das Letras e Humanidades, foi também Pregador Geral e *Estadista*.²² Algumas das suas obras constam do "*Livro de Obras de Orgão juntas pella curiosidade de P.P. Fr. Roque da Conceição. Anno de 1695*".

conservado na Biblioteca Pública Municipal do Porto.²³ Fr. Domingos de S. José, que morreu em 1665 no Mosteiro de Paço de Sousa, foi Baixão e Mestre Noviços, durante cerca de dez anos, no mosteiro de S. Bento da Vitória.²⁴ O quadro seguinte apresenta alguns dos monges músicos que passaram pelo Mosteiro de S. Bento da Vitória, constantes nos *Estados* do mosteiro.

Quadro nº 51
Cantores e Organistas [1764-1798]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. Agostinho do Rosário	1764	Cantor Mor	
Fr. Manuel de Santa Rosa	1764 1767	Segundo Cantor Cantor	Procurador da Casa
Fr. José de S. Bento	1767 1773 1780 1783	Organista Cantor Mor, Organista Cantor, Organista <i>Idem</i>	Depositário
Fr. Luís Caetano de S. José	1767 1770 1773	Organista Cantor, Organista Organista	Subprior Subprior, Notário do Concelho
Fr. José de S. Francisco	1767 1770 1773	Organista Organista Organista	Gastador, Depositário das Obras
Fr. Tomás do Sacramento	1767	Cantor	
Fr. Francisco da Anunciação	1767	Cantor	
Fr. Manuel Joaquim de Santa Ana	1767	Cantor	
Fr. António de Santa Rita	1770	Segundo Cantor	
Fr. Alexandre de Santo António	1773	Organista	Mestre de Noviços
Fr. Matias de Santa Teresa	1773	Segundo Cantor	Enfermeiro, Cartorário
Fr. José Joaquim de Santa Teresa	1780	Cantor Mor	
Fr. João Marcos de S. José	1780, 1783	Organista Organista	Gastador
Fr. Luís Caetano de S. José	1780	Organista	Sacristão
Fr. João de Santa Gertrudes	1780,1783	Organista	
Fr. Manuel de S. José	1780	Segundo Cantor	
Fr. Feliciano da Conceição	1780	Organista	
Fr. António da Assunção	1783	Organista	(Irmão Corista)
Fr. Manuel Santo Elias	1786, 1798	Organista Segundo Cantor, Organista	(Irmão Corista)
Fr. Francisco[Albino] de S. Bento	1786, 1789, 1792, 1798	Cantor, Organista Cantor Mor Cantor Cantor, Organista	
Fr. Luís dos Serafins	1789	Organista	
Fr. Domingos de S. José [Varela]	1789	Organista	
Fr. Domingos de Santa Teresa	1792	Organista	

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 105

²³ Ver IV Parte, Capítulo I, Fundos Musicais Beneditinos.

²⁴ Sobre este músico ver os Capítulos I e II da IV Parte do presente trabalho.

O catálogo dos monges conventuais, elaborado em 1789, menciona o monge organista Fr. Domingos de S. José. Trata-se certamente de Fr. Domingos de S. José Varela, um dos maiores organistas e organeiros da congregação beneditina, que de acordo com a sua biografia,²⁵ foi Abade do Mosteiro de S. Bento da Vitória. O mesmo catálogo indica que Fr. Manuel de Santa Rosa, possuía também conhecimentos de canto polifónico e sabia consertar órgãos. Fr. Agostinho do Rosário, Cantor Mor no mosteiro, no triénio de 1761 a 1764, de acordo com as indicações no catálogo, sabia cantochão, canto polifónico e tocava órgão. Fr. José de S. Francisco, embora não venha citado com qualquer função musical em 1764, o seu nome vem nomeado com a seguinte indicação: *sabe cantochão e canto polifónico, toca bem o órgão*. No triénio seguinte vem mencionado com as funções de organista.

Os *Estados* elaborados em 1761, não indicam as funções de Cantor ou Organista, mas revelam os conhecimentos musicais dos monges. O quadro seguinte, apresenta o nome desses monges e as anotações indicadas no catálogo, à frente dos seus nomes.

Quadro nº 52
Monges conventuais [1761]

Nome	Referência
Fr. João de Santa Ana	"sabe cantochão"
Fr. José de Cristo	"sabe peritamente tocar órgão, e cantochão"
Fr. João de S. Plácido	"sabe peritamente tocar órgão, solfa e cantochão"
Fr. Manuel de Santa Rosa	"sabe cantochão"
Fr. Manuel da Conceição	"sabe peritamente tocar órgão, solfa e cantochão"
Fr. Manuel de S. José	"sabe cantochão"
Fr. António de S. José	"sabe tocar órgão e cantochão"
Fr. António de Santa Quitéria	"sabe cantochão"

ADB, FMC,CSB, *Estados* nº 104

Apresentam-se de seguida os monges músicos mencionados no Catálogo dos monges conventuais do Mosteiro, entre os anos de 1801 a 1822.

25 *Ibidem*.

Quadro nº 53
Cantores e Organistas
[1801-1822]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. Bernardo Jesus Maria	1801	Organista	
Fr. Francisco Albino de S. Bento	1801 1804	Cantor Cantor Mor	
Fr. Joaquim do Coração de Jesus	1804	Organista	
Fr. João da Anunciação	1804	Cantor	
Fr. José de Nossa Senhora do Vale	1822	Cantor	Enfermeiro

ADB, FMC, CSB. *Estados* nº 104

2.16.3 Património organológico

Quando, em 1597, a Junta Geral decidiu repartir as rendas e os bens do Mosteiro de Pendorada, em favor do Mosteiro de S. Bento da Vitória, veio para o Porto um realejo.²⁶ A referência mais antiga encontrada relativa aos órgãos do mosteiro data de 1665. O *Estado*, elaborado nesse ano por Fr. Diogo da Conceição e Fr. Bento de S. Jerónimo, refere-se ao concerto do órgão do seguinte modo:

"[...] No choro mandou concertar o órgão, tendo para isso hum Mestre hum mez na casa com que ficou com toda a perfeição.[...]"²⁷

Provavelmente tratava-se do pequeno órgão vindo do Mosteiro de S. João da Pendorada.

No início do século XVIII, começaram a ser construídos os órgãos do mosteiro, que ainda hoje se conservam. A caixa é da autoria do entalhador Gabriel Rodrigues Álvares, natural de Landim. Sobre este órgão e o seu construtor, o organeiro beneditino Fr. Manuel de S. Bento, escreveram já Roberth Smith, Samuel de Bastos Oliveira e Domingos Pinho Brandão.²⁸ Este último transcreve as referências contidas nos *Estados* do mosteiro relativas a este órgão.²⁹

26 Gabriel de Sousa, "Beneditinos" *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol II, Ed. Resistência, 1983, p. 338.

27 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 104, Domingos de Pinho Brandão, *Órgãos da Sé do Porto e actividade de organeiros que nesta cidade viveram*. Porto. Ed. do Coro da Sé Catedral do Porto, 1985, p. 94.

28 Sobre Fr. Manuel de S. Bento ver *Dicionário de Músicos Beneditinos*, pp.

29 Domingos de Pinho Brandão, *Órgãos da Sé do Porto e actividade de organeiros que nesta cidade viveram*, Porto, Ed. do Coro da Sé Catedral do Porto, 1985, pp. 96 a 102.

Os quadros seguintes apresentam essas referências. O relatório das Contas do Gastador do órgão, constantes do *Estado* relativo ao triênio de 1717 a 1719 apresentam os primeiros gastos com a construção deste instrumento. O *Gastador* recebeu de depósito, para o efeito, oitocentos mil reis, tendo sido gastos setecentos e cinco mil e duzentos e dezanove reis. O nome de Fr. Manuel vem mencionado diversas vezes, levando a crer que se trata do organeiro beneditino já mencionado Fr. Manuel de S. Bento. A existência de várias fontes documentais citando o nome de Fr. Manuel de S. Bento, D. Manuel de S. Bento Gomes, D. Manuel de Benedito Gomes Herrera ou ainda Manuel de S. Bento Gomes de Herrera, tomou problemática a identidade dos organeiros Fr. Manuel de S. Bento e Manuel de S. Bento Gomes Herrera, e conseqüentemente a autoria dos órgãos por eles construídos.³⁰ No caso de S. Bento da Vitória, pode-se afirmar terem sido os órgãos construídos pelo irmão donato beneditino Fr. Manuel de S. Bento, conforme se lê na sua biografia contida no *Livro de Óbitos dos Monges que faleceram neste Mosteiro de S. Salvador de passo de Sousa*.³¹

Quadro nº 54
Contas do Gastador do órgão [1717-1719]

Referências
"[...] Deu para quarenta e Três arrobas e treze arrates de estanho e nove quintais de chumbo, duzentos e trinta e nove mil e noventa e quatro réis [...]"
"[...] Deu para dezassete dúzias de carneiras, vinte e dois mil quatrocentos e setenta e cinco réis [...]"
"[...] Deu para madeira que se comprou, cento e quatro mil novecentos e oitenta réis [...]"
"[...] Deu para pregos, quinze mil e sessenta e cinco réis [...]"
"[...] Deu para cola quatro mil e seiscentos e vinte réis [...]"
"[...] Deu para carvão três mil, novecentos e sessenta réis [...]"
"[...] Deu para pano de linho e estopa para a fundição cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco réis. [...]"
"[...] Deu para uma caldeira e um tacho dois mil e quinhentos réis [...]"
"[...] Deu para cordas mil e duzentos réis [...]"
"[...] Deu para oito arrates de arame três mil e oitocentos e quarenta réis [...]"
"[...] Deu para verrumas e limas setecentos e quarenta réis [...]"
"[...] Deu para ferros de chumbar mil e setecentos réis [...]"
"[...] Deu para cal setecentos e quarenta réis [...]"
"[...] Deu para um arquiteto mil e duzentos réis [...]"
"[...] Deu para jornais cento e sessenta e oito mil e trinta réis [...]"
"[...] Deu para carros de madeiras quarenta e cinco mil novecentos e quarenta réis [...]"
"[...] Deu para louças, feijões, azeite e outros géneros de apetrechos que nosso Reverendíssimo mandou dar a Fr. Manuel, organista, oito mil e seiscentos réis [...]"
"[...] Deu para aluguéis de bestas, gastos em jornadas de Fr. Manuel a ver órgãos e comprar madeiras, vinte e quatro mil e quinhentos e sessenta réis. [...]"
"[...] Deu para o sustento de Fr. Manuel cinquenta mil réis [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº104

30 Ver W. D. Jordan, "Manoel de S. Bento Gomes, Fabricante de Órgãos em Portugal, *Mundo da Arte*, nº 17, 1986, pp. 3 - 21 e "Manoel de S. Bento Gomes de Herrera and the Portuguese Organ", *Organ YearBook*, 1991, pp. 5 - 62.

31 BPMP, Ms nº 173, ff. 125v.

Neste triênio, o órgão ficou já adiantado, com vinte tubos feitos e a caixa em fase de aperfeiçoamento. A caixa do órgão mudo colocado na tribuna frontal foi nessa altura encomendada a Gabriel Rodrigues. Os *Estados* apresentam ainda a seguinte despesa:

"[...] Deu para a impreitada da talha do choro, concerto e emenda do retabolo da Capella mor, Banqueta sobre as cadeiras do choro segunda caixa do órgão, e acrescentamentos da talha do choro hum conto trezentos e noventa e dous mil reis. [...]"³²

No relatório do *Estado em que fica a obra do órgão* constam as seguintes informações:

Quadro nº 55
Obra do Órgão
[1717-1719]

Referências
"[...] Fica o alcance do padre gastador do orgam que sam Noventa e quatro mil setentos, e oitenta e hum reis [...]"
"[...] Ficam vinte canos do orgam já obrados, e muitas chapas de estanho fundido para se fazerem os mais [...]"
"[...] Ficam vinte e nove arrobas de estanho, e vinte e quatro de chumbo; para se fundirem, e fazer os canos que sam necessarios. Ficam dezassete duzias de carneiras. [...]"
"[...] Fica o sumeiro feito; Ficam as madeiras dos foles todas obradas e tambem está feito o cano do vento. fica muita contidade de madeiras pagaz, para se continuar esta obra. [...]"
"[...] Ficam oito arrates de Arame. Fica Arroba e meya de colla. Fica muita cantidade de Carvam, e muitos centos de pregos [...]"
Ficam as verrumas, limas, e pregos necessarios; e outras miudezas pertencentes ao officio do organista: que se comprirão para este ministério [...]"
"[...] Fica assentada a caixa do órgão, e se vai continuando em a aprefeioar com todo o cuidado Fica dada de empreitada a Gabriel Roriz outra caixa, em correspondencia da do órgão na outra tribuna: obra que ficou magnifica, a respeito da correspondencia [...]"
"[...] para toda esta obra fica dinheiro prompto; o que tudo se deve ao zello, e generosidade do nosso Reverendo padre Geral: pois todas estas obras se dirigem ao serviço de Deus, e ornato de sua Igreja. [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº104

No triênio seguinte a construção do órgão prosseguiu. Os *Estados* relativos ao triênio de 1720 a 1722, apresentam relatórios do *Depósito das Obras*, das *Contas do Pagador da obra do órgão*, do *Estado em que fica o depósito do órgão*. Os quadros seguintes apresentam esses relatórios.

Quadro nº 56
Estado em que ficou o depósito das obras
(1720-1722)

Referências
"[...] Ficou o alcance do gastador das obras que foram seiscentos e quarenta réis [...]"
"[...] Ficou o alcance do Gastador do órgão que foram noventa e quatro mil réis [...]"
"[...] Ficaram vinte canos do órgão já obrados e muitas chapas de estanho fundido para se fazerem os mais [...]"
"[...] Ficaram vinte e nove arrobas de estanho e vinte e quatro arrobas de chumbo para se fundirem e fazerem os canos que são necessários [...]"
"[...] Ficaram dezassete dúzias de carneiras [...]"
"[...] Ficou o someiro feito [...]"
"[...] Ficaram as madeiras dos foles todas obradas e também ficou feito o cano para o vento [...]"
"[...] Ficou muita quantidade de madeiras pagas para se continuara obra. ficaram oito arrates de arame. Ficou meia arroba de cola. Ficou muita quantidade de carvão e muitos centos de pregos. Ficaram as verrumas, limas e ferros pertencentes ao ofício do organista. que se compraram para este ministério [...]"
"[...] Ficou assentada a caixa do órgão. Ficou dada de empreitada outra caixa em correspondência da do órgão [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 104

Quadro nº 57
Contas do Pagador da obra do órgão
(1720-1722)
Algumas das despesas com a construção do órgão

Referências
"[...] Deu para jornais de carpinteiros, pedreiros, entalhadores e mais oficiais, trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e dez réis [...]"
"[...] Deu para o sustento e gastos do Irmão organista e para os seus provimentos, cento e noventa e cinco mil, cento e oitenta réis [...]" Deu para o sustento e soldada do moço do mesmo organista, e para um oficial que trabalhou na obra a quem dava de comer, trinta e dois mil oitocentos e vinte réis [...]"
"[...] Deu para cal e saibro oitocentos réis [...]"
"[...] Deu para chumbo dezanove mil e quinhentos e sessenta e cinco réis [...]"
"[...] Deu para uma tampa e huma colher duzentos e vinze réis [...]"
"[...] Deu para Ferragens e pregos noventa e nove mil cento e dez réis [...]"
"[...] Deu para madeiras e carretos dellas dezaseis mil e cem réis [...]"
"[...] Deu para colla sete mil e duzentos réis [...]"
"[...] Deu para fugareiro panellas e togellas para a fundiçam nove centos e settenta réis [...]"
"[...] Deu para guita cento e quarenta réis [...]"
"[...] Deu para canivetes duzentos e trinta réis [...]"
"[...] Deu para papel quatro centos e oitenta réis [...]"
"[...] Deu para Linho e pano de Linho, e pano para de baixo do jogo dous mil e duzentos réis [...]"
"[...] Deu para carneiras e pergaminho oito mil quatrocentos e sessenta réis [...]"
"[...] Deu para Arame quatro mil oitocentos e vinte réis [...]"
"[...] Deu para Almagre cento e noventa réis [...]"
"[...] Deu para soldadores e Alicates oitocentos réis [...]"
"[...] Deu para Berbequins sessenta réis [...]"
"[...] Deu para duas pennas de Lapis cem réis [...]"
"[...] Deu para Lixas quatrocentos e oitenta réis [...]"
"[...] Deu para Marfim cinco mil e setecentos [...]"
"[...] Deu para rezina cento e oitenta réis [...]"
"[...] Deu para Latão e palhetas dous mil seiscentos e noventa réis [...]"

Quadro nº 57
Contas do Pagador da obra do órgão
 [1720-1722]
 Algumas das despesas com a construção do órgão (cont.)

Referências
"[...] Deu para carvam seis mil e quatrocentos e des reis [...]"
"[...] Deu para serro sessenta reis [...]"
"[...] Deu para humas esteiras sessenta reis [...]"
"[...] Deu para Area trezentos e sessenta reis [...]"
"[...] Deu para as massanetas dos rezistos, e para o torneiro que as fez mil e quarenta reis [...]"
"[...] Deu para formas oitocentos reis [...]"
"[...] Deu para sernellas sessenta reis [...]"
"[...] Deu para verrumas trezentos reis [...]"
"[...] Deu para ouro, para dourar os canos do órgão, vinte e seis mil e novecentos réis [...]"
"[...] Deu ao pintor que os dourou de em preitada nove mil seiscentos [...]"
"[...] Deu para um tamborete para se assentar o organista, quando tange, três mil e oitocentos réis [...]"
"[...] O que tudo soma de oitocentos e hum mil seiscentos e stenta e sinco reis que abatidos ao encargo fica alcançado em nove mil e quinhentos e seis reis [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 104

Quadro nº 58
Estado em que fica o depósito do órgão
 [1720-1722]

Referências
"[...] Fica o alcance do Padre Gastador, que são mil quinhentos e seis réis [...]"
"[...] Ficam por um rol que deu o Irmão Frei Manoel organista, cento e três canudos obrados [...]"
"[...] Fica um registo de trombetas que consta de quarenta e cinco [...]"
"[...] Ficam quatro arrobas de metal, pouco mais ou menos [...]"
"[...] Ficam mais algumas miudezas de colla, arames, ferramentas, de que de tudo disse o dito Irmão que daria conta [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 104

No relatório das obras do triénio ficou registado que a construção do órgão se tinha completado, ficando apenas por acabar o órgão de fachada.

Quadro nº 59
Obras que se fizeram este triênio
[1720-1722]

Referências
"[...] Fesce tambem de mourisco, toda aquella parte do telhado que cahe sobre a tribuna do órgão novo, e se taparão de pedra e calas quatro frestas da torre que esta da mesma parte, para as chuvas e ventos que por ellas entravam dannificarem o órgão. era esta muito preciza. [...]"
"[...] Acabou-se o mesmo órgão que estava começado, do triênio passado, em que se dispendeu neste triênio dinheiro considerável, como se vê do que nele recebeu o Padre gastador do dito órgão [...]"
"[...] Fez-se um tamborete para assento do organista de sola do Brasil, com pregaria dourada, muito bem feito [...]"
"[...] Douraram-se os canos todos da fronteira do mesmo órgão [...]"
"[...] Fica-se fazendo a fronteira da outra caixa do órgão, que corresponde ao que está feito, para o que ficam já muitos canos obrados, que, dipois de acabados, ficará mui agradavel a vista, pela correspondencia que faz uma tribuna à outra [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 104

Os *Estados* elaborados em 1725, apresentam as referências finais relativas à construção dos órgãos do mosteiro, bem como as despesas para pagamentos ao Mestre Organeiro e seu ajudante, a quatro rapazes que provavelmente transportaram a caixa do órgão e ao pintor que dourou os tubos da fachada.

Quadro nº 60
Estado em que fica o depósito do órgão
[1723-1725]

Referências
"[...] Ficou o alcance do Padre gastador do organ que foram nove mil, e quinhentos e seis réis [...]"
"[...] Ficou um rol que deu o Irmão Frei Manoel de São Bento, organista, cento e três canos obrados [...]"
"[...] Ficou um registo de trombetas que constava de quarenta e cinco [...]"
"[...] Ficaram quatro arrobas de metal pouco mais ou menos [...]"
"[...] Ficaram mais algumas miudezas de cola, arame, ferramentas, de que tudo, disse o dito Irmão, daria conta [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 104

Quadro nº 61
 Contas do Padre Pagador do órgão
 [1723-1725]

Referências
"[...] Ficou alcançado no estado passado em nome mil quinhentos reis. Recebeo de Deposito trezentos sincoenta e tres mil cento e trinta reis. O que tudo faz soma de trezentos sessenta e dous mil seiscentos e trinta e seis reis. [...]"
"[...] Deu para o sustento do Irmão Frei Manoel de São Bento e do seu mosso e para os provimentos do mesmo Irmão, cento trinta e três mil e quatrocentos réis [...]"
"[...] Deu para estanho e chumbo cento e quarenta e três mil, duzentos e oitenta réis [...]"
"[...] Deu para um cousoeira de pau Brasil mil quatrocentos e oitenta réis [...]"
"[...] Deu para carvam mil quinhentos e vinte réis [...]"
"[...] Deu para panno de linho para as fundições mil e duzentos réis [...]"
"[...] Deu para pregos e cordel trezentos e noventa reis [...]"
"[...] Deu para Almagre sessenta reis [...]"
"[...] Deu para serro sessenta reis [...]"
"[...] Deu para uma fechadura para a caixa do órgão cento e sessenta réis [...]"
"[...] Deu para quatro rapazes para a mesma caixa sete mil e duzentos réis [...]"
"[...] Deu para varias ferragens, quatorze mil trezentos e sessenta reis [...]"
"[...] Deu para ouro para se dourarem os canos do órgão vinte e quatro e seiscentos réis [...]"
"[...] Deu ao pintor que os dourou nove mil e seiscentos réis [...]"
"[...] Deu para Jornais, e carretos dezassete mil duzentos e trinta reis [...]"
"[...] Deu para huma charidade que mandou dar Nosso reverendissimo padre Geral tres mil e noventa e seis reis que abatidos ao encargo, fica alcançado em sinco mil reis. Os quais entregou ao Deposito e estão recebidos no Livro de extraordinários a fol. 28 do Livro d'elle e não tem alcance [...]"

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 104

De acordo com os Estados elaborados em 1731, o órgão foi restaurado neste triênio. No relatório das obras realizadas ficou anotado o seguinte:

"[...] Concertouce o Orgam, e se fez quazi de novo, em que se fes gasto consideravel, e para maior segurança d'elle se cubrio todo de telha, pregado o (?) da torre que fica daquella parte e se forrou a caza dos foles toda de cortiça para reparo da humidade. [...]"³³

O relatório do *Gastador* das obras apresenta as despesas relativas ao conserto do órgão, mencionando também as despesas dispendidas com a alimentação e mudança (de mosteiro) do organeiro Fr. Manuel de S. Bento:

"[...] Deu para carneiras, collas, Papel e outras miudezas para o concerto do orgam, trinta e seis mil trezentos e quarenta reis [...]"

"[...] Deu para a comedoria e mudança do Irmão Fr. Manuel de S. Bento organista, noventa e sette mil novecentos e vinte reis [...]"³⁴

33 *Ibidem.*

34 *Ibidem.*

No triénio de 1744-46 foram acrescentados registos novos e renovados os registos de palhetas. Os foles foram também arranjados. O *Gastador* das obras anotou a despesa do concerto do órgão no valor de cento e trinta e sete mil e duzentos reis. No relatório das obras que se fizeram ficou anotado o seguinte:

"[...] Consertouse o órgão pondo se lhe de novo varios resistos renovando se lhe todas as palhetas, adoçando-lhe o jogo, e vencendose a mayor dificuldade de levantar os foles. do segundo órgão se lhe consertarão dous canos grandes que aneçavão ruina, e para evitala se lhe meterão buxas depes.[...]"³⁵

O órgão construído por Fr. Manuel de S. Bento viria a ser novamente alvo de restauro considerável no triénio de 1759 a 1761. Nos *Estados* ficou anotado o seguinte:

"[...] Contas da Sanchristia

"[...] Desmontou-se o órgão e se aperfeiçoou de todo o necessario para a boa armonia das vozes, pondo nelle novos resistos, jogo novo e se lhe fez nova caixa entalhada a moderna. Dourouse todo o Coro, e organs [...]"

"[...] Obras que se fizerão

"[...] e se aperfeyçoou de tudo o necessário para a boa armonia das vozes, pondo-se-lhe novos rezistos, e se lhe fez nova cayxa entalhada a moderna [...]"³⁶

Os *Estados* apresentam ainda as despesas havidas com a compra de materiais para o concerto do órgão.

O relatório das obras efectuadas no mosteiro, inseridos nos *Estados* elaborados no ano de 1786, dão conta do restauro do órgão. O concerto do órgão custou quatrocentos e cinquenta mil e duzentos reis.

"[...] Reformouce de novo o Orgão, pondo-se lhe novamente o Rialejo, que há muitos anos não tocava, como tambem os ecos, os sumeiros acrescentando-lhe mais algumas vozes, e algumas teclas, de sorte que ficou reduzido coaze ao Estado primitivo [...]"³⁷

35 *Ibidem.*

36 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 104.

37 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 105, Domingos de Pinho Brandão, *Órgãos da Sé do Porto e actividade de organeiros que nesta cidade viveram*, Porto, Ed. do Coro da Sé Catedral do Porto, 1985, p. 95.

"[...]Posse no choro [...] mais huma Arpa que se deu de esmola [...]"⁴³

O relatório elaborado em 1671, indica nas *Obras que se fizerão por devoção* que se

"[...] Deu um baixão novo a hum irmão, a quem furtarão o seu [...]"⁴⁴

Os *Estados* de 1722 apresentam despesas no valor de cinco mil e duzentos reis para cordas da Harpa.⁴⁵ Os *Estados* de 1668, têm anotado a compra de um *manicordio* para os Coristas. No triênio de 1726-1728, foi consertado um *manicordio*. O *Gastador das Obras* anotou despesas no valor de quinhentos e cinquenta reis.⁴⁶ As contas da sacristia mencionam também despesas com cordas para os instrumentos. No triênio de 1729-1731 os *Estados* voltam a mencionar despesas com cordas para os instrumentos e para músicos. As despesas com músicos ou músicas (como vem referido nas contas da sacristia), constam durante vários anos do relatório dos *Estados* do mosteiro.

43 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 104.

44 *Ibidem.*

45 *Ibidem.*

46 *Ibidem.*

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Estados* n° 104, n° 105.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 182, n° 184.

FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146, n° 147, n° 151, n° 153, n° 158, n° 160, n° 162.

II. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ms 1272.

B. Bibliografia

Brandão, Domingos de Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na cidade e na Diocese do Porto*, vol. 1-3, Porto, 1985-1986.

Brandão, Domingos de Pinho, *Órgãos da Sé do Porto e actividade de organeiros que nesta cidade viveram*, Porto, Ed. do Coro da Sé Catedral do Porto, 1985.

Dias, Geraldo J. A. Coelho, *Notas ao Concerto* realizado pela Orquestra Clássica do Porto, no âmbito das comemorações dos 400 anos da fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória, 1997.

Jordan, W. D. "Manoel de S. Bento Gomes de Herrera and the Portuguese Organ". *Organ Yearbook*, 1991, pp. 5-61.

Oliveira, Samuel de Bastos, *Fr. Manuel de S. Bento famoso organeiro das Terras da Feira*, Oliveira de Azeméis, 1982.

Smith, Robert C., *S. Bento da Vitória, do Porto à luz dos "Estados" de Tibães*. Porto, Livraria Fernando Machado, s/d.

S. Tomás, Fr. Leão de, *Benedictina Lusitana*, Tomo II, Notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

O Mosteiro de S. Bento da Vitória, Porto, Arquivo Distrital do Porto e Mosteiro de S. Bento da Vitória, 1997.

2. 17 O Mosteiro de Cucujães (S. Martinho do Couto)

Introdução

Fundado nos princípios do século XII, o Mosteiro de Cucujães foi um dos últimos mosteiros a integrar-se na Congregação, depois da reforma da ordem no século XVI. Governado por um comendatário, monge professo da Ordem, a Congregação intentou todos os esforços para tomar posse do mosteiro. O comendatário, alegando possuir o título da Abadia, recusou-se durante anos a aceitar a renúncia da mesa abacial. O primeiro Abade trienal do mosteiro viria a ser eleito apenas em 1596.

O mosteiro foi sempre ao longo dos tempos uma "casa pequena", sustentando apenas quatro monges. A sua situação permitiu que funcionasse como ponto de passagem para os colegiais dos mosteiros do Norte que iam para o Colégio de Coimbra. Possuía uma boa farmácia e uma razoável biblioteca. Durante o século XVII e XVIII, foi várias vezes reedificado. No triénio de 1793-1795, o mosteiro adquiriu uma nova fachada, desenhada por Fr. José de Santo António Vilaça.¹

Apesar de vendido depois da extinção das Ordens, tornou a ser propriedade da Ordem Beneditina em 1875, depois de ser adquirido por um monge português que havia adquirido o hábito no Brasil, chamado Fr. João de Santa Gertrudes Leite de Amorim, que nele fez ressurgir novamente a vida monástica. A Fr. João de Santa Gertrudes juntaram-se-lhe alguns monges brasileiros que depois de se formarem em Roma tinham sido impedidos de regressar ao Brasil. Ajudado pelos Beneditinos alemães de Beuron entre 1894 e 1904, o Mosteiro de Cucujães viria a ser espoliado pela segunda vez, em 1910. Em 1923, passou a Seminário da Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas.

Foi em 1892 que, a partir do Mosteiro de Cucujães, se formou o actual Mosteiro de Singeverga.

¹ Roberth C. Smith, *Fr. José da Santo António Vilaça, Escultor beneditino do século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p.747.

2.17.1 Actividade musical

Em 1714, os Visitadores da Ordem elogiaram a união dos monges do Mosteiro de S. Martinho do Couto, bem como as missas cantadas que ali se realizavam todos os dias. Fizeram, no entanto, algumas observações sobre o modo de celebração dos *Aniversários* que segundo os Visitadores não se celebravam de acordo com as *Constituições* Beneditinas. Passados três anos, os Visitadores verificaram que as determinações relativas às celebrações dos *Aniversários* ainda não tinham sido cumpridas. Na acta da Visitação, realizada em 27 de Outubro de 1717, ficou registado o seguinte:

"[...] Revalidamos o cappitulo da vizita passada em que se manda que nos dias dos Anniversarios do mez além de se cantar a missa, na vespuras do Anniversario se cante na Igreja o Nocturno, e os Resposos sejam cantados, pello claustro assim nas vespuras, como no dia, porque assim o ordenão as Constituições e haverem monges bastantes para celebrarem a dita função. E porque nos conste, que este cappitulo se não observou em que a fazerem a procissão pello claustro com os resposos cantados mandamos ao Nosso Reverendo padre D. Abbade o faça observar daqui por diante debaixo dasc pennas da Constituição. Foi nos advertido que neste Mosteiro senão cantava a Missa da terça, nas ferias simples, e alguns semiduplex; e porque as Constituições só reputão por casas pequenas, as que tem menos de dez Monges, mandamos ao Nosso Reverendo Padre D. Abbade faça cantar todos os dias a Missa da Terça como taobem a Terça do Officio divino por nos ser advertido senão cantava, senão nas Festas clássicas.[...]"²

Em 1721 era Abade do mosteiro Fr. Jerónimo da Natividade. Os Visitadores da Ordem, zelosos do cumprimento do Ofício Divino de acordo com as normas da congregação, deixaram novamente as seguintes recomendações:

"[...] Revalidamos o cappitulo passado, em que se manda, que nos dias dos Aniversarios do mês; a hora de cantar a missa; nas vespuras do aniversario se cante na Igreja o Noturno, e os reponsos serão cantados pello claustro, assim nas vespuras, como no dia porque assim o ordenão as constituições. [...]"³

² ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 185.

³ *Ibidem*. Em 1724 voltou a ser feita a mesma recomendação.

2.17.2 Cantores e instrumentistas

No triénio de 1768-1770 havia no mosteiro catorze monges conventuais.⁴

Quadro nº 62
Cantores e Organistas

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. Manuel da Conceição	1759-1761*	Cantor Mor, Organista	Gastador
Fr. António de S. José	1768-1770	Cantor	Prior, Vigário
Fr. António de Jesus	1778-1780	Organista	Prior
Fr. António da Soledade	1799-1801	Organista	Prior, Depositário, Gastador, Bibliotecário, Estadista
Fr. António dos Prazeres	1799-1801	Segundo Cantor	Vigário
	1808-1810	Cantor	Recebedor, Procurador das Demandas, Notário
	1811-1813.	Cantor	Recebedor, Procurador, Dietarista, Bibliotecário
	1814-1816, 1817-1819		
Fr. Francisco do Salvador	1799-1801	Cantor	Recebedor, Procurador das Demandas, Mestre de Obras, Notário
Fr. José Joaquim de Santa Escolástica	1802-1804	Cantor Mor	Recebedor, Procurador das Demandas
Fr. Luís António S. Mauro	1805-1807	Cantor	Bibliotecário

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº114 [1759-1770], *Estados* nº115 [1778-1807]

No catálogo dos monges conventuais relativo a este triénio vem mencionado o nome de Fr. Francisco de Jesus com as seguintes indicações: "Recebedor, boa vós e sabe canttochão".

2.17.3 Património organológico

Em 1637, o Mosteiro de Cucujães recebeu a Visita dos Visitadores, Fr. António Carneiro e Fr. Gregório da Cruz que deixaram em acta observações sobre o mau estado de conservação dos órgãos do mosteiro:

⁴ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 114.

"[...] Foi nos outro si zelado que os organs estavam muito desconsertados [...] pello que mandamos ao Reverendo padre Dom Abbade de ordem com que os orgaos se consertem e assi se possa cantar as missas com mais consento e facilidade [...]"⁵

Os *Estados* do Mosteiro relativos aos anos de 1653 a 1819, contêm apenas três referências aos órgãos que o mosteiro adquiriu ao longo da sua existência. A primeira referência é relativa ao triénio de 1654-1656 e diz o seguinte:

"[...] Concertou-se o Orgão, fesse lhe segredo de novo, e mudarão-se os foles [...]"⁶

No triénio de 1717-1719, foi construído um órgão novo com nove registos. O *Estadista* anotou o seguinte:

"[...] Fesse hum orgão de nove rezistos; e meyo (sic) com sua caixa muti bem pintada por dentro; e por fora [...]"⁷

Em 1819, o Mosteiro possuía um pequeno órgão. Nos *Estados* relativos ao triénio de 1817-1819, ficou anotado o seguinte:

"[...] Concertou-se o Realejo e se encademou de novo o Psalterio [...]"⁸

⁵ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 182.

⁶ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 114.

⁷ *Ibidem*.

⁸ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 115.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Estados* n° 114, 115.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 114, n°115, n°182.

B. Bibliografia

Arede, José Domingos. *Cucujães e Mosteiro com seu Couto nos tempos medievais e modernos*. Porto, Tipografia Minerva, 1922.

Sousa, Gabriel de. "Benedictinos", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 340-407.

Roberth C. Smith, *Fr. José da Santo António Vilaça, Escultor beneditino do século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

2.18 O Mosteiro de Coimbra (Colégio de S. Bento)

Introdução

O Colégio de S. Bento foi fundado em 1551 por Fr. Diogo de Murça, então Reitor da Universidade. Fr. Diogo de Murça era administrador do mosteiro de Refoios de Basto, tendo decidido que uma parte das rendas do mosteiro fossem aplicadas na criação de dois colégios na cidade e Universidade de Coimbra, um da Ordem de S. Jerónimo e outro da Ordem de S. Bento. Depois da Reforma, a congregação beneditina tomou posse do colégio. O Abade Geral da Congregação, Fr. Anselmo da Conceição, de acordo com o relato de Fr. Tomás de Aquino tomou as seguintes medidas:

"[...] Cuidou com especial providencia no augmento dos estudos, e das letras, e para conseguir este lustre da Congregação com facilidade applicou seiscentos mil reis do Mosteiro de Basato, e quatrocentos do mosteiro de Travanca, para que com este subsidio podesse conservar-se no Collegio de Coimbra mayor numero de Collegiaes do que havia ate aquelle tempo [...]"¹

Em 1634, era Abade do Colégio Fr. Leão de S. Tomás. A nova igreja foi inaugurada nesse ano, com toda a solenidade. A cerimónia foi descrita pelo próprio Fr. Leão na *Benedictina Lusitana*:

"[...] Ao outro dia que era vespera do glorioso Patriarcha o mudou da Igrejinha velha em huma Proffição solemne a que concorreo muyta gente da Cidade, e muytos Religiosos de todas as Religiões indo no [?] da Prossição o dito Abbade com o Santissimo debayxo do palio, e o Patriarcha Santo no meyo della, em huma charola muy ornada, e consertada a qual levavão quatro Comendadores, e posto na sua igreja nova lhe cantarão as completas com grande solemnidade, e musica. [...]"²

¹ Fr. Tomás de Aquino, *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes*, Lisboa, 1767, p. 121.

² Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, Tomo II, notas críticas de José Mattoso. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p.435.

O Colégio de S. Bento foi um dos colégios mais importantes entre os vinte e dois que à volta da Universidade de Coimbra funcionaram. Nele se formaram em Teologia monges ilustres da congregação. Extinto em 1834, o seu edifício serviu o ensino durante vários anos, sendo depois restaurado tornando-se sede do Instituto de Coimbra. A Igreja do Colégio viria a ser demolida em 1932. Do seu interior foram retirados os azulejos e catorze imagens do escultor beneditino Fr. Cipriano da Cruz. As imagens de S. Miguel Arcanjo e de Nossa Senhora da Piedade conservam-se actualmente no Museu Machado de Castro. Há também outras imagens espalhadas por várias igrejas de Coimbra.³

2.18.1 Actividade musical

O Colégio de S. Bento de Coimbra festejava, como todos os mosteiros da Ordem, o dia do seu Patriarca. Era uma festa de grande solenidade, com um cariz muito próprio. Os monges contratavam músicos charamelas, e festejavam S. Bento com muita alegria. Os Visitadores pediram, em 1658, a Fr. José dos Reis, Abade do Colégio, que tomasse as diligências necessárias sobre tal comemoração:

"[...] e pedimos, e o mesmo fazemos ao muito Reverendo padre Dom Abbade futuro que a sobredita festa fação com toda a pompa, e solemnidade assim de lumes, musica, e charamelas, como tão bem com armação pera que Deos Senhor nosso, e Nosso Glorioso Padre S. Bento seia louvado em seos servos, e nossa sagrada religião seia em mayor augmento [...]"⁴

À semelhança do que havia sido recomendado ao Mosteiro de Lisboa, os monges não deveriam nestes dias dar hospedagem a pessoas de fora, com excepção do Pregador e dos Músicos. No caso do Colégio de Coimbra era permitido hospedar "*os Padres Bernardos, Thomaristas, capuchos dos Olivais*"⁵

Em 1648, o Visitador Geral verificou que se cantava em polifonia a Missa de Terça todos os Domingos e Dias Santos. No entanto, eram sempre os mesmos monges que o faziam. Deixou então ordem para que apenas se cantasse em polifonia nas cerimónias solenes e que em todas as outras se cantasse cantochão de modo que todos pudessem participar. Na acta ficou exarado o seguinte:

³ Roberth C. Smith, *Frei Cipriano da Cruz, Escultor de Tibães*. Barcelos, Livraria Civilização, 1968, pp. 77-98.

⁴ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 184.

⁵ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 162, f. 15.

"[...] porque nos foi advertido que nos Domingos, e dias santos, se cantão neste collegio as missas da 3ª de cantod'orgão, e vão sempre huns Monges ao altar, e outros nunca, encomendamos ao Muito Reverendo Padre Mestre D. Abbade, ordene que as missas de canto d'orgão, seião em dias solemnes, e que nos maes se cante cantochão, para que assi huns Monges como outros, tenham Lugar de exercitar o dizerem à missa cantada, como tão bem de administrarem os officios de Diacono e subdiacono. E outro sy o muito Reverendo Padre Mestre Dom Abbade ou quem suas vezes tiver, não mandarão tomar o profacio na Missa, senão raras vezes, por quanto nos foi advertido, que ordinariamente se não dizia cantado, nem o Pater Noster, que tão bem se dira cantado, excepto, quando se cantar algum verso.[...]"⁶

Tal como acontecia no Mosteiro de Lisboa os monges cantores tinham por hábito ir cantar a outras igrejas. Esta situação não agradava à Ordem pelo que os comissários do Abade Geral, na Visita realizada em 1667, advertiram os Padres colegiais para que o não fizessem:

"[...] Sempre foi costume deste collegio, e o pede a gravidade de nosso sagrado, não irem os Padres collegiais cantar fora, pello que mandamos ao padre mestre Dom Abbade presente e futuro em virtude de Santa obediência não mande cantar os Padres collegiais a mosteiro algum, e excituamos deste preceito o collegio de Nosso Padre S. Bernardo, e o collegio de Tomar, que como são da mesma ordem não se podera estranhar, e aos que forem encomendamos muito bem todo o exemplo devido.[...]"⁷

Esta recomendação viria a ser feita novamente em 1673.

No século XVIII, o Visitador Geral advertiu durante vários anos os colegiais que não podiam tocar instrumentos dentro do colégio. A acta da Visita realizada em 1752, diz o seguinte:

"[...] Revalidamos o capitulo em que se ordena ao prelado ou quem prezidir não consinta que os estudantes da sanchristia mossos ou familiares do Mosteiro toquem viola machinho ou rebeca, dentro do collegio ou na cerca em parte onde possão de fora ser ouvidos e no cazo que o fassão advertidos primeira e segunda vez oz lançarão fora do Mosteiro. [...]"⁸

Os relatórios dos *Estados* contêm referências à compra de Livros de Coro que de seguida se apresentam:

6 *Idem*, nº 147, f. 14.

7 *Idem*, nº 150.

8 *Idem*, nº 162. Esta advertência ficou também registada nos anos de 1734, 1737, 1747 e 1763.

Quadro nº 63
Livros do Coro

Referências	Data
"[...] No choro hum psalteiro novo [...]"	1632
"[...] Posse no choro hum livro de introitos [...]"	1653
"[...] Fese hum Livro grande para as festas do Nosso Padre S. Bento, e as mais festas particulares que trazem os breviarios novos que se cantão no Collegio [...]"	1671
"[...] No choro se puzerão dous Breviarios novos [...]"	1725

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº129

No início do século XIX, no ano de 1807, os monges adquiriram ainda um Hinário:

"[...] Pos-se no mesmo choro hum Livro encadernado em pasta chapeada de Bronze, que contem a Hymnodia de todo o Anno, em letra de Estampilha [...]"⁹

2.18.2 Cantores e instrumentistas

Fr. Joaquim de Santa Clara, Cantor e Organista, foi um monge ilustre da Congregação. Foi Lente na Universidade de Coimbra, Director Geral dos Estudos da Congregação e Abade do Colégio de Coimbra em 1801. Esteve no Colégio, pelo menos entre os anos de 1767 e 1816, ano em que foi eleito Arcebispo de Évora. Outro monge ilustre da congregação que neste Colégio exerceu funções de organista, foi Fr. Francisco de S. Luís (futuro Cardeal Saraiva). Eleito Abade do Colégio em 1801, não aceitaria o cargo, vindo a desempenhá-lo mais tarde, entre os anos de 1804 a 1807. Em 1817, depois de ter estado no Mosteiro do Carvoeiro regressou a Coimbra, aqui exercendo a docência, quer no Colégio de S. Bento quer na Faculdade de Teologia da Universidade.

O quadro seguinte apresenta alguns dos monges músicos que passaram pelo Colégio de S. Bento no século XVIII:

⁹ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 130.

Quadro nº 64
Cantores, Organistas
[1761-1798]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. Agostinho do Rosário	1761	Cantor Mor Organista	Subprior Colegial de Teologia
Fr. Guilherme Baptista de S. José	1761	Organista	Supridor Colegial de Teologia
Fr. António de Santa Escolástica	1761 1764	Segundo Cantor Cantor	Colegial de Filosofia
Fr. Francisco de Nossa Senhora	1764	Cantor	
Fr. José de Santa Escolástica	1767, 1770 1773	Organista. Cantor Organista [Organista]	Substituto de Teologia, Prior Prior
Fr. Joaquim de Santa Clara	1767, 1770 1780	Organista. Cantor Organista Tem a prenda de órgão	Mestre de Grego e Filosofia, Bibliotecário, Mestre de Obras
Fr. António de Jesus Maria	1767	Organista	sacristão
Fr. Bento de Santo António	1783	Cantor	Padre Colegial
Fr. Vicente da Soledade	1783	Organista	Irmão Colegial
Fr. Francisco de Paula	1786	Organista	Padre Colegial
Fr. Francisco de S. Luís	1786 1789	Organista Organista	Irmão Colegial Padre Passante, Cartorário
Fr. Luís dos Serafins	1786	Organista	Hospedeiro, Irmão Colegial
Fr. José de Santa Maria	1786	Cantor	
Fr. António de Nossa Senhora	1789	Organista	
Fr. Diogo de S. Bento	1792	Cantor	Padre Colegial
Fr. Manuel de S. Vitorino	1792	Organista	Padre Colegial
Fr. Joaquim de Maria Santíssima	1792	Organista	Irmão Colegial
Fr. António da Conceição	1795	Cantor	Padre Colegial
Fr. Manuel de Santo António	1795	Organista	
Fr. Francisco de São João Baptista	1798	Cantor Mor	

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº130

Os catálogos dos monges conventuais citam ainda outros monges que, não desempenhando funções de Cantor ou Organista, revelavam conhecimentos de música.

Quadro nº 65
Monges conventuais
[1765-1798]

Nome	Data	Referência	Outras Funções
Fr. Joaquim de S. Tomás	1761	sabe cantochão	Irmão Colegial
Fr. Francisco de Nossa Senhora	1761	Sabe cantochão	Irmão Colegial
Fr. Manuel de Santa Ana	1761	Sabe cantochão	Irmão Colegial
Fr. Manuel de Nossa Senhora	1761	Sabe cantochão	Irmão Colegial
Fr. Joaquim de S. Bento	1780	Prenda de órgão por curiosidade	Padre Passante

ADB, FMC, CSB. *Estados* nº130

Segue-se o quadro dos monges músicos que foram conventuais no colégio entre os anos de 1801 e 1822.

Quadro nº 66
Cantores e Organistas

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. António de Joaquim	1801	Cantor	Irmão Colegial
Fr. José da Conceição	1804	Cantor Mor	Padre Colegial
Fr. José da Esperança	1804	Organista	Padre Colegial
Fr. Mateus da Assunção	1804. 1807	Organista	Padre Colegial
Fr. João de Deus	1807	Cantor Mor	
Fr. José de Santa Escolástica	1816	Cantor e Organista	
Fr. José Ernesto de S. Bento	1822	Organista	Padre Colegial
Fr. Caetano das Dores	1822	Cantor Mor	Irmão Colegial

ADB, FMC, CSB. *Estados* nº131

O Irmão Fr. Francisco dos Anjos vem mencionado no catálogo dos monges conventuais, com a indicação de que tocava órgão.

2.18.3 Património organológico

O órgão do colégio foi restaurado no triénio de 1668-1671.¹⁰ Em 1745, foi colocado na capela um pequeno órgão. No relatório dos Estados relativos ao triénio 1742-45, ficou registado o seguinte:

"[...] Fesse hum Rialeijo para a capella de sima, pintado de varias cores, para o qual concorrerão alguns riligiozos com esmollas [...]"¹¹

10 *Idem*, nº 129.

11 *Ibidem*.

Este pequeno órgão foi construído pelo organeiro beneditino Fr. Manuel de S. Bento, conforme se lê no *Tratado 2.º de Geometria Prática* :

"[...] Realejo que fez o Frei Manuel de São Bento para a Capelinha do Colégio de S. Bento

(Flautado de) 6 (palmos) tapado

Oitava de 3 (palmos) (15^a) até o fim. e nesta mistura, do meio para cima (1voz de) 1 palmo e 172 (22^a) que vem a ser, registo (jogo) e meio em um puxador

5a de 2 (palmos) (19^a) até o fim

(22a de) palmo e meio até o fim

Estes registos não (têm) aumentos, temos que se seguem:

(26^ade) 1 palmo até 26 (teclas); aqui 3/4 (de palmo) (29^a) até 12 teclas; aqui 3/4 (de palmo) até o fim

Uma 3^a logo abaixo dos 3/4 (de palmo) (24^a) até 9 (teclas); a mesma até 12 (teclas); a mesma até o fim

Uma flauta de ponta em palmo e meio (22^a) até 21 (teclas); um pífano de 1/2 palmo até o fim [...]"¹²

W. D. Jordan em 1991¹³, atribuiu a autoria deste pequeno órgão ao organeiro espanhol D. Manuel de S. Bento Gomes, afirmando que no período em que este organeiro construiu o órgão da Capela da Universidade de Coimbra (1732/1733), ficou hospedado no Colégio de S. Bento, tendo nessa altura, de acordo com o *Tratado*, construído o pequeno órgão. Jordan não indica a fonte em que se baseou para fazer tais afirmações. É provável que contrariamente ao que Jordan afirmou, o órgão referido no *Tratado* seja o órgão mencionado nos *Estados* de 1742/45.

Nos *Estados* do século XVIII, até hoje conservados, encontra-se uma referência sobre um restauro do órgão, realizada no triénio de 1773 a 1776 :

"[...] choro

Concertou-se o Orgão, pos-se-lhe teclado novo com dois rezistos de trombetas. acrescentou-se a caixa e se pintou [...]"¹⁴

¹² *Tratado 2.º de Geometria Prática*. (BGUC, Ms n° 194, pp. 47, 139), Estudo e Notas de Luís Artur Esteves Pereira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 57.

¹³ W. D. Jordan, "Manoel de S. Bento Gomes de Herrera and the Portuguese Organ", *Organ Yearbook*, 1991, pp. 12 - 13.

¹⁴ ADB, FMC, CSB, *Estados* n° 130.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 184.

FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 147, n° 150, n° 162.

FMC, CSB, *Estados* n° 129.

FMC, CSB, *Estados* n° 130.

II. Biblioteca Nacional de Lisboa

Fundo Geral 4414, Miscellânea [...] Notícia do Colégio de S. Bento de Coimbra, f. 188, 190.

B. Bibliografia

Aquino, Fr. Tomás de. *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes*, Lisboa, 1767, p. 121.

Jordan, W. D., "Manoel de S. Bento Gomes de Herrera and the Portuguese Organ". *Organ Yearbook*, 1991, pp. 5- 62.

S. Tomás, Fr. Leão de. *Benedictina Lusitana*, Tomo II, notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

Smith, Roberth C., *Frei Cipriano da Cruz, Escultor de Tibães*, Barcelos, Livraria Civilização, 1968, pp. 77-98.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 192.

FMC, CSB, *Estados* n° 92.

B. Bibliografia

Sousa, Gabriel de, "Benedictinos", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Resistência, 1983, pp. 396-397.

O quadro seguinte apresenta as cerimónias que a partir desta data passariam a ser cantadas no Mosteiro de Santarém.

Quadro nº 67
Cerimónias cantadas

Missa de Terça Salve Regina depois das Completas	Diariamente
Prima Terça Missa	Domingos e Dias Santos
Missa pelos Irmãos com dois Resposos cantados	Mensalmente
Missas pelos Irmãos	Segundas feiras
Te Deum laudamus e Evangelho	Domingos de Advento e Quaresma Festas de 1ª e 2ª classes

Em 1804, os Visitadores Fr. António Coração de Maria e Fr. José de Santa Ana, deixaram as seguintes recomendações ao Abade do Mosteiro, Fr. António da Soledade:

"[...] Recomendamos que se acha escrito no costumeiro deste Mosteiro no que respeita à satisfação do Officio Divino, e mais Actos de Comunidade, tendo muito em vista a grave obrigação de satisfazerem aos Aniversarios, e Resposos da sexta feira, e sabados, e depois das Graças resposos das sexta feira, e sabados se farão com assistencia de todos os conventuaes, assim como o officio da concertação rezando no fim a Missa e entoando os Resposos [...]"³

2.19.2 Património organológico

No triénio de 1636 a 1638, o órgão do mosteiro foi consertado:

"[...] Afinou-se o órgão e se lhe pos hum resisto de novo, e se consertarão os foles como novos [...]"⁴

O relatório dos *Estados* elaborados em 1725 menciona também a afinação do órgão:

"[...] Affinousse o órgão do choro, e se lhe puzerão algumas flautas que lhe faltavão [...]"⁵

3 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 192.

4 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 92.

5 *Ibidem*.

2.19 O Mosteiro de Santarém (S. Bento dos Apóstolos)

Introdução

O Mosteiro de S. Bento dos Apóstolos nasceu de uma doação da Infanta D. Maria, filha do Rei D. Manuel, à Ordem de S. Bento, que desejou que os beneditinos construíssem um mosteiro na Ermida do Santo Cristo da Pastorinha. O mosteiro viria a ser construído já depois da morte da Infanta com rendas atribuídas por alguns mosteiros do Minho. O edifício foi construído nos princípios do século XVII, funcionando como Abadia a partir de 1617. Apesar de ter sido um mosteiro relativamente pequeno, chegou a servir de colégio de estudos da congregação. Depois da extinção da Ordem o mosteiro foi vendido e totalmente demolido.¹

2.19.1 Actividade musical

Em 1647, o Visitador Geral Fr. António Carneiro, realçou a importância do Mosteiro de Santarém na vida religiosa da comunidade, deixando por isso no relatório da sua Visita algumas indicações sobre as cerimónias dos ofícios que deveriam ser cantadas.

"[...] porquanto nesta caza ha mais religiosos do que ha nas pequenas, e esteia em huma villa tão authorizada como esta. donde concorre a ella de ordinario gente movida da devoção do Santo Christo, e de Nosso padre S. bento, mandamos ao Reverendo Padre D. Abbade presente e futuro que todos os dias fação nella cantar a missa da terça havendo seis religiosos que a ella possão assistir, e nos Domingos e dias santos se cantará prima, Terça e Missa; e todos os mezes se cantara a Missa dos nossos Irmãos com dous responsos cantados e em todas as segundas feiras se cantará a missa por nossos Irmãos e todos os dias se cantará a Salve depois da completa, e se hira a Matinas nos Domingos de Advento e quaresma, e nas festas de 1º e 2º classe as duas horas depois da mesma noute (cantando-se em todos os sobre dias o Te Deum Laudamus e Evangelho e nos dias da 1º e 2º classe o Invitatório) [...]"²

¹ Gabriel de Sousa, "Beneditinos", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol II, Lisboa. Ed. Resistência. 1983, pp. 396-397.

² ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 146.

2. 20 O Mosteiro de Lisboa (S. Bento da Saúde)

Introdução

A Igreja do mosteiro de S. Bento da Saúde de Lisboa começou a ser construída em 1598. O seu arquiteto foi Baltasar Alves. As obras de construção da igreja e mosteiro prolongaram-se durante vários anos com a supervisão de Fr. Pedro Quaresma. A comunidade beneditina que habitava, desde 1573, umas casas existentes numas quintas na zona que corresponde hoje à Calçada da Estrela, mudou-se para o mosteiro novo em 1615. Em 1626, o edifício ainda não estava completo, mas impunha-se como uma das construções mais notáveis de Lisboa. O seu primeiro Abade foi Fr. Anselmo da Conceição. Fr. Leão de S. Tomás descreveu o novo mosteiro do seguinte modo:

"[...] Quem vir este Mosteyro acabado, e perfeitoy, pello que agora julgamos da traça, e de seus principios, bem creio, que o pora entre os mais insignes, e de mayor magestade que ha em Espanha.[...]"¹

Apesar do mosteiro ter ficado inacabado, foi um dos melhores da Ordem, sendo um dos edifícios principais da cidade e palco de grandes manifestações e cerimónias. Na sua igreja foram consagrados vários Bispos, e na sua hospedaria ficaram alojados visitantes ilustres. Foi visitado por Reis e Infantes, generosos nas suas ofertas em jóias, pratas e dinheiro. Com o terramoto de 1755, o mosteiro apesar de danificado serviu variadíssimas causas: ali funcionou a Academia Militar, a sede Patriarcal e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A Igreja patriarcal havia sido destruída pelo terramoto, pelo que foi determinado que

"[...] na Igreja de S. Bento da Saúde, e em algumas das casas, e oficinas místicas se celebrassem todos os officios Divinos, que até o dia primeiro do corrente se celebrão na Santa Igreja da patriarcal [...] de sorte que os exercícios da Cathedral se fação compatíveis com as do coro, que a mesma comunidade frequenta com tão exemplar observancia [...]"²

¹ Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, Tomo II, p. 428.

² Joaquim Leitão, *O Palácio de S. Bento*, Lisboa, 1945, p. 71.

A Patriarcal viria a instalar-se no mosteiro em 1769, aí permanecendo até 1772. O Mosteiro de Lisboa serviu ainda de prisão. Ali esteve, com residência fixa, durante cerca de um mês, o poeta Maria Manuel do Bocage, no ano de 1798. Depois o mosteiro foi ocupado por diversas forças militares. Com a portaria de 4 de Setembro de 1834, mandada publicar por D. Pedro IV, o edifício conventual passou a sede das Cortes, passando a designar-se por Palácio das Cortes e mais tarde, Congresso da República, Palácio da Assembleia Nacional e a partir de 1974, Assembleia da República.

2. 20.1 Actividade musical

Em 1575, o Capítulo Geral celebrado em Tibães decidiu que se cantassem os Offícios Divinos em canto polifónico. O Mosteiro de S. Bento de Lisboa foi citado como um dos mosteiros onde tal deveria acontecer, uma vez que tal prática já se usava noutros mosteiros da cidade.³ Em 1581, Fr. Pedro de Chaves, Abade Geral da Congregação, presidiu ao Capítulo Geral realizado no Mosteiro de S. Bento de Lisboa (ainda a funcionar nas suas primeiras instalações). O Capítulo começou com os louvores divinos. A acta capitular descreveu assim esses primeiros momentos:

"[...] Primeiramente neste dia estando juntos o padre geral e padres capitulares na capella mor da igreja do dito mosteiro se cantou a terça e logo se fez procissão pella claustro, a qual acabada se cantou a missa maior do Espírito Santo(...) e logo depois de aver feito juramento,⁴ o cantor mor allevantou o cantico Te Deum Laudamus, o qual cantando todos os padres capitulares forão a capella mor [...]"⁵

Em 1629, o mosteiro contava com cinquenta e cinco religiosos, que juntos participavam nas cerimónias litúrgicas realizadas ao longo da vida diária monacal. O relatório dos *Estados* referente ao triénio de 1627-1629, menciona a compra de um livro de polifonia para uso no Coro:

"[...] Comprousse hum Livro de canto dorgão pera o choro que custou dous mil e seis centos reis. Teve neste derradeiro anno cincoenta e sinco religiosos [...]"⁶

3 Ver capítulo 2. AS, *Livro dos Capítulos Gerais*, f. 37.

4 O juramento foi feito por Fr. Plácido Vilalobos, eleito Abade do Mosteiro de S. Bento de Lisboa.

5 AS, *Livro dos Capítulos Gerais*, f. 52 e 55.

6 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 106.

Em 1633 os Visitadores do mosteiro incumbiram o Abade Fr. Bento da Cruz tomar diligências no sentido de serem ministradas aulas de instrumento aos monges que revelassem aptidões para tal. Estes monges teriam tempo de estudo logo depois do Ofício das Matinas.⁷ Passados alguns anos os Visitadores fizeram algumas observações relativas à prática musical: O Padre Cantor deveria zelar pela boa prática do cantochão, principalmente nos domingos e dias festivos; os músicos foram proibidos de se deslocarem a outras igrejas para cantar e nas recreações no rio ficaram proibidos de tocar harpa e outros instrumentos. No relatório da Visita ficou escrito o seguinte:

"[...] mandamos ao muito Reverendo Dom Abbade ou a quem presidir em seu lugar que quando alguns religiosos forem ao rio a recreasse os obriguem a irem pello caminho que vai por junto do Mosteiro dos Marianos tirando quando forem tanto de madrugada que não seião vistos indo pella rua, e por que fomos advertidos que nas tais recreações do rio se tangia arpa, e outros instrumentos mandamos de preceito formal a quem nellas presidir tal não consinta tirado quando ao Prelado prudentemente pareça o contrario indo a ellas; [...] e obrigara ao Padre Cantor a que faça cantar com pausa i cantocham, principalmente nos domingos, dias sanctos e festas solemnes [...] Mandamos em virtude da santa obediencia e sob pena de excomunhão maior ipso facto incurranda aos Padres irmãos Musicos que indo fora de casa não vão cantar a Igreja alguma. E ao muito Reverendo Padre D. Abbade encommendamos que quando nos sabbado alguns forem cantar ao collegio a salve, de ordem em que não venhão todos juntos, hirá com elles o Padre Prior ou subprior. [...]"⁸

O mosteiro voltou a ser visitado em 1642 pelos Visitadores Fr. Simão Borges e Fr. Cipriano de Mendonça. Nesta Visita verificaram que não havia no mosteiro aulas de canto e que os monges músicos continuavam a ausentar-se do mosteiro indo cantar e tocar com outros músicos a várias igrejas da cidade. Para terminar com esta situação os Visitadores determinaram que os monges só poderiam cantar noutros mosteiros e com licença expressa do Abade.⁹

Nos anos de 1645 e 1646 era Abade do mosteiro Fr. Cipriano de Mendonça. O Visitador Geral, Fr. António Carneiro deixou-lhe algumas recomendações. O relatório de Visita de 1646, diz o seguinte:

7 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 182.

8 *Idem*.

9 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 183.

"[...] E mandara encadernar alguns Livros do choro que estiverem mais danificados, como lhe temos mandado na visitação passada, e se não tem cumprido, e executado como nem tambem o comprarse hum Manicordio, para poderem tomar lição de tecla os Irmãos da disciplina, e ainda o noviço o que lhe tornamos a mandar visto aver Mestre perito de tecla, e que com boa vontade, e muito zello os ensinará; advertindo que todo o descudo nesta materia he digno de grande reprehensão, e de grande encargo de consciencia dos prellados; e outro si por que o Irmão noviço tem princípios de Arpa, e como disso nos enformarão tem talento para aprender, dara o Muito Reverendo Padre Dom Abbade toda a boa ordem para que o Padre Fr. João dos Anjos lhe de algumas Lições todas as somanas [...]"¹⁰

Em 1648, o mosteiro foi Visitado por Fr. Miguel de S. Boaventura, Abade Geral da Ordem:

"[...] E porquanto nos foi chamado que alguns religiosos deste convento hião cantar fora, como foi a Santa Justa, e a outras partes, e a pê, e tão bem alguns dos Padres Pregadores, quando vão fora pregar cantão com os clerigos e Muzicos seculares, e se detem fora tempo consideravel sem virem para o mosteiro, sendo todas estas couzas muito encontradas ao credito da religião, e gravidade d'ella, mandamos ao muito Reverendo padre Dom Abbade em virtude da santa obediência, que constandolhe, ou avendo rumor que algum pregador canta fora de caza, ou quando vai pregar, o não dissimule, antes o castigue na forma da constituição, e lhe não de maes licença para que va pregar fora; e aos que der licença para irem pregar fora da cidade lhe não dara maes que por trez dias, debaxo do mesmo preceito e quando ao ir à cidade a cantar, somente aos orágos das religiões, mandará como he costume, nos religiosos que forem irão a cavalo, levando cogulas, e deixando as mantos aos Moços quando se apearem nas Portarias dos Mosteiros a que forem [...]"¹¹

Nesta Visita o Abade Geral nomeou o Padre Fr. Máximo do Rosário, para Mestre de Música e o Padre Fr. Inácio para Mestre de Instrumentos de Tecla. O Abade do mosteiro ficou incumbido de nomear ainda um Mestre de Harpa, para ensinar Fr. Manuel e Fr. Serafim, e de comprar *huns manicordes* para as aulas de tecla.

O Visitador Geral Fr. Dâmaso da Silva verificou na sua Visita ao mosteiro a 10 de Novembro de 1670, que o Livro do Coro de Duarte Lobo e os Missais da sacristia estavam danificados.

10 ADB, FMC, CSB. *Visitas do Geral* nº 146.

11 *Idem* nº 147, f. 2v.

A acta diz o seguinte:

"[...] Foi nos chamado, que as officinas desta caza não estavam providas, e que na sanchristia andavão os Missaes mal tratados, e que o Livro do Choro de Duarte Lobo andava todo deencadernado pello que mandamos ao muito Reverendo Padre Mestre e Dom Abbade e que proveja as officinas na forma da lei, primeiro que faça obra alguma de novo, e que mande encadernar de novo os Missaes da sanchristia: que ainda estiverem bons, e compre dous dos modemos; e mande tambem encadernar de novo o Livro de Duarte Lobo [...]"¹²

Passados três anos, os Comissários do Abade Geral verificaram que os monges tinham deixado de cantar em polifonia. Deixaram então a seguinte indicação:

"[...] Foi nos zelado que de todo se hia extinguindo o uso do canto de orgão neste Convento. Mandamos ao Padre Mestre da Capella, que pelo menos em algumas festas dê ordem a que se cante do modo que puder ser para que os Religiosos musicos não percam de todo o exercício delle. [...]"¹³

Em 1750, os Visitadores deixaram as seguintes recomendações ao Abade Fr. Jerónimo de Santa Gertrudes:

"[...] Revalidamos o capitulo da Vizita passada, em que se ordena, e manda aos Irmãos Coristas em virtude de santa obediência, rezam aquellas horas do officio divino que deixarem de rezar no Coro. Exceptuamos aquellas occasioens, que os Prelados por algum outro trabalho ou cauza racional, os despensarem, e se necessario he, declaramos que neste preceyto não he nossa tinção tirar todas aquellas Largas, que os Doutores concedem ainda aos que são sacerdotes dando lhe por rezados, e satisfeytos aqueles versos, Psalmos, choros que orem ou tangendo orgão, ou ministrando ao mesmo, ou indo buscar lume para o coro, ou semelhantes aççõs, que servem ao mesmo coro contando que orem, que dem a atenção que puderem, e rezem o que souberem de cor, sehe que o souberem [...]"¹⁴

Em meados do século XVII, o mosteiro adquiriu dois livros de cantochão. Os *Estados* referentes ao século XVIII, mencionam também a compra de diversos Livros de Coro. O quadro seguinte apresenta as referências encontradas.

12 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 151.

13 *Idem*, n° 152.

14 ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* n° 192. Estas recomendações já haviam sido feitas em 1744.

Quadro nº 68
Livros do Coro

Referências	Data
"[...] Encadernou-se de novo com capa de moscovia o salterio diurno do coro [...]"	1740
"[...] Encadernou-se o livro dos Introitos das Missas [...]"	1743
"[...] Fes se hum Livro de Canticos para o Coro, e nelle se pos hum breviario novo [...]"	1752

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº106

Os monges músicos de S. Bento continuavam, em 1770, a cantar noutras igrejas a ponto de haver falta de cantores nos officios divinos realizados no mosteiro.¹⁵

Em 1798, os comissários do Abade Geral deixaram as algumas indicações relativas aos Officios Divinos. Essas recomendações viriam a ser repetidas em 1801, pelo Visitador Fr. José de Santa Rosa Vasconcelos.¹⁶ O quadro seguinte apresenta os officios que deveriam ser cantados, conforme ficou registado na acta da Visita de 1798.

Quadro nº 69
Officios cantados

Segundas	Quartas	Sextas	Sábados	Domingos	Dias Santos
Terça Missa	Terça Missa	Terça Missa	Missa de Nossa Senhora Ladaíha	Prima Terça Missa	Prima Terça Missa

ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº173

Em 1801, os monges colocaram luminárias em toda a fachada do mosteiro. A razão de tais festejos prendiam-se com a eleição de Fr. José de Santa Rosa e Vasconcelos para Sumo Pontífice. As celebrações ficaram registadas do seguinte modo:

"[...] Em rezão da Eleição do Summo Pontifice cahir em hum Prelado que tinha sido membro da Congregação de Cassino, o D. Abbade deste Mosteiro e Muito Reverendo padre Fr. Joze de Santa Roza e Vasconcellos mandou que na noute do dia 24 do corrente se illumina-se todo o Mosteiro, (...) No dia 25 celebrou o mesmo Prelado Missa em acção de graças com vestes Pontificaes, acompanhada, com magnifica Muzica. Houve oração que recitou o Reverendo Padre Mestre Dionysio de S. Miguel, e depois Te Deum, assistindo a toda esta solemnedade grande numero de pessoas de toda a qualidade [...]"¹⁷

15 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 168.

16 ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 174, f.3 a f.4v.

17 BNL, Códice 731, f.15. In Joaquim Leitão, *O Palácio de S. Bento*, Lisboa, 1945, pp. 53-54.

Em 1816, os Visitadores chamaram a atenção do Abade Fr. António da Conceição que se deveria cantar as Horas de Terça e as Missas nas segundas, quartas, sextas e sábados das semanas precedentes ao Advento e Quaresma.¹⁸

2.20.2 Cantores e instrumentistas

As festas em honra de S. Bento contavam com pessoas vindas de fora do mosteiro. Na acta que o Visitador Geral elaborou da Visita que efectuou em 1770, ficou registado que os hóspedes convidados não deveriam jantar no refeitório do mosteiro, com excepção do Pregador, seus companheiros, organistas e outros religiosos.¹⁹

Os quadros seguintes permitem identificar alguns dos monges músicos que foram conventuais neste mosteiro:

Quadro nº 70
Cantores, Organistas e Mestres
[1780-1798]

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. João de Deus	1780	Organista	Mestre de Cerimónias, Vigário dos Moços
Fr. Francisco de S. Bento	1780 1783	Cantor Cantor	Prior, Depositário Celeireiro, Gastador
Fr. João Crisóstomo de Santa Bárbara	1780	Organista	
Fr. João dos Reis	1780	Primeiro Cantor	
Fr. João do Espírito Santo	1780 1783 1786 1789, 1792	Organista	"Sacristia" Mestre de Obras Enfermeiro Enfermeiro, Depositário
Fr. Faustino de S. João	1780	Segundo Cantor	
Fr. Bernardo de Jesus Maria	1783	Organista	Prior
Fr. Boaventura de S. José	1783, 1786	Organista	Prior
Fr. Bernardo da Esperança	1783, 1786 1789	Primeiro Cantor Cantor Mor	
Fr. Feliciano da Conceição	1783, 1786 1789	Segundo Cantor Organista Organista	Subprior, Depositário Prior, Depositário
Fr. Manuel do Espírito Santo	1786	Mestre dos Coristas	
Fr. Joaquim de S. Tomás	1789	Segundo Cantor	
Fr. Manuel do Rosário	1792	Cantor Mor	
Fr. Joaquim José de Nossa Senhora	1792 1795	Segundo Cantor Cantor Mor	Depositário

¹⁸ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 192.

¹⁹ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 168, f. 3.

Quadro nº 70
Cantores, Organistas e Mestres
[1780-1798] (cont.)

Nome	Data	Função	Outras Funções
Fr. Feliciano de S. Bento	1792,1795	Organista	Hospedeiro
Fr. António de S. José	1792,1795	Organista	
Fr. João do Rosário	1792,1795	Segundo (Organista?)	
Fr. Vicente de S. Luís	1795, 1798	Segundo Cantor Cantor Mor	
Fr. Custódio de S. José	1798	Organista	
Fr. António de S. José	1798	Organista	
Fr. Manuel de Santo António	1798	Organista	

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº107 [1780-1786] e nº108 [1789-1798]

Quadro nº 71
Cantores e Organistas
[1801-1819]

Nome	Data	Função
Fr. Luís de S. Mauro	1801	Cantor Mor
Fr. Bernardino de Santa Cecília	1801	Organista
Fr. Joaquim do Coração de Jesus	1813	Organista
Fr. João da Anunciação	1813	Cantor Mor
Fr. João de S. Luís	1813	Segundo Cantor
Fr. João de S. Boaventura	1813	Organista
Fr. José da Esperança	1819	Cantor Mor
Fr. José da Avé Maria	1819	Segundo Cantor
Fr. Manuel da Ascensão	1819	Organista

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº108

2.20.3 Património organológico

O Mosteiro de S. Bento de Lisboa possuía diversos instrumentos. O relatório dos *Estados*, elaborados em 1638, dão conta do concerto dos órgãos do mosteiro e da compra de uma corneta e uma harpa:

"[...] Comprouse hum sino que custou perto de oitenta mil reis=consertarãose os orgãos e puserãose unisonos- comprouse huma corneta= (...) comprouse huma Arpa nova e fesselhe sua capa. [...]"²⁰

Os *Estados* do século XVIII fazem também referências aos órgãos do mosteiro. Em 1725, os órgãos foram afinados. No triénio de 1738-40, o órgão foi restaurado, tendo sido colocados novos registos e um sumeiro novo. No relatório ficou registado o seguinte:

"[...] Concertou-se o órgão por varias vezes e se acrescentarão nelle dous registos de novo, e se fes tambem de novo hum sumeiro, e se forrarão os foles todos [...]"²¹

No triénio seguinte, o órgão foi de novo afinado, acrescentando-se ainda mais registos. Os relatórios dos *Estados* do final do século XVIII, mencionam também várias intervenções no órgão, nomeadamente no triénio de 1787-89:

"[...] Concertou-se o órgão, acrescentando-lhe novas vozes, formandose toda a каза de madeira [...]"²²

O mosteiro adquiriu também um realejo para colocar na Capela Mor. No mapa das obras realizadas nos anos de 1790 a 1793 ficou registado o seguinte:

"[...] Na mesma [Capela Mor] se poz hum realejo novo, feito com os melhores registos, fingido por fora de madeira do Brazil, com filetes dourados, e remates de talha dourada. Construiose hum taburno alto com sua varanda em volta para assento do mesmo, e comodidade dos que cantão [...]"²³

21 *Ibidem.*

22 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 108.

23 *Ibidem.*

Fontes e Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Estados* n° 106, n° 107, n° 108.

FMC, CSB, *Visitas do Geral* n° 146, n° 147, n° 151, n° 152, n° 168, n° 174.

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores*, n° 182, n° 183, n° 192.

B. Bibliografia

S. Tomás, Fr. Leão de, *Benedictina Lusitana*, notas críticas de José Mattoso, Tomo I, II, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974.

Leitão, Joaquim, *Livros de S. Bento-Memória*, Lisboa, 1936.

Leitão, Joaquim, *Para a História do Palácio de S. Bento*, Lisboa, 1942.

Leitão, Joaquim, *O Palácio de S. Bento*, Lisboa, 1945.

2.21 O Colégio de Lisboa (Nossa Senhora da Estrela)

Introdução

Segundo Carvalho da Costa, o Colégio de Nossa Senhora da Estrela foi fundado numa quinta, no ano de 1571. O texto diz o seguinte:

"[...] O collegio de Nossa Senhora da Estrella he tambem de Frades Bentos, e se fundou no anno de 1571 em huma quinta, que chamavão Casa de Saude, por se recolherem nella por ordem da camera os impedidos no tempo da peste: a primeyra Missa, que se cantou solememente na Igreja, foy a do gallo em dia de Natal, aonde concorreo muyta gente, pela devoção do grande Paytriarca. Este foy o primeiro Convento que tiverão em Lisboa, que por ser muy pequeno, e ficar longe da cidade, ordenarão os Frades, que se fundasse outro mais perto do povoado [...]"¹

Fr. Leão de S. Tomás, eleito Abade Geral da Congregação em 1627, deu conta do abandono a que estava votado o edifício onde havia funcionado o Mosteiro de S. Bento, denominado *Mosteiro de Cima* ou *S. Bento, o velho*, e resolveu reformar a casa. O Capítulo Geral seguinte decidiu ali instalar uma casa de estudos da Congregação, com uma população de 20 monges e um reitor. Carvalho da Costa afirmou nos primeiros anos do século XVIII, que habitavam nesta Casa de Estudo, quinze religiosos com seu Reitor. Referindo-se ao edifício escreveu:

"[...] Tem bons dormitorios com huma grande quinta, e dilatada cerca, que confina com a de S. Bento, toda murada. A Igreja está em sítio alegre, com deliciosa vista, tem a porta para o Sul, e hum grande terreyro[...]"²

A partir de 1710, a Congregação decidiu que o colégio passasse a ser regido por Abades. A igreja do colégio ficou concluída em 1727, sofrendo em 1755 os danos causados pelo terramoto. Os monges começaram então a reconstrução da casa, com o auxílio de Fr.

¹ António Carvalho da Costa. *Corografia Portuguesa*, Tomo III, Braga, Tipografia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1869, 2ª edição, p. 357.

² *Idem*, p. 358.

António do Desterro, Bispo do Brasil, que havia sido Abade do mosteiro. A elaboração do *Plano dos Estudos da Congregação*, em 1789, por Fr. José Joaquim de Santa Teresa, contribuiu para a qualidade do Curso de Teologia ali ministrado, apesar de ter funcionado com algumas interrupções.

Em 1818, o Colégio da Estrela passou a funcionar como Hospital Militar, apesar de continuar a existir uma pequena comunidade de monges. Em 1823, foi sede da Academia Real das Ciências. Depois da extinção da Ordem, passou definitivamente para o Hospital Militar.

2.21.1 Actividade musical

Os Visitadores da Ordem Visitaram o Colégio em 1633, deixando algumas recomendações. No mosteiro não se cantava a Missa de Domingo, conforme estava determinado e no coro não havia um Livro de Cânticos. Os colegiais, nas suas recreações no rio, levavam consigo violas, acto que a congregação achava inconveniente. Na acta ficou exarado o seguinte:

"[...] foi nos zelado que nos dominguos senão cantava Missa como a constituição dos collegios ordena, mandamos ao Reverendo padre Reytor ordena com que ella se guarda para que Deus sera melhor servido, e por nos ser zelado faltar no choro hum caderno de canticos mande delle prover [...] foi nos zelado que nas recreações que se tinham pello rio se tangia veola, o que era em menos honestidade de nosso habito Mandamos a todos os Religiozos desta caza quando forem a semelhantes recreações a não levem nem tangão. o que lhe não consentará quem no dito acto prezidir em virtude de santa obediência.[...]"³

Em 1637, os Visitadores verificaram que os colegiais continuavam a levar as suas violas para as recreações no rio. Em 1653, as contas do *Padre Gastador* apresentaram despesas com a celebração da Festa de Nossa Senhora que contou, nesse ano, com a presença de *músicos charamelas* para abrilhantarem a festa.⁴

Em 1762, era Abade do mosteiro Fr. José de Santa Ana. Os Visitadores observaram que no colégio não se realizava o Ofício Divino. Esta situação era absolutamente contrária às

³ ADB, FMC, CSB, *Visita dos Visitadores* nº 182.

⁴ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 88.

Constituições, pelo que foi recomendado que os religiosos desta comunidade deviam cumprir com todas as obrigações do coro.⁵

Fr. José Joaquim de Santa Teresa, Abade Geral da Congregação, incumbiu em 1783, o Abade do Colégio de organizar aulas de exercício de cantochão para os colegiais, nomeando para o efeito um Mestre. As aulas deveriam realizar-se todos os Domingos e Dias Santos imediatamente a seguir ao Canto das Vésperas. Esta ordem foi dada novamente nos anos de 1785 e 1787, o que leva a concluir que não terá sido cumprida de imediato.⁶

2.21.2 Cantores e instrumentistas

Em 1786, Fr. António de Santa Maria foi Prior e Organista no Colégio de Nossa Senhora da Estrela. Os Irmãos colegiais Fr. José de Santo Hipólito e Fr. Custódio de S. José constam no catálogo dos monges conventuais elaborados nesse ano, respectivamente como Cantor e Organista.⁷

2.21.3 Património organológico

As referências aos órgãos do Colégio da Estrela são escassas. Sabe-se que o órgão do Colégio foi restaurado em 1734. No relatório das obras ficou escrito o seguinte:

"[...] Afinou-se o Orgão e concertarãoce os Folles [...]"⁸

Em 1746, o Colégio recebeu um órgão novo para colocar no Coro. Os *Estados* mencionam que este órgão foi oferecido pelo Reverendo Padre Geral.

⁵ ADB, FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores* nº 188, f. 149v.

⁶ ADB, FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 170 e nº 171.

⁷ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 88.

⁸ *Ibidem*.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Visitas dos Visitadores*, nº182, nº188.

FMC, CSB, *Visitas do Geral* nº 170, nº 171.

FMC, CSB, *Estados* nº 88.

B. Bibliografia

Almeida, Fortunato de, *A Ordem de S. Bento em Portugal - O colégio beneditino de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

Costa, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Tomo III, Braga, Tipografia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1869, 2ª edição.

Mattoso, José, "O Colégio Beneditino da Estrela no princípio do séc. XIX". *Revista Municipal*, vol. I-IV, Lisboa, 1955.

Sousa, Gabriel, "Beneditinos", *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 340-407.

II Parte — Capítulo 3
Mosteiros Femininos

3.1 O Mosteiro de Bragança (S. Bento ou Santa Escolástica)

Introdução

Em 1590, D. Maria Teixeira edificou o Mosteiro de Bragança em honra de Santa Escolástica, irmã de S. Bento. A sua primeira Abadessa, D. Jerónima de Vilhena, juntamente com a prioresa D. Luísa de Noronha e outras religiosas vindas do Mosteiro de Vairão, formaram o convento, começando desde logo a receber noviças.¹

Embora se tratasse de um mosteiro com poucos rendimentos, o mosteiro tinha nos princípios do século XVIII, uma população numerosa. De acordo com o relatório *ad limina* do Bispo D. João de Sousa Carvalho, o mosteiro tinha em 1725 perto de duzentas monjas.² Este número foi ao longo dos tempos baixando, vendo-se o mosteiro reduzido em 1830 a doze monjas. No triénio de 1760-1763, a Igreja do mosteiro foi objecto de melhoramentos tendo sido pintado o tecto pelo pintor Manuel Caetano Fortuna. Segundo Geraldo Coelho Dias, trata-se "do mais grandioso de Portugal relativo a S. Bento e um dos mais importantes do seu género".³

Com a morte da última religiosa, em 1853, a igreja passou a pertencer à confraria de S. Pedro.

3.1.1 Actividade musical

Em 1690, o mosteiro de S. Bento de Bragança, recebeu a Visita do Comissário Visitador do Bispado de Miranda. No relatório da Visita ficaram algumas indicações relativas ao serviço musical no mosteiro. De acordo com o texto que a seguir se transcreve, a prática musical estaria mais a ser usada como um meio de divertimento em vez de cumprir a sua função no cerimonial litúrgico:

¹ Fr. Leão de S. Tomás, *Beneditina Lusitana*. Notas críticas de José Mattoso. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1974, p. 395.

² Geraldo J. A. Coelho Dias, "O Mosteiro das Beneditinas de Bragança e as Visitações do Bispo Diocesano, *Actas do Congresso Histórico Páginas da História da Diocese de Bragança- Miranda*, Bragança, Comissão de Arte Sacra de Bragança-Miranda, 1997, pp. 445-468.

³ *Idem*, p. 457.

"[...] Visto que a muzica nos mosteiros so se ordenou para os divinos louvores, e não para intertinimentos humanos e estes devem soo praticarse, quando a decencia do canto e autoridade das pessoas que o ouvem o dispensa. Ordeno a mestre Abbadessa no que toca a todas quais quer muzicas para daqui por diante cantarem, bailharem, ou fazer outro qualquer acto semelhante nas grades, ou em qualquer lugar onde sejam mistas de pessoas de fora do convento ou vestidas em traje de homem ou seculares se entenderá tambem a respeito das mais freiras sem serem muzicas sob pena de privação de veo e grades por tempo de hum anno as que cometerem esta culpa, e de sancta obediencia a Mestre Abbadessa senão executar esta Lei muito pontualmente , porem para poderem cantar na grade algumas pessoas de calidade e autoridade soo dara Licença no cazo, que alguma pessoa a mostre ao Prelado [...]"⁴

Em 1698, Fr. Pedro de Melo, Visitador Comissário do Bispado, apontou duas questões relativas à prática musical: a primeira dizia respeito às cantorias e danças realizadas em dias de festa junto às grades do mosteiro; a segunda tratava do ensino e formação musical das monjas que revelassem aptidões musicais.⁵ Transcreve-se a seguir o texto do relatório da Visita no que respeita à primeira questão:

"[...] Tambem nos consta, que nos dias de festa as muzicas cantão muito juntas e pegadas à grade do choro, e como para serem ouvidas não he necessario serem tão vistas, mando que nos dias em que houver as tais funções ao menos cantem afastadas das grades das varas; o que mando com pena de obediencia a madre Prioriza faça observar. [...]

Por que me consta, que as religiosas, sem advertir na sua modestia, e no pouco respeito que concilião em virem cantar e bailar as grades, ordinariamente o fazem, mando com pena de obediencia, que nenhuma Religiosa cante, nem baile na grade, sem Licença expressa da Reverenda madre Abbadessa a qual debaixo da mesma pena lhe encarrego, a não conceda, salvo no cazo, que se faça acta Lizonja à sua pessoa de muito grande respeito, e a nenhuma outra [...]"⁶

Esta ordem não viria a ser cumprida, uma vez que em 1705, o Visitador referiu-se à mesma questão, assinalando que se cantava e dançava junto às grades, o que causava

4 ANTT, Bragança, S. Bento, Caixa 1, Livro 1.

5 Nesta Visita Fr. Pedro de Melo deixou ordem para que se realizassem no mosteiro "aulas de solfa". Estas aulas deveriam ser diárias e ter a duração de duas horas. A transcrição da acta da Visita encontra-se no capítulo três deste trabalho.

6 ANTT, Bragança, S. Bento, Caixa 1, Livro 1.

grande escândalo.⁷ Na Visitação de 1759⁸, o Bispo Fr. Aleixo de Miranda Henriques demonstrou também a sua discordância face a representações teatrais profanas protagonizadas por religiosas que representavam papeis em trajes seculares, vestiam -se de homens e interpretavam seus Autos perante seculares. O Bispo, condenando a existência no mosteiro de uma prática musical constituída por um amplo repertório religioso, com uma linguagem que se poderia considerar muito próxima da música profana praticada na época, à semelhança aliás de outros mosteiros, mostrou-se ainda mais indignado com a existência de aplausos e acenos de lenços no final dos sermões. No seu relatório ficou exarado o seguinte:

"[...] Quam abominaveis sejam representações profanas em cazas. e Pessoas religiosas, he com evidencia manifesto, e mais abominavel he, quando as mesmas religiosas, para as executarem, se vistão não só em traje secular, mas de homem [...] E porque nos consta que nos Mosteiros de nossa jurisdição se pratica não só este desacoprd: mas o de fazeremas taes representações diante de Pessoas Seculares que convidão para ve las; e nas eleições de Abbadeças athe as introduzem na clausura com o titulo de acompanharem o Presidente da Eleição, e Visitador do Mosteiro, quando entra a examina-lo; [...] de nenhuma sorte consinta hum tal ingresso nas sobreditas funções. representação alguma profana, freira vestida de homem nem baile, ou dança em grades [...]"

No final da acta da Visitação, o Bispo de Miranda entendeu por bem acrescentar mais algumas recomendações:

"[...] Não satisfeito o inimigo comum da haver transferido aos choros ecclesiasticos a muzica dos theatros profanos athe introduziu nos mesmos choros, e Igrejas os aplauzos, que somente se praticão nas funções e festejos dos touros, dando aos Pregadores escarradas, e aplausos de lencinhos quando acabão os sermões. e porque huma tão louca e profana indignidade pedia particular ley; separando esta das acima promulgadas, mandamos a todas as religiozas em comum, e a cada huma em particular, com pena de obediencia, e de excluzão por um mez no carcere, não ouza mais escarrar a pregador algum, quando acabar o sermão [...]"⁹

7 *Ibidem.*

8 A acta da Visitação encontra-se transcrita na íntegra por Geraldo J. A. Coelho Dias, "O Mosteiro das Beneditinas de Bragança e as Visitações do Bispo Diocesano. *Actas do Congresso Histórico Páginas da História da Diocese de Bragança- Miranda*, Bragança. Comissão de Arte Sacra de Bragança-Miranda, 1997, pp. 463-468.

9 ANTT, Bragança, S. Bento, Caixa 1, Livro 2, ff. 70- 71.

3.1.2 Cantoras e instrumentistas

No Mosteiro de S. Bento de Bragança procedia-se à eleição da Abadessa e Priora, elaborando-se a respectiva acta com os votos de eleição. Mencionava-se a seguir o rol das oficiais seguido da nomeação dos confessores para cada triénio. A Cantora D. Catarina Maria Inês foi eleita Abadessa do Mosteiro em 1804. O quadro seguinte contém os nomes das religiosas responsáveis pela música, cuja função é designada de modo diferente ao longo dos anos.

Quadro nº 1
Mestres e Cantoras

Nome	Data	Função
D. Hemerenciana da Conceição	1690, 1698	Cantora Mor Mestra do Coro
D. Maria de S. Jesus [do Paraíso (?)]	1702, 1705	Mestra do Coro Cantora Mor
D. Maria de Jesus do Paraíso	1709,1712 1715,1719,1722 1725, 1731 1734	Mestra do Coro Mestra do Coro Mestra do Coro e Cerimónias Mestra do Coro
D. Maria de Jesus Saraiva	1737	Mestra do Coro
D. Maria Guiomar	1741,1745, 1748	Mestra do Coro e Capela
D. Maria Joaquina	1753,1756	Cantora Mor do Coro
D. Maria Joaquina de S. José	1759	Mestre Cantora do Coro
D. Maria Joaquina de S. José	1762	Mestra do Coro
D. Maria Joaquina de S. José	1765; 1768	Cantora Mor
D. Maria José Baptista	1772; 1775,1778, 1781.1784	Cantora Mor
D. Maria José Baptista	1787	Mestre de Capella
D. Maria Peregrina	1790,1793	Cantora Mor
D. Inácia Caetana do Sacramento	1796	Regente do Coro
D. Catarina Maria Inês	1799,1825, 1828, 1831	Cantora Mor
D. Maria Peregrina Henriqueta	1803,1804, 1807, 1810, 1813, 1816, 1819	Cantora Mor
D. Isabel Joaquina	1822	Cantora Mor

ANTT, Bragança, S. Bento, Caixa 1 [1690-1831]

3.1.3 Património organológico

O Mosteiro de S. Bento de Bragança possuía diversos instrumentos. Em 1695, o Visitador recomendou à Abadessa D. Josefa do Espírito Santo que não emprestasse "os instrumentos musicos da comunidade":

[...] para fora sob as pennas estabelecidas no mesmo capitulo, e o mais detreminado nelle fique em seu inteiro vigor e observancia.[...].¹⁰

Em meados do século XVIII, Fr. Diogo Marques Mourato, Bispo de Miranda, voltou a fazer a mesma recomendação, mencionando o cravo do mosteiro:

"[...] Mandamos que senão empreste para fora da comunidade o cravo da mesma pelo detrimento, que nisso recebe [...]"¹¹

10 *Idem*, Livro 1.

11 *Idem*, Livro 2.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT, Bragança, S. Bento, Caixa 1, Livro 1 e Livro 2.

ANTT, Bragança, S. Bento, Caixa 1, Livro 4 e Livro 5.

B. Bibliografia

Dias, Geraldo J. A.Coelho, "O Mosteiro das Beneditinas de Bragança e as
Visitações do Bispo Diocesano, *Actas do Congresso Histórico Páginas da
História da Diocese de Bragança- Miranda*, Bragança, Comissão de Arte
Sacra de Bragança-Miranda, 1997. pp. 445-468.

Sousa, Gabriel de, "Beneditinas", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*,
vol. 2, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 319-340.

3.2 O Mosteiro de Viana do Castelo (Santa Ana)

Introdução

O Mosteiro de Santa Ana, situado em Viana do Castelo foi fundado no início do séc. XVI, por António Correia, juiz daquela cidade. O seu construtor foi Pero Galego.¹

A primeira Abadessa do Mosteiro foi D. Margarida de Sousa, freira de Sta. Clara de Vila do Conde, nomeada pela Câmara no ano de 1512. Martim Vaz de Sousa, Alcaide-Mor de Bragança, irmão da 1ª Abadessa e das duas seguintes, foi um dos principais benfeitores de Santa Ana. Em 1528, o Arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa impôs a adopção da Regra Beneditina, anexando-lhe nesse ano o Mosteiro de Valbom e no seguinte o de Loivo. A partir do ano de 1610, o mosteiro passou a ter abadessas trienais, eleitas em sessão conventual.² A eleição era feita geralmente na Igreja do Mosteiro, no Coro de baixo. Ali se reuniam a Madre Abadessa cessante e todas as religiosas do mosteiro. A sessão era presidida pelo Cônego, que no caso de haver religiosas doentes, mandava recolher os votos nos seus aposentos. Com a eleição da Abadessa, eram também nomeadas as demais oficiais do mosteiro. Depois de tomada a benção da madre eleita, cantava-se o hino *Te Deum laudamus* em acção de graças. Em 1724, a contagem dos votos apurou setenta votos para a Madre Mariana de S. Rafael num total de cento e catorze, o que revela ter sido naquela época o mosteiro Santa Ana um mosteiro de grandes dimensões.³

O edifício actual remonta ao século XVIII, altura em que se fizeram grandes obras. A última Abadessa foi D. Rita de Cássia de S. José Brandão, que morreu em 1895. Depois da morte da última freira, construiu-se a estação dos caminhos de ferro em parte da cerca do mosteiro, tendo este sido entregue à Congregação e Hospital de velhos e entravados de Nossa Senhora da Caridade.

1 Pero Galego foi também o construtor da Igreja Matriz de Caminha.

2 Gabriel de Sousa, "Beneditinas", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 2º volume, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 319-340.

3 ADB, FMC, Mosteiro de Santa Ana, Livro nº 252. No final do triénio, a comunidade monástica chegou a 120 religiosas entre professoras e noviças. [ADB, FMC, *Livro da Madre Tesoureira* nº 44, f. 54].

3.2.1 Actividade musical

Em 1584, o mosteiro era governado pela Abadessa D. Joana Correia. A 20 de Abril desse ano, o Arcebispo, em Visitação ao mosteiro, deixou algumas recomendações, ouvindo também a opinião das monjas D. Helena de Sampaio e D. Francisca de S. Bernardo que na ocasião declararam o seguinte:

"[...] Elena de sampaio monja professa pela obediencia dise que seria bem que as matinas se tanja com sino e não com campainha porque é bem que saiba o mundo que se tanja às matinas. [...] Francisca de Sam bernardo monja professa pella obediencia dise que se devia mandar que se cantassem psalmos antes das orações pela santa somana. disse que se deve tanger o sino às matinas para que se ouça la na villa [...]"⁴

Na Visita realizada em 1599 pelo Arcebispo de Braga, D. Fr. Agostinho de Jesus, foram ouvidas várias religiosas que expressaram as suas opiniões relativas à prática musical no mosteiro. Entre outras questões foi dito que poucas religiosas assistiam às Laudes e Completas; que não se deveria fazer representações no Coro; e que as religiosas cantoras deveriam cumprir com maior diligência o seu ofício. O testemunho destas religiosas ficou assim anotado:

"[...] disse primeiramente que o choro he mal servido das religiosas às laudes, e a Completas, porque as mais das vezes acontece não aver as laudes no Coro da madre Abbadessa mais que tres ou quatro religiosas, e que a causa disto he não se dar penitencia nenhuma aquem falta polla mesma brandura da condição da Madre Abbadessa quando são mal dispostas e fracas as religiosas. E que a razão porque faltão muito as completas, he porque naquelle tempo vão as religiosas tomar os reVisitadores que lhe vem de casa de seus pais e mais o que se podia falar antes ou depois. Disse mais que se deve mandar que as leigas que não tem ainda bentinho, não digão versos ou Antifonas no coro porque he de santoridade da religião fazerem estes officios sem terem habito de religião.[...]" - Depoimento da Madre Priora D. Ana de Santa Maria [...]"

⁴ ADB, *Visitas e Devassas*, Nobrega e Neiva, nº 109, f. 5 a 6v.

"[...]disse que se guardava mal o silêncio no coro e refeitório, e que se deve mandar que o dito silêncio zele a Priora, ou suppriora em sua ausência e não a Cantora Mor que não he seu officio[...]" - Depoimento da Madre Subpriora D. Beatriz dos Santos.

"[...]Disse mais que as Laudes são mal servidas por quanto se tange muito cedo a ellas. E que se deve de tanger as cinco horas no Verão e as seis no Inverno e que ja o Senhor Acebispo Dom Bartolomeu dos Martires o mandou assi se fizesse, [...]" - Depoimento da Madre D. Ana de Jesus.

"[...] E que se não fassão representações no choro nem autos salvo o offercimento do cirio de gloriosa sancta Anna. [...] E que de nenhuma maneira aja musicas nos palratorios nem da banda de dentro nem da banda de fora [...]" - Depoimento da Madre D. Maria de S. Martinho.

"[...] E que todas as que sabem cantar e tem voz se aiuntem a estante para louvor do Senhor e exercicio de seu talento e nisto traga a madre abadessa muito olho pera reprender a madre cantora quando ella for descuidada, e no orgão cantem aquellas que a madre cantora ordenar.[...]" - Depoimento da Madre D. Maria do Nascimento.⁵

Ao longo do século XVII, as monjas do mosteiro continuaram a revelar alguma falta de interesse pelo serviço musical. *No Mapa e lembranças do caderno da Visitação que o Bispado fez a este mosteiro*, continuaram a ser apontadas as faltas às Laudes e Completas bem como a pouca participação das Cantoras nos diversos serviços litúrgicos. No relatório da Visitação de 1604 vem mencionado este assunto, deixando ainda o Visitador a seguinte ordem:

"[...] porque na festa da Senhora Santana se faz pollas religiosas huma representação ao divino diante do seu altar que estava no Coro e aos seculares fazem impertinencias pollas verem ou ouvirem mandamos em virtude de Santa obediencia que daqui por diante se faça no capitulo ou no refeitório como sabemos que se fazia antigamente [...]"⁶

No fundo monástico beneditino conservado no arquivo bracarense, há um manuscrito do século XVIII, com partes de livros desmembrados, que contém um documento intitulado *Mapas e lembranças dos cadernos da Visitação que fizerão o Reverendíssimo*

⁵ ADB, *Visitas e Devassas*, Nobrega e Neiva, Mosteiro de Santa Ana. n.º 110.

⁶ *Idem*, n.º 111.

*Arcebispo Primas e o Senhor Bispo de Fez no mosteiro de Santa Anna de Vianna.*⁷ Este documento apresenta as seguintes decisões relativas ao serviço musical no mosteiro:

- proibição de representações de Autos no Coro, com excepção do Auto representado no dia de Santa Ana;
- celebração de Laudes às 5 horas da manhã no Verão, e às 6 horas no Inverno;
- proibição de músicas nos locutórios;
- proibição das monjas se ausentarem do coro durante a realização dos Offícios Divinos;
- obrigação das cantoras participarem nos serviços religiosos cantando de acordo com as indicações da Cantora Mor e supervisão da Abadessa;
- proibição das leigas conventuais dizerem Antífonas.

A leitura dos documentos citados, permite concluir que as monjas de Santa Ana revelavam alguma falta de interesse pelo serviço musical litúrgico quotidiano, mas gostavam muito dos Autos com sua representação cénica ao gosto popular com coros, vilancicos, cantigas, árias, danças e "intermezzi" instrumentais.

Na Páscoa e na Semana Santa, um dos momentos de maior esplendor musical em todo o calendário litúrgico, o mosteiro contava com Cantores vindos de fora. Na Sexta-feira da Paixão não se celebrava Missa. A acção litúrgica constava de leituras bíblicas, e orações, seguindo-se o canto solene da Paixão segundo S. João, a cargo dos clérigos que em gregoriano cantavam as partes do Evangelista, de Cristo e do Sinagoga. Seguiam-se as cerimónias da adoração da Cruz e Comunhão cantando-se vários Hinos e Antífonas relativas à Paixão. Provavelmente a presença de Cantores para enriquecer o cerimonial do culto não se verificava apenas na Páscoa. Os *Livros de Despesa* do Mosteiro mencionam o nome de três Padres Cantores que prestaram a sua colaboração ao mosteiro: o Padre Matias de Brito, o Padre Agostinho e o Padre Mateus.

O quadro seguinte apresenta as despesas havidas ao longo do século XVIII e início do século XIX com os Cantores que participaram nas cerimónias litúrgicas no Mosteiro de Santa Ana.

⁷ ADB, FMC, Mosteiro de Santa Ana, Ms nº 263.

Quadro nº 2
Pagamentos a Cantores
[1739-1831]

Referências	Data	Observações	Documento
"[...] Pagamos ao que cantou os autos dezasseis tostons [...]"	1739, 1746, 1750, 1754, 1755	"Despesa com os Samcristãos, capela m e diaconos"	Livro de Despesa nº 91 (1º, 2º, 3º, 4º, 5º Caderno)
"[...] Pagamos ao padre Matias de Brito de fazer o texto e mais duas paixois. Dois mil Reis [...]" " [...] Pagamos a quem fes os autos e mais duas paixões dezasseis tostons [...]"	1759		Livro de Despesa nº 91 (7º Caderno)
"[...] Pagamos a quem fes os altos e mais duas paixões dezasseis tostons [...]" " [...] Pagamos ao padre Matias de Brito por cantar o exulta [...]"	1761	[a escritvã escreveu autos emendendo depois para altos]	Livro de Despesa nº 91 (8º Caderno)
"[...] Pagamos ao Padre que cantou os altos dezasseis tostoens [...]"	1763, 1771, 1772, 1773, 1774, 1775, 1778, 1779		Livro de Despesa nº 92 (1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º Caderno)
"[...] Pagamos ao Padre que cantou o teisto três mil Reis [...]" " [...] Pagamos a quem cantou os Altos dezasseis testois [...]"	1780		Livro de Despesa nº 92 (9º Caderno)
"[...] Pagamos o que cantou os Altos dezasseis testois [...]"	1781		Livro de Despesa nº 93 (1º Caderno)
"[...] Pagamos ao Reverendo Padre Mateus que cantou o teisto três mil Reis [...]" " [...] Pagamos ao Reverendo Padre Agostinho que cantou os Altos mil e seiscentos [...]"	1782		Livro de Despesa nº 93 (2º Caderno)
" [...] Pagamos ao Padre que cantou o teisto três mil Reis [...]" " [...] Pagamos ao Padre que cantou os Altos mil e seiscentos [...]"	1786		Livro de Despesa nº 93 (3º Caderno)
" [...] Despendemos com os três Padres que cantarão a Paixão, Domingo de Ramos e o Exulta, sexta-feira Mor, sinco mil e setecentos e sacenta [...]"	1787, 1788, 1789, 1790, 1799		Livro de Despesa nº 93 (4º, 5º, 6º, 7º, 8º Caderno)
" [...] Despendemos com os Padres que cantarão a Paixão sete mil e seiscentos Reis [...]"	1792		Livro de Despesa nº 93 (9º Caderno)
" [...] Despendemos com os Padres que cantarão a paixão e o exulta, seis mil quatrocentos Reis [...]"	1793, 1794, 1795, 1796, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805		Livro de Despesa nº 94 (1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º Caderno). Livro de Despesa nº 95, nº 96, nº 97, nº 98
" [...] Despendemos em hum mimo que se mandou aos Padres que cantarão na semana Santa desoito testois [...] Pagamos aos Padres que cantarão a Paixão e o Exultant seis mil e quatrocentos Reis [...]"	1806	"Despeza fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 99
" [...] Despendemos com os Padres que cantarão a Paixão três mil e seiscentos reis [...]"	1807		Livro de Despesa nº 100
" [...] Pagamos aos Padres que cantarão a Paixão, e o Exulte sette mil e trezentos reis [...]"	1809, 1810, 1811, 1812, 1814, 1815/21, 1825, 1826, 1828/31		Livro de Despesa nº 102, nº 103, nº 104, nº 105, nº 108, nº 109, nº 110, nº 111, nº 111 A, nº 112

Um dos organistas e compositores que certamente colaborou nos serviços litúrgicos do Mosteiro de Santa Ana, foi Jerónimo Xavier Varela (1808-1879), que exerceu primeiro a sua actividade em Ponte de Lima, no Mosteiro de Refóios daquela cidade e depois esteve à frente da Capela Musical. Jerónimo Xavier Varela compôs um *Tantum Ergo para dous Tiplés, Baixo e acompanhamento de órgão* dedicado às monjas deste mosteiro.⁸ A partitura tem anotado na parte da segunda voz, o nome da *Srª D. Inásia Maria Cunha Santo*, tratando-se talvez do nome da religiosa que terá cantado o *Tantum Ergo*. O final da partitura e respectivas partes têm ainda uma anotação curiosa de Jerónimo Xavier Varela que diz o seguinte: *Querendo mais venha doce*. Será que o compositor era recompensado pelas suas obras com os doces confeccionados pelas monjas do Mosteiro de Santa Ana?

Na Biblioteca Nacional de Lisboa existe uma obra de Fr. António de S. Joaquim Almeida⁹, que tem a indicação do Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo. Trata-se da *Missa* para coro e dois sopranos. (P-Ln, MM 319/3).

O quadro seguinte apresenta as despesas havidas com Capelães e Diáconos na realização de Missas cantadas.

Quadro nº 3
Despesas com Missas cantadas
[1666-1711]

Referências	Data	Observações	Documento
"[...] De sete missas que se diserão enquanto o Padre Capelão esteve em S. Martinho tres cantadas e coatro rezadas dinheiro quatro sentos e oitenta [...]"	1666	"Gastos ordinários"	Livros da Madre Tesoureira nº 27 f. 45
"[...] Pagamos oito missas cantadas enquanto o Padre Capelão esteve nas premissas a cento e vinte, nove sentos e secenta [...]"	1706	"Despesa com capelães e diaconos"	Livros da Madre Tesoureira nº 40 f. 75
"[...] Pagamos oito missas cantadas enquanto o Padre Capelão esteve nas premissas a cento e vinte, nove sentos e secenta [...]"	1707 1708 1709	"Despesa com capelães e diaconos"	Livros da Madre Tesoureira nº 41
"[...] Dei pellas Missas Cantadas que estão vencidas atbedia de Natal tres mil e seis centos reis [...]"	1711		Livros da Madre Tesoureira nº 42, f. 16v

ADB, FMC, Mosteiro de Santa Ana. *Livros da Madre Tesoureira*

⁸ Sobre o compositor e a sua obra ver o capítulo sobre o Mosteiro de Tibães e III Parte, Capítulo 1 e IV Parte, Capítulo 1.

⁹ Sobre este compositor e sua obra ver III Parte, Capítulo 1 e IV Parte, Capítulo 1.

Em 1761, D. Gaspar de Bragança, Arcebispo de Braga, em Visita ao mosteiro¹⁰, dá conta da falta de interesse das religiosas na assistência aos serviços do coro, criticando as ausências e a falta de postura daquelas que o frequentavam. No relatório da Visita deixou indicado que mesmo as monjas que desempenhavam funções específicas no Mosteiro não poderiam ser dispensadas nas Festas de Primeira e Segunda classe, das Primeiras e Segundas Vésperas, Matinas e Laudes, bem como à Prima na Vigília da Natividade, Terça do Dia de Espírito Santo e Noa do Dia de Ascensão. Nesta Visita, D. Gaspar de Bragança deixou também instruções claras sobre as dispensas às missas cantadas e a educação das noviças. A acta da Visita diz a este propósito o seguinte:

"[...] No que respeita à missa cantada, ordenamos primeiramente que esta se diga sempre às horas costumadas, e que nenhuma religioza das que estão obrigadas a adestir ao coro possa faltar a ella, sem expressa Licença da prelada: e porque se nos fez presente que ainda as religiosas mais modernas com não pequeno escandalo das mais antigas fogem de adestir a ellas por não trabalharem em o órgão, ordenamos que havendo Noviças, sejam estas obrigadas por semanas ao dito exercicio no qual entrarão tambem as coristas; e na falta destas, e de coristas, serão obrigadas as oito menos antigas por seus turnoz, ou semanas: [...] Advertindo [a Prelada] que a esta missa cantada assistira a comunidade em o coro de semana, porem a missa rezada que he obrigação da comunidade assistirá esta toda no coro de baixo [...]"¹¹

Sobre a educação das noviças, D. Gaspar de Bragança mandou que se construísse uma casa de noviciado, onde permaneceriam a Mestra de Noviças, suas educandas e ainda as religiosas em primeiro ano de coristado. Deixou ainda normas para a aprendizagem de cantochão e órgão, com as respectivas mestras, que se deveriam realizar com a supervisão da Mestra de Noviças. Na acta consta o seguinte:

"[...] E a esta só mestra lhe incumbirá toda a educação das Noviças sem que outra religioza alguma se intrometa nella; o que não tira que as Noviças, e Coristas sendo presizo aprender cantochão, ou órgão recebem as Liçons das respectivas Mestras, mas podendo ser, sempre na presença da sua Mestra, ou religioza grave [...]"¹²

10 BNL, Cód. nº 8473, f. .2v.

11 *Idem*, f. 4v.

12 *Idem*, f. 6v.

Apesar das advertências, o Visitador também salientou alguns aspectos positivos, nomeadamente a não existência de prática de música profana, danças e festejos semelhantes junto às grades do Convento.

As *Providências*¹³ de D. Gaspar de Bragança, dadas aos conventos de sua jurisdição, datadas de 1761, 1762 e 1766 apontam algumas determinações sobre a prática musical:

- proibiu o uso de *solfa exquesita*, isto é, de música profana, determinando que apenas se cantasse cantochão com ou sem acompanhamento do órgão ou outros instrumentos usados no culto;
- ordenou que as religiosas admitidas pela *prenda da música*, deveriam aplicar-se no seu estudo para mais tarde poderem instruir as outras religiosas, bem como cantarem os Ofícios Divinos no Coro, sem excepção alguma.
- mandou que se procedesse à eleição de uma religiosa que servisse de Cantora, em substituição da Mestre Capela.

O códice nº 8472 da Biblioteca Nacional, contem ainda cópias das "*providências sobre disciplina regular*" mandadas por D. Gaspar de Bragança a todos os conventos, datadas de 1768. Neste documento o Arcebispo deixou as seguintes recomendações:

"[...] E porque se nos faz presente que esta Missa se cantava por tres ou coatro somente Musicas com detrimento gravissimo dos Divinos Louvres: ordenamos, que daqui em diante cantem todas as religiosas que souberem cantochão da Missa. E as que não souberem as obrigara a Prelada a que estudem estando ainda em idade competente para o aprenderem [...]"

"[...] Tambem somos conformados que em alguns dias de mayor Festividade como Natal, dia do Evangelista e alguns mais se cantão alguns papeis portugueses e castelhanos, como sam pouco de coro, e gravidade religioza, que se ocasionão rizadas na Igreja. Prohibimos a Prellada com prenda de suspensão que denenhum modo consinta, mais se cantem tais papeis nem outros semelhantes. [...]"¹⁴

Em 1797, D. Fr. Caetano Brandão, em Visita ao mosteiro,¹⁵ proibiu a venda de doces para o exterior, certamente porque as monjas ocupadas em tal actividade continuaram a faltar às obrigações no coro. Sobre os erros cometidos no decorrer das cerimónias litúrgicas, o Visitador deixou a seguinte ordem:

¹³ BNL, Códice nº 8472, f. 29 e f. 80.

¹⁴ *Idem*, f. 9v. e f. 26.

¹⁵ BNL. Códice nº 8474, f. 5.

"[...] A religiosa que der erro, no coro diga da sua culpa, de joelhos, e receba com humilhação e penitência o que a prellada lhe der [...]"¹⁶

Os Dias de Santa Ana, de S. Bento e Dia de Reis eram comemorados no mosteiro com grande festa, contando para o efeito com Tambores, Gaiteiros e tocadores de charamela. Havia ainda outras festas, ao longo do ano, em que este tipo de músicos também participava. A Festa de S. João Baptista, de S. Francisco Xavier, do Nome Santíssimo de Maria e de Nossa Senhora do Rosário eram também comemoradas no Mosteiro desde o final do século XVIII. O quadro seguinte apresenta as despesas com os músicos nos Dias de Festa:

Quadro nº 4
Pagamentos a chameleiros, gaiteiros e tambores nos dias de Festa
[1641-1833]

Referências	Despesa	Data	Observações	Documento
"[...] dos chameleiros de dia da Senhora Santa Ana quatro sentos Reis [...]"	400	1641	"Gastos ordinários"	Livro da Madre Tesoureira nº 20. f. 59
"[...] dos chameleiros da mesma festa (Santa Ana) quatro sentos Reis [...]"	400	1642	"Gastos ordinários"	Livro da Madre Tesoureira nº 20. f. 107
"[...] dos chameleiros do mesmo dia (Santa Ana) trezentos sesenta Reis [...]"	360	1643	"Gastos ordinários. Julho Sábado terceiro"	Livro da Madre Tesoureira nº 20. f. 158
"[...] demos dia dos Reis a quem tocou o tambor sem Reis [...] demos os charamilheiros por vespora e missa de Santa Ana hu cruzado [...]"	100 400	1649		Livro da Madre Tesoureira nº 22. f. 137 e f. 142
"[...] derão a os charamilheiros quatro sentos Reis [...]"	400	1652		Livro da Madre Tesoureira nº 23. f. 137v
"[...] derão ao Francisco do tambor no mesmo dia sem Reis (Dia de Reis) [...]"	100	1654 1655		Livro da Madre Tesoureira nº 24. f. 95. nº 24. f. 142
"[...] dos xharamellos pera no mesmo. quatro sentos Reis (Dia de Santa Ana) [...]"	400	1654 1655		Livro da Madre Tesoureira nº 24. f. 99v. nº 24. f. 142
"[...] das charamelas de vespera e dia de Santa Ana quatro sentos Reis [...]"	400	1656, 1657,1658		Livro da Madre Tesoureira nº 25. f.42, f. 106. f. 160v
"[...] Ao tambor dos Reys cem reis [...]"	100	1711		Livro da Madre Tesoureira nº 42. f. 15v
"[...] no tambor e gaiteiro dous mil cento e sacenta Reis. (Dia de S. Bento e Santa Ana)[...]"	—	1779	"Despesa fora do Reitorio"	Livro de Despesa nº 92. (8º Caderno)
"[...] Despendemos com o tambor da dita festa duzentos e quarenta Reis [...] Despendemos com o tambor das festas do Batista, do Nono Padroeiro de onze de Julho, e da Senhora Santa Anna setecentos e vinte Reis [...] Despendemos com o tambor da dita festa duzentos. e quarenta Reis (festa de S. Francisco Xavier) [...]"	—	1795	"Despesa fora do Reitorio"	Livro de Despesa nº 94 (3º Caderno)
"[...] Despendemos com o tambor da dita festa duzentos, e quarenta Reis [...]"	—	1796	"Festa de Domingo do Senhor"	Livro de Despesa nº 94 (4º Caderno)

Quadro nº 4
Pagamentos a chameleiros, gaiteiros e tambores nos dias de Festa [1641-1833] (Cont.)

Referências	Despesa	Data	Observações	Documento
"[...] Despendemos com o tambor das Festas, mil e duzentos Reis [...] Despendemos com o tambor pelas Festas do nosso Patriarcha, e Domingo do Senhor, oitocentos Reis [...]"	—	1808	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 101
"[...] Despendemos com o tambor no Domingo do Senhor duzentos e quarenta Reis [...] Despendemos com o tambor no Dia da Senhora Santa Anna duzentos e quarenta Reis [...] Despendemos com o tambor da festa do nosso Patriarcha duzentos e quarenta Reis [...]"	—	1810	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 103
"[...] Despendemos com o tambor no Domingo do Senhor duzentos e quarenta Reis [...] Despendemos com o tambor no Dia da Senhora Santa Anna duzentos e quarenta Reis [...] Despendemos com o tambor da festa do nosso Patriarcha duzentos e quarenta Reis [...]"	—	1811. 1812. 1813. 1814	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 104, nº 105, nº 106, nº 107
"[...] Despendemos com o tambor na festa da Senhora Santa Anna, do Nosso Patriarcha, e do Domingo do Senhor settecentos e oitenta Reis [...] Despendemos com o mesmo pela festa do Santissimo Nome de Maria, Domingo do Rozario, dia de S. João, seis centos e quarenta Reis [...]"		1815. 1816. 1817. 1818		Livro de Despesa nº 108, nº 109, nº 110, nº 111
"[...] Despendemos com o tambor pelas festas do Nosso Padre da Senhora Santa Anna e Domingo do Senhor [...] Despendemos com o mesmo pelas festas do Santissimo Nome de Maria, Domingo do Rozario, e festa de S. João [...]"	840 720	1819	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 111 A
"[...] Despendemos com o tambor pelas festas do Nosso Padre da Senhora Santa Anna e Domingo do Senhor [...] Despendemos com o mesmo pelas festas do Santissimo Nome de Maria, Domingo do Rozario, e dia de S. João [...]"	840 680	1820. 1821. 1825. 1826	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 111 A, nº 112
"[...] <i>Idem</i> em esmolas, e tambores de Boas Festas [...]"	S960	1829	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 112
"[...] <i>Idem</i> com os tambores nas festas da Senhora Santissima Anna e do Nosso Patriarcha, e Domingo do Senhor [...]" f" [...] <i>Idem</i> com os mesmos nas festas de S. João, e Rozario e Santissimo Nome de Maria [...]"	S840 S680	1830	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 112
"[...] <i>Idem</i> com os tambores das boas festas e outros regozijos [...]" " [...] <i>Idem</i> com os tambores na festa do Nosso Padre e Senhora Santa Anna, Domingo do Senhor, e o Rozario e o Tranzeto do Nosso Patriarcha [...]" " [...] <i>Idem</i> com os tambores dia S. João, o Santissimo Nome de Maria e o Santissimo Nome de Jesus [...]"	1S920 1S400 720	1831 e 1832	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 112
"[...] <i>Idem</i> com os Tambores na festa do Rozario, Trazeto do Nosso Padre [...]" " [...] <i>Idem</i> com os Tambores nas boas festas e outros regozejos [...]"	S720 1S600	1833		

O Natal era um dos momentos altos de celebração litúrgica. As Cantoras preparavam-se com antecedência, ensaiando Autos, Vilancicos ou, como também se denominavam, *chançonetas*, próprias da época. A vida comunitária de clausura não era fácil, assumindo a música um papel duplamente importante: louvar a Deus e através desse louvor ter momentos de expressão pessoal, necessários ao equilíbrio psicológico de quem vivia debaixo de uma observância monástica rigorosa. O gosto e empenho das monjas nestas actividades e neste tipo de reportório em particular, evidenciam o papel da música na vida das comunidades. Os *Livros da Madre Tesoureira* e *Livros de Despesa* têm anotadas as despesas extraordinárias na compra de velas, utilizadas durante os ensaios para o Natal. O Quadro seguinte apresenta essas despesas:

Quadro nº 5
Despesas em velas para os ensaios de *chançonetas* de Natal
[1711 - 1739]

Referências	Despesa	Data	Observações	Documento
"[...] Compramos para os ensaios das chançonetas de Natal seis vintens de velas de cebo [...]"	0120	1711		Livros da Madre Tesoureira nº 42 f. 15
"[...] Com a Madre Cantora para ensayos das chançonetas do Natal como he costume cento e vinte reis de vellas [...]"	0120	1722	"Despeza fora do refeitório"	Livros da Madre Tesoureira nº 44. f. 25
"[...] Com a Madre Cantora cento e vinte reis para vellas dos ensayos das sanxonetas [...]"	120	1723	"Despeza fora do refeitório"	Livros da Madre Tesoureira nº 44. f. 380
"[...] Com a Madre Cantora de vellas para a muzica do Natal seis vinteis [...]"	§120	1724	"Despeza fora do refeitório"	Livros da Madre Tesoureira nº 45, f. 15
"[...] Com a Madre Cantora para as chanchonetes do Natal para vellas seis vinteis [...]"	§120	1725		Livros da Madre Tesoureira nº 45. f. 37v
"[...] Com a Madre Cantora para os ensayos da Muzica do Natal para vellas seis vinteis [...]"	§120	1726		Livros da Madre Tesoureira nº 45. f. 53v
"[...] Demos a Madre Cantora para a musica de Natal para vellas sento e vinte reis [...]"	120	1731	"Despeza fora do refeitório"	Livros de Despesa nº 91 (1º Caderno)

ADB, FMC, Mosteiro de Santa Ana. *Livros da Madre Tesoureira, Livros de Despesa.*

3.3.2 Cantoras e instrumentistas

As *Senhoras músicas, cantoras e tangedoras de órgão*, como são denominadas nos documentos do mosteiro, tinham privilégios próprios, fruto do reconhecimento dos seus dotes e da importância do serviço prestado à comunidade. O quadro seguinte apresenta as despesas havidas com *Mimos* dados às Cantoras que cantavam as Ladaínhas no dia de S. Francisco Xavier, às organistas que tocavam no dia de Santa Ana, às Cantoras que cantavam a Ladaínha da Festa, às Cantoras e Cantora solista da Calenda de Natal e ainda às Cantoras de Sábado de Aleluia.

Quadro nº 6
Despesas com Mimos e Ramos das Senhoras Músicas,
Cantoras e Tangedoras de órgão
(1778-1799)

Referências	Data	Observações	Documento
"[...] Despendemos com as que cantarão a ladainha de S. Francisco Xavier duzentos e sincoenta Reis [...]"	1778		Livro de Despesa nº 92 (7º Caderno)
"[...] Despendemos com o que se manda à que cantou o Oracio e as mais que cantam tres mil Reis [...]"	1778		Livro de Despesa nº 92 (7º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se manda as muzicas e as que toção orgam pela Senhora Santa Anna tres mil e seiscentos [...]"	1778		Livro de Despesa nº 92 (7º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que mandamos as que cantarão a ladainha de S. Francisco Xavier dezasses tostoens [...]"	1779		Livro de Despesa nº 92 (8º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se mandou as que cantarão as ladainhas e mais Muzicas, e tangedoras de órgão na Senhora Santa Anna sete mil e oytocentos Reis [...]"	1779	"Despesas incluídas no rol de despesas do Pão de Santa Anna"	Livro de Despesa nº 92 (8º Caderno)
"[...] Despendemos com a ladainha de S. Francisco Xavier doys mil e coatrocentos [...]"	1780	"Despesas fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 92 (9º Caderno)
"[...] Despendemos com hu mimo que se manda as Muzicas pela Senhora Santa Anna coatro seys(!) mil [...]"	1780	"Despesas fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 92 (9º Caderno)
"[...] Despendemos o das ladainhas de S. Francisco Xavier dois mil e coatrocentos [...]"	1781	"Despesas fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 93 (1º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se manda as muzicas pela Senhora Santa Anna seis mil e coatrocentos Reis. [...] Despendemos com as mesmas com hum mimo que se dá na ladainha de S. Francisco Xavier dois mil e coatrocentos Reis [...]"	1786, 1787, 1788, 1789	Despesas fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 93 (3º, 4º, 5º, 6º Cadernos)
"[...] Despendemos com hum mimo que mandamos as cantoras pelo Natal meya moeda e tres vinteis [...]"	1788	"Despesas fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 93 (5º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se costuma mandar as Madres cantoras, e a quem canta a Calenda do Natal tres mil e novecentos e quarenta Reis [...]"	1789		Livro de Despesa nº 93 (6º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se manda as Muzicas pela festa da Senhora Santa Anna seis mil e quatrocentos Reis.[...] Despendemos com as mesmas pela ladainha de S. Francisco Xavier. [...] Compramos tres arrateis de rolo por hum quarto de ouro para a Enfermeira, e cantoras. [...] Despendemos com hum mimo que se costuma mandar as Madres Cantoras e quem canta a Calenda do Natal tres mil, e novecentos e quarenta Reis [...]"	1790, 1791		Livro de Despesa nº 93 (7º, 8º, 9º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se costuma dar na quaresma as Madres Cantoras do coro, e cantoras tres mil duzentos e sincoenta Reis [...]"	1792	"Despeza de Marmelada"	Livro de Despesa nº 93 (9º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se costuma mandar as Madres Cantoras, e a Religiosa que canta a Calenda do Natal, tres mil, novecentos e quarenta Reis [...]" "[...] Despendemos com hum mimo que se costuma mandar as Muzicas pela festa da Senhora Santa Anna, seis mil e quatrocentos Reis [...] Despendemos com hum mimo que se costuma dar as Senhoras Muzicas pellas ladainhas de S. Francisco Xavier, dous mil cento e vinte Reis [...]"	1792	"Despeza fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 93 (9º Caderno)

Quadro nº 6
Despesas com Mimos e Ramos das Senhoras Músicas,
Cantoras e Tangedoras de órgão
[1778-1799] (Cont.)

Referências	Data	Observações	Documento
"[...] Despendemos com hum mimo que se costuma dar as Muzicas pelas ladainhas de S. Francisco Xavier tres mil e duzentos. [...] Despendemos com os Ramos que se costumão dar as Muzicas sabado de Alleluya, e com os que se mandão as obrigações da Comunidade, quatro mil e duzentos Reis. [...] Despendemos com hum mimo que se costuma dar as Muzicas e officiaes do Convento pela Senhora Santa Anna, sete mil Reis. [...] Despendemos com hum mimo que se costuma dar as Madres Cantoras, e quem canta a calenda do Natal, quatro mil e duzentos Reis [...]"	1793	"Despesa fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 94 (1º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se costuma mandar às Muzicas pellas ladainhas de S. Francisco Xavier tres mil e seiscentos Reis [...] Despendemos com hum mimo que se costuma mandar as Madres Cantoras, e a quem canta a Calenda Do Natal, quatro mil e oitocentos Reis [...] Despendemos com hum mimo que se costuma dar as Muzicas e officiaes do Convento pela Senhora Santa Anna sete mil Reis [...]"	1794	"Despesa fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 94 (2º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se costuma mandar as Muzicas pellas ladainhas da Senhora Santa Anna quatro mil e duzentos Reis mais dois mil e seiscentos Reis [...] Despendemos com hum mimo que se costuma mandar as Madres Cantoras, e a quem canta a Calenda do Natal tres mil e oitocentos e vinte Reis, mais nove tostoens [...] Despendemos com tres arrateis de rolo para a Enfermeira e Cantora mil e quinhentos Reis [...] Despendemos com hum mimo que se costuma dar pellas ladainhas de S. Francisco Xavier dois mil e seiscentos Reis [...]"	1795	"Despesa fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 94 (3º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se costuma mandar as Madres Cantoras, e a quem canta a Calenda do Natal quatro mil, setecentos e vinte [...]"	1796	"Despesa fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 94 (4º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se costuma dar pellas ladainhas de S. Francisco Xavier dois mil e setecentos Reis [...] Despendemos em trez arrateis de rolo para a Madre Enfermeira e Cantora, a quatrocentos e vinte Reis o arratel [...]"	1796	"Despesa fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 94 (4º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que se manda as Muzicas pella Senhora Santa Anna sette mil Reis [...] Despendemos com hum mimo que se costuma mandar as Madres Cantoras, e a quem canta a Calenda do Natal quatro mil, oitocentos Reis [...]"	1798	"Despesa fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 94 (5º Caderno)
"[...] Despendemos com hum mimo que demos as Muzicas pella ladainha da Senhora Santa Anna como he costume, seis mil Reis [...] Despendemos com hum mimo que se costuma dar pella Senhora Santa Anna as officiaes, Cantoras e Muzicas oito mil e quinhentos [...] Despendemos com hum mimo que se costuma dar às Muzicas pella ladainha de S. Francisco Xavier quatro mil e seiscentos Reis [...] Despendemos em tres arrateis de rolo para as Madres Cantoras e Enfermeiras mil e quinhentos Reis [...] Despendemos com os Ramos que se costumão dar sabbado d'Alleluia aos Padres que assistem em a Igreja, às Madres Cantoras, e mais obrigaçoens da comunidade, oito mil Reis [...]"	1799	"Despesa fora do Refeitório"	Livro de Despesa nº 95 (6º Caderno)

ADB, FMC, Mosteiro de Santa Ana, Viana do Castelo

O esforço das cantoras era também recompensado na alimentação. *Os Livros de Despesa e Livros da Madre Tesoureira* têm anotadas as despesas havidas na alimentação das Cantoras, em peixe, arroz doce e outos doces por ocasião da Semana Santa, na Páscoa e no Natal. A alimentação melhorada era nestas ocasiões também para outras oficiais do mosteiro, e por vezes extensiva a toda a comunidade. O quadro seguinte contém as despesas mencionadas.

Quadro nº 7
Despesas com as Cantoras em arroz doce e peixe
[1724 - 1799]

Referências	Data	Observações	Documentos
"[...] Dispendemos em sabbado de Alleluya por vinte e does arateis de arros oitocentos e oitenta Reis [...]" " [...] Para este arros vinte e does arrateis de asuquar de preço de cento e quarenta Reis tres mil e oitenta Reis [...]"	1724 1725 1726	"arros das Cantoras"	Livro da Madre Tesoureira nº 45
"[...] Custou o peixe das Cantoras sete mil e duzentos Reis. Para este peixe, vinagre e sofrão e pimento duzentos Reis [...]"	1726		Livro da Madre Tesoureira nº 45
"[...] Compramos para sabado de alleluia vinte e coatro attates de arroz pello mesmo presso [...]"	1731 1745		Livro de Despesa nº 91 (1º, 2º Caderno)
"[...] Compramos arros que se da as Cantoras sabado de alleluia como de uzo vinte e coatro arrateis de arros a preso de 9 tostoins arroba [...]"	1754	"arros das Cantoras"	Livro de Despesa nº 91 (5º Caderno)
"[...] Custou o peixe das Cantoras tres mil e oytosentos [...]"	1771	"Despesa de peixe"	Livro de Despesa nº 92 (2º Caderno)
"[...] Custou o peixe das Cantoras tres mil e novecentos Reis [...]"	1772	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 92 (3º Caderno)
"[...] Custou o peixe das Cantoras coatro mil e seyssentos Reis [...]"	1773	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 92 (4º Caderno)
"[...] Custou o peixe das Cantoras sinco mil Reis [...]"	1774	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 92 (5º Caderno)
"[...] Custou o peixe das Cantoras sinco mil e duzentos de espesies e vinagre trezentos vinténs [...]"	1775	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 92 (6º Caderno)
"[...] Custou o peixe das Cantoras coatro mil oitocentos e sincoenta Reis de especias e vinagres doze vinténs [...]"	1778	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 92 (7º Caderno)
"[...] Custou o peixe das Cantoras sinco mil Reis. de especias e vinagre trezentos Reis [...]"	1779 1780	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 92 (8º, 9º Caderno)
"[...] Custou o peixe das Cantoras sinco mil e quinhentos, especias e vinagre trezentos e vinte Reis [...]"	1781 1782	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 93 (1º e 2º Caderno)
"[...] Custou o peixe das Cantoras seis mil e oitenta Reis. De especias e vinagre duzentos e sincoenta Reis [...]"	1786	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 93 (3º Caderno)
"[...] Custou o peixe das cantoras seis mil e coatrocentos Reis. Especias e vinagre e mais aparelhos quatrocentos Reis [...]"	1787	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 93 (4º Caderno)
"[...] Compramos seis duzias de pescadas apresso de doze tostons a duzia que emportão sete mil e duzentos. De especias e vinagre quatrocentos Reis [...]"	1788	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 93 (5º Caderno)
"[...] Dispendemos com os doces que se fazem pela Semanna Santa para repartir as Madres leitoras do coro Cantoras e mais obrigaçoins da comunidade sete mil Reis [...]"	1788	"Despesa de Doces"	Livro de Despesa nº 93 (5º Caderno)

Quadro nº 7
Despesas com as Cantoras em arroz doce e peixe
[1724-1799] (Cont.)

Referências	Data	Observações	Documentos
"[...] Custou o peixe das cantoras oito mil Reis. De especias, e vinagre trezentos e quarenta Reis [...]"	1789	"Despeza do Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 93 (6º Caderno)
"[...] Custou o peixe das cantoras nove mil e sincoenta Reis. A especias, e vinagre trezentos e quarenta Reis [...]"	1790	"Despeza do Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 93 (7º Caderno)
"[...] Despendemos com os doces que se fazem pella semana Santa para repartir as Madres leitoras do coro, Cantoras e mais obrigaçoes da comunidade sinco mil, e oitocentos Reis [...]"	1790	"Despeza de Doces"	Livro de Despesa nº93 (7º Caderno)
"[...] Despendemos com o peixe das cantoras, nove mil e oitocentos Reis [...] De especias e vinagre trezentos e setenta Reis [...]"	1791	"Despeza do Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº93 (8º Caderno)
"[...] Despendemos com o Peixe frito que se costuma repartir as cantoras, e mais comunidade, oito mil oitocentos e trinta Reis [...]"	1792	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº93 (9º Caderno)
"[...] Despendemos com o Peixe frito que se costuma repartir as Madres cantoras, e mais comunidade, des mil e quarenta Reis. de especias e vinagre trezentos e sacenta Reis [...]"	1793	"Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 94 (1º Caderno)
"[...] Despendemos com o Peixe frito que se costuma dar nove mil Reis Despendemos em especias e vinagre trezentos Reis [...]"	1794	"Despeza do Peixe das Cantoras"	Li vro de Despesa nº 94 (2º Caderno)
"[...] Despendemos com o Peixe frito das cantoras, oito mil Reis, de especias e vinagre trezentos e quarenta Reis [...]"	1795	"Despeza do Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 94 (3º Caderno)
"[...] Despendemos com o Peixe frito que se costuma repartir as cantoras e mais comunidade, honze mil e quatrocentos Reis. em vinagre e especias trezentos e secenta Reis [...]"	1796	"Despeza do Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 94 (4º Caderno)
"[...] Despendemos com o Peixe frito que se costuma repartir as Madres cantoras e mais comunidade, sete mil e settecentos e settenta Reis [...] Despendemos com o vinagre. especias trezentos e secenta Reis [...]"	1798	"Despeza do Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 94 (5º Caderno)
"[...] Despendemos com o doce que se costuma repartir na Semana Santa as Madres leitoras, cantoras e soldados que assistem em a Igreja. seis mil e novecentos Reis [...]"	1798	"Despeza de Doces"	Livro de Despesa nº 94 (5º Caderno)
"[...] Despendemos com o Peixe frito que se costuma repartir a comunidade, nove mil e duzentos e settenta e sinco Reis [...] Despendemos em vinagre, especias trezentos e secenta Reis [...]"	1799	"Despeza do Peixe das Cantoras"	Livro de Despesa nº 94 (6º Caderno)

ADB, FMC, Mosteiro Santa Ana, *Livros da Madre Tesoureira e Livros de Despesa*

3.2.3 Património organológico

Em 1652, o Mosteiro de Santa Ana possuía, pelo menos, dois órgãos, sendo um de pequenas dimensões. A referência a estes instrumentos registada no Livro da Madre Tesoureira diz o seguinte:

"[...] Pagarão ao frade que consertou o órgão e realejo três mil reis [...]"¹⁷

Em 1659, o órgão foi novamente consertado. A despesa voltou a ser de três mil reis. O conserto do banco do realejo ficou pela quantia de cinquenta reis.¹⁸ Em 1667, o mosteiro gastou quatrocentos e cinquenta reis em peles novas para os órgãos.¹⁹ Em 1674, as organistas do mosteiro passaram a ter um órgão novo. A madre tesoureira anotou no seu *Livro* o seguinte:

"[...] dei ao mestre que fez o órgão novo trinta mil Reis [...]
[...] a Marcos Alves por fazer a mesa do órgão 500 [Reis] [...]"²⁰

Em 1688 o mosteiro gastou cem reis

"[...] de huma faxa que se comprou para ho órgão [...]"²¹

No ano seguinte, em 1689, o mosteiro comprou outro órgão, que de acordo com o custo indicado, era um órgão de pequenas dimensões:

"[...] De hu orguam que comprarão as madris quinze mil Reis [...]"²²

O quadro seguinte apresenta as referências relativas aos órgãos inseridas nos *Livros da Madre Tesoureira* entre os anos de 1692 a 1793.

17 ADB, FMC, Mosteiro de Santa Ana, *Livro da Madre Tesoureira* nº 23, f. 127.

18 *Idem*, nº 26, f. 40 v. e f. 41 v.

19 *Idem*, nº 27, f. 98 v.

20 *Idem*, nº 29, f. 148 v.

21 *Idem*, nº 34, f. 156.

22 *Idem*, nº 35, f. 87 v.

Quadro nº 8
Órgão
[séculos XVII e XVIII]

Referências	Despesa	Data	Observações	Documento
"[...] De sinquo dobradissas que se fizerão para o órgão e de consertar o calvario de pregos ao carapina novecentos Reis [...]"	0900	1692		Livro da Madre Tesoureira, nº 36, f. 33.
"[...] Demos ao carapina por consertar o orguam mil Reis [...] De um ferro pera elle sincoenta Reis [...]"	10000 0050	1694	"obras feitas no Mosteiro e Igreja delle"	Livro da Madre Tesoureira, nº 36, f. 135.
"[...] De duas dobradissas e hu ferro para o órgão sento e trinta Reis [...]"	0130	1700		Livro da Madre Tesoureira, nº 38, f. 153.
"[...] Pagamos tres mil e seiscentos a quem afinou o órgão e consertou o do coro de baixo (e hua vidrasa da Igreja e consertou a fonte da cozinha) [...]"	3#600	1745		Livro de Despesa, nº 91, f. 23 (2º Caderno)
"[...] Demos hú cruzado novo para o conserto do órgão [...]"	#480	1755		Livro de Despesa, nº 91, (6º Caderno)
"[...] Despendemos com o vridaseiro por hum vidro que se pos no órgão, (e tres no refeitorio, novecentos e quarenta reis [...]"		1793		Livro de Despesa, nº 94, (1º Caderno)

ADB, FMC, Mosteiro de Santa Ana, *Livro da Madre Tesoureira e Livros de Despesa*

No século XIX, os órgãos do mosteiro de Santa Ana sofreram diversas intervenções. De acordo com o registo de 1810, o mosteiro possuía naquela altura três órgãos colocados respectivamente no coro de cima, no coro de baixo, e na sala do capítulo. O quadro seguinte apresenta as referências encontradas relativas aos anos de 1803 a 1831.

Quadro nº 9
Órgão
[1803-1831]

Referências	Despesa	Data	Observações	Documento
"[...] Despendemos com o organeiro, doze mil e oitocentos Reis [...]"	—	1803	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 96
"[...] Despendemos com o organeiro por afinar o órgão sinco mil e quarenta [...]"	—	1805	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 98
"[...] Despendemos com o organeiro para afinar o Órgão do coro de sima dois cruzados novos [...]"	—	1809	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 102
"[...] Despendemos com o organeiro para limpar e afinar o Órgão do Coro de Baicho, e Capitulo dezaceis mil Reis [...]"	—	1810	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 103
"[...] Despendemos no concerto do órgão dezanove mil Reis [...]"	—	1820	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 111 A
"[...] Idem para afinar o órgão Idem mais com o organeiro por afinar o órgão [...]"	9\$600 4\$800	1828	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 112
"[...] Despendemos em afinar o órgão [...]"	4\$800	1829	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 112
"[...] Idem em concertar o Órgão do Capitulo [...]"	5720	1832	"Despeza fora do refeitório"	Livro de Despesa nº 112

ADB, FMC, Mosteiro de Santa Ana, *Livros de Despesa*

Fontes e Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, Mosteiro de Santa Ana, Livro nº 252.

FMC, *Livros de Despesa* nº 91, nº 92, nº 93.

FMC, *Livros da Madre Tesoureira* nº 44, nº 45.

Visitas e Devassas, Nobrega e Neiva, nº 109, nº 110, nº 111, nº 114.

FMC, Mosteiro de Santa Ana, Ms. 263.

II. Biblioteca Nacional de Lisboa

Códices nº 8473, nº 8474.

B. Bibliografia

Costa, Manuel, *Congregação e Hospital de velhos e Entrevados de Nossa Senhora da Caridade*, Viana do Castelo, 1959.

Sousa, Gabriel de, "Beneditinas", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 2. Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 319-340.

3.3 O Mosteiro de Braga (S. Salvador)

Introdução

Em 1592, D. Fr. Agostinho de Jesus, Visitando o Mosteiro de Vitorino das Donas, no concelho de Ponte de Lima, decidiu transferir esta comunidade para a cidade de Braga para nela instalar um mosteiro feminino, então inexistente. Embora as religiosas de Vitorino tivessem acolhido inicialmente esta ideia com agrado, a mudança viria a tornar-se complicada, tendo sido feita sob coação. O mosteiro e a Igreja construídos ao longo da existência monástica remontam aos séculos XVII e XVIII. Na Igreja trabalharam grandes mestres deixando obras admiráveis de pintura, talha e azulejos. O retábulo, em estilo nacional teve o risco de Fr. Luís de S. José. O entalhador foi o mestre Gabriel Rodrigues.¹ Segundo Roberth Smith o magnífico púlpito do mosteiro é provavelmente da autoria do grande escultor bracarense Marceliano de Araújo.²

Depois da extinção das ordens monásticas ali ficaram as últimas freiras beneditinas. O mosteiro passou então a Asilo de Mendicidade da cidade de Braga, a partir de Maio de 1893, residindo nele ainda nessa altura D. Teresa Máxima do Espírito Santo com algumas senhoras. O edifício foi depois alvo de grandes transformações no início do século XX, graças ao benemérito desta instituição, Conde de Agrolongo. Depois de nele funcionar o "Asylo de Mendicidade Conde de Agrolongo, passou em 1938 a pensionato. Actualmente o edifício serve de lar para a terceira idade, sendo designado por Lar Conde de Agrolongo.

3.3.1 Actividade musical

D. Fr. Jorge Queimado, Bispo de Fez, na *Visitação* ao Convento, em 1609, por especial mandato do Arcebispo D. Fr. Agostinho de Jesus, ouviu o testemunho da religiosa D. Maria de Almeida que então afirmou:

¹ Eduardo Pires de Oliveira, *O Edifício do Convento do Salvador. De Mosteiro de Freiras ao lar Conde de Agrolongo*, Braga, Ed. Lar Conde de Agrolongo, 1994, p. 48.

² Roberth C. Smith, *Marceliano de Araújo, escultor bracarense.*, Porto, Nelita Editora, 1970, p. 58, gravuras 41 e 42.

"[...] he necessario aver ora de canto, e as que não forem cantar a ora asignada lhe tirem a reção [...]"

O Visitador baseado neste testemunho deixou às religiosas a seguinte ordem:

"[...] sejam curiosas e aprendão canto [...]"³

Em 1620, D. Afonso Furtado de Mendonça na Visita ao Mosteiro de S. Salvador deixou também instruções sobre a prática e o ensino do canto nas cerimónias litúrgicas. Os quatro pontos abaixo transcritos abordam as seguintes questões: cumprimento do cerimonial litúrgico beneditino; participação obrigatória em todas as cerimónias litúrgicas, em especial das monjas "músicas" e cantoras; ensino diário do canto (pelo menos do cantochão) a todas as religiosas; proibição de representação de Autos no Coro, ainda que fossem de teor religioso e proibição do uso de instrumentos idiofonos.

"[...] Ponto 5º

Averá tal concerto e conformidade, que todas fação o mesmo officio, e com as mesmas cerimónias [...] e quando no coro se cantar nehuma religiosa rese as suas horas particulares da sua obrigação. E encarregamos muito a Cantora Mor que guarde e faça guardar inteiramente as Cerimonias da Regra, e as do missal, e Breviario, e as mais do choro, e clame as dezobedientes, ou remissas, e as denuncie e à madre Abadeça, para as penitenciar conforme a culpa.

Ponto 8º

Sendo alguma religiosa remissa em frequentar a obrigação do choro a madre abadeça a mande chamar, e faça vir a elle, do qual não será izenta nenhuma musica, nem cantora pollo que a madre Abadeça lhe podera remittir o vigor desta obrigação quando lhe parecer conveniente, e particularmente no dia em que a tal religiosa tiver mais trabalho na estante.

ponto 9º

Todas as religiosas aprendão tendo vóz e partes para isso, pelo menos cantochão com as religiosas que sabem, as quais aggradecemos muito quererem ensinar as outras, e a madre Abadeça as aplique, e lhes encomende este cargo segundo lhe parecer, e faça que a mestra dee lição de canto às religiosas na hora que lhe limitar.

Ponto 19º

Item proibimos sob pena de excomunhão maior ipso facto incurranda que nenhuma religiosas represente qualquer dito de auto, ou comedia ou colloquio ainda que seia divino, nem se tanja no

³ ADB, *Visitas e Devassas* nº 37, ff. 1-2.

choro tambor, pandero, ou qualquer outro instrumento que se não uze na igreja e a madre Abadeça não consinta fazer-se alguma das cousas sobreditas [...]"⁴

Na Visita realizada em 1629, o Arcebispo D. Rodrigo da Cunha deixou as seguintes recomendações:

"[...] Ao tempo das missas cantadas nenhuma religiosa esteja no coro de baixo salvo as que forem oficiais, e as que fizerem o contrario serão reprehendidas no capitulo pella Prelada e lhe dara a penitencia que lhe parecer [...]"⁵

O Arcebispo Sebastião de Matos Noronha na Visita realizada em 1638, decidiu que uma pequena dependência que existia junto à cela da Madre Abadessa fosse utilizada para o ensino da música. As religiosas teriam assim um espaço onde aprendiam o canto e alguns instrumentos. O relatório da Visita não especificou que tipo de instrumentos se utilizaria, não se sabendo se seriam apenas os instrumentos de tecla ou outros:

"[...] Ponto 4

Porquanto a camara que esta junto à sella da Madre abbadessa fica fora do dormitorio, e convem mais para o serviço da comunidade que para religiosas particulares mandanos que a dita Camara se aplique e repute para nella se ensinar o canto e a tanger alguns instrumentos e outros exercícos comuns e a Mestre Abbadessa a não dee a religiosa alguma com penna de excomunhão maior.[...]"⁶

Nos anos setenta, o Visitador fez algumas observações em relação às religiosas que aprendiam a cantar e a tocar. Em 1671 deixou escrito que estas monjas deveriam começar a cantar e a tocar nos serviços litúrgicos de modo a ganharem experiência, cantando e tocando as mais antigas nos dias de maior solenidade. O relatório da Visita diz o seguinte:

"[...] ponto 13

Pellos que nos constou que as religiosas que aprendião a tanger e cantar de novo as não admetião no Choro senão sempre humas e porque convem que as que aprendem seião destras mandamos que seião admittidas as somanas sem intenção alguma sobpena de nos activa de passiva tirados os dias solennes em que as maes destas anticas cantarão e tangerão e a madre Abadeça assi a ordenara e a que for contra isso nos avisara [...]"⁷

4 *Idem*, nº 30, f. 2.

5 *Idem*, f. 13.

6 *Idem*, f. 29.

7 *Idem*, f. 33 e f. 38.

No ano seguinte o Visitador verificando a pouca participação no Coro, advertiu as cantoras e instrumentistas que deveriam colaborar em todos os serviços litúrgicos:

"[...] Ponto 6

E advertimos que aquellas religiosas que souberem cantar, e tanger instrumentos sirvão ao Coro com este prestimo que Nosso Senhor lhe deu e que a missa da 3º se dira infalivelmente todos os dias assi de festa como ferias depois de se ter cantado esta hora no coro imediatamente [...]"⁸

Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra conservam-se vários manuscritos musicais provenientes do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, com *Chansonetas* de autores anónimos do século XVII, que indicam terem sido escritas para este mosteiro.⁹

No século XVIII, ao tempo do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles ficaram registadas várias *Visitas* ao Mosteiro. De um modo geral, o Visitador observou a fraca assistência ao Coro e algum desleixo na realização das cerimónias. No relatório de Visitação de 7 de Janeiro de 1743, ao tempo do Arcebispo D. José de Bragança, ficou determinado que, a partir dessa data, não era permitido haver música polifónica coral e instrumental no mosteiro. Esta determinação visava acabar com a participação de pessoas de fora do convento, quer no ensino, quer na realização musical nas cerimónias. O Visitador proibiu ainda a realização de representações e bailes, insistindo no uso exclusivo de cantochão nos ofícios comuns e festas de maior solenidade.

"[...] Por nos constar que as dispoziçoins dos prelados nossos antecessores estabelecidas no Convento do Salvador desta nossa cidade por decretos, e capitulos de vizita para o saudavel fim da perfeição religiosas se não executava com detrimento da mesma que he conveniente não haver nelle muzica a canto de órgão assim para se evitar a comunicação com as creaturas do seculo, que de outra sorte, fica sendo necessaria para se ensinarem a tocar alguns instrumentos, e a cantar muitos papeis; como outros mais inconvenientes muitas vezes por ocazião de algumas festas, fazerem-se entre as religiosas algumas reprezentações e bailes, que so tem servido de relaxação na religião, e de escandalo as pessoas devotas[...] e que daqui em diante se cantem os officios Divinos, e se solemnizem as festas a cantochão, uzando do missal, e Antifonario, que ha do dito canto [...] que se não faça mais reprezentação alguma, ou bailes no sobredito convento por ocazião de qualquer festa, ou ainda fora della, permitindo somente que as religiosas

⁸ ADB, *Visitas e Devassas*, nº 38.

⁹ Ver III Parte, Capítulo 1 e IV Parte, Capítulo 1 deste trabalho.

vestidas com os seus habitos possam dizer na festa do Natal, Ressurreição, e outras solenidades alguns papeis devotos [...]"¹⁰

As admoestações e ordens emanadas permitem afirmar que a música praticada no Mosteiro de S. Salvador ao longo do século XVIII, era constituída por um amplo repertório sacro. O livro das *Visitas e Devassas* nº 30 contém um decreto de D. Gaspar de Bragança, Arcebispo de Braga nos anos de 1758 a 1789, destinado a todos os mosteiros do Arcebispado, em que este caracterizou a música então praticada de *solfas de esquisita composição e harmonia*. O decreto proibiu mais uma vez o uso de instrumentos, com excepção do órgão, e apontou o Canto Gregoriano como única prática permitida. Extinguiu ainda o ofício de Mestra da Capela, substituindo-o pelo ofício de Cantora Mor:

"[...] Treslado de hum decreto do Serenissimo Senhor Arcebispo primas

Dom Gaspar por mercê de Deus e da Santa Apostolica arcebispo e Senhor de Braga Primas das Hespanhas por quanto somos informados que nos Mosteiros de religiosas da nossa obediencia se vão absolutamente introduzindo o uzo de solfas de exquezita composição e armonia que são mais proprias do recreio dos theatros que da devoção dos coros das espozas de christo as quaes suposto lhe seja permitido o canto só. lhes hé Lícito o que for devotamente santo e gravemente composto e que mova a levar a alma a Deus. e não a distrair o animo do mundo: E que as religiosas que poderem adquirir a fantazia e conservar o uzo das ditas solfas se segeitão a excessivas de Ligeiras e disvelos ou indecentes ou contrarios ao decorozo estado que professão, e ao sublime espirito das virtudes que exercitão: Dezejando Nos izentalas quanto he possível de semelhantes cuidados e evitar outros inconvenientes que nos forão presentes mandamos debaixo da obediencia a todas as Religiozas dos sobreditos Mosteiros não cantem mais semelhantes solfas e que somente uzem do cantochão ou gregoriano acompanhado com orgão sem outros instrumentos da mesma sorte que se observa nos Coros dos Religiozos; com o qual celebrarão todos os officios Divinos e festividades dos santos.

E ordenamos que aquellas religiosas que forão admitidas a entrar nos Mosteiros com menor dote em atensão a prenda da muzica cuidem logo em aprender o cantochão para o ensinarem as mais e para poderem continuar na sua especial obrigaçam, alem da commua que todas tem de celebrar os officios Divinos cantando no Coro ellegendose daqui por diante huma religioza que sirva de Cantora Mor em lugar da que se denominava Mestra da capella. E que farão observar aas madres Abbadessas que actualmente servem e todas as mais que para o mesmo cargo se elegerem de futuro pena de excomonham mayor ipso facto incorrendas e de serem depostas do lugar para nunca mais o poderem servir [...]"¹¹

¹⁰ ADB, *Visitas e Devassas* nº 30.

¹¹ *Idem*, nº 30, f. 114.

Esta decisão poderá ser explicada pelas razões de carácter sociológico relacionadas com o comportamento humano, a moral e a decadência espiritual cada vez mais sentida, uma vez que é conhecida a actividade da Capela Musical deste Arcebispo, filho de D. João V, que contou com bons músicos e Mestres de Capela, permitindo a existência de uma actividade musical intensa semelhante ao cerimonial praticado na Corte e na Igreja Patriarcal em Lisboa, quer na catedral bracarense quer nas restantes igrejas da cidade.¹²

O Arcebispo acrescentou ao seu decreto que as noviças para poderem professar, teriam de fazer prova através de certidão dos seus conhecimentos em canto-chão:

"[...] Attendendo a representação que lhe fizerão as religiosas do Convento dos Remedios a que Logo demos justa providencia pelo prezente, tambem ordenamos a Madre Abbadessa do mosteiro do salvador declare a sua comunidade que todas as religiosas tem obrigação de insistirem sem excessão de pessoa. no canto Chão para servirem Louvarem a Deus no ministerio do Coro de baixo de pena de serem privadas de vos activa e passiva Lugares publicos e das mais que lhe parecerem justas e no termo de tres mezes. Nos dara conta do progresso que cada huma tem feito conforme a sua capacidade. e outro sim ordenamos que as Noviças serão obrigadas a juntar certidão em como estão instruidas perfeitamente no mesmo canto, e officio divino sem o que não serão admitidas a profissão. Para que se registara este no Livro das Visitas e se gardara no Archivo do Mosteiro. Braga 21 de Março de 1766 [...]"¹³

3.3.2 Cantoras e instrumentistas

Em 1604, era Abadessa do mosteiro a Madre Dona Isabel da Silva. A Visitação do Arcebispado realizada nesse ano, determinou que as religiosas entre professas e noviças não poderiam ser mais que 50. O dote de entrada foi estipulado em 320 mil reis, tal como o dote estipulado para os mosteiros de Santa Ana e S. Bento de Viana.¹⁴

¹² Manuel Lopes Simões, *A Capela Musical da Sé de Braga no Arcebispado de D. Gaspar de Bragança (1758-1789)*, Tese de Mestrado, (dact.), Coimbra, 1992.

¹³ *Ibidem*, f. 117.

¹⁴ ADB, *Visitas e Devassas* nº 36.

O *Livro de Entrada de Noviças* do Mosteiro de S. Salvador, relativo aos anos de 1683 a 1807, menciona apenas os nomes de três noviças que entraram para o convento *pela prenda de cantar ou tocar*.¹⁵

Quadro nº 10
Noviças

Nome	Prenda	Data
D. Rosa Maria Susana	"Tocar órgão e cantar"	1728
D. Joaquina Flávia	"tocar"	1799
D. Teresa Joana da Encarnação	"tocar"	1805

ADB. FMC, Mosteiro de S. Salvador, Livro nº 29

3.3.3 Património organológico

O Mosteiro de S. Salvador possuiu ao longo dos tempos diversos instrumentos. Infelizmente chegaram até hoje apenas informações relativas ao órgão de tubos, situado junto ao coro alto da Igreja, construído nos princípios do século XVIII. A caixa de talha, que hoje se conserva, tem na sua base uma inscrição com a data de 1736: "D. Mariana da Trindade Leite Abbadessa Anno de 1736".¹⁶ A construção do órgão é atribuída por W. D. Jordan ao Padre Lourenço da Conceição, da Ordem de S. João Evangelista.¹⁷ Em 1760, o órgão foi restaurado pelo organeiro galego Simão Fernandes Coutinho, que nesse mesmo ano restaurou também o órgão da Igreja de Santa Cruz de Braga. O contrato que o organeiro estabeleceu com o Mosteiro de S. Salvador está registado na Nota do Tabelião Geral nº 756, f. 72 e f. 73, conservado no Arquivo Bracarense.¹⁸ Tendo já apalavrado o concerto cerca de quatro anos antes, Simão Fernandes Coutinho comprometeu-se desta vez, com contrato

15 O *Livro do Noviciado* do Mosteiro de S. Salvador, conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa (cód. 8454) não tem qualquer indicação sobre a entrada de noviças "pela prenda de cantar ou tocar".

16 Domingos de Pinho Brandão, *Órgãos da Sé do Porto e Actividade de Organeiros que nesta cidade viveram*, Porto, Ed. do Coro da Sé Catedral do Porto, 1985, p. 115 e Eduardo Pires de Oliveira, *O Edifício do Convento do Salvador. De Mosteiro de Freiras ao lar Conde de Agrolongo*, Braga, Ed. Lar Conde de Agrolongo, 1994, p. 64.

17 W. D. Jordan, "Dom Francisco António Solha, organeiro de Guimarães", *Boletim de Trabalhos Históricos*, volume XXXV, 1984, p. 5.

18 O contrato encontra-se já transcrito nas obras citadas de Domingos Pinho Brandão, pp. 156-159 e de Eduardo Pires de Oliveira, p. 260.

escrito, a realizar a obra num prazo de cinco meses pela quantia de 350 mil reis. O contrato teve por outorgantes D. Antónia Josefa da Apresentação, Abadessa do mosteiro e o mestre organeiro. Foram testemunhas José Pimenta de Mesquita e Manuel Simão do Vale. Para poder realizar a obra mudou transitoriamente da cidade do Porto, onde vivia, para a Rua de Santo André do Quinteiro, de Braga. O plano do conserto, ficou assim decidido:

"[...] Que dos registos que tem o órgão ficarão servindo os seguintes: o flautado de doze aberto não só na mão esquerda mas também na mão direita, o flautado de doze tapado, mas somente na mão esquerda, a oitava de seis aberta não só na mão esquerda mas também na mão direita, a oitava de seis tapados, mas somente na mão esquerda, a dozena somente na mão esquerda, a quinzena e dezanove de duas vezes na mão esquerda e de três vezes na mão direita, o címbalo de cinco vozes em ambas as mãos; e que se estes registos necessitarem de conserto e reparo lhes fará todo o necessário; fará de novo os registos seguintes: flauta doce na mão direita em lugar do flautado de doze tapado, flauta alta na mesma mão em lugar da oitava de seis tapado, corneta de sete vozes na mão direita em lugar da dozena, para a qual formará segundo someiro mais alto por não poder acomodar-se no geral do órgão, vinte dozena de quatro vozes em ambas as mãos em lugar de um registo de vinte no baizãozinho na mão esquerda, e clarim na mão direita em lugar da flauta que antes tinha inclusivamente um címbalo e tambor de quatro canos; todos estes registos serão feitos de novo e, dos velhos que se tiram, somente poderá aproveitar-se do metal; serão, porém, os novos feitos com grossura bastante e segurança suficiente para três foles novos, aproveitando-se do material antigo; fará de novo o canal do vento passando-o para o órgão pela parte superior da passagem para ele; fará de novo, sendo necessário, ou reformará o someiro do órgão em forma que bem seguro e tapado fique e sem reparos; porá os puxadores do registo em forma que não saiam mais de quatro dedos, comporá o teclado do órgão em forma que fique doce compondo as teclas pretas de sorte que fiquem iguais; tirará o lugar em que antes estava o segundo teclado e pela parte inferior recolherá para dentro o que baste para que a pessoa que tocar fique sem violência ou com aperto. [...]"¹⁹

No século XIX e XX, o órgão sofreu intervenções que lhe alteraram o sistema de funcionamento original, nomeadamente a substituição da tracção mecânica pela pneumática.²⁰

¹⁹ ADB, Nota do Tabelaio Geral, nº 756, f. 72 e f.73.

²⁰ Mendes Carvalho, "Património Cultural da Cidade de Braga e seu Concelho", *Bracara Augusta*, Braga, vol. 40, 1987, p. 499 e Eduardo Pires de Oliveira, *O Edifício do Convento do Salvador. De Mosteiro de Freiras ao lar Conde de Agrolongo*, Braga, Ed. Lar Conde de Agrolongo, 1994, p. 66, nota 82.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC. Mosteiro de S. Salvador, Livro nº 29.

Visitas e Devassas nº 30, nº 34, nº 35, nº 36, nº 37, nº 38.

Registo Geral: Nota do Tabelaio Geral, nº 756, f. 72 e f. 73.

II. Biblioteca Nacional

Código 8376, *Memoria das Religiosas que fallecerão neste convento do Salvador*.

Código 8454, *Livro do Noviciado do Mosteiro de S. Salvador*.

Código 8370, *Collecção de Cerimonias beneditinas [...]*

B. Bibliografia

Brandão, Domingos de Pinho, *Órgãos da Sé do Porto e Actividade de Organeiros que nesta cidade viveram*, Porto, Ed. do Coro da Sé Catedral do Porto, 1985.

Carvalho, Mendes, "Património Cultural da Cidade de Braga e seu Concelho". *Bracara Augusta*, vol. 40, Braga, 1987, pp. 470-519.

Jordan, W.D., "Dom Francisco António Solha, organeiro de Guimarães", *Boletim de Trabalhos Históricos*, volume XXXV, 1984, pp. 3-23.

Oliveira, Eduardo Pires de, *O Edifício do Convento do Salvador. De Mosteiro de Freiras ao lar Conde de Agrolongo*, Braga, Ed. Lar Conde de Agrolongo, 1994.

Pereira, Luís Esteves, "A organaria portuguesa no século XVIII", *Bracara Augusta*, vol. 27 e 28, Braga, 1974, pp. 492-504.

Simões, Manuel Lopes, *A Capela Musical da Sé de Braga no Arcebispado de D. Gaspar de Bragança (1758-1789)*, Tese de Mestrado (dact.), Coimbra, 1992.

Smith, Roberth C., *Marceliano de Araújo, escultor bracarense.*, Porto, Nelita Editora, 1970.

Sousa, Gabriel de, "Beneditinas", *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 319-340.

Valença, Manuel, *O Órgão na História e na Arte*, Braga, Editorial Franciscana, 1987.

3.4 Mosteiro do Porto (Ave Maria)

Introdução

O Real Mosteiro de Monjas de S. Bento do Porto, fundado pelo Rei D. Manuel I, foi um dos mosteiros femininos mais importante da congregação e o mais importante mosteiro feminino da cidade do Porto. O mosteiro teve origem na fusão dos Mosteiros de Rio Tinto, Tuias, Vila Cova das Donas e Tarouquela. A sua primeira Abadessa foi D. Maria de Melo. As primeiras monjas entraram em 1536. No século XVII, ao tempo de D. Rodrigo da Cunha, o coro e a igreja foram aumentados, construídos novos dormitórios, o claustro e a casa do capítulo, chegando o mosteiro a ter mais de cem monjas conventuais. Em 1783, o mosteiro foi parcialmente destruído por um incêndio, tendo sido reconstruídos a igreja, a sacristia, os coros alto e baixo e o claustro. Segundo Manuel Joaquim Moreira da Rocha, o incêndio que deflagou no Mosteiro e a reconstrução que se lhe seguiu tiraram ao mosteiro as características *manuelinas*, dando-lhe uma "roupagem Barroca/rococó."¹

Com a proibição de se aceitarem novas monjas, a partir de 1833, começou a verificar-se a decadência. Em 1835, as monjas encontraram como único meio para saldarem as suas dívidas hipotecar e vender em hasta pública as pratas do mosteiro. D. Ermelinda Doroteia de Freitas Faria de Gouveia, foi Abadessa do Mosteiro, pelo menos nos anos de 1883 e 1884. No primeiro dia de Novembro de 1884, dia do seu aniversário, esta religiosa recebeu um *Ladainha para três vozes e órgão* composta por Alfredo Mazza. No ano anterior o mesmo compositor tinha oferecido à Madre Abadessa, um *Stabat Mater* para Vozes e órgão.² O mosteiro teve ainda meninas de coro e Senhoras como pensionistas. A extinção deu-se em 1892. O edifício do mosteiro, viria depois a ser demolido, funcionando hoje no mesmo local, a Estação de Caminhos de Ferro. Alguns dos seus objectos artísticos conservam-se no Museu das Janelas Verdes, em Lisboa.³

¹ Manuel Joaquim Moreira da Rocha, "Altares e Imaginária num Convento de Monjas Beneditinas", *Poligrafia*, nº 3, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, pp. 99-113.

² BNL, CEM, *Músicas de compositores portugueses que existem na Biblioteca Nacional e pertencem ao convento de Ave Maria*, Inventário de Ernesto Vieira, Sl cota.

³ Gabriel de Sousa, "Beneditinas", *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, 2º volume, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 328-332.

3.4.1 Actividade musical

O fundo musical do Mosteiro de Avé Maria, existente na Biblioteca Nacional, testemunha uma actividade relevante no domínio da música realizada no mosteiro em meados do século XVIII e princípios do século XIX. O mosteiro contava com a colaboração dos músicos ao serviço da Catedral portuense, nomeadamente do seu Mestre Capela, António da Silva Leite [1759-1833] que compôs um conjunto de obras do repertório litúrgico constituído por Motetes, Versos, Salmos, Hinos, Antífonas, entre outras, para uso das Cantoras e Instrumentistas do mosteiro.⁴

O *Calendário* do mosteiro conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa,⁵ contém a descrição das cerimónias litúrgicas realizadas ao longo do ano. O Dia de Reis era considerado uma Festa de 1ª classe. Neste dia, as Matinas deveriam ser todas cantadas e a Missa cantada em canto d'órgão. Outra das Festas realizadas no mosteiro, também de 1ª classe, era a Festa do Patriarca S. Bento, comemorada a 11 de Julho. Nesse dia, as Vésperas, e a Missa eram cantadas em canto d'órgão. Na Vigília de Natal, as Laudes e a Prima eram cantadas. O Calendário anota que neste dia se deveria cantar "[...] a Calenda de música preciosa e Missa de canto cham [...]". No Dia de Natal, as Matinas deveriam ter responsos cantados, e "Laudes, Prima, Tersia, segunda vespora e Completa tudo solenemente cantado". Nos Domingos do Advento e em todos os da Quaresma, deveria haver "Missa de Música". Na Biblioteca Nacional de Lisboa conserva-se um pequeno texto manuscrito que contém uma cópia de um decreto do Arcebispado do Porto para os capelães dos mosteiros femininos da Ordem de S. Bento. O texto recomenda aos Padres capelães que as Missas nos mosteiros deveria ser celebrada de acordo com o Missal monástico de S. Bento não só no dia do Santo Padroeiro, mas em todos os dias do ano.⁶ O mesmo manuscrito tem também indicações sobre as cerimónias cantadas a realizar no *Dia de Cinzas* e nos dias em que havia *Lausperene* na Igreja do mosteiro.⁷

No século XVIII, existiam no Porto, além do Mosteiro de Avé Maria outros dois importantes mosteiros femininos: o Mosteiro da Madre de Deus de Monchique e o Mosteiro de Santa Clara. Este último tinha também uma intensa actividade musical, contando entre as suas oficiais com duas "Vigárias do coro", "Músicas e Tangedoras", "Mestre de Capela", "Coristas" e até uma "Moça do coro". Ao contrário das beneditinas, que no essencial seguiam a Regra e Constituições dos mosteiros masculinos, as clarissas tinham Regra e

⁴ Ver Fundos Musicais do Mosteiro de Avé Maria do Porto. (III Parte, Capítulo 7). Ernesto Vieira apresenta no seu *Diccionario de Musicos Portuguezes* a lista das obras musicais de António da Silva Leite pertencentes ao espólio do Mosteiro de Avé Maria.

⁵ BNL, Códices nº 8371 e nº 8372.

⁶ Biblioteca Nacional de Lisboa, Centro de Estudos Musicológicos. Ms s/c.

⁷ Ver I Parte, capítulo 2, p. 81.

Constituições próprias. De acordo com a Regra escrita por Santa Clara no século XIII e as Constituições Gerais acrescentadas à Regra no século XVII, o Ofício Divino devia ser dito em cantochão, com exceção dos Salmos que podiam ser cantados em canto d'órgão, com autorização do Prelado Geral ou Provincial, estando proibido o ensino de *músicas, rabecas e outros instrumentos*.⁸ Apesar da existência desta e de outras normas restritivas, claramente expressas na Regra e Constituições, as festas dos santos no Mosteiro de Santa Clara eram, à semelhança do Mosteiro de Avé Maria, momentos altos da vida quotidiana da comunidade, com representações de comédias, autos e vilancicos com músicos vindo de fora do mosteiro. O escândalo referido no texto das Constituições, que as *muzicas, villancicos e romances* provocavam, a proibição que *as religiosas se disfarcem em trajes de seculares para fazer comedia, autos ou entremezes, ainda que seja ao Divino*, e a proibição que *as relogiozas nos locutorios não tanjão harpas, violas ou outros instrumentos cantando muzicas profanas, nem bailem, nem dancem, ainda que seja com os seus habitos por ser isto contra a modestia religiosa*⁹, só confirma a existência de tal prática musical. A devoção especial a nossa Senhora era comum a beneditinas e clarissas, realizando-se a Missa solene cantada em sua honra aos sábados, depois da Prima. As religiosas de Santa Clara cantavam um Nocturno em honra da Virgem às sextas-feiras depois das Completas e diariamente depois das Vésperas, uma Antífona cantada em honra da Imaculada Conceição.¹⁰

3.4.2 Cantoras e instrumentistas

Ernesto Vieira referindo-se ao Mosteiro de Avé Maria diz o seguinte no *Dicionário de Musicos Portuguezes*:

"[...] O celebre mosteiro da Ave Maria devia contar entre as suas monjas muitas e boas cantoras para poderem desempenhar tal musica. Que algumas d'essas cantoras eram primorosas, attestam-nos tambem alguns motetes e versos a solo que se encontram entre as obras de Leite: por exemplo, uma "Lição" para quinta feira santa, a solo de soprano - "para cantar Florinda Rosa", segundo está indicado na partitura - é um requinte de estylo floreado, contendo as mais difficeis volatas no registo agudo da voz, subindo frequentemente ao dó agudissimo. A tal cantora

⁸ Maria Eugénia Matos Fernandes, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*, Porto, Câmara Municipal, Arquivo Histórico, 1992, p.131.

⁹ ANTT, Mosteiro de Santa Clara do Porto, Regra Segunda de Santa Clara, acrescentada de Constituições Gerais, f.45v. Maria Eugénia Matos Fernandes, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*, Porto, Câmara Municipal, Arquivo Histórico, 1992, p.159.

¹⁰ *Idem*, p. 134.

Florinda Rosa - que outras partituras dizem chamar-se Florinda Rosa do Sacramento - devia ser uma Patti do século XVIII, se cantava aquella "lição tal como o autor a escreveu. [...]"¹¹

O inventário realizado pelo mesmo autor, dos manuscritos musicais pertencentes ao Mosteiro de Avé Maria¹², permite identificar algumas das monjas músicas, conventuais naquele mosteiro, entre os finais do século XVIII e princípios do século XIX. Algumas obras são dedicadas às religiosas do mosteiro, contendo os seus nomes e funções. Há também partituras que têm indicado nas diferentes partes, os nomes das religiosas que as executavam. O quadro seguinte apresenta o nome das religiosas identificadas no inventário de Ernesto Vieira e nos próprios manuscritos das obras mencionadas. Os seus nomes constam do Dicionário de Músicos Beneditinos, onde se transcrevem as referências contidas nas partituras.

Quadro nº 11
Cantoras, Instrumentistas e Mestres Capela [1775- 1845]

Nome	Função	Data
D. Ana Inácia de Freitas	Mestre Capela	1797, 1802, 1803, 1806.
D. Maria Cândida Cardoso de Figueiredo	Cantora	s/data [entre 1775 a 1845]
D. Ana Felícia de Nossa Senhora	Mestra de Capela	1785, 1794
D. Florinda Rosa do Sacramento	Cantora	1794, 1795
D. Ana Máximo Brandão	Cantora	1795
D. Antónia Bernardina	Mestra de Capela	1775
D. Margarida Máximo	Violoncelista	1781
D. Teresa Rita	Cantora	1781, 1784, 1794
D. Mariana de Amorim	Organista [?] violoncelista [?]	s/data [entre 1775 a 1845]
D. Maria Bárbara	Cantora	1789
D. Maria Júlia	Cantora	1823
D. Ana Alexandrina	Cantora	1823
D. Maria Amália [antigamente Florinda Rosa)	Cantora Cantora Mestre Capela	1806 1821, 1822 1824
D. Ana Delfina de Andrade	Cantora(?)	1822; 1824
D. Joana Emília de Andrade	Harpista (?)	1822
D. Maria do Ó	Violoncelista (?)	1822; 1824
D. Rita Roberta	Cantora	1845
D. Mariana do Sacramento	Cantora	s/data [entre 1775 a 1845]
D. Ana Antónia de Sousa Caldas	Cantora	finais séc. XVIII, princípios do séc. XIX
D. Gertrudes Guilhermina de Sousa Caldas	Cantora	finais séc. XVIII, princípios do séc. XIX

¹¹ Ernesto Vieira, *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes. História e Bibliografia da Musica em Portugal*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, pp. 23-24.

¹² P-Ln. *Músicas de compositores portugueses que existem na Biblioteca Nacional e pertencem ao convento de Avé Maria*, Inventário de Ernesto Vieira, scota.

Tal como era costume fazer-se nos outros mosteiros, *as Muzicas, Madre Cantora Mor e Mestre da Capella*, recebiam *Mimos* especiais, em recompensa pela actividade musical que realizavam no mosteiro. O *Livro das Contas de Receita e Despesa* do mosteiro feito nos princípios do século XIX, tem anotadas essas despesas. No triénio de 1805 a 1807, por exemplo, ficou registado o seguinte:

"Dspendemos com o custo das galinhas, que se costumão dar as Muzicas nos dias das Festividades [...] -15#360

Dspendemos com o que se costuma dar no trienio à madre Cantora Mor Quatorze mil e quatrocentos reis -14#400

Dspendemos com o que se costuma dar à Mestra da Capella no trienio cincoenta e sete mil e seiscentos reis- 57#600"¹³

3.4.3 Património organológico

Em 1620, segundo Lino da Assunção, a Abadessa do convento, D. Violante Botelho mandou fazer "um coro para os órgãos por cima da porta".¹⁴ Sobre os instrumentos existentes no mosteiro ao longo dos séculos XVII e XVIII nada se sabe. A única referência encontrada é já relativa ao triénio de 1805-1807, em que os dois órgãos pequenos do mosteiro foram consertados. O *Livro de Contas de Receita e Despesa* menciona o restauro então efectuado: "Dspendemos no concerto dos Realeijos no trienio sete mil e trinta reis - 7#030"¹⁵

Em 1817 o mosteiro mandou fazer dois órgãos, sendo um de fachada. Depois de vendidos, foram reconstruídos num só na Igreja do Bonfim, no Porto. Segundo Pinho Brandão este órgão é da autoria de Fr. Domingos de S. José Varela. Pinho Brandão, sustenta a sua opinião provavelmente na informação dada por Ernesto Vieira¹⁶ ou Sousa Viterbo.¹⁷ O órgão do Mosteiro da Avé Maria continha a seguinte inscrição:

"Este orgão mandou fazer D. Antonia Augusta Pinto da Cunha, celleireira do mosteiro, sendo D. Abadessa a Excelentíssima D. Genoveva Victoria da Faria Gouveia no anno de 1817".¹⁸

¹³ ADP, Fundo Monástico Ms 4753.

¹⁴ Lino da Assunção, "O convento da Ave Maria do Porto e sua fundação", O Tripeiro, nº 79, (1 de Setembro) 1910, p. 100, In Manuel Valença, *A Arte Organística em Portugal (c.1326-1750)*, Braga, Editorial Franciscana, 1990, p. 274.

¹⁵ ADP, Fundo monástico Ms 4753.

¹⁶ Ernesto Vieira, *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, pp. 384-387.

¹⁷ Sousa Viterbo, *Subsídios para a História da Música em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 558.

¹⁸ Domingos de Pinho Brandão, *Órgãos da Sé do Porto e actividade de organeiros que nesta cidade viveram*, Porto, Ed. do Coro da Sé Catedral do Porto, 1985, p. 95, nota 27.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Histórico do Paço Episcopal do Porto¹⁹

Conventos- Avé Maria

II. Arquivo Distrital do Porto

Fundo monástico, Ms 4753

III. Biblioteca Nacional de Lisboa

Códices nº 8371 e nº 8372

Músicas de compositores portugueses que existem na Biblioteca Nacional e pertencem ao convento de Avé Maria, Inventário de Ernesto Vieira. P-Ln s/c.

B. Bibliografia

Almeida, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Civilização, 1970, pp.131-147.

Assunção, T. Lino d', "O convento da Ave Maria do Porto e sua fundação", *O Tripeiro*, nº 79, 1910, pp. 99-100.

Assunção, T. Lino d', "O convento da Ave Maria do Porto e sua fundação", *O Tripeiro*, nº 80, 1910, pp. 119-121.

Assunção, T. Lino d', "O convento da Ave Maria do Porto e sua fundação", *O Tripeiro*, nº 82, 1910, pp. 157-159.

Brandão, Domingos de Pinho, *Órgãos da Sé do Porto e actividade de organeiros que nesta cidade viveram*, Porto, Ed. do Coro da Sé Catedral do Porto, 1985.

Cruz, António, *Alguns documentos medievais do cartório de S. Bento da Avé-Maria*, Porto, 1945.

¹⁹

Não nos foi permitida a consulta dos documentos existentes neste Arquivo.

-
- Fernandes, Maria Eugénia Matos, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-80)*, Porto, Câmara Municipal, Arquivo Histórico, 1992.
- Rocha, Manuel Joaquim Moreira da, "Altares e Imaginária Num Convento de Monjas Beneditinas", *Poligrafia*, nº 3, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994.
- Sousa, Fr. Gabriel de, "Beneditinas", *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, vol. 2, Dir. de António Banha de Andrade, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 319-340.
- Valença, Manuel, *O Órgão na História e na Arte*, Braga, Editorial Franciscana, 1987.
- Valença, Manuel, *A Arte Organística em Portugal (c.1326-1750)*, Braga, Editorial Franciscana, 1990.
- Vieira, Ernesto, *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900.
- Viterbo, Sousa, *Subsídios para a História da Música em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

3.5 O Mosteiro de Semide (Santa Maria)

Introdução

O Mosteiro de Santa Maria de Semide fica situado no concelho de Miranda do Corvo. A sua fundação data do século XII, por iniciativa dos irmãos D. João Anaia e D. Martim Anaia, proprietários naquela região. Destinado, inicialmente a monges passaria a mosteiro feminino em 1183.

Em 1610, o Papa Paulo V autorizou a extinção deste mosteiro, a pedido do Bispo de Coimbra, que queria unir as freiras de Semide ao então criado Mosteiro de freiras Agostinhas de Santa Ana. Esta decisão não foi acatada pelas monjas beneditinas que, lutando pela continuação do seu mosteiro, a ele regressaram.

As *Constituições Municipaes*, elaboradas no século XVIII e aprovadas pelo Bispo D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho descrevem assim este mosteiro:

"[...] He este Mosteiro muito veneravel pela sua antiguidade, muito religioso pela sua observancia, e costumes, muito digno de respeito enfim pelos seus privilegios, e regalias, de que goza. Teve seu principio e foi fundado pelos Antigos Anhaias D. Martinho de Anhaia Bispo de Coimbra, e D. João de Anhaia seu Irmão no anno de 1118. Primeiramente foi habitado pelos Monges Negros de S. Bento, a cujo Abbade João, forão concedidos muitos privilégios com o singular de coito para a Letra pelo Senhorissimo D. Affonso Henriques no anno de 1162 a 28 de Abril. Depois pelos sucessores dos Anhaias foi convertido em convento de Monjas para suas filhas e outras no anno de 1183, como consta do seu Archivo. Fesse hum Mosteiro finalmente que por todas as suas singularidades se pode chamar hum Paraizo com as Religiosas muito o denominavão no anno de 1610, quando o Bispo de Coimbra D. Affonso d' Albo-Castro as quiz mudar, e efeito mudou para o de Santa Anna junto a uma cidade donde a instancia das mesmas Religiosas se vio obrigado a mandallas logo recolher segunda vez ao seu, que chamavão Paraizo de Semide [...] "¹

¹ ANTT, Semide, Santa Maria, Livro nº 1. Os fundos deste mosteiro contêm no Maço 7 uma "Provizão do Bispo D. Affonso de Castello Branco para se restituirem ao Mosteiro de Semide as Religiosas que não quizerão consentir na anexação e translação do mesmo Mosteiro para o de Santa Anna de Coimbra fundado pelo referido Bispo. 14 de Abril de 1610".

O edifício actual conserva elementos dos séculos XVI, XVII e XVIII. Um incêndio decorrido em 1664 destruiu a construção medieval, então existente. A igreja foi reconstruída e inaugurada em 1697. No seu interior, destacam-se duas esculturas em madeira atribuídas a Fr. Cipriano da Cruz, monge escultor beneditino, representando S. Bento e Santa Escolástica. O corpo da Igreja e o coro, separado por uma grade de ferro, com cadeiral do século XVII, são revestidos de azulejos de meados do século XVIII. O edifício conventual tem dois claustros, um construído por volta do ano de 1540 revestido posteriormente com azulejos e outro, datado do século XVII com apenas duas alas, do norte e poente.²

A última freira do mosteiro, D. Maria dos Prazeres Pereira Dias, morreu em 1896, tendo de imediato o escrivão da Fazenda de Miranda do Corvo tomado posse do mosteiro.

3.5.1 Actividade musical

O Regulamento da Comunidade do Mosteiro de Santa Maria de Semide³ datado do século XVII, conservou-se até hoje, ainda que incompleto. O manuscrito, dividido em vários capítulos menciona regras sobre o silêncio e recolhimento no Convento, sobre as Horas do Ofício e Missa, e outros assuntos próprios da vida monacal. As responsabilidades das Cantoras estão também definidas. Transcreve-se de seguida o texto referente a este ofício:

"[...] Das cantoras que são 4

a cantora mor tera o seu lugar, no coro, direito a 2 no coro esquerdo, assim as outras duas devem saber: cantochão pertenselhe governar e reger o coro, levantando salmos e hinos, levantar ou baixar o tom quando se cante mais de presa, ou mais devagar mas não deixar de cantar, o que for por Lei ou costume, deve a cantora fazer a taboa dos officios para se ler no coro os sabados, e a cantora 2ª tem a sua conta nomear que ha de dizer as Liçoins ou cantalas, a vezita lhe recomenda a pausa do officio Divino, no meyo V [verso] e mayor no fim de cada verso. A cantor[a] aqui costuma ser tão bem Mestra das Serimonias, e corretora, e por este officio segundo a serimonia, deve rever e pasar a cada hua o que tiver de dizer no coro ou refeitório; isto não esta em costume a cantor[a], ou Mestra das Serimonias, deve estudalas muito para saber e ensinar, a corretora, deve ter o breviario em as mãos, e calendario, para hir vendo os erros que se dão, se não for muito grande não turbe o coro, deixe-o pasar, e acabado o officio Divino, advirta a que

² Maria Teresa Osório de Melo, *O Mosteiro Beneditino de Santa Maria de Semide*, Coimbra, Livraria Minerva, 1992, pp. 31-33.

³ ANTT, Semide, Santa Maria, Livro nº 2.

faltou as turbasoins da comunidade em lugar tão sagrado não serão de bom exemplo, aos que estão na Igreja [...]"

O regulamento previa uma aula de cantochão diária:

"[...] todos os dias depois das vesporas tirando aqueles em que varre tudo o convento tera a mestra com as Novissas hum tempo de meditação, e depois o exercicio de cantochão e depois rezistrão as matinas [...]"

A vida diária das monjas de Semide está também descrita num documento que contem dois subtítulos: "os costumes" e "as regras". Os costumes têm anotadas as porções de alimentação que se davam às várias oficiais do mosteiro. No rol do arroz doce, vem mencionadas as cantoras com direito a uma tigela. Vêm também mencionadas ofertas na Quaresma a seculares, músicos e organistas. O quadro seguinte representa o quotidiano das monjas de Semide tal como é descrito neste documento.

Quadro nº 12
Quotidiano das Monjas de Semide

Ofício Divino	Actividades	Tempo Dispendido
Prima [5 Horas]	Exercício matinal	
	Arrumação das celas	
	Lição espiritual ou Vigília	30 minutos
	Oração mental	30 minutos
	Estudo de Latim	30 minutos
	Coristado	60 minutos
	Estudo de Cantochão nas celas	30 minutos
Terça [9 Horas]	Estudo de <i>manicordio</i> ou Cantochão	
	Almoço	
Sexta [12 Horas]	Tempo de Estudo (do que fosse necessário)	90 minutos
Noa [15 horas]		
Vesperas [17Horas]	Meditação	15 minutos
	Aula de Cantochão	30 a 45 minutos
	Jantar	
Completas [20.30 Horas (?)]		

ANTT, Semide, Santa Maria, Maço 8

A leitura do quadro permite observar que na vida diária das monjas de Semide havia de facto lugar para uma formação musical, quer vocal, quer instrumental. Durante a manhã realizavam-se dois períodos de estudo de cantochão, podendo um deles ser dedicado à

aprendizagem de um instrumento de tecla. Durante a tarde, além de um tempo de estudo geral, funcionava a aula de cantochão com uma duração aproximada de 30 minutos. O documento que aborda as regras a observar pelas monjas de Semide apresenta algumas indicações sobre a aplicação das monjas organistas ao estudo do instrumento. O texto refere o seguinte:

"[...] Dipois de vespervas tem hum quarto de meditação em capitulo todos juntos, e acabada este vão para a aula de cantochão onde gastão meya hora, ou tres quartos rezervando sempre a meya hora que fica antes da completa; que esta tem de meditação todos junctos em Capitulo excepto as sextas feiras que neste tempo vizitão abia sacra que tem dentro do mesmo coristado, isto he quando lhe toca a completa às 4 horas e meya, e os que necessitão de orgão, e contas vão ao orgão pella manham na meya hora que tem de estudar Latim, e rezervão o estudo deste para depois da completa, e vão a contas na última meya hora antes da Tersa, que estava determinada para estudo de cantochão. Quando lhe toca a completa a essas horas tem a lição do orgão na meya hora dipois da do cantochão e o mais na forma sobredita.

Quando lhe toca a completa as 5 horas e meya tem lição de conta e escrita, que tudo he juncto na meya hora dipois da lição do orgão [...] tem tambem obrigação de serem sineiros parapor o silencio a prima, e levantalo passado a meya hora [...] Para se exercitarem no órgão tocão por turno cada hum o seu dia [...] Os Irmãos que estão adiantados, sabem estas couzas, ou alguas dellas gastão o tempo recolhidos nas cellas lendo espiritualmente e orando, e exercitandosse nas mesmas artes, e ensinão aos outros [...]"⁴

As Constituições Municipaes do real Mosteiro de Santa Maria de Semide, approvadas, e confirmadas pelo Excelentíssimo Senhor Bispo Conde D. Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho, datadas do século XVIII, contêm também diversas indicações sobre a prática musical litúrgica. A Regra adoptada deveria ser a Regra do Patriarca S. Bento, que apesar de ter sido escrita para os monges, servia "[...] para poderem optimamente observar em tudo, o que não he incompativel com o seu sexo, e condição [...]"⁵ O capítulo nove destas *Constituições* determina as normas para a realização do Offício Divino. O texto diz o seguinte:

"[...] As Preladas porem mandamos, e sobre isto lhe encarregamos gravemente as suas consciencias, porque vigiem muito na perfeição da celebração do Officio Divino que frequentem o Coro, cuidem, que nada com velocidade, de corrida, com pressa, ou confusamente se recite, mas tudo distintamente, com voz clara, e intelligivel, de espaço e com as costumadas pauza se

4 ANTT, Semide, Santa Maria, Maço 8.

5 ANTT, Semide, Santa Maria, Livro 1.

profira [...] a respeito do canto determinão tambem ao Convento varias, e muitas coisas, de como, e quando devem ser cantadas, entoadas ou rezadas as suas horas canonicas, consta igualmente o cerimonial no Livro I Titulo 4 capitulo onde se pode ver. As vespervas, Terça e Missa maior sempre devem ser cantadas, segundo a mesma constituição. E acabadas todas as vespervas, se manda fazer as Estações, por Lucrar as Indulgencias [...] A Kalenda se cantara quando a Prima for cantada, e ainda então sem maior solenidade, mas como outra qualquer lição sem orgão, nem mais luzes acesas. [...] Fação as Religiosas/e Assim se lhes mande / por uzar antes no officio Divino do cantochão simples, e uniforme, quando do do canto d'orgão ou contraponto, e mesmo que talvez se procura mais agradar aos homens, que a Deos. Por isso só com Licença do Prelado/ parecendo justo/ se podera usardo canto d'orgão, e nunca instrumental. Do mesmo orgão se não deve uzar em officios de Defuntos, nem nos da Semana Santa, nem em outras funções que a Igreja o não admite, de que as Religiosas, e principalmente organista, devem estar instruidas [...] "6

A leitura do texto permite concluir que as Vésperas, a Terça e a Missa Maior deveriam ser sempre cantadas. Se a Hora da Prima fosse cantada, deveria cantar-se também a Calenda, mas sem acompanhamento de órgão. Os officios deveriam ser celebrados em cantochão enquanto que o canto polifónico e o acompanhamento instrumental só poderiam ser praticados com licença do Prelado. O órgão não podia intervir nos Officios de Defuntos e Officios da Semana Santa. Enquanto se rezava ou cantava no Coro, as cortinas das grades deveriam estar corridas, de modo que as religiosas não fossem vistas pelos seculares que entravam na Igreja.⁷

Lino d'Assunção transcreve um documento do mosteiro que, segundo este autor, foi escrito nos finais do século XVIII intitulado *Advertencias em Geral para a Perfeição /Regulamento mais particular* em que o Officio Divino é assim descrito:

6 *Ibidem.*

7 Comparando as *Constituições* beneditinas com as *Constituições* das Religiosas de Santa Úrsula, que a Companhia de Jesus mandou imprimir em Coimbra em 1755, verifica-se que as Instituições ursulinas apesar de terem como principal objectivo a instrução de meninas, procuravam não descuidar a celebração do Officio Divino. De acordo com o regulamento nos mosteiros femininos da Ordem de Santo Agostinho, cantavam-se as Ladainhas aos sábados a *canto d'orgão*. A realização de Missa cantada com acompanhamento de órgão ou outros instrumentos, era permitida nos dias Santos. Nos Domingos e dias de Festas as Vésperas eram sempre cantadas. O Officio da Semana Santa era um dos momentos de maior solenidade, pelo que também se realizava cantado. Os *Miserere* durante a Quaresma eram cantados com acompanhamento de órgão ou cravo (AMVC, Fundo Figueiredo da Guerra. Regra de Santo Agostinho seguido das *Constituições* das Religiosas de Santa Úrsula). Ver Manuel Inácio Rocha, *O Real Colégio das Chagas. Instrução de Meninas em Viana (1778-1884)* Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1996.

"[...] uma das cousas em que deve pôr todas as diligencias para satisfazer com attenção e devoção. No Côro conformar-se com o todo e no particular do melhor modo possível. É officio dos anjos, e quanto nos basta para nos excitar nos louvores divinos [...]"⁸

A entrada para o noviciado no mosteiro de Semide é também descrita por Lino d'Assunção. A admissão das jovens candidatas ao estado religioso realizava-se por volta dos quinze anos. Antes da admissão fazia-se uma inquirição *de genere*, utilizando-se todos os meios judiciais, para apurar a não existência de impedimentos à vida monástica. A proposta de admissão era feita pela Abadessa numa cerimónia de bastante solenidade. Depois do officio das Vésperas, a comunidade votava sobre a admissão da noviça. A entrada no mosteiro era precedida de um diálogo entre a noviça e a Abadessa, que depois de lhe ler a Regra lhe lançava o hábito. As Cantoras entoavam então o Hino *Veni Creator Spiritus*, ficando a noviça de joelhos a partir de segunda estrofe do hino. Às noviças era exigido o pagamento de um dote para entrarem no mosteiro. Por volta de 1830, o valor era superior a 150 mil reis. Esta quantia era distribuída pelos vários "serviços" do mosteiro e pelos membros da comunidade. A Cantora Mor além dos 10 mil reis que cabia a cada religiosa tinha direito a outros 10 mil reis.⁹ O ano do noviciado era da responsabilidade da mestra que instrua a noviça nas cerimónias do coro, no Latim, muitas vezes no Português e na Música, aprendendo a cantar e a acompanhar os cantos litúrgicos. Depois das três provas públicas a que era submetida ao longo do ano, estava então apta para professar. Nesta cerimónia, a noviça declarava o texto da profissão, entoando de seguida juntamente com a Cantora e Mestra de Noviças a Antífona *Suscipe Domine*, com acompanhamento de órgão. Dirigia-se depois ao altar, onde depositava a sua carta de profissão. A cerimónia continuava com a noviça estendida no chão no meio do coro, enquanto se diziam várias orações e se benzia o hábito. O Diácono entoava então o versículo que diz: "*Levanta-te tu que dormes. Ressurge da morte e que Cristo te ilumine*". A professa recebia depois, de joelhos, a cogúla negra após terem cantado de novo a primeira estrofe do hino *Veni Creator Spiritus*. A cerimónia terminava com o celebrante a entoar o *Te Deum*, enquanto na torre se repicavam os sinos.

No Mosteiro de Semide, à semelhança do que se fazia noutros mosteiros representavam-se Autos de fundo religioso e também Autos profanos. A influência da música profana, ao longo do século XVIII, era uma realidade constante de todos os mosteiros. De nada adiantavam as sucessivas proibições dos Prelados Visitadores bem como as normas indicadas no primeiro capítulo das *Constituições Municipaes* do mosteiro onde se proibia tais representações:

⁸ T. Lino d'Assunção, *As Monjas de Semide* Coimbra, Ed. França Amado, 1900.

⁹ *Idem*, pp. 57 a 75.

" [...] se proíbe, e manda tambem as Religiosas, que nem ainda por breves horas se vistão de vestidos seculares, muti menos de homens para representações, nem comedias, nem Actos Sacramentaes, nem de vidas de santos ou santas [...]"¹⁰

As monjas representavam autos sob pretexto de darem maior esplendor às festas de Natal, S. João, e outras que no seu entender se justificavam. Apresentavam como razão da sua existência, dar a conhecer o sentido histórico da solenidade eclesiástica. A representação antecedia a cerimónia litúrgica e terminava com o *Te Deum* ou *Magnificat*. Por vezes depois da representação seguia-se a missa, participando nela todas as intervenientes na representação, que para o efeito tinham colocado vestimentas apropriadas aos personagens que representavam. Primeiro, estes Autos eram representados na Capela Mor, depois no Coro e mais tarde nos claustros e até nas próprias celas das Abadessas com convidados de fora a assistir. Lino d'Assunção dá conta da existência de vários Autos representados no Mosteiro de Semide. Entre outros, menciona o Auto de Natal intitulado "Brinquedo jocoso", transcrevendo o seguinte:

"[...] Acabando de recitar-se a ultima quadra do motteto cantado, entra pela porta do aposento uma velha que representa uma moça da pomareira com umtraje proprio, e fica à porta vendo-se, mas não entrando.[...]"¹¹

O *Diário* do mosteiro relativo aos anos de 1825 a 1853 e 1846 a 1850, contém também algumas indicações sobre a música realizada em determinados dias de Festa:

"[...] Primeiro de Janeiro- Dia da Circuncisão

"Enquanto se diz o Responso Gracias tibi Domine estará o convento de joelhos e cantarão todas começando a primeira cantora e antes que se chegue a verso fará a cantora vénia a duas religiosas de cada coro para que dos mesmos lugares o cantão, e as orações estarão de joelhos"

16 de Janeiro-Dia dos Santos Mártires

"dise a noa, Missa cantada no fim da missa, por lição cantão os Benedictus. Correce o orgão a Antifona Gardem in Cellis canta a Prioriza verso e oração."

20 de Janeiro-Dia de S. Sebastião

"Missa cantada tem exposição do Senhor e no fim da missa tem conclusão cantada por lição, cantão Benedictus. Corren a Antifona, o orgão canta o primeiro verso, oração [...]"¹²

10 ANTT, Semide, Santa Maria, Livro nº 1.

11 T. Lino d'Assunção, *As Monjas de Semide*, Coimbra, Ed. França Amado, 1900, pp. 187- 188.

12 ANTT, Semide, Santa Maria, Maço 10, Diário [1825-1853].

"[...] Domingo de Banquete

orgão, cantão as senhoras primeiro os Entroitos sem nada de orgão, e no fim destes fasce huma entrada por Do, La, Sol, Ré, 3ª mayor, cantão cada quirio com seu verço vem a ser 4 verços nestes, tocasse com orgão aberto enquanto as senhoras chegão à estante, e chegando fasce o verço para o Gradoal, as respostas como as outras Missas, para o credo não tem offrenda o costume, para os santos tem primeiro o 2º he quando dizem Dominaes D. sabaote, (?) tocasse no fim deste, te levantarem a deus com orgão fechado e depois abra ate tocarem a campainha, para os Agnos Deo fassasse depois o 2º dipois tocasse este verso com sumir, o clece o gracias he (?) sem orgão, e no fim deste se toca [...]"¹³

O Livro de *Chansonetas do Natal* (P-Cug, MM 238) da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, contém alguns vilancicos com a seguinte indicação: *Para Semide*.¹⁴

3.5.2 Cantoras e instrumentistas

A função de Cantora Mor era de grande prestígio. Todos os anos no Domingo de Ramos e mais festas, a Abadessa, a Priora e a Cantora Mor recebiam ramos de flores oferecidas pelo convento. O *Livro da Sacristia* do mosteiro tem anotadas essas despesas nos anos de 1757, 1759, 1761 e 1782. Na referência de 1757 consta o seguinte:

"[...] Despendemos em palmitos que se costumão dar a madre D. Abbadessa Priora e cantora mor Domingo de Ramus e em algumas flores mais que tambem se lhe dam em duas festas coatro mil e outosento reis [...]"¹⁵

Além dos Ramos, as oficiais do mosteiro tinham direito a receber propinas mais elevadas em dinheiro que as demais religiosas e outros *mimos*, nomeadamente em generos alimentícios. Isto mesmo se comprova num documento transcrito por Lino D' Assumpção, que diz o seguinte:

"[...]a madre Cantora Mor, no dia da Expectação e no da Degolação. recebia 3#120 reis" e no que diz respeito aos *mimos* " [...] cantor,4#180 réis: [...] cantora 2ª. 365 réis: [...] Todas as

13 *Idem*, Lembranças/Diário [1846-1850].

14 Ver III Parte, Capítulo I, e IV Parte, Capítulo 1.

15 ANTT, Semide, Santa Maria. *Livro da Sacristia*, nº 22, f. 8.

musicas, alem do que fica dito, teem de crecença por um bolo pequeno. em cada anno, 135 réis; por boroas grossas, 140 réis; por arroz, 90 réis. Sommam estas crecenças, em 365 réis.[...]"¹⁶

O mosteiro tinha também seculares que participavam no serviços musicais. O *Livro dos Costumes* tem anotado a porção de milho dado às músicas e organistas. O texto diz o seguinte:

"[...] Todas as mais Religiozas tem meio alqueire ate as de meia reção. as siculares Muzicas e organistas tem meio alqueire [...]"¹⁷

No Arquivo Distrital de Braga existe um documento relativo à *Carta de Profissão* de uma noviça deste mosteiro que entrou para a congregação pela *prenda* de Organista. O documento, provavelmente do século XVIII, é uma petição da noviça Antónia Altina de S. José, dirigida ao Bispo de Coimbra. Estando quase cega, a noviça, pediu que lhe fosse concedida licença para não entregar à comunidade o dote que lhe era exigido. Não se sabe se a resposta ao seu pedido foi favorável. Transcreve-se de seguida a carta que então escreveu:

"[...] Aos pes de Vossa Ex^a se prosta sua mais humilde e suplicante Antónia Albina de S. Jose Noviça. neste Mosteiro de Semide, filha legitima de manuel da Serra natural e Lisboa. e assistente na cidade de Braga e expoem a V. Ex., que ella suplicante entrou neste Mosteiro com a prenda de organista, ajudando-se seu Pay com a Comunidade na forma que pactuarão mas como ella tem falta de vista, a qual se tem augmentado pela força da melancolia. e muitas lagrimas que continuamente derrama, vendo a dificuldade que prezentemente tem a Comunidade de a professar sem que seu Pay concorra com mayor dote, não obstante o contrato que primeiro se celebrou entre ella, e sua [?] comunidade. Nestes termos ella se acha no estado de mayor aflicção e com perigo de perder a vida per lhe ser impraticavel voltar vida [?] seculo. que nunca estimou: [...] Pede V. Ex a se compadeça desta sua subdita e com a sua grande benovelencia dizponha o que julgar mais conveniente [...]"¹⁸

Não se conhecem os nomes das monjas que serviram nos ofícios de Cantora Mor ou Segunda Cantora, com excepção de D. Maria do Patrocínio, nomeada Cantora Mor em 1882.

"[...] Pauta das officiaes que ham de servir no Trienio da Ex. Senhora Abbadessa do Mosteiro de Santa Maria de Semide D. Maria do Carmo [...] Tendo principio no dia 24 de Maio de 1882 Cantora Mor- D. Maria do Patrocínio [...]"¹⁹

16 T. Lino d'Assunção, *As Monjas de Semide*. Coimbra: Ed. França Amado, 1900, p. 98.

17 ANTT, Semide, Santa Maria, Maço 8.

18 ADB, FMC, Mosteiro de Semide, B1.

19 ANTT, Semide, Santa Maria, Maço 8.

D. Candida Albina da Piedade terá sido Cantora no mosteiro. O seu nome vem escrito num manuscrito musical, com a data de 1834. O manuscrito conservado na Torre do Tombo é uma cópia com partes de uma missa a quatro vozes de finais do século XVIII.²⁰

3.5.3 Património organológico

O Mosteiro de Semide tinha pelo menos um clavicórdio, construído provavelmente em meados do século XVIII. Este instrumento, proveniente da Colecção Keil, foi adquirido pelo Conservatório Nacional de Lisboa em 1946, encontrando-se actualmente no Museu da Música, em Lisboa.²¹

O órgão da Igreja do mosteiro está situado no centro da parede do fundo do coro baixo. A parede encontra-se revestida de azulejos do séc. XVII. A caixa do órgão, ricamente ornamentada em talha dourada e com a figura do rei David no topo, está assente numa tribuna em madeira trabalhada que se estende ao longo de toda a parede. Segundo o organeiro António Simões, autor do seu restauro, este órgão foi provavelmente construído em 1788 por António Xavier Machado e Cerveira.²²

O órgão, de tracção mecânica e um teclado, tem os seguintes registos:

1. Trompa batalha	1. Clarim
2. Trompa Real	2. Oboé
3. Sobrecímbala	3. Trompa Real
4. Corneta	4. Corneta Real
5. Címbala	5. Címbala
6. Clarão	6. Nazardo
7. Vintedozena	7. Vintedozena
8. Dezanovena	8. Dozena e Quinzena
9. Quinzena	9. Oitava Real
10. Dozena	10. Vox Humana
11. Fl. 6 tapado	11. Flauta Romana
12. Fl. 6 aberto	12. Flauta Travessa
13. Fl. Violão	13. Fl. 12 aberta
14. Fl. 12 aberto	14. Fl. 24
	15. ?

Os foles do instrumento encontram-se numa sala própria, atrás do órgão.²³

²⁰ ANTT, Semide, Santa Maria, R. 1308. Ver IV Parte, Capítulo 1.

²¹ A descrição técnica deste instrumento encontra-se no *Catálogo da Exposição Fábrica de Sons, Instrumentos de Música Europeus dos séculos XVI-XX*, Lisboa, Electra, 1994, pp. 26, 96, 97.

²² António Xavier Machado e Cerveira foi um dos principais organeiros de finais do Século XVIII, princípios do séc. XIX, com oficina em Lisboa. Autor de um número significativo de órgãos, este organeiro reconstruiu nos anos de 1792-1828, juntamente com Joaquim António Peres Fontanes, os seis órgãos do Palácio de Mafra. In Gerhard Doderer, "A Arte organística em Portugal no passado e no presente", Lisboa, *APEM*, 1996, p. 6.

²³ Os dados relativos ao órgão foram gentilmente cedidos pelo Organeiro António Simões.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes Manuscritas

I. Arquivo Nacional Torre do Tombo

Semide, Santa Maria, Livro nº 1.

Semide, Santa Maria, Livro nº 2.

Semide, Santa Maria, Maço 8.

Semide, Santa Maria, Maço 10, *Diário* [1825-1853].

Semide, Santa Maria, *Lembranças/Diário* [1846-1850].

Semide, Santa Maria, *Livro da Sacristia*, nº 22.

II. Arquivo Distrital de Braga

FMC, Mosteiro de Semide, B1.

B. Bibliografia

Assunção, T. Lino d', *As Monjas de Semide reconstrução do viver monástico*,
Coimbra, Editor França Amado, 1900.

*Catálogo da Exposição Fábrica de Sons, Instrumentos de Música Europeus dos
séculos XVI-XX*, Lisboa, Electra, 1994.

Doderer, Gerhard, "A Arte organística em Portugal no passado e no presente",
APEM, nº 80, Lisboa, 1996, pp. 3-7.

Melo, Maria Teresa Osório, *O Mosteiro Beneditino de Santa Maria de Semide*,
Coimbra, Livraria Minerva, 1992.

Rocha, Manuel Inácio, *O Real Colégio das Chagas. Instrução de Meninas em Viana
(1778-1884)*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1996.

II Parte — Capítulo 4
Os Beneditinos Portugueses no Brasil

4.1 Os Monges Beneditinos Portugueses em "Terras de Além-Mar"

A primeira comunidade religiosa que se estabeleceu nas margens da enseada de Guanabara, foi uma comunidade de monges cistercienses franceses, no ano de 1560. Em 1581, o *Capítulo Geral* da Congregação Beneditina Portuguesa, realizado no Mosteiro de Tibães, decidiu enviar para o Brasil um grupo de 8 monges chefiado por Fr. António do Latrão Ventura, para neste país instalarem uma comunidade beneditina. A proposta saíu de Fr. Plácido Vilalobos, Abade Geral da Congregação. Na acta do *Capítulo Geral* ficou anotado o seguinte:

"[...] Propôs-se em capítulo pelo nosso mui Reverendo padre Geral como de muitas pessoas das partes do Brasil era importonado por suas cartas lhes mandasse da nossa Congregação alguns religiosos que pudessem lá entender na conversão da gentilidade e ordenar mosteiros por serem mui devotos do nosso glorioso padre S. Bento e aceitarem quase todos a irmandade da dita Ordem, o que pareceu muito bem à dita Congregação. E definiram e ordenaram que achando-se uma pessoa de qualidade, vida, costumes e letras mandasse (querendo ir) com alguns religiosos de bom exemplo. E não se achando logo desta maneira o remetiam ao nosso Reverendo Padre Geral para que ele achando pessoas que tivessem as partes sobreditas as mandasse querendo elas ir [...]"¹

O primeiro mosteiro beneditino do Brasil, S. Sebastião da Baía, foi fundado em 1582. O seu primeiro Abade foi precisamente Fr. António Ventura, nomeado no *Capítulo Geral* da Congregação em 1587.² Seguiram-se mais treze mosteiros entre os anos de 1581/2 a 1668: as Abadias do Rio de Janeiro e Pernambuco em 1596, Paraíba em 1607 e S. Paulo em 1635, além de outros mosteiros menores. A implantação dos mosteiros realizou-se a Norte e a Sul da capital de S. Salvador da Baía, constituindo uma Província Beneditina da Congregação Portuguesa regidos por um Provincial, conventual no Mosteiro da Baía. O primeiro Abade Provincial foi Fr. Clemente das Chagas.

¹ AS, *Livro dos Capítulos Gerais*, f. 60, In Geraldo J.A. Coelho Dias, *Os Beneditinos Portugueses e a Missão*. "Bracara Augusta", Vol. XXXVIII, Fasc. 85-86 (98-99), 1984, p. 220.

² "[...] ouve assi mesmo por bem toda a sancta congregação que o Padre Frei António Ventura que agora estaa por presidente no dito mosteiro tenha titulo de Abbade delle; [...]". AS, *Livro dos Capítulos Gerais*, (5º Capítulo Geral no Mosteiro do Pombeiro, realizado em 29 de Setembro de 1587).

O mapa seguinte apresenta os treze mosteiros formados nos séculos XVI e XVII: Baía (1582), Graça (1586), Rio de Janeiro (1586/1593), Vila Velha (1589), Olinda (1590/1593), Paraíba (1596), São Paulo (1598/1610) Parnaíba (1643), Santos (1650), Guararapes (1656), Sorocaba (1667), Jundiá (1668), Brotas (1670).

Mapa nº 3

Mosteiros Beneditinos da Província do Brasil (séculos XVI-XVII)



Reunida no Mosteiro do Pombeiro, a Congregação Geral, contando com a presença dos Padres Definidores e Visitadores, nomeou em 12 de Janeiro de 1600, os seguintes monges para o Brasil:

"Religiosos nomeados para o Brasil

E por todos nemine discrepantes forão nomeados os padres seguintes: o padre frei Cypriano de Sam Bento. O padre frei Ruberto de Santo Andre, o padre frei Jorge. o padre frei Paulo Peixoto, o padre frei Francisco de Zegno

Abade Pernambuco eleito e sayo por Abbe delle eleito nemine discrepante o padre frey Cypriano de Sam Bento

Abbate do Rio de Janeiro, eleito na mesma sessão procedendo na eleição de Abbade pera o nosso Mosteiro de Sam Bento do Rio de Janeiro foi elleito pior Abbade da dita casa Nomine discrepante o padre frei Ruberto de Santo André

Livros aos padres que vão para o Brasil

Na mesma sessão se determinou visto como os Padres Dom Abbades ellectos nomeados pera Pernambuco e Rio de Janeiro estão faltos de livros que nosso Reverendíssimo Padre geral da congregação lhes de ajuda para os comprarem"³

As *Constituições* da Congregação Beneditina, publicadas em Coimbra em 1629, contêm a Carta de Profissão Monástica, onde estão consagrados os votos de estabilidade, conversão, obediência e o *voto de passar o mar*. Este último não existia na primeira edição portuguesa das *Constituições* publicada em 1590, e surge, na opinião de Geraldo Coelho Dias,⁴ na sequência de não haver voluntários para o Brasil. Este facto devia-se certamente à longa e perigosa viagem que os monges tinham de fazer, atravessando o Oceano, bem como a adaptação ao clima e isolamento dos mosteiros, situados, em alguns casos, em zonas quase despovoadas. Acrescentem-se a estas razões a presença dos holandeses seguidores de Lutero e Calvino. O "Voto de passar o mar" terá sido uma decisão que a hierarquia da congregação tomou de forma a conseguir expandir a sua Ordem na Província do Brasil. A primeira carta de profissão conhecida em que vem expresso o "voto de passar o mar" data de de 1613 e pertenceu a Fr. Dâmaso da Paixão.⁵

Os monges beneditinos no Brasil desenvolveram a sua acção seguindo o modelo de vida dos mosteiros da metrópole. Desde logo a liturgia assumiu um papel fundamental na vida das comunidades, dedicando-se igualmente os monges à cultura de campos e fazendas, contribuindo para o desenvolvimento económico e social das populações e ao ensino e educação dos jovens. Até 1910, a comunidade beneditina no Brasil regeu-se pelas *Constituições da Congregação Beneditina de Portugal*.⁶

Em 1623, são publicadas *As Constituições e diffiniçoens, da Ordem de S. Bento pera a Provincia do Brazil*, confirmando o Mosteiro da Baía como casa-mãe da congregação no Brasil. No capítulo terceiro ficou exarado o seguinte:

³ AS, *Livro dos Capítulos Gerais*, f. 195v, 196.

⁴ Geraldo J. A. Coelho Dias, "Os beneditinos Portugueses e a Missão", *Bracara Augusta*, vol. XXXVIII, Fasc. 85-86 (98-99), 1984, p. 223.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Constituições da Ordem de Sam Bento destes Reynos de Portugal* (Lisboa, 1590), *Consttutiones Monachorum Nigrorum Ordinis S. P. Benedecti Regnorum Portugalliae* (Lisboa, 1629).

"[...] Porquanto o nosso Mosteiro de sam Sebastião da Bahya do estado de santos foi o primeiro que se fundou nas partes do Brazil, e a dita cidade he cabeça daquele estado, confirmamos a diffinição feita aos 26 de Agosto, no anno de mil e quinhentos e noventa e seis, que dispom seja cabeça o dito mosteiro de todas as nossas cazas que estão edificadas ou se edificarem pello tempo adiante em qualquer parte das terras do Brazil [...]"⁷

As *Constituições e diffiniçoens, da Ordem de S. Bento pera a Proviñcia do Brazil*, contém um capítulo dedicado ao Ofício Divino. Das orientações dadas salienta-se o facto dos monges não poderem ir cantar a outras igrejas e as Matinas se celebrarem à meia noite. O capítulo onze apresenta também algumas considerações sobre a prática do canto polifónico nos mosteiros. O Abade Provincial, juntamente com os outros Abades, *Definidores* e *Visitadores* entenderam que a prática de música polifónica "trazia inquietações" aos mosteiros pelo que deixaram expresso o seguinte:

"[...] 3 Porquanto ordinariamente ha inquietações em sustentar Cappellas de cantto dorgão, mandamos aos Prelados que quando senão puder cantar sem estas inquietações, o não cantem, e se uze de canto chão pauzado, e com devoção para o que mandarão aprender todos os irmãos de toda a curiosidade, e diligencia: o Padre Provincial o fará assy organizar [...]"⁸

Sobre o ofício de Cantor as *Constituições* dizem o seguinte:

"[...] 1. Nas festas communique ao Padre D. Abbade os que ha de por por Monistros [...] 2. Faça taboa para as festas do Natal. e somana sancta communicando com o Abbade que não tenha Rospeito, senão aquem o fará melhor. [...]"⁹

As *Constituições* têm ainda um capítulo dedicado aos *órgãos* com um parágrafo apenas sobre a intervenção deste instrumento no Ofício Divino:

"[...] O Primeiro verso dos Psalmos e gloria patri não se tanja. [...]"¹⁰

Muitos foram os monges, alguns obedecendo ao "Voto de passar o mar." outros mesmo sem o terem feito que no Brasil se empenharam em transmitir a sua religião e cultura

7 As, *Constituições e diffiniçoens, da Ordem de S. Bento pera a Proviñcia do Brazil*, Título primeiro, capítulo terceiro.

8 *Idem*, Título primeiro, capítulo décimo primeiro, *Officio divino*.

9 *Idem*, Título terceiro, capítulo sexto, *Cantor*.

10 *Idem*, Título terceiro, capítulo sexagésimo sétimo, *Orgãos*.

Fr. Baltasar Pinto foi um destes monges, segundo os testemunhos de Cardeal Saraiva, Fr. Marceliano da Ascensão e Barbosa Machado. Fr. Baltasar Pinto era natural de Castro d'Aire, tendo nascido em 1621. Faleceu no Mosteiro de Tibães em 1696, depois de ter estado no Brasil desde 1669. Era Doutorado pela Ordem e tinha conhecimentos em áreas como a Filosofia, Matemática, Náutica e a Música. O relato que escreveu da sua viagem para o Brasil é, segundo Geraldo Coelho Dias, "uma curiosa e científica descrição do que era navegar para o Brasil no século XVII."¹¹

No campo da escultura e da arquitectura monges ilustres deixaram trabalhos admiráveis do barroco, que se podem apreciar nos mosteiros do Rio de Janeiro, Baía e Olinda. Entre estes salientam-se o pintor Fr. Ricardo do Pilar, o arquitecto Fr. Bernardo de S. Bento e Fr. Domingos da Conceição, escultor seiscentista do Rio de Janeiro.¹²

A Província do Brasil contou também com monges ilustres que muito honraram a congregação. D. Fr. João de Seixas, foi um desses monges. Nasceu no Rio de Janeiro em 1691, e tomou o hábito da congregação no Mosteiro da Baía, em 1713. Seu pai era natural da cidade de Lamego, e sua mãe, D. Maria da Rocha Fiuza, era natural do Rio de Janeiro. A sua formação incluiu a gramática, a poesia latina e a música, tendo aprendido a tocar alguns instrumentos. José Mazza afirma que "João de Seixas da Fonseca compôs diversas obras em Muzica"¹³ Chegou a Bispo de Areopoli, sendo *Sagrado* na Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma em 1733. Antes, e de acordo com o seu biógrafo Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luís) "Assistindo em Florença estampou hum Livro de Sonatas de Cravo".¹⁴ A biografia que o Cardeal Saraiva redigiu refere que em 1738, D. João Seixas estava no Mosteiro de S. Bento da Saúde de Lisboa, não se sabendo se terá morrido nesse ano. Tal não aconteceu porém, porquanto D. João de Seixas regressou de novo ao Brasil, vindo a falecer em 1758.¹⁵ Joaquim de Vasconcelos, no seu livro *os Músicos Portugueses* menciona o *Livro de Sonatas de Cravo*, compostas por Ludovico Justino da Pistoya em Florença em 1732, dedicadas ao Infante D. António de Bragança, cravista, irmão mais novo

11 Geraldo Coelho Dias, "O Mar e os Beneditinos Portugueses", *Mínia*, 3ª Série, Ano III, Braga, ASPA, 1995, p.85.

12 D. Clemente da Siva Nigra, *Três artistas beneditinos: Fr. Bernardo de S. Bento, o Arquitecto Seiscentista do Rio de Janeiro. Frei Domingos da Conceição, o Escultor seiscentista do Rio de Janeiro. Frei Ricardo do Pilar, o Pintor Seiscentista do Rio de Janeiro*, Salvador-Bahia. Tipografia Beneditina, Lda., 1950.

13 José Mazza, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, com Prefácio e Notas do Padre José Augusto Alegria, Sep. Revista *Ocidente*, Lisboa, 1944/45, p. 30.

14 Luís de Oliveira Ramos, "Inéditos do Cardeal Saraiva (Historiografia Monástica)", Braga, *Bracara Augusta*, Tomo XXX, 69 (81), 1976, pp. 185-255.

15 AMSB/RJ, *Dietário*, códice 1161, f. 296.

de D. João V.¹⁶ O compositor Ludovico Giustini nasceu em Pistoia em 1685, sucedendo a seu pai, a partir de 1725 no cargo de organista na Irmandade do Espírito Santo, tendo falecido na mesma cidade em 1744. As doze sonatas dedicadas por D. Fr. João Seixas a D. António,¹⁷ viriam a ser publicadas novamente entre os anos de 1741 e 1746 em Amsterdão sob a responsabilidade de Gerhard Friedrich Witvogel.¹⁸ Segundo Gerhard Doderer, os contactos entre D. Fr. João Seixas e o compositor de Pistoia, devem ter sido estabelecidas por intermédio de Bartolomeu Cristofori, construtor do cravo *Di piano e forte detto volgarmente di martelletti*. As composições de Ludovico Giustini destinavam-se precisamente a serem interpretadas neste "novo" instrumento. D. Fr. João Seixas, numa apreciação, balizada pelos conhecimentos musicais que possuía, referiu-se às sonatas do seguinte modo:

" [...] udite già dame con particolare soddisfazione. [...] e da quelli Intendenti di tal Professione giudicate di molto buon gusto [...]"¹⁹

A Província do Brasil teve o seu maior desenvolvimento entre os finais do século XVII e princípios do século XVIII. Os mosteiros implantados a partir de S. Salvador da Baía, no sentido Norte-Sul, quase sempre junto ao mar, foram marcando cada vez mais a sua presença. Digno de nota na história da presença beneditina no Brasil é, segundo Geraldo Coelho Dias, o papel dos beneditinos aquando das invasões holandesas a partir de 1624 e o seu contributo no "apetrechamento das naus da armada expedicionária que, do Brasil, foi libertar Angola dos holandeses".²⁰

Em 1762, os beneditinos recebiam o aviso régio que proibía a entrada de novos noviços para os mosteiros da congregação.

16 Joaquim de Vasconcelos, *Os Músicos Portuguezes*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1870, vol II, p. 106. D. António de Bragança havia se deslocado a Itália em 1714, altura em que se iniciaram os contactos entre o compositor Domenico Scarlatti e a corte portuguesa.

17 "Sonate da cimballo di piano, e forte detto volgarmente di martelletti dedicate a sua altezza D. Antonio infante di Portogallo [...]", BGUC, Ms 1829, p. 628. Maria Luisa Lemos, *Impressos Musicais da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1980, Coimbra Editora, Sep. Boletim da Biblioteca Universidade de Coimbra, Vol XXXIV, 3ª parte.

18 Gerhard Doderer, notas ao disco *Ludovico Giustini di Pistoia, Sonate da Cimballo di Piano, e Forte*, Cremilde Rosado Fernandes, Piano-forte, Numérica, CD1047, 1996.

19 *Ibidem*. Sobre D. João Seixas e Giustini Di Pistoia ver Robert Stevenson, "The Brazilian Bishop who launched the First Piano Publication (1732)", *Inter-American Music Review*, vol. I, 1979, pp. 211 - 215 e Gerhard Doderer, "Lisboa, o Piano-forte Florentino e Ludovico Giustini di Pistoia: Uma relação triangular da primeira metade do séc. XVIII", Comunicação, International Musicological Society Congress, Londres, 1997.

20 Geraldo J. A. Coelho Dias, "Os Beneditinos Portugueses e a Missão", *Bracara Augusta*, Vol. XXXVIII, Fas. 85-86 (98-99), 1984, p. 231.

A Congregação Beneditina Brasileira formou-se em 1827, dando continuidade à *Congregação dos Monges Negros de S. Bento dos Reinos de Portugal*. A Bula *Inter gravissimas* do Papa Leão XII declarou os mosteiros do Brasil independentes da Congregação de Portugal, reunindo-os na Congregação Beneditina Brasileira. Depois de um período de grandes dificuldades, em que a congregação por aviso ministerial de 1855, foi novamente obrigada a não aceitar a entrada de noviços, deu-se um período de restauração monástica com a passagem do regime político a República, em 1889. Para a concretização desta tarefa foi incumbido, D. Gerardo van Caloen, Procurador da Congregação de Beuron em Roma. A sua chegada ao Recife em 1895, foi celebrada com um *Te Deum* solenemente cantado no Mosteiro de Olinda. Em 1910, foram aprovadas pelo Papa Pio X, as Constituições da Congregação Beneditina Brasileira, moldadas, segundo D. Joaquim G. de Luna, de acordo com as Constituições da Congregação de Beuron. Os monges beneditinos brasileiros optaram por deixar de lado as Constituições e também o Cerimonial Monástico português, que haviam seguido cerca de 300 anos.²¹

Em 1907, entrou para o Noviciado na Abadia de Stanbrook, Worcester, em Inglaterra, a Religiosa D. Ana Abiah da Silva Prado, que juntamente com outras religiosas, que receberam também a sua formação em Inglaterra, viriam a fundar o primeiro mosteiro feminino no Brasil, na cidade de S. Paulo, no ano de 1911.²²

Em 1914, a Santa Sé nomeou D. Lourenço Zeller, Abade de Seckau da Congregação de Beuron, para Visitador Apostólico da Congregação Brasileira.²³

A Congregação Beneditina Brasileira teve nos anos que se seguiram à sua restauração um extraordinário florescimento desenvolvendo e restaurando as antigas Abadias, criando novos mosteiros, formando Institutos de Educação e Colégios, e mesmo instituições de ensino superior, como a Faculdade de Filosofia, actualmente incorporada na Universidade Católica de S. Paulo. A Congregação prossegue o seu constante labor, apanágio das comunidades beneditinas.

21 D. Joaquim G. de Luna, *Os Monges Beneditinos no Brasil*, Rio de Janeiro, Edições "Lumen Christi", 1947, p. 49.

22 *Idem*, pp. 149-153.

23 D. José Lohr Endres, *A Ordem de São Bento no Brasil quando Provincia, 1582-1827*, Editora Beneditina LTA, Salvador-Bahia, 1980.

4.2. O florescimento da música religiosa no Brasil e seu desenvolvimento nos séculos XVI a XIX.

Quando a frota comandada por Pedro Álvares Cabral chegou à Terra de Vera Cruz, no ano de 1500, levava consigo três monges franciscanos: Fr. Henrique Soares Coimbra e seus auxiliares, Fr. Pedro Netto, corista de ordens sacras e Fr. Masseur (ou Maffeu), organista. A missiva enviada a D. Manuel, no dia 1 de Maio de 1500 por Pero Vaz de Caminha, dá conta da primeira missa no Brasil celebrada por Fr. Henrique, em que cerca de 200 índios *tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e dansar um pedaço*.²⁴ O facto de um organista integrar o grupo de navegadores, é de crer que de Portugal terá ido também um pequeno órgão portátil.²⁵ Além deste instrumento levavam a bordo trombetas, atabaques, tambores, sistres, flautas, tamborins e gaitas de foles.²⁶

Em 1549, chegava ao Brasil o Padre Manuel da Nóbrega, primeiro Padre da Companhia de Jesus a celebrar Missa no Brasil. Juntamente com o Padre Nóbrega estava o Padre Leonardo Nunes, cantor e músico, fundador do Colégio de S. Vicente, primeira instituição de instrução na região que é hoje o Estado de S. Paulo. O Padre Leonardo Nunes viria a naufragar numa viagem a Lisboa e Roma em 1554.²⁷ Em 1552, o Padre Francisco Pires escrevia para Lisboa, pedindo que lhes fossem enviados instrumentos, incluindo "nêsperras", umas campainhas sem badalos que se tangiam tocando umas nas outras²⁸ e até, se fosse possível, um tamborileiro e um gaiteiro para melhor desenvolverem a sua acção. A

²⁴ Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 81.

Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, Edições Livros de Portugal, 1943, pp.214, 221, cit. In Manuel Carlos de Brito, Luísa Cymbron, *História da Música Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1992, p.66.

²⁵ Jaime Diniz, "Velhos organistas da Bahia - 1559-1745". Separata da Revista *Universitas*, nº 10, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1971, p.37. Cit. em Adeilton Bairral, *Música e músicos na Bahia do século XVI ao século XIX*. Monografia. (dact), Rio de Janeiro, Conservatório Brasileiro de Música, 1990, p.6.

²⁶ João de Barros, *Décadas da Ásia, Década I*, 1552. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945, p.103, cit. in Manuel Carlos de Brito, "A música nos documentos da expansão portuguesa, um projecto de investigação" *Actas VII Encontro Nacional de Musicologia*, Boletim nº 78, Julho/Setembro, Lisboa, Associação Portuguesa de Educação Musical, 1993, pp.15 - 17.

²⁷ Ana Luísa Balmori Padesca, *Os Jesuítas e a Música na Expansão Portuguesa Quinhentista*, vol.I. Diss. de Mestrado. (Dact.), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987, p. 75.

²⁸ Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 86, nota 17.

primeira Missa que se realizou no Colégio de S. Vicente foi celebrada em Junho de 1558. Diogo Jácome, escrevendo aos Padres e Irmãos de Coimbra deu conta do acontecimento e relatou o seguinte:

"[...] foy com todas a muziqua de canto d' orguão e flautas [...]"²⁹

Os Jesuítas, dispostos a utilizar a música como um meio fundamental na missão, foram os primeiros a ensinar às crianças as letras e artes, começando pela realização de classes de catequese e mais tarde fundando os seus próprios colégios.³⁰ São vários os testemunhos registados em cartas enviadas para Portugal do ensino e prática musical religiosa então realizada. Os monges da Companhia de Jesus foram também os primeiros a criar escolas com ensino de música instrumental, nomeadamente órgão, cravo e flauta, instrumentos usados no acompanhamento das vozes na música religiosa.³¹ No registo da Visitação realizada em 1583 por Cristovão de Gouveia e seu secretário, Fernão Cardim, a três aldeias da Baía, ficou anotado que existiam nessas aldeias escolas para os meninos índios em que estes tocavam flautas, violas e cravos, oficiando a Missa a canto de órgão. Na Festa de Jesus realizada no Colégio da Baía em 1565, as Vésperas foram cantadas por

"três coros diversos: um de canto de órgão, outro de um cravo, e outro de flautas de modo que, acabando um começava o outro, e todos, certo, com muita ordem quando vinha a sua vez."³²

O coro de meninos flautistas havia sido ensinado pelo Padre António Rodrigues, cantor e músico que atraía os índios à catequese e à escola através da música. Estes meninos deslocavam-se a Salvador para cantar nas cerimónias litúrgicas mais importantes. Entre os melhores saíam os "mestres", denominados *Nheengaráibos* que haveriam de ensinar outros

²⁹ Serafim Leite, *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil, Monumenta Brasiliae* (1538-1568), cit. In Ana Luísa Balmori Padesca, *Os Jesuítas e a Música na Expansão Portuguesa Quinhentista*, vol.II, Diss. de Mestrado, (Dact.), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, s.d., (1987), Doc. nº 28.

³⁰ Embora os jesuítas tivessem cultivado a música nos séculos XVII e XVIII, as directrizes emanadas por Inácio de Loyola eram contra o emprego da música pelos membros da Companhia de Jesus. No entanto, nas missões, havia a necessidade de atrair pessoas, sendo a música usada com esta finalidade.

³¹ Sobre a acção dos Padres jesuítas da Baía no campo da música veja-se Serafim Leite, "A música nas escolas jesuíticas do Brasil no século XVI. Separata da Revista *Cultura*, nº2, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1949; Régis, Duprat, "A música na Bahia colonial", *Revista de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo*, vol. 30, ano 16, nº 61, São Paulo, 1965, pp. 93-116.

³² Marcelo Fagerlande, José Maurício, *O Método de Piano-forte do Padre José Maurício Nunes Garcia*, Rio de Janeiro, Relume - Dumará, 1995, p. 11.

a "cantar por música".³³ A prática coral e instrumental consistia no canto polifónico litúrgico em partes da Missa, na celebração das Vésperas, no *Te Deum* e *Magnificat*; nas cantigas para os Índios, com teatro e dança; nos cantos de devoção na catequese, com *Ladaínhas*, *Avé Maria*, *Salvé-Rainha* e no canto colegial para as festas acadêmicas ou visitas de personalidades.³⁴ Serafim Leite, referindo-se à legislação da Companhia de Jesus no Brasil, no que diz respeito à música e seu ensino, menciona Três documentos: o *Regulamento das Aldeias do Brasil*, de 1586, em que se estabelece ensinar às crianças a ler, escrever e cantar diariamente; o *Regulamento das Aldeias do Maranhão e Pará*, de 1658, em que além do ensino do canto se determina que se ensine a *tanger instrumentos* e ainda o *Regulamento do Seminário de Belém*, de 1694, onde consta a existência de uma *classe de solfa*, dada por um Mestre secular, bem como a aprendizagem de instrumentos durante os tempos livres.³⁵

Além da prática musical litúrgica, os missionários cristãos, e em particular os jesuítas, promoveram a representação teatral entre os indígenas. Os Autos com música e dança dos Tupis, constituíram instrumentos de missão de grande importância. O Padre Anchieta (1534-1587), considerado pelos historiadores brasileiros o fundador do teatro do seu país, escreveu várias peças de estilo simples cuja forma dramatúrgica se aproxima do Teatro Vicentino.³⁶ Das peças do Padre Anchieta que chegaram até nós, conservam-se alguns Autos escritos em português, espanhol e em Tupi. Segundo Duarte Ivo Cruz, é possível saber como seriam as representações dos Autos, apenas no que diz respeito aos enquadramentos cénicos e às danças dos Índios, não havendo porém indicações sobre a música.³⁷

Para Ernesto Domingues, o maior testemunho da actividade artística dos Jesuítas no Brasil é a Igreja do Colégio da Baía, hoje catedral, considerada um dos mais importantes monumentos religiosos da América Latina.³⁸ No entanto, para vários autores brasileiros,³⁹ apesar do mérito dos jesuítas no campo da música, não houve no Brasil missionários jesuítas

33 Adeilton Bairral, *As Quatro Paixões do Arquivo da Cúria Arquidiocesana de São Salvador*, Dissertação de Mestrado, (dact.) Rio de Janeiro, Conservatório Brasileiro de Música, 1997, pp. 12-13.

34 *Ibidem*, p. 12.

35 Serafim Leite, "A Música nas primeiras escolas do Brasil", *Broteria*, vol. XLIV, 1947, p. 378.

36 Sobre a obra de José Anchieta ver Rogério Budasz, *O Cancioneiro Ibérico em José Anchieta-Um Enfoque Musicológico*, Dissert., (Dact), S. Paulo, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo, 1996.

37 Duarte Ivo Cruz, "A Acção Missionária do padre Anchieta e a Fundação do Teatro Brasileiro", *Bracara Augusta*, vol. XXXVIII, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1984, pp. 265.

38 Ernesto Domingues, "Contribuição científica e artística dos antigos Missionários Jesuítas", *Bracara Augusta*, vol. XXXVIII, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1984, p. 210.

39 Nomeadamente Serafim Leite e Curt Lange. Ver também Adeilton Bairral, *As Quatro Paixões do Arquivo da Cúria Arquidiocesana de São Salvador*, Dissertação de Mestrado, (dact.) Rio de Janeiro, Conservatório Brasileiro de Música, 1997, p. 12.

com sólida formação musical, tal como aconteceu com a colonização espanhola em Santa Fé, Buenos Aires e outros lugares. No caso da Congregação Beneditina houve, no entanto, essa preocupação, sendo enviados para o Brasil diversos monges que, com formação musical apropriada e adquirida em Portugal, exerceram funções de Cantores e Organistas nos mosteiros de além mar.

O primeiro músico a pisar solo baiano foi Francisco de Vaccas, nomeado *Chantre* pelo Bispo de Salvador. Em 1552, o Bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, ao escrever uma carta ao Rei, relata a chegada do músico, informando que este se havia oferecido para ensinar a cantar, ocupando o cargo de Mestre de Capela, na condição de lhe ser concedida a *Prebenda na Sé*. A missiva do Bispo termina pedindo que lhe sejam enviados órgãos para a realização dos Divinos Offícios:

" (...) Não se esqueça Vossa Alteza de mandar cá uns órgãos, porque segundo este gentio é amigo de novidades, muito mais se há de mover por ver dar um relógio e tanger órgãos que por pregações nem admoestações."⁴⁰

Em 1559, a função de Mestre Capela da Sé da cidade de Salvador foi criada por carta régia, tendo sido nomeados para os cargos de Mestre Capela e organista da Sé da cidade de S. Salvador respectivamente Bartolomeu Pires (ca. 1560-1586) e Pedro da Fonseca, Cónego da catedral. No mesmo ano, uma carta de D. Sebastião determinou que se desse ordenado anual de seis mil reis a quatro moços do coro. A capela de música da Sé executava obras do repertório polifônico quinhentista à semelhança do que se fazia em Portugal.⁴¹

A fundação do mosteiro beneditino de São Sebastião em 1581, e os outros mosteiros beneditinos que se lhe seguiram viriam a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da música religiosa, nesta época, no Brasil. A Ordem dos Carmelitas viria também a desempenhar um papel significativo no contexto musical religioso. Eusébio de Matos, nasceu na Baía em 1629. Depois de ingressar na Ordem dos Jesuítas em 1644, transferiu-se em 1677, para a Ordem do Carmo, adoptando o nome de Fr. Eusébio da Soledade. Homem de cultura, filósofo, poeta, orador e pintor excelente, foi também músico, compondo, tocando harpa e viola. Compôs a par de Hinos religiosos, cantos profanos com letra da sua autoria.⁴² Fr. Eusébio da Soledade faleceu em 1692. Diogo Barbosa Machado descreveu-o assim na *Bibliotheca Lusitana*:

40 ANTT, *Corpo Cronológico*, 1 88,63. In Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos. *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Suplemento Biográfico, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 216.

41 Adeilton Bairral, *As Quatro Paixões do Arquivo da Cúria Arquidiocesana de São Salvador*. Dissertação de Mestrado, (dact.) Rio de Janeiro. Conservatório Brasileiro de Música, 1997, p. 9.

42 Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos. *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, (Suplemento Biográfico) pp. 212-213

"[...] Foi insigne Pregador assim em subtileza dos discursos, como na vehemencia dos affectos: poeta vulgar, e Latino, cujos versos erão tão discretos, como elegantes: Musico por Arte, e natureza compondo as letras que acomodava aos preceitos da solfa: Arithmetico grande sendo sempre eleito para arbrito das mayores contas: Pintor engenhoso do qual se conservão com estimação particular muitos dibuxos[...]"⁴³

Fr. Antão ou António de Santo Elias, nasceu em Lisboa cerca de 1680 e professou no Convento Carmelita da Baía no ano de 1697. Compositor e harpista, foi, depois de regressar a Lisboa, Mestre Capela do Convento do Carmo, onde viria a falecer em 1748. Compôs vários Responsórios de Natal para dois coros e instrumentos, Missas a 4 e 8 vezes com acompanhamento instrumental, Hinos, Salmos, um *Te Deum*, um *Magnificat* e muitos Vilancicos.⁴⁴ Ernesto Vieira indica que Fr. António de Santo Elias compôs uma cantata para festejar o casamento de D. João V.⁴⁵ O autor da "Chronica dos carmelitas", Fr. José Pereira de Santa Ana, nascido no Rio de Janeiro em 1696, foi também músico, tendo composto diversas obras sacras e modinhas. Em Portugal foi Lente da Universidade e confessor da família real. Faleceu em Salvaterra em 1759.⁴⁶

Na direcção do serviço musical da Baía estiveram ao longo dos anos vários Mestres Capelas nascidos em Portugal. Fr. Agostinho de Santa Mónica foi um desses casos. Este compositor nasceu em Lisboa em 1633, professando na Ordem de S. Paulo com dezasseis anos de idade. As suas qualidades musicais levaram-no até ao Brasil onde foi durante cerca de vinte anos Mestre Capela da Catedral da Baía, (ca.1683 - ca.1703) voltando depois para Lisboa. Conhecido como "o gago", de acordo com a sua biografia,⁴⁷ compôs mais de quarenta missas polifónicas bem como outras obras para o serviço religioso, outrora existentes no arquivo da Catedral da Baía e no Convento de Lisboa. Fr. Agostinho de Santa

e Adeilton Bairral, *As Quatro Paixões do Arquivo da Cúria Arquidiocesana de São Salvador*, Dissertação de Mestrado. (dact.) Rio de Janeiro, Conservatório Brasileiro de Música, 1997, p. 13.

43 Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1759. Tomo I, p. 766, Tomo IV, p. 116. [O nome de Fr. Eusébio da Soledade não consta na publicação de Rui Vieira Nery, *A Música no Ciclo da "Bibliotheca Lusitana"*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984].

44 Ver José Mazza, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, com Prefácio e Notas do Padre José Augusto Alegria, Sep. Revista *Ocidente*, Lisboa, 1944/45, p. 14, Rui Vieira Nery, *Para a História do Barroco Musical Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 61, do mesmo autor, *A Música no Ciclo da "Bibliotheca Lusitana"*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 213 e Robert Stevenson, "Some portuguese sources for early Brazilian music history", *The Yearbook of the Inter-American Institute for Musical Research*, vol. 4, New Orleans, 1968, pp. 2-3.

45 Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, p. 272.

46 *Idem*, p. 270.

47 BNL, códice 8942. In Rui Vieira Nery, *Para a História do Barroco Musical Português*, 1980, pp. 57-58.

Mónica, faleceu na cidade onde nasceu, em 1713.⁴⁸ Anteriormente havia estado à frente da Capela (a partir de 1670), o Padre João de Lima, que de acordo com Loreto Couto em *Desagravos do Brasil*, era excelente instrumentista, dominando vários instrumentos quer de sopro, quer de cordas. O Padre João de Lima foi também Mestre Capela na Catedral de Olinda.⁴⁹

O primeiro exemplo que se conhece de "música colonial" é um *Recitativo e Ária*, em vernáculo para Soprano, primeiros e segundos violinos e contínuo, composto na Baía em 1759. A autoria desta obra foi atribuída a Caetano de Melo de Jesus, Mestre de Capela na Catedral naquela época.⁵⁰ Caetano de Melo de Jesus é, nas palavras de José Augusto de Alegria, autor do "primeiro grande documento teórico da história da música no Brasil."⁵¹ A obra intitula-se *Escola de canto de órgão. Música Praticada em Forma de Diálogo entre Discípulo e Mestre*, fazendo o autor referência a quatro partes. Na Biblioteca Pública de Évora conservam-se apenas os manuscritos respeitantes à primeira e segunda partes, datadas respectivamente de 1759 e 1760,⁵² e que terão vindo para o continente para serem impressos. O tratado, de grandes dimensões, inclui o depoimento de mestres brasileiros e portugueses sobre algumas questões de teoria musical, nomeadamente a questão da afinação dos instrumentos *igualmente temperada* entre os doze meios tons da escala.⁵³ No segundo volume da obra, Caetano de Melo deixa escrita uma polémica surgida na cidade da Baía em 1734, depois de uma apresentação da Capela Musical por si dirigida, na Igreja do Desterro das Religiosas de Santa Clara. O *Discurso Apologético*, que o Padre Caetano de Melo de Jesus então escreveu, como resposta aos que ainda se encontravam ligados à tradicional teoria da solmização, mostrou o entendimento deste músico sobre a evolução da própria

48 Adeilton Bairral refere por lapso que Ernesto Vieira registou a biografia deste compositor (BNL, código 8942) no seu *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*. In *As Quatro Paixões do Arquivo da Cúria Arquidiocesana de São Salvador*, Dissertação de Mestrado, (dact.) Rio de Janeiro, Conservatório Brasileiro de Música, 1997, p. 20.

49 In Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, pp. 35- 36.

50 Sobre o compositor ver Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Lambertini, 1900, pp. 499-500 e José Mazza, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, com Prefácio e Notas do Padre José Augusto Alegria, Sep. Revista *Ocidente*, Lisboa, 1944/45, p. 19.

51 José Augusto Alegria, *Biblioteca Pública de Évora, Catálogo dos Fundos Musicais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, p. 5.

52 *Ibidem*, pp. 64-65.

53 Sobre a problemática levantada na obra de Caetano de Melo de Jesus, relativamente ao temperamento usado na afinação dos instrumentos de tecla, Ver Gerhard Doderer, "Contribuição para a problemática da afinação dos instrumentos de tecla na península Ibérica durante o século XVIII", *III Encontro Nacional de Musicologia. Actas, Boletim da Associação Portuguesa de Educação Musical*, nº48, 1986, pp. 40-43.

música que no seu entender exigia uma nova teoria e uma nomenclatura diferente.⁵⁴ Para José Augusto Alegria, este tratado é verdadeiramente surpreendente pelo conhecimento que o autor demonstra da cultura musical europeia de então, citando os mais importantes tratados musicais portugueses e espanhóis dos séculos XVII e XVIII.⁵⁵

Os tratados teóricos brasileiros escritos durante o período colonial são raros, não havendo nenhum tratado impresso pelo facto da instalação de tipografias no Brasil ter sido proibida até o ano de 1808. Fernando Binder e Paulo Castagna identificaram nove obras teóricas, encontrando-se perdidos os tratados de João de Lima de finais do século XVII e o *Tratado de Tons* de Caetano de Melo Jesus. Nos restantes incluem-se o já mencionado *Escola de canto de órgão* (Caetano de Melo Jesus), *a Arte de solfejar* (Recife, 1761)⁵⁶ e *Muzico e Moderno Systema para Solfejar sem Confusão* (Recife, 1776) ambos de Luís Álvares Pinto e *Arte de acompanhar* (Mariana, 1790) de José de Torres Franco. Existem ainda já do século XIX, um tratado de organologia de autor anónimo, e os tratados de André da Silva Gomes e José Maurício Nunes Garcia⁵⁷, respectivamente *Arte explicada do contraponto* (S. Paulo, c. 1800) e *Compêndio de música e método de pianoforte* (Rio de Janeiro, 1821).⁵⁸

Nos finais do século XVIII, foi Mestre Capela da Sé da cidade de S. Salvador da Baía, Teodoro Cyro de Sousa. O compositor, nascido nas Caldas da Raíña em 1766, entrou para o Seminário Patriarcal de Lisboa, com seis anos de idade, "saindo a 26 de Outubro de 1781 com sciencia de Muzica, acompanhamento e Contraponto deste Seminario para Mestre de Capella da Cidade da Bahia apatrocinado pelo Sr. Rey D. Pedro", conforme indica o *Livro de Matrículas* da instituição.⁵⁹ No Arquivo da Fábrica da Sé de Lisboa conservam-se as seguintes obras deste compositor: Antífona *Regina caeli*, *Magnificat* e dois

54 Ver "Explicação prévia" de José Augusto Alegria, *In Discurso Apologético Polémica Musical do Padre Caetano de Melo de Jesus, natural do Arcebispado da Baía, 1734*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

55 José Augusto Alegria, "Um Teórico Musical Brasileiro do século XVIII, *Bracara Augusta*, vol. XXVIII, Braga, Câmara Municipal, 1974, p. 472-476.

56 Ver pp. 407-409.

57 Ver pp. 402-403.

58 Sobre os tratados mencionados ver Fernando Pereira Binder e Paulo Castagna, "Teoria Musical no Brasil: 1734-1854", *Revista Eletrônica de Musicologia*, vol. 1/2, Dezembro de 1996 (<http://www.cce.ufpr.br/~rem/REMr1.2/vol1.2/teoria.html>). O estudo contém também uma síntese sobre a *recepção da teoria musical no Brasil*, em que se apresentam as obras teóricas europeias conhecidas no Brasil.

59 Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, p. 342.

Motetos, *Ascendit Deus*.⁶⁰ Na Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa, há também um *Motetto a 5 concertato*, para a Festa da Ascensão, da autoria deste compositor.⁶¹

Nesta época a música praticava-se também nas procissões e no adro das igrejas com as chamadas *Bandas de Barbeiros*.⁶² Nas Irmandades e Conventos, as celebrações dos Santos Padroeiros, dos fundadores da Ordem, e outras ocasiões especiais, davam também lugar a música de relevo. O Rio de Janeiro, sede do Vice-reinado da colónia portuguesa a partir de 1763, era palco de manifestações religiosas comemorativas dos factos mais importantes ocorridos com a família Real em Portugal, nomeadamente casamentos, nascimentos e mortes, havendo lugar nessas ocasiões para momentos musicais de grande valor, apoiados pela Coroa e pelo Senado da Câmara. Nesta época viveu o compositor Manuel da Silva Rosa (? - RJ, 1793), autor da Paixão segundo S. Mateus *Dominica in Palmis*, para quatro vozes, intercaladas com partes em gregoriano,⁶³ que segundo Ernesto Vieira se cantou durante muitos anos na Capela Imperial e no Convento de S. Francisco do Rio de Janeiro.⁶⁴

Em 1770 foi nomeado para mestre Capela da Catedral do Rio de Janeiro, João Lopes Ferreira, capelão cantor de origem espanhola. Na sua nomeação para Mestre Capela, o Bispo D. António do Desterro teceu várias considerações sobre o repertório musical nas igrejas, proibindo a todos os músicos do bispado que cantassem e tocassem Vilancicos, sem primeiro terem a aceitação do Mestre Capela. O documento de nomeação de João Lopes Ferreira diz o seguinte:

[...] e porque segundo o Sagrado Conselho Tridentino somos obrigados a zelar, e prohibir, que no Culto Divino, hajão muzicas, e Cantos profanos, e indecentes, mas antes procurar que eram. Semelhante lugar sé se cantem Muzicas Edificativas, e dignas do louvor de Deus mandamos com pena de Excomunhão mayor a todos os muzicos deste nosso Bispado, não

⁶⁰ P-Lf, Ms 217/1/2/3/4.

⁶¹ José Augusto Alegria, *Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa. Catálogo dos Fundos Musicais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 43.

⁶² Na segunda metade do século XVIII surge na Baía e Rio de Janeiro a *música dos Barbeiros*. Sobre este tipo de música popular e instrumental veja-se o capítulo dois intitulado "o som da cidade na música de barbeiros", José Ramos Tinhorão, *História Social da Música Popular Brasileira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990.

⁶³ Esta obra foi transcrita e analisada por Adeilton Bairral *In As Quatro Paixões do Arquivo da Cúria Arquidiocesana de São Salvador*. Dissertação de Mestrado, (dact.) Rio de Janeiro, Conservatório Brasileiro de Música, 1997. O autor refere a hipótese de existir uma cópia manuscrita da obra *Dominica in Palmis* no Arquivo do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro. Consultado o espólio deste arquivo, confirmou-se a não existência do manuscrito mencionado.

⁶⁴ Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, p. 264.

cantem, ou toquem nas Igrejas Capellas, oratórios, ou em outros quas quer lugares semelhantes onde se devem cantar louvores a Deus[...] Villancicos, e papeis que não forem primeiramente aprovados pelo Nosso Mestre da Capella ao qual mandamos que não aprove se não os que forem dignos, e pela sua approvaçam levara o estipendio, que diretamente lhe competir; e aos R.R. Parochos deste Nosso Bispado mandamos sob pena de suspensão; ipso facto não deixem de cantar, ou tocar nas suas Igrejas, Capellas, Oratorios filliaes, Muzicos alguns sem lhe mostrarem approvaçam do dito Nosso Mestre da Capella [...]⁶⁵

Provavelmente no ano de 1784, fundou-se na cidade do Rio de Janeiro a Irmandade de Santa Cecília, instituição em tudo semelhante à congénere lisboeta, sinal da existência de músicos e actividade musical significativa.

No dia 8 de Março de 1808, desembarcava no porto da cidade do Rio de Janeiro D. João VI. No cais da Marinha havia-se erguido um altar, junto do qual estava o Cabido da Catedral. A comitiva seguiu em procissão pelas ruas da cidade, ao som de música das aclamações do povo e de tambores e outros instrumentos e do repicar dos sinos das igrejas da cidade, dirigindo-se à Igreja catedral, onde se entoou o Hino *Te Deum laudamus*. Entre as várias cerimónias comemorativas da chegada do monarca que se sucederam, realizou-se uma na Capela de Santo Inácio de Loyola, com uma missa cantada pelos alunos da Escola dos Jesuítas, regida pelo compositor Padre José Maurício, que havia sido nomeado Mestre Capela da Sé Catedral em 1798.⁶⁶

A música vocal e instrumental então ouvida era fruto, em certa medida, do ensino musical que os Padres Jesuítas vinham a desenvolver desde há vários anos nas suas fazendas, nomeadamente a de Santa Cruz, convertida depois em casa de campo da Família Real. O documento que a seguir se transcreve é um inventário relativo ao espólio instrumental ali existente, demonstrativo da prática e ensino musical ministrado:

"Treslado do auto de Inventario da Real fazenda de Santa Cruz e benz que nella se acham que fez o Dezembargador dos aggravos, feito aos denominados jesuitas:

Três Rabecas huma quebrada

hum Rabecan velho

Hum cravo

Hum manicórdio

⁶⁵ Catedral do Rio de Janeiro, *Livro 2º de Portarias e Ordens Episcopais*, p. 115. In Cleofe Person de Mattos, *José Maurício Nunes Garcia, Biografia*, Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 1997, pp. 216-217, nota 31.

⁶⁶ *Idem*, pp. 450- 454.

Duas flautas doses
 Huma viola quebrada
 Oito xoromellas (...)”⁶⁷

Testemunho interessante da prática musical nas fazendas é a lista recolhida de música existente na Fazenda de Macaé, onde havia entre outros

”[...] 35 cadernos de solfa para o Natal, 48 papéis de solfa para o Sacramento, [...] 29 cadernos de solfa para missa, vésperas para Nossa senhora, e graduais para a Ascensão e Ressurreição, um minueto e outros papéis com *Te Deum* e alguns Sonetos [...]”⁶⁸

Segundo Cleofe Person de Mattos,⁶⁹ as cerimónias então realizadas, embora demonstrassem o que de melhor tinha o Brasil no campo da actividade musical religiosa, não estavam ao nível do que se praticava em Lisboa, ficando assim explicadas as medidas tomadas pelo príncipe regente, que mandou posteriormente vir de Lisboa para o Brasil Cantores e Instrumentistas da Capela Real. Não estava em causa, no entanto, a prestação do compositor José Maurício Nunes Garcia (1767-1830) que viria a ocupar o lugar de Mestre da Capela Real criada pelo príncipe regente, em 1808.

D. João VI tomou ainda a iniciativa de retomar o ensino da música na Fazenda de Santa Cruz, ensino que os Jesuítas haviam realizado até 1759. Foram então nomeados os Professores Major Quintiliano José de Moura e Inácio Pinheiro da Silva. Mais tarde estes mesmos professores desenvolveram a sua acção na Real Quinta da Boa Vista, formando músicos para integrarem os conjuntos musicais da Corte.

À frente da Capela Real esteve durante três anos (entre 1808 a 1811), como já foi dito, o compositor Padre José Maurício, natural do Rio de Janeiro, apelidado por Marcelo Fagerlande de “Mozart da Rua dos Marrecas”. Fundador na sua casa (em 1794, à Rua dos Marrecas) de um curso de música que ministrou durante vinte e oito anos, o Padre José Maurício escreveu um Compêndio de Música e um Método de Piano-forte, que segundo Fagerlande é um “espelho do ensino da música no Brasil da época” e “representa a síntese da orientação didáctica no ensino da Rua dos Marrecas.”⁷⁰ O Método dedicado aos seus filhos tem o seguinte título, numa cópia datada de 1864: “Compêndio de Música e Methodo de

⁶⁷ In Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Suplemento Biográfico, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 113.

⁶⁸ Cleofe Person de Mattos, *José Maurício Nunes Garcia, Biografia*, Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 1977, p. 211, nota 17.

⁶⁹ *Idem*, p. 229, nota 85.

⁷⁰ Marcelo Fagerlande, *José Maurício, O Método de Piano forte do Padre José Maurício Nunes Garcia*, Rio de Janeiro, Relume - Dumará, 1995, p. 20.

Pianoforte do Snr. Pe. Me. José Mauricio Nunes Garcia. Expressamente escrito para o Dr. Jozé Mauricio e seu Irmão Apollinário - em 1821".

As comemorações relativas a acontecimentos da família Real não se realizavam apenas no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais e Salvador havia também cerimónias nestas ocasiões de grande esplendor musical. Os festejos não se confinavam porém a cerimónias religiosas, havendo espectáculos gratuitos nos principais teatros com aberturas, árias, duetos e coros denominados "óperas francas". Nos séculos XVII e XVIII, a sociedade mineira contava com um grande número de músicos, muitos deles mulatos, que praticavam música em tudo semelhante à música europeia do seu tempo. Após a descoberta no interior do Brasil de riquíssimos depósitos de ouro, por volta de 1693, e de diamantes, cerca de 1727, formaram-se as primeiras vilas mineiras e com elas a organização da vida musical.⁷¹ Do ponto de vista da história social do Brasil é particularmente interessante o fenómeno de mestiçagem que se dá em Minas Gerais. A população mulata, designada por "homens pardos", derivada da quase inexistência nesta zona de mulheres brancas, assume um papel importante no desenvolvimento de Minas através do comércio, da agricultura e de modo especialmente interessante, das Artes. Em 1780, o Desembargador José João Teixeira Coelho informando o Rei sobre a situação da Capitania Geral escreveu o seguinte:

"[...] que aqueles mulatos que se não fazem absolutamente ociosos, se empregam no ofício de musicos, os quais são tantos na Capitania de Minas, que certamente excedem o número dos que há em todo o Reino."⁷²

A música era essencialmente sacra, destinando-se aos diversos serviços religiosos existentes na época. Em 1748 é instalada a primeira diocese mineira na cidade de Mariana. A cidade que conserva o aspecto e usos coloniais, possui um património artístico valioso. A Sé, edifício característico do século XVIII, foi ampliada quando elevada a Catedral, sendo nessa altura adornada com a talha "Nacional" portuguesa. O órgão existente na Sé de Mariana, provém de Portugal. Segundo Marcello Martiniano Ferreira, este órgão foi construído pelo organeiro de Hamburgo Arp Schnitger, falecido em 1719 que terá construído em 1701 além deste, o órgão da Sé de Faro. O órgão de Mariana depois de provavelmente ter pertencido a uma Igreja Franciscana de Lisboa, foi comprado em 1752 a um organeiro intermediário chamado João da Cunha, para ser oferecido pelo Rei D. João V

71 José Maria Neves, *Catálogo de Obras, Música Sacra Mineira*, Rio de Janeiro, Funarte, Ministério da Cultura, 1997, pp. 11-12.

72 In Francisco Curt Lange, "A organização musical durante o período colonial brasileiro." *Relatório. Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. IV, Coimbra, 1966. p. 340.

à Catedral brasileira.⁷³ Investigações recentes têm colocado a hipótese do órgão de Mariana não ser da autoria de Arp Schnitger mas do seu discípulo João Henrique Hulenkampf.⁷⁴ Anteriormente a igreja teve outro órgão, conforme prova a "Provisão de organista da Catedral de Mariana em favor do Padre Manuel da Costa no ano de 1748".⁷⁵ Neste ano seriam ainda nomeados pelo Bispo D. Fr. Manuel da Cruz, O Mestre de Capela, Padre Gregório dos Reis de Melo e Chantre, o Padre Alexandre Nunes Cardoso.⁷⁶

Nos anos de 1741, 1750 e 1788, foram enviados de Portugal para Minas Gerais, a pedido dos vários Bispos, Livros de cantochão e partituras com obras musicais polifónicas para o serviço litúrgico. José Maria Neves chama a atenção para a existência de várias obras de compositores setecentistas e oitocentistas nos arquivos musicais existentes. Nos caixotes enviados de Portugal estavam incluídas obras de Palestrina, Lassus, Monteverdi, Purcell, Haydn, Mozart entre outros compositores de nomeada.⁷⁷ Curt Lange havia já chamado a atenção para o facto da sociedade mineira conhecer as produções musicais europeias contemporâneas, levando os compositores locais da segunda metade do século XVIII a identificarem-se com um estilo pré-clássico, apesar de em Minas se viver num ambiente artístico geral caracterizado como barroco tardio.⁷⁸ Parte do espólio musical constituído por manuscritos dos séculos XVIII e XIX, conserva-se no Museu da Inconfidência de Ouro Preto, constituindo um importante acervo de manuscritos musicais, divulgados pioneiramente por Curt Lange.⁷⁹ Régis Duprat chamou também a atenção para o facto de uma considerável documentação musical conservada nos acervos de manuscritos brasileiros, incluindo o espólio do Museu da Inconfidência, ser constituída por "cópias realizadas no

⁷³ Marcello Martiniano Ferreira, *Arp Schnitger: Dois órgãos congêneres de 1701*, Rio de Janeiro, Edição particular, 1991.

⁷⁴ Gerhard Doderer, "Caixas de Órgãos Portugueses Setecentistas", *Forum*, nº 19, Braga, Universidade do Minho, 1996, p.106. Hulenkampf construiu o órgão da Igreja do Convento de S. Francisco de Lisboa, assinando o contrato em Agosto de 1711, com obrigatoriedade de terminar a obra no prazo de um ano. In Manuel Valença, *A Arte Musical e os Franciscanos no Espaço Português (1463-1910)*, Braga, Editorial Franciscana, 1997, p. 23.

⁷⁵ *Livro da Cúria de Mariana, provisões, Portarias, Licenças*, f. 88v. Cit. In Marcello Martiniano Ferreira, *Arp Schnitger: Dois órgãos congêneres de 1701*. Rio de Janeiro, Edição particular, 1991, p. 44.

⁷⁶ José Maria Neves, *Catálogo de Obras, Música Sacra Mineira*, Rio de Janeiro, Funarte, Ministério da Cultura, 1997, p.12.

⁷⁷ José Maria Neves, *Catálogo de Obras, Música Sacra Mineira*, Rio de Janeiro, Funarte, Ministério da Cultura, 1997, pp. 17-18.

⁷⁸ Francisco Curt Lange, "A organização musical durante o período colonial brasileiro." *Relatório, Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. IV, Coimbra, 1966, p. 341.

⁷⁹ Sobre este acervo musical vejam-se os trabalhos de Régis Duprat e Carlos Alberto Baltazar, *Museu da Inconfidência (Ouro Preto), Acervo de manuscritos musicais - Coleção Francisco Curt Lange, compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1991 e Régis Duprat e Carlos Alberto Baltazar, *Museu da Inconfidência (Ouro Preto), Acervo de manuscritos musicais - Coleção Francisco Curt Lange, compositores não mineiros dos séculos XVI eaXIX*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

decorrer dos séculos XVIII e XIX, de obras compostas no Brasil e em Portugal em fase histórica muito anterior".⁸⁰ Este autor fundamenta a sua opinião, com o exemplo de uma obra atribuída erradamente a Francisco Gomes da Rocha, compositor da Escola Mineira dos finais do século XVIII, cuja assinatura consta numa das folhas do manuscrito. Duprat chegou à conclusão que a obra em questão, "*Popule meus a Quatro Vozes e/Cum descendentibus in/Lacum/Para Sesta feira da Paixão*"⁸¹ é da autoria de Gines de Morata,⁸² primeiro Mestre de Capela do Palácio Ducal em Vila Viçosa, que em 1576 foi substituído por António Pinheiro.⁸³

Além deste acervo musical existem manuscritos provenientes das orquestras de São João del Rei, Tiradentes e Prados, do Museu da Música da Arquidiocese de Mariana e do Pão de Santo António de Diamantina, em parte reunidos em catálogo por José Maria Neves.⁸⁴ Entre os compositores mineiros conhecidos desta época, encontra-se o compositor José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, filho de pai português, nascido na Vila do Príncipe do Serro Frio em 1746.⁸⁵ Este compositor, que viria a falecer no Rio de Janeiro em 1805, exerceu funções de organista na cidade de Diamantina. Lobo de Mesquita é autor de um Ofício de Defuntos, conhecido por *Ofício das Violetas*, pelo facto do compositor ter usado as violas em substituição dos violinos, dando uma sonoridade particularmente dramática a esta obra.⁸⁶ No acervo do Museu da Inconfidência conservam-se duas obras de

80 Régis Duprat, "A polifonia seiscentista portuguesa em Minas Gerais no século XVIII, Actas do IV Encontro Nacional de Musicologia, Lisboa, APEM, 1987, p. 38.

81 Museu da Inconfidência (Ouro Preto), Acervo de Manuscritos Musicais - Coleção Francisco Curt Lange. (P-04-19).

82 Ver José Augusto Alegria, *História da Capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, pp. 155, 156, 178, 188, 189, 192.

83 *Idem*, pp. 32, 156, 157, 189, 192, 200, 202.

84 José Maria Neves, *Catálogo de Obras, Música Sacra Mineira*, Rio de Janeiro, Funarte, Ministério da Cultura, 1997. No Arquivo da Orquestra Ribeiro Bastos de S. João del-Rei (actualmente Tiradentes) encontra-se uma *Missa* do compositor português, da Ordem de S. Paulo, Fr. José Marques (ca.1780-1837). Fr. José Marques esteve no Brasil em 1810, indo exercer funções de organista na Capela Real, regressando pouco depois a Lisboa. In Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, pp. 309-317.

85 Curt Lange compara a figura do genial Aleijadinho no campo das artes plásticas no Brasil e em particular no panorama artístico de Minas Gerais, com o lugar que o compositor Lobo de Mesquita ocupou no campo da arte musical. In Francisco Curt Lange, "A organização musical durante o período colonial brasileiro." *Relatório, Actas do V Coloquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. IV, Coimbra, 1966, p. 353.

86 José Maria Neves, *Catálogo de Obras, Música Sacra Mineira*, Rio de Janeiro, Funarte, Ministério da Cultura, 1997. O catálogo contém as seguintes obras de José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita: *Dominica in Palmis* (nº 14, p. 33); *Dominica in Palmis, Procissão de Ramos*, (nº 15, p. 34); *Matinas de Quarta-feira Santa* (nº 16, p. 35); *Matinas de Quinta-feira Santa* (nº 17, p. 36); *Matinas de Sexta-feira Santa* (nº 18, p. 37); *Sabado Santo* (nº 19, p. 37); *Memento mei Deus* (nº 20, p. 38); *Signatum est super nos* (nº 21, p. 38).

Lobo de Mesquita: *Antífona de Nossa Senhora* (1787) e *Ofício de Ramos* (1782).⁸⁷ O Museu de Mariana, o Arquivo das orquestras "Lira Sanjonense" e "Ribeiro Bastos" em S. João del Rei e o acervo de "Pão de Santo António" em Diamantina têm também obras deste compositor mineiro.⁸⁸

Inácio Parreira Neves (ca. 1730-ca. 1791) desenvolveu a sua actividade em Vila Rica (cidade Ouro Preto) e foi considerado um dos melhores músicos do seu tempo. Em 1787 compôs *Música fúnebre a 4 coroas*, para as exéquias de D. Pedro III. O catálogo de José Maria Neves contém uma *Antífona de Nossa Senhora (Salve Regina)*, para 4 vozes, violinos trompas e baixo (nº 22),⁸⁹ da autoria deste compositor. Além destas obras é também conhecido um *Credo a quatro vozes* e alguns fragmentos de uma *Oratória ao Menino Deus*, em vernáculo, que se encontram no Museu de Música de Mariana.⁹⁰

Outro compositor desta época é o Padre João de Deus de Castro Lobo, natural de Diamantina, onde viveu entre os anos de 1794 a 1832. Segundo Crowl Jr., a obra deste compositor, integrada no domínio da liturgia, apresenta as seguintes características: sólida formação contrapontística e domínio de orquestração típica da época. Da sua produção musical conservam-se cerca de cinquenta obras,⁹¹ sendo as mais importantes *Missa em Ré menor*, *Stabat Mater para coro misto e orquestra*, *Matinas de Natal* e *Matinas do Espírito Santo*, *Missa e Credo para oito vozes e orquestra*, e uma *Abertura em Ré Maior* em que, na opinião do autor citado, se nota a influência da ópera italiana, apresentando uma forma semelhante ao primeiro andamento de uma sinfonia pré - romântica.⁹²

Marcos Coelho Neto nasceu em 1750 no seio de uma família de músicos de Vila Rica, vindo a falecer na sua terra natal em 1823. Em 1787 compôs o *Himno à 4, Maria Mater Gratiae*. Trata-se de uma pequena obra em que os solistas alternam com o coro, separados por pequenos interlúdios de violino. A linha do baixo segue ainda o estilo do *basso continuo*.⁹³

87 Régis Duprat, "A Catalogação Temática do Acervo de Manuscritos Musicais do Museu da Inconfidência de Ouro Preto: Uma Abordagem Preliminar", *II Encontro Nacional de Pesquisa em Música*, Ouro Preto, 1988, p. 92.

88 Harry Laurott Crowl Jr., "Exposição do Acervo de Francisco Curt Lange, *II Encontro Nacional de Pesquisa em Música*, Ouro Preto, 1988, p. 100.

89 José Maria Neves, *Catálogo de Obras, Música Sacra Mineira*. Rio de Janeiro. Funarte, Ministério da Cultura, 1997, p.39.

90 *Idem*, p. 102.

91 *Ibidem*. O catálogo contém as seguintes obras de João de Deus de Castro Lobo: *Responsório de Nossa Senhora das Dores*, (nº 8, p. 30); *Matinas de S. Vicente de Paula*, (nº9, p. 31); *Antífona de Nossa Senhora*, (nº 10, p. 32); *Antífona de São Francisco de Assis*, (nº 11, p. 32).

92 Harry Laurott Crowl Jr., "A Abertura em Ré Maior do padre João de Castro Lobo", *Revista do Instituto de Artes e Cultura*, UFOP, 1987, 1 (o), pp. 56 - 59.

93 A obra encontra-se gravada em disco: *Sacred Music From 18th Century Brazil*. Luiz Alves da Silva. Ensemble Turicum, Claves Records, Switzerland, 1995, 50-9521, CD.

Como já se afirmou, no século XVIII, a zona de Minas tinha uma vida musical de grande relevo, destacando-se o esplendor das cerimónias religiosas mas também das festas profanas. Em 1751 realizaram-se em São João del Rei exéquias solenes em memória de D. João V. Na celebração, foi interpretada uma obra para quatro coros e instrumentos, com os intervenientes colocados em diferentes locais da Igreja.⁹⁴ A "Escola de Compositores de Minas Gerais", é o testemunho da arte musical que então se praticava nesta região. Em paralelo com outras artes, nomeadamente com o Arquitecto e Escultor Aleijadinho ou o Pintor Ataíde, a música assume características peculiares, resultantes de uma combinação entre a música barroca portuguesa e italiana e as características musicais locais.

A actividade musical no Estado de Pernambuco é também conhecida desde o século XVI. Em 1564, Gomes Correia foi nomeado Mestre Capela da Catedral da cidade de Olinda. Em meados do século XVIII, foi também Mestre Capela na Catedral de Olinda o Padre António da Silva Alcântara, que nasceu no Recife, em 1711. Ernesto Vieira, com base no manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, *Desagravos do Brasil*, diz o seguinte sobre este compositor:

"[...] Foy convidado para mestre da Cathedral de Olinda, sendo insigne tangedor de todos os instrumentos, e dos mais celebres professores e de Musica de seu tempo, como testemunhão as obras, que tem composto. sendo as principais. Tercetos, Sonatas com trompas, e boes, e duas Missa. Tres Sonos para as Comedias reaes e a Solfa toda para as ditas Comedias. [...] Ladainha por Elafá a quatro vozes com trompas, violinos e violoncello obrigado. Te-Deum laudamus a quatro Choros com todos os instrumentos, que compoz em pouco tempo, e se cantou no Carmo do Reciffe. Te Deum laudamus a dous choros, cantado na Misericordia. Antiphonas de Santa Cecilia. Sonatas para rebecas, para Cravo, e para Cithara."⁹⁵

Inácio Ribeiro Pimenta foi também Mestre Capela da Catedral de Olinda. Este Mestre Capela, foi um dos músicos que, juntamente com Manuel da Costa Rego, Arcediago da Catedral de Olinda, António Nunes Siqueira, Mestre Capela da Catedral do Rio de Janeiro em 1735, e Inácio Ribeiro Noya, expuseram as suas opiniões sobre o *Discurso Apologético* do Padre Caetano de Melo de Jesus.⁹⁶ O Padre Inácio Ribeiro Noya era natural do Recife.

⁹⁴ Afonso Ávila, "uma encenação barroca da morte: as solenes exéquias de dom João V em São João del Rei", Barroco. (UFMG). In José Maria Neves, *Catálogo de Obras, Música Sacra Mineira*. Rio de Janeiro, Funarte, Ministério da Cultura, 1997, p. 15.

⁹⁵ Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Lambertini, 1900, p. 8

⁹⁶ In Padre Caetano de Melo de Jesus, *Discurso Apologético*, Edição do texto e introdução de José Augusto Alegria, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, pp. 75, 77, 79, 80. Ver p. 398.

Este jesuíta nasceu em 1688, tendo exercido actividade de Compositor, Cantor e Instrumentista.⁹⁷

Luís Alvares Pinto (1719-1789) foi Mestre Capela na Igreja de S. Pedro dos Clérigos no Recife entre os anos de 1782 a 1789 e fundador da Irmandade de Santa Cecília na cidade. Por volta de 1760 compôs um *Te Deum* para coro misto e contínuo.⁹⁸ Ernesto Vieira menciona uma "*Arte de solfejar. Methodo mui breve, e facil, para se saber solfejar em menos de um mez; e saber-se cantar em menos de seis. Segundo os Gregos e primeiros Latinos*", datada de 1761, da autoria deste compositor. Sobre esta obra manuscrita, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa⁹⁹ Ernesto Vieira afirma não ser de grande valor.¹⁰⁰ Mazza, no seu Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses, refere-se a Luís Alvares Pinto do seguinte modo:

"Luís Alvares Pinto natural de Pranamuco homem pardo, excelente Poeta Portuguez e latino, muito inteligente na Lingua Francesa, e Italiana; acompanhava muito bem rabecão, viola, rabeca, veio a Lisboa aprender contraponto com o selebre Henrique da Silva¹⁰¹, tem composto infinitas obras com muito aserto principalmente Ecleziasticas; compos ultimamente humas exequias à morte do Senhor Rey D. José o I a quatro coros, e ainda em composições profanas tem escrito com muito aserto."¹⁰²

Ao longo dos séculos XVII e XVIII desenvolveram-se várias instituições musicais, sendo conhecidos nomes de vários Mestres Capelas pernambucanos. No entanto, o conhecimentos relativos a obras musicais são escassos. José Mazza menciona dois músicos que exerceram a sua actividade no Recife e em Olinda, respectivamente Jerónimo de Sousa Pereira e Inácio Terra:

97 *Idem*, vol. II, p. 135.

98 Gerard Béhague, "Pernambuco", *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*, vol. 14, London, Macmillan, 1980, p. 538. O *Te Deum* foi editado por Jaime Diniz (Recife, 1968). In "Pinto, Luís Álvares", *Idem*, p. 759.

99 A obra foi publicada por Jaime C. Diniz no Recife, em 1977. In José Augusto Alegria, "A Irradiação da Música Sacra Europeia no Brasil", *Musices Aptatio*, Roma, Consociatio Internationalis Musicae Sacrae, 1985, p. 77. (*Arte de solfejar de Luís Álvares Pinto*, estudo preliminar e edição de Jaime Diniz, Recife, Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, MEC, Funarte, 1977)

100 Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, pp. 184-185.

101 O estilo napolitano, fortemente apreciado na época em Portugal, foi transmitido a Luís Alvares Pinto por Henrique da Silva Negrão. Organista na Basílica de Santa Maria em Lisboa, falecido em 1781. In Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, p. 116.

102 José Mazza, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, com Prefácio e Notas do Padre José Augusto Alegria, Sep. Revista *Ocidente*, Lisboa, 1944/45, pp. 33.

"Jeronimo de Sousa Pereira Presbitero do Abito de S. Pedro, o homem pardo, foi Mestre da Capella de S. Pedro Gonsalves no Recife de Pernambuco, dutou muitos Descipolos bons em Contraponto tanto em Pernambuco, como em seus seburdios, escreveu varias obras em Muzica"

"Ignacio Terra Presbitero do Abito de S. Pedro homem Pardotocava muito bem Arpa, e compunha não menos bem a sua Muzica dizem os seus nacionaes que tivera prodigiosa morte por que estando com a sua Arpa em Igarau onde se achava para fazer a Muzica dos Santos Cosme e Damião emprovizadamente largou o Instrumento, e disse que morria, acodirão os amigos a saber que molestia o oprimia, nenhuma respondeo ele, porem morro, para o que mandem me dar a Unção por ter dito nesse dia Missa, e como sertificasse com tantas veras o dito, derão ordem ao que ele pedia, e acabando de ungrisse espirou. Foi Mestre da Capella da Sé de Olinda donde pairesse que era natural: fazia descretamente os versos Espanhois e Portugueses."¹⁰³

No Recife existiram pelo menos duas oficinas de construção de órgãos. Uma, pertencente ao organeiro Agostinho Rodrigues Leite, nascido no Recife em 1722, que segundo Loreto Couto, seu contemporâneo, construiu os órgãos dos Templos de Pernambuco e Baía. A outra, do organeiro Manuel Inácio Valcacer, também natural do Recife, construtor de órgãos, instrumentos de sopro e cordas.¹⁰⁴

As primeiras referências musicais à cidade de S. Paulo datam de 1611, altura em que foi criada a sua Catedral. Foram Mestres de Capela, no século XVII, Manuel Pais Linhares, Vieira de Barros e Lopes de Siqueira, que exerceu funções entre os anos de 1680 a 1716. Nos anos seguintes os Siqueiras continuaram à frente da Música na Catedral, sendo Mestre Capela o Padre Manuel Lopes de Siqueira filho entre os anos de 1716 a 1725 e o Padre Ângelo de Siqueira de 1725 até 1734.¹⁰⁵ Este Mestre Capela, "na sua qualificação para o sacerdócio arrolava, entre suas incumbências, tanger o órgão e a harpa."¹⁰⁶

Em 1745, Matias Álvares Torres ocupava o cargo de Mestre Capela, sendo substituído em 1774 por André da Silva Gomes. O compositor André da Siva Gomes nasceu em Lisboa em 1752 e foi Mestre Capela da Catedral de S. Paulo até 1822, vindo a falecer

¹⁰³ *Idem*, pp. 27- 28.

¹⁰⁴ In Francisco Curt Lange, "A organização musical durante o período colonial brasileiro." *Relatório, Actas do V Coloquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. IV. Coimbra, 1966, p. 367. Sobre o organeiro Agostinho Rodrigues Leite ver Dicionário de Músicos Beneditinos.

¹⁰⁵ Francisco Curt Lange, "A organização musical durante o período colonial brasileiro." *Relatório, Actas do V Coloquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. IV. Coimbra, 1966, p. 337.

¹⁰⁶ In Régis Duprat e Jaelson Trindade, "Uma Descoberta musicológica: os Manuscritos Musicais de Moji das Cruzes, c. 1730", 2º Encontro Nacional de Pesquisa em Música. São João del-Rei, 1986, p. 50.

nesta cidade em 1844. Deixou uma obra musical sacra numerosa, que se conserva actualmente no Arquivo da Catedral,¹⁰⁷ na Biblioteca do Conservatório de S. Paulo e nos arquivos de outras cidades do Estado de S. Paulo. A sua obra, de estilo barroco tardio, inclui um *Missa (Kirie e Gloria)* para coro duplo e orquestra, de grande riqueza harmónica.¹⁰⁸

Na pequena vila de Moji das Cruzes, situada a trinta cinco quilómetros de S. Paulo, tal como nas restantes vilas da Capitania de São Paulo, havia actividade musical religiosa nas respectivas igrejas matrizes, nas confrarias e nos conventos das várias ordens, nomeadamente beneditinos, franciscanos e carmelitas. Em 1729, O Padre Faustino do Prado Xavier (1708-1800), natural de Mogi, foi nomeado Mestre Capela da Igreja Matriz da Vila, exercendo o mesmo cargo no Convento do Carmo. A partir de 1760, o Padre Faustino é Cônego da Sé de S. Paulo. O conjunto de manuscritos musicais de Moji das Cruzes contém algumas peças do Padre Faustino do Padre Xavier, bem como do seu irmão Ângelo do Prado Xavier (c.1716-1769). O espólio de Moji das Cruzes é constituído por obras de música religiosa, integrada na liturgia, para coro misto a 4 vozes.¹⁰⁹

Adeilton Bairral, no seu trabalho de dissertação de mestrado, transcreveu e analisou a *Paixão do Domingo de Ramos* e a *Paixão de Sexta-feira Santa para uso da Catedral do Maranhão*, (1844) da autoria do compositor Vicente Ferrer de Lyra.¹¹⁰ Este compositor vem mencionado na Enciclopédia de Música Brasileira¹¹¹ como compositor e organista nascido em 1796 e falecido em 1865 em S. Luís, Maranhão, onde foi Mestre Capela e Organista. Adeilton Bairral chama a atenção para o facto de Ernesto Vieira mencionar um músico com o nome de Vicente Ferrer de Lyra, cuja biografia desconhece, sabendo apenas que este compositor entrou para a Irmandade de Santa Cecília em Dezembro de 1814 e se ausentou de

107 Régis Duprat, "São Paulo", *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*, vol. 3, London, Macmillan, 1980, p. 487. Régis Duprat é autor de um trabalho de dissertação sobre a Música na Matriz e Sé de São Paulo colonial, apresentada na Universidade de Brasília em 1966. Em 1977, este autor publicou na *Enciclopédia da Música Brasileira Erudita, Folclórica, Popular*, (S. Paulo, Art Editora Lda.) a lista das obras de André da Silva Gomes.

108 Gerard Béhague, "Gomes, André da Silva", *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*, vol. 7, London, Macmillan, 1980, pp. 516- 517.

109 In Régis Duprat e Jaelson Trindade, "Uma Descoberta musicológica: os Manuscritos Musicais de Moji das Cruzes, c. 1730", 2º Encontro Nacional de Pesquisa em Música, São João del-Rei, 1986, pp. 49-54. Sobre o compositor Faustino do Prado Xavier e o espólio musical de Moji das Cruzes ver também Jaelson Trindade e Paulo Castagna, "Música Pré- barroca Luso-Americana: o grupo de Moji das Cruzes", *Revista Eletrônica de Musicologia*, vol.1/2, Dezembro de 1996 (<http://www.cce.ufpr.br/~rem/REMv1.2/vol1.2/mogi.html>).

110 Adeilton Bairral, *As Quatro Paixões do Arquivo da Cúria Arquidiocesana de São Salvador*, Dissertação de Mestrado. (dact.) Rio de Janeiro, Conservatório Brasileiro de Música, 1997.

111 *Enciclopédia de Música Brasileira Erudita, Folclórica e Popular*, S. Paulo, Art Ed., vol. 1, 1977, p. 421.

Lisboa em 1826.¹¹² Tratar-se-á do mesmo compositor? Vieira informa ainda que Ferrer de Lyra compôs uma *Missa de Requiem* a 4 vozes sem acompanhamento e outras obras conservadas no Arquivo da Sé de Lisboa, onde o compositor foi Cantor.¹¹³ Na Biblioteca Nacional de Lisboa estão catalogadas as seguintes obras da autoria de Vicente Ferrer de Lyra: *Missa de Requiem* (P-Ln 95/1), *Motete dos Santos Inocentes*, a 4 vozes, (P-Ln 95/2).

Apesar da quase total ausência de manuscritos musicais de reportório dos séculos XVII e XVIII da antiga região do Paranaguá, hoje Estado do Paraná, é possível identificar alguns músicos desta região. Nos finais do século XVII, Manuel Álvares era Mestre Capela de Curitiba. Em 1728, havia nesta cidade uma escola pública de *ler, escrever, contar, solfa e harpa*, sendo o cargo de Mestre Capela desempenhado por Manuel Rodrigues de Sousa. No ano seguinte, desempenhou funções de Mestre de canto d'órgão, António Alves Freire que, entre outras funções, ocupou também os cargos de Escrivão da Câmara, Tabelião e Procurador. A primeira referência à utilização de um órgão em Paranaguá data de 1754, ano em que foi mandado vir um instrumento do Rio de Janeiro para ser oferecido à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Entre 1777 e 1803, exerceu funções de professor e Organista em Paranaguá, Bernardino José de Sena, aluno do Mestre de Capela de S. Paulo, André da Silva Gomes.¹¹⁴

Em 1811 chegou à cidade do Rio de Janeiro o compositor Marcos António da Fonseca Portugal (1762-1830), acompanhado de músicos para a Capela Real, Real Câmara e Real Teatro do Rio de Janeiro. O compositor não tornaria a regressar a Portugal. A sua morte ocorreu em 1830 na cidade do Rio de Janeiro, depois de profícua actividade musical. Marcos Portugal foi Mestre de Música da Corte e Inspector dos Teatros.¹¹⁵ O lugar de Mestre Capela tinha sido ocupado anteriormente por José Maurício, não se coibindo Marcos Portugal de o afastar através de meios pouco ortodoxos. As relações entre Marcos Portugal e os músicos vindos da Capela Real de Lisboa, com o Padre José Maurício não foram as melhores, tendo o compositor carioca sido considerado inferior artisticamente. A estas razões acrescentavam-se argumentos de índole preconceituosa, pelo facto do músico ser

112 Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II. Lisboa, Lambertini, 1900, pp. 37 - 38.

113 Consultado o catálogo do RISM, P-Lf verificou-se a ausência de obras deste compositor no Arquivo da Fábrica da Sé de Lisboa.

114 Sobre a Música no século XVIII em Paranaguá ver Régis Duprat, *Garimpo Musical*, São Paulo, Novas Metas, (?) e Rogério Budasz, "Sobre a Música no Paraná (1600-1850)", *Home Page* (Internet)

115 Sobre o compositor Marcos Portugal ver Jean-Paul Sarrutte, *Marcos Portugal, Ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979 e o artigo do mesmo autor "La Renomé de Marcos Portugal à Paris", *Actas do V Coloquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. V, Coimbra, 1968, pp. 327-339. Neste trabalho ver III Parte, cap. 1 pp. 486-487.

mulato. A produção musical de Marcos Portugal no Brasil é essencialmente de música religiosa, apesar da existência do Teatro Régio (mais tarde S. João). Ao contrário do que aconteceu em Itália e Portugal, em que se dedicou à composição de óperas, (com excepção talvez do ano de 1807, quando compôs diversas obras para o conjunto dos órgãos da Basílica de Mafra), Marcos Portugal dedicou-se no Brasil à criação de música religiosa. São desta época as *Matinas de Natal* (1811) e as *Matinas da Epifania* (1812), *Missa de Requiem* (1816), para as exéquias da Rainha D. Maria. A partir de 1816, Marcos Portugal seria substituído pelo compositor Fortunato Mazziotti à frente da Capela Real. Em 1818, Marcos Portugal compôs uma *Missa Festiva*, dedicada aos noivos, Príncipe Real D. Pedro e Arquiduquesa Leopoldina da Áustria. No Arquivo de Vila Viçosa existem obras quer de Marcos Portugal, quer de Fortunato Mazziotti.¹¹⁶

Corria o ano de 1816 quando foi nomeado professor de música para o "ensino público" o músico austríaco Sigismund Neukomm (Salzburg, 1778-Paris, 1858), discípulo de Joseph Haydn,¹¹⁷ compositor de uma vastíssima obra musical constituída por óperas, sinfonias e música sacra. D. Pedro, primeiro Imperador do Brasil, estudou com Neukomm no Rio de Janeiro, tendo anteriormente estudado em Lisboa com Marcos Portugal. Em 1821, quando D. João VI regressou a Portugal e a notícia da sua chegada foi conhecida no Brasil festejou-se este evento com um *Te Deum* executado na Capela Real, da autoria do próprio D. Pedro.¹¹⁸ Na Capela Imperial de D. Pedro, todas as cerimónias passaram a realizar-se com obras da autoria do Imperador. Além de música religiosa, D. Pedro foi autor da letra e música de vários hinos patrióticos.¹¹⁹

Francisco Manuel da Silva, que nasceu no Rio de Janeiro em 1795 e faleceu em 1865, discípulo do Padre José Maurício, foi um compositor muito apreciado por D. Pedro. Compôs diversas obras religiosas, incluindo um *Te Deum*, escrito ainda na sua juventude. Por ocasião da independência do país, compôs o Hino Nacional Brasileiro. Em 1841, foi

116 José Augusto Alegria, *Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa, Catálogo dos Fundos Musicais*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 60-63: 90, 91, 95, 172, 173 e pp. 75-77, 89, 91, 168, 180.

117 Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, pp. 116-117. Ver Rudolph Angermüller, "Sigismund Neukomm", *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*, London, Macmillan, 1980, pp. 121-123. Na Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa, existe a partitura de uma transcrição para piano da Oratória de J. Haydn. In José Augusto Alegria, *Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa, Catálogo dos Fundos Musicais*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 149.

118 Cleofe Person de Mattos, *José Maurício Nunes Garcia, Biografia*, Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 1977, p. 256, nota 244.

119 Sobre as composições de D. Pedro, Ver Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Lambertini, 1900, pp. 152-156 e Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Suplemento Biográfico, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 152.

nomeado director do Conservatório do Rio e Mestre da Capela Imperial de D. Pedro II.¹²⁰ Damião Barbosa de Araújo, músico nascido na Baía em 1778, compôs entre outras obras religiosas, uma Missa oferecida a D. Pedro em 1822.¹²¹

Rafael Coelho Machado, nasceu na ilha da Madeira em 1814. Emigrando para o Brasil, viveu na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1835 a 1887, onde foi durante anos organista da Igreja da Candelária. Por ocasião da consagração da Igreja Matriz da Glória, foi interpretada uma *Grande Missa* da autoria deste músico.¹²² Rafael Coelho Machado destacou-se ainda por ser autor do primeiro *Diccionario musical* (Rio de Janeiro, 1842) escrito em língua portuguesa. Os seus trabalhos incluem também a tradução de várias obras de carácter didáctico.¹²³

A presente abordagem, ainda que de carácter geral e naturalmente incompleta, sobre o que se conhece da música religiosa brasileira do passado, destaca o papel de um número significativo de músicos, cantores, organistas, compositores, que partindo de Lisboa, contribuíram para uma actividade musical intensa em terras do Brasil e que, como diz José Augusto Alegria, "viriam a garantir neste país as relações artísticas com o mundo ocidental ao mais alto nível."¹²⁴

120 *Idem*, pp. 302- 304 e pp. 151-154.

121 Ernesto Vieira, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, vol. II. Lisboa, Lambertini, 1900, pp. 43 - 44.

122 Luiz Heitor Correa de Azevedo, "Músicos Portugueses no Brasil: Introdução ao Estudo da Contribuição Portuguesa à Formação da Cultura Musical Brasileira". In *Portugal e o Mundo. O Encontro de Culturas na Música*, Coord. de Salwa El-Shawan Castelo-Branco, Lisboa, D. Quixote, 1997, p. 435.

123 Fernando Pereira Binder e Paulo Castagna, "Teoria Musical no Brasil: 1734-1854", *Revista Eletrônica de Musicologia*, vol. 1/2, Dezembro de 1996 (<http://www.cce.ufpr.br/~rem/REMV1.2/vol1.2/teoria.html>).

124 In José Augusto Alegria, "Presença da Romana Cantilena no Brasil", *Musicae Sacrae Ministerium*, nº 1-2, Roma, Consociatio Internationalis Musicae Sacrae. 1993, p. 64.

4.3 Mosteiros do Brasil

4.3.1 Estado do Rio de Janeiro: Mosteiro de Nossa Senhora de Monserrate [Rio de Janeiro]

O Mosteiro do Rio de Janeiro¹ foi fundado em Outubro de 1589 pelos monges Fr. Pedro Ferraz e Fr. João Porcalho, vindos do Mosteiro da Baía. A pedido de um grupo de cidadãos importantes do Rio do Janeiro que, desejando fundar nesta cidade um mosteiro beneditino, enviaram um pedido nesse sentido a Fr. António do Latrão Ventura. Estes monges fundadores, acompanhados de um irmão leigo, instalaram-se numa pequena Ermida de Nossa Senhora do Ó. Logo depois os monges encontraram um local para a construção do primitivo mosteiro, situado no morro da Conceição, onde existia uma capelinha. O benfeitor do mosteiro foi Manuel de Brito de Lacerda, doando sua sesmaria aos monges de S. Bento, em 1586. Seguiu-se-lhe seu filho Diogo de Brito de Lacerda, igualmente doador do mosteiro.² A ermida existente foi então transformada em igreja beneditina, com um coro levantado por cima de um pórtico de três arcos, sendo também construída a cerca e o mosteiro propriamente dito. Posteriormente o mosteiro foi restaurado por duas vezes e depois demolido. O novo edifício foi construído em 1695.

Depois de fundarem o mosteiro, os monges instalaram por volta de 1610 um colégio com internato para os seus pupilos. Alguns destes meninos foram mais tarde noviços no mosteiro. Em 1641 foi inaugurada a igreja nova do mosteiro. A fachada do mosteiro, projectada pelo engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita em 1617, ficou terminada apenas no ano de 1692, tendo nessa altura os trabalhos sido conduzidos pelo monge arquitecto Fr. Bernardo de S. Bento. As obras de embelezamento da igreja haveriam de se prolongar por mais de cem anos, com os novos altares, as torres, bem como toda a decoração interna.

¹ Sobre a história e construção do Mosteiro do Rio de Janeiro existem dois estudos de grande rigor e profundidade, pelo que limitamo-nos a apresentar um pequeno apontamento sobre este mosteiro, património artístico valiosíssimo beneditino e brasileiro. A primeira obra data de 1950 e é da autoria de D. Clemente da Silva Nygra, que privilegia os seus construtores e artistas. A segunda, de D. Mateus Ramalho Rocha, datada de 1991 apresenta a história da construção do mosteiro e seus objectos artísticos nos seus múltiplos aspectos. Pela sua importância, estas obras irão ser citadas diversas vezes

² Foram várias as famílias doadoras do mosteiro nos finais do século XVI e século XVII, possuindo o mosteiro nessa altura várias casas e fazendas.

Em 1747-1748, sendo D. Abade do mosteiro Fr. Francisco de S. José, o *Estadista* anotou no seu relatório o seguinte:

"Acabou-se de dourar a Igreja e se pos na sua ultima perfeição, ficando o mais vistozo templo, que tem esta cidade."³

Este trabalho tinha sido começado no seu primeiro triénio entre 1743 - 1746, tendo nessa altura o Prelado dado início às obras do claustro.

Foram muitos os artistas beneditinos que com a sua arte tornaram o mosteiro e respectiva igreja um dos monumentos mais significativos do arte barroca do Rio de Janeiro. Fr. Domingos da Conceição da Silva, escultor e *imaginário*, natural de Matosinhos tomou o hábito no Mosteiro de S. Bento em 1647, na qualidade de Irmão leigo.⁴ A obra de talha seiscentista do mosteiro foi executada sobre o plano deste monge, que para o efeito fez uma *maquette* em madeira.

Sobre a *Livraria* do mosteiro, o autor do *Estado* de 1783-1787 afirmou: "A caza da Livraria he a mais completa do que ha noticia nesta America"⁵. O *Mapa* dos Mosteiros do Brasil elaborado na segunda metade do século XVIII, descreve o mosteiro do seguinte modo:

"Está situado este Mosteiro na Cidade do Rio de Janeiro em hum sítio agradável segundo dizem.

O seu edificio he grande e está completo; tem huma boa Igreja e todos os mais officiais.

Número de monges:

Costumava ter 70, actualmente terá pouco mais de 40"⁶

Do imenso património adquirido pelo mosteiro ao longo da sua existência, parte foi alienado no princípio do século XX.

Além do mosteiro propriamente dito os monges de S. Bento têm actualmente a *Casa de Emaús*, hospedaria para os seus visitantes, o Pavilhão de S. José, constituído por oficinas, refeitórios, dormitórios de funcionários e lavandaria, um edificio onde funciona a administração do mosteiro, a Livraria e Editora *Lumen Christi* e e ainda a Escola Teológica da Congregação Beneditina Brasileira. O *Colégio de S. Bento*, instituição de grande

³ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 134, f. 271.

⁴ AMSB/RJ, *Dietário*, códice 1161, pp. 253 - 255. Sobre este escultor veja - se D. Clemente Maria da Silva Nygra, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, S. Salvador da Baía, Tipografia Beneditina, 1950, p. 123 - 139.

⁵ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 135, f. 217.

⁶ BPMP, Ms 1257, doc. nº5.

prestígio na formação pessoal e cultural dos jovens inaugurada em 1904, foi construído no tempo do Abade D. Gerardo van Caloen, tendo sido nessa altura derrubada a portaria do mosteiro.

O Mosteiro do Rio de Janeiro teve ao longo das sua história monges abades que de uma maneira particular se interessaram pela qualidade musical dos Ofícios Divinos realizados no Mosteiro, bem como pela preparação musical dos noviços. Fr. Francisco do Rosário foi um desses Abades. No *Dietário* do mosteiro ficou registado o seguinte:

"[...] Não se sabe o tempo certo em que tomou posse, e provavelmente seria nos fins de 1676, ou principio de 1677[...] No seo governo foi exacto na educação dos novisos que teve: assi como nos divinos officios, fazendo que fose examinada, e aprovada pelo Ordinario a reliquia de S. victor [...] comprando tambem para o coro tres Livros de canto cham [...]"⁷

No tempo do Abade Fr. Bento da Vitória, que tomou posse em 1682, o mosteiro

"[...] comprou hum Psalterio grande para o Coro e outras de menos circunstancias [...]"⁸.

Em 1688, o Abade Fr. Tomás da Assunção mandou colocar um Saltério Beneditino no Coro.⁹ O Abade Fr. José de Jesus [...] no Coro, Igreja. sachristia mostrou maior aplicação e mais zelo.[...].¹⁰ No seu triénio foram comprados vários Livros de Coro.

Entre os anos de 1739-1743, sendo Abade Fr. Mateus da Encarnação Pina o mosteiro adquiriu também livros novos para o Coro:

"Comprou um Saltério novo e mandou fazer um livro todo de pergaminho muito curioso com as quatro festas do ano, e outro mais pequeno com várias cânticas."¹¹

Fr. Vicente José de Santa Catarina, que nasceu no Arcebispado de Braga, governou o mosteiro entre 1772 e 1775. De acordo com o *Dietário*, este Abade preocupou-se de uma forma especial pela realização do Culto Divino, apesar da falta de Cantores de Cantochão que então se faziam sentir:

⁷ AMSB/RJ, *Dietário*, códice 1161, f.37. [O *Dietário do Mosteiro de Nossa Senhora do Monserrate do Rio de Janeiro*, datado de 1733, foi escrito por Fr. Paulo da Conceição].

⁸ AMSB/RJ, *Dietário*, códice 1161, f. 44.

⁹ *Idem*, f. 46.

¹⁰ *Idem*, f. 61. Ver Quadro nº 1 (Livros do Coro).

¹¹ AMSB/RJ, códice 1161, f. 73, D. Mateus Ramalho Rocha, *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro-1590/1990*, Rio de Janeiro, Editora Studio HMF LTDA., 1991, p. 243. Ver Quadro nº 1 (Livros do Coro).

" [...] O Culto Divino occupou muita parte de seo cuidado e dilligencia. As funções Sagradas forão no tempo do seu governo as mais solennes.[...] Estas piedozas disposições, que todas se dirigão ao culto do Senhor, elle não vio completamente satisfeitas pela falta de Monges que ja sentia esta Provincia principalmente este Mosteiro de cantoxonistas. Com tudo, as solemnidades se celebraão do modo possível, mas sempre modestas serias e graves. ¹²

No seu tempo foram também adquiridos vários livros para o Coro:

" [...] Para o choro que elle frequentava de dia e de noite comprou Salterio, Gradual, e Antifonario novos, que contem as quatro festividades mais solennes do anno, e as de Nosso Santissimo Patriarcha e outro mais de hymnos, e canticos. [...]" ¹³

O Quadro seguinte apresenta os relatórios referentes à compra dos Livros de Coro inseridos nos *Estados* do Mosteiro.

Quadro nº 1
Livros do Coro

Referência	Data	Fonte	Observações
"[...] No coro pos dous livros hum antifoniaro e outro de missas e afim mais proçessionarios [...] Na Livraria pôs [...] 5 Seremoniaz, sete proçessionarios, tres retuais cadernos de nossa ordem [...] No capitulo pos hu martirologio novo [...]"	1652-1657	Estados nº134, f. 49	
"[...] # Comprou quantidade de Muzica por 0020 e 000 [...]"	1657-1660	Estados nº134, f. 70	
" [...] # Pos no coro hum Breviario grande custou 001 e 280[...]"	1657-1660	Estados nº134, f. 71	
"[...] No coro se puzerão tres Breviarios, dous novos e hum velho usado [...] Dous livros de Nossa Senhora, em fio Santo Patriarcha de folhas de Pergaminho chapeados de Bronze.[...]Hum Salterio novo; hum Antiphoniaro um martirilogio novo. Hum Bulario da Ordem dourado em marroquim. Huas cortinas do vendor de Damasco encarnado com seus franjoens de ouro fino que tem de largo. Hum palmo; dous ramalhetes de pena com seus vazos para o pé da Crux onde esta o Senhor [...]"	1711-1714	Estados nº134, f. 111	Abade Fr. José de Jesus. AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.61
"[...]Livros para a livraria e coro, e missais e proçessionários 306#460 [...]"	1726-1731	Estados nº134, f. 153	
"[...] Poz-se no coro hum Psalterio novo, e outro livro com folhas de pergaminho, em q se contem os officios das festas mais solennes do anno: ambos bem encadernados, e guarnecidos com chapas e pregos dourados[...]"	1739-1743	Estados nº134, f. 215	Abade Fr. Mateus da Encarnação Pinna. AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.61

¹² AMSB/RJ, *Dietário*, códice 1161, ff.127-128.

¹³ AMSB/RJ, *Dietário*, códice 1161, f.125-127. Ver Quadro nº1 (Livros do Coro).

Quadro nº1
Livros do Coro (cont.)

Referência	Data	Fonte	Observações
"[...] Fez se hum Livro para o choro, em que se trasladarão de cantochão az antiphonas de Nossa Senhora, varios Hymnos a Benedictina, e tambem alguns canticos, cujo livro se acha feito, e acabada por hum Monge com todo o primor [...]"	1748-1750	Estados nº135, f. 25	
"[...] Em muzicas de Igreja trezentos e sete mil, e cem reis 307#100 [...]"	1763-1766	Estados nº135, f. 46	
"[...] Comprarão-se tres quadernos de Missas de Santos novos encadernados em pasta, e mandou-se por capa de Marroquim doirado em hum breviario, por onde os Prestes cantao as orações e capitulos [...]"	1763-1766	Estados nº 135, f. 50	
"[...]Encadernarão-se Psalterio, breviarios, Missal, folheios e mais Livros do Coro [...]"	1763-1766	Estados nº 135, f. 52	
"[...] Comprarão-se Salterio, Gradual e Antifonario novos e se consertarão os velhos. Fes-se hum Livro novo que contem as quatro festividades maiz solenes do anno, e az do Nosso Santissimo Patriarca, e outro tambem novo de Hymnos e Canticos. Fes-se hum caixão para se guardarem oz Livros pertencentes ao Coro, e para este se conservar com aseyo, selhe puzerão capaxos que se mandarão vir de Lisboa [...]"	1772-1777	Estados nº 135, f. 146	Abade Fr. Vicente José de Santa Catarina. AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, ff. 125-127.

ADB,FMC,CSB, *Estados* nº 134, nº 135

No arquivo do Mosteiro de S. Bento conserva-se um conjunto significativo de Livros Corais, todos inventariados no *Inventário Cronológico Descritivo dos Livros Corais e Litúrgicos de Nossos Antigos Monges*, realizado em 1984 pelo monge arquivista D. Mateus Ramalho Rocha.¹⁴ Além do inventário cronológico descritivo, a obra contém um pequeno apontamento, com base nas Constituições Beneditinas de 1590 e no Cerimonial de 1647, relativo ao Ofício Divino e um índice-analítico do inventário. Os exemplares mais antigos existentes são dois Breviários Monásticos, datados de 1576.¹⁵ O Antifonário mais antigo data de 1705.¹⁶ Dos Livros Corais mencionados no Quadro nº 1, conservam-se no Mosteiro os seguintes Livros Corais mandados fazer respectivamente pelos Abades Fr. José de Jesus, Fr. Mateus da Encarnação Pina e Fr. Vicente José de Santa Catarina.

- a) Livro sem título com *Missas de Nossa Senhora*, adquirido pelo Abade Fr. José de Jesus entre 1711 e 1714. O livro contém um apêndice com uma Missa de

¹⁴ Veja-se também D. Mateus Ramalho Rocha, *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro-1590/1990*, Rio de Janeiro, Editora Studio HMF LTDA., 1991, pp. 240-247.

¹⁵ D. Mateus Ramalho Rocha, *Inventário Cronológico Descritivo dos Livros Corais e Litúrgicos de Nossos Antigos Monges*. (dact.), Rio de Janeiro, Mosteiro de S. Bento, 1984, pp. 1, 2 (Livro nº 1, nº 2).

¹⁶ *Ibidem*, pp. 6-7. (Livro nº 10).

Defuntos copiada por Fr. Marçal de S. João¹⁷. As 46 folhas de pergaminho contêm a música e a letra trabalhadas à mão. (*Inventário Cronológico Descritivo dos Livros Corais e Litúrgicos de Nossos Antigos Monges*, nº 11, p. 7);

b) LIBER CHORALIS

QUATUOR PRINCIPALIORA FESTA CONTINENS AD USUM MONASTERII

S. BENEDICTI IN FLUVIO JANUARIIL, EX MANDATO REVERENDI ADMODUM PATRIS D. FR.

MATHEI AB ENCARNATIONE PINNA 2º HUIUS DOMUS ABBATIS

ANNO DNI 1742

Trata-se de um livro de pergaminho com 36 iluminuras, que D. Clemente da Silva Nygra descreveu como "o mais rico trabalho de iluminura do Brasil até agora conhecido"¹⁸ (*Inventário Cronológico Descritivo dos Livros Corais e Litúrgicos de Nossos Antigos Monges*, nº 30, p. 17);

- c) FR. VICENTUS JOSEPHUS A DIVA CATHARINA. HUIUS MONASTERII DOMINAE NOSTRAE DE MONTE-SERRATO FLUVII JANUARIIDNUS ABBAS CURRENTE ANNO DOMINI MILLESIMO SEPTINGENTESIMO SEPTUAGESIMO QUARTO. HOS SACROS HYMNOS MELIORI MODO DIGESTOS, EX BREVIARIO BENEDICTINO. VARIISQUE CODICIBUS DECERPTOS, IN HOC NOVO LIBRO AD COMODIOREM, FACILIOREMQUE, DIVINI OFFICII USUM, TRANSCRIBERE JUSSIT.

O Livro Coral contém as Festas de S. Bento (Festa do Trânsito e Festa da Trasladação) e as quatro solenidades mais importantes do ano (Natal, Ressurreição, Pentecostes e Assunção). Tem iluminuras em quase todas as páginas, estando a pauta a vermelho e o texto a preto.¹⁹ (*Inventário Cronológico Descritivo dos Livros Corais e Litúrgicos de Nossos Antigos Monges*, nº 41, p. 28);

- d) LIBER CONTINENS FESTIVITATES TRANSIT. AC TRANSLAT. SS. P. N. BENEDICTI NEC NON 6 NATIVITATIS RESURRECTIONIS PENTECOSTES ATQUE ASSUPTIONIS B.V. M. AD USU MONACHORU MONASTER. S. SEBAST. FLUVI JANUARIII JUSSU M. R.P.P. FR VICENTII JOSEPHI A STA. CATHARINA EJUSDEM MONASTERII ABBATIS. CONFECTUS. O. & S. FR. BONAVENTURAE

17 Ver Dicionário de Músicos Beneditinos.

18 D. Clemente Maria da Silva Nygra, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, S. Salvador da Baía, Tipografia Beneditina, 1950, p. 218*. Doc. 131-5 e fig. nº185.

19 *Idem*, p. 219*, Doc. 131-8.

Este Hinário Monástico contém as Festas de S. Bento e as quatro Festas mais importantes do ano. O seu copista foi Fr. Boaventura de S. José, monge Cantor e Organista dos Mosteiros de Rendufe e Lisboa.²⁰ (*Inventário Cronológico Descritivo dos Livros Corais e Litúrgicos de Nossos Antigos Monges*, nº 42, p. 29).

No século XIX, os monges copistas do mosteiro copiaram e estampilharam vários Livros Corais. A partir do triênio de 1881/1884, em que foi Abade do mosteiro pela quarta vez Fr. José da Purificação, os livros Corais deixaram de ser usados, passando os monges, com a restauração da Congregação Brasileira pela Congregação de Beuron, a usar os livros de Gregoriano da Abadia de Solesmes.

Em 1747, para comemorar a chegada ao Rio de Janeiro do Bispo D. António do Desterro, foi apresentada no mosteiro a ópera *Felinto exaltado*, com "excelente música".

"Os atores vinham especialmente vestidos, que no luzido das pedras com que se guarnecem mostravam o brilhante dessa festa".²¹

O Mosteiro do Rio de Janeiro teve pelo menos três monges músicos que estiveram à frente desta casa monástica: Fr. Pedro dos Santos, apontado na sua biografia como "excelente contrapontista", Presidente do mosteiro em 1633 e Fr. Plácido Baptista, músico falecido em 1720 e Fr. Miguel da Conceição, Cantor, falecido em 1768, ambos Abades do mosteiro.

No índice da sua obra²² D. Clemente da Silva Nygra menciona o nome do monge Fr. Filipe de S. Bernardo, na qualidade de músico. No entanto, não se encontrou qualquer referência a este ofício relativa a Fr. Filipe de S. Bernardo, que foi Subprior e Notário no Mosteiro em 1722.

Há notícia dos seguintes monges músicos conventuais no Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro:

20 Ver Dicionário de Músicos Beneditinos.

21 Isidoro da Fonseca, *Júbilos da América*, Rio de Janeiro, 1747, p. 21. In Cleofe Person de Mattos, *José Maurício Nunes Garcia, Biografia*, Rio de Janeiro. Ministério da Cultura, Fundação da Biblioteca Nacional, 1997, p. 206, nota 10.

22 D. Clemente Maria da Silva Nygra, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, S. Salvador da Baía. Tipografia Beneditina, 1950, Índice dos Beneditinos, p. 42. e Índice de Ofícios, p. 49.

Quadro nº 2
Monges músicos

Nome	Função	Fonte	Observações
Fr. Bento da Cruz	Cantor	AMSB/Baía, <i>Dietário das Vidas e mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1633) Foi Abade do Mosteiro.
Fr. Pedro dos Santos	Contrapontista	MSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.2o	Presidente do Mosteiro em 1633.
Fr. Francisco da Cruz	Organista	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.221	(? - 1636)
Fr. Plácido Barbosa	Cantor, Organista	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.221	(? - 1638?)
Fr. Plácido da Cruz	Baixão	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.227.	(? - 1661)
Fr. Domingos do Rosário	Cantor	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f. 229	(? - 1666)
Fr. Plácido Chagas	Cantor, organista	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.229	Morreu em 1666, sendo colegial de Filosofia.
Fr. Marçal de S. João	Organista, (Copista de Livros Corais)	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.61	(1667 - 1729)
Fr. Leandro de S. Bento	Organista	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f. 231	(? -1673)
Fr. António Santa Maria	Organista, Harpista.(Colegial de Filosofia)	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.236	(? - 1686)
Fr. Agostinho de Santa Maria	Cantor, Baixão, Fagote	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.245	(? - 1709)
Fr. Plácido Baptista	Músico	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.257	(? - 1720). Foi Abade do Mosteiro.
Fr. Gonçalo Conceição	Organista	AMSB/Baía, <i>Dietário da Vida e Morte dos Monges da Bahia</i>	(? - 1721)
Fr. José do Nascimento (Fr. José Baixão)	Cantor, Baixão	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, ff. 268 - 269.	(? - 1733)
Fr. Martinho Conceição	Cantor	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f. 278	(? - 1739)
Fr. Sebastião da Encarnação	Cantor Mor Mestre Capela, Harpista	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f. 281	(? - 1741)
Fr. José de Santa Ana	Cantor	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.289	(? - 1750)
Fr. Miguel dos Anjos	Cantor	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.291	(? - 1752)
Fr. Alberto da Conceição	Cantor, Organista	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.318	(? - 1767)
Fr. Miguel da Conceição	Cantor	AMSB/RJ, <i>Dietário da Vida e Morte dos Monges da Bahia</i>	(? - 1768). Foi Abade do Mosteiro
Fr. Francisco do Nascimento	Cantor e Organista em substituição dos monges faltosos	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f. 320	(? - 1768)
Fr. Manuel do Desterro	Cantor	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.346	(? - 1774)
Fr. Lourenço de Santa Gertrudes	Corista (Copista de Livros Corais)	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f.357	(? - 1780)
Fr. António de Santa Catarina	Cantor, organista, Rebeca	AMSB/RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f. 368	(? - 1793)

Os monges beneditinos possuíam os seus escravos negros. A sua compra era registada nos *Estados*. Designados por *escravos da religião*, os escravos estavam cativos nos mosteiros e fazendas, desempenhando os mais variados ofícios. Aos escravos dotados musicalmente era-lhes dada a possibilidade de aprenderem a tocar órgão. Na época em que o mosteiro adquiriu o chamado *órgão da coroa*, em 1773, havia dois oficiais escravos organistas. Em 1777, eram organistas do mosteiro os escravos Matias e Inácio e em 1785, o mosteiro contava com os seguintes escravos organistas: Matias, Jerónimo, Bonifácio de Narcisa, José Campista e Custódio.²³

Também os Jesuítas, possuindo uma enorme quantidade de terras e fazendas à volta do Rio de Janeiro, tinham por sua conta mais de mil escravos. A estes era dada uma educação religiosa, com obrigatoriedade de assistirem à missa dominical. Alguns destes escravos possuíam alguma preparação musical, participando como cantores e instrumentistas nos actos religiosos. No século XVIII, encontra-se documentada a existência de "escravos - músicos", da Capela dos Jesuítas da fazenda de Santa Cruz, embora desempenhassem paralelamente outras funções.²⁴

Ao longo dos tempos o mosteiro foi adquirindo vários órgãos. De acordo com uma prática corrente, os órgãos grandes íam sendo reconstruídos e aumentados, aproveitando-se sempre o órgão já existente. A referência mais antiga sobre o órgão do mosteiro encontra-se no relatório dos *Estados* relativos aos anos de 1652-1657 e refere-se à compra de peles. As informações contidas quer nos *Estados* quer no *Dietário* permitem afirmar que o mosteiro teve pelo menos cinco órgãos de maiores dimensões. Os mesmos documentos fazem também referências a vários órgãos pequenos.²⁵

A primeira parte do *Dietário* do Mosteiro, descrevendo as obras realizadas no tempo do Abade Fr. Tomás da Assunção, que tomou posse em 1688, indica que este Prelado adquiriu um grande órgão. O texto diz o seguinte:

"[...] Todas as obras que fez forão grandes, e muito necessárias. e he justo fazer delas memoria para que não fiquem sepultadas no esquecimento [...] Para a imagem do coro mandou fazer hum

23 AMSB/RJ, códice 147, f. 91, 91v, 114v. In D. Mateus Ramalho Rocha, *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro-1590/1990*, Rio de Janeiro, Editora Studio HMF LTDA., 1991, p. 254, p. 356, nota 912.

24 Cleofe Person de Mattos, José Maurício Nunes Garcia, Biografia, Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 1977, pp. 209-211, nota 17. A autora menciona também uma situação comovente, ocorrida no ano de 1780, na Fazenda de Santa Cruz, em que um menino de seis anos foi avaliado por preço alto por saber cantar.

25 Sobre os órgãos do mosteiro veja-se a obra de D. Mateus Ramalho Rocha, *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro-1590/1990*, Rio de Janeiro, Editora Studio HMF LTDA., 1991, pp. 247-254.

resplendor de prata, e cortinas roxas: e nele pôz hum Psalterio benedictino, e hum Orgão grande." 26

O Abade Fr. Matias da Assunção eleito em 1697 e 1700, adquiriu um pequeno órgão para o mosteiro. Alguns anos mais tarde, Fr. José de Jesus comprou dois órgãos para o mosteiro, um de pequenas dimensões e outro um grande órgão. Este Abade tomou posse em 1711. No triénio do Abade Fr. Bernardo de S. Bento, de 1720-1723, o órgão foi restaurado. No *Dietário* ficou registado o seguinte:

" [...] e augmentou o Orgão no anno de 1723, o qual servio muitos annos com huma talha muito excelente. [...] "27

No governo de Fr. Vicente José de Santa Catarina, entre os anos de 1772 a 1777, o mosteiro adquiriu um órgão novo para o coro, construído em 1733 por Agostinho Rodrigues Leite que, de acordo com o *Dietário*, custou mais de cinco mil cruzados:

"[...] Soulhou de novo este Santuario, e assentou nelle hu Orgão novo, que depois de dourado e pintado, emportou mais de 5 mil cruzados.[...]"28

O famoso órgão da Coroa, como é designado, foi trazido de Pernambuco pelo seu não menos famoso organeiro, em 1773. O recibo passado por Agostinho Rodrigues Leite, no valor de 180 mil reis, contém a sua assinatura e conserva-se no Arquivo do mosteiro. 29

Este órgão, cuja caixa ainda hoje existe no coro da Igreja, tinha as trombetas em posição horizontal, tal como os órgãos ibéricos. Os tubos do órgão, colocados, juntamente com os someiros num invólucro de talha, eram em madeira, estanho e chumbo. O instrumento possuía um teclado manual e uma pequena pedaleira original. Ao longo do século XIX foi restaurado por diversas vezes. No triénio do Abade Fr. Manuel de S. Caetano Pinto (1855 -1857), foram acrescentados novos registos.

Em 1925, o mosteiro adquiriu um órgão eléctrico alemão. A caixa deste órgão novo foi colocada junto ao órgão da coroa que servia de fachada, estragando o belíssimo conjunto artístico do coro. O novo órgão tinha treze registos, doze manuais e um pedal. Remodelado em 1939 e 1940, o órgão viria a ser desmontado em 1942, sendo então construído outro

26 AMSB/RJ, *Dietário*, códice 1161, f. 46.

27 *Idem*, f. 67.

28 *Idem*, f. 127.

29 D. Clemente Maria da Silva Nygra, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, S. Salvador da Baía, Tipografia Beneditina, 1950, p. 156.

órgão pela firma de Guilherme Berner do Rio de Janeiro, constando de duas partes montadas nas tribunas das galerias laterais da igreja.³⁰

Nos anos de 1956/57 o órgão da coroa foi restaurado, aproveitando-se onze tubos originais. No interior da caixa colocou-se um someiro dividido em duas partes. Os sucessivos concertos, restauros e adaptações dos órgãos do mosteiro, a partir de 1925, estão documentados em vários apontamentos, conservados no arquivo do mosteiro.³¹

O quadro seguinte contem as referências relativas aos órgãos do mosteiro constantes dos *Estados* do mosteiro.

Quadro nº 3
Órgãos do mosteiro

Referência	Data	Fonte 1	Observações	Fonte 2
"[...] Em pelles para órgão, esteiras e mais miudezas 44 e 320 [...]"	1652-1657	<i>Estados</i> nº 135, f. 44		
"[...] # Posse na Igreja hum Realejo que custou 016000 [...]"	1663-1666	<i>Estados</i> nº 135, f. 94	Obras que se fizeram na Igreja e sachristia	
"[...] De hum Orgam novo [...]"	1711-1714	<i>Estados</i> nº 135, f. 104	Descaregasse ao espolio de todo o recibo	Abade Fr. José de Jesus. AMSB/RJ. <i>Dietário</i> , códice 1161, f. 61.
"[...] Hum Orgam grande e outro pequeno que se resgatou por quatro moedas novas e mandamos consertar: huma taboa officios e duas dos choros todas pintadas. fesse hua estante e doze bancos. [...]"	1711-1714	<i>Estados</i> nº 135, f. 111		Abade Fr. José de Jesus. AMSB/RJ. <i>Dietário</i> , códice 1161, f. 61.
"[...] Fesse de novo o orgao, cuja obra fica acabada: dourado, estufado, e no petippé para a banda de dentro, se cobriu de Xarão pretto, com Ramos de ouro: a qual obra emportou para sima de seis mil cruzados, havidos por esmolla de devotos, que para isso concorrerão: dispendendo a Religiam com duzentos e sincoenta mil reis, pouco mais, ou menos. [...]"	1720-1723	<i>Estados</i> nº 134, f. 130	Obras que se fizeram este triennio	Abade Fr. Bernardo de S. Bento. AMSB/RJ. <i>Dietário</i> , códice 1161, f. 67.
"[...] Em hum Realejo: setenta e seis mil e oytocentos reis 76#800 [...] Mandou-se vir de Portugal hum realejo para servir nas festas. [...]"	1766-1770	<i>Estados</i> nº 135, f. 88, f. 90		
"[...] Soalhouse o Coro, e nele se assentou hum Orgão novo, que se doirou, e pintou e o seu importe chegou a sinco mil e tantos cruzados. [...]"	1772-1777	<i>Estados</i> nº 135, f. 146	Obras que se fizeram neste Triennio. Igreja e Sacristia	Abade Fr. Vicente José de Santa Catarina. AMSB/RJ. <i>Dietário</i> , códice 1161, f. 127.

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 134

30 D. Mateus Ramalho Rocha, *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro-1590/1990*, Rio de Janeiro, Editora Studio HMF LTDA., 1991, p. 253.

31 *Idem*, notas 905-907.

O mosteiro possuía outros instrumentos. As referências encontradas nos *Estados* contêm indicações sobre as cordas de uma viola no triênio de 1657-1660 e a compra de um *manicórdio*. no triênio de 1781-1783.

"Ficão mais na mão do ditto Reverendo Padre D. Abbade fr. Jeronimo do Rozario-900 trastos de cordas de violla"³²

"Em Hum manucordio seys mil e seiscentos reis-6#600"³³

O Mosteiro do Rio de Janeiro procurava dotar as suas fazendas de instrumentos musicais para que a música nos cultos se fizesse à semelhança do mosteiro. No triênio de 1766 - 1769, os monges encomendaram um *realejo* para as festas das fazendas. No *Dietário* ficou registado o seguinte:

" Hum realejo para acompanhar em muzicas com as circumstancias que aponto: novo, de maneira escolhida, e feito por author que tenha aceitação e podendo ser sejão de estanhos os canudos.

De quatro rezistos.

Oitava curta na mão esquerda, e Larga na direita.

1º rezisto o flautadoto do tapado sem augmentação alguma.

2º rezisto seja a oitava grave aberta com 2º augmentação do meio para cima.

3º dito seja sempre húa quinta aguda.

4º oitava aguda."³⁴

32 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 134, f. 75.

33 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 135, f. 214.

34 AMSB/RJ, *Dietário*, códice 1161, p. 89. In D. Clemente Maria da Silva Nygra, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, S. Salvador da Baía, Tipografia Beneditina, 1950, p. 155.

4.3.2 Estado da Baía: Mosteiro de S. Sebastião [S. Salvador], Nossa Senhora da Graça [Vila Velha], e Nossa Senhora das Brotas [Brotas]

Mosteiro de S. Sebastião [S. Salvador]

O Mosteiro de S. Sebastião da Baía é o mosteiro mais antigo do Brasil e das Américas. Foi fundado em 1581 por Fr. António Ventura e elevado a Abadia três anos depois. Acolhidos nos primeiros anos na Ermida de S. Sebastião, os monges não tardaram em construir um mosteiro, contando para isso com várias doações dos habitantes da cidade.

Em 1624, os monges da Abadia da Baía retiraram-se para os engenhos do Recôncavo, por causa dos holandeses, regressando passado um ano. Empreenderam então a tarefa de reedificar o mosteiro e nele instaurar de novo a vida monástica. Na segunda metade do século XVII foi iniciada a construção de uma igreja nova e de um novo mosteiro em torno do antigo. A planta das obras foi efectuada pelo irmão converso Arquitecto Fr. Macário de S. João. Apesar do esforço dos Abades que se foram sucedendo, as obras não chegaram a ser concluídas, tendo para este facto contribuído a situação vivida em Portugal e no Reino com a expulsão de Portugal da Companhia de Jesus, em 1759, e a proibição, em 1762, pelo Ministro Pombal de entrada de novos monges para o noviciado. A igreja do mosteiro viria a ficar completa em 1871, quando se concluíram as obras da capela mor. A construção das suas torres, porém, só terminaria em 1880.

A existência de um número tão significativo de monges músicos que foram conventuais no Mosteiro da Baía comprova ter havido naquele mosteiro uma actividade intensa no domínio da Música. Infelizmente as informações que dispomos são escassas, tendo-se perdido o espólio musical existente no mosteiro. Nos *Estados*, ficou registada a aquisição de alguns Livros de Música.

Quadro nº 4
Livros do Coro

Referências	Data	Fonte
"[...] Primeiramente comprouse hum Breviario grande para o choro e hum livro de muzica de Duarte Lobo, chançonetas, e outra musica; consertou se o choro com algumas vigas novas; consertou se o organ de folles. Encadernaram se alguns Liuvros de muzica, e Breviarios. [...]"	1657-1660	<i>Estados</i> nº136, f.32
"[...] encadernaram muitos processionarios, e hum breviario, e mandou concertar os orgãos e folles: [...]"	1663-1666	<i>Estados</i> nº136, f.56
"[...] Posse no coroo hum Psalterio novo, hum breviario, hum Martirologio [...]"	1726-1729	<i>Estados</i> nº136, f.191
"[...] fizerão-se de novo com estampilha, dous Livros hum de Himnos com suas solfas modernas e outro de canticos e fica terceiro de missas particulares quaze completo. Emcadernarão se de novo tres Brivarios, Psalterio, e Martirilogio. [...]"	1789-1793	<i>Estados</i> nº137, f.286

Do espólio musical do mosteiro fazia parte um livro de obras de Duarte Lobo, discípulo de Manuel Mendes na Catedral de Évora e Mestre Capela da Sé de Lisboa, provavelmente a partir de 1591. Duarte Lobo foi considerado no seu tempo como grande teórico musical, apesar de não ter escrito qualquer obra teórica. Como pedagogo, juntamente com Fr. Manuel Cardoso e Filipe de Magalhães, formou muitos discípulos que viriam a ser responsáveis pelas principais *Capelas* portuguesas.³⁵ Para a existência de um Livro de Duarte Lobo no Mosteiro da Baía, deve ter certamente contribuído o facto da obra polifónica deste compositor ter sido impressa na editora Plantin, de Antuérpia, casa de grande prestígio naquele tempo na Europa. A par da existência de obras deste compositor, de grande rigor e austeridade, de estilo próximo de Palestrina, havia no mosteiro livros de *Chançonetas*, isto é, de melodias populares ou popularizantes cantadas nos ofícios litúrgicos entre os textos latinos, sobretudo nas Festas de Natal e Ano Novo.

Como já se afirmou o Mosteiro da Baía contou ao longo da sua existência com um número significativo de monges músicos que se destacaram na Província, exercendo os seus ofícios. Fr. José de Jesus Maria Sampaio, compositor e organista, foi um destes monges, vindo a falecer no mosteiro em 1810, com 89 anos de idade.³⁶ Fr. Dionísio S. José, que viveu entre os anos de 1674 a 1731, chegou a Abade do mosteiro, possuindo - de acordo com o seu biógrafo - uma das melhores vozes que o mosteiro teve.³⁷

O quadro seguinte apresenta alguns dos monges músicos conventuais do Mosteiro da Baía, cujos nomes figuram nos *Estados* do mosteiro.

Quadro nº 5
Monges Músicos

Nome	Função	Data	Fonte
Fr. José de Santa Ana Coimbra	Cantor Mor	1764-1766	<i>Estados</i> nº137, f.16
Fr. Luís da Assunção	Cantor Mor	1765-1768	<i>Estados</i> nº137, f.57v
Fr. Henrique da Encarnação	Cantor Mor	1780-1783	<i>Estados</i> nº137, f.137
Fr. João de J.M.J. Mendonça	Cantor Mor, Sacristão Mor	1786-1789	<i>Estados</i> nº137, f.247
Fr. Manuel dos Prazeres	Cantor	1789-1793	<i>Estados</i> nº137, f.286

ADB, FMC, CSB. *Estados* nº 137

35 José Augusto Alegria, *Polifonistas Portugueses*, Biblioteca Breve, vol. 86, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984. Ver também Rui Vieira Nery, *História da Música*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 54.

36 AMSB/ Baía, In Dom Clemente Maria da Silva Nygra, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, S. Salvador da Baía, Tipografia Beneditina, 1950, p. 155.

37 Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Suplemento Biográfico, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 212.

O *Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia*, permite ainda conhecer outros monges músicos conventuais deste mosteiro:

Quadro nº 6
Monges músicos

Nome	Função	Fonte	Observações
Fr. João do Deserto	Cantor Mor	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1624)
Fr. António da Encarnação	Baixão	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1638)
Fr. Manuel de Mesquita	Cantor Mor	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1639)
Fr. Plácido da Cruz	Organista	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1642)
Fr. Estevão Jesus	Baixão. (Prior)	Informação recolhida, por gentileza, dos apontamentos de J.A. Geraldo Coelho Dias, OSB/FLUP	(? - 1644)
Fr. António de S. Paulo	Harpista	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1652)
Fr. Manuel da Cruz ³⁸	Baixão	AMSB/ RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161. f. 282	(1656 - 1743)
Fr. Bento da Cruz	Cantor Mor	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1663)
Fr. Manuel do Desterro	Cantor	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1668)
Fr. Manuel da Encarnação	Harpista	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(1669 - 1753)
Fr. Dionísio de S. José	Cantor	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(1674 - 1731). Foi Abade do mosteiro.
Fr. Martinho de Jesus	Cantor	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1683)
Fr. Marcos do Desterro	Organista	AMSB/ RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161. ff. 235 - 236	(? - 1686)
Fr. Romualdo de Santa Catarina	Cantor	Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, <i>Origem e Evolução da Música em Portugal e sua influência no Brasil</i> , Imprensa Nacional, 1942, p. 275.	(? - 1693)
Fr. Matias de S. Bento	Cantor Mor, Mestre de Capela	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1695)
Fr. Rodrigo do Espírito Santo	Cantor	Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, <i>Origem e Evolução da Música em Portugal e sua influência no Brasil</i> , Imprensa Nacional, 1942, p. 275.	(? - 1698)
Fr. João de Santa Maria	Cantor, organista	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1699)
Fr. Pedro de S. José	Cantor, Organista	AMSB/ RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161. ff. 370 - 371	(1707 - 1795)

38

Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos menciona um monge chamado Fr. Manuel da Luz, cuja biografia coincide com a de Fr. Manuel da Cruz. Trata-se certamente de um lapso. *Ibidem*, p. 240.

Quadro nº 6
Monges músicos (cont.)

Nome	Função	Fonte	Observações
Fr. Faustino da Vitória	Cantor Mor	AMSB/ RJ, <i>Dietário</i> , códice 1161, f. 267	(? - 1713)
Fr. Félix	Instrumentista	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - c. 1700/1715)
Fr. Francisco da Gama	Organista, Cantor, Mestre Capela	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - c. 1700/1715)
Fr. Agostinho de Santa Mónica	Cantor, Instrumentista	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1715)
Fr. Pantaleão de S. Bento	Instrumentista	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - c.1719/1720)
Fr. João do Sacramento	Organista	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1720)
Fr. Boaventura de Santa Quitéria	Organista	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1721)
Fr. José de Jesus Maria Sampaio	Compositor, organista	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(1721 - 1810)
Fr. Emiliano da Madre de Deus	Cantor	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1730). Definidor e Provincial da Congregação.
Fr. Joaquim de Jesus Maria	Cantor Mor	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1732)
Fr. António Serafins	Músico	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1749)
Fr. Miguel de Jesus Maria	Cantor, Mestre de Coristas	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1777)
Fr. Francisco Santa Luzia	Cantor, Mestre Capela	AMSB/ Baía, <i>Dietário das Vidas e Mortes dos Monges da Bahia</i>	(? - 1758)

No início do século XVIII, o mosteiro adquiriu um órgão. Fr. Emanuel do Espírito Santo, que morreu em 1736, deu uma avultada quantia em dinheiro para o órgão, que então se construía.³⁹ D. Clemente da Silva Nygra é de opinião que Fr. José Jesus Maria Sampaio encomendou entre os anos de 1760 a 1770 o grande órgão do Mosteiro da Baía, ao organeiro do Recife Agostinho Rodrigues Leite.⁴⁰ No entanto, os *Estados* do Mosteiro nada indicam sobre esta encomenda.

Nos finais do século XVIII, o órgão do mosteiro foi restaurado, por se encontrar bastante danificado. O relatório das obras então efectuadas, inserido no *Estado* relativo ao triénio de 1783-1786, diz o seguinte:

"Concertou-se o Órgão grande do coro que estava em miserável estado, com muitos canudos tapados, huns quebrados, e outros amassados: e os grandes, que tinha de madeira estavam huns

39 *Idem.* p. 114.

40 Dom Clemente Maria da Silva Nygra, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, S. Salvador da Baía, Tipografia Beneditina, 1950, p. 155.

podres, e outros comidos do bicho. Com este concerto se fes grande despeza em Materiais, madeiras, e jornaes de muitos dias dos officiaes de fora, alem de outros do Mosteiro que tambem trabalhavão: assim tambem com o Mestre da obra, a quem de pagou como pedia a qualidade da obra, coma que ficou bem, e perfeitamente renovado o dito orgão." 41

No triênio de 1789-1793, o órgão foi alvo novamente de considerável restauro que custou ao mosteiro sessenta e dois mil e quatrocentos reis:

"No coro se concertou o Organo com hum conserto consideravel, porque sucedendo cahir do alto della huma das pessos com que se orna quebrou as trombetas, e clarins e lhe cauzou outros dannos que tudo foi necessario reparar com ponto, e eficaz remedio e ficou na sua maior e melhor perfeição [...]"42

No mosteiro conservou-se um pequeno órgão barroco, em forma de armário, formado por duas caixas, onde se encontram os tubos e o teclado (caixa superior) e os foles (caixa inferior), que eram accionados pelo próprio organista através de uma alavanca. As alças de ferro laterais ajudavam ao seu transporte. O órgão tinha três registos, Flauta 4' (Principal), Bordão 4', e Mixtur.⁴³

Segundo Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, o órgão do mosteiro não voltou a ser utilizado depois do Cantor e Organista Fr. Lourenço de Santa Cecília Ferreira (1821 - 1888) se ter mudado para o Mosteiro do Rio de Janeiro em 1882.⁴⁴

Mosteiro de Nossa Senhora da Graça [Vila Velha]

Em 1586, D. Catarina Álvares Caramurú doou à Ordem de S. Bento a Ermida de Nossa Senhora da Graça, com todos os ornamentos da capela e a terra junto à ermida que lhe coube em partilhas por morte de seu marido Diogo Álvares. O mosteiro viria a ser edificado no ano de 1647, de acordo com a resolução do Capítulo Geral reunido no Mosteiro de Santo André de Rendufe que havia decidido fundar um mosteiro no Santuário de Nossa Senhora da Graça. Funcionando como Casa de Estudos da Província, foi elevado a

41 ADB, FMC, CSB. *Estados* n° 137, f. 210.

42 *Idem*, f. 286.

43 Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 115.

44 *Idem*, p. 239.

Presidência em 1694 e a Abadia em 1697. Em 1707 passou de novo a Presidência, voltando a ser Abadia em 1720, sendo eleito Abade D. Fr. Agostinho da Encarnação.

Em 1906 o Santuário e o mosteiro passaram a Priorado, sendo incorporados à Abadia de S. Sebastião.

Todos os sábados os monges cantavam a Missa de Nossa Senhora da Graça, Padroeira deste mosteiro. Nas festas, o mosteiro solenizava a liturgia com músicos vindos de fora. Os *Estados* têm anotadas as despesas que o mosteiro foi tendo ao longo dos anos com *Música*.

Quadro nº 7
Despesas com Música

Referência	Data	Fonte
"[...] Em Muzicas nas festas-28 8000 [...]"	1717-1720	<i>Estados</i> nº143, f.6
"[...] Em Muzicas nas festas-11 360 [...]"	1720-1724	<i>Estados</i> nº143, f.13
"[...] Que despenceo em Muzica. quatro mil, e oitocentos- 4 8000 [...]"	1746-1749	<i>Estados</i> nº143
"[...] Em as muzicas das festas secenta e quatro mil reis- 64 000 [...]"	1759-1763	<i>Estados</i> nº143, f.96
"[...] Em Muzicas, vinte e quatro mil reis - 24#000 [...]"	1765-1769	<i>Estados</i> nº143, f.110
"[...] Em Muzica oito mil reis - 8#000 [...]"	1768-1771	<i>Estados</i> nº143, f.128
"[...] Em Muzicas, vinte, e quatro mil reis - 24#000 [...]"	1772-1778	<i>Estados</i> nº143, f.143
"[...] Em Muzica - 5 760 [...]"	1778-1781	<i>Estados</i> nº143, f.182
"[...] Em Muzicas - 52 9000 [...]"	1783-1786	<i>Estados</i> nº143
"[...] Em Muzicas, quinze mil, quatro centos, e quarenta reis [...]"	1786-1789	<i>Estados</i> nº143, f. 253

ADB. FMC, CSB, *Estados* nº143

Fr. António dos Serafins (?-1749), monge músico, natural da cidade do Porto e professo na Baía foi Abade do Mosteiro da Graça.⁴⁵ Nos triênios de 1717-1720 e seguinte, Fr. Silvestre de Santo Amaro exerceu funções de Cantor Mor no mosteiro. Os *Estados* referem o seguinte:

"Despesa do padre Gastador

Certificamos nós os Padres Piores, Subprior, cantor, e Sachristão abaixo assignados, que cada mez deste triennio satisfez a obrigação da Missa, Anniversario, e as Missas das obrigações anuaes da sachristia [...]"

⁴⁵ Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Suplemento Biográfico, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 193.

"Sachristia

Dicirão-seas da obrigação [Missas] anual do mosteiro, e a de Nossa Padroeira cantada nos sabbados.

Fr. Silvestre santo Amaro-cantor Mor"⁴⁶

De acordo com os *Estados*, o mosteiro tinha um órgão, colocado no coro. As referências relativas a este instrumento encontram-se no quadro seguinte:

Quadro nº 8
Órgão do mosteiro

Referência	Data	Fonte
"[...] Concertou-se e afinouse o Orgão do coro [...]"	1720-1724	Estados nº143, f.14
"[...] Concertou-se o Orgão e se pintou a sua caixa [...]"	1772-1778	Estados nº143, f.146

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 143

Mosteiro de Nossa Senhora das Brotas [Brotas]

O Mosteiro de Nossa Senhora das Brotas, situado perto da cidade de S. Salvador da Baía, foi fundado em 1670, no triênio do Abade Geral Fr. Dâmaso da Silva (1668-1671), que havia sido Provincial no Brasil entre 1641 a 1644. O seu primeiro Abade foi Fr. Manuel do Espírito Santo, eleito no ano de 1703.⁴⁷

O mosteiro teve pelo menos dois monges músicos que chegaram a Abades do mosteiro: o Cantor Fr. José de Santa Ana, natural do Rio de Janeiro, falecido em 1750⁴⁸ e Fr. Pedro de S. José (1707-1795), eleito Abade em 1752, natural de Ponte de Lima, Cantor e Organista no Mosteiro da Baía durante alguns anos.⁴⁹

No triênio de 1730-1733, era Abade do mosteiro Fr. João de Santa Ana. Nos *Estados* deste triênio ficou registada a oferta do Definidor Mor, Fr. Inácio da Assunção:

⁴⁶ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 143, f. 9 e f. 14.

⁴⁷ D. José Lohr Endres, *A Ordem de São Bento no Brasil Quando Província 1582 - 1827*, Brasil, Editora Beneditina Ltda., 1980, p. 95.

⁴⁸ AMSB/RJ, *Dietário*, códice 1161, f. 289.

⁴⁹ *Idem*, ff. 370-371.

"Sachristia

Deu o Muito Reverendo Padre Diffinidor mor Fr Ignacio da Assumpção hum Missal novo que he das Missas cantadas." ⁵⁰

Os *Estados* do Mosteiro contêm as seguintes anotações sobre o órgão existente no mosteiro no século XVIII:

Quadro nº 9
Órgão do mosteiro

Referência	Data	Fonte
"[...] Comprouse hum Organ [...]"	1711-1714	<i>Estados</i> nº142, f. 31
"[...] Fizerão-se quazi de novo os folles do organ [...]"	1743-1746	<i>Estados</i> nº142, f. 127
"[...] Concertouse o Órgão para o que se fes caixa nova de madeira, e se pintou [...]"	1766-1769	<i>Estados</i> nº142, f. 161
"[...] Pintou-se o Órgão, e concertouse o lampião do coro [...]"	1777-1780	<i>Estados</i> nº142, f. 186
"[...] Pintou-se a caixa do Órgão, e hum banco no coro [...]"	1786-1789	<i>Estados</i> nº142, f. 214

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº142

O órgão adquirido pelo mosteiro no triénio do Abade Fr. Bernardo de Santa Maria (1711 - 1714) custou *cem mil reis*. A despesa com o novo órgão ficou anotada nas contas do Padre Gastador.

Nas Festas principais e durante a Semana Santa, o mosteiro pagava a músicos de fora que vinham tocar ao mosteiro. As despesas estão anotadas nos relatórios dos *Estados* entre os anos de 1707 a 1789.

4.3.3 Estado de São Paulo: Mosteiro de Nossa Senhora de Assunção [S. Paulo], Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro [Santos], Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro [Parnaíba], Mosteiro de Santa Ana [Jundiaí] e Mosteiro de Santa Ana [Sorocaba]

O Mosteiro de Nossa Senhora de Assunção [S. Paulo]

A ideia de se fundar um Mosteiro em S. Paulo surgiu por volta de 1598, quando foi enviado o Irmão Mauro Teixeira incumbido de encetar as diligências necessárias para a fundação do mosteiro. Apesar de ter sido designado um local para a edificação do mosteiro

⁵⁰ ADB, FMC, CSB, *Estados*, nº 142, f. 90.

pelo Senado da Câmara, Fr. Mauro edificou apenas uma Ermida dedicada a S. Bento. Dois anos depois segue para S. Paulo Fr. Mateus da Ascensão, com o propósito de edificar o mosteiro. Porém este monge só o viria a fazer passado alguns anos e depois de ter estado em Paraíba até 1610. A capela edificada por Fr. Mauro, a pedido do governador, passou a denominar-se de Nossa senhora de Montserrate, mudando em 1720 para Nossa Senhora da Assunção. O primeiro Abade do mosteiro, Fr. Álvaro Carvajal, foi eleito no Capítulo Geral de 14 de Maio de 1635. Em 1650 começou a ser construída uma nova igreja e um novo mosteiro graças ao benfeitor Fernão Dias Paes. Durante o governo do Abade Fr. Miguel de Santa Rita, eleito em 1761, a igreja do mosteiro foi demolida, construindo-se outra mais ampla. O *Mapa dos Mosteiros do Brasil*, elaborado na segunda metade do século XVIII, apresenta a seguinte descrição do Mosteiro de S. Paulo:

"O Mosteiro de S. Paulo está situado na cidade de S. Paulo. Tem edificio, não he grande mas esta completo:

costumava ter 8 ou 10 tem actualmente 8. Tem de renda oitocentos mil reis"⁵¹

O livro de *Estados* referente aos triénios entre os anos de 1726 a 1792 contém as seguintes referências relativas ao órgão do mosteiro:

Quadro nº 10

Órgão

Referências	Data
"[...] Em fretes, e carretos do novo órgão, que veio do Rio de Janeiro, pregos, madeiras para a caixa, chumbo; official que o fes. e ao Mestre que o assentou e ao muzico de o afinar, duzentos e quarenta, e hum mil, e sincoenta e cinco reis. [...]"	1776-1778
"[...] Fes-se hua porta liza com sua fechadura para a caza dos folles do órgão, concertarão-se por algumas vezes os ditos folles [...]" "[...] Fes-se hum banco com seo degrão, e pintou se para o assento do organista [...]"	1778-1781
"[...] Se fez hum bom concerto nos folles do Orgam, todo de pregaria doirada para melhor segurar o coiro, visto o estrago continuo, que faziam as humanidades [...]"	1790-1792

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº144, f. 186, f. 216, f. 273

No triénio de 1776-1778, o relatório das obras da Igreja refere-se a arranjos realizados no coro, que por ter infiltrações de águas prejudicava o órgão. O texto diz o seguinte:

⁵¹ BPMP, Ms 1257, doc. nº 5.

"Acabou-se a impessa do frontespício da Igreja do oculo, para sima, e neste se fez de novo huma moldura redonda, obra de alvinaria. Pos-se-lhe huma vidraça em caxilho de shumbo, para vedarem as agoas, que entravão no coro, causando gravissimo prejuizo ao orgão"⁵²

Os *Estados* referem também despesas havidas com músicos vindos de fora para abrilhantarem as festas do mosteiro.

O Mosteiro Nossa Senhora do Desterro [Santos]

O Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro foi fundado na Vila de Santos em 1650. O provincial Fr. Gregório de Magalhães, vindo do Rio de Janeiro e dirigindo-se para S. Paulo, passou na Vila de Santos em 1649. Nessa *Visita*, entendeu ser de grande utilidade a construção de um hospício nesta Vila. Obtida licença da Câmara, os monges puderam contar com a doação de D. Isabel Barbosa, viúva de Bartolomeu Fernandes Morão, da Ermida de Nossa Senhora do Destêrro, e respectivas terras anexas. Passados dois anos os monges receberam também a Ermida de Nossa Senhora de Montserrate. Iniciada a construção do mosteiro por três monges que dirigiram as obras, a Casa teve o seu primeiro Presidente, Fr. Isidoro Trindade, no ano de 1656.⁵³ O mosteiro, traçado e construído pelo Abade provincial e architecto Fr. Gregório de Magalhães, reflectia as linhas de construção monástica dos mosteiros de Lisboa. A igreja, igualmente traçada por Fr. Gregório de Magalhães viria a ser alvo de remodelação em 1766. As obras de remodelação do mosteiro realizaram-se nos anos de 1797 a 1800.⁵⁴

As festas do mosteiro celebradas em honra da sua padroeira, Nossa Senhora do Destêrro, a 4 de Fevereiro, e de Nossa Senhora de Montserrate a 27 de Abril, eram momentos festivos em que a música dava maior solenidade às celebrações. O quadro seguinte apresenta as despesas com a música nessas ocasiões.

52 ADB, FMC. CSB, *Estados* nº 144, f.190.

53 D. José Lohr Endres, *A Ordem de São Bento no Brasil Quando Província 1582-1827*, Brasil, Editora Beneditina Ltda., 1980, pp. 91-92.

54 D. Clemente Maria da Silva Nygra, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, S. Salvador da Baía, Tipografia Beneditina. 1950, p. 80.

Quadro nº 11

Despesas com música

Referências	Data	Fonte
"[...] Que se dispeneo em Muzicas para as festas do Mosteiro vinte e hum mil settecentos, e secenta reis-21760 [...]"	1751-1755	<i>Estados</i> nº 140, f. 26
Que dispeneo em Muzicas, cera e Incenso [...]"	1755-1757	<i>Estados</i> nº 140, f. 37v
"[...] Que dispeneo em Muzica, sera, e Incenso, sessenta, e nove mil, quinhentos 69#500 [...]"	1757-1760	<i>Estados</i> nº 140, f. 45
"[...] Que dispeneo com as festas da dita Senhora [Nossa Senhora de Monserrate] Musica, e sermoens, dezasseis mil, e vinte reys 16#020 [...]"	1757-1760	<i>Estados</i> nº 140, f. 49
"[...] Em Muzica para as festas: vinte e hum mil, novecentos e vinte reis 21#920 [...]"	1766-1769	<i>Estados</i> nº 140, f. 54
"[...] Capela de Nossa Senhora de Mont-serrate Em Muzica para as festas: vinte e sete mil, cento e sessenta reis 21# [...]"	1766-1769	<i>Estados</i> nº 140, f. 61
"[...] Em muzica vinte e tres mil oitosecentos e sesenta. 23#860 [...]"	1769-1772	<i>Estados</i> nº 140, f. 67
"[...] Em Muzica, e armação da Igreja: oitenta, e oito mil reis 88#000 [...]"	1772-1780	<i>Estados</i> nº 140, f. 74
"[...] Em Muzica e armações vinte e seis mil seicentos e sessenta reis 26#660 [...]"	1780-1783	<i>Estados</i> nº 140, f. 82
"[...] Que dispeneo (...) em Musica, e armação, cincoenta e cinco mil, oitocentos e sessenta 55#860 [...]"	1783-1789	<i>Estados</i> nº 140, f. 90
"[...] Em Musica, e Armação vinte e quatro mil, seiscentos, e quarenta 24#640 [...]"	1789-1792	<i>Estados</i> nº 140, f. 98, f. 102

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 140

A única referência encontrada, relativa ao órgão do mosteiro, refere-se a um concerto do fole do instrumento, efectuado no triénio de 1780-1783⁵⁵. No triénio relativo aos anos de 1789-1792, realizaram-se obras na Igreja. No relatório do *Estado* ficou anotado o seguinte:

"Fizerão se para a capella mor trez mochos para as funções das Missas cantadas."⁵⁶

O Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro [Parnaíba]

O mosteiro foi fundado em 1643 através de uma doação do fundador da Vila de Parnaíba, Capitão André Fernandes.⁵⁷

Os *Estados* do Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba relativos aos anos entre 1753 a 1784 contêm despesas com *Música* nas festas do mosteiro.

55 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 140, f. 83.

56 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 140, f. 98.

57 D. José Lohr Endres, *A Ordem de São Bento no Brasil Quando Província 1582-1827*, Brasil, Editora Beneditina Ltda., 1980, p. 87.

Quadro nº 12
Despesas com música

Referências	Data	Fonte
"[...] Dispendeu em Muzicas: catorze mil cento e sessenta 14#160[...]"	1753-1756	<i>Estados</i> nº 145, f. 19
"[...] Em Muzica oito mil reis - 8 000 [...]"	1781-1783	<i>Estados</i> nº 145, f. 31
"[...] Em Muzica dezaseis mil reis - 16#000[...]"	1778-1781	<i>Estados</i> nº 145, f. 42
"[...] Em muzica oito mil e oitenta reis - 8 080 [...]"	1784	<i>Estados</i> nº 145, f. 35

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 145

O Mosteiro de Santa Ana [Jundiá]

O Mosteiro de Santa Ana de Jundiá foi fundado em 1668 por Estácio Ferreira e pelo padre Provincial Fr. Francisco da Visitação. A decisão de elevar o mosteiro a Presidência foi tomada na Junta celebrada no Mosteiro de S. Martinho de Tibães em 1694. O primeiro monge conventual, e seu presidente foi Fr. João do Espírito Santo.⁵⁸

Os *Estados* do Mosteiro de Santa Ana de Jundiá contêm despesas com *Música* nas festas do mosteiro, relativas ao triênio de 1763-1766.

Quadro nº 13
Despesas com música

Referências	Data	Fonte
"[...] Despendeu em Muzica seis cento e quarenta reis - #640	1763-1766	<i>Estados</i> nº 145, f. 71

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 145

O Mosteiro de Santa Ana [Sorocaba]

O mosteiro foi fundado em 1661, graças a uma doação do Capitão Baltasar Fernandes, irmão do fundador do Mosteiro de Parnaíba. Segundo D. José Lohr Endres, o mosteiro, inicialmente designado por Mosteiro de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba passou a chamar-se em 1667, Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação. Neste mesmo ano, dando cumprimento aos desejos do benfeitor do mosteiro, foi construído um Hospício

58 *Idem*, pp. 94-95.

situado junto à igreja.⁵⁹ Os *Estados* do Mosteiro de Santa Ana de Sorocaba contêm despesas com *Música* nas festas do mosteiro entre os anos de 1772 a 1780 .

Quadro nº 14
Despesas com música

Referências	Data	Fonte
"[...] Em Muzicas tres mil e oitocentos e quarenta-3840[...]"	1772-1778	<i>Estados</i> nº 145, f. 157
"[...] Em Muzica mil duzentos. e oitenta 1#280[...]"	1778-1780	<i>Estados</i> nº 145

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 145

4.3.4 Estado de Pernambuco: O Mosteiro de Olinda

As fontes relativas à fundação do mosteiro são escassas. Segundo D. José Lohr Endres, o mosteiro terá sido fundado em 1586 pelo Padre Fr. João Porcalho.⁶⁰ D. Joaquim G. de Luna, baseando-se na Crônica de Fr. Miguel Arcanjo,⁶¹ afirma ter sido o mosteiro fundado por Fr. Bento do Rio Douro. Em 1592, o mosteiro possuía já casa de noviciado. Em 1596, o mosteiro foi elevado a Abadia, sendo eleito Abade Fr. Cipriano de S. Bento em 1599. Em 1630, com a chegada dos holandeses a Pernambuco, os monges de Olinda abandonaram o mosteiro, tendo sido dispersos por vários engenhos das redondezas. Dois anos depois, o mosteiro foi destruído, servindo as suas pedras para a construção do Palácio do Conde de Nassau. O Mosteiro de Olinda só viria a ser reedificado em 1654, sob a regência do Abade Fr. Diogo Rangel. As obras de reconstrução continuaram por vários anos. A capela mor com o seu retábulo de talha dourada de grande valor artístico viria a ser construída no tempo de Fr. Miguel Arcanjo que governou o mosteiro nos triênios de 1769 a 1786. Segundo Roberth Smith, o retábulo da capela-mor do mosteiro é provavelmente "a interpretação local de um esquema do escultor beneditino Fr. José de Santo António Vilaça", levado para o Brasil por algum monge beneditino ou pelo próprio Abade. Ainda segundo este autor, a talha da capela-mor, o cadeiral, a grade do coro e os móveis da sacristia foram

⁵⁹ *Idem*, pp. 93-94.

⁶⁰ *Idem*, pp. 53-54.

⁶¹ Fr. Miguel Arcanjo da Anunciação, *Crônica do mosteiro de S. Bento de Olinda até 1763*. In D. Joaquim G. de Luna, OSB, *Os Monges Beneditinos no Brasil*, Rio de Janeiro, Edições "Lumen Christi", 1947, p. 125.

executados pelo entalhador José Gomes de Figueiredo.⁶² A igreja actual de estilo barroco colonial, tem um painel da autoria do irmão donato do Rio de Janeiro, Fr. Domingos da Conceição.

De acordo com o *Mapa* dos mosteiros do Brasil, o Mosteiro de Olinda tinha na segunda metade do século XVIII, cerca de 20 monges conventuais:

"Está situado dentro da cidade de Olinda e tem o seu edifício completo;
nº de monges [...] Costumava ter 30 e mais actualmente tera 18 ou 20."⁶³

Depois da queda da monarquia em 1889, a situação religiosa no país alterou-se permitindo a restauração da Congregação em 1895. O Mosteiro de Olinda foi o primeiro a recomeçar a vida regular monástica, assinalando o acontecimento com um *Te Deum* solenemente entoado, seguido do ofício das Completas.

Através do relatório dos *Estados* enviados para Portugal, é possível identificar algumas das despesas relativas aos Livros de Coro do mosteiro:

Quadro nº 15
Livros de Coro

Referências	Data
"[...] Que gastou na sacristia com ornamentos, sera, sepulcros, conserto de prata. Livros para o choro, musicos, cheiros, presepio e mais miudezas, caixão grande 1509 & 480 [...]"	1660-1663
"[...] Fica no choro hum orgão, duas estantes, vinte livros de canto de orgão: hu psalterio, hum antiphonario, hum gradual, e 11 processionarios: huma taboa dos officios comuns, e outra para se saber onde he o choro: dous breviarios, e hum missal velho.[...]"	1660-1663
"[...] Fica no Mosteiro hu Orgam duas estantes huma grande sinquo Livros de canto de Orgam hu salteiro, hu antifonario, hu gradual e hu prociissionario e hu Christo as grades e suas cortinas.[...]"	1663-1666
"[...] Para o choro se concertou o Psalterio, tres breviarios, duas seremonias, os sois do occidente tres Lucernas, e se puzerão cortinas nas grades, posse o sino grande na torre que custou trezentos, e tantos mil reis, concertouse o relógio pequeno.[...]"	1700-1703
"[...] Puserao se alguns Breviarios no choro, e mandarao se por brochas em todo[...]. Enquadrenou se de novo em pasta o Livro de Canticos e Hymnos. Fese de novo hum Livro de pasta de papel grosso, e nelle se pos toda a solfa e hymnos para as Festas principais. Comprarao se sincoenta Preporcionarios novos.[...]"	1726-1730
"[...] Comprouse hum Psalterio, e gradual novos, reformaraose os breviarios, e fesce o candeeiro do choro[...]"	1746-1749
"[...] Fesce para o coro hum Livro de letra de forma com todos os canticos, e Missas de Nossa Senhora[...]"	1766-1769
"[...] Reformarão-se os Breviarios do coro novamente encadernados, e se pos hum Livro de todas as solfas, Glorias, e credos que se podem desejar. Livro certamente singular, e unico na Provincia que se deve ao trabalho do Reverendo Conego da Silva, que fez de estampilha[...]"	1769-1772

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 138 [1660-1749] f. 48, f. 70, f. 97, f. 113, f. 165, f. 166, f. 287
Estados nº 139 [1766-1799] f.19, f. 49

⁶² Roberth C. Smith, *Frei José de Santo António Vilaça, Escultor beneditino do século XVIII*. Vol. II. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 406-416 e pp. 660-661.

⁶³ BPMP, Ms 1257, doc. nº 5.

O quadro seguinte apresenta os nomes de monges músicos inseridos nos relatórios dos *Estados* do Mosteiro de Olinda.

Quadro nº 16
Monges Músicos

Nome	Função	Data	Fonte
Irmão Fr. Bento	músico	1660-1663	<i>Estados</i> nº 138, f. 64
Fr. Manuel de S. José	Cantor Mor	1753-1756	<i>Estados</i> nº 138, f. 319
Mestre Fr. Francisco Xavier Feijó	Cantor Mor	1766-1769	<i>Estados</i> nº 139, f. 27
"Molatinho"	aprendiz de órgão	1766-1769	<i>Estados</i> nº 139, f. 229
Fr. Manuel de S. Félix	Cantor Mor	1789-1793	<i>Estados</i> nº 139, f. 310

ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 138 e nº 139

Os *Estados* do mosteiro referem que Fr. Bento tinha deixado o convento, tendo recebido, nessa ocasião uma quantia referente a "música". O texto diz o seguinte:

"Ao Irmão Fr. Bento de Musica que deixou a casa 06v000"⁶⁴

Provavelmente Fr. Bento mudou-se para o Mosteiro da Baía. O Dietário deste Mosteiro refere que Fr. Bento tocava *charamelinha* quando se cantava o *Te Deum* nas Matinas. Quando os monges franciscanos ouviam no seu convento o som da *charamelinha* de Fr. Bento, vinham para as janelas apreciá-lo.⁶⁵

Além dos monges músicos já mencionados foi possível identificar os seguintes monges conventuais no Mosteiro de Olinda: Fr. Joaquim de Jesus (?-1732). Cantor Mor no mosteiro;⁶⁶ Fr. José do Nascimento (?-1733), conhecido por Fr. José Baixão por tocar este instrumento, Cantor e Mestre Capela.

Os *Estados* relativos ao triênio de 1766-1769, dando conta do número de escravos existentes no mosteiro, referem-se a um "molatinho" chamado João, estudante de órgão. O texto diz o seguinte:

⁶⁴ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 138, f. 64.

⁶⁵ Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 201.

⁶⁶ AMSB/RJ, *Dietário*, códice 1161, f. 268.

"[...] Ficão agora trinta, e quatro, entrando nesta conta o molatinho João, que fica aprendendo a tanger Orgão, e com mais um escravo do número, que se declara no Estado passado: onde se dis. que se deixava trinta, e trez [...]"⁶⁷

O Mosteiro de Olinda teve vários órgãos. A primeira referência encontrada relativa a este instrumento, data de 1663. Os relatórios dos *Estados* dos triênios de 1660-1663 e de 1663-1666 mencionam um órgão colocado no coro. Os *Estados* relativos ao triênio de 1726-1730 referem o concerto deste instrumento:

"Concertouse, e afinouse o órgão duas veses."

No triênio relativo aos anos de 1746-1749, o mosteiro teve um órgão novo, oferta de Fr. Bento de S. Tomás. O relatório diz o seguinte:

"Choro

Posce hum Organo Novo, que deo de esmolla o Muito Reverendo Padre Fr. Bento de S. Tomás."⁶⁸

A Crônica do Mosteiro de Olinda, relativa ao anos de 1746 a 1750, em que foi Abade do mosteiro Fr. Salvador dos Santos indica que o mosteiro adquiriu um órgão novo construído pelo organeiro Agostinho, referindo-se certamente ao organeiro Agostinho Rodrigues Leite que nasceu no Recife em 22 de Agosto de 1722. No entanto, D. Clemente da Silva Nygra, no seu livro *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, na biografia que apresenta do organeiro e dos órgãos que este construiu, não refere este órgão, mencionando apenas o órgão construído entre os anos de 1772-1778, que mencionaremos a seguir. Na Crônica do Mosteiro, relativa aos anos de 1746-1750, transcrita por Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, ficou registado o seguinte:

"[...] Também mandou assentar um Orgão novo em uma das tribunas da parte do Evangelho; porque o realejão, que d'antes tinha o Mosteiro, estava totalmente destruido e sem serventia. Este dito realejo destruido, passados alguns anos, foi vendido ao Mosteiro da Paraíba. O órgão novo foi o primeiro que em sua vida fez o organeiro Agostinho de tal, o qual também foi autor deste, que agora temos, em que reformou vários defeitos do primeiro.[...]"⁶⁹

67 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 138, f. 229.

68 *Idem*, f. 287.

69 Arquivo do Mosteiro de Olinda. *Crônica do Mosteiro*, In Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 114.

A mesma Crônica, referindo-se à obra do Abade Fr. Manuel do Nascimento menciona que no triênio de 1750-1753, este Prelado mandou colocar o órgão numa tribuna, no lado da Epístola, junto ao Coro.⁷⁰

Passados cerca de vinte anos, o órgão foi substituído por um instrumento novo que custou oitocentos mil reis. Este órgão foi construído pelo organeiro Agostinho Rodrigues Leite.⁷¹ "O Livro do Gasto da Sachristia do Mosteiro de S. Bento de Olinda de 1756 até 1800" refere no f. 53 que o Capitão Agostinho Rodrigues Leite fornecera um órgão novo ao mosteiro em 1775.⁷² Os *Estados* relativos aos anos de 1772-1778 apresentam em pormenor os trabalhos realizados na igreja, para a instalação do novo órgão:

"Fes se hua trebuna no lugar donde estava o Orgão velho; e para esta se fez grade nova de mitação das outras, e sua sanefa de talha, e nella se poz o remate, que tinha serevido no orgão velho. Forrou-se esta trebuna de amarelo, e repintou a emitação de pedra azul: decurou-se a sanefa de novo em campo de cor deperola, e se retocou em algumas partes o douramento do remate.

comprou-se hum orgão novo de doze [12 palmos] com trombetas para fora, e caixa de cedro rematada com seos remates, e pianhas de talha; o que se trocou pelo velho dando o Mosteiro ainda de mais douz mil cruzados; e para esta compra deo de esmola sincoenta mil reis o Muito Reverendo Padre Pregador; e Excelentíssimo Abbade Fr. Mauro de Jesus Maria.

Para assentar este orgão, se fez hum coreto junto das grades do coro em sima de grossas vigas; forrado por sima, e por baixo de amarelo: da parte de sima se goarneceo com a grade do orgão velho, e por ser pequena se fez de novo, o que foi necessario até chegar a grade do coro, na qual segatiou, e se segurou com gatos de ferro, serrandose hum pedaço da grade do coro para servir de porta, e dar entrada para o lugar do orgão, pondo-se-lhe a chave, e fechadura para se conservar sempre fechada, e somente se abrir quando se vai tocar o Orgão: pela parte debaixo se goarneceo o dioto forro com simalha, e pela parte de fora com cordoens de amarelo: e depoiz desta perfeição se pintou nelle huma bella prespectiva com os aleos, e cordoenz dourados em campo azul emitando pedra."⁷³

A caixa deste órgão viria a ser pintada passados alguns anos no triênio do Abade Fr. Luís da Assunção. No *Estado* de 1789-1793, ficou registado o seguinte:

70 *Ibidem.*

71 Dom Clemente Maria da Silva Nygra, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, S. Salvador da Baía, Tipografia Beneditina, 1950, p. 154.

72 *Ibidem.*

73 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 139, f. 145.

"A caixa do órgão, que ainda estava em madeira, foi pintada de vermelho, e envernizada, e em muitas partes se fizeram flores de ouro, e outros debuxos também dourados ficando todo o remate dourado, e as cortinas estufadas fingindo huma seda azul de lustrozas flores."⁷⁴

No triênio de 1783-1786, o mosteiro comprou um órgão pequeno. O realejo custou oitenta mil reis e foi também construído pelo Mestre organeiro Agostinho Rodrigues Leite.⁷⁵ O *Estado* diz a propósito o seguinte:

"[...] Comprou-se hum realejo para as festas das novas capellas, e Engenhos que se fazem a cantochão[...]"⁷⁶

A *Crônica do Mosteiro de Olinda* contém ainda informações relativas ao desmantelamento do órgão existente no coro superior do lado da Epístola e instalação de um órgão novo no coro inferior nos finais do século XIX. O texto diz o seguinte:

"[...] Um órgão ao lado da Epístola, pegado ao Choro Superior, mas totalmente desmantelado, ficando apenas o caixão exterior com algumas flautas de metal. D. Abade Gerardo o fez retirar em 1896. Neste ano veio da Europa o organeiro Cluitens, um belga, que fez o novo órgão do lado da Epístola, mas no choro inferior. Este órgão, muito bem feito, foi inaugurado na festa de São Bento em 1897, mas teve pouca vida [...]"⁷⁷

4.3.5 Estado da Paraíba: Mosteiro de Nossa Senhora de Monserrate [João Pessoa]

O Mosteiro de Nossa Senhora de Monserrate, fica situado na cidade João Pessoa. As diligências necessárias à fundação do mosteiro foram realizadas em 1589 por Fr. Damião da Fonseca, monge bracarense, na altura Presidente no Mosteiro de Olinda. O mosteiro viria a ser fundado dez anos depois, sendo eleito Presidente Fr. Paulo Peixoto. A decisão de elevar o mosteiro a Abadia foi tomada na Junta realizada no Mosteiro do Pombeiro em 1607, tendo

⁷⁴ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 139, f. 297.

⁷⁵ Dom Clemente Maria da Silva Nygra, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro* S. Salvador da Baía, Tipografia Beneditina, 1950, p. 154.

⁷⁶ ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 139, f. 268.

⁷⁷ Arquivo do Mosteiro de Olinda, *Crônica do Mosteiro*, In Maria Luiza de Queiroz Amancio dos Santos, *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 114.

sido eleito, nessa ocasião, o Abade Fr. Urbano de S. João. Depois da perseguição levada a cabo pelas tropas do Príncipe Nassau, em que os monges foram obrigados a abandonar o mosteiro, este ficou reduzido a escombros. Os monges regressariam no ano de 1655, dando início à sua reedificação.

Os *Estados* conservados no Arquivo Distrital de Braga contêm poucas informações relativas à música realizada no mosteiro. No triénio de 1700-1703 está anotada uma despesa com músicos vindos de fora para cantarem na festa do mosteiro:

"Que pagou aos muzicos que cantarão nas festas do Mosteiro, sinco mil, oitocentos e sesenta"⁷⁸

Este tipo de despesa está também anotada no *Estado* relativo aos anos de 1747-1750:

"Que gastou com Muzicas trinta e quatro mil reis.-3-4000"⁷⁹

Fr. Calisto de S. Caetano, eleito Abade deste mosteiro, a 19 de Março de 1746, em Tibães, comprou para o coro da igreja um órgão. No relatório das contas do *Padre Gastador* ficou anotado o seguinte:

" Que gastou em hum orgão para o coro, e concerto dele-960000"⁸⁰

78 ADB, FMC, CSB, *Estados* nº 141, f. 16.

79 *Ibidem*, f. 197.

80 *Ibidem*, f. 198.

Fontes e Bibliografia

A. Fontes manuscritas

I. Arquivo Distrital de Braga

FMC, CSB, *Estados* n° 134, n° 135, n° 136, n° 137, n° 138, n° 139, n° 140, n° 141, n° 142, n° 143, n° 144, n° 145.

II. Arquivo do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro

AMSB/RJ, *Dietário*, códice 1161

AMSB/RJ, códice 147

B. Bibliografia

Alegria, José Augusto, "Um Teórico Musical Brasileiro do Século XVIII", *Bracara Augusta*, vol. XXVIII, Braga, Câmara Municipal, 1974, pp. 472-476.

Alegria, José Augusto, *Biblioteca Pública de Évora, Catálogo dos Fundos Musicais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

Alegria, José Augusto, *História da Capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

Alegria, José Augusto, *Polifonistas Portugueses*, Biblioteca Breve, vol. 86, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

Alegria, José Augusto, "A irradiação da música sacra europeia no Brasil", *Musices Aptatio (1984-85-II)*, Roma, Consociatio Internationalis Musicae Sacrae, 1985, pp. 67-80.

Alegria, José Augusto, *Biblioteca do Palácio de Vila Viçosa, Catálogo dos Fundos Musicais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

Alegria, José Augusto, "Presença da Romana Cantilena no Brasil", *Musicaes Sacrae Ministerium*, n° 1-2, Roma, Consociatio Internationalis Musicae Sacrae, 1993, pp. 62-67.

Andrade, Mário, *Ensaio sobre a Música Brasileira*, S. Paulo, Livraria Martins Editora, 1962.

- Andrade, Mário, *Dicionário Musical Brasileiro*, Rio de Janeiro, Editora Itataia, Lda., 1989
- Anunciação, Fr. Miguel Arcanjo da, *Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda*, 1940.
- Azevedo, Luiz Heitor Corrêa de, *150 anos de música no Brasil (1800-1950)*, Rio de Janeiro, J. Olimpio, 1956.
- Azevedo, Luiz Heitor Corrêa de, "Músicos Portugueses no Brasil: Introdução ao Estudo da Contribuição Portuguesa à Formação da Cultura Musical Brasileira", *Portugal e o Mundo. O Encontro de Culturas na Música*, Coord. de Salwa El-Shawan Castelo-Branco, Lisboa, D. Quixote, 1997, pp. 431-437.
- Bairral, Adeilton, *Música e músicos na Bahia do século XVI ao século XIX.*, (Dact.), Rio de Janeiro, Conservatório Brasileiro de Música, 1990.
- Baltazar, Carlos Alberto, e Duprat, Régis, *Museu da Inconfidência (Ouro Preto), Acervo de manuscritos musicais-Colecção Francisco Curt Lange, compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1991.
- Baltazar, Carlos Alberto, e Duprat, Régis, *Museu da Inconfidência (Ouro Preto), Acervo de manuscritos musicais-Colecção Francisco Curt Lange, compositores não mineiros dos séculos XVI a XIX*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.
- Béhague, Gerard, "Brazil", *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*, vol. 3, London, Macmillan, 1980, pp. 221-244.
- Béhague, Gerard, "Pernambuco", *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*, vol. 14, London, Macmillan, 1980, p. 538.
- Béhague, Gerard, "Rio de Janeiro". *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*, vol. 16, London, Macmillan, 1980, pp. 47-48.
- Béhague, Gerard, "Salvador", *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*, vol. 16, London, Macmillan, 1980, pp. 433-444.
- Béhague, Gerard, "O Impacto da Música e Instituições Musicais Portuguesas: Um Esboço Preliminar", *Portugal e o Mundo. O Encontro de Culturas na Música*, Coord. de Salwa El-Shawan Castelo-Branco, Lisboa, D. Quixote, 1997, pp. 61-70.
- Brasil, Hebe Machado, *A música na Cidade do Salvador*, Salvador, Prefeitura Municipal, 1969, Edição comemorativa ao IV Centenário da Cidade.
- Brito, Manuel Carlos de, "A música nos documentos da expansão portuguesa, um projecto de investigação" *Actas do VII Encontro Nacional de Musicologia*,

- Boletim nº 78, Julho/Setembro, Lisboa, Associação Portuguesa de Educação Musical, 1993, pp.15 - 17.
- Budasz, Rogério, "Sobre a a música no Paraná (1600-1850)". *Home Page* de Rogério Budasz.
- Budasz, Rogério, *O Cancioneiro Ibérico em José de Anchieta-Um Enfoque Musicológico*, Dissert. (Dact), S. Paulo, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo, 1996.
- Castagna, Paulo e Pereira, Fernando, "Teoria Musical no Brasil: 1734-1854", *Revista Eletrônica de Musicologia*, vol. 1/2. Dezembro de 1996 (<http://www.cce.ufpr.br/~rem/REMV1.2/vol1.2/teoria.html>).
- Castagna, Paulo e Trindade Jaelson, "Música Pré-Barroca Luso-Americana: O Grupo de Mogi das Cruzes. *Revista Eletrônica de Musicologia*, vol. 1/2, Dezembro de 1996 (<http://www.cce.ufpr.br/~rem/REMV1.2/vol1.2/mogi.html>).
- Catálogo da Exposição "*Imagens da memória musical do Rio de Janeiro*", Centro Cultural, Fundação Banco do Brasil, 1997.
- Costa, P. Avelino de Jesus da, "População da cidade da Baía em 1775", *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. I, Coimbra, 1964, pp. 191 - 274.
- Crowl Jr., Harry Laurott, "A Música Portuguesa e o Brasil", *1º Encontro Nacional de Pesquisa em Música*, Mariana, Minas Gerais, Belo Horizonte, Imprensa Universitária, 1984, pp. 81-101.
- Crowl Jr., Harry Laurott, *III Encontro Nacional de Pesquisa em Música*, Ouro Preto, 1987, pp. 97-101.
- Cruz, Ivo, "A Acção Missionária do Padre Anchieta e a Fundação do Teatro Brasileiro", *Bracara Augusta*, vol. XXXVIII, Câmara Municipal de Braga, 1984, pp. 257-266.
- Dias, Geraldo J. A. Coelho, "O Mar e os Beneditinos Portugueses", *Mínia*, 3ª Série- Ano III-Braga, ASPA, 1985, p. 75-88.
- Dias, Geraldo J. A. Coelho, "Os beneditinos Portugueses e a Missão", *Bracara Augusta*, Vol. XXXVIII, Fasc. 85-86 (98-99), 1984 (separata).
- Diniz, Jaime Cavalcanti, *Organistas da Bahia (1750-1850)*, Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.
- Diniz, Jaime Cavalcanti, "Uma notícia sobre a música no Brasil dos séculos XVI e XVII", *Estudos Universitários*, Revista da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, vol. 12, nº 2, 1972, pp. 41-57.
- Doderer, Gerhard, "A Música portuguesa na época dos Descobrimentos", *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 36, 1991, pp. 343-354.

- Doderer, Gerhard, "Caixas de Órgãos Portugueses Setecentistas", *Forum*, nº 18. Braga, Universidade do Minho, 1996, pp. 101-115.
- Doderer, Gerhard, "Lisboa, o Pianoforte Florentino e Ludovico Giustini di Pistoia: Uma relação triangular da primeira metade do séc. XVIII", Comunicação, International Musicological Society Congress, Londres, 1997.
- Doderer, Gerhard, "17th and 18th century organ building in Portugal: what do we know? where should we go?", Comunicação, International Musicological Society Congress, Londres, 1997.
- Domingues, Ernesto, "Contribuição científica e artística de antigos Missionários Jesuítas", *Bracara Augusta*, vol. XXXVIII, Câmara Municipal de Braga, 1984, pp. 203-210.
- Dottori, Maurício Soares, "On Baroque Music and Brazil", Rio de Janeiro, *Revista Eletrônica de Musicologia*, vol.1 (2), 1997 (<http://www.cce.ufpr.br/~rem/REMv1.2/vol1.2/baroque.html>).
- Duprat, Régis, "A música na Bahia colonial", *Revista de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, S. Paulo, ano 16, vol. 30, nº 61, 1965, pp. 93-116.
- Duprat, Régis, "São Paulo", *The New Grove Dictionary of Music & Musicians*, vol. 3, London, Macmillan, 1980, pp. 487-488.
- Duprat, Régis, "A Catalogação Temática do Acervo de Manuscritos Musicais do Museu da Inconfidência de Ouro Preto: uma Abordagem Preliminar", *III Encontro Nacional de Pesquisa em Música*, Ouro Preto, 1987, pp. 87-95.
- Duprat, Régis, "A polifonia seiscentista portuguesa em Minas Gerais no século XVIII", *Actas do IV Encontro Nacional de Musicologia*, Lisboa, APEM, 1987, pp. 35-38.
- Duprat, Régis, *Música na Sé de São Paulo Colonial*, São Paulo, Paulus, 1995.
- Endres, D. José Lohr, *Catálogo dos Bispos Gerais, Provinciais, Abades e mais cargos da Ordem de São Bento do Brasil: 1582-1975*. Baía, Editora Beneditina, Ltda., 1976.
- Endres, D. José Lohr, *A Ordem de S. Bento no Brasil Quando Província, 1582-1827*, Baía, Editora Beneditina Ltda., 1980.
- Fagerlande, Marcelo, *José Maurício, O Método de pianoforte do Padre José Maurício Nunes Garcia*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- Ferreira, Marcello Martiniano, *Arp Schnitger: Dois Órgãos Congêneres de 1701*, Rio de Janeiro, Edição particular, 1991.

- Jesus, Padre Caetano de Melo de, *Discurso Apologético*, Edição do texto e introdução de José Augusto Alegria, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, pp. 75, 77, 79, 80.
- Lange, Francisco Curt, "A organização musical durante o período colonial brasileiro." *Relatório, Actas do V Coloquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. IV, Coimbra, 1966, pp.333-434.
- Leite, Serafim, "Cantos, músicas e danças nas Aldeias do Brasil (séc. XVI)", *Brotéria* vol. XXIV, 1937, pp.40-52.
- Leite, Serafim. "A Música nas primeiras escolas do Brasil". *Brotéria* , vol. XLIV, 1947, pp. 377-390.
- Leite, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1568)*, vol. I-V, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- Lima, J. da Costa, "Os Jesuítas e a Música", *Brotéria*, nº 37. 1943, pp. 20-28.
- Luna, D. Joaquim G. de, *Os Monges Beneditinos no Brasil*, Rio de Janeiro, Edições "Lumen Christi", 1947.
- Mattoso, José, "Raízes da missionação portuguesa", *Actas do Congresso Internacional de História. Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Braga, vol.I, 1993, pp. 67-80.
- Mazza, José, *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, com Prefácio e Notas do Padre José Augusto Alegria, Sep. Revista *Ocidente*, Lisboa, 1944/45.
- Neves, José Maria, "A música brasileira setecentista vista através de manuscritos pertencentes a arquivos portugueses", *1º Encontro Nacional de Pesquisa em Música*, Mariana, Minas Gerais, Imprensa Universitária, Belo Horizonte, 1984, pp. 37-151.
- Neves, José Maria, *Música Sacra Mineira, Catálogo de Obras*, Rio de Janeiro, Funarte, 1997.
- Nygra, D. Clemente Maria da, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, S. Salvador da Baía. Tipografia Beneditina, 1950.
- Padesca, Ana Luisa Balmori, *Os Jesuítas e a Música na Expansão Portuguesa Quinhentista*, dissertação de Mestrado, (dact.), Coimbra. 1997.
- Rezende, Maria Conceição, *A Música na História de Minas Colonial*. Brasília. Instituto Nacional do Livro, 1989.
- Rocha, D. Mateus Ramalho, *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro-1590/1990*, Rio de Janeiro. Editora Studio HMF LTDA. 1991.
- Sampaio Ribeiro, Mário de, *A Música no Brasil*, Lisboa, 1950.
- Santos, Maria Luiza de Queiroz A. dos, *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

- Santos, Paulo F., "Contribuição ao estudo da Arquitectura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil", *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. IV, Coimbra, 1966, pp. 515-570.
- Sarraute, Jean-Paul, "La Renomé de Marcos Portugal à Paris", *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. V, Coimbra, 1968, pp. 327-339.
- Sarraute, Jean-Paul, *Marcos Portugal, Ensaios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
- Sousa, D. Gabriel de, "Prometo passar o mar", *Mensageiro de S. Bento*, Singeverga, nº 4, 1935, pp. 97-105.
- Sousa, D. Gabriel de, "Um Monge Além-Mar na época da Restauração, Frei Bernardo de Braga", *Bracara Augusta*, Vol. XXII, Fasc. 51-54 (63-66), 1968, pp.359-397.
- Sousa, D. Gabriel de, "O Voto ultramarino dos beneditinos portugueses", Lisboa, *Actas da Academia Portuguesa de Cultura*, 1966, pp.70-71.
- Stevenson, Robert, "Some sources for early Brazilian music history", *The Yearbook of the Inter-American Onstitute for Musical Research*, New Orleans, Vol. 4, 1968, p. 1-43.
- Stevenson, Robert, "Discurso Apologético. Polêmica musical do padre Caetano de Mello de Jesus", *Anais do VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música*, Rio de Janeiro, ANPPOM, pp. 23-40.
- Tacuchien, Ricardo, "O Requiem Mozartiano de José Maurício", *Revista Brasileira de Música*, nº 19, 1991, pp. 33-51.
- Trindade, Jaelson e Duprat, Régis, "Uma Descoberta Musicológica: Os Manuscritos Musicais de Moji das Cruzes, c. 1730", *2º Encontro Nacional de Pesquisa em Música*, São João del-Rei, 1985, pp. 49-54.
- Valença, Manuel, *A Arte Organística em Portugal (c. 1326-1750)*, Braga, Editorial Franciscana, 1990.

